A FUNDAÇÃO DO BRASIL

Darcy Ribeiro e Carlos de Araujo Moreira Neto

TESTEMUNHOS
1500 — 1700

VOZES

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

A Fundação do Brasil : testemunhos, 1500-1700 / |organização de| Darcy Ribeiro e Carlos de Araújo Moreira Neto. -- Petrópolis, RJ : Vozes, 1992.

Coletânea de documentos comentados e situados na fonte bibliográfica original de que foram tirados.
Conteúdo parcial: Introdução: A invenção do Brasil / Darcy Ribeiro. Sincronótico / Gisele Jacon.
ISBN 85-326-0855-8

1. Brasil - História - Fontes - Coletâneas
I. Ribeiro, Darcy, 1922- II. Moreira Neto, Carlos de Araújo. III. Jacon, Gisele. IV. Título: A invenção do Brasil. V. Título: Sincronótico.

92-3199 CDD-981.0002

Indices para catálogo sistemático:

1. Brasil : História : Fontes 981.0002
2. Documentos : Brasil : História 981.0002
3. Documentos históricos : Brasil 981.0002

2

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

DARCY RIBEIRO E CARLOS DE ARAUJO MOREIRA NETO

A FUNDAÇÃO DO BRASIL

TESTEMUNHOS 1500-1700

Renato Nicolai

INTRODUÇÃO: A INVENÇÃO DO BRASIL — DARCY RIBEIRO
SINCRONÓTICO — GISELE JACON

Petrópolis
1992

© Editora Vozes Ltda.
Rua Frei Luís, 100
25689-900 Petrópolis, RJ
Brasil

Traduções: Jean François Cleaver; Maria Eulália Gutierrez Orellana; Gisele Jacon

Colaboração Técnica: Rosa Maria Gonçalves Vasconcelos

Projeto Gráfico: Cícero

Composição: PRODASEN/CEGRAF
Arte Final: Wesley Bezerra e Erli Tavares

Ilustração da capa: TERRA BRASILIS, Circa 1519.
detalhe do mapa policrômico atribuído a Lopo Homem.
Foto: Luiz Carlos Miguel

ISBN 85.326.0855-8

Este livro foi impresso nas oficinas gráficas da Editora Vozes Ltda., em dezembro de 1992.

EXPLICAÇÃO

Este livro, *A Fundação do Brasil*, elaborado a pedido da Biblioteca Ayacucho, da Venezuela, comemora os 500 anos da chegada do europeu às Américas. Ele reúne os documentos básicos dos dois primeiros séculos da formação da sociedade e da cultura brasileira. Cada documento é comentado quanto a seu valor explicativo e situado na fonte bibliográfica original de que foi tirado.

O propósito desta coletânea é aproximar a história brasileira de suas fontes factuais para possibilitar novas leituras dela, mais fiéis a cada um de seus protagonistas: índios, africanos e europeus.

O volume se abre com um ensaio interpretativo de Darcy Ribeiro, *A Invenção do Brasil*, que é uma visão antropológica da história brasileira. E se fecha com um Sincronótico, devido a Gisele Jacon, que registra a simultaneidade dos fatos principais que ocorreram no Brasil e no mundo e a contemporaneidade das personalidades que aqui representaram algum papel, com seus grandes coetâneos lá de fora. Entre um e outro, se desdobra a vasta documentação original. São os testemunhos daqueles que, ao longo de dois séculos, viram o Brasil fazer-se a si mesmo.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO: 13
-A INVENÇÃO DO BRASIL - DARCY RIBEIRO

- BULAS E BURLAS 16
- PARAÍSOS E UTOPIAS 18
- O BRASIL E OS BRASIS 20
- A INDIANIDADE 23
- AS ANTI-UTOPIAS 25
- AS PESTES DA CIVILIZAÇÃO 27
- OS BRASILEIROS 32
- MATRIZES ÉTNICAS 38
- A EMPRESA BRASIL 45
- A FRONTEIRA AMAZÔNICA 54
- EPÍLOGO 59

PARTE I - A EXPROPRIAÇÃO

BULAS E TRATADOS

- **Bula Romanus Pontifex** do Papa Nicolau V, 8 de janeiro de 1454 65
Bula Inter Cetera do Papa Alexandre VI, 4 de maio de 1493 66
Tratado de Tordesillas entre Portugal e Espanha, 7 de junho de 1494 68

A TERRA NOVA

Viagem de Vicente Yáñez Pinzón (janeiro de 1500) 75
Viagem de Diego de Lepe (fevereiro de 1500) 77
Binot Paulmier de Gonneville: **Relação Autêntica** (1503-1504) 78

O ACHAMENTO OFICIAL

Carta de Pero Vaz de Caminha (1º de maio de 1500) 83
Carta do Mestre Johan (1º de maio de 1500) 91
Relação do Piloto Anônimo (julho de 1501) 92
Carta de D. Manuel aos Reis Católicos (29 de julho de 1501) 94

PARTE II - ENCANTAMENTO E ESPANTO

A VISÃO AMERICANA

Américo Vespúcio: Carta **Mundus Novus** (1503) 101

A VISÃO FRANCESA

Nicolas Barré: **Algumas cartas sobre a navegação do Cavaleiro de Villegaignon** (1555-1556) 107

OS OLHOS DO ESPIA

A Nova Gazeta da terra do Brasil (1514) 112
Anthony Knivet: **Vária Fortuna e Estranhos Fados** (1592) 114

A VISÃO EDÊNICA

Simão de Vasconcelos: **Notícias Curiosas e Necessárias** (1663) 117

O JUÍZO DOS JESUÍTAS

Manuel da Nóbrega: **Apontamento de Coisas do Brasil** (8 de maio de 1558) 120

A VISÃO EMPRESARIAL

O Livro da Nau Bretoa (1511) 125
Enrique Montes: **Escambo** (1527) 130
Gabriel Soares de Sousa: **Riquezas da Bahia** (1587) 133

OS OLHOS DO DONO

O Rei D. João III: **Carta de Grandes Poderes ao Capitão-mor Martim Afonso de Sousa** (20 de novembro de 1530) 136
O Rei D. João III: **Carta Donatária de Duarte Coelho** (5 de setembro de 1534) 138
O Rei D. João III: **Primeiro Regimento que levou Tomé de Souza Governador do Brasil** (*circa* 1549) 142

PARTE III - O MUNDO ÍNDIO

VIDA DE ÍNDIO

Yves d'Evreux: **Idades e Ritos Selvagens** (1615) 151
Ciclo de Vida (Diversos) 156

O BOM SELVAGEM

Jean de Léry: **O Selvagem Gentil** (1578) 158
Claude d'Abbeville: **Gênio e Temperamento** (1614) 160
Michel de Montaigne: **Ensaio sobre os bárbaros canibais** (1572) 163

O MAU SELVAGEM

Jean de Léry: **Bravura e Honra** (1578) 167
Hans Staden: **O Herói Canibal** (1557) 170
Gabriel Soares de Sousa: **Caráter e Costume dos Índios Aimoré** (1587) 172

ETNOCÍDIO E GENOCÍDIO

Testemunhos do Extermínio (Diversos) 174
Resistência Indígena (Diversos) 193
As Pestes Européias (Diversos) 197

A CULTURA SELVAGEM

Gabriel Soares de Sousa: **Conhecimento da Terra** (1587) 205
A Roça Indígena (Diversos) 205
Caça e Pesca (Diversos) 206
Jean de Léry: **Coleta** (1578) 208
Canoas e Ubás (Diversos) 209

DEUSES E DEMÔNIOS

André Thevet: **Cosmogonia Tupinambá** (1557) 211
Manuel da Nóbrega: **Selvagens Demoníacos** (1559) 214
José de Anchieta. **Feiticeiros e Santidades** (*circa* 1587) 215

OS RISCOS DO INCESTO

José de Anchieta: **Consangüinidade e Pecado** (século XVI) 219
Usos e Licenças Sexuais (Diversos) 222

RETRATOS DO CIVILIZADOR

Momboré-uaçu e Japi-açu: **O Discurso Indígena sobre o Colonizador** (1614) 226
Cartas de Pedro Poti e Antonio Paraupaba (1645-1656) 229

PARTE IV - CATEQUESE E SUJIGAÇÃO

A ORDENAÇÃO JESUÍTICA

Manuel da Nóbrega: **Programa Jesuíta de Colonização** (1559) 235
Antônio Vieira: **O Governo do Gentio** (1655) 237

HERESIAS E PERVERSÕES

A Santa Inquisição no Brasil (1591-1595) 241
Sacerdotes Desviantes:
Antonio de Gouveia: **O Padre do Ouro** (1571-1575) 246
O Padre Manoel de Moraes na Inquisição (1640-1646) 249

A GUERRA SANTA

José de Anchieta: **Iperoig** (8 de janeiro de 1565) 255
Jean de Léry: **Reforma e Contra-Reforma** (1578) 263

A CRISTANDADE NA AMAZÔNIA

João Betendorff: **Os Jesuítas na Selva** (1699) 268
Luiz Figueira: **Relação da Missão do Maranhão** (*circa* 1609) 270
Antônio Vieira: **A Perplexidade Jesuítica** (1660) 274

PARTE V - OS BRASILEIROS

A MULTIPLICAÇÃO PRODIGIOSA (Diversos) 281

MAMELUCOS E MESTIÇOS

Mamelucos (Diversos) 289
Mulatos (Diversos) 292

OS BANDEIRANTES

Jesuítas versus Bandeirantes (Diversos) 295
Retrato de Heróis Paulistas (Diversos) 298
Esplendor e Miséria: Informação de Manuel Juan de Morales sobre São Paulo (1636) 301

O RIO-MAR

Diogo Nunes: **A Descoberta do Amazonas** (1538-1539) 304
Francisco de Orellana: **De Quito a Belém** (1541-1542) 306
Francisco Vázquez: **Expedição Celerada** (1560-1561) 310
Cristóbal de Acuña: **A Expedição de Pedro Teixeira** (1639-1640) 316
Bernardo O'Brien del Carpio: **Um Cavaleiro no Rio-Mar** (1636) 322

O ESTADO DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ

Martim Soares Moreno: **Franceses no Maranhão** (1618) 328
Jacome Raymundo de Noronha: **Disputa pela Amazônia** (1637) 332
Maurício de Heriarte: **O Estado do Maranhão** (1662-1667) 335

A GUERRA DOS BÁRBAROS

Domingos Jorge Velho: **Massacre de Negros** (1693-1694) 339
Pedro Carrilho de Andrade: **Massacre de Índios** (1699) 339
Joam Guinzel: **Candor Jesuíta** (29 de outubro de 1699) 341

PARTE VI - A IMPLANTAÇÃO COLONIAL

NEGROS E ENGENHOS

Retratos de Negros 345
Pedagogia Escravista:
Jorge Benci: **Como Bem Castigar os Escravos** (1700) 347
João Antônio Andreoni: **O Fabrico do Açúcar** (1711) 348
Francisco Pyrard: **Do Tráfico no Brasil** (1611) 349

DROGAS DA MATA

Simão Estácio da Silveira: **Relação Sumária das cousas do Maranhão** (1624) 352
Antônio Vieira: **Informação sobre as coisas do Maranhão** (1654) 353

A CIVILIZAÇÃO DO COURO

João Antônio Andreoni: **A Casa da Torre** (1711) 357
Padre Antônio Sepp: **A Pecuária no Sul do Brasil** (1698) 358

A FOME DO OURO

Dois Séculos de Garimpagem 360
Bandeirantes em Minas 363

FUNDAÇÕES
A Vila de São Vicente e São Paulo de Piratininga 368
Olinda, Igaraçu e o Recife de São Miguel 370
A Bahia de São Salvador 371
São Sebastião do Rio de Janeiro 372
São Luís do Maranhão 373
Nossa Sra. de Belém do Grão-Pará 374
Colônia do Sacramento 375

SINCRONÓTICO (1500-1700) 377

BIBLIOGRAFIA 401

ÍNDICE REMISSIVO 427

INTRODUÇÃO

A
INVENÇÃO
DO
BRASIL

A INVENÇÃO DO BRASIL

Darcy Ribeiro

Este livro mostra, através de documentos, como se constrói uma nação contra a vontade e os interesses do povo que a habitava originalmente. Mostramos, também, como sua edificação prossegue séculos afora, sempre contra o desejo das gentes recrutadas para participar de seu fazimento como trabalhadores. Foram milhões de índios, de negros e de brancos, ontem escravos, hoje assalariados; jamais livres para imporem seu próprio projeto de nação. Mostra, também, como, apesar de tudo, estas gentes díspares, com seu desfazimento, fizeram a Nação brasileira.

Uma história trágica. Heróica, em certos passos, mas essencialmente lúgubre no dia-a-dia do povo multitudinário, que trabalha para produzir o que não come nem usa e sim o que é requerido dele por seus amos. O Brasil sempre foi, ainda é, um espantoso moinho de gastar gente; embora seja, também, um prodigioso criatório de gente. Seis milhões de índios existiam aqui quando o primeiro europeu chegou. Não sobram hoje, como índios, nem trezentos mil. Não se sabe quantos negros foram gastos, tanto nas caçadas na África como na tenebrosa travessia nos tumbeiros, e, depois, já aqui, no duro eito dos canaviais, das minas, dos cafezais. Não terão sido menos de dez milhões, suspeito eu. Uns oito milhões de brancos foram recrutados quando o europeu, no século passado, se converteu, ele também, num gado humano exportável para as plantações brasileiras.

Desta sementeira humana nasceu o povo-nação de cento e cinqüenta milhões de pessoas que somos hoje. A parcela maior da latinidade. Uma neo-romanidade tardia, lavada em sangues negros e índios, inspirada pela sabedoria dos povos da floresta. Cultural e lingüisticamente unificada. Certa e segura de sua própria identidade nacional, como gente que já não sendo índia, nem afro, nem européia, é uma coisa nova nesse mundo. Toda ela afundada na mais vil pobreza. Exceto uma fina nata dominadora, que sabe tirar dos estrumes desta pobreza uma riqueza ostentatória e uma erudição alienada.

O Brasil é a resultante da fusão desses milhões de gentes desencontradas. Fusão genésica, uma vez que a mestiçagem, aqui, sempre se fez sem freios e foi realizada com alegria, sem nenhuma noção de que fosse crime

ou pecado. Fusão também espiritual, pela confluência que aqui se deu dos patrimônios culturais de nossas diversas matrizes. Tudo isso nos plasmou como um povo mestiço na carne e na alma. Como tal, herdeiro de todas as taras e talentos da humanidade. Mas só muito parcialmente herdeiro dos saberes e da sagacidade daqueles que empreenderam seu fazimento.

Isso tudo faz de nós aquilo que Toynbee chamou de proletariado externo, pensando em Cartago, depois de vencido, e em Roma. Cartago jamais voltou a existir para si, existiu para Roma. O Brasil nunca existiu para si próprio, na busca da prosperidade e da felicidade de seu povo. Existiu e existe é para servir, servil e explorado, ao mercado mundial, que ajudou a montar com montanhas de açúcar, de ouro, de café, de minério e de soja. Tão-só para viabilizar, dentro deste mercado internacional, sua economia da pobreza, geradora de prosperidades patronais restritas.

Essa terá sido a história de outros povos, o que tira a originalidade de nosso estudo de caso. Mas não o seu valor explicativo, porque, no Brasil, o processo de criação de um povo se deu de forma tão exaustivamente documentada que chega a ser exemplar. Espero, por isso, que nossa reconstituição histórico-documental, além de explicativa para nós mesmos, talvez seja significativa, também, para uma teoria geral da edificação dos povos modernos. Ou de uma categoria especial deles, os proletariados externos, construídos no curso da colonização moderna.

BULAS E BURLAS

Os primeiros documentos que falam do Brasil, ou de Brasis, talvez nem se refiram a nós. São registros cartográficos de ilhas oceânicas com este nome, datados de séculos antes do "descobrimento". Eles têm sido objeto das mais disparatadas interpretações. Há quem creia que sejam meras anotações de caráter mítico, como a Atlântida ou, mais especificamente, as Anti-Ilhas caribenhas que Colombo, séculos mais tarde, veio a desvendar.

Sempre fica, para mim, a suspeita de que seriam anotações de sábios cartógrafos que, lendo a sabedoria oral de velhos marinheiros do Atlântico, souberam que no ultramar, para além de tudo o que se sabia e se supunha, ainda existiriam essas ilhas Brasil.

Na interpretação ensinada em nossas escolas primárias, a designação Brasil viria do nome de uma árvore de madeira muito vermelha, cor de brasa, de que havia quantidade espantosa na costa brasileira, e que eram muito apreciadas pelos europeus como fonte de tinta para panos. Os que vinham cá talhar esses paus-de-tinta seriam, de ofício, brasileiros, o que teria dado lugar ao locativo Brasil, lugar dos brasileiros.

O primeiro documento escrito decisivo para o nosso destino é, também, anterior à descoberta oficial. Falo da *Bula Romanus Pontifex,* de 1454, em que o Santo Papa Nicolau V legaliza e sacramenta a expansão européia. Esse documento basilar assegurou ao rei e ao príncipe D. Henrique de Portugal o duplo direito de apropriar-se das terras africanas em que pusessem a pata, e de escravizar os negros que apresassem.

"(...) concedemos ao dito rei Afonso a plena e livre faculdade, entre outras, de invadir, conquistar, subjugar quaisquer sarracenos e pagãos, inimigos de Cristo, suas terras e bens, a todos reduzir à servidão e tudo aplicar em utilidade própria e dos seus descendentes. (...)" (NICOLAU V, *Bula Romanus Pontifex*, 8 de janeiro de 1454)

Aquele príncipe era homem de dois mundos, de duas civilizações. Vivia com um cinto de cilício arrodeando as virilhas, para martirizar-se pelo amor de Deus. Mas foi ele que, combinando sabedorias técnicas chinesas e árabes, compôs a nau oceânica, dotada de leme-fixo, da bússula, do astrolábio, da vela chamada latina, e armada de canhões, que assegurou as travessias oceânicas. Ele próprio só as usou para mapear a costa da África e, ali, plantar feitorias de caçar escravos. Sua nau, porém, foi que permitiu a Colombo a façanha impensável de encontrar o Oriente, navegando para o Ocidente. Dela resultou, pensava Colombo, a descoberta de um novo caminho para as prodigiosas Índias Orientais. Na verdade, ele topou foi com as Américas, coisa que nunca soube.

Nosso segundo documento é a *Bula Inter Cetera*, de 1493, em que um Papa Borgia, Alexandre VI, apenas um ano depois da expedição de Colombo, estende aos Reis da Espanha o que seu antecessor dera ao príncipe D. Henrique: o direito de apropriar-se do Novo Mundo e de escravizar os povos nativos que encontrasse aqui, chamados índios, porque se supunha que fossem orientais.

"(...) sujeitar a vós, por favor da Divina Clemência, as terras firmes e ilhas sobreditas, e os moradores e habitantes delas, e reduzi-los à Fé Católica (...) todas (essas) ilhas e terras firmes achadas e por achar, descobertas ou por descobrir (...) a Vós e a vossos herdeiros e sucessores (Reis de Castela e Leão) pela autoridade do Deus onipotente a nós concedida em S. Pedro (...) vo-las doamos, concedemos e entregamos com todos os seus Domínios, Cidades, Fortalezas, Lugares, Vilas, direitos, jurisdições e todas as pertenças. E a Vós e aos sobreditos herdeiros e sucessores, vos fazemos, constituímos e deputamos por senhores das mesmas, com pleno, livre e onímodo poder, autoridade e jurisdição (...)." (ALEXANDRE VI, *Bula Inter Cetera*, 4 de maio de 1493)

Essas duas Bulas são, de fato, os instrumentos constitutivos da civilização americana. Elas nos deram nascimento como possessões européias. Sacralizaram o processo mais brutal que jamais se viu de desfazimento de povos e de civilizações para, sobre os escombros de suas obras e com seus corpos, construir outros povos.

Toneladas de documentos posteriores quiseram abrandar a dureza dessas Bulas. Seja reconhecendo direitos territoriais a um ou outro grupelho indígena, como os originais senhores das terras em que viviam. Seja regulamentando a escravização, quando mais não fosse para não continuar desgastando, depressa demais, a imensa fonte de mão-de-obra que o europeu encontrou aqui. Gente inútil, a seus olhos, porque não produzia mercadorias nem lucros. Existiam para si mesmos, tão só para o ócio de viver felizes suas existências, segundo seus costumes e tradições. Coisa espantosa, para o europeu quinhentista. Ainda hoje inadmissível para muitos bárbaros nativos.

Na verdade das coisas, essas duas Bulas pontificias vigem até hoje como a lei basilar nas nações extra-européias. Elas é que estão atrás, como o fundamento primeiro, de todos os direitos de propriedade e de todo o processo de avassalamento das massas trabalhadoras. Sua raiz assentada em Roma, no poderio soberano do Vaticano — ainda em construção — que era a capital do mundo, com regência incontestada sobre tudo e sobre todos: *urbi et orbi*.

O terceiro documento que oferecemos à leitura é o célebre *Tratado de Tordesillas*, redigido em 1494. Por ele, unidos os Reis de Portugal e da Espanha, com a aprovação do Santo Padre, acordam dividir entre eles dois o mundo extra-europeu. Os portugueses ficaram com o Atlântico, inclusive o Brasil, que oficialmente nem fora descoberto. A Espanha ganha o resto, que seria o Pacífico, também por descobrir, e as prodigiosas Índias, também por alcançar.

"(...) Por mandado (...) do Rei Dom Fernando e da Rainha Dona Isabel, Rei e Rainha de Castela (...) foram descobertas e achadas novamente algumas ilhas, e poderiam adiante descobrir e achar outras ilhas e terras sobre as quais tanto umas como outras, achadas e por achar, pelo direito e pela razão que nisso temos, poderiam sobrevir entre nós todos e nossos reinos e senhorios, súditos e naturais deles, que Nosso Senhor não consinta; a nós apraz pelo grande amor e amizade que entre todos nós existe, e para se buscar, procurar e conservar maior paz e mais firme concórdia e sossego, que o mar em que as

ditas ilhas estão e forem achadas, se parte e demarque entre nós todos de alguma boa, certa e limitada maneira (...) visto como entre os ditos senhores seus constituintes há certa divergência sobre o que a cada uma das ditas partes pertence do que até hoje, dia da conclusão deste tratado está por descobrir no mar Oceano (...) outorgaram e consentiram que se trace e assinale pelo dito mar Oceano uma raia ou linha direita de pólo a pólo (...) a trezentas e setenta léguas das ilhas de Cabo Verde em direção à parte do poente (...) e cada uma coisa, e parte disso realmente, e com efeito, livre toda a fraude, penhor, e engano, ficção e simulação, e não o contradirão em tempo algum, nem por alguma maneira, sob o qual dito juramento juraram não pedir absolvição nem relaxamento disso ao nosso Santíssimo Padre, nem a outro qualquer legado ou prelado que a possa dar, e ainda que de *motu proprio* a dêem não usarão dela, antes por esta presente capitulação suplicam no dito nome ao nosso Santíssimo Padre, que haja Sua Santidade por bem confirmar e aprovar esta dita capitulação (...)." *(Tratado de Tordesillas*, 7 de junho de 1494)

Assim é que, antes de sermos, já éramos, na sabedoria astuciosa de Papas e de Reis que, maníacos da legalidade canônica, se mancomunaram para estabelecer, pela expropriação, as bases da expansão européia, sacralizando o saqueio e a escravidão.

PARAÍSOS E UTOPIAS

A expansão ibérica desencadeia o mais prodigioso dos processos civilizatórios de toda a história humana. Aquele que foi o mais destrutivo e ruinoso, pelos milhares de povos singulares, com suas próprias línguas e culturas originais, que exterminou; pela imensidade de riquezas que saqueou, e pelas civilizações florescentes que ceifou e matou. Aquele que foi, também, o mais fecundo criador de povos. Suas criaturas avançam para somar, amanhã, um bilhão de gentes, uniformizadas todas em duas formas lingüístico-culturais, a ibérica e a inglesa. Façanhas tão espantosas como jamais se viu, tanto no desfazimento de povos, como na edificação de nações.

O que conta, porém, na história escrita pelos europeus, é o sentido que eles próprios deram ao descobrimento. Para todos os efeitos, aqui acharam uma terra de ninguém, que só esperava, e esperava desde sempre, a chegada de seus verdadeiros donos. Claro que lá, no indescoberto, havia gentes, humanas gentes na aparência, que ali estavam desde milênios antes. Em certas províncias havia até civilizações, com suas sociedades estratificadas em classes; com corpos dirigentes sacerdotais, donos de grandes saberes; com prodigiosas cidades, mais portentosamente edificadas que as européias.

Mas era como se não existissem, porque existiam para si mesmas, sem qualquer utilidade para o europeu enquanto não produzissem mercadorias para enricá-los. Seu sentido verdadeiro foi pouco a pouco se desvendando. Era o de uma imensa força de trabalho recrutável e de quantidades imensas de riquezas saqueáveis.

Os povos americanos inexistiam, também, num sentido mais profundo, uma vez que estavam fora da única forma legitimamente humana de ser, que era a cristandade. Surge, assim, uma argüição nova que começa a ressoar no mundo erudito europeu, subjugado ao saber teológico. Que eram, para os recém-chegados, aqueles "índios" que lá estavam? Seriam bichos? Seriam gentes? Não eram, aparentemente, hereges apegados a crenças sacrílegas, como os detestáveis sarracenos e judeus que estavam sendo expulsos da Ibéria. Também não pareciam ser infiéis porque, ignorando as santidades bíblicas, não estariam atraiçoando a palavra revelada, que desconheciam. Em conseqüência, só podiam ser vistos como inocentes. Qual seria, então, sua natureza teológica e o seu destino eternal? Se inocentes, não teriam nem competência para pecar. Por mais execráveis que fossem, não iriam para o inferno. Seu destino seria o limbo, lugar dos inocentes, mortos sem batismo. Introduzir entre eles a palavra revelada, fazê-los conscientes e teologicamente

responsáveis por seus atos, seria, pois, a tarefa do "descobridor".

Uma interminável polêmica se travou, desde então, sobre a natureza da terra e dos povos descobertos. Para uns, inclusive Colombo e Vespúcio, as terras que acharam bem podiam ser o Paraíso Perdido, tão belas e floridas eram elas e tão inocentes e formosos lhes pareceram seus moradores. Colombo, em carta ao Papa, escreveu com todas as letras esta proclamação utópica.

"(...) Grandes indícios son éstos del Paraíso Terrenal, porque el sitio es conforme a la opinión de estos santos y sanos teólogos; asimismo, las señales son muy conformes, que yo jamás leí que tanta cantidad de agua dulce fuera así adentro e vecina con la salada; y en ello ayuda asimismo la suavísima temperanza, y si de allí el Paraíso no sale, parece aún mayor maravilla, porque no creo que se sepa en el mundo de río tan grande y tan fondo. (...)." (COLOMBO, 1492)

Vespúcio não fica atrás. Descreve com eloqüência o Novo Mundo como um Paraíso Terrenal:

"(...) A terra daquelas regiões é fértil e amena, de muitos montes e morros, e infinitos vales, e regada de grandes rios e fontes, coberta de extensos bosques (...) Todas as árvores tão odoríferas, e produzem gomas ou óleos, ou algum outro licor, cujas propriedades todas, se fossem conhecidas, não duvido que andaríamos todos sãos. E por certo que se o paraíso terrenal existe em alguma parte da terra, creio que não deve ser longe destes países (...)." (VESPÚCIO, *Mundus Novus*, 1503)

Tudo isso escrito por Colombo e por Vespúcio, em tom tão idílico, comoveu o próprio Papa que achou verossímil e mandou um grupo de teólogos examinar cuidadosamente a tese, como mostramos aqui num texto de Simão de Vasconcelos que, originalmente, fazia parte de sua *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*. Suprimido, em parte, da primeira edição de 1663, o texto ficou perdido até que Sérgio Buarque de Holanda, depois de muitas buscas, o encontrou e reproduziu na *Visão do Paraíso*.

"(...) Muitos autores graves, antigos e modernos, tiveram para si que plantou Deus Nosso Senhor o Paraíso cá da terra para a parte da linha Equinocial meio da zona tórrida, debaixo dela, ou junto a ela, ou dela para o sul, que tudo tem a mesma dificuldade, e tudo vem a ser em favor de nosso intento. Aratosthenes, Polybio, Ptolomeu, Avicena e não poucos teólogos de que fazem menção por maior São Tomás (...) tiveram para si que debaixo da Equinocial meio da zona tórrida criara Deus Nosso Senhor o Paraíso terrestre por ser esta a parte da terra mais temperada, amena e deleitosa de todo o universo (...) Como testifica o Pe. Lucena na vida de São Francisco Xavier lib. 3, Cap. 10, e dito se deixa ver, que o que seguir que o Paraíso está para o norte da Equinocial, averiguando que não está na parte que responde à África ou Ásia, é força que diga que está na América (...)." (VASCONCELOS, "Notícias Antecedentes, Curiosas e Necessárias das Cousas do Brasil", 1663)

Confirmaram, pois, a suspeita dos navegantes e a dúvida do Papa. O mundo achado bem podia ser o Paraíso Perdido.

Começou, então, ali, a urdir-se a tese utópica. Aquela indiada nua, paradisíaca, totalmente oposta à visão européia de seu passado, virou a cabeça dos eruditos. Os antepassados, concebidos até então como ermitões, vestidos de longas túnicas sujas, comendo gafanhotos e raízes amargas no deserto, se viram questionados. Em lugar daquela triste humanidade bíblica, surgia uma humanidade em flor, intocada pelos vícios e usuras da civilização.

Os testemunhos dos cronistas, lidos e relidos, provocam, nas décadas seguintes, toda uma literatura utópica. A partir da visão precoce de Tomás Morus (1516), ela se desdobra, concebendo o mundo e a sociedade como um projeto edificável pela vontade dos homens. É certo que, antes, já havia pendores desta visão, como a heresia comunista do príncipe D. Henrique. Segundo esta crença, houve um tempo do Pai de que fala o Velho Testamento. Veio depois, o tempo do Filho de que reza o Novo Testamento. É chegado, pensava o príncipe, o tempo do Espírito Santo, em que o Paraíso se construirá neste mundo pelo trabalho dos homens pios. Para este ofício supremo eles construíram suas naus: e edificaram o Paraíso no ultramar.

A loucura de inventar a sociedade perfeita, inspirada na imperfeição selvagem, deu lugar, com Erasmo, ao elogio da própria loucura e às críticas oblíquas de Gargantua, culminando com o elogio da sabedoria selvagem de Montaigne. Mas não foi tudo, as mesmas fontes

inspiraram também a Calibán, já como a surpreendente autoconsciência do mestiço, e ao bom selvagem de Rousseau, convertido em militante revolucionário. A mescla explosiva dos subversivos intérpretes dos cronistas do mundo selvagem, com velhos pendores milenaristas, fermentou tanto, que deu, afinal, nos Enciclopedistas e explodiu na própria Revolução Francesa que, como se vê, é também obra dos selvagens brasileiros.

O BRASIL E OS BRASIS

Quando já era, afinal, inadiável, o Rei D. Manuel de Portugal promoveu o descobrimento oficial do Brasil. O fez com cuidados especiais de documentação, para que não houvesse dúvida possível de que o Brasil e os Brasis foram desencantados e descobertos. Acharam-no onde estava e se sabia. Assim o descobriram apenas no sentido de levantar os véus com que o encobriam.

Para tanto, Portugal armou toda uma frota que partiu em 1500, sob o comando de Pedro Álvares Cabral, para traficar nas Índias, mas com instruções expressas de deixar-se levar pelos ventos do Atlântico até os Brasis. Sua Majestade tomou o cuidado de embarcar na armada dois personagens ilustres. Um astrônomo experimentado, o Mestre Johan, que fez a primeira determinação da latitude do Brasil (*Carta do Mestre Johan*, 1º de maio de 1500). E, sobretudo, o humanista Pero Vaz de Caminha, com o encargo de escrever uma relação minuciosa do importante feito e do grande achado (*Carta de Caminha*, 1º de maio de 1500).

O Brasil nasce, assim, em tempo prescrito e com atestado de batismo primorosamente escrito. Isto se deu, segundo o calendário moderno, de 22 de abril a 1º de maio de 1500, na forma de uma carta a El Rei D. Manuel, o Venturoso. É um documento magnífico, que merece ser lido atentamente, tanto pelo alto estilo em que é vazado, como por sua objetividade extraordinária na descrição da terra e de seus habitantes. Vê-se, ali, como e quanto Caminha se encantou com o Novo Mundo, e se maravilhou com os índios.

Logo nos primeiros contatos, os nativos se acercavam dos invasores sem nenhum temor. Ao contrário da usura marinheira que via neles peças para vender como escravos, os índios, com o maior candor, visitavam as naus e dormiam confiantes no convés. Caminha, sempre simpático aos índios, os compara a:

"(...) aves ou alimárias monteses, às quais faz o ar melhor pena e melhor cabelo que às mansas, porque os corpos seus são tão limpos, tão gordos e formosos, que não pode mais ser. (...)" (*Carta de Pero Vaz Caminha*, de Porto Seguro, 1º de maio de 1500)

Os vê como gente propensa a ser amansada, tão despida de idolatrias que são como uma página em branco.

"(...) Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença. (...) E imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho, que lhes quiserem dar. (...)" (CAMINHA, idem)

Os descreve como:

"(...) pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Não fazem o menor caso de encobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto. (...)" (CAMINHA, idem)

Das índias, Caminha, encantado, diz que eram tão formosas como as moças de Lisboa.

"(...) Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos e compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha. (...) E uma daquelas moças (...) era tão bem feita e tão redonda, e sua vergonha (que ela não tinha) tão graciosa, que a muitas mulheres da nossa terra, vendo-lhe tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela (...)." (CAMINHA, idem)

Não posso furtar-me, aqui, ao gosto de contar a notícia que Caminha nos dá sobre a ordem de Pedro Álvares Cabral para deixar na praia, como primeiros povoadores do Brasil, dois degredados. Lá ficaram eles, ajoelhados, pedindo perdão. De um dá o nome, é Afonso Ribeiro, provavelmente meu avô. Dois outros lusitanos também ficaram na terra nova por escolha própria. Desertaram, de suas vergas viemos.

O feito foi comunicado, logo no ano seguinte, pelo Rei de Portugal, em carta, que reproduzimos, aos Reis Católicos, a fim de se assegurar prioridade no apossamento da nova terra. Prioridade um tanto prejudicada porque dois navegantes espanhóis, Yáñez Pinzón e Diego de Lepe, estiveram um pouco antes na costa brasileira. Com efeito, eles visitaram nossas praias em janeiro e fevereiro, respectivamente, enquanto Cabral só chegou aqui nos fins de abril.

Seguem-se numerosas visitas bem documentadas. Reproduzimos apenas a documentação daquelas que têm maior alcance explicativo. A longa *Relação do Piloto Anônimo*, de 1501, vale a pena como um testemunho pessoal reiterativo das informações de Caminha.

Mais importante foi a expedição atribuída a Fernão de Loronha, na qual veio ao Brasil nada menos que Américo Vespúcio, nos idos de 1501 (voltou em 1503). Consta até que ele construiu um fortim de madeira na costa de Cabo Frio, no Rio de Janeiro. Essa presença, primeira de um europeu assentado em chão americano, pode até justificar que Américo tenha dado seu nome ao continente.

O relevante, porém, é que seu longo convívio com os índios e a natureza tropical o inspiraram para escrever suas célebres cartas, principalmente *Mundus Novus* (1503), de imensa repercussão. Através dela se chega a saber, finalmente, que as terras colombianas não eram um arquipélago de ilhas soltas, mas todo um imenso continente.

O mais delicioso, porém, é o encantamento de Vespúcio pela natureza brasileira. Sua descrição dos povos indígenas, seus modos, sua sexualidade, seus costumes, é a primeira boa etnografia com que contamos. Tendo conhecido muitos índios pôde avaliar suas diferenças de línguas e seus diferentes costumes. Guardou e perpetuou de todos uma imagem tão viva de gente bela e solidária, que foi principal inspirador das utopias que se escreveriam a seguir.

Vespúcio também não guarda nenhuma discrição quanto à brutalidade do branco recém-chegado. Sobretudo seus ardís para prender os índios que os visitavam nas suas naus e acorrentá-los para vender depois, como escravos. Sobre a inocência deles nos diz:

"(...) Y cuando llegamos al mar y a nuestros bateles, entramos en ellos, y era tanta la lucha que hicieron para meterse en ellos e ir a ver nuestras naves que nos quedamos asombrados; llevamos de ellos cuantos pudimos en los bateles y fuimos a las naves, pero vinieron nadando tantos, que nos tuvimos por locos al ver tanta gente en las naves, que eran más de mil almas, todos desnudos y sin armas; se maravillaron de nuestros aparejos e instrumentos, y de la grandeza de las naves; y con éstos sucedieron cosas que dieron risa, y fue que acordamos disparar algunas piezas de artilleria, y cuando salió el estampido la mayor parte de ellos se arrojó de miedo al agua, no de otro modo que como lo hacen las ranas que están en las orillas, que viendo algo temeroso, se tiran en el pantano, tal hizo aquella gente; y los que quedaron en las naves estaban tan asustados que nos arrepentimos de haberlo hecho; también los tranquilizamos diciéndoles que con aquellas armas matábamos a nuestros enemigos. (...)" (VESPÚCIO, *Lettera di Amerigo Vespucci delle isole nuovamente trovate in quatro suoi viaggi*, 1504)

Anos mais tarde, um outro observador, que nos legou a célebre *Nova Gazeta da Terra do Brasil*, de 1514, conta aos alemães como os índios entravam nos navios confiantes de que seriam levados para o paraíso terrestre.

"(...) O navio está, sob a coberta, carregado de pau-brasil e na coberta está cheio de rapazes e raparigas comprados. Pouco custaram aos portugueses, pois na maior parte foram dados por livre vontade, porque o povo de lá pensa que seus filhos vão para a terra prometida. (...)" *(Copia der Newen Zeytung Auss Presilg Landt - Nova Gazeta da Terra do Brasil,* 1514)

O seu destino era o de escravos. Um índio faz o caso único de uma vida feliz no desterro. É Essomericq, levado à França em 1504 pelo capitão Binot Paulmier de Gonneville, que o casa com uma parenta de quem ele teve numerosa prole, criando uma próspera família francesa. Mesmo ele, entretanto, embarca para a Europa incitado por promessas de bens que os índios muito desejavam, como relata Gonneville no texto da *Relação Autêntica* (1505).

"(...) E para mais os incitar, fazia-se-lhes crer, que a aqueles que para cá viessem, se ensinaria o uso da artilharia; o que eles ardentemente desejavam para poderem dominar seus inimigos, assim como aprenderiam a fazer espelhos, facas, machados, e tudo quanto viam e admiravam entre os cristãos; o que para eles era o mesmo que prometer a um cristão ouro, prata, e pedrárias, ou ensinar-lhe a fazer a pedra filosofal. (...)" (GONNEVILLE, *Relação Autêntica,* 1505)

Não dura muito esta visão do mundo índio. Sua imagem de uma indianidade bela e gentil logo se converteu numa visão demoníaca. Agora os testemunhos falam é do canibalismo e da selvageria dos índios, escondendo os trucidamentos de que eram vítimas os que não se deixavam dominar e escravizar. Selecionamos um corpo de documentos representativos destas práticas, sobretudo da ordenação mercantil de convivência com os índios, no passo do escambo à escravidão.

O *Livro da Nau Bretoa*, de 1511, é importante para entender o comércio colonial e os interesses mercantis que se despertaram com a exploração dos produtos e escravos da nova terra. A viagem da Nau Bretoa foi armada por grandes banqueiros e comerciantes para a exploração e comércio de pau-brasil e outras utilidades, além de carregar vários escravos índios, encomendados ou não.

"(...) Carga do brasil que a nau Bretoa tomou em Cabo Frio e foi a primeira batelada a doze dias do mês de junho era de 1511 anos (...) soma de todo o brasil onde não conto algumas rachas e paus que se fenderam para fazerem arrumação da dita nau V (5) paus .....5.008. (...) E são por todos os escravos XXXV (35). Foram avaliadas todas estas XXXV (35) peças de escravos não entrando a que há do ordenado do escrivão juntamente é CLXXIII (173) (mil) réis de que vem a el Rei nosso Senhor de seu quinto RIII (mil) IICL réis os quais vão carregados (...). Foram avaliados estes gatos e papagaios e sagüis juntamente XXIIII (24) (mil) IICXX (220) réis de que vem a el Rei nosso Senhor de seu quinto VII (7) (mil) LV (55) réis os quais vão carregados (...)." *(Liyuro de Naoo Bertoa ... - Livro da Nau Bretoa,* 1511)

A carga de pau-brasil parece gigantesca, pesando, no total, segundo os cálculos de Alexander Marchant, 125 toneladas.

"(...) Utilizando todos os algarismos dignos de crédito acerca dos pesos e medidas do pau-brasil, é possível dizer que cada toro pesava cerca de 50 libras, ou 0,4166 de quintal. Por conseguinte, os 5.000 toros da "Bretoa" constituíam um carregamento de 125 toneladas ou 2.082,5 quintais. [O quintal, medida da época, corresponde a 120 libras (inglesas) e aproximadamente 60 quilos]. (...)" (MARCHANT, 1943: 48)

Entre os testemunhos que vieram depois é especialmente pitoresco o de Hans Staden (1557), arcabuzeiro alemão que viveu anos com os portugueses e com os índios. Escapou mais de uma vez de ser comido pelos Tupinambá porque, conta ele, aqueles índios não eram propriamente canibais. Faziam era cerimoniais de antropofagia ritual em que um milhar de pessoas se juntavam para comungar, comendo-o, a um herói. Como Staden se borrava e chorava incontivelmente, jamais quiseram comê-lo.

Já no fim do século, Anthony Knivet (1592), marinheiro inglês que conviveu também com os indígenas e foi escravo dos portugueses, nos dá um retrato valioso tanto do mundo índio, perturbado pela presença do europeu, quanto da vida cotidiana dos núcleos coloniais nascentes.

Entretanto, a documentação mais copiosa com que se conta sobre aquelas primeiras décadas é a das

numerosíssimas Cartas Jesuíticas. Nelas se retrata tanto o horror dos padres pelos demoníacos feiticeiros indígenas como o furor com que eles próprios queriam converter os índios, a ferro e fogo, em um seráfico povo de Deus.

Muito expressiva, também, é a documentação referente à fundação do Rio de Janeiro. Ali, em 1555, a Reforma, representada por centenas de calvinistas desembarcados nas praias cariocas, se defronta com a Contra-Reforma, encarnada pelos jesuítas. Estes, recém-chegados ao Brasil, como soldados da catolicidade de Loyola, viram, com horror, a chegada dos calvinistas. Uns e outros, em consequência, aliciaram as tribos de que eram amigos e as jogaram umas contra as outras. Nessa guerra, a batalha mais sangrenta das lutas da Reforma versus Contra-Reforma, morreram mais de dez mil índios e uns vinte europeus, se tantos.

O reflexo desses desencontros de cristãos nas Américas é retratado aqui em textos de Nicolas Barré (1555/56) e em páginas de Jean de Léry, bem como em preciosos apontamentos de Nóbrega.

A INDIANIDADE

O espanto europeu na América tropical foi a indianidade, essa outra humanidade canibal e gentil que, longe dos mundos de então, se fizera a si mesma com o só propósito de existir curtindo a vida. Era o povo da floresta, íntimo das árvores gigantescas, das águas sem fim e de seus peixes inumeráveis, dos pássaros mil, e de toda a sorte de bichos com os quais aprendera a conviver, deixando-os viver.

Imensa foi a trabalheira que se deram centenas de europeus para decifrar essa indianidade contraditória, una, nos seus modos, e múltipla nas mil línguas que falavam. Aparentemente desordenada, sem lei nem rei, mas de vida organizada e tão solidária dentro de cada comunidade como jamais se vira. Dona de uma sabedoria detalhadíssima sobre a forma e o uso de tudo que a rodeava no reino vegetal e no animal e até no anímico, se se contam suas crenças em seres sobrenaturais.

Selecionamos uns quantos documentos da bibliografia inumerável que seu espanto produziu. Escolhemos os mais expressivos, tanto do verdadeiro ser dos índios, quanto da postura dos observadores europeus que os retrataram.

O calvinista Jean de Léry e o frade André Thevet, sobretudo o primeiro, nos dão descrições admiráveis da forma de organização da sociedade e da família indígena, bem como de sua bravura e de sua noção de honra. Falam, também, de suas crenças em seres míticos, aos quais se reportam para explicar porque o mundo é tal qual é, e de suas práticas mágicas e religiosas de tratamento do sobrenatural e de controle do incontrolável.

Editamos, depois, as vozes de dois capuchinhos que catequizaram no Maranhão: Yves d'Evreux e Claude d'Abbeville. Ambos se devotaram, com a maior honradez, ao entendimento dos modos de ser, de fazer e de pensar dos índios.

Sobre a sabedoria índia, nos diz:

> "(...) Na realidade é esse um povo que não quer ser guiado pela força, mas sim pela doçura e pela razão. São muito engenhosos e ativos na fabricação de tudo o que precisam para a caça, a pesca ou a guerra. São capazes de mil invenções para enfeitar seus arcos, suas flechas, seus ornatos de penas; sabem fazer os instrumentos de que se servem habitualmente. Poucos entre eles desconhecem a maioria dos astros e estrelas de seu hemisfério; chamam-nos todos por seus nomes próprios, inventados pelos seus antepassados. (...)" (ABBEVILLE, *Histoire de la Mission des Pères Capucins en l'Isle de Maragnan et terres circonvoisines ...*, 1614)

Chegaram a detalhes nunca alcançados sobre o

modo de vida dos índios e a descrições minuciosas de seus ritos de passagem.

"(...) O sexto grau contém os anos que vão de quarenta até a morte, e este é o mais honroso de todos; é ele que coroa com respeito e majestade os bravos soldados e os prudentes Capitães (...). Aquele que alcança esse período pelo curso de seus anos é chamado de Thouyuae, isto é, ancião (...). É ouvido com respeito numa assembléia, fala comedidamente e com seriedade sem se precipitar com as palavras, as quais são sempre acompanhadas de gestos naturais, explicando claramente o que ele quer dizer e o sentimento com o qual pronuncia essas palavras. As pessoas respondem mansamente e com todo o respeito, e os jovens olham-no e escutam atentamente quando fala. (...) Entre as danças que são praticadas, os anciãos entoam as canções e marcam o compasso, começando com uma voz muito baixa, grave, e subindo quase sempre até o timbre de nossa música. Suas mulheres cuidam deles, lavam seus pés, preparam e trazem sua comida, e se a carne ou o peixe ou o camarão apresentam alguma dificuldade, para serem facilmente mastigados, as mulheres cortam, descascam e ajeitam o alimento. (...)" (EVREUX, *Suitte de l'Histoire des choses plus memorables advenues en Maragnan, es années* 1613 & 1614, 1615)

Nesse campo, contamos, também, como fonte preciosa, com os textos de Anchieta. Ele leva seu capricho até a redigir o primeiro exemplar valioso de análise antropológica dos sistemas de parentesco. O que queria era distinguir, na multiplicidade de nomes que os índios dão às várias categorias de parentes, aqueles que, do ponto de vista cristão, são incestuosos dos que podem ter intercurso sexual sem pecado.

"(...) mas como os irmãos têm tanto poder sobre as irmãs, têm para si que lhes pertencem as sobrinhas, para as poderem ter por mulheres, e usar delas *ad libitum* se quiserem, assim como as mesmas irmãs, dão a uns e tiram a outros. (...) O terem respeito às filhas dos irmãos é porque lhes chamam filhas, e nessa conta as têm; e assim *neque fornicarie* as conhecem, porque têm para si que o parentesco verdadeiro vem pela parte dos pais, que são os agentes; e que as mães não são mais que uns sacos, em respeito dos pais, em que se criam as crianças (...)." (ANCHIETA, "Informação dos Casamentos dos índios do Brasil", segunda metade do século XVI)

Uns quantos outros autores, sem preocupações catequéticas, analisaram mais livremente a sexualidade indígena, que já fora objeto especial de atenção de Vespúcio e de Gabriel Soares. Ambos falam exuberantemente da luxúria das índias, insaciáveis na busca do gozo.

"(...) Outro costume têm extravagante, e que parece incrível: que as mulheres, sendo libidinosas, fazem inchar o membro de seus maridos tanto, que parecem brutos (...) mas quando podiam tratar com os nossos cristãos, impelidas pelo desejo, não tinham o menor pudor. (...)" (VESPÚCIO, *Mundus Novus,* 1503)

"(...) São os Tupinambás tão luxuriosos que não há pecado de luxúria que não cometam (...). São mui afeiçoados ao pecado nefando, entre os quais se não tem por afronta (...) e nas suas aldeias pelo sertão há alguns que têm tenda pública a quantos os querem como mulheres públicas. (...)" (SOUSA, Gabriel Soares de, *Tratado Descriptivo do Brasil,* 1587)

Pero de Magalhães Gandavo delata o lesbianismo indígena, falando de mulheres rudes, que guardavam castidade quanto aos homens, mas assumiam posturas masculinas, faziam a guerra, caçavam e se faziam tratar como maridos.

"(...) Algumas índias se acham nestas partes que juram e prometem castidade, e assim não casam nem conhecem homem algum de nenhuma qualidade, nem no consentirão ainda que por isso as matem. Estas deixam todo o exercício de mulheres e imitam os homens e seguem seus ofícios como se não fossem mulheres, e cortam seus cabelos da mesma maneira que os machos trazem, e vão à guerra com seu arco e flechas e à caça: enfim que andam sempre na companhia de homens, e cada uma tem mulher que a serve e que lhe faz de comer como se fossem casados. (...)" (GANDAVO, *Tratado da Terra do Brasil,* anterior a 1573)

O Irmão Pero Correia, em carta de 1551, se refere, de forma bastante semelhante, a casos análogos:

"(...) De maneira que tem aqui algumas mulheres que, nas armas e em tudo, se portam como homens e têm outras mulheres com as quais estão casadas. O maior insulto que se pode fazer-lhes é chamá-las de mulheres: quem fizer isso corre o risco de ser flechado. (...)" (Carta do Ir. Pero Correia ao Pe. João Nunes Barreto, de São Vicente, 20 de junho de 1551) *

Reproduzimos, também, alguns documentos preciosos sobre a originalidade dos sistemas indígenas de adaptação ao Trópicos através da coleta, da caça e pesca e, sobretudo, da lavoura. Eles criaram, autonomamente, uma agricultura de grande importância, que contribuiu ao mundo com alguns dos alimentos mais importantes,

* Tradução do espanhol por Jean François Cleaver.

como a mandioca, as batatas, o milho, o amendoim e algumas dezenas mais de cultivos comerciais.

Sobre as roças indígenas, diz Gabriel Soares:

"(...) Quando os Tupinambás vão às suas roças, não trabalham senão das sete horas da manhã até ao meio-dia, e os muito diligentes até horas de véspera; e não comem neste tempo senão depois destas horas, que se vêm para suas casas: os machos costumam a roçar os matos, e os queimam e limpam a terra deles; e as fêmeas plantam o mantimento e o limpam. (...)" (SOUSA, Gabriel Soares de, *Tratado Descriptivo do Brasil*, 1587).

A tantos testemunhos dos brancos sobre os índios, só conseguimos corresponder com quatro depoimentos deles sobre os brancos. Os primeiros, de dois chefes indígenas Tupinambá aliados dos franceses no Maranhão, Japi-açu e Momboré-uaçu, foram registrados por Abbeville. Em seu discurso, Momboré-uaçu compara a chegada dos Peró (portugueses) com a dos franceses, igualmente aflitos pela escravização dos índios.

"(...) O mesmo diziam os peró. Como estes, vós não queríeis escravos, a princípio; agora os pedis e os quereis como eles no fim. (...)" (*apud* ABBEVILLE, *Histoire de la Mission des Pères Capucins en l'Isle de Maragnan et terres circonvoisines*, 1614)

Os outros são os testemunhos de dois índios Potiguara que explicam porque aderiram aos invasores holandeses preferindo-os aos colonizadores portugueses. Nesse esforço, retratam uns e outros, suas maldades diferentes mas correspondentes.

"(...) Não acrediteis que sejamos cegos e que não possamos reconhecer as vantagens que gozamos com os Holandeses (entre os quais fui educado). Jamais se ouviu dizer que tenham escravizado algum índio ou o mantido como tal, ou que hajam em qualquer tempo assassinado ou maltratado algum dos nossos. (...) Não Philippe, vós vos deixais iludir; é evidente que o plano dos celerados Portugueses não é outro senão o de se apossarem deste país, e então assassinarem ou escravizarem tanto a vós como a nós todos. (...)" (Carta de Pedro Poti a Antonio Filipe Camarão, de 31 de outubro de 1645).

AS ANTI-UTOPIAS

Na fundação do Brasil, dois projetos de colonização se opõem a ferro e fogo. Ambos determinados a desfazer a indianidade e a refazê-la segundo dois modelos europeus: a anti-utopia teológica e a mercantil.

A religiosa, principalmente a mais articulada delas, que foi a jesuítica, era criar com os índios uma república pia. A colonial queria, cruamente, aliciá-los como força de trabalho para produzir mercadorias, sem se preocupar com a sociedade que resultasse dessa forma de recrutamento de mão-de-obra e de exploração das possibilidades econômicas da região dominada.

Documentamos o projeto oficial português de colonização no Brasil através de duas ordens de textos. Por um lado, os registros de um senhor de engenho, Gabriel Soares de Sousa, sobre seus esforços de mobilizar índios e negros para o trabalho nos seus engenhos. A outra ordem de documentos é formada por textos oficiais portugueses. O primeiro deles é a *Carta de Grandes Poderes*, de 1530, em que o Rei delega poderes reais a Martim Afonso de Sousa, conferindo-lhe direitos de vida e de morte sobre índios e colonos.

"(...) A quantos esta minha carta de poder virem faço saber que eu envio ora a Martim Afonso de Sousa do meu conselho por capitão-mor da armada que envio à terra do Brasil e assim de todas as terras que ele dito Martim Afonso na dita terra achar e descobrir (...) e todas outras pessoas que na dita armada forem e assim a todas as outras pessoas, e a quaisquer outras de qualquer qualidade que sejam, que nas ditas terras que ele descobrir ficarem e nela estiverem ou a ela forem ter por qualquer maneira que seja, que haja ao dito Martim Afonso de Sousa por capitão-mor da dita armada e terras e lhe obedeçam em tudo e por tudo o que lhes mandar e cumpram e guardem seus mandados assim e tão inteiramente como se por mim em pessoa fosse mandado sob as penas que ele puser; às quais com efeito dará a devida execução nos corpos e fazendas daqueles que o não quiserem cumprir assim, e além disso lhe dou todo poder e alçada, mero e

misto império, assim no crime como no cível sobre todas as pessoas (...) e ele determinará seus casos feitos assim crimes como cíveis e dará neles aquelas sentenças que lhe parecer Justiça conformes a direito e minhas ordenações até morte natural inclusive (...)." (D. JOÃO III, *Carta de Grandes Poderes ao Capitão-Mor Martim Afonso de Sousa*, 20 de novembro de 1530)

Publicamos, também, a *Carta Donatária de Duarte Coelho*, datada de 1534, em que ele ganha todo um país, a Capitania de Pernambuco. O trecho mais vivo do texto é aquele que reproduz e aplica ao Brasil as Bulas sinistras em que o Vaticano sacraliza a apropriação de terra e a escravização do gentio. Aqui fala a voz do Rei:

"(...) me apraz fazer doação e mercê ao dito capitão e governador e a seus sucessores de juro e herdade, para sempre, que dos escravos que eles resgatarem e houverem na dita terra do Brasil, possam mandar a estes Reinos vinte e quatro peças cada ano para fazer delas o que bem lhes convier, os quais escravos virão ao porto da cidade de Lisboa e não a outro algum porto e mandará com eles certidão dos oficiais da dita terra de como são seus, pela qual certidão lhe serão cá despachados os ditos escravos forros, sem deles pagar direitos alguns, nem cinco por cento, e além destas vinte e quatro peças, que assim cada ano poderá mandar para fora, hei por bem que possa trazer por marinheiros e grumetes em seus navios todos os que quiserem e lhes for necessários.(...)" (D.JOÃO III, *Carta de Doação da Capitania de Pernambuco a Duarte Coelho*, 5 de setembro de 1534)

O terceiro texto que editamos é o *Regimento de Tomé de Souza*, datado de 1548, que o investe nos poderes de governador geral do Brasil.

"Eu el-rei faço saber a vós Tomé de Souza fidalgo de minha casa que vendo eu quanto serviço de Deus e meu é conservar e enobrecer as capitanias e povoações das terras do Brasil e dar ordem e maneira com que melhor e mais seguramente se possam ir povoando para exaltamento da nossa santa fé e proveito de meus reinos e senhorios e dos naturais deles ordenei ora de mandar nas ditas terras fazer uma fortaleza e povoação grande e forte em um lugar conveniente para daí se dar favor e ajuda às outras povoações e se ministrar justiça e prover nas coisas que cumprirem a meus serviços e aos negócios de minha fazenda e a bem das partes; e por ser informado que a baía de Todos os Santos é o lugar mais conveniente da costa do Brasil (...) hei por meu serviço que na dita baía se faça a dita povoação e assento (...)." (D.JOÃO III, *1º Regimento que levou Tomé de Souza Governador do Brasil, circa* 1549)

E foi precisamente isto que se fez, sobre os corpos e sobre as almas dos índios. Depois de tentar domesticá-los junto das comunidades mamelucas, e ver que isto era impossível, os jesuítas inventaram as missões como reservas autônomas, em que concentravam índios de várias procedências, para organizá-los numa sociedade inventada sob o signo da santidade, da pureza e da prosperidade. O fracasso foi igual.

Um século depois, o experimento temerário se repetiu no Maranhão e na Amazônia, sob as luzes do mesmo projeto de colonização pia, redigido agora por Vieira.

O projeto de colonização jesuíta no Brasil é documentado aqui pelo duro texto de autoria de Nóbrega (1558). Nele, o provincial da Companhia de Jesus define o caminho da sujigação do gentio como condição prévia indispensável para a catequese, e postula a salvação das almas dos índios que escapassem desse duro tratamento como o objetivo mais alto da cristandade.

"(...) Primeiramente, o gentio se deve sujeitar e fazê-lo viver como criaturas que são racionais, fazendo-lhe guardar a lei natural, como mais largamente já apontei a Dom Leão o ano passado. (...) Este gentio é de qualidade que não se quer por bem, senão por temor e sujeição, como se tem experimentado, e por isso se S. A. os quer ver todos convertidos mande-os sujeitar e deve fazer estender os cristãos pela terra adentro e repartir-lhes o serviço dos índios àqueles que os ajudarem a conquistar e senhorear, como se faz em outras partes de terras novas, e não sei como se sofre, a geração portuguesa que entre todas as nações é a mais temida e obedecida, estar por toda esta costa sofrendo e quase sujeitando-se ao mais vil e triste gentio do mundo. (...) Sujeitando-se o gentio, cessarão muitas maneiras de haver escravos mal havidos e muitos escrúpulos, porque terão os homens escravos legítimos, tomados em guerra justa, e terão serviço e vassalagem dos índios e a terra se povoará e Nosso Senhor ganhará muitas almas e S. A. terá muita renda nesta terra, porque haverá muitas criações e muitos engenhos já que não haja muito ouro e prata. (...)" (NÓBREGA, *Apontamento de Cousas do Brasil*, 8 de maio de 1558)

O padre Fernão Guerreiro (1605) nos dá um impressionante relato do extermínio dos índios da costa atlântica nas guerras, nas fomes e na escravização.

"(...) E para que isto se entenda melhor se há de saber que naqueles primeiros vinte anos, depois que os nossos entraram no Brasil havia

junto do mar tão grande multidão de gente que dizia Tomé de Souza, que foi governador daquelas partes, a El-Rey D. João III, que ainda que os cortassem em açougue nunca faltariam, e assim nos primeiros quarenta anos, eram infinitos os que se convertiam, e as igrejas eram muitas. Porém como os brancos portugueses (...) começaram de lançar mão dos naturais da terra, e o que pior é, a cativá-los para diversas partes da mesma Província. Pelo que os pobres *Brazis* como de sua natureza são tristes e coitados, entraram em tamanha melancolia, que os mais deles morreram e se consumiram: outros fugiram pela terra adentro e não pararam senão dali a cento, ou duzentas léguas, e deixaram a fralda do mar despovoada.(...)" (GUERREIRO, *Relação annual das cousas que fizerão os Padres da Companhia de Jesus ... nos annos de 1602 e 1603...*, 1605)

Antológico é também o texto, aqui reproduzido, das recomendações de Vieira sobre o governo dos índios, datado em 1655. Um século depois de Nóbrega e do fracasso do seu plano de colonização, Vieira instrui os jesuítas que se lançaram sobre os povos índios da Amazônia. E o mesmo furor furioso é redobrado com eficácia na criação de um mundo pio e submisso, mas próspero. Tão próspero que Portugal acabou por liquidar o grande experimento jesuítico em 1759, tal como a Espanha faria em 1769 com as missões do Rio da Prata, por sua incompatibilidade insanável com o projeto de dominação colonial das Américas.

"(...) desde o princípio da fundação de nossa América, em que sempre os senhores reis de Portugal e seus governadores mandaram criar aldeias, as quais somente permaneceram; e os índios que na Bahia, Pernambuco e outras capitanias se repartiram pelos Portugueses, no princípio de suas fundações, não chegaram a netos; e se chegaram, que é deles? E nas mesmas capitanias do Sul, S. Paulo e S. Vicente, hão permanecido até o presente as aldeias com que se começaram aquelas conquistas, e os índios dos moradores foram sempre tantos os que lhes morreram, como os que trouxeram e desceram dos sertões; de onde vem que continuamente fazem entradas, e não há limite em trazerem mais e mais índios, porque todos matam em suas casas com trabalho, sendo este gentio menos robusto para tanto. E bem se verifica esta verdade com não haver hoje já índios quinhentas e seiscentas léguas ao redor das capitanias do Sul, S. Paulo e S. Vicente, obrigando a falta e a cobiça àqueles moradores a os ir buscar aos confins das cabeceiras do grande rio das Amazonas (...)." (VIEIRA, "Parecer sobre a conversão e governo dos Índios e Gentios", 1655)

Anos depois, o governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará (1718-1722), Bernardo Pereira de Berredo, que escreveu a história deste Estado até sua morte em 1748, relata e apura os resultados desta política de colonização, glorificando as guerras de extermínio dos índios da região.

"(...) Entrou a nova sucessão de 1665, e o Sargento-Mor Antônio da Costa, que seguia os passos do tenente-general, o achou já bem ensanguentado no merecido açoute dos inimigos; mas reforçado mais com este socorro, multiplicou tanto os seus estragos, que chorou o último a aleivosia daqueles tapuias no fatal incêndio de trezentas aldeias, depois da mortandade de setecentos homens dos mais valerosos das suas nações, e o cativeiro de quatrocentos, que arrastando cadeias na cidade de Belém do Pará, como aparatos da vitória, fizeram maior a celebridade nos interesses dela. (...)" (BERREDO, *Anais Históricos do Maranhão*, 1749)

O documento mais triste e mais expressivo desta tragédia se deve ao jesuíta Joam Guinzel (1699) que, adulando o governador geral do Brasil, defende até o massacre de índios. Era um anti-Vieira, desfazendo a obra do grande missionário dois anos após sua morte.

AS PESTES DA CIVILIZAÇÃO

A obra do homem branco, seu legado, glória e vergonha, é o mundo extra-europeu atual, com sua humanidade inumana, afundada na miséria. Efetivamente, o resultado da fúria expansionista européia ocidental sobre o mundo exterior foi a degradação das bases ecológicas e culturais que permitiam a milhares de povos viver contentes sua forma original de vida. Recrutados para a civilização, quer dizer, para o mercado, como mão-de-obra escrava, produtora de mercadorias, aqueles povos se transfiguraram radicalmente.

A humanidade atual, de quatro e meio bilhões de pessoas, um bilhão concentrados na Europa, nos Estados Unidos, no Japão e numas poucas províncias ricas, tem a serviço de sua prosperidade todos os três e meio bilhões restantes, mal lhes dando condições de sobreviver.

A dominação européia se deu através de várias formas de guerra. A começar por uma verdadeira guerra biológica representada pelas pestes que o homem branco trazia no próprio corpo e que produziram uma verdadeira razia de depopulação ao grassar sobre populações indenes.

Este fator de natureza ecológica representou um papel fundamental na dizimação das populações indígenas brasileiras. Enfermidades como a gripe, a tuberculose, o sarampo, a bexiga, a caxumba e muitas outras, uma vez atingindo as populações americanas, grassaram tragicamente, exterminando milhões.

Devemos a Anchieta alguns testemunhos sobre as epidemias na Bahia:

"(...) No mesmo ano de 1562, por justos juízos de Deus, sobreveio uma grande doença aos índios e escravos dos portugueses, e com isto grande fome, em que morreu muita gente, e dos que ficavam vivos muitos se vendiam e se iam meter por casa dos portugueses a se fazer escravos, vendendo-se por um prato de farinha, e outros diziam, que lhes pusessem ferretes, que queriam ser escravos: foi tão grande a morte que deu neste gentio, que se dizia, que entre escravos e índios forros morreriam 30.000 no espaço de 2 ou 3 meses. (...) poucos escaparam que não fossem escravos, porque uns vendiam aos outros, outros se vendiam a si mesmos, introduzidos todos estes costumes pelos portugueses. (...)" (ANCHIETA, "Informação dos primeiros aldeamentos da Baía", *circa* 1587)

O texto seguinte é um balanço do fracasso das missões ou do sucesso da dizimação dos índios como forma de colonização:

"(...) A gente que de 20 anos a esta parte é gastada nesta Bahia, parece coisa, que se não pode crer: porque nunca ninguém cuidou, que tanta gente se gastasse nunca, quanto mais em tão pouco tempo; porque nas 14 igrejas, que os Padres tiveram, se juntaram 40.000 almas, estas por conta, e ainda passaram delas com a gente, com que depois se forneceram, das quais se agora as três igrejas que há tiverem 3.500 almas será muita. (...) De seis anos a esta parte, sempre os portugueses desceram gente para suas fazendas, quem trazia 2.000 almas quem 3.000, outros mais, outros menos: veja-se de seis anos a esta parte o que isto podia somar, se chegam ou passam de 80.000 almas. Vão ver agora os engenhos e fazendas da Bahia, achá-los-ão cheios de negros de Guiné, e mui poucos da terra e se perguntarem por tanta gente, dirão que morreu. (...)" (ANCHIETA, idem)

Nesse sentido, se pode dizer que foi uma guerra biológica a que venceu realmente a resistência indígena. Sem a dizimação por ela provocada, é pensável que a resistência indígena pudesse pôr limites à completa dominação dos colonos. Quando a estes fatores deletérios se somaram o genocídio e o etnocídio, provocados pela escravização e pela catequese, a hecatombe tornou-se inevitável. Dessa forma foram liquidados, nos dois primeiros séculos, segundo nossos cálculos, cerca de quatro dos seis milhões de índios que viviam na área hoje ocupada pelo Brasil, pelo Paraguai e pelo Uruguai.

GENOCÍDIO E ETNOCÍDIO

Além da dizimação involuntária, provocada pelas enfermidades brancas, a dominação exigiu, também, guerras de extermínio e de apresamento de escravos que, junto com o exercício da escravidão, da forma mais brutal, resultou num imenso desgaste de gente.

Entre os inúmeros testemunhos do genocídio e do etnocídio dos índios naqueles dois primeiros séculos, utilizamos, exemplificativamente, os que falam das guerras de Mem de Sá contra os Caeté na Bahia e em outras Capitanias como as do Espírito Santo e de Ilhéus.

Anchieta anota o drama dos índios da Bahia com estas palavras:

"(...) Vendo os índios os insultos e agravos que os Portugueses lhes faziam em os cativar, assim os das igrejas mais principais que tínhamos, e todo o mais gentio que estava por esta terra, e pelas falsidades que os Portugueses por si e por seus escravos lhes diziam da guerra que lhes haviam de dar, e eles viam pelo olho como eram salteados,se levantou parte do gentio de Paraguaçú e Cirigipe (Sergipe), indo-se para o sertão; e das nossas igrejas, a saber: Santo Antônio, Bom Jesus, S.Pedro, S.André, 12.000 almas, ficariam 1.000 pouco mais ou menos (...) e como este gentio andava espalhado pelo mato buscando alguma coisa para comer, como fruta, raizes, e alguma outra coisa, davam os Portugueses com os índios que levavam sobre eles, a uns que a fome tinha consumido acabavam de matar, aos outros que tinham mais força traziam por escravos; mas nisto se via bem a justiça divina, que não queria, que eles gozassem de bens tão mal adquiridos, porque em cá chegando o gentio que traziam lhes morria (...)." (ANCHIETA, "Informação dos primeiros aldeamentos da Baía", *circa* 1587)

O próprio governador assim relata suas façanhas:

"(...) entrei nos Ilhéus fui a pé dar em uma aldeia que estava sete léguas da vila (...) dei na aldeia e a destrui e matei todos os que quiseram resistir, e a vinda vim queimando e destruindo todas as aldeias que ficaram atrás, e, por se o gentio ajuntar e me vir seguindo ao longo da praia, lhe fiz algumas ciladas onde os cerquei e lhes foi forçado deitarem-se a nado ao mar costa brava / mandei outros índios atrás deles e gente solta, que os seguiram perto de duas léguas e lá no mar pelejaram de maneira que nenhum Topenequim (Tupiniquim) ficou vivo, e todos os trouxeram a terra e os puseram ao longo da praia, por ordem que tomavam os corpos perto de uma légua (...)." (SÁ, Mem de, "Instrumentos dos serviços de Mem de Sá", 1570)

Mem de Sá chega a receber, por suas atividades na "pacificação" da colônia, elogios do Rei D. Sebastião, em carta de fins de 1558:

"(...) recebi as vossas cartas do primeiro de junho e dez de setembro e por elas soube como a capitania de Vasco Fernandez Coutinho ficava muito pacífica, e o seu gentio tão castigado, mortos tantos, e tão principais, que parecia que não levantariam tão cedo cabeça, e recebi muito contentamento com essas Boas Novas (...)." (Carta do Rei D. Sebastião para Mem de Sá, governador do Brasil, fins de 1558).

Os jesuítas exultavam com a dureza guerreira de Mem de Sá. Anchieta chegou a escrever um poema de 3.054 versos em latim para louvar suas façanhas. Poema infeliz, porque é o impedimento principal à sua canonização. O Vaticano gostaria muito de fazer deste ilhéu das Canárias o primeiro Santo brasileiro. Mas isto se tornou impossível por causa destes versos exultantes:

"(...) Acende-se mais a mais a coragem do chefe e seus bravos: derrubam a golpes mortais, muitos selvagens. Ora decepam braços enfeitados com penas de pássaros, ora abatem com a lâmina reluzente cabeças altivas, faces e bocas pintadas de vermelho urucum (...). Junto ao mar o estrondo ecoa medonho, enfurece horrendo na praia o soldado matando e enterrando vitorioso na areia corpos aos montes e almas no inferno (...). 'Triunfadores meus, diz o chefe (...) Ou exterminar de vez esta raça felina com a ajuda de Deus, ou sepultar-nos na areia gloriosamente'. (...) Fossem mais crentes os colegas, mais viris os seus braços, fervesse-lhes no peito um sangue mais quente, acompanhassem sempre, lado a lado, o seu chefe, e esse dia marcaria a ruína desses feros selvagens, atirando-os para as sombras eternas do inferno. (...)" (ANCHIETA, *De Gestis Mendi de Saa*, 1560)

Na estrofe mais eloqüente do seu péssimo poema, Anchieta proclama como ato mais heróico de Mem de Sá

"(...) cento e sessenta aldeias incendiadas, mil as casas arruinadas pela chama devoradora, assolados os campos com suas riquezas, passado tudo pelo fio da espada (...)." (ANCHIETA, idem)

Sobre a campanha militar contra os Potiguara e aliados franceses na conquista da Paraíba, reproduzimos o testemunho do Pe. Simão Travassos (1603), onde se vê a matança dos índios e sua resistência durante mais de quatro anos de lutas.

"(...) e com isto levaram os inimigos diante de si, deitando-os fora de mil labirintos que ali tinham feito e ordenado, e por extremo fortificados, ficando todavia as suas estâncias semeadas de mil corpos mortos (...) e por o nosso gentio dar o seu urro primeiro que entrasse fugiram alguns, ainda que se fez incredível matança, e se tomaram setenta ou oitenta peças contra vontade do ouvidor, que não queria senão que os matassem, e mandou seguir o alcance por uma parte e outra, e foi tal que durou mais de uma légua até outra grande cerca, na qual foram repousar, na qual tudo foram corpos mortos dos inimigos e dos nossos nenhum, salvo quatro ou cinco feridos (...) indo-os sempre picando com alguns mortos até chegarem a uma aldeia, onde fizeram grande resistência, fazendo algumas voltas, tudo

por salvarem as mulheres e filhos que ali tinham, com que o negócio esteve em peso, porque três ou quatro vezes os levaram e nos tornaram a levar em ondas, até que chegou o corpo da nossa gente com o ouvidor-geral e carregando rijo os levaram de todo (...). Daqui lhe fomos aquele dia destruindo três ou quatro aldeias (...)." (TRAVASSOS, *Summario das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahyba*, 1603)

Devemos a Fernão Cardim (1584) outro minucioso balanço do extermínio dos povos da costa atlântica.

"(...) Os primeiros desta língua se chamam *Potyguaras* (Potiguara) senhores da Paraíba (...) e grandes amigos dos franceses (...) mas agora na era de 84 foi a Paraíba tomada por Diogo Flores, General de Sua Majestade, botando os franceses fora (...). Perto destes vivia grande multidão de gentio que chamam *Viatã*, destes já não há nenhuns (...) e finalmente, tendo uma grande fome, os portugueses em vez de lhes acudir, os cativaram e mandaram barcos cheios a vender a outras Capitanias (...). Dos Ilhéus, Porto Seguro até Espírito Santo habitava outra nação, que chamavam *Tupinaquim* (Tupiniquim); estes procederam dos de Pernambuco e se espalharam por uma corda do sertão, multiplicando grandemente, mas já são poucos (...). Há outra nação parente destes, que corre do sertão de São Vicente até Pernambuco, a que chamam *Tupiguae*: estes eram sem número, vão-se acabando, porque os portugueses os vão buscar para se servirem deles (...) Outra nação que se chama *Tamuya* (Tamoio), moradores do Rio de Janeiro, estes destruíram os portugueses quando povoaram o Rio, e deles há muito poucos (...)." (CARDIM, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, 1584)

Na Amazônia e no Maranhão, Bento Maciel Parente relata, em memorial de 1630 dirigido ao Rei, ações de guerra contra os Tupinambá rebelados.

"(...) Entrou com oitenta homens e quatrocentos Índios flecheiros nas províncias dos Tupinambás insurgentes, que tinham matado mais de cem Portugueses espalhados e, começando a castigá-los nas aldeias de Tapuitapera, foi seguindo-os, matando e destruindo, até o Grão Pará, a mais de cem léguas. (...)" (Memorial de Bento Maciel Parente, 1630)*

Simão Estácio da Silveira (1624), ainda sobre a conquista do Maranhão aos franceses, descreve o extermínio dos Tupinambá por Bento Maciel Parente.

"(...) E por terra foi o Capitão Bento Maciel Parente desde o Maranhão com oitenta homens, e seiscentos índios flecheiros das aldeias do Maranhão e fez neste gentio grandes estragos, e os mais deles descompostos de suas aldeias, e fugitivos pelos matos caíram nas mãos dos Tapuyas (outra nação sua contrária) que com esta ocasião mataram, comeram e cativaram quantos acharam, e se entende, que passariam de quinhentas mil almas os mortos, e cativos. (...)" (SILVEIRA, *Relação Sumária das Cousas do Maranhão*, 1624)

Na conquista do Maranhão e da Amazônia, os portugueses enfrentaram não apenas os franceses mas também ingleses e holandeses, instalados em feitorias e vivendo com o acolhimento dos índios seus aliados. O Pe. Luiz Figueira (1631) narra as guerras dos portugueses contra os "estrangeiros" no Maranhão e Grão-Pará e propõe o estabelecimento dos missionários como forma de garantir a permanência portuguesa na área.

"(...) E é coisa evidente que para se evitar o comércio dos estrangeiros naquelas partes, não tem Sua Majestade melhor meio, que pôr ali religiosos, que domestiquem o gentio, para que assim não os admitam a fazer tabaco. E ainda que não pode haver ali religiosos sem armas, contudo por de mais importância tenho haver religiosos que armas, para o tal fim. Porque, por armas não hão de deixar de vir estrangeiros a fazer tabaco, se o gentio lhes der entrada e lhes administrar as roçarias para o tabaco, o qual eles não podem fazer sem este ministério do gentio. (...)" (FIGUEIRA, *Relação de vários sucessos acontecidos no Maranhão e Grão-Pará contra os índios*, 1631)

As guerras de extermínio dos índios do Nordeste brasileiro, aliados dos holandeses, foram preconizadas até mesmo em Carta Régia de 9 de janeiro de 1662 da Rainha D. Luiza de Gusmão.

"(...) conviria fazer-lhes guerra, com que se extingam de uma vez por se não criar neles e em seu valor pelo incansável exercício que têm na guerra outros araucanos, como em Índias de Castela, por terem já muita quantidade de cavalos, em que se exercitam com a doutrina que lhes deixaram os holandeses. (...)" (Carta Régia de 9 de janeiro de 1662, dirigida ao governador do Brasil pela Rainha D. Luiza de Gusmão)

A resistência indígena é apresentada por nós através do testemunho de Rouloux Baro, intérprete holandês que esteve entre os índios Janduí do Nordeste e que relata sua estada entre eles na *Relação da Viagem ao País dos Tapuias* (1647).

* Tradução do espanhol por Jean François Cleaver

Em face desta documentação macabra sobre os resultados da evangelização, devemos concluir que a terceira peste da civilização foi a catequese. Seu furor etnocida matava os povos em sua alma, ao desmoralizar suas crenças. Os missionários, como agentes da europeização, coroaram e sacramentaram a obra de extermínio através das pestes, das guerras e da escravização. Assim, apesar de seus conflitos internos entre jesuítas e colonos, o homem branco desfez o mundo multiétnico anterior em seu próprio benefício.

É verdade que os colonos e missionários contrastavam fortemente entre si. Os índios eram vistos por eles como seres distintos e até opostos, conforme o olho que os olhasse. Para os missionários, uma vez reduzidos e postos na missão, eram dóceis catecúmenos que, através da evangelização, se fariam a parcela melhor da cristandade. Para os povoadores eles eram, se mulheres, os ventres em que se multiplicavam prodigiosamente, gerando milhões de bastardos; se homens, a força de trabalho de que necessitavam para devastar as matas, navegar os rios, plantar as roças e edificar as cidades.

O antagonismo principal da vida colonial brasileira, nos primeiros séculos, foi esse conflito de missionários, dispostos a jogar todas as cartas na Corte e no Brasil para dominar os índios, contra colonos, que também apelavam para tudo que fosse possível, no sentido de não lhes faltar o remédio indispensável a seu enriquecimento, que era a escravização da indiada. Nos primeiros tempos preponderavam os missionários, exceto no Recife, e suas missões cresceram e prosperaram até constituírem, elas também, por sua riqueza, um objeto de inveja e de disputa. Venceram, depois, os colonos, impondo sua vontade e inclusive convertendo os missionários em aliciadores da mão-de-obra indígena para o trabalho escravo.

Entre os próprios sacerdotes e mesmo entre os jesuítas havia contrastes assinaláveis. Para documentarmos estas discrepâncias reproduzimos dois textos exemplares. O do processo do Padre do Ouro (Antonio de Gouveia), entre 1571 e 1575, que retrata um jesuíta aventureiro e ousado que, através de manipulações da fé cristã e das superstições do gentio, enganava aos colonos e escravizava aos índios.

"(...) que indo ele desta vila (Olinda) pelo sertão adentro, entre o gentio, dizendo que ia descobrir minas de prata e de ouro, ele levara ornamentos, que diziam ser de Inglaterra e de luteros, convém saber vestimentas, e assim levara cálice sagrado e pedras de ara, e corporais e hóstias, com os ditos ornamentos, sem saber se era a vestimenta sagrada, dissera por muitas vezes missa nos campos desertos, entre o gentio com quem andava em guerra (...) fazendo estações e admoestações de pregações e, não embargante isto, nos próprios dias e tempos em que celebrava, andava em guerras com o dito gentio, nas quais guerras matou e mandou matar muito gentio, e cativou e logo mandou ferrar no rosto (...) e aonde chegava em aldeias de paz, depois de o agasalharem os principais debaixo de paz, os mandava meter em ferros (...) e aos que salteava e mandava saltear, depois de os ter em seu poder os fazia cristãos sem o eles pedirem (...)." (Traslado do auto de 1571, "Processo do Padre Antonio de Gouveia na Inquisição de Lisboa")

O outro, do padre Manoel de Moraes (1640-1646), mameluco e espertíssimo jesuíta desviante que, apesar de aderir aos holandeses e até se converter ao protestantismo, julgado pela Santa Inquisição, consegue escapar da fogueira.

"(...) declarou que na dita cidade de Amsterdã (...) lhe mostrou Diogo de Aranzede um alto preto, magro e feio que representava ser de perto de cinqüenta anos que ele conhecia muito bem de Pernambuco e se chamava o padre Manoel de Moraes, onde era padre da Companhia, sacerdote e teólogo e capitão do gentio, e quando os Holandeses entraram na Paraíba se lançou com eles, e depois se foi a dita cidade de Amsterdã, onde andava vestido de curto como secular com um traçado e estava casado com uma mulher viúva, pobre e o casou um predicante calvinista, o que ele sabe por ser público e constante na dita cidade (...) e que também era público que o dito padre Manoel de Moraes era herege e o tinham todos por isso e se dizia ser calvinista (...)." (Auto do ano de 1647, "Processo do Padre Manoel de Moraes")

O brasileiro é aquele que se assume como brasileiro para deixar de ser ninguém. É filho da índia prenhada por um branco, que não se identifica com seu gentio materno, subjugado e subalterno, mas também não é aceito como igual pelo gentio paterno, que o vê como filho da terra, bastardo e espúrio.

É o mulato, parido por uma negra prenhada pelo amo ou pelo capataz, que não quer ser negro, por ser mais claro e por rejeitar a condição servil da mãe, mas não é visto como igual pelos brancos, nem, sequer, como gente verdadeira. Esses mestiços e mulatos, Zé-ninguéns, já não sendo índios, nem afros, nem europeus, caem no vazio do não ser, de que só podem escapar assumindo outro ser, outra identidade, a de brasileiro.

Brasileiro é, pois, esta gente nativa mestiça, sobrante e indesejada, que irrompe na sociedade colonial, partida entre senhores e escravos, como uma entidade nova e intrusa. A imensa maioria destes brasileiros, tanto os de ontem como os de hoje, tidos como brancos, deixa ver, nas feições, a marca de sua origem indígena; se morenos, sua ancestralidade africana.

Tendo vindo para o Brasil poucos homens brancos, no primeiro século, e pouquíssimas mulheres brancas, a mãe natural e corrente de todo brasileiro é mesmo a índia. Com a descendência, o branco representando sempre o papel do enraçador privilegiado, certa branquitude se instalou, sem contudo anular a herança indígena.

O branco do Brasil, com sua feição ameríndia, é o fruto da gestação dessas multidões de mestiços índio-branco. Ainda que ele se fizesse pela penetração recíproca que a nativa e o lusitano exerceram um sobre o outro, prevaleceu no moreno brasileiro uma fenotipia indígena. Assim foi, desde os primeiros tempos, e assim continua sendo, séculos afora.

O mesmo ocorre com os negros. Ainda que tenham vindo poucas mulheres negras, em relação ao número de homens negros importados para o trabalho, elas produziram quantidades de mulatos, porque era quase nula a possibilidade de que o negro tivesse a oportunidade de cobrir uma negra. O mesmo ocorre com as mulatas que, sendo especial objeto de desejo, cruzavam principalmente com brancos, branquizando e negrejando os brasileiros. A mulataria, assim, multiplicou-se extraordinariamente, ainda que em proporção menor que os mestiços oriundos da mãe indígena.

A prodigiosa multiplicação dos lusitanos no Brasil se desencadeia como um processo de sucessão ecológica, que vai substituindo a população indígena dizimada por uma massa crescente de mestiços. Aos olhos dos índios, aqueles invasores eram uma gente fantástica, vinda de terras miraculosas, talvez até da moradia dos deuses, da sua mítica Terra-sem-Males do além-mar, que só os heróis podem alcançar.

Os primeiros índios que viram europeus desembarcarem nas praias brasileiras devem ter tido deles uma visão horrível, achando-os medonhos. Ao contrário do europeu, que desembarcava encantado com a beleza do gentio, de vergonhas à mostra, que encontrava aqui, estes, o que viam chegar, era uma gente estranha. Homens barbados, hirsutos, chagados de escorbuto, enrolados em panos mulambentos, sujos e fétidos da catinga natural dos brancos, agravada pela longa travessia sem banho.

As índias viram, depois, que, apesar de tão branquelos e peludos, tinham sua graça e eram até suportáveis, após o banho. Prontamente ofertavam, alegres, suas graças aos recém-chegados. Começou, então, ali, naquela hora, a gestação dos brasileiros.

Não foram, entretanto, supostas virilidades e en-

cantos dos portugueses, dos franceses, dos ingleses, dos holandeses, que fizeram deles reprodutores extraordinários. O europeu representava, acima de tudo, a estranha gente que lhes dava acesso às mercadorias européias. Eram os donos e distribuidores dos bens mais preciosos que jamais de vira. Facas de aço cortante, como nunca existira nada igual; machados, infinitamente melhores que suas maças de pedra polida; tesouras, canivetes, além de espelhos mágicos, capazes de mostrar fielmente qualquer careta; e as preciosíssimas miçangas coloridas de porcelana, que passaram a ser o objeto do desejo maior das índias e dos índios.

CUNHADISMO

Para obter estes bens, que logo se tornaram indispensáveis para cada um dos tantos milhões de índios da costa, havia que estabelecer relações estáveis com algum, ou alguns, dos estranhos. Na tradição tribal, a única forma de relacionar-se pacificamente com estranhos era integrá-los no grupo comunitário tribal, estabelecendo com eles uma relação de parentesco. Isto se alcançava fazendo-os casarem com uma das moças da aldeia para convertê-los em cunhados, genros e, logo depois, em pais, tios e avós.

Esta instituição indígena tradicional, o cunhadismo, tornou-se a forma de vínculo fundamental que viabilizaria a colonização. Funcionando prontamente, ele pôs à disposição dos brancos quantidades de índias, que com eles foram viver como esposas, e de cunhados, que iam com elas, para servi-los. Cada aldeia indígena se esforçava, quanto podia, para dar uma moça ao estrangeiro, a fim de fazer dele um cunhado, ganhando, assim, sua boa vontade. Desde as primeiras eras isto se vê nos registros preciosos de Vespúcio (1501-1503) sobre a suposta sofreguidão erótica das índias e a licenciosidade dos índios em oferecer suas irmãs e filhas. O que ele e outros cronistas viram como luxúria das índias, talvez não fosse mais que o empenho em conseguir estabelecer aquela relação indispensável.

Anchieta, falando do sistema de parentesco dos Tupinambá, nos diz que, por toda a costa e sertão do Brasil, os portugueses recebiam moças doadas por seus pais e irmãos, dizendo-lhes:

"(...) leva esta para tua mulher, com saberem que muitos daqueles portugueses eram casados; e ainda que os portugueses as tinham por mancebas, contudo as tinham de praça nas aldeias dos Índios, ou fora delas, com mulher, filhos e filhas, porque para os Índios não era isso pejo nem vergonha, e lhes chamavam *Temericó* a mulher de N., e a eles genros, e os portugueses aos pais e mães delas, sogros e sogras, e aos irmãos cunhados, e lhes davam resgates, ferramentas, roupas, etc., como a tais, como os Índios a que chamam genros lhes vão a roçar ou a pescar algumas vezes. (...)" (ANCHIETA, "Informação dos casamentos dos índios do Brasil", segunda metade do século XVI)

Dos varões reprodutores de mamelucos que alcançaram celebridade se destaca João Ramalho, fundador de São Paulo, de quem Tomé de Souza disse ao Rei, em carta de 1553:

"(...) tem tantos filhos e netos, bisnetos e descendentes dele, que o não ouso dizer a Vossa Alteza. Não tem cãs na cabeça nem no rosto e anda nove léguas a pé antes de jantar (...)." ("Carta de Tomé de Souza a el Rey com muitas notícias das terras do Brasil", 1º de junho de 1553)

Nóbrega descreve seus costumes de índio, assim como os de seus filhos, em carta de 1553:

"(...) Nesta terra está um João Ramalho. É o mais antigo dela e toda a sua vida e a dos seus filhos é conforme à dos índios e é uma *petra scandali* para nós, porque a sua vida é principal estorvo para com a gentilidade que temos, por ele ser muito conhecido e muito aparentado com os índios. Têm muitas mulheres. Ele e seus filhos andam

com irmãs e têm filhos delas, tanto o pai como os filhos. Vão à guerra com os Índios e as suas festas são de Índios e assim vivem andando nus como os mesmos Índios. Por todas as maneiras o temos provado e nada aproveita, até que já o deixamos de todo. Este estando excomungado, por não se confessar, e não querendo os nossos Padres celebrar com ele, disse que também os Padres e Irmãos pecavam com as negras o que fez presumir ser alguma coisa, ajuntando-se com isto estarem as negras na mesma rua. (...)" (NÓBREGA, Carta ao Pe. Luís Gonçalves da Câmara, 15 de junho de 1553)

O aventureiro alemão Ulrich Schmidl, que visitou a vila de Santo André, moradia de Ramalho, disse dela que se sentia mais seguro numa aldeia de índios do que ali, acrescentando que mais parecia um covil de bandidos. Diz, ainda, que Ramalho era homem de levantar em armas até cinco mil índios, enquanto o governo não conseguiria levantar dois mil.

Outro varão heráldico foi Diogo Álvares, o Caramuru, fundador da Bahia, onde teria naufragado em 1510. Dele diz o historiador Rocha Pita que recebeu, como prova de consideração, as filhas dos principais para concubinas e a de um morubixaba, de nome Paraguaçú, para esposa principal. Esse conceito de esposa primeira é, também, indígena. Diz respeito a Temirecó-ipy, que na família poligínica tinha uma posição de predecessora.

Os registros mais minuciosos dos espanhóis, sobre o mesmo fenômeno no Paraguai, falam de europeus que tiveram sessenta e até oitenta esposas índias. Esta relação lhes conferiu uma enorme influência junto a vários povos índios, além de pôr à sua disposição a vasta mão-de-obra representada pela mulher, que era especializada no trabalho da lavoura, e de todos os cunhados que ela podia chamar para ajudar no trabalho.

Devemos a Schmidl o relato da fundação de Assunção por Ayolas em 1536, após a vitória sobre os índios Cário, de nação Guarani:

"(...) También trajeron y regalaron a nuestro capitán Juan Ayolas seis mujeres, la mayor era de dieciocho años de edad; también le hicieron un presente de unos nueve venados y otra carne de monte. Además nos pidieron que permaneciéramos con ellos, y dieron a cada gente de guerra u hombre dos mujeres para que cuidaran de nosotros, cocinaran, lavaran y atendieran en otras cosas más de las que uno en aquel tiempo ha necesitado. También nos dieron sustento de comida, de la que nosotros tuviemos necesidad en esta ocasión. (...)" (SCHMIDL, *Viajes al Rio de la Plata*, 1567)[1]

O povoamento também ali se dá sobre estes pródigos ventres indígenas e pelo sistema índio de converter submissão em parentesco através do cunhadismo.

Outro conquistador, Irala, em 1541, avalia a importância dos "serviços" prestados pelas índias:

"(...) y han dado para el servicio de los cristianos 700 mujeres para que les sirvan en sus casas y en las rozas por el trabajo de las cuales y porque Dios ha sido servido de ello principalmente, se tiene tanta abundancia (...)." *(La relación que dejó D. M. de Irala al despoblar Buenos Aires*, 1541)[2]

Acresce ainda que muito índio, sobretudo os jovens, terá preferido ir viver junto aos cunhados nessas comunidades nascentes neo-brasileiras, do que na aldeia. Lá o atraíam a novidade, a aventura, a guerra e a chance de exibir a sua valentia. Não é impossível que algum índio, sem necessidade de cunhadismo nenhum, quisesse associar-se livremente a esses bandos para lucrar o que pudesse, inclusive apresando escravos ele também. Há testemunhos nesse sentido.

Nos testemunhos sobre as Bandeiras paulistas que assaltaram e destruíram as missões jesuíticas do Guairá, por exemplo, se verifica que os mamelucos eram acompanhados por grandes tropas indígenas.

"(...) estavam no campo novecentos homens daquela vila (São Paulo) e sua jurisdição com três mil índios para vir até estas partes assaltar e roubar estas Reduções (...)." (Carta do Governador do Paraguai, D. Luis Cespedes Xeria a Sua Majestade, 8 de novembro de 1628)*

Ainda sobre os assaltos dos bandeirantes para a escravização dos índios reduzidos pelos padres da Com-

(1) Em: BALLESTEROS-GAIBROIS, vol. 2, 1962: 291-92.
(2) *apud* SUSNIK, vol I, 1965:10

* Tradução do espanhol por Maria Eulália Gu ..rrez Orellana.

panhia de Jesus no sul, Simon Maceta e Justo Mancilla, em 1629, fazem referência aos índios "Tupì" que acompanhavam os portugueses e mamelucos paulistas nas Bandeiras.

"(...) Manuel Preto, grande fomentador, autor e cabeça de todas estas entradas e malocas, já que toda sua vida tinha andado nelas, levando muitos portugueses e tupis em sua companhia para trazer índios pela força das armas (...) foi outra vez com muita gente dos portugueses, mamelucos e tupis a título de povoar o porto de Santa Catarina, mas o intento que o leva é capturar e desolar índios (...)." ("Relación de los agravios que hicieron algunos vecinos y moradores de villa de S. Pablo de Piratininga de la Capitania de S. Vicente de Estado del Brasil saqueando las Aldeas de los Padres de la Compañia de Jesus ...Año de 1629, hecha por los Padres Justo Mancilla y Simon Maceta ...")*

Natalício Gonzales, que estudou o papel do cunhadismo na formação do Paraguai, nos dá esse juízo:

"(...) La poligamia pasó a ser una institucion plenamente admitida por la sociedad, y las madres de sus hijos eran para los conquistadores, no meras concubinas a las que se debe mantener en la penumbra, sino esposas legítimas, llenas de dignidad y atractivos, dulces y fuertes a la vez, poseedoras de cualidades insuperables. (...)" (GONZALEZ, 1940: 213-14)

O europeu, envolvido na trama do cunhadismo, se indianizava às vezes tão completamente que participava até dos rituais antropofágicos. Os índios, por sua vez, assim aliciados, se destribalizavam, para viver o destino destes núcleos atípicos. Capazes de assentar-se em qualquer parte, ali prover sua própria subsistência e produzir mercadorias de exportação, tais como o pau-brasil, essências florestais, papagaios, sagüis, para o comércio com as naus. Na forma de bandeiras se deslocavam como aldeamentos móveis de centenas de pessoas, que cobriam milhares de léguas, em anos de caminhada, plantando e comendo suas roças, enquanto apresavam índios e os integravam naquela comunidade, até domá-los, para, depois, vendê-los.

* Tradução do espanhol por Maria Eulália Gutierrez Orellana.

Os primeiros núcleos civilizatórios do Brasil foram essas comunidades poligínicas, constituídas na base da instituição indígena do cunhadismo, que viabilizava o relacionamento com gente estranha. Documentamos aqui estas relações colhendo testemunhos dos registros mais preciosos que são as Cartas Jesuíticas. Nóbrega (1550) nos fala dos seus esforços para trazer ao Brasil algumas mulheres brancas, ainda que fossem de má conduta, para pôr termo ao amaziamento desenfreado e criar verdadeiras famílias cristãs. Vieram tão poucos que praticamente não contam no povoamento do Brasil. Em outra carta (1551), ele delata a pouca-vergonha dos padres seculares, atolados em carne índia, aprovando e consagrando aquela pouca-vergonha, entrando, eles também, no cunhadismo.

Anchieta (1554) nos fala de suas atribulações com estes mestiços que perturbavam a vida das missões. Conta o caso do grupo de trombadinhas que fez trazer de Lisboa para matricular com os indiozinhos nas aulas de latim da missão, e que caíram logo na gandaia.

Reproduzimos, também, textos de outros jesuítas sobre a conduta sexual dos portugueses e franceses com as índias e as dificuldades de se impor a moralidade cristã.

Dificuldades que se multiplicaram nas décadas seguintes com a expansão paulista através de suas expedições, chamadas Bandeiras, na caçada de escravos índios para uso e para venda.

O surto mais próspero do bandeirismo foi o que se lançou sobre as missões jesuíticas dos espanhóis, no sul, em que fizeram centenas de milhares de escravos dos catecúmenos, desindianizados e desvirilizados pelos padres. Foi algum jesuíta que carimbou os mestiços paulistas com a denominação habitual de mamelucos. Um insulto que, absorvido pelos ofendidos, acabou por generalizar-se como sua denominação.

Aplicaram aos paulistas o nome dado pelos árabes a uma categoria de gente criada, desde os dois anos de idade, em suas casas-criatórios. Com essas crianças tomadas das populações que eles dominavam, se produziam eunucos com os mais torpes, jenízeros com os mais árdegos, chipaios com os mais sagazes e mamelucos com os gestores devolvidos às populações de que foram tirados. Mameluco é, pois, o castigador do gentio materno, de que guarda a cara mas não a alma, desfeita e refeita pelo dominador.

Uma camada de mestiços euro-índios foi feita também em outras áreas onde o europeu chegou sem mulheres. A principal delas foi a dos devassadores subindo os grandes rios dos Estados Unidos e Canadá.

Friederici compara nossos mamelucos com mateiros normandos e franceses *(Coureurs de Bois)* mestiçados com os índios de lá, que devassaram as florestas norte-americanas e canadenses com uma audácia e uma energia invulgares [1].

Vestidos e adornados como os índios, calçando mocassins, navegando em canoas de casca, negociando peles em troca de ferramentas, armas e outros bens, falando as línguas indígenas que dominavam completamente, asselvajados, esses mestiços europeus mais pareciam índios. Aos olhos dos europeus que vieram depois organizados em famílias, eles se teriam embrutecido tanto que só dificultariam a colonização européia, se não desaparecessem, o que parece muito duvidoso. Em conseqüência, a colonização de povoamento desenvolvida depois, para transplantar a Europa para a paisagem americana, lançou-se sobre eles e os exterminou com repulsa e violência maior do que a que tinham para com os índios.

Os mamelucos brasileiros dos primeiros séculos se integravam totalmente na vida indígena, mas atuaram sempre como agentes da civilização. Eram herdeiros da sabedoria índia sobre a natureza tropical, de suas técnicas artesanais, de suas habilidades de remeiros, caçadores, pescadores, em que se assentou a instalação dos portugueses e dos outros europeus no Brasil. Eram, sobretudo, os apresadores de índios, seus capatazes no trabalho e os cabos de guerra nas Bandeiras.

Os mamelucos, que se multiplicavam em números cada vez maiores nas comunidades nascentes, se converteram nos mais enérgicos agentes da civilização no Brasil. Foram os mamelucos que reduziram e escravizaram quase todos os índios agricultores, capacitados por isto para o trabalho nas plantações, inclusive os já catequisados e integrados nas missões jesuíticas do sul. Foram os mamelucos que estenderam a possessão portuguesa, levando-a ao oeste até a encosta dos Andes; ao sul até o Rio da Prata; e ao norte até além do caudal amazônico. Foram estes mesmos mamelucos que criaram nossa civilização tropical, fundada nas roças indígenas de mandioca e de milho, nas técnicas de caça e de pesca e no variado artesanato que ia de casas de palha a arcos e flechas, estacas de cavar, esteiras, redes, tipóias, adornos, bem como no gosto do banho diário e em tanta coisa mais que nos singulariza.

As comunidades mamelucas paulistas se estruturaram, de fato, como cacicatos de chefes de bandeira que desenvolveram uma postura de *herrenvolk*. Não tinham nem pretendiam qualquer nobreza de sangue; tinham é o orgulho do guerreiro vitorioso e cheio de

(1) FRIEDERICI, Georg. *Caráter da descoberta e conquista da América pelos europeus*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1967,389-91.

desprezo pelo lavrador e pelo traficante, fosse ele um mascate ou um próspero negociante, e inclusive pelo nobre de qualquer estirpe.

Retratamos aqui alguns personagens mamelucos com os documentos mais expressivos de que se dispõe. Sobretudo a carta do bispo de Pernambuco ao Rei de Portugal (1697) sobre Domingos Jorge Velho, o mais ilustre dos bandeirantes paulistas, autor da façanha da destruição do Quilombo dos Palmares, onde escravizou dezenas de milhares de negros. O bispo, horrorizado, o retrata com as seguintes palavras:

"(...) Este homem é um dos maiores selvagens com que tenho topado: quando se avistou comigo trouxe consigo Língua, porque nem falar sabe nem se diferencia do mais bárbaro Tapuya, mais que em dizer que é Cristão, e não obstante o haver-se casado de pouco, lhe assistem sete Índias Concubinas, e daqui se pode inferir, como procede no mais; tendo sido a sua vida desde que teve uso da razão / se é que a teve, porque se assim foi, de sorte a perdeu, que entendo a não achará com facilidade / até o presente andar metido pelos matos à caça de Índios, e de Índias, estas para o exercício das suas torpezas, e aqueles para os granjeios dos seus interesses. (...)" (Carta do bispo de Pernambuco, D. Francisco de Lima, 18 de maio de 1697)

Esse era um dos mais ilustres bandeirantes paulistas, fidalgo da Casa Real. Como se vê, só falava o dialeto Tupi que se generalizou como a língua geral do Brasil dos primeiros séculos. Para contrabalançar este testemunho negativo, reproduzimos carta de 1694, escrita a rogo, em que Domingos Jorge Velho alega suas razões, que são as razões de todos os bandeirantes. Depois de relatar os esforços que custaram atravessar cerca de seiscentas léguas com seu terço, formado de oitocentos e tantos índios e cento e cinqüenta brancos, largando, para isso, sua moradia e suas roças, tão-só para ir reduzir pela guerra ao "gentio bravo, comedor de carne humana".

"(...) nossas tropas com que imos à conquista do gentio bravo desse vastíssimo sertão, não é de gente matriculada nos livros de V. Majde. nem obrigada por soldo, nem por pão de munição; são umas agregações que fazemos alguns de nós, entrando cada um com os servos de armas que tem e juntos imos ao sertão deste continente não a cativar (como alguns hipocondríacos pretendem fazer crer a V. Majde.) senão adquirir o Tapuia gentio bravo e comedor de carne humana para o reduzir ao conhecimento da urbana humanidade, e humana sociedade à associação racional trato, para por esse meio chegarem a ter aquela luz de Deus e dos mistérios da fé Católica que lhes basta para sua salvação (porque em vão trabalha, quem os quer fazer anjos, antes de os fazer homens) e desses assim adquiridos, e reduzidos, engrossamos nossas tropas, e com eles guerreamos a obstinados e renitentes a se reduzirem: e se ao depois nos servimos deles para as nossas lavouras; nenhuma injustiça lhes fazemos; pois tanto é para os sustentarmos a eles e a seus filhos, como a nós e aos nossos; e isto bem longe de os cativar, antes se lhes faz um irremunerável serviço em os ensinar a saberem lavrar, plantar, colher e trabalhar para seu sustento, coisa que antes que os brancos lhos ensinem, eles não sabem fazer: isto entendido, senhor? (...)" (Carta de Domingos Jorge Velho do Outeiro do Barriga, de 15 de julho de 1694)

É também expressivo o testemunho de Antônio Vieira (*circa* 1654), clássico da língua, sobre o mais exitoso dos bandeirantes, Raposo Tavares, português indianizado. Fazendo-se acompanhar por um bando imenso de mamelucos e de índios, ele saiu de São Paulo, alçou os Andes, dali desceu e subiu os rios que vão para o Amazonas e navegou por eles abaixo até chegar, afinal, a Belém do Pará.

"(...) No ano de 649 partiram os moradores de São Paulo ao sertão, em demanda de uma nação de índios chamados os serranos, distante daquela capitania muitas léguas pela terra adentro, com intento de, ou por força ou por vontade, os arrancarem de suas terras e os trazerem às de São Paulo e aí se servirem deles como costumam. Constava todo o arraial de duzentos portugueses e mais de mil índios de armas, divididos em duas tropas. A primeira governava o Mestre-de-Campo Antonio Raposo Tavares, que ia também por cabo de tudo, a segunda o capitão Antonio Pereira.(...) Mas, tornando ao que verdadeiramente foi uma das mais notáveis (viagens) que até hoje se tem feito no mundo, muito digna coisa fora de se saberem (que) alturas e por que rumos a fizeram, mas só destes instrumentos iam faltos, e assim não sabem dizer coisa certa. (...) E perguntando eu a um dos cabos desta entrada, como se haviam com eles (índios), me respondeu com grande desenfado e paz de alma: "A esses dávamos-lhe uma carga cerrada, caíam uns, fugiam outros, entrávamos na aldeia, tomávamos aquilo que havíamos mister, metia-mo-los nas canoas e, se algumas das suas eram melhores que as nossas, trocávamo-las e prosseguíamos a nossa viagem". Isto me respondeu este capitão como se contara uma ação muito louvável; e assim fala toda esta gente nos tiros que fizeram; nos que lhe fugiram, nos que alcançaram, nos que lhe escaparam, nos que mataram, como se referiram às festas de uma montaria, e não importavam mais as vidas dos índios que as dos javalis ou gamos. (...)" (VIEIRA, Carta ao Provincial do Brasil, *circa* 1654)

Este é o relato, na língua eloqüente de Vieira, do maior feito bandeirante.

MATRIZES ÉTNICAS

OS ÍNDIOS

Os índios, aqui vivendo milhares de anos, numa interação fecundíssima com a natureza tropical, acumularam uma minuciosa sabedoria adaptativa. Cada povo índio tem, de seu ambiente, esse conhecimento copioso que denomina cada árvore ou arbusto, cada inseto e cada peixe, as aves e todo outro animal e planta, definindo-lhes características e atribuindo-lhes utilidade. Nós brasileiros, ao contrário, somos os que chegamos ontem. Para nós, uma árvore é um pé de pau, todo animal é bicho. O pouco que sabemos da natureza circundante, inclusive seus nomes, aprendemos dos índios.

A principal herança que deles recebemos foi a parte que nos coube desta sabedoria ecológica. Principalmente seu sistema de roças de coivara itinerantes, tão admiravelmente adaptado à natureza tropical. Roças em que eles cultivavam dezenas de plantas, domesticadas diretamente da riquíssima flora brasileira, cujas qualidades eles descobriram e, ao longo dos milênios, desenvolveram. Nas roças e ao redor delas, nas capoeiras, os índios cultivam dezenas de variedades de mandioca e batatas, carás, e, ainda, muitas espécies de milho, de feijão, de amendoim, de abacaxi, de bananas, goiabas e graviolas, de sapotis, de utis, de pupunhas, de mamão, de caju, de maracujá, de cacao, além de muitas outras plantas úteis como o tabaco, as pimentas, o piqui, o urucum, as cuias e cabaças, as fibras de algodão, de caruá, de tucum, de piaçaba, de gravatá, e, ainda, a erva-mate, o guaraná, as taquaras, de fazer flechas, os cipós, de trançar cestos, e dezenas de plantas mais.

Esta herança, basicamente Tupi, é que constitui a base da nossa adaptação à floresta tropical. Por isto, nós brasileiros somos, etnicamente, uma gente tupinizada, tanto que sempre tivemos grandes dificuldades de tratar com povos indígenas de outras matrizes.

O que mais singulariza a língua portuguesa do Brasil é a presença poderosa e copiosíssima de nomes Tupi, com que denominamos lugares e coisas do mundo natural e do sobrenatural. O Tupi foi a língua geral dos brasileiros dos dois primeiros séculos. Com ela se comunicavam e com ela nominavam os lugares que alcançavam. Sobre o predomínio da língua geral de São Paulo para o sul, é expressiva a preocupação de um governador que, em 1698, solicitava que só se mandassem padres que falassem o Nheengatu.

"(...) A maior parte daquela gente se não explica em outro idioma, e principalmente o sexo feminino e todos os servos. E desta falta se experimenta irreparável perda, como se vê em São Paulo, com o novo vigário, que veio provido naquela igreja, o qual há mister quem o interprete. (...)"

Documentos semelhantes, datados de 1725, indicam a persistência do Nheengatu como língua doméstica, língua materna, do povo paulista.

Foi em língua Tupi que os jesuítas doutrinaram, fazendo dela, a seu pesar, a língua da civilização evangelizadora. O êxito jesuítico na Amazônia se mede pelo alto grau de tupinização de centenas de povos indígenas, que tiveram no Nheengatu sua língua geral. A revolução social mais forte que se levantou no Brasil, e, talvez, nas Américas, a Cabanagem, era essencialmente um levante de povos destribalizados e tupinizados que se rebelaram contra a opressão colonial.

Oitenta anos depois da descoberta, o padre Fernão Cardim dizia que o Brasil já era um outro Portugal. Assim seria, na sede do poderio colonial, onde o português era a língua dos reinóis. Não do povaréu, mais índio que luso, falando Tupi.

A lusitanização do Brasil, principalmente a lingüís-

tica, só se processa é com a chegada dos negros escravos, trazidos aos milhares pelos donatários, num movimento sem paralelo de transladação de povos para além-mar.

Esta lusitanização, que se completaria nos séculos seguintes, acaba por dar a todos os milhões de brasileiros, na imensidade de nosso território continental, um português sem dialetos, mais uniforme que os falares regionais tão contrastantes de Portugal.

OS NEGROS

Se a ocupação dos ermos do norte, do sul e do leste, foi obra dos mamelucos, a implantação da grande empresa colonial dos engenhos de açúcar e da mineração foi obra do negro. Se é ao índio que se tem de creditar as bases de nossa cultura rústica de subsistência, é ao negro que devemos a cultura popular urbana.

Os portugueses eram tão poucos, no reino e na colônia, que só davam para o papel de gerenciar, mandar e enraçar. Quero dizer, multiplicar-se aos milhões em ventres índios, no fazimento de mamelucos, e em ventres negros, na fabricação da mulataria. Uns e outros, sendo oriundos do cruzamento de raças muito contrastadas, encarnavam o chamado vigor híbrido. Também neste caso, ele produziu magníficos tipos humanos pela estatura e beleza, pelo vigor e pela sagacidade, como é notório no caso de tantíssimos mulatos e mulatas e de outros tantos mamelucos.

Milhões de negros, ao longo dos séculos, foram apresados na África, conduzidos na travessia oceânica e vendidos na costa americana. Quantos? Terão sido dezenas de milhões os negros gastos nessa empresa, o maior negócio e o mais lucrativo para o traficante europeu, ao longo de quatro séculos. Mais da metade do que se lucrou no Brasil e em toda a América foi gasto pagando esta escravaria que era, naquele tempo, a força energética do processo econômico.

A gestão da escravatura negra era toda uma pedagogia destinada a tirar rapidamente, de cada peça, primeiro o seu preço de reposição, que era alto, depois todo o lucro que podia dar. Para tanto se escreveram extensas instruções, ensinando como alimentar sem exagero para o negro produzir o máximo a um custo mínimo. E, sobretudo, como castigar sem quebrar demasiadas pernas e braços, inutilizando negros.

Sobre a matéria contamos com documentos preciosos de autoria jesuítica. Reproduzimos o de Jorge Benci (1700), sobre como bem castigar os escravos. Mais precioso, ainda, é o escrito por João Antônio Andreoni (1711), que ensina tudo sobre o fabrico do açúcar e, inclusive, sobre o trato da escravaria.

O primeiro deles, Benci, pondera que podendo:

"(...) haver nos escravos delitos tão graves e atrozes, que mereçam muito maior número de açoites; não pretendo impedir aos senhores o direito que têm para que lhos hajam de dar. E para procederem como é justo, devem fazer neste caso o que fazem os médicos, quando receitam a purga ao enfermo debilitado e fraco. Se a não pode levar toda de um golpe sem perigo de maior dano; dividindo-a em partes, mandam que se lhe dê assim dividida, de tal sorte que em um dia tome uma parte, outra em outro dia; e assim a vem o enfermo a tomar toda. Do mesmo modo se há de haver o senhor com o escravo, quando o crime, que cometeu, merece maior número de açoites do que acabamos de dizer. (...) dêem-se-lhes por partes, isto é, trinta ou quarenta hoje, outros tantos daqui a dois dias, daqui a outros dois dias outros tantos (...)." (BENCI, *Economia cristã dos senhores no Governo dos Escravos*, 1700)

Andreoni é exaustivo e didático:

"(...) Os ESCRAVOS são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente. E do modo com que se há com eles, depende tê-los bons ou maus para o serviço. Por isso, é necessário comprar cada ano algumas peças e reparti-las pelo partidos, roças,

serrarias e barcas. E porque comumente são de nações diversas, e uns mais boçais que outros e de forças muito diferentes, se há de fazer a repartição com reparo e escolha, e não às cegas. Os que vêm para o Brasil são ardas, minas, congos, de São Tomé, de Angola, de Cabo Verde e alguns de Moçambique, que vêm nas naus da Índia. Os ardas e os minas são robustos. Os de Cabo Verde e de São Tomé são mais fracos. Os de Angola, criados em Luanda, são mais capazes de aprender oficios mecânicos que os das outras partes já nomeadas. Entre os congos, há também alguns bastantemente industriosos e bons não somente para o serviço da cana, mas para as oficinas e para o meneio da casa. (...) Melhores ainda são, para qualquer oficio, os mulatos; porém, muitos deles, usando mal do favor dos senhores, são soberbos e viciosos (...). E não é fácil cousa decidir se nesta parte são mais remissos os senhores ou as senhoras, pois não falta entre eles e elas quem se deixe governar de mulatos, que não são os melhores, para que se verifique o provérbio que diz: que o Brasil é inferno dos negros, purgatório dos brancos e paraíso dos mulatos e das mulatas (...)." (ANDREONI, *Cultura e Opulência do Brasil*, 1711)

Oferecemos, também, à leitura o texto de François Pyrard de Laval (1611) sobre o tráfico de escravos, que era, de fato, a alma do negócio colonial.

"(...) Os portugueses, na sua navegação mercantil para o Brasil, Índias Ocidentais, Angola e outras partes de aquém do Cabo da Boa Esperança, não se servem de grandes navios, mas só de caravelas, as maiores das quais não excedem o porte de mil e duzentas a mil e trezentas toneladas; ou também usam de navios redondos, que compram aos franceses e flamengos. (...) Os que querem voltar dali (Angola) diretamente a Portugal, saem com carregamento de escravos; mas os que querem fazer mais longa viagem, vão-nos vender ao Rio da Prata, donde tiram muito dinheiro, e dali voltam ainda ao Brasil a tomar nova carga de açúcares e doces, e do Brasil a Portugal. Outros vão diretamente de Angola ao Brasil para vender os seus escravos, porque ali hão mister grande número deles para servir em seus engenhos de açúcar; porque os da América não são de tão bom trabalho, e não obedecem de tão boa mente como os de Angola e de Cabo Verde. (...)." (PYRARD DE LAVAL, *Discours du voyage des français aux Indes Orientales* ..., 1611)

O negro era o escravo preferido porque suas sociedades, evolutivamente mais avançadas que as indígenas, conheciam a estratificação social, inclusive a escravidão, o que os habilitava para servir com menos revolta. A causa principal, entretanto, para a preferência pelo escravo negro, era sua ignorância sobre as terras, as matas, as águas do Brasil.

Por longo tempo, antes de fugir, ele tinha que se adaptar a elas, perdendo o temor daquele mundo desconhecido, por saber o que, para além do porto, para além do engenho, havia de terras e matas em que ele pudesse sobreviver. Uma vez conhecendo a terra nova em que foram jogados, fugiam inumeráveis. Em certas ocasiões havia tantos negros trabalhando no eito quanto negros açoitados nos quilombos. Estes, de certa forma, já não eram africanos porque, convivendo uns com os outros e falando o português para viabilizar sua própria comunicação, já se haviam abrasileirado, e muitos deles já haviam nascido aqui.

A contribuição do negro foi pouco relevante na formação da proto-célula original da cultura brasileira, fundamentalmente indígena-tupi e lusitana. Tal como ocorreu aos brancos vindos mais tarde a integrar-se na etnia brasileira, os negros encontraram já constituída aquela proto-célula luso-tupi. Todos tiveram de adaptar-se a ela para nela aprenderem a viver, plantando e cozinhando os alimentos da terra, chamando as coisas e os espíritos pelos nomes Tupi incorporados ao português, refrescando-se com o banho diário de igarapé, fumando longos cigarros de tabaco e bebendo cauim.

Aliciado para incrementar a produção açucareira e depois a mineradora, o negro comporia o contingente fundamental da mão-de-obra colonial. Neste passo, seu papel como agente cultural foi mais passivo que ativo, absorvendo a cultura adaptativa que aqui encontrou, bem como a língua do senhor e os parcos conteúdos culturais que lhe eram acessíveis.

O negro teve uma importância crucial foi por sua presença como a massa trabalhadora, que fez quase tudo quanto aqui se fez e como ventre na multiplicação de mulatos. Foi nada menos que extraordinária sua capacidade de introdução sorrateira, mas tenaz e continuada, de seus genes raciais e saberes culturais, que remarcaram todo o amálgama racial, social e cultural brasileiro com suas cores mais fortes.

Os negros do Brasil, trazidos principalmente da costa ocidental da África, foram capturados meio ao acaso nas centenas de povos tribais que falavam dialetos e línguas não inteligíveis uns aos outros. A África era, então, como ainda hoje o é, em larga medida, uma imensa Babel de línguas. Embora mais homogêneos no plano da cultura, os africanos variavam também largamente nessa esfera. Tudo isso fazia com que a uniformidade racial não correspondesse com aquela unidade lingüístico-cultural que ensejasse uma unificação quando os negros se encontraram submetidos todos à escravidão.

A diversidade lingüística e cultural dos contingentes negros introduzidos no Brasil — somada às hostilidades recíprocas que eles traziam da África e à política de evitar a concentração de escravos oriundos de uma mesma etnia, nas mesmas propriedades, e até nos mesmos navios negreiros — impediu a formação de núcleos solidários que retivessem o patrimônio cultural africano. Encontrando-se dispersos na terra nova, ao lado de outros escravos, seus iguais na cor e na condição servil, mas diferentes na língua, na identificação tribal e freqüentemente hostis, pelos referidos conflitos de origem, os negros foram compelidos a incorporar-se mais passiva que ativamente no universo cultural da nova sociedade.

Dão, apesar de circunstâncias tão adversas, um passo adiante dos outros povoadores não lusitanos ao serem os primeiros que aprenderam o português. Aprenderam ouvindo os berros com que os capatazes lhes gritavam ordens, mas passaram a usá-lo habitualmente para se comunicar uns com os outros. Acabaram conseguindo aportuguesar o Brasil nas áreas onde mais se concentraram, além de influenciar de múltiplas maneiras aquelas áreas culturais, que foram o nordeste açucareiro e as zonas de mineração do centro do país.

Nos dois casos, o engenho e a mina, os negros escravos se viram incorporados compulsoriamente a comunidades atípicas, porque não estavam destinadas a atender às necessidades de sua população mas sim os desígnios venais do senhor. Nelas, à medida que eram desgastados para produzir o que não consumiam, os negros iam sendo radicalmente deculturados pela erradicação de sua cultura africana. Simultaneamente, vão se aculturando nos modos brasileiros de ser e de fazer fundamentalmente indígena-tupi-mameluco, tal como eles eram representados no universo cultural simplificado dos engenhos e das minas. Têm acesso, desse modo, a um corpo de elementos adaptativos, associativos e ideológicos oriundos daquela proto-célula étnica Tupi, que se consentiu sobreviver nas empresas para o exercício de funções extra-produtivas.

Só através de um esforço ingente e continuado, o negro escravo iria reconstituindo suas virtualidades de ser cultural pelo convívio de africanos de diversas procedências com a gente da terra, previamente incorporada à proto-etnia brasileira, que o iniciaria num corpo de novas compreensões mais amplo e mais satisfatório. O negro transita, assim, da condição de *boçal* — preso ainda à cultura autóctone, e só capaz de estabelecer uma comunidade primária com os demais integrantes do novo contorno social — à condição de *ladino* — já mais integrado na nova sociedade e na nova cultura.

Esse negro boçal, que ainda não falava o português ou só falava um português muito trôpego, era entretanto perfeitamente capaz de desempenhar as tarefas mais pesadas e ordinárias na divisão de trabalho do engenho ou da mina. Concentrando-se em grandes massas nas áreas de atividade mercantil mais intensa, onde o índio rareava cada vez mais, o negro exerceria um papel decisivo na formação da sociedade local.

Seria, paradoxalmente, o agente de europeização que difundiria a língua do colonizador e que ensinaria aos escravos recém-chegados as técnicas de trabalho, as normas e valores próprios da subcultura a que se via incorporado. Consegue, ainda assim, exercer poderosa influência, seja amulatando metade dos brasileiros, seja emprestando dengues ao falar lusitano, seja impregnando todo o nosso contexto cultural com o que pôde preservar da herança africana.

Esta era feita essencialmente dos valores espirituais que o negro trazia no peito, conservava e transmitia aos mulatos e aos demais brasileiros. Valores e elementos culturais que, se preservando recônditos nos recessos da alma, escapavam da erradicação promovida no processo de desafricanização do negro. Verdadeiro desfazimento cultural que se dava tanto espontaneamente, por sua inserção num mundo novo e hostil, como propositadamente, seja pela vontade do senhor que impunha tudo, desde o que se comia até o que se fazia no seu reino, seja ainda pela pressão evangelizadora do catolicismo messiânico oficial que aqui se expandiu.

O negro ladinizado e o mulato nativo, juntamente com o mameluco, vieram a compor o primeiro contingente humano essencialmente brasileiro. O índio cativo guardava sua identidade étnica e só queria ganhar o mato para reencontrar seu povo. O lusitano era um desterrado, por mais que se abrasileirasse continuava suspirando por Portugal. O negro, ao contrário, se vê perdido porque, ao alcançar sua nova consciência de si, já fora tão profundamente desafricanizado que era, inevitavelmente, um brasileiro de um Brasil que ainda não existia.

Este novo negro, quilombola, alçado, é nosso primeiro cidadão combatente libertário. Mesmo o negro massa encarnava — ao contrário de seu amo — o papel histórico de lutador da liberdade. Era como tal que ele se exercia até quando se negava a deixar-se exaurir no trabalho para que o patrão lucrasse. A própria preguiça, pecha maior da escravidão, era de fato uma forma de combate do negro que, com ela, se defendia da sanha genocida do senhor. O papel do senhor, como alterno do escravo, era, ao contrário, o do opressor celerado que, para granjeio de seus interesses, cometia seu acesso diário de torpeza.

O negro é quem primeiro luta para criar um Brasil dos brasileiros. Com efeito, seus quilombos eram comunidades autárquicas da civilização, organizadas solidariamente para si mesmas e não para o mercado mundial. O quilombo era, de certo modo, um proto-socialismo precoce, historicamente inviável, tal como o seriam, muito mais tarde, as comunidades dos caboclos cabanos da Amazônia. Um e outro podiam vencer todas as batalhas, como efetivamente venceram — no caso de Palmares, por exemplo, que resistiu por quase um século — mas não podiam perder nenhuma, como veio a suceder a ambos, sem que fossem exterminados.

Outra contribuição essencial do negro à formação da sociedade e da cultura brasileira foi a criação de nossa cultura urbana popular. Ao contrário do índio que permanecia nos ermos, o negro, trabalhando no campo e na cidade, cedo formou grandes contingentes populacionais citadinos. Foi este negro doméstico ou de ganho de nossas cidades nascentes, juntamente com seus mulatos e os mamelucos, quem, com base no que puderam aurir da cultura arcaica portuguesa, plasmou esta prodigiosa cultura de massa de nossas cidades, muito mais genuína, original e criativa que nossa cultura erudita, e tão remarcadamente africana.

Assim é que, apesar de todos os percalços, sobrevive no negro brasileiro, e por extensão em todos os brasileiros de antiga extração, uma poderosa herança cultural africana. Nesta herança de nossa ancestralidade africana se destacam, assinalavelmente, um agudo sentimento de ritmo musical e um prodigioso talento dançarino, que formam a estrutura básica da musicalidade brasileira e lhe emprestam singularidade. Sobrevive também um profundo sentimento religioso, que é uma fonte inesgotável de nossa espiritualidade. Associada a ela nos vem um vasto panteão de divindades e uma elaborada liturgia, viva e atuante nos cultos chamados afro-brasileiros, que são hoje coisa nossa, como o que mais o seja.

Outra área cultural em que o negro impôs sua marca foi a culinária brasileira. Seus mais ricos gostos, cheiros e coloridos, têm um sabor indelevelmente africano. Também no futebol e, mais recentemente, em outros esportes europeus, o negro tem se destacado admiravelmente, dando à sua prática um estilo peculiar e uma

alegria que lembra a capoeira e o samba, duas grandes criações negras.

Toda a cultura brasileira está impregnada dessa herança africana que se expressa com maior vigor nas áreas onde o negro mais se concentrou. Às vezes, é tamanha, que faz da Bahia, do Rio de Janeiro e de Minas verdadeiras províncias culturais negras, nas quais a criatividade africana se expressa gloriosamente. O Carnaval do Rio, o Candomblé da Bahia, o culto a Yemanjá, são, acho eu, as matrizes mais vigorosas da cultura brasileira. E vão continuar sendo, porque neles a negritude não é um folclore ou uma mera sobrevivência cultural. São criações de comunidades morenas viventes que perpetuam seus valores ancestrais africanos, precisamente porque os vivem e os transformam continuamente.

OS LUSOS

O português foi a cal jesuítica e o óleo genésico que argamassaram o saibro índio e o cascalho negro na edificação do Brasil. Foi o nervo dessas carnes e desses ossos que, a partir de seu punhadinho de gente, se multiplicou, prodigioso, lusitanizando o mundo, numa façanha inverossímil de tão grandiosa, impossível de se pensar, se não tivesse sido feita.

Na hora do descobrimento, Portugal estava na vanguarda dos povos. Suas características, as mais contraditórias, contrastavam com tudo que se via pela Europa. A começar pela precocidade do seu surgimento como nação, a primeira do mundo moderno. Outra característica era seu fanatismo religioso, exaltado pelo furor antijudeu e anti-sarraceno, que fazia de toda a Ibéria o baluarte romano da catolicidade.

Acresce ainda que esses lusíadas eram, então, atiçados pela mais viva vontade de aventura, por uma ambição sem tamanho de enricar e por uma curiosidade científica e um pendor experimentalista sem paralelo. O certo é que os portugueses viveram, na passagem do século XV para o século XVI, seu único momento de lucidez — Pombal, outra grandeza ancestral, foi tão-só um imenso esforço de reviver aquela glória. E eram ousados, com imensa coragem de si mesmos, diziam, por exemplo, contra toda a sabedoria do seu tempo, que só era confiável o saber de experiência feito. Sua audácia maior era dizer que, apesar de irracional a idéia de que o mundo era uma bola, ele era mesmo uma bola.

Um talento não menor dos portugueses para o serviço do Brasil era sua prática e seu pendor para o cruzamento inter-racial. Provavelmente muito lusitano desembarcado no Brasil no primeiro século era já mulato. Aí por 1550, Nicolaus Cleynaerts assim descreve Portugal:

"(...) Tudo ali pulula de escravos; todos os trabalhos são executados por negros e mouros cativos, dos quais Portugal está tão cheio que, segundo creio, existem em Lisboa mais escravos e escravas dessa espécie do que portugueses livres. (...)" (*apud* ALENCAR, F. et al, *História da Sociedade Brasileira*, 1981:10)

Esse Portugal inverossímil, disposto a refazer, experimentando, a arte de navegar e de assentar feitorias no além-mar, foi que se propôs a empreitada brasileira. Sua principal qualificação para ela era a experiência prévia de apresamento e escravização de negros na África, e de gestão de empresas produtoras de gêneros tropicais, com mão-de-obra escrava. Artes e técnicas que ele já praticava nas ilhas, plantando cana para a produção de açúcar.

Teve, também, extraordinária importância na preparação dos portugueses para a aventura brasileira, seu

agudíssimo sentido de fronteira e a paralela obsessão de abrangência espacial, decorrentes ambas de um milênio de coexistência conflitiva com a Espanha, debaixo da ameaça sempre iminente da anexação.

Tudo que disse até aqui diz respeito àquele Portugal heróico e eloqüente do príncipe D. Henrique, de Camões, de Vasco da Gama, de Duarte Pacheco Pereira. Debaixo deles fervilhava um povaréu de pescadores e de marinheiros, já escravizando negros aos montes para suas lavouras e com eles se mestiçando. Desta humanidade menor por sua existência, maior por seu destino, é que saem os povoadores do Brasil.

A maior parte dos portugueses que vieram para o Brasil era de degredados. Tantos, que converteram a nova terra num couto de criminosos, assim visto não só pelos jesuítas, mas pelos próprios donatários. Duarte Coelho, o mais competente deles, reclama, em 1546, pela quarta vez, em carta ao soberano português, que:

"(...) pelo amor de Deus, que tal peçonha para aqui não me mande (...)" (COELHO, Duarte, 1967:89)

Tomé de Souza desembarca na Bahia, em 1549, com quatrocentos lusitanos, quase todos degredados. Foram vistos por Jaboatão como "boa droga de abortos e vícios, escândalos e desordens". Mem de Sá advertia o Rei, em 1560, contra a política de

"(...) povoar essa terra de degredados mal-feitores, que os mais deles mereciam a morte e que não têm outro oficio que o de urdir males. (...)"

Nóbrega reiterava, dizendo ao Rei que era

"(...) mal empregada essa terra em degredados que cá fazem muito mal. (...)"

Aparentemente isso não tem qualquer importância porque as leis penais portuguesas de então condenavam ao degredo meros desvios de conduta, como a sodomia, a masturbação, a feitiçaria. No caso do Brasil, porém, é de assinalar que para cá mandavam, de preferência, os criminosos reincidentes pela terceira vez. Porque o desterro aqui era considerado muito pior que o da África e da Ásia.

Esta era, porém, a gente de que Portugal dispunha para a tarefa imensa de povoar o continente brasileiro. Gente que, posta aqui à força, se rebelava e insurgia, tanto contra a ordenação dos donatários como contra a utopia jesuítica. Desta forte e feia gente foram feitos nossos avós fundadores, aqueles que de fato implantaram a empresa ultramarina, e o criatório de gente de que nascemos.

Aproveitar esses talentos abomináveis foi a política da Coroa, que achava um desperdício perderem-se em arruaças no reino homens corajosos, cuja valentia no além-mar seria de maior proveito. O próprio Nóbrega, que se insurge contra a política de colonização com degredados, pedia mulheres:

"(...) de toda qualidade, até meretrizes, porque há aqui várias qualidades de homens (...) e desse modo se evitarão pecados e aumentará a população a serviço de Deus. (...)" (NÓBREGA, Carta de Porto Seguro, 6 de janeiro de 1550)

O mesmo santo padre providencia a vinda de órfãos de Lisboa para as suas missões, definindo-os como:

"(...) esses meninos perdidos, ladrões e maus, que aqui chamam patifes (...)."

Degredados, prostitutas e patifes, estão, pois, bem assentados em nossa galeria heráldica. Evidentemente não foi feita só de celerados a primeira geração de povoadores do Brasil. Gente boa deve ter vindo também para cá. Resta saber para quem ela era boa. Para os índios naturalmente que não. Para os negros, menos ainda. Para os mulatos, mestiços e seus filhos bastardos, também não seriam. Úteis foram, porém, todos eles, os bons e os maus, na obra que aqui se fez com eles, a seu pesar. Pesar choroso de gente que, no dizer dos cronistas, não tinha nenhum apego à nova terra, viviam

"(...) como caranguejos apegados à praia (...)"; "(...) mais hóspedes do que povoadores (...)"; "(...) só querendo enricar para voltar para lá (...)".

Depois de arar a terra com esses rudes primeiros povoadores, havendo aqui assento para uma vida menos rude, surge a visão de que "o Brasil era já outro Portugal".

A EMPRESA BRASIL

PERNAMBUCO E BAHIA

A forma encontrada por Portugal para ocupar a imensidade de terras que o Tratado de Tordesillas lhe concedera foi dividir toda a costa atlântica em Capitanias de 50 léguas de costado, pelo menos, cada uma, e todo o fundo até a divisória de Tordesillas.

Destas Capitanias, seis não chegaram a ser apossadas por seus donatários. Dois outros desanimaram nos primeiros intentos. Dois mais morreram na labuta. Um deles sacrificado por um gurizinho de cinco anos, vingando a morte de seu irmão, que o donatário mandara executar. Apenas duas prosperaram algo. Uma delas extinta depois, tragicamente, a de Porto Seguro. Seu donatário, que partiu do reino com bens e esperanças em duas naus grossas, trazendo, ao que parece, seiscentos homens e mulheres, viu tudo soçobrar. Acabou ensandecido em sua Capitania dizimada.

Só vingou, de fato, uma delas, a de Duarte Coelho, em Pernambuco. Atraindo muitos colonizadores, ele fez assentar numerosos engenhos de açúcar, consolidando um primeiro núcleo civilizatório vigoroso no Brasil.

Sobre o sucesso da conquista e povoação de Pernambuco, apresentamos o testemunho de Gabriel Soares de Sousa, que descreve a região, com seus engenhos e escravos negros, em 1587.

"(...) Nestes trabalhos gastou Duarte Coelho muitos mil cruzados que adquiriu na Índia, a qual despesa foi bem empregada, pois dela resultou ter hoje seu filho Jorge de Albuquerque Coelho dez mil cruzados de renda, que tanto lhe importa a sua redízima e dízima do pescado e os foros que lhe pagam os engenhos, dos quais estão feitos em Pernambuco cinquenta, que fazem tanto açúcar que estão os dízimos deles arrendados em dezenove mil cruzados cada ano. Esta vila de Olinda terá setecentos vizinhos pouco mais ou menos, mas tem muitos mais no seu termo, porque em cada um destes engenhos vivem vinte a trinta vizinhos, fora os que vivem nas roças afastados deles, que é muita gente; de maneira que, quando for necessário ajuntar-se esta gente com arma, por-se-ão em campo mais de três mil homens de peleja com os moradores da vila de Cosmos, entre os quais haverá quatrocentos homens de cavalo. Esta gente pode trazer de suas fazendas quatro ou cinco mil escravos de Guiné e muitos do gentio da terra. (...)" (SOUSA, Gabriel Soares, *Tratado descriptivo do Brasil*, 1587)

Pernambuco exibiu, desde o fim do primeiro século, duas magníficas cidades gêmeas, Olinda e o Recife, que foi um dos principais portos mundiais daquele século. Efetivamente, ali entravam e dali saíam as mercadorias de mais alto valor então: a negraria escrava, que era o carvão que se queimava nos engenhos; e as montanhas de açúcar que iam adoçar as bocas européias. Tanta riqueza deu lugar a uma fidalguia morena, mas refinadíssima, servida por eminências episcopais. Exceto pelo primeiro bispo, que morreu comido pelos índios, os outros se exerceram sempre suntuosamente, em esplêndida glória. O garbo e a riqueza de suas igrejas e de suas festividades religiosas impressionou vivamente ao padre Fernão Cardim, que comentou seu luxo com justificado orgulho.

"(...) Os padres têm aqui colégio novo, quase acabado; é uma quadra formosa com boa capela, livraria, e alguns trinta cubículos, os mais deles têm as janelas para o mar. O edifício é todo de pedra e cal de ostra, que é tão boa como a de pedra de Portugal (...). A igreja é capaz, bem cheia de ricos ornamentos de damasco branco e roxo, veludo verde e carmesim, todos com tela de ouro; tem uma cruz e turíbulo de prata, uma boa custódia para as endoenças, muitos e devotos painéis da vida de Cristo e todos os Apóstolos. Todos os três altares tem docéis, com suas cortinas de tafetá carmesim; tem uma cruz de prata dourada, de maravilhosa obra, com Santo Lenho, três cabeças das Onze mil virgens, com outras muitas e grandes relíquias de santos, e uma imagem de Nossa Senhora de S. Lucas, mui formosa e devota. (...)" (CARDIM, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, 1584)

Esta vida cidadã dá lugar, naturalmente, a que os pecados floresçam. Desde os primeiros tempos, Olinda e Recife são vistas como cidades do luxo e da perdição. O Santo Ofício, que para lá mandou severos ouvidores, confirmou que de fato era assim.

Grande foi o êxito da colonização da Bahia, fundada por Tomé de Souza, por ordem expressa do Rei, que lhe enviou colonos, dinheiros, mercadorias e ferramentas. Quarenta anos depois contava com dezesseis freguesias, sessenta e duas igrejas, ostentando ricos ornamentos, três mosteiros, oito casas de mel, trinta e seis engenhos, segundo o testemunho de Gabriel Soares de Sousa.

A Bahia, capital do Brasil nos dois primeiros séculos, cresceu como uma cidade morena de mestiços e mulatos. Ainda não tinha, então, os templos riquíssimos que se edificaram com o contrabando do ouro de Minas Gerais. Mas já era servida por igrejas suntuosas e por casas ajardinadas dos senhores de engenho, que lá se reuniam para as festividades dos dias santos.

No correr do ano, era o mundo do povaréu, feito mais de negros ladinos que de boçais recém vindos da África. Uns e outros, convivendo entre si e com mestiços de velha estação, se iam abrasileirando. François Pyrard de Laval descreve, em 1611, a cidade de S. Salvador e o movimento constante de mercado e negócio que lhe dava vida.

"(...) A cidade de S. Salvador é um sítio muito alto, no topo de uma alta montanha de difícil acesso e que do lado do mar é talhada a pique. Tudo quanto ali se leva ou dali sai, sobe ou desce somente por meio de um certo engenho maravilhoso. (...) Nas fraldas da montanha, em extensão de mais de um quarto de légua, há casas bem fabricadas de uma e outra parte, formando uma bela e grande rua, bem povoada de toda a sorte de lojas de misteres e artífices. É ali que estão situadas todas as tercenas e armazéns de carga e descarga de mercadorias, assim de el-Rei como de particulares (...). É esta cidade cercada de muros e bem edificada (...)." (PYRARD DE LAVAL, François, *Discours du voyage des français aux Indes Orientales ...*, 1611).

A função cultural básica da Bahia e de Pernambuco foi aportuguesar o Brasil. Isso se deu graças à maioria de negros que reuniu. Estes, ao se desafricanizarem, pela contingência de viver num mundo inteiramente novo que lhes era imposto, tiveram também de aprender a língua do amo pelos berros do capataz para se comunicar entre si, já que não se admitia negros da mesma origem no mesmo engenho.

Assim é que a língua Tupi, que fora a fala geral do primeiro século, e como tal se fixou em São Paulo até 1700 e sobrevive até hoje no Paraguai, foi dando lugar ao português brasileiro, desossado e adoçado pela boca do negro. Por isso mesmo, tão espantosamente parecido com o português falado na África. Resulta que hoje, para nós, brasileiros, é mais fácil nos entendermos com eles que com gente de Braga ou do Algarve.

Temos um vivo retrato do mundo baiano daqueles anos, nos versos de Gregório de Mattos Guerra. Sobre a nobreza capitalina ele nos diz:

"A cada canto um grande conselheiro,
Que nos quer governar a cabana, e vinha,
Não sabem governar sua cozinha,
E podem governar o mundo inteiro"

Sobre os mestiços, oriundos de índios e antropófagos, escreve:

"que é fidalgo nos ossos, cremos nós,
que nisto consistia o mor brasão ...
daqueles que comiam seus avós"

Sobre a mulataria baiana, esta:

"Não sei, para que é nascer
neste Brasil empestado
um homem branco
e honrado sem outra raça.

Terra tão grosseira, e crassa,
que a ninguém se tem respeito
salvo quem mostra algum jeito
de ser Mulato."

Uma boa visão do olhar do branco, olhando a negraiada baiana, nos é dado por este texto de Luís dos Santos Vilhena:

"(...) não parece ser muito acerto em política, o tolerar que pelas ruas e terreiros da cidade (do Salvador) façam multidões de negros de um e outro sexo, os seus batuques bárbaros a toques de muitos e horrorosos atabaques, dançando desonestamente e cantando canções gentílicas, falando línguas diversas e isto, com alaridos tão horrendos e dissonantes que causam medo e estranheza, ainda aos mais afoitos (...)." (VILHENA [1802], *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasílicas*, 1921: 135-136)

Também na Bahia a prosperidade gerou fidalguia, luxo e luxúria, que a Santa Inquisição inquiriu e apurou na forma de feitiçarias, de judiarias, e, principalmente, de sodomias. Segundo cálculo de Capistrano de Abreu, das cento e vinte e uma confissões ouvidas pelo Santo Ofício na Bahia, nada menos que quarenta se referiam à sodomia e outras práticas sexuais condenadas. Reproduzimos algumas dessas confissões.

SÃO PAULO

Ao contrário das prósperas zonas açucareiras, em que o povo morria de fome, pela precisão de produzir açúcar, descuidando das plantações de mandioca e de milho de subsistência, São Paulo viveu sempre vida farta. Isso porque cada paulista contava com seu lote de índios e índias para caçar e pescar o que comiam e, sobretudo, para plantar as suas roças, tão fartas que às vezes exportavam alimentos naqueles tempos de fome.

A imagem que São Paulo dá de si mesma, no período colonial, é de grande pobreza, comprovada exaustivamente em inventários e testamentos, nos quais velhos paulistas legam uma saia, uma calça velha, uma mula manca, fazendo crer que viviam na indigência. Outra coisa é o que se deduz de um documento precioso que transcrevemos, de um espião espanhol. Por ele se vê que os paulistas haviam juntado riquezas insuspeitadas. Esses paulistas sempre foram disfarçados e treiteiros.

"(...) também com as perdas do evangelho correm igualmente as de V. Majestade. Isso se vê bem claro pelo que tinha V. Majestade de rendas o ano de 1603 nesta terra, que era de setenta mil *maravedis* cada ano, quando vim dessa corte as fiz subir até o dia de hoje que é de 1636, à quantidade de três mil e seiscentos cruzados, e se houvesse justiça nesta terra, que fizesse pagar dízimos, se poderia dar por ela quatro mil e quinhentos cruzados cada ano, e com segurança de não perder. Isto digo pela muita riqueza desta terra, que desde 16 anos até agora tem toda esta Capitania abundância de trigo, havendo-o apenas em São Paulo de que me pagam o primeiro dízimo, e teve um ano de cento e vinte mil alqueires. Tem esta terra muitos mantimentos, muitas carnes, muito algodão, e muita capacidade para linho, se se plantasse. (...) O que os moradores furtam a V. Majestade, não pagando os quintos, isso guardam para pagar os disfarces de suas tiranias e maldades. Se põem na Câmara de parte de V. Majestade grandes proibições para que ninguém vá cativar índios, e logo ao disfarce os deixam ir, e ainda publicamente, e na volta, por castigo da desobediência, se contentam com que os desta terra vendam a liberdade dos índios, como se fossem escravos dos vassalos, os que tem por vassalos seu Rei. (...)" ("Informe de Manuel Juan de Morales de las cosas de San Pablo y maldades de sus moradores hecho a su Magestad por un ...", 1636) *

A riqueza de São Paulo subia e descia. Subia mais quando maior era a escravaria indígena que colhia nos sertões, como ocorreu nos seus assaltos às missões jesuíticas do sul. Crescia também quando a dizimação de

*Tradução do espanhol por Maria Eulália Gutierrez Orellana.

quilombos rendia imensa escravaria, como ocorreu em Palmares. Cresceu mesmo foi quando tiveram de prover as zonas açucareiras de mão-de-obra indígena, porque a África se tornava inacessível. Isto ocorreu quando os holandeses, além de assaltarem Pernambuco, tomaram Angola. Foram os baianos, cariocas, e índios brasileiros, levados por Salvador Correia de Sá em 1648, que tiveram que retomá-la como fonte insubstituível de mão-de-obra para todo o nordeste açucareiro. É provável que índios brasileiros tenham lutado dos dois lados, já que os holandeses também levaram índios Tapuia para Angola através do mercenário inglês Henderson.

São Paulo, que foi nossa primeira *urbs* a se constituir plenamente e o núcleo central dos mamelucos que realizaram a expansão brasileira, foi sempre um povo cidadão, orgulhoso de si mesmo. Encarnando a mentalidade dos comandantes das Bandeiras, se fez muitas vezes rebelde, seja contra Lisboa, seja contra Roma, impondo ao Papa e ao Rei seu modo de ser e suas práticas escravistas. O mesmo Manuel Juan de Morales nos informa que:

"(...) Contra as ordens de V. Majestade e graves proibições de não passar pelas terras adentro, se atreve esta gente, não só a violar os mandatos de V. Majestade, mas a profanar suas bandeiras, e dar ocasião de pôr em risco sua católica conquista. Sai, Senhor, esta gente em tropas, umas de cem portugueses, e quase mil índios, outras de sessenta portugueses e novecentos índios e outros em maior ou menor número de gente para cativar índios. Duas vezes têm ido às grandes aldeias do Guairá, todas de cristãos sujeitos à Coroa de Castela e no grande sucesso dos Padres da Companhia de Jesus da Província do Paraguai, destas destruíram, em duas vezes, quatorze, em número de quarenta mil índios, de que cativava os desta terra mais de trinta mil. (...) Este ano de 1636 estão fora desta vila seis bandeiras contra os índios que não nos ofendem (...)." ("Informe de Manuel Juan de Morales ...", 1636) *

Mais veemente é o governador do Paraguai, Dom Luis de Cespedes Xeria, que, em carta de 1626, que reproduzimos, reclama ao Rei dos desmandos dos mamelucos paulistas no apresamento de índios reduzidos no sul e no Paraguai, consentidos pelos governadores gerais e capitães do Brasil.

"(...) e quem tem culpa de que esta ladroagem e cobertura de todos os marginais do Brasil e de Lisboa estejam como estão são os governadores gerais daquele estado, que tiveram e têm até agora sua parte daqueles que os encobrem, para que não lhes dêem o castigo que merecem, e também são causa dessa desordem suas mesmas justiças, que são os capitães e os que comandam. (...)" ("Carta del gobernador del Paraguay don Luis de Cespedes Xeria a Su Magestad ...", 8 de novembro de 1628)*

As Bandeiras não foram empreendimentos puramente paulistas. É certo que de lá partiram as mais importantes e mais cheias de consequência. É certo, também, que as figuras principais do bandeirismo foram mamelucos paulistas e uns quantos portugueses indianizados. Mas, a Bandeira foi, em essência, uma forma de penetração nos sertões, realizada por gente brasileira, mameluca, afeita à terra e à sobrevivência nas matas e nos ermos, por longo período de tempo. Assim é que da Bahia partiram muitas Bandeiras, navegando pelos rios São Francisco e o Parnaíba. Outras, saindo do Maranhão, pelo Tapicuru e pelo Parnaíba, alcançaram os sertões do sul. Os pernambucanos também montaram suas Bandeiras para penetrar o nordeste árido.

Belém do Pará foi, também, um centro bandeirante que não só realizou grandes expedições no rumo das fronteiras espanholas, nas cabeceiras do rio Madeira, como transpôs o Amazonas para ocupar a Guiana brasileira.

* Tradução do espanhol por Maria Eulália Gutierrez Orellana.

* Tradução do espanhol por Maria Eulália Gutierrez Orellana.

A GADARIA

Enquanto se concluía a ocupação da costa de Pernambuco até São Paulo, a expansão se desdobrou em dois movimentos pastoris simultâneos. O que ocupou os sertões interiores do nordeste, habitados por índios de culturas muito diferentes das dos povos de língua Tupi e outros adaptados à floresta tropical, que deram

a base da cultura dos mamelucos paulistas e dos baianos. E o de expansão para o sul, nas áreas devassadas originalmente pelos jesuítas, que levaria o Brasil até o Rio da Prata.

A principal disputa nas áreas do nordeste foi com os holandeses, no quarto de século em que eles se apossaram da costa pernambucana e de seus engenhos. Assentados em terra firme da floresta atlântica, eles penetraram a caatinga do nordeste, dominando vários grupos indígenas que lá viviam. Um dos mais preciosos documentos dessa influência se deve a Pedro Carrilho de Andrade (1699), lugar-tenente do bandeirante Moraes Navarro, e se refere ao massacre dos índios nordestinos. Neste documento, se expõem os motivos e razões pelos quais a guerra contra os índios do nordeste seria justa.

"(...) Três condições dizem os doutores sagrados que deve haver na guerra para ser justa e lícita. A primeira condição é a necessidade de conservar o bem comum e quietação dos repúblicos; e a segunda condição é o recuperar os bens injustamente usurpados; e a terceira condição é por defender ao inocente e refrear as insolências dos rebeldes. E sendo isto assim não fica obrigado de restituir os danos. Diz o doutor Santo Tomás e seguem todos os doutores comumente que ao público tirano pode qualquer do povo matar para livrar a república e bem comum da opressão da tirania. Pois, logo, todas estas condições e circunstâncias se acham naquela guerra que fazem ou provocam a fazer aqueles bárbaros aos moradores. O primeiro ponto e condição é por necessidade de conservarem o bem comum e quietação dos repúblicos; o segundo ponto ou condição é por recuperarem os bens injustamente usurpados; e o terceiro é por refrear as insolências daqueles rebeldes e defender ao inocente, pois sendo isto assim como dizem que é injusto, bem fora que se não relaxaram as leis de Vossa Majestade e que se observem inteiramente. (...)" (ANDRADE, Pedro Carrilho de, *Memória sobre os índios no Brasil, circa* 1699)

Outra subexpansão pastoril, partindo da Bahia, avançou na ocupação do nordeste interior viabilizada pela gadaria. Em dois séculos ela desalojou os índios de um imenso território e o povoou de gados. Criou-se, assim, uma forma de vida pastoril em que o gado e o povo se multiplicavam. Como uma mercadoria capaz de conduzir-se a si mesma, os rebanhos eram levados dos ermos onde cresciam para o mercado da costa, o povo se acumulava numa economia de pobreza, menos trágica que a dos engenhos escravistas, mas igualmente avassaladora.

Na Bahia prosperou uma ampla pecuária, que encheu de gado os sertões do São Francisco e extensíssimas regiões do nordeste. A prosperidade dessa gadaria, aparentemente, se dá pela existência de pastos naturais, de boas aguadas, naquelas regiões ermas, mas, sobretudo, pela facilidade com que o gado se reproduzia. Gabriel Soares conta que "acontece muitas vezes mamar o bezerro na novilha e a novilha na vaca juntamente". Acrescenta que o mesmo ocorria com éguas, cabras, ovelhas e porcas. Não é crível, mas expressa a fecundidade destes criatórios.

Outro rebanho, o humano, que não era vendável, igualmente se multiplicou, criando uma outra forma de vida que é a do sertanejo, do jagunço, integrado numa civilização do couro.

Esta gadaria e esta sub-humanidade não cresciam soltas, mas bem enredadas na mão de ciosos proprietários de imensas sesmarias. Um texto expressivo dessa forma de vida nos é dado por João Antônio Andreoni (1711). Falando da Casa da Torre e dos domínios mineiros e baianos de Guedes de Brito, que talvez tenham sido os maiores latifúndios que jamais houve, ele nos ensina que:

"(...) Sendo o sertão da Bahia tão dilatado, como temos referido, quase todo pertence a duas das principais famílias da mesma cidade, que são a da Torre, e a do defunto mestre de campo Antônio Guedes de Brito. Porque a casa da Torre tem duzentas e sessenta léguas pelo rio de São Francisco acima, à mão direita, indo para o sul, e indo do dito rio para o norte chega a oitenta léguas. E os herdeiros do mestre de campo Antônio Guedes possuem desde o morro dos Chapéus até à nascença do rio das Velhas, cento e sessenta léguas. E nestas terras, parte os donos delas têm currais próprios, e parte são dos que arrendaram sítios delas, pagando por cada sítio, que ordinariamente é de uma légua, cada ano, dez mil réis de foro. E, assim como há currais no território da Bahia e de Pernambuco, e de outras capitanias, de duzentas, trezentas, quatrocentas, quinhentas, oitocentas e mil cabeças, assim há fazendas a quem pertencem tantos currais que chegam a ter seis mil, oito mil, dez mil, quinze mil e mais de vinte mil cabeças de gado, donde se tiram cada ano muitas boiadas, conforme os tempos são mais ou menos favoráveis à parição e multiplicação

do mesmo gado, e aos pastos assim nos sítios como também nos caminhos. (...)" (ANDREONI, *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*, 1711)

No extremo sul do Brasil prosperou uma outra gadaria. Originalmente, umas quantas reses largadas pelos espanhóis no Chaco se reproduziram tão fantasticamente que formaram imensos rebanhos.

Para a maioria dos índios era uma caça grande, de touros, vacas e cavalos. Algumas tribos, como os Guaicurú, se fizeram cavaleiros e impuseram sua suserania sobre outros povos, chegando a desafiar, regionalmente, tanto a dominação espanhola como a portuguesa.

Ali nasceram os gaúchos brasileiros, que cresceram explorando aquela gadaria sem dono. Primeiro, matando um número sem conta de animais para aproveitar apenas o couro, que era vendável. Mais tarde, aprenderam a salgar e secar a carne, na forma de charque, que passou a ser uma mercadoria exportável como alimento para os escravos dos engenhos. Notícias desse pastoreio sulino nos é dada pelo padre Antônio Sepp (1698).

"(...) A terra, *nota bene*, é tão fértil, que por toda a parte encontrarás uns doze a quinze mil bois e vacas, dos maiores e mais bonitos, deitados no capim ou pastando. São livres e não fazem parte de nenhum rebanho. Se te aprouver carnear uma rês, basta ires ao campo, atirar-lhe uma corda pelos chifres, trazê-la para casa; pertence-te. Nosso Colégio, recentemente, mandou reunir 20.000 cabeças de gado e o vendeu por 12.000 *Taler*s. Portanto, a cabeça sai mal por um *Gulden*. Não seria isto um alto negócio para os mercadores de gado e corretores da Europa! Nestes bois e touros, que são extraordinariamente crescidos e todo brancos, a gente só considera o couro e quiçá também a língua. A carne, que sobrepuja a das reses húngaras, deixa-se abandonada no campo, como pasto para as aves de rapina e os cães selvagens. (...)" (SEPP, A., *Descrição de Viagem ... da Espanha para o Paraguai e Breve relato das coisas mais memoráveis ...*, 1698)

AS MINAS

O ouro que os paulistas sempre buscaram, trabalhando arduamente, só surgiu no fim do século XVII. Foi logo apropriado pelos baianos e pelos lusitanos, mas, ainda assim, enriqueceu a muitos deles.

Nas duas últimas décadas do segundo século, se dá a grande virada da economia brasileira. As ricas exportações de açúcar do nordeste, as pobres explorações de couro e charque da gadaria do sul, as paupérrimas coletas de sagüis, papagaios e essencias florestais da Amazônia, dão lugar à economia prodigiosa das Minas, que iriam multiplicar por três o montante de ouro existente no mundo.

A exploração aurífera inicia-se com paulistas, que descobriram o ouro, e com baianos, que já estavam ali, criando gados nas margens do São Francisco. Mas, logo, atrai muitíssima gente e, inclusive, a escravaria do nordeste, que alcançava alto preço nas zonas das Minas. Até mulas, vindas de Santa Fé, na Argentina, foram importadas para as catas mineiras. Minas, crescendo como um próspero assento da civilização, ata, desta forma, todo o imenso território, conferindo unidade ao Brasil.

Documentamos a expansão mineira com uma seleção de textos dos dois séculos de busca afanosa e infrutífera. Isto é feito com os testemunhos de Duarte Coelho (1542), de Frei Vicente do Salvador (1627) e de Mathias Beck (1649). O donatário Duarte Coelho, em carta ao Rei de 1542, dá conta de suas atividades e dificuldades na busca de ouro pelo interior.

"(...) Quanto Senhor às cousas do ouro nunca deixo de inquerir e procurar sobre o negócio e cada dia se esquentam mais as novas mas como sejam daqui longe pelo meu sertão adentro e se há de passar por três gerações de mui perversa e bestial gente e todos contrários uns dos outros há de se passar esta jornada com muito perigo e trabalho (...)." (Carta de Duarte Coelho ao Rei, 1542)

O senhor de engenho Gabriel Soares de Sousa também fez penetrações infrutíferas pelo interior do rio São Francisco na busca de minas de ouro, em 1592. Foi, inclusive, investido das funções de Governador das Minas.

"(...) Era Gabriel Soares de Sousa um homem nobre dos que ficaram casados nesta Bahia (...). Este teve um irmão que andou pelo sertão do Brasil três anos, donde trouxe algumas mostras de ouro, prata e pedras preciosas, com que não chegou, por morrer à tornada, cem léguas desta Bahia, mas enviou-as a seu irmão, que com elas se foi depois de passados alguns anos à corte, e nesta gastou outros muitos em seus requerimentos, até que el-Rei o despachou, e se partiu de Lisboa (...)." (SALVADOR, Frei Vicente do, *História do Brasil,* 1627)

Neste mesmo testemunho, Frei Vicente do Salvador relata a morte de Gabriel Soares nesta busca pelos sertões, no rio de Paraguaçú.

"(...) por as águas serem ruins e os mantimentos piores, que eram cobras e lagartos, adoeceram muitos, e entre eles o mesmo Gabriel Soares, que morreu em poucos dias no mesmo lugar, pouco mais ou menos, onde seu irmão havia falecido. (...) O intento que Gabriel Soares levava nesta jornada era chegar ao rio S. Francisco e depois por ele até a lagoa Dourada, donde dizem que tem seu nascimento, e para isto levava por guia um índio por nome Guaraci, que quer dizer sol, o qual também se lhe pôs e morreu no caminho, ficando de todo as minas obscuras até que Deus, verdadeiro sol, queira manifestá-las. (...)" (SALVADOR, Frei Vicente do, *História do Brasil,* 1627)

Em 1649, sob as ordens da Companhia das Índias Ocidentais, também os holandeses tentavam extrair prata das minas do monte Itarema, no interior do Ceará. Mas foram frustrados pela notícia da rendição dos holandeses em Recife. Reproduzimos trechos do diário de Mathias Beck sobre esta mineração holandesa, onde constam instruções detalhadas da Companhia das Índias Ocidentais sobre os procedimentos na pesquisa e exploração das minas.

"(...) *Instruções e memórias segundo as quais o comissário H. van Ham se há de se regular na pesquisa dos minerais ou metais dos montes "Itarema" e "Maragoaba" ou outros próximos.* Tendo o principal Francisco Caraya concordado em conduzir-vos ao sítio ou às proximidades do lugar de onde os portugueses têm anteriormente extraído minerais ou metais, cumpre-vos empregar a ele e aos mineiros, que os devem procurar, em descobrir o verdadeiro e melhor lugar, e, tendo-o achado, mandar extrair o mineral ou metal que, sendo encontrado deveis trazer para aqui a fim de ser ensaiado pelo ourives; para este fim vos são dados mantimentos para 8 dias, bem como os extraordinários constantes da lista do preposto, que podereis distribuir com discrição pelos mineiros, soldados e mais pessoas; caso julgardes necessário permanecer ausente mais de 8 dias, para tudo com exatidão e minúcia bem indagar, deveis em tempo enviar alguém aqui a avisar-nos do que houverdes necessidade para que sem demora vos seja remetido; confio que com a maior pressa e todo o zelo possível fareis esforços para bem servir e dar proveito à Companhia e dar contentamento a nossos amos os Nobres e Poderosos Senhores com o relatório que de todo o ocorrido nesta expedição apresentar. *Feito no Forte Shoonenburch no Ceará,* 13 de abril de 1649. (...) (BECK, Mathias, "Diario da minha viagem ao Siara emprehendida, ao serviço da Patria e da Companhia das Indias Occidentaes ...", 1649)

Reproduzimos, também, as memórias redigidas por Bento Fernandes Furtado de Mendonça (*circa* 1765) sobre os primeiros achados de ouro em Minas Gerais pelos bandeirantes paulistas.

"(...) Na época de 1693 veio Antônio Roiz de Arzão, natural da Vila hoje cidade de S.Paulo, homem sertanejo conquistador do gentio dos sertões da Casa da Casca, com outros muitos naturais das outras vilas de Serra acima, em cuja paragem esteve aquartelado alguns anos, onde faziam entradas e assaltos ao gentio mais para o centro do sertão. E vendo por aquelas veredas alguns ribeiros com disposição de ter ouro, pela experiência que tinha das primeiras minas, que se tinham descoberto em S. Paulo, Curitiba e Paranaguá, que ainda hoje existem, dando suas faisqueiras e aumentada povoação com Ministros de Justiça e estendida Comarca de Ouvidoria, fez algumas experiências, com uns pratos de pau ou de estanho, e foi ajuntando algumas faíscas, que pôde apanhar com aqueles débeis instrumentos com que podia fazer, sem ferramenta alguma de minerar. E juntou três oitavas de ouro (...) A este tempo (1698) saía o Coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, o Capitão Manuel Garcia Velho, e outros sertanistas, conquistadores dos mesmos gentios e povoadores das vilas seguintes da de São Paulo para o Leste desta parte pela mesma paragem da Itaverava onde os descobridores estavam com bastante gentios que haviam conquistado de outras partes do mesmo sertão do Caetê e Rio Doce (Caetê quer dizer: Mato verdadeiro e sem mescla de campo algum) em largueza de muitos centos de léguas até a costa do mar que corre do Rio de Janeiro até a Bahia. (...) Nestes termos foram continuando descobrimentos e lavras de mergulho, no Ribeirão do Carmo, e custosos cercos em algumas partes do Rio; e os de terra, a poder de braço, no desmontar dos tabuleiros de formações altas (...) concorrendo inumerável povo de várias partes do Brasil, e em maior quantidade filhos de Portugal, caminhando uns para este, outros para aquele lugar, digo, a diferentes lugares de Minas: os mais deles pobres, só com suas pessoas, com o seu limitado trem às costas, animados mais do interesse, que pretendiam, que das suas posses (...). Assim se foram aumentando as povoações, os lucros em crescido aumento porque no lavrar, e abrir as terras em que se desentranham os seus haveres. Assim foi crescendo o negócio de escravos, gados, cavalgaduras, fazendas e mais víveres de toda a sorte conduzidos com o maior trabalho, a que obriga o interesse aos homens (...)." (MENDONÇA, Bento Fernandes Furtado de, "Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas de ouro pertencentes a Estas Minas Gerais ...", anterior a 1765)

Desencadeia-se, a partir daí, o ciclo da mineração, e a província interior de Minas, até então deserta, se torna, em uma década, o núcleo de população mais denso das Américas. Realiza, inclusive, o milagre extraordinário de fazer surgir um colar de cidades, centradas em Ouro Preto, nas quais floresce um dos primeiros surtos autônomos de criatividade artística das Américas. Nelas se cultivava uma alta música, uma arquitetura, uma pintura, uma escultura e até uma literatura, todas elas admiráveis criações dentro do melhor estilo barroco.

O RIO DE JANEIRO

O Rio de Janeiro, mesmo antes de engalanar-se como a fortaleza das Minas, de defesa do ouro que ia para Portugal, e de capital geral do Brasil, já ostentava uma vida urbana ativa, até rica. Tanto, que a cidade foi várias vezes assaltada e tomada por piratas que a revendiam caro à própria população. Esta prática até se converteu, mais tarde, num negócio lucrativo. Organizavam-se, para tanto, sociedades anônimas, cujas ações eram vendidas a nobres e plebeus e, inclusive, a curas, nas cidades francesas, para organizar e armar comboios de corsários que iam fazer tais assaltos. Luís de Góis escreve, já em 1548, ao Rei D. João III, sobre os perigos dos constantes ataques e incursões francesas na costa do Rio de Janeiro e Cabo Frio.

"(...) e digo mui alto e mui poderoso senhor que se com tempo e brevidade Vossa Alteza não socorre a estas capitanias e costa do Brasil que ainda que nós percamos as vidas e fazendas Vossa Alteza perderá a terra e que nisto perca pouco aventura a perder muito, porque não está em mais de serem os franceses senhores dela, que em se acabarem de perder estas capitanias que ficam e de ter eles um pé no Brasil hei medo aonde quererão e podem ter o outro. (...) dois anos a esta parte vem sete oito naus cada ano ao Cabo Frio e Rio de Janeiro. Já não há navio que ouse parecer, porque a muitos tem cometidos e alguns tomados (...)." (Carta de Luís de Góis a D. João III, da Vila de Santos, 12 de maio de 1548) *

É assinalável também, no Rio, a conversão do seu gentio moreno, composto de mamelucos, gerados por portugueses nas índias apresadas. Aquilo que os missionários jamais alcançaram nas missões, ali se realizava espontaneamente. Numerosos são os textos em que sacerdotes registram a indiferença dos índios para com a pregação evangélica e o pouco ou nenhum êxito alcançado pelas missões, que, ao fim de décadas, não haviam convertido ninguém. O próprio Nóbrega nos diz:

"(...) Com um anzol que lhes dê, os converterei a todos, e com outros os tornarei a desconverter, por serem inconstantes, e não lhes entrar a verdadeira fé nos corações. (...)" (NOBREGA, *Diálogo da Conversão do Gentio*)

Um século mais tarde, o povaréu carioca, como ocorreu com o de Vitória e de outros núcleos urbanos, vivendo já uma existência totalmente diferente da tribal, desenvolveu, espontaneamente, a mentalidade que correspondia à sua nova existência. Tornando-se conversível, passou a buscar igrejas para rezar e pedir milagres. As mamelucas mais favorecidas pela fortuna eram as mais beatas nessa busca da fé cristã, o que se explica como um esforço de identificação explícita com a branquitude católica.

O fato do Rio ter sido devotado ao Rei D. Sebastião, encarnado localmente na figura do santo romano Sebastião, teve também o seu efeito. Vendo a imagem de um homem semi-nu, espetado de flechas, o povo do Rio se identificou fortemente com ele. Desenvolveu-se, desde então, uma onda de religiosidade que se expressava através de uma procissão anual que juntava todo o povo. Ainda hoje, a Procissão de São Sebastião reúne centenas de milhares de pessoas. Nas primeiras décadas, este culto era uma espécie de carnaval. O padre Fernão Cardim, que esteve no Rio em 1584, fala desta procissão, em que o povo festejava seu santo, fantasiado e cantando longas ladainhas em latim.

* Tradução do espanhol por Jean François Cleaver.

"(...) Trouxemos no navio uma relíquia do glorioso Sebastião engastada em um braço de prata. Esta ficou no navio para a festejarem os moradores e estudantes como desejavam, por ser esta cidade do seu nome, e ser ele o padroeiro e protetor. Uma das oitavas à tarde se fez uma célebre festa. O Sr. governador com os mais portugueses fizeram um lustroso alardo de arcabuzaria, e assim juntos com seus tambores, pífaros e bandeiras foram à praia. O padre visitador com o mesmo governador e os principais da terra e alguns padres nos embarcamos numa grande barca bem embandeirada e enramada: nela se armou um altar e alcatifou a tolda com um pálio por cima; acudiram algumas vinte canoas bem equipadas, algumas delas pintadas, outras empenadas, e os remos de várias cores. Entre elas vinha Martim Afonso, comendador de Cristo, índio antigo *abaetê* e *moçacára*, grande cavaleiro e valente, que ajudou muito os portugueses na tomada deste Rio. Houve no mar grande festa de escaramuça naval, tambores, pífaros e flautas, com grande grita e festa dos índios. (...) Desembarcando viemos em procissão até a Misericórdia, que está junto da praia, com a relíquia debaixo do pálio; as varas levaram os da câmara, cidadãos principais, antigos e conquistadores daquela terra. Estava um teatro à porta da Misericórdia com uma tolda de uma vela, e a santa relíquia se pôs sobre um rico altar enquanto se representou um devoto diálogo do martírio do santo, com choros e várias figuras muito ricamente vestidas, e foi asseteado um moço atado a um pau: causou este espetáculo muitas lágrimas de devoção e alegria a toda a cidade por representar ao vivo o martírio do santo, nem faltou mulher que não viesse à festa (...) era para ver uma dança de meninos índios, o mais velho seria de oito anos, todos nuzinhos, pintados de certas cores aprazíveis, com seus cascavéis nos pés, e braços, pernas, cinta e cabeças com várias invencões de diademas de penas, colares e braceletes. (...)" (CARDIM, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, 1584)

O BRASIL SULINO

A partir do Rio de Janeiro, mas cumprindo ordens expressas da Coroa, é que se processa a expansão para o extremo sul. Começa por volta de 1640, quando os portugueses sucedem aos espanhóis na ilha do Desterro, em Santa Catarina. Estende-se, depois, até o Rio da Prata, onde os portugueses eram os principais comerciantes da nascente Buenos Aires, que vivia do contrabando da prata vinda do Peru, trocada por mercadorias européias, que subiam dali em lombo de burro.

O ato mais explícito e lúcido de ocupação do extremo sul pelos portugueses se dá com a criação da Colônia do Sacramento, em 1680. Aproveitando a união da Coroa portuguesa com a espanhola, resultante da morte de D. Sebastião, os portugueses trataram de estender seu domínio sobre as terras não demarcadas de Tordesillas. Sacramento surge como uma fortaleza só de homens, onde funcionou um outro criatório de mamelucos, na forma de gaúchos ou gaudérios. Dali, ricos comerciantes portugueses participavam ativamente do contrabando e os pobres partiam para a exploração da gadaria bagual e, mais tarde, para as batalhas de escravização dos índios missioneiros, em apoio às Bandeiras, que desciam de São Paulo. A consolidação de um núcleo brasileiro, bem defronte da nascente Buenos Aires, tanto preocupou os espanhóis que eles a disputaram por mais de um século, tomando-a e perdendo-a, até que a deram aos portugueses em troca das missões jesuíticas do Uruguai. Com efeito, Sacramento exercia verdadeira soberania sobre a navegação do Rio da Prata, tornando impossível o controle do contrabando que ali se fazia e pondo em risco uma via de entrada para as riquezas do Peru. A obsessão espanhola por este controle era tão grande que eles trocaram os eventuais direitos e possessões portuguesas sobre a área da Colônia do Sacramento pelos seus imputáveis direitos sobre a Amazônia (Tratado de Madri, 1750), o que parece caçoada.

Um implante posto tão no extremo sul só se explica pela preocupação portuguesa de marcar suas fronteiras. É equivalente a outros implantes que eles colocaram no rio Paraguai, na altura de Albuquerque e Coimbra, ou no alto rio Guaporé, ou, ainda, no alto rio Negro, já na fronteira com a Venezuela. Aquelas fortalezas de cantaria, distanciadas centenas de léguas de qualquer ocupação européia permanente, marcaram a posse lusitana do que o Brasil haveria de ser.

Vivendo o seu milênio de existência no temor de anexação pelos castelhanos, tal como ocorreu com os galegos, os vascos e os catalães, os portugueses se precaviam. Graças a este santo temor, o continente Brasil é a imensidade territorial que hoje exibe. Um território

de metade da América do Sul, fazendo quinze mil quilômetros de fronteiras com a Hispano-América, que correm, até hoje, nas matas indevassadas, mas que é incontestável, porque se funda no *uti possidetis:* ou seja, no direito de quem chegou primeiro e marcou indelevelmente sua posse.

A FRONTEIRA AMAZÔNICA

A interação entre o Brasil e Portugal, ao longo dos séculos, foi se tornando cada vez mais profunda. Primeiro, pelo Brasil como empreendimento colonial que ocupava o reino como sua preocupação maior. E, sobretudo, pelo lucro disso resultante, que se constituiu logo como principal renda da Coroa. Depois, pelas influências do que sucedia em Portugal sobre o Brasil, e vice-versa. Uma delas decisiva, o maior drama da história portuguesa, a morte do Rei menino, D. Sebastião, que, numa aventura juvenil, saiu com a nobreza do reino para uma louca cruzada na África em que perdeu a vida. O jovem Rei morreu e seu povo, órfão dele, se viu entregue ao odiado domínio da Espanha, que duraria de 1580 até 1640. Os portugueses, muito sagazes para assuntos de fronteira, aproveitaram esse longo período de união das Coroas para realizar e consolidar suas expansões.

Acontecimentos de igual importância, mas de sentido inverso, porque eram influências do que sucedia no Brasil sobre Portugal, foram inúmeros. Por exemplo, a reconquista de Pernambuco e, inclusive, de Angola, na África, pelos brasileiros, após um quarto de século de ocupação holandesa. Isto ocorre depois que Portugal e Espanha já se haviam dado por vencidas, reconhecendo a ocupação batava.

O DEVASSAMENTO

O empreendimento mais relevante dos portugueses, após o desembarque e a ocupação da costa atlântica, foi a conquista da Amazônia. Ele se processou através de Capitanias sujeitas diretamente ao reino, mas indiscutivelmente postas em território que, pela lei de Tordesillas, pertenciam à Espanha.

A ocupação portuguesa no Amazonas se dá no segundo século, desalojando franceses, que chegaram antes ao Maranhão, holandeses e ingleses, que tentavam se instalar na boca do Rio-mar. Antes, porém, os lusitanos já navegavam pela imensa rede de rios portentosos que deságuam no Amazonas, tomando conhecimento da densa população indígena que ali se assentava.

Os textos que publicamos de Pinzón e Lepe são as primeiras notícias de europeus sobre o rio Amazonas. Pinzón, um dos capitães da armada de Colombo, sentindo no mar que navegava em água doce, foi ver o que era. Assim topou com o Rio-mar.

Sobre estas empresas reproduzimos o texto em que Diogo Nunes relata a primeira penetração portuguesa, dirigida pelo capitão Alonso Mercadillo (1538-39).

"(...) No ano de 1538 fui com um capitão que se diz Mercadilho e saímos do Peru a descobrir e passamos muitas terras despovoadas até donde este capitão se ficou mal disposto. (...) Em esta província de Machifaro que eu vi se podem povoar cinco ou seis vilas mui ricas porque sem dúvidas há nela muito ouro e ao que me ela pareceu é tão bondosa de mantimentos e são como a do Peru. — Esta terra está entre o rio da Prata e o Brasil / pela terra adentro por esta terra vem o rio grande das Amazonas e na paragem desta terra tem este

rio muitas ilhas no rio e bem povoadas de gente bem luzida e da outra banda do rio há muita povoação da mesma gente / de maneira que de uma banda e de outra está bem povoado. (...) Haverá trezentas léguas desde esta província até o mar e sai este rio à costa do Brasil (...)." (NUNES, Diogo, Carta ao Rei D. João III, 1538)

Foram os espanhóis que navegaram primeiro pelo caudal dos rios que, descendo dos Andes ou do Brasil central, formam o Amazonas. O documento básico da primeira expedição rio abaixo pelo Amazonas se deve a Frei Gaspar de Carvajal, registrando a viagem de Francisco de Orellana (1541-42), que, partindo de Quito, chegou a Belém. Carvajal relata a viagem, inclusive o encontro com as amazonas, e dá notícias das terras, ilhas e populações às margens do rio.

"(...) Tudo que eu vou contar daqui por diante será como testemunha de vista e homem a quem Deus quis dar parte de um tão novo e nunca visto descobrimento, como é este que adiante direi. Depois que o capitão Francisco de Orellana alcançou a Gonçalo Pizarro, que era o Governador, quis este ir pessoalmente descobrir a terra onde se dizia que havia canela e como não a encontrasse nem sítio onde pudesse ser útil a Sua Majestade, resolveu seguir por diante. Foi-lhe o Capitão Orellana no encalço com a sua gente, alcançando-o em um povoado que se chamava Quema, formado por umas cabanas a cento e trinta léguas de Quito, reunindo-se novamente aí. (...) Desde o ponto em que deixamos Gonçalo Pizarro, já caminhamos mil e quatrocentas léguas, antes mais do que menos, e não sabemos ainda o que falta daqui até ao mar. (...) Aqui começamos a deixar a boa terra de campos e terras altas, entrando numa terra baixa, de muitas ilhas, embora não tão povoadas como as de cima. Deixou o Capitão a terra firme, metendo-se entre as ilhas, pelas quais foi caminhando, tomando de comer onde víamos que o podíamos fazer sem dano. E como as ilhas eram muitas e muito grandes, nunca pudemos voltar a tomar terra firme de um e outro lado até ao mar. Caminhamos entre tais ilhas umas duzentas léguas, por entre as quais, e ainda umas cem mais, sobe a maré com muita fúria, havendo pois trezentas léguas de maré e mil e quinhentas sem ela, de modo que podemos contar por este rio, desde o ponto de onde saímos até ao mar mil e oitocentas léguas, antes para mais que para menos. (...)" ("Relación que escribió Fr. Gaspar de Carvajal, de la orden de Santo Domingo, del suceso del nuevo descubrimiento del famoso rio grande, que descubrió por muy gran ventura el capitán Francisco de Orellana ...", 1542)

A viagem de Orellana desperta cobiças e esperanças de encontrar ouro e outras riquezas nas terras marginais do Amazonas, provocando novas expedições. Embora não tenha tido maior repercussão na história, reproduzimos o relato de Francisco Vázquez sobre a expedição perversa de Lope de Aguirre (1560-61), que percorreu todo o Amazonas em busca do El Dorado.

"(...) Foi o governador Pedro de Ursúa, navarro; era cavaleiro e senhor da Casa de Ursúa; homem de grande habilidade e experiência nos descobrimentos e entradas de índios. (...) e o marquês de Cañete havendo entendido seu valor e habilidade, o encarregou da jornada do Dorado, com outras muitas províncias e terras comarcãs, de que se tinha grande notícia nos reinos do Peru, assim pelas grandes coisas que disse haver visto o capitão Orellana e os que com ele vieram desde o Peru por este rio do Marañón abaixo, onde diziam que estavam ditas províncias, como pelo que disseram certos índios brasiles, que desde sua terra subiram por este rio acima, descobrindo e conquistando, até que chegaram ao Peru no tempo que estava nele o presidente Gasca. (...) Viveu apenas três meses e três dias desde que embarcou no estaleiro até que o mataram. Embarcou-se a 26 de setembro de mil quinhentos e sessenta e um. Os que naquela noite se encontraram em matar a Pedro de Ursúa, governador, e a seu tenente dom Juan de Vargas, segundo o que eu vi, porque me encontrava com o governador, e é muito certo, já que ademais eles depois se vangloriavam disto, são os seguintes: Dom Fernando de Guzmán, Juan Alonso de la Bandera, Lorenzo de Salduendo, Alonso de Montoya (...) e o cruel tirano Lope de Aguirre, cabeça e inventor de maldades.(...) Tem a boca deste rio, segundo os pilotos que o navegaram conosco, quase oitenta léguas, e todas de água doce. A boca é, ao que parece, uma só. Tem mais de mil ilhas perto da boca do mar, e a maior parte destas ilhas são alagadiças, e com a grande quantidade de água das crescentes de cima e as marés inundam e cobrem as ditas ilhas e grande parte da terra à redonda; e acabadas as ditas ilhas, antes que entre no mar, se junta toda por um braço só e entra no mar. Conhece-se a maré mais de duzentas léguas acima do mar, e desde que acaba de minguar junto ao mar, descobre tanta terra e ilhas que parece impossível que voltará a cobrir tudo aquilo que descobriu. Quando começa a crescer vem a maré com tanta velocidade e ruído, que se ouve a mais de quatro léguas, e com uma onda de água levantada para cima, mais alta que uma grande casa, que põe temor de morte. As pessoas do mar chamam a isto macaréu, e é muito perigoso. (...)"*

Para completar o quadro da competição de nações européias na conquista da Amazônia, damos o informe do irlandês Bernardo O'Brien del Carpio (1636), sobre suas andanças na selva selvagem.

* Tradução do espanhol por Gisele Jacon.

"(...) Chegaram à beira do rio das Amazonas, e subindo por ele umas 10 léguas chegaram ao porto e lugar de Índios chamado Sipinipoca. Fizeram amizade com eles, ao começo explicando-se por gestos, até que conseguiram entender a sua língua, por eles chamada *Arrua*. Continuaram subindo pelo rio umas 60 léguas, com o seu navio, até um lugar que os nativos chamavam *Pataui* e depois aqui *Cocodivae*. Ali desembarcou Henrique 16 pessoas, doze Irlandeses e quatro Ingleses, criados desses Irlandeses, todos católicos, deixando-lhes por capitão o suplicante, dando-lhe a ordem de conservar a amizade dos Índios e ali se sustentar até que lhe enviasse socorro da Inglaterra ou Irlanda. E para isso, entregou-lhe uma grande quantidade de rosários, pulseiras, facas, espelhos, portinholas de calças, apitos, pentes, machados e várias outras coisinhas. O próprio Francisco, voltando em seu navio, não lhes enviou socorro em três anos. (...) Depois de o suplicante passar ali três anos, fazendo diversas viagens por terra, rios e ilhas, chegou à boca do rio das Amazonas outro navio e, pensando que fosse socorro que estava chegando, foi a bordo e viu que era um navio de guerra da Holanda, vindo com ele uma pinaça. (...) O suplicante fez em terra um forte num lugar chamado Teherégo (Torrego), armou-o com uma peça de artilharia e quatro catapultas e ali deixou parte da sua gente (...). No mês de setembro seguinte chegou Pedro Teixeira, Português, por ordem do mesmo governador do Maranhão, com mais 300 brancos e 15.000 Índios, para enfrentar o suplicante. (...)" (O'BRIEN DEL CARPIO, Bernardo, Relação dirigida ao Rei Felipe IV da Espanha, datada em Madri em 1636)*

* Tradução do espanhol por Jean François Cleaver.

A POSSESSÃO

A implantação de núcleos brasileiros na Amazônia começa pelo Maranhão, disputado aos franceses em guerras cruentas e, depois, com os ingleses, como se vê pelos relatos de Martim Soares Moreno (1618) e de Jacome Raymundo de Noronha (1637), que relatam a disputa com os ingleses.

Martim Soares Moreno, participante ativo, como soldado e governante, da conquista portuguesa do Maranhão (1614-15) contra os franceses aí estabelecidos, descreve sua vida no Brasil e sua participação nesses eventos no texto "Relação do Ceará", escrito em Lisboa em 1618.

"(...) o que logo dito governador (D. Diogo de Meneses) ordenou e me mandou negociado de todas as cousas necessárias, encarregou que me comerciasse por terra com os naturais do Maranhão para se fazer aquela conquista, dando de tudo parte ao Conselho das Índias e sendo no ano de 1611 cheguei ao Ceará (...). Ali no dito ano degolei mais de duzentos franceses e flamengos piratas e lhe tomei 3 embarcações donde uma delas veio a Sua Majestade a esta cidade toda a proa e popa douradas e para fazer estes assaltos me despia nu e me rapava a barba tingindo de negro com um arco e flechas ajudando-me dos índios falando-lhes de continuo a língua e perguntando-lhe o que já sabia bem fazer, no dito ano fiz pazes com 3 castas de tapuias ali vizinhos e por meio deles tive novas do Maranhão e foram índios dele a falar comigo donde me deram notícias das boas terras que havia naquelas partes e gastando sempre muito de minha fazenda para fazer estas pazes. (...)" (MORENO, Martim Soares, "Relação do Ceará", 1618)

Jacome Raymundo de Noronha, capitão-mor do Pará, tinha instruções para desalojar os ingleses da foz do Amazonas. Em 1637 ele descreve o estado em que se encontrava o Estado do Maranhão e as lutas contra os ingleses e holandeses estabelecidos na região do Amazonas.

"(...) E nesta Capitania (do Pará) é necessária mais gente porquanto é fronteira aos inimigos gentios; e também teve sempre guerra com os estrangeiros holandeses e ingleses que naquelas partes intentaram povoar, fazendo fortalezas, congregando-se com o gentio, com que iam cobrando muitas forças, e sempre foram pelos portugueses desbaratados e rendidos, e todos os anos, pelo verão, se achavam os ditos estrangeiros por aquele rio das Amazonas e seus braços, até que eu fui por ordem do governador passado por Capitão-mor e com todos os seus poderes a fazer guerra a uns que estavam havia já perto de dois anos fortificados e muito poderosos, com muito gentio, fabricando tabacos e canas-de-açúcar, aos quais fui sitiar e pôr em certo até que de todo os desbaratei e lhe tomei a fortaleza que tinham mais forte, com cinco peças de artilharia, em que estava uma de bronze, e lhe tomei a fortaleza e uma lancha, e alvorei as bandeiras de V. Majd. nele, com morte de oitenta e seis estrangeiros e treze prisioneiros mal feridos de que morreram daí a poucos dias cinco, e do gentio morreram muitos na guerra e outros ficaram cativos, e com esta vitória me recolhi ao Pará (...)." ("Relação dada por Jacome Raymundo de Noronha sobre cousas tocantes ao governo do Maranhão", 10 a 23 de maio de 1637)

É precioso o testemunho de Maurício de Heriarte

(1662-67) sobre a vida dos primeiros núcleos civilizados da Amazônia, em meio às populações indígenas da beira-rio, então numerosíssimas.

"(...) Contém a cidade de S. Luís do Maranhão pouco mais de seiscentos moradores. Sua fundação é sobre o mar, em um modo de enseada, que faz seu sítio alegre pela vista do mar. Cingem-a dois rios salgados, um pela banda direita, outro pela banda esquerda, chamados, o da direita Tarú, e o outro Abacanga. (...) Este sítio elegeram os franceses que o habitaram pela banda do seu porto, em que tinham feito ladroeira e recolhimento dos piratas, que infestavam a costa das Índias Ocidentais, e a do Brasil. (...) Teve esta ilha em si dezoito aldeias grandes de Índios forros de diferentes nações Tapinambás (Tupinambá), Tapuias, Tabajáras, Iguaranas; os quais com as enfermidades das bexigas, que é peste nestas partes, se consumiram e ficaram três, que agora assistem aos portugueses com seu trabalho, pagando-lhes a duas varas de algodão por mês a cada um Índio, e a quatro e seis, conforme o trabalho em que os ocupam. (...) Os Índios de corso não têm aldeias nem casas em que habitem, andam pelos montes, e sustentam-se de caça, frutas agrestes e pesca; não estão quietos em um lugar; são mui corpulentos e forçosos. A carne humana que comem é de seus parentes, que em estando doentes, de forma que não possam andar, os matam e os sepultam em suas barrigas. (...)" (HERIARTE, Maurício de, "Descrição do estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas", entre 1662 e 1667)

Foi a exploração de drogas da mata que viabilizou a ocupação da Amazônia. Na verdade, a ocupação de uma parte ínfima daquela imensidade de terras e águas, mas que representava a presença permanente de interesses europeus na área. A forma de concretizá-la consistia, essencialmente, em dois movimentos sucessivos de avassalamento das populações indígenas da Amazônia original. O primeiro liquidou, com as pestes da civilização, os povos indígenas da calha do Amazonas e de seus afluentes principais, tal como se dera, um século antes, no litoral atlântico. O segundo se cumpriu pelo descimento forçado dos índios para a vida nas missões, de onde eles partiam, em expedições estacionais, para a coleta de drogas e essencias da mata e para "descer" mais índios.

Esses núcleos, sobretudo os jesuíticos, tiveram um papel decisivo na desindianização das várias tribos pela imposição de uma língua totalmente estranha à área, que era a língua geral Tupi-Guarani, como fala de comunicação entre eles. A gente neles gerada já não pertencia à tribo de seus pais, mas a uma entidade nova que era a própria missão que, sendo extinta, os deixou ao abandono. Esses caboclos amazônicos são o equivalente jesuítico dos mamelucos. Muito mais índios que estes, porque tiveram menos miscigenação com brancos e negros. Mas, igualmente despojados de qualquer identidade e postos na mesma terra de ninguém, de quem perdeu seu próprio ser. São índios genéricos, falando uma língua indígena imposta pelos jesuítas, vivendo em função do mercado mundial de drogas da mata. Eles são o produto de um processo civilizatório, sem lugar próprio nas estruturas de classe e nas agrupações étnicas de seu contexto.

Comentamos a catequização na Amazônia com um texto de Antônio Vieira (1660), e duas outras narrações devidas aos jesuítas João Betendorff (1699) e Luiz Figueira (1609).

João Felippe Betendorff, na *Chronica da Missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, de 1699, narra uma viagem dos padres Pedro Poderoso e Antonio Ribeiro aos Taconhapés, no rio Xingu, para descimento de índios.

"(...) Ora, já que estamos falando em a missão do rio Xingu, referirei brevemente a viagem que por ele fez o Padre Pedro Poderoso com o irmão Antonio Ribeiro para os Taconhapés por minha ordem, para descer aquela nação, de língua geral, de seus sertões. Tendo eu por notícia que pelo sertão daquele rio Xingu estava a nação dos Taconhapés, índios de língua geral, mandei-lhes o Padre Pedro Poderoso e o irmão Antonio Ribeiro, ambos bons línguas, para praticá-los a que se descessem para as aldeias mais chegadas à povoação dos brancos, para poderem ser filhos de Deus. (...) Logo que se aclarou bem o dia, vieram todos os índios dar a resposta ao que se lhes tinha praticado, e foi que um deles acompanharia os Padres a suas terras, e que, achando serem boas e a seu gosto, tratariam de fazer aí suas roças (digo seus roçados), e se desceriam para fazer sua aldeia. (...) Tem aquele sertão dos Taconhapés quantidade de cravo, porém como a subida rio acima é tão dificultosa como temos visto, e juntamente a descida arriscadíssima, em vista da grande correnteza das águas, que de um alto correm, como um vento, para baixo, com constante perigo de darem as canoas consigo em uma penha, não sendo destrissimamente governadas por pilotos muito experimentados, poucos há que se atrevam ir em busca dele; porém como tudo vence a cobiça insaciável dos homens nada há hoje ... aos cravistas, que a tudo se arriscam, para levar o cravo de onde quer que esteja. (...)" (BETENDORFF, João Felippe, *Chronica da Missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, 1699)

Luiz Figueira narra sua viagem, ao lado do padre Francisco Pinto, à Serra do Ibiapaba, onde iniciou uma missão entre os índios Tabajara, procurando afastá-los das influências dos franceses. Seu relato, de 1609, descreve as artimanhas dos portugueses para enganar e escravizar os índios ali refugiados.

"(...) De modo que desta Serra de Ibiapaba até o Maranhão tudo está cheio de selvagens que a todos matam ou cativam, entram porém com eles alguns destes outros índios de paz quando vão tratar algum resgate ou cousa semelhante mas com grandes cautelas dos tapuyas que de ninguém se confiam e quando lá vão alguns não hão de levar armas algumas e com as flechas nos peitos ou com o golpe feito lhe perguntam ao que vem, examinando-os muito bem e fingindo que lhe não crêem, e se trazem cousa alguma lha tomam ainda que lhe digam que é para o seu principal porque não lhe tem mais respeito que isto, mas depois de bem provados lhe dão mui de comer e os fazem dançar e cantar e eles também lhe fazem a mesma festa; estes que vieram do Maranhão nos contaram como na ida para lá vestiram uma roupeta comprida a um dos seus, e puseram-lhe uma carapuça de rebuço, fingindo com isto e dizendo aos tapuyas que aquele era abaré ou padre e como os tapuyas nenhuma notícia tinham de padres nem ainda de brancos facilmente se persuadiram ser assim e por outra parte cuidando que aquele e os de sua qualidade eram senhores da morte e da vida etc. mostravam grandíssimo medo dando-lhe mui bem de comer e levando às costas para que lhe não fizessem algum mal, e se ele não fora tão bem acompanhado bem cuido que procurariam de lhe tirar a vida para tirar tal peste deste mundo. (...)" (FIGUEIRA, Luiz, "Relação da Missão do Maranhão", 26 de março de 1608 (1609?))

Sobre a economia amazônica de drogas da mata, reproduzimos um texto de Simão Estácio da Silveira (1624) e outro de Antônio Vieira (1654).

A primeira relação, datada de 1624, faz a propaganda da nova terra, tentando cooptar gentes para seu povoamento.

"(...) Tem-se por coisa certa que há minas de ouro e prata, e outros metais nesta terra, e pedras de muito preço, e serras de cristal, e outras de salitre, e de sal da terra, também há muitas salinas do mar, há barreiras de excelente barro, de que vale uma telha um real, e pedreiras de jaspe branco, verde, e negro de que eu trouxe as mostras a Sua Majestade, há muito mel, e cera por aquelas árvores; muita almécega, e anime, e óleos cheirosos, e se os soubéssemos compor, cuidarei que se poderia fazer benjoim de boninas, que de semelhantes resinas deve ser feito. Também suspeito que o almiscar que vem da China deve ser composto de alguma parte, ou partes de certos lagartos grandes, que há por estes rios cujas orelhas, e mais partes glandulosas mirradas, tem o mesmo cheiro, e mais veemente, e dura-lhe sempre. (...)" (SILVEIRA, Simão Estácio da, *Relação Sumária das Cousas do Maranhão*, 1624)

Antônio Vieira, em carta ao Rei D. João IV, de 4 de abril de 1654, descreve a utilização perversa de mão-de-obra indígena pelos colonos, na produção do tabaco no Pará.

"(...) Primeiramente nenhum destes índios vai senão violentado e por força, e o trabalho é excessivo, e em que todos os anos morrem muitos, por ser venenosíssimo o vapor do tabaco: o rigor com que são tratados é mais que de escravos (...) o comer é quase nenhum; a paga tão limitada que não satisfaz a menor parte do tempo nem do trabalho (...) e os filhos sem quem os sustente, porque não têm os pais tempo para fazer suas roças, com que as aldeias estão sempre em grandíssima fome e miséria. (...)" (VIEIRA, Antônio, Carta ao Rei D. João IV, 4 de abril de 1654)

Os jesuítas, heróis da frustrada façanha de criar uma pia Amazônia indígena, foram, na história, os reais domesticadores de índios para a civilização. O pior é que coroaram feiamente sua façanha, em tantos aspectos extraordinária. Efetivamente, os padres portugueses, fiéis à ordem inaciana, cumprindo docilmente a ordem real de expulsão, tal como fariam os jesuítas espanhóis, deixaram seus catecúmenos ao azar, para serem escravizados por aqueles que foram contemplados com as missões, seus bens e seus catecúmenos. Anos depois, seus remanescentes se levantaram em luta na Cabanagem, que foi, talvez, a guerra mais cruenta e com maior número de vítimas que se travou no Brasil. Até nas Américas, penso eu, porque não é impossível que nela tenham morrido cem mil caboclos, descendentes do gentio destribalizado, oriundo das missões jesuíticas. Foi um conflito interétnico longo e paradoxal, em que os caboclos poderiam ganhar todas as batalhas, como de fato ganharam, dominando as principais cidades da área, mas não podiam perder nenhuma, como acabaram perdendo e sendo dizimados.

Essa história trágica dos povos da floresta reitera a tragédia dos quilombos, sobretudo o de Palmares, que

se viram no mesmo paradoxo. Não queriam integrar-se na civilização, que só lhes oferecia a posição de escravos, mas não podiam afastar-se dela, dependentes que eram de alguns de seus produtos, como os instrumentos de ferro, a aguardente, o sal. Podiam viabilizar sua própria existência produzindo quase tudo o que consumiam, mas não podiam fugir completamente à coexistência com a civilização, que se implantava assentada em crescentes núcleos urbanos e comandada, de fato, desde a metrópole européia.

Menos trágico, ainda que também terrível, foi o destino dos índios amazônicos que escaparam, fugindo para além das fronteiras da civilização. Este foi o caso, no passado, das populações indígenas refugiadas, por mais de 20 anos, na Serra de Ibiapaba, no antigo Estado do Maranhão, acrescida de índios aliados de franceses e holandeses, sucessivamente, fugidos das guerras e da escravização impostas pelos portugueses no Nordeste. Vieira descreve as aldeias da Serra de Ibiapaba, visitadas por ele em 1660, com a má vontade que aqui se lê:

"(...) uma composição infernal, ou mistura abominável de todas as seitas e de todos os vícios, formada de rebeldes, traidores, ladrões, homicidas, adúlteros, judeus, hereges, gentios, ateus, e tudo isto debaixo do nome de cristãos e das obrigações de católicos. (...)" (VIEIRA, Antônio, *Relação da Missão da Serra de Ibiapaba ...*, 1660)

No mesmo texto, nosso eloqüente Vieira descreve seu rígido programa catequético para a evangelização dos índios de Ibiapaba:

"(...) se assentou com os principais e com todos os cabeças da nação, que se tornariam logo a unir em uma só povoação, em que se faria igreja capaz para todos; que os que estão ainda por batizar se batizariam; que todos mandarão seus filhos e filhas à doutrina duas vezes no dia, e à escola; que nenhum terá mais que uma mulher, recebendo-se com ela em face da Igreja, que se confessarão todos ao menos uma vez pela desobrigação da Quaresma; enfim, que guardarão inteiramente a Lei de Deus e obediência à Igreja, na qual criou um oficio de executor eclesiástico, chamado *braço dos padres*, e se proveu em um índio zeloso e de grande autoridade, irmão do maior principal, para obrigar a todos a virem à igreja e cumprirem com outras obrigações de cristãos, e os castigar e apenar, se for necessário. (...)" (VIEIRA, Antônio, idem 1660)

Não havendo no mundo indígena uma estrutura de poder, com uma classe dominante capaz de fazer as pazes com o invasor, como ocorreu no México e no Peru, este teve que vencer tribo por tribo. Ainda hoje esta batalha prossegue com os Yanomami, na fronteira do Brasil com a Venezuela, que vêem os brancos que avançam sobre eles como os índios de 1500 viam os primeiros europeus que chegavam em suas naus. Revivem o drama do seu encontro, adiado por quinhentos anos, com o processo civilizatório da expansão européia.

EPÍLOGO

A sociedade brasileira nascente é, sobretudo, contraditória. Suas características distintivas são, por um lado, a racionalidade e, por outro, a anarquia de sua implantação. Por parte dos jesuítas a racionalidade se afirma como a primeira tentativa registrada na história de criar intencionalmente, por ato de vontade, uma sociedade utópica. Os inacianos o fazem com uma firmeza ideológica e uma dureza, que só Stalin teria mais tarde.

A mesma racionalidade se registra por parte do colonizador lusitano, que, com o comando assentado no reino, desde lá, determina as ações de guerra e de paz. Determinou, por exemplo, a criação de cidades como a Bahia, o Rio de Janeiro, São Luís, Belém do Pará e, depois, tantíssimas outras, sempre em lugar prescrito, segundo um risco urbano também prefigurado. Do mesmo modo edificou fortalezas de cantaria ao longo de oito mil quilômetros de costa atlântica e de quinze mil quilômetros de fronteira com as nações hispano-americanas.

A contraparte dialética desta intencionalidade do

projeto colonial é o caráter anárquico, selvagem e socialmente irresponsável da expansão dos núcleos brasileiros. Atuando sobre uma realidade diferente, que obrigava a buscar soluções próprias, ajustadas à sua natureza, e agindo longe das vontades oficiais, a ação do colonizador se desenrola quase sempre improvisadamente e ao sabor das circunstâncias. Sendo imprevisível, crescia desregrada, até que, por reiteração, constituísse uma pauta de ação sucetível de ser regulada.

Outra característica distintiva do processo de formação da sociedade brasileira é sua natureza essencialmente conflitiva. Aqui, desde os primeiros anos, e ainda hoje, se opunham antagonicamente e da forma mais cruenta o índio e o invasor, o africano e o europeu, o índio e o negro, o missionário e o povoador, o senhor e o escravo, os católicos e os protestantes, o povo e os poderosos, além de muitas oposições menores. Sucede todo o contrário da suposição generalizada de que vivemos uma história sem conflitos, demarcada por relações cordiais entre as raças, as classes e as castas.

Uma das funções do Sincronótico que fizemos compor é comprovar e visualizar esta conflitualidade. Nele se demonstra como, ano após ano, ao longo das décadas, sucedem-se lutas das mais sangrentas que se registram na história, na caça e dizimação dos índios, no extermínio dos quilombos, na disputa entre os jesuítas e os bandeirantes, nos enfrentamentos de portugueses e brasileiros contra franceses, holandeses e ingleses, e em cruentas revoluções sociais.

Estas últimas eclodiram, com toda crueza, desde os primeiros anos, nos alçamentos, revoltas e lutas dos índios e dos negros contra a escravidão. As principais delas foram, naqueles primeiros anos, a Confederação dos Tamoios, em que os índios tentaram se unificar contra os invasores, e o Quilombo dos Palmares, que resistiu ao cerco por quase um século. Avançando nos séculos, outras lutas, ainda mais ferozes, se travaram; como a Cabanagem dos caboclos da Amazônia contra a opressão, que foi talvez a luta social mais sangrenta que registra a história americana. Já no nosso século, o alçamento trágico dos sertanejos de Canudos, que armados de uma consciência arcaica, mas extremadamente lúcida, tentaram reverter a ordem social brutal gerada pela história nas imensas áreas de ocupações pastoris do Nordeste.

Na historiografia oficial "escrita para o trono" tudo isso se disfarça tão desavergonhadamente que se tem de realizar um esforço especial para desfazer essa doutrina espúria da cordialidade a fim de impor a verdade do processo extremadamente conflitivo de que nascemos nós brasileiros. Primeiro na forma de paulistas, pernambucanos e baianos, depois na de sertanejos, mineiros e gaúchos, finalmente na figura de brasileiros, que a todos já começa a englobar ao fim do segundo século.

Nós brasileiros somos a resultante do embate daquele racionalismo burocrático português e do furor sagrado dos jesuítas. Cada qual querendo executar na terra nova, e sobre os corpos e as almas dos índios nativos e dos negros importados, seu próprio projeto de civilização. Mas resultamos mesmo foi da espontaneidade anárquica, que nos veio conformando ao Deus dará, debaixo do poderio e das limitações da ecologia tropical e do despotismo das exigências do mercado mundial. Não temos porque nos orgulhar nem nos envergonhar dessa ancestralidade, nem da violência de nosso nascimento. Foram as dores do parto em que fomos gerados e o parto não importa muito, o que importa é o ser que dele nasce.

Nesse campo de forças é que o Brasil se fez a si mesmo, todo inventado. Por isso mesmo, tão diferente dos Povos Testemunho, remanescentes de antigas civilizações americanas, que levam no peito, imiscíveis, suas duas heranças. E dos Povos Transplantados, meramente emigrados para o além-mar. O que mais nos singulariza é esta qualidade de Povo Novo, ainda em ser. Tão oposto ao projeto lusitano como ao jesuítico, e tão surpreendente para os próprios brasileiros. Hoje somos o que somos, apesar dos lusos e dos seus missionários. Mas, também, graças a eles, que aqui juntaram — com vistas

nos ganhos e lucros, ou em compensações vicárias — tanto os tijolos biorraciais como as argamassas sócio-culturais com que o Brasil vem se fazendo.

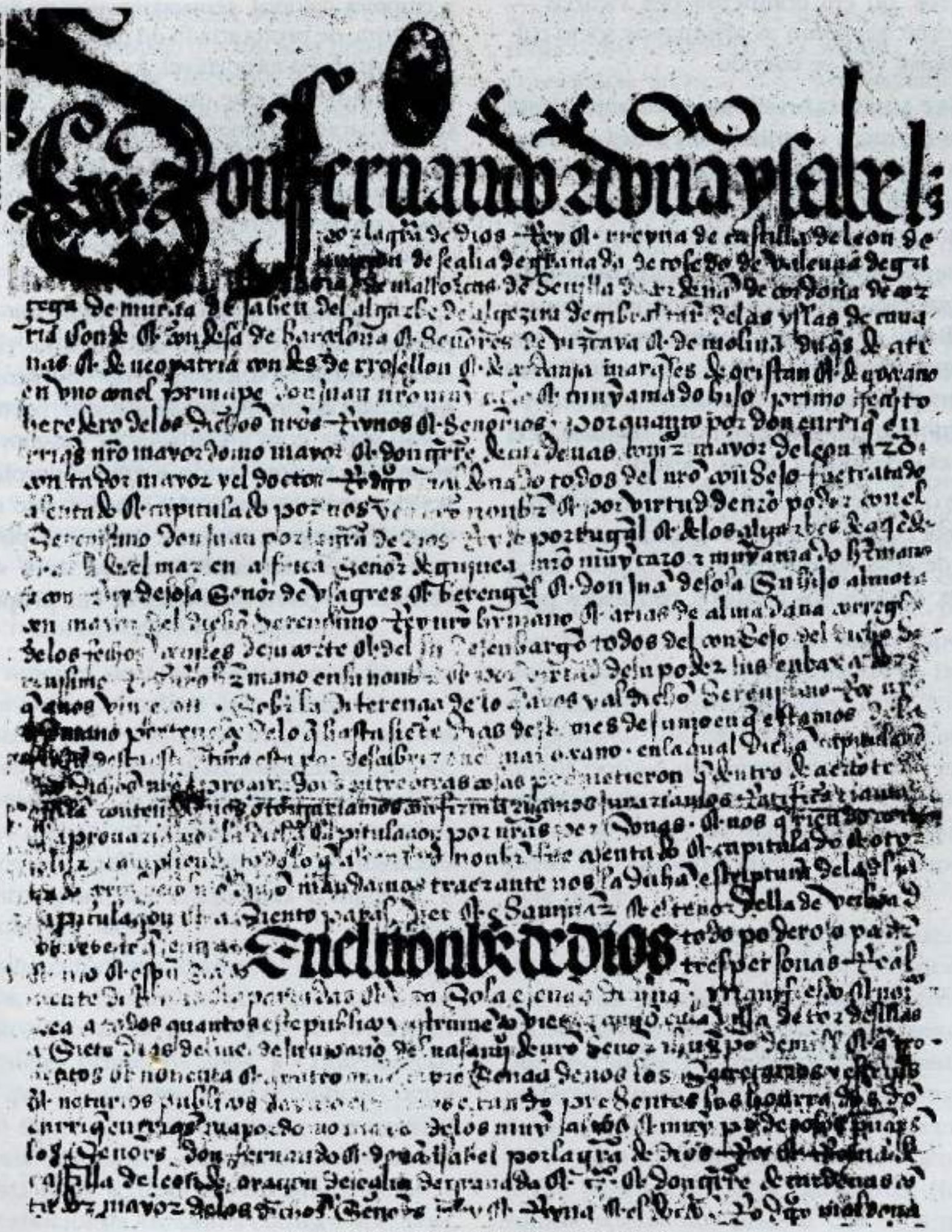
A sociedade e a cultura brasileira, resultantes deste processo de fusão de raças e etnias, tem outra característica distintiva que é sua extraordinária homogeneidade lingüística, cultural e étnica, alcançada pelo desfazimento e refazimento de suas matrizes européias, índias e negras.

Aqui não se formou nenhuma camada ou quisto étnicamente diferenciado, disputando autonomia. Por toda a extensão do Brasil se fala uma mesma língua, menos marcada por sotaques regionais do que as falas de Portugal. E todos os brasileiros nativos, antigos e recentes, se identificam como um povo coeso, posto na mais bela província do planeta, em busca de seu destino.

Embarcados no projeto colonial lusitano, nos viabilizamos foi ao nos afirmar contra ele e ao nos opor aos desígnios do colonizador e de seus sucessores. Pela vontade deles, os índios, os negros, e todos nós mestiços, recrutados para a empresa colonial, prosseguiríamos na função, que nos foi prescrita, de proletariado do ultramar, destinado a produzir mercadoria exportável. Às vezes, penso que continuamos cumprindo esse desígnio, mesmo sem os portugueses, debaixo do guante da velha classe dominante de descendentes dos senhores de escravos, e das novas classes, que os sucedeu no exercício do poder, e dessa nova elite, cujo setor predominante é um estamento gerencial estrangeiro.

O maior susto que tiveram os portugueses, no passado, foi ver a força de trabalho, reunida no Brasil com propósitos imediatamente mercantis, para ser aqui queimada na produção, se insurgir, pretendendo ser tida como gente com veleidades de autonomia e de autogoverno. Do mesmo modo, a grande perplexidade das classes dominantes atuais do Brasil é que os descendentes daqueles negros, índios e mestiços ousem pensar que este país é uma república que deve ser dirigida pela vontade do povo em busca de sua própria felicidade.

Foto: Luiz Carlos Miguel


En nombre de dios todo poderoso padre

TRATADO DE TORDESILLAS, 1494.

Primeira página do tratado firmado em 7 de junho de 1494 por representantes do rei D. João II de Portugal, e os monarcas católicos (Fernando e Isabel) da Espanha. O original se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

PARTE I

A

EXPROPRIAÇÃO

BULAS E TRATADOS

Bula Romanus Pontifex do Papa Nicolau V
(8 de janeiro de 1454)

A política de Portugal e Espanha em relação aos árabes, ainda na península no século XV, tinha um poderoso aliado na Igreja de Roma, que convertia a ação militar e política contra esses numa cruzada legitimada pela defesa da cristandade, identificada com a Europa. A conquista dos primeiros enclaves portugueses no norte da África, com a ocupação de Ceuta e Tanger no início do século XV, haveria de expandir-se com as navegações pelas costas da África e a conquista da Guiné. Aqui, ainda, os objetivos expansionistas de Portugal, que prosseguiriam por todo o século XV e culminariam com a viagem inaugural de Vasco da Gama às Índias Orientais em 1497, legitimaram-se com a *Bula Romanus Pontifex*, que define a conquista colonial portuguesa como instrumento da expansão do cristianismo. Essas são as razões fundamentais e o propósito da Bula do Papa Nicolau V.

* O original latino da *Bula Romanus Pontifex* encontra-se no Arquivo da Torre do Tombo, maço 7 de Bulas, nº 29. A edição utilizada, em versão resumida, é a que se encontra em *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Lisboa, Atica, 1939, vol.2: 56-57.

"1 — Não sem grande alegria chegou ao nosso conhecimento que o nosso dileto filho Infante D. Henrique, incendido no ardor da fé e zelo da salvação das almas, se esforça, como verdadeiro soldado de Cristo, por fazer conhecer e venerar em todo o orbe, até os mais remotos lugares, o nome gloriosíssimo de Deus, reduzindo à sua fé não só os sarracenos inimigos dela, como também quaisquer outros infiéis: depois da conquista de Ceuta por seu pai, muito contra aqueles inimigos foi realizado pelo mesmo infante, às vezes com sua pessoal intervenção, não sem trabalhos, despesas e morte de sua gente; e sempre incansavelmente e cada vez mais animado do mesmo propósito, povoou de fiéis ilhas desertas onde fez construir igrejas e outras casas piedosas, fez batizar e converter os habitantes de outras, para propagação da fé e aumento do culto divino. 2 — Além disso, tendo este Infante conhecimento de que jamais, ao menos desde que há memória, o mar Oceano foi navegado em suas extensões orientais e meridionais, pelo que nada se sabe dos povos daquelas partes, julgou prestar grande serviço a Deus, tornando-o navegável até aqueles Índios que consta adorarem o Cristo. Assim poderia levar estes a auxiliar os cristãos contra os sarracenos, fazendo pregar o santo nome de Cristo entre os povos que a seita do nefando Mafoma infesta. Sempre munido da autoridade régia, há vinte e cinco anos que com grandes trabalhos, perigos e despesas não cessava de com suas velozes naus, chamadas caravelas, devassar o mar, em direção das partes meridionais e Pólo Antártico. Aconteceu assim que foram perlustrados portos, ilhas e mares, atingida e ocupada a Guiné e portos, ilhas e mar a ela adjacentes,

navegando depois até a foz do rio comumente reputado o Nilo (Niger), fazendo guerra aos povos daquelas partes e apoderando-se das ilhas e mar adjacentes. Guinéus e negros tomados pela força, outros legitimamente adquiridos por contrato de compra foram trazidos ao reino, onde em grande número se converteram à fé católica, o que esperamos progrida até a conversão do povo ou ao menos de muitos mais. 3 — Tivemos, porém, conhecimento de que o Rei (D. Afonso) e o Infante, receando que quanto obtiveram com tais perigos, trabalhos e despesas e possuem como verdadeiros senhores, outros, movidos de malícia ou cupidez, o venham usurpar ou danar, levando aos gentios o que os habilite a resistir-lhes mais fortemente, impedindo assim, não sem ofensa de Deus, o prosseguimento de tal obra, para a isso obviar, proibiram que se navegue para aquelas Províncias e por lá se trafique a não ser em suas naus e com seus nautas, licença expressa do Rei ou do Infante e pagamento de tributo. Pode, porém, suceder que, pelo decorrer dos tempos, pessoas de outros reinos ou nações sejam arrastadas pela cobiça, inveja ou malícia a infringir tal proibição, do que poderão resultar ódios, dissensões, rancores, guerras e escândalos ofensivos a Deus e perigosos para as almas. 4 — Por isso nós, tudo pensando com devida ponderação, por outras cartas nossas concedemos ao dito rei Afonso a plena e livre faculdade, entre outras, de invadir, conquistar, subjugar quaisquer sarracenos e pagãos, inimigos de Cristo, suas terras e bens, a todos reduzir à servidão e tudo aplicar em utilidade própria e dos seus descendentes. Por esta mesma faculdade, o mesmo D. Afonso ou, por sua autoridade, o Infante legitimamente adquiriram mares e terras, sem que até aqui ninguém sem sua permissão neles se intrometesse, o mesmo devendo suceder a seus sucessores. E para que a obra mais ardentemente possa prosseguir. 5 — De moto próprio, e depois de amadurecida reflexão, em plenitude do poder apostólico, queremos que o teor daquelas cartas se considere, palavra por palavra, inserto nesta com todas e cada uma das cláusulas nelas contidas, vigorando até para quanto foi adquirido antes da data daquela faculdade, como para quanto posteriormente pode ou possa ser conquistado aos infiéis e pagãos, províncias e ilhas, portos e mares, incluindo ainda a conquista desde os cabos Bojador e Não até toda a Guiné e, além dela, toda a extensão meridional; tudo declaramos pertencer de direito *in perpetuum* aos mesmos D. Afonso e seus sucessores, e ao Infante. 6 — Determinamos e declaramos que o mesmo Rei Afonso, seus sucessores e o Infante poderão livremente e licitamente estabelecer naqueles, tal como nos outros seus domínios, proibições, estatutos e leis mesmo penais, assim como tributações, tanto nas terras já adquiridas como nas que venham a adquirir. 7 — Poderão eles ou as pessoas a quem o tenham permitido contratar ou negociar como convier com os sarracenos e infiéis em tudo que não sejam armas, naus, ferramentas, cordame, para o que vigoram os indultos já anteriormente concedidos. 8 — Poderão fundar nessas terras igrejas ou mosteiros para lá enviar eclesiásticos seculares e, com autorização dos superiores, regulares das ordens mendicantes, sendo lícito a tais eclesiásticos aí exercer suas funções e jurisdição própria. 9 — E a todos e cada um dos fiéis e eclesiásticos seculares e regulares, de qualquer categoria ou dignidade, exortamos e rogamos em nome de Deus que não transportem para os infiéis destas terras, adquiridas ou conquistadas, armas, ferro ou cordame. 10 — E também que sem especial licença do mesmo Rei Afonso e seus sucessores e Infante ninguém, direta ou indiretamente, se intrometa na atividade do tráfego ou navegação destas partes, ou por qualquer forma tente impedir a sua pacífica posse. 11 — Se alguém, indivíduo ou coletividade, infringir estas determinações, seja excomungado, só podendo ser absolvido se, satisfeitos o Rei Afonso e seus sucessores ou Infante, eles nisso concordarem."

Bula Inter Cetera do Papa Alexandre VI
(4 de maio de 1493)

O descobrimento da América por Colombo, em 1492, a serviço da Espanha, suscitou, ao lado de todas as profundas conseqüências de natureza econômica e política, alterando a própria visão do ecúmeno terrestre a partir da Europa, uma complexa disputa entre Espanha e Portugal. Imediatamente após o retorno de Colombo da viagem inaugural à América, os reis da Espanha obtiveram do Papa Alexandre VI (Rodrigo Borgia), de origem espanhola e no começo de seu pontificado, uma bula papal, *Inter Cetera*, que, à semelhança da *Bula Romanus Pontifex* em favor dos portugueses na África, atribuía à Espanha, sob as mesmas razões político-religiosas, o domínio integral e exclusivo sobre as terras e povos revelados por Colombo.

* A primeira edição da *Bula Inter Cetera*, cujo original se encontra no Arquivo de Índias, em Sevilha, foi feita em latim por Leão X, *Praecelsae Devotionis*, em 3 de novembro de 1514. A edição utilizada foi a de José Carlos de Macedo Soares, *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*, Rio de Janeiro, J.Olímpio, 1939: 25-28.

"ALEXANDRE BISPO
SERVO DOS SERVOS DE DEUS, AOS ILUSTRES FILHO
CARÍSSIMO EM CRISTO, O REI FERNANDO, E CARÍSSIMA FILHA
EM CRISTO, ISABEL, RAINHA DE CASTELA, LEÃO, ARAGÃO,
SICÍLIA E GRANADA — SAÚDE E A BENÇÃO APOSTÓLICA

Entre as outras obras bem aceites à divina Majestade, e pelo nosso coração desejadas, existe sobretudo esta: que seja exaltada principal-

mente na nossa época, e em toda a parte se espalhe e se dilate a Fé Católica e a Religião Cristã, se cuide da salvação das almas, (e) se abatam as nações bárbaras e sejam reduzidas à mesma fé. Por isso, quando pelo favor da Divina Clemência (embora com méritos desproporcionados) fomos exaltados a esta sagrada Sé de Pedro — reconhecendo que vós, como verdadeiros Reis e Príncipes Católicos — quais sempre soubemos haverdes sido e o demonstram vossos ilustres feitos conhecidíssimos já de quase todo o orbe, não só desejáveis isso mesmo, mas o procuráveis com todo o esforço, zelo e diligência, sem poupar nenhuns trabalhos, nenhumas despesas e nenhuns perigos, derramando até o próprio sangue, e a esta (obra) tínheis dedicado há já muito tempo todo o vosso ânimo e todos os esforços, como o testifica a conquista do reino de Granada nos tempos hodiernos por vós com tanta glória do Divino Nome feita à tirania dos Sarracenos — justamente julgamos — não sem razão, e devemos até espontânea e favoravelmente conceder-vos aquilo, por meio do qual possais executar esse santo e louvável empreendimento, inspirado pelo Deus Imortal, cada dia com ânimo mais fervoroso para honra do mesmo Deus e propagação do império cristão.

§ 1º — Efetivamente soubemos que vós há muito tínheis determinado procurar e achar algumas ilhas e terras firmes remotas e desconhecidas, e não encontradas por outros até hoje, a fim de que levásseis os povoadores e habitantes delas a venerarem o nosso Redentor e professarem a Fé Católica, embora até hoje muito ocupados no ataque e conquista do mesmo reino de Granada, não hajais podido conduzir ao fim desejado este vosso santo e louvável propósito; mas, enfim conquistado o dito Reino, como aprouve ao Senhor, querendo cumprir o vosso desejo, expedistes com navios e homens preparados para semelhantes coisas, não sem enormes trabalhos, perigos e despesas, o dileto filho Cristovam Colombo, varão certamente digno, (e) muito recomendável e apto para tamanha empresa — a fim de que diligentemente procurasse essas terras firmes e as ilhas remotas e desconhecidas, através dum mar onde até hoje se não tinha navegado.

§ 2º — Os quais (navegando pelo mar Oceano, depois de feita com o auxílio divino uma extremada diligência) enfim acharam certas ilhas remotíssimas e mesmo terras firmes que por outrem até hoje não tinham sido encontradas — nas quais, consoante se assevera, não só habitam muitos povos vivendo pacificamente, andando nus e não se nutrindo de carnes, mas também, como podem opinar os vossos mencionados mensageiros, os mesmos povos que habitam nas sobreditas ilhas e terras, crêem que existe no Céu um Deus Criador, e parecem bastantes aptos para abraçar a Fé Católica e se ensinar nos bons costumes, e se tem a esperança de que, se fossem instruídos, seria confessado nas sobreditas terras e ilhas o nome de nosso Senhor *Jesus Cristo;* e o atrás mencionado Cristovam, em uma das ilhas antes citada, já fez que se construísse e edificasse uma torre assaz fortificada na qual pôs em guarda alguns Cristãos que com ele tinham ido, não só para que pesquisassem outras ilhas mas também terras firmes, remotas e desconhecidas.

§ 3º — E nessas ilhas e terras já achadas, é encontrado ouro, aromas, e outras muitas coisas preciosas de diferentes espécies e de diversas qualidades.

§ 4º — Por onde, considerado diligentemente tudo e sobretudo a exaltação e dilatação da Fé Católica (consoante convém a Reis e Príncipes Católicos) conforme o costume dos reis vossos antepassados de ilustre memória, determinastes sujeitar a vós, por favor da Divina Clemência, as terras firmes e ilhas sobreditas, e os moradores e habitantes delas, e reduzi-los à Fé Católica.

§ 5º — Por isso, nós, elogiando muito no Senhor esse vosso santo e louvável propósito, e desejando que ele seja levado ao devido termo, e o mesmo nome do nosso Salvador seja introduzido naquelas regiões, encarecidamente vos exortamos no Senhor, e atentamente exigimos pelo recebimento do sagrado Batismo com que fostes obrigados pelos mandatos Apostólicos, e pelas vísceras da misericórdia de nosso senhor *Jesus Cristo,* que, como intenteis absolutamente prosseguir e assumir com intenção honesta essa expedição pelo zelo da Fé Ortodoxa, queirais e devais induzir os povos moradores em tais ilhas e terras, a abraçarem a religião Cristã; nem jamais vos aterrorizem perigos ou trabalhos em tempo algum, concebendo a firme esperança e confiança, de que Deus onipotente felizmente protegerá as vossas tentativas.

§ 6º — E para que, presenteados pela largueza da graça Apostólica, mais liberal e audazmente assumais a incumbência de tamanha empresa, de *motu proprio,* não de acordo com instância vossa de petição a nós apresentada a respeito disto, ou de outrem a favor de vós, mas por nossa mera liberalidade, e de ciência certa, e em razão da plenitude do poder Apostólico, todas (essas) ilhas e terras firmes achadas e por achar, descobertas ou por descobrir, para o Ocidente e o Meio-Dia, fazendo e construindo uma linha desde o Pólo Ártico, a saber do Setentrião, até ao Pólo Antártico, a saber Meio-Dia, quer sejam terras firmes e ilhas encontradas e por encontrar em direção à Índia, ou em direção a qualquer outra parte, a qual linha diste de qualquer das ilhas que vulgarmente são chamadas dos Açores e Cabo Verde cem léguas para o Ocidente e o Meio-Dia, de tal modo que todas as ilhas e terras firmes achadas e por achar, descobertas ou por descobrir desde a sobredita linha para o Ocidente e o Meio-Dia não tenham sido possuídas atualmente por outro Rei ou Príncipe Cristão até ao dia da Natividade de Nosso Senhor *Jesus Cristo,* próximo pretérito, a partir do qual começa o presente ano de 1493, quando foram pelos vossos Emissários e Capitães achadas algumas ilhas antes ditas — A Vós e a vossos herdeiros e sucessores (Reis de Castela e Leão) pela autoridade do Deus onipotente a nós concedida em S. Pedro, assim como do Vicariado de Jesus Cristo, a qual exercemos na terra, para sempre, no teor das presentes, vô-las doamos, concedemos e entregamos com todos os seus Domínios, Cidades, Fortalezas, Lugares, Vilas, direitos, jurisdições e todas as pertenças.

E a vós e aos sobreditos herdeiros e sucessores, vos fazemos, constituímos e deputamos por senhores das mesmas, com pleno, livre e onímodo poder, autoridade e jurisdição.

§ 7º — Decidindo contudo, por esta nossa doação, concessão a assignação, não poder entender-se, nem dever alegar-se ter sido abolido direito adquirido, a nenhum Príncipe Cristão, que praticamente tiver possuído as citadas ilhas e terras firmes, até o dito dia da Natividade de Nosso Senhor *Jesus Cristo.* E mais vos encarregamos, em virtude de Santa Obediência (conforme prometeis e não duvidamos que hajais de fazer,

em razão da vossa grandíssima devoção e régia magnanimidade) que devais enviar para as terras firmes e ilhas atrás citadas, varões honestos e tementes a Deus, doutos, peritos e experimentados, para instruírem os sobreditos povoadores e habitantes na fé Católica e ensiná-los nos bons costumes, empregando toda a devida diligência nas coisas antes ditas.

§ 8º — E a quaisquer pessoas, de qualquer dignidade, — mesmo Real e Imperial — (de qualquer) estado, grau, ordem ou condição, muito estritamente proibimos, sob pena de excomunhão *latae sententiae,* em que incorrem por isso mesmo se se opuserem — de que, para resgatar mercadorias ou por qualquer outra causa, não presumam aproximar-se das ilhas e terras firmes, achadas e por achar, descobertas ou por descobrir na direção do Ocidente e Meio-Dia, fabricando e construindo uma linha desde o Pólo Ártico ao Pólo Antártico, quer as terras firmes ou as ilhas achadas e por achar estejam para o lado da Índia ou para qualquer outro lado, a qual linha diste cem léguas de qualquer das ilhas que vulgarmente são chamadas dos Açores e Cabo Verde, para o Ocidente e Meio-Dia, como antes se diz — sem a vossa especial licença e dos vossos sobreditos herdeiros e sucessores.

§ 9º — Não obstante as constituições e ordenações Apostólicas e outras quaisquer contrárias. Confiando naquele de quem procedem os impérios e dominações e todos os bens, que, dirigindo o Senhor os vossos atos, caso prossigais neste santo e louvável propósito, em breve tempo os vossos trabalhos e empreendimentos alcançarão um êxito muito venturoso, com felicidade e glória de todo o povo Cristão.

§ 10º — Porém, como seria difícil expor as presentes letras em cada um dos lugares em que era conveniente, queremos, e com semelhante sentimento e ciência decretamos, que, depois de rubricadas as cópias das mesmas pela mão do Notário público para isso rogado, e munidas com o selo de alguma pessoa constituída na dignidade Eclesiástica ou da Cúria Eclesiástica, se lhes dê absolutamente aquela mesma fé no juízo e fora (dele) e em outra qualquer parte, que se daria às presentes, caso fossem exibidas ou mostradas.

§ 11º — Portanto a nenhum homem absolutamente seja lícito infringir esta página da nossa recomendação, exortação, requisição, doação, concessão, entrega, constituição, deputação, decreto, mandato, proibição e vontade, ou opor-se-lhe, com ousadia temerária.

Dado em Roma junto a S. Pedro, no ano da Encarnação do Senhor, mil quatrocentos e noventa e três, no dia quatro de maio, no ano primeiro do nosso Pontificado."

Tratado de Tordesillas entre Portugal e Espanha (7 de junho de 1494)

Quando Colombo regressou de sua primeira viagem à América fez escala em Lisboa, onde foi recebido pelo rei D. João II que, ao ser informado pelo navegante genovês de que teria atingido à Índia, no dizer do cronista João de Barros, "ficou mui confuso e creo verdadeiramente que esta terra descoberta lhe pertencia".

Um dos resultados imediatos desse encontro foi o envio de um embaixador português aos reis católicos, com a proposta de que o paralelo das Canárias fosse o limite da navegação dos espanhóis, porque os mares e terras mais meridionais pertenciam a Portugal.

Seguiram-se longas démarches diplomáticas e ameaças de retaliação armada entre as duas coroas. Ao mesmo tempo o rei de Portugal recorreu ao Papa Alexandre VI contra os termos da *Bula Inter Cetera,* que contrariava anteriores concessões pontifícias a seu favor.

Como resultado o Papa fez expedir a Bula *Dudum siquidem* (26 de setembro de 1493), que revogava as concessões pontifícias anteriores e reafirmava o direito da Espanha às ilhas e terras firmes achadas e por achar, descobertas e por descobrir, as quais, navegando ou caminhando para o Ocidente ou Meio-dia, estejam quer nas partes ocidentais, meridionais, orientais e da Índia. D. João II protestou novamente contra tal decisão pontifícia junto aos reis católicos e, frente à recusa desses, armou uma esquadra para certificar-se das áreas atingidas pela navegação de Colombo e para "provar a sorte da guerra nos próprios mares das regiões descobertas", na frase do Visconde de Porto Seguro (1). Seguiram-se várias missões diplomáticas entre os dois países, mais ou menos frustradas mas que contribuíram para afastar a ameaça de guerra.

Finalmente as cortes de Portugal e Espanha, através de seus delegados, decidiram, após muitas discussões

(1) VARNHAGEN, vol. 1, s/d. 69.

e audiência de vários cosmógrafos, realizar uma reunião na vila de Tordesillas, em 5 de junho de 1494.

O Tratado de Tordesillas representava uma inovação na relação entre as nações cristãs, introduzia novos critérios de autoridade e arbítrio para a conquista e posse de territórios coloniais e haveria de causar conflitos com outros países europeus que iniciavam também a expansão para a África, as Índias Orientais e a América, como a França e a Inglaterra e, posteriormente, a Holanda.

* O original do *Tratado de Tordesillas* se encontra no Arquivo da Torre do Tombo. A edição utilizada é a de José Carlos de Macedo Soares, Op. cit., 1939: 65-77.

"Dom Fernando e D. Isabel, por graça de Deus, Rei e Rainha de Castela, de Leão, de Aragão, da Sicília, de Granada, de Toledo, de Valência, de Galiza, de Maiorca, de Sevilha, da Sardenha, de Córdova, da Córsega, de Múrcia, de Jaém, do Algarve, de Algesiras, de Gibraltar, das ilhas de Canária, Conde e Condessa de Barcelona, Senhores de Biscaia e de Molina, Duques de Atenas e de Neopatria, Condes de Roussilhão e da Sardenha, Marqueses de Oristán e de Gociano juntamente com o príncipe D. João, nosso mui caro e mui amado filho primogênito herdeiros dos nossos ditos reinos e senhorios. Em fé do qual, por D. Henrique Henriques, nosso mordomo-mor e D. Gutierre de Cárdenas, comissário-mor de Leão, nosso contador-mor e o Doutor Rodrigo Maldonado, todos do nosso Conselho, foi tratado, assentado e aceito por nós e em nosso nome e em virtude do nosso poder, com o sereníssimo D. João, pela graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves d'Aquém e d'Além-mar, em África, Senhor da Guiné, nosso mui caro e mui amado irmão, e com Rui de Souza, Senhor de Sagres e Beringel e D. João de Souza, seu filho, almotacél-mor do dito sereníssimo rei nosso irmão, e Arias de Almadana, corretor dos feitos civis de sua corte e de seu foro (juízo), todos do Conselho do dito sereníssimo rei nosso irmão, em seu nome e em virtude de seu poder, seus embaixadores que a nós vieram, sobre a demanda que a nós e ao dito sereníssimo rei nosso irmão pertence, do que até sete dias deste mês de Junho, em que estamos, da assinatura desta escritura está por descobrir no mar Oceano, na qual o dito acordo dos nossos ditos procuradores, entre outras coisas, prometeram que dentro de certo prazo nela estabelecido, nós outorgaríamos, confirmaríamos, juraríamos, ratificaríamos e aprovaríamos a dita aceitação por nossas pessoas; e nós desejando cumprir e cumprindo tudo o que assim em nosso nome foi assentado, e aceito, e outorgado acerca do supradito mandamos trazer diante de nós, a dita escritura da dita convenção e assento para vê-la e examiná-la, e o teor dela de *verbo ad verbum* é este que se segue:

"Em nome de Deus Todo Poderoso, Padre, Filho e Espírito Santo, três pessoas realmente distintas e separadas, e uma só essência divina".

Manifesto e notório seja a todos quantos este público instrumento virem, dado na vila de Tordesillas, aos sete dias do mês de Junho, ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil quatrocentos e noventa e quatro anos, em presença de nós os Secretários e Escribas e Notários públicos dos abaixo assinados, estando presentes os honrados D. Henrique Henriques, mordomo-mor dos mui altos e mui poderosos príncipes senhores D. Fernando e D. Isabel, por graça de Deus, Rei e Rainha de Castela, de Leão, de Aragão, da Sicília, de Granada, etc., e D. Gutierre de Cárdenas, Comendador-mor dos ditos senhores Rei e Rainha, e o Doutor Rodrigo Maldonado, todos do Conselho dos ditos Senhores Rei e Rainha de Castela, de Leão, de Aragão, da Sicília e de Granada, etc., seus procuradores bastantes de uma parte, e os honrados Rui de Souza, Senhor de Sagres e Beringel, e D. João de Souza, seu filho, almotacél-mor do mui alto e mui excelente Senhor D. João, pela graça de Deus Rei de Portugal e Algarves, d'Aquém e d'Além-mar, em África, e Senhor da Guiné; e Arias de Almadana, corregedor dos feitos civeis em sua corte, e do seu Desembargo, todos do Conselho do dito Rei de Portugal, e seus embaixadores e procuradores bastantes, como ambas as ditas partes o mostraram pelas cartas e poderes e procurações dos ditos Senhores seus constituintes, o teor das quais, de *verbo ad verbum* é este que se segue:

D. Fernando e D. Isabel, por graça de Deus, Rei e Rainha de Castela, de Leão, de Aragão, da Sicília, de Granada, de Toledo, de Valência, da Galiza, da Maiorca, de Sevilha, de Sardenha, de Córdova, da Córsega, de Múrcia, de Jaém, de Algarve, de Algeciras, de Gibraltar, das ilhas de Canária, Conde e Condessa de Barcelona, e Senhores de Biscaia e de Molina, Duques de Atenas e de Neopatria, Condes de Roussilhão e da Sardenha, Marqueses de Oristán e de Gociano, etc. Em fé do que, o sereníssimo Rei de Portugal, nosso mui caro e mui amado irmão, nos enviou como seus embaixadores e procuradores a Rui de Souza, do qual são as vilas de Sagres e Beringel, e a D. João de Souza, seu almotacél-mor, e Arias de Almadana seu corregedor dos feitos cíveis em sua Corte, e de seu Desembargo, todos do seu Conselho, para entabolar e tomar assento e concórdia conosco ou com nossos embaixadores e procuradores, em nosso nome, sobre a divergência que entre nós e o sereníssimo Rei de Portugal, nosso irmão, há sobre o que a nós e a ele pertence do que até agora está por descobrir no mar Oceano; Em razão do que, confiando de vós D. Henrique Henriques, nosso mordomo-mor e D. Gutierre de Cárdenas, Comendador-mor de Leão, nosso contador-mor, e o Doutor Rodrigo Maldonado, todos de nosso Conselho, que sois tais pessoas, que zelareis nosso serviço e que bem e fielmente fareis o que por nós vos for mandado e encomendado; por esta presente Carta vos damos todos nossos poderes completos naquela maneira e forma que podemos e em tal caso se requer, especialmente para que por nós e em nosso nome e de nossos herdeiros, e sucessores, e de todos nossos reinos e senhorios, súditos e naturais deles, possais tratar, ajustar e assentar e fazer contrato e concórdia com os ditos embaixadores do sereníssimo rei de Portugal, nosso irmão, em seu nome, qualquer concerto, assento, limitação, demarcação e concórdia sobre o que dito é, pelos ventos em graus de Norte e de Sul e por aquelas partes, divisões e lugares do céu, do mar e da terra, que a vós bem visto forem e assim vos damos o dito poder para que possais deixar ao dito rei de Portugal e a seus reinos e sucessores todos os mares, e ilhas, e terras que forem e estiverem dentro de qualquer limitação e demarcação que com ele assentarem e deixarem. E outrossim vos damos o dito poder, para que em nosso nome e no de nossos herdeiros e sucessores,

e de nossos reinos e senhorios, e súditos e naturais deles, possais concordar e assentar e receber, e acabar com o dito Rei de Portugal, e com seus ditos embaixadores e procuradores em seu nome, que todos os mares, ilhas e terras que forem ou estiverem dentro da demarcação e limitação de costas, mares e ilhas, e terras que ficarem por vós e por nossos sucessores, e de nosso senhorio e conquista, sejam de nossos reinos e sucessores deles, com aquelas limitações e isenções e com todas as outras divisões e declarações que a vós bem visto for, e para que sobre tudo que está dito, e para cada coisa e parte disso, e sobre o que a isso é tocante, ou disso dependente, ou a isso anexo ou conexo de qualquer maneira, possais fazer e outorgar, concordar, tratar e receber, e aceitar em nosso nome e dos ditos nossos herdeiros e sucessores de todos nossos Reinos e Senhorios, súditos e naturais deles, quaisquer tratados, contratos e escrituras, como quaisquer vínculos, atos, modos, condições e obrigações e estipulações, penas, sujeições e renúncias, que vós quiserdes, e bem outorgueis todas as coisas e cada uma delas, de qualquer natureza ou qualidade, gravidade ou importância que tenham ou possam ter, ainda que sejam tais que pela sua condição requeiram outro nosso especificado e especial mandado e que delas se devesse de fato e de direito fazer singular e expressa menção e, que nós, estando presentes poderíamos fazer e outorgar e receber. E outrossim vos damos poder suficente para que possais jurar e jureis por nossas almas, que nós e nossos herdeiros e sucessores, súditos, naturais e vassalos, adquiridos e por adquirir, teremos, guardaremos e cumpriremos, e terão, guardarão e cumprirão realmente e com efeito, tudo o que vós assim assentardes, capitulardes, jurardes, outorgardes e firmardes, livre de toda a cautela, fraude, engano, ficção e simulação e assim possais em nosso nome capitular, assegurar e prometer que nós em pessoa seguramente juraremos, prometeremos, outorgaremos e firmaremos tudo o que vós em nosso nome, acerca do que dito é assegurardes, prometerdes e acordardes, dentro daquele lapso de tempo que vos bem parecer, e que o guardaremos e cumpriremos realmente, e com efeito, sob as condições, penas e obrigações contidas no contrato das bases entre nós e o dito sereníssimo Rei nosso irmão feitos e concordados, e sobre todas as outras que vós prometerdes e assentardes, as quais desde agora prometemos pagar, se nelas incorrermos, para tudo o que e cada coisa ou parte disso, vos damos o dito poder com livre e geral administração, e prometemos e asseguramos por nossa fé e palavra real de ter, guardar e cumprir, nós e nossos herdeiros e sucessores, tudo o que por vós, acerca do que dito é, em qualquer forma e maneira for feito e capitulado, jurado e prometido, e prometemos de o ter por firme, bom e sancionado, grato, estável e válido, e verdadeiro agora e em todo tempo, e que não iremos nem viremos contra isso nem contra parte alguma disso, nem nós nem nossos herdeiros e sucessores, por nós, nem por outras pessoas intermediárias, direta nem indiretamente, sob qualquer pretexto ou causa, em juízo, nem fora dele, sob obrigação expressa que para isso fazemos de todos os nossos bens patrimoniais e fiscais, e outros quaisquer de nossos vassalos e súditos e naturais, móveis e de raiz, havidos e por haver. Em testemunho do que mandamos dar esta nossa carta de poder, a qual firmamos com os nossos nomes, mandamos selar com o nosso selo.

Dada na vila de Tordesillas aos cinco dias do mês de Junho, ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil quatrocentos e noventa e quatro. Eu El-rei — Eu a Rainha — Eu Fernando Álvarez de Toledo, secretário do Rei e da Rainha, nossos Senhores, a fiz escrever a seu mandado.

•

D. João, por Graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves, d'Aquém e d'Além-mar em África, e senhor de Guiné, etc. A quantos esta nossa carta de poderes e procuração virem, fazemos saber, que em virtude do mandado dos mui altos e mui excelentes e poderosos príncipes, o Rei D. Fernando e a Rainha D. Isabel, Rei e Rainha de Castela, de Leão, de Aragão, de Sicília, de Granada, etc., nossos mui amados e prezados irmãos, foram descobertas e achadas novamente algumas ilhas, e poderiam adiante descobrir e achar outras ilhas e terras sobre as quais tanto umas como outras, achadas e por achar, pelo direito e pela razão que nisso temos, poderiam sobrevir entre nós todos e nossos reinos e senhorios, súditos e naturais deles, que Nosso Senhor não consinta; a nós apraz pelo grande amor e amizade que entre todos nós existe, e para se buscar, procurar e conservar maior paz e mais firme concórdia e sossego, que o mar em que as ditas ilhas estão e forem achadas, se parte e demarque entre nós todos de alguma boa, certa e limitada maneira; e porque nós no presente não podemos entender nisto pessoalmente, confiando a vós Rui de Souza, Senhor de Sagres e Beringel, e D. João de Souza nosso almotacél-mor, e Arias de Almadana, corregedor dos feitos cíveis em nossa corte e do nosso desembargo, todos do nosso Conselho, pela presente carta vos damos todo nosso poder, completo, autoridade e especial mandado, e vos fazemos e constituímos a todos em conjunto, e a dois de vós e a cada um de vós (*in solidum*) se os outros por qualquer modo estiverem impedidos, nossos embaixadores e procuradores, na mais ampla forma que podemos e em tal caso se requer e geral especialmente; e de tal modo que a generalidade, não derrogue a especialidade, nem a especialidade à generalidade, para que, por nós, e em nosso nome e de nossos herdeiros e sucessores, e de todos os nossos reinos e senhorios, súditos e naturais deles possais tratar, concordar e concluir e fazer, trateis, concordeis e assenteis, e façais com os ditos Rei e Rainha de Castela, nossos irmãos, ou com quem para isso tenha os seus poderes, qualquer concerto e assento, limitação, demarcação e concórdia sobre o mar Oceano, ilhas e terra firme, que nele houver por aqueles rumos de ventos e graus de Norte e Sul, e por aquelas partes, divisões e lugares de seco e do mar e da terra, que bem vos parecer. E assim vos damos o dito poder para que possais deixar, e deixeis aos ditos Rei e Rainha e a seus reinos e sucessores todos os mares, ilhas e terras que estiverem dentro de qualquer limitação e demarcação que com os ditos Rei e Rainha ficarem; e assim vos damos os ditos poderes para em nosso nome e no dos nossos herdeiros e sucessores e de todos os nossos reinos e senhorios, súditos e naturais deles, possais com os ditos Rei e Rainha, ou com seus procuradores, assentar e receber e acabar que todos os mares, ilhas e terras que forem situados e estiverem dentro da limitação e demarcação das costas, mares, ilhas, e terras, que por nós e nossos sucessores ficarem,

sejam nossos e de nossos senhorios e conquista, e assim de nossos reinos e sucessores deles, com aquelas limitações e isenções de nossas ilhas e com todas as outras cláusulas e declarações que vos bem parecerem. Os quais ditos poderes damos a vós os ditos Rui de Souza e D. João de Souza e o licenciado Arias de Almadana, para que sobre tudo o que dito é, e sobre cada coisa e parte disso e sobre o que a isso é tocante, e disso dependente, e a isso anexo, e conexo de qualquer maneira, possais fazer, e outorgar, concordar, tratar e distratar, receber e aceitar em nosso nome e dos ditos nossos herdeiros e sucessores e todos nossos reinos e senhorios, súditos e naturais deles em quaisquer capítulos, contratos e escrituras, com quaisquer vínculos, pactos, modos, condições, penas, sujeições e renúncias que vós quiserdes e a vós bem visto for e sobre isso possais fazer e outorgar e façais e outorgueis todas as coisas, e cada uma delas, de qualquer natureza e qualidade, gravidade e importância que sejam ou possam ser posto que sejam tais que por sua condição requeiram outro nosso especial e singular mandado, e se devesse de fato e de direito fazer singular e expressa menção e que nós presentes, poderíamos fazer e outorgar, e receber.

E outrossim vos damos poderes completos para que possais jurar, e jureis por nossa alma, que nós e nossos herdeiros e sucessores, súditos e naturais, e vassalos, adquiridos e por adquirir, teremos, guardaremos e cumpriremos, terão, guardarão e cumprirão realmente, e com efeito, tudo o que vós assim assentardes e capitulardes e jurardes, outorgardes e firmardes, livre de toda cautela, fraude e engano e fingimento, e assim possais em nosso nome capitular, assegurar e prometer que nós em pessoa asseguraremos, juraremos, prometeremos e firmaremos tudo o que vós no sobredito Nome, acerca do que dito é assegurardes, prometerdes e capitulardes, dentro daquele prazo e tempo que vos parecer bem, e que o guardaremos e cumpriremos realmente e com efeito sob as condições, penas e obrigações contidas no contrato das pazes entre nós feitas e concordadas, e sob todas as outras que vós prometerdes e assentardes no nosso sobredito nome, os quais desde agora prometemos pagar e pagaremos realmente e com efeito, se nelas incorremos. Para tudo o que e cada uma coisa e parte disso, vos damos os ditos poderes com livre e geral administração, e prometemos e asseguramos com a nossa fé real, ter e guardar e cumprir, e assim os nossos herdeiros e sucessores, tudo o que por vós, acerca do que dito é em qualquer maneira e forma for feito, capitulado e jurado e prometido; e prometemos de o haver por firme, sancionado e grato, estável e valedouro, desde agora para todo tempo e que não iremos, nem viremos, nem irão nem virão contra isso, nem contra parte alguma disso, em tempo algum; nem por alguma maneira, por nós, nem por si, nem por intermediários, direta nem indiretamente, e sob pretexto algum ou causa em juízo nem fora dele, sob obrigação expressa que para isso fazemos dos ditos nossos reinos e senhorios e de todos os nossos bens patrimoniais, fiscais e outros quaisquer de nossos vassalos e súditos e naturais, móveis e de raiz, havidos e por haver. Em testemunho e fé do que vos mandamos dar esta nossa carta por nós firmada e selada com o nosso selo, dada em nossa cidade de Lisboa aos oito dias de Março. Rui de Pina a fez no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil quatrocentos e noventa e quatro. EL REY.

E logo os ditos procuradores dos ditos senhores Rei e Rainha de Castela, de Leão, de Aragão, de Sicília, de Granada, etc., e do dito Senhor Rei de Portugal e dos Algarves, etc., disseram: que visto como entre os ditos senhores seus constituintes há certa divergência sobre o que a cada uma das ditas partes pertence do que até hoje, dia da conclusão deste tratado está por descobrir no mar Oceano; que eles portanto para o bem da paz e da concórdia e pela conservação da afinidade e amor que o dito senhor Rei de Portugal tem pelos ditos senhores Rei e Rainha de Castela, de Aragão, etc., praz as Suas Altezas, e os seus ditos procuradores em seu nome, e em virtude dos ditos seus poderes, outorgaram e consentiram que se trace e assinale pelo dito mar Oceano uma raia ou linha direita de pólo a pólo; convém a saber, do pólo ártico ao pólo antártico, que é de norte a sul, a qual raia ou linha e sinal se tenha de dar e dê direita, como dito é, a trezentas e setenta léguas das ilhas de Cabo Verde em direção à parte do poente, por graus ou por outra maneira, que melhor e mais rapidamente se possa efetuar contanto que não seja dado mais. E que tudo o que até aqui tenha achado e descoberto, e daqui em diante se achar e descobrir pelo dito senhor Rei de Portugal e por seus navios, tanto ilhas como terra firme desde a dita raia e linha dada na forma supracitada indo pela dita parte do levante dentro da dita raia para a parte do levante ou do norte ou do sul dele, contanto que não seja atravessando a dita raia, que tudo seja, e fique e pertença ao dito senhor Rei de Portugal e aos seus sucessores, para sempre. E que todo o mais, assim ilhas como terra firme, conhecidas e por conhecer, descobertas e por descobrir, que estão ou forem encontrados pelos ditos senhores Rei e Rainha de Castela, de Aragão, etc., e por seus navios, desde a dita raia dada na forma supra indicada indo pela dita parte de poente, depois de passada a dita raia em direção ao poente ou ao Norte Sul dela, que tudo seja e fique, e pertença aos ditos senhores Rei e Rainha de Castela, de Leão, etc., e aos seus sucessores para sempre. Item os ditos procuradores prometem e asseguram, em virtude dos ditos poderes, que de hoje em diante não enviarão navios alguns, convém a saber, os ditos senhores Rei e Rainha de Castela, e de Leão, e de Aragão, etc., por esta parte da raia para as partes de levante, aquém da dita raia, que fica para o dito senhor Rei de Portugal e dos Algarves, etc., nem o dito senhor Rei de Portugal à outra parte da dita raia, que fica para os ditos senhores Rei e Rainha de Castela, de Leão, etc., a descobrir e achar terra nem ilhas algumas, nem a contratar, nem resgatar, nem conquistar de maneira alguma; porém que se acontecesse que caminhando assim aquém da dita raia os ditos navios dos ditos senhores Rei e Rainha de Castela, de Leão, etc., achassem quaisquer ilhas ou terras dentro do que assim fica para o dito senhor Rei de Portugal e dos Algarves, que assim seja e fique para o dito senhor Rei de Portugal e para seus herdeiros para todo o sempre, que suas Altezas o hajam de mandar logo dar e entregar.

E se os navios do dito Senhor de Portugal, acharem quaisquer ilhas e terras na parte dos ditos senhores Rei e Rainha de Castela, e de Leão, e de Aragão, etc., que tudo tal seja e fique para os ditos senhores

Rei e Rainha de Castela, e de Leão, etc., e para seus herdeiros para todo o sempre, e que o dito senhor Rei de Portugal o haja logo de mandar, dar e entregar, Item: para que a dita linha ou raia da dita partilha se haja de traçar e trace direita e a mais certa que possa ser pelas ditas trezentas e setenta léguas das ditas ilhas de Cabo Verde em direção à parte do poente, como dito é fica assentado e concordado pelos ditos procuradores de ambas as ditas partes, que dentro dos dez primeiros meses seguintes, a contar do dia da conclusão deste tratado hajam os ditos senhores seus constituintes de enviar duas ou quatro caravelas, isto é, uma ou duas de cada parte, mais ou menos, segundo acordarem as ditas partes serem necessárias, as quais para o dito tempo se acham juntas na ilha da grande Canária; e enviam nelas, cada uma das ditas partes, pessoas, tanto pilotos como astrólogos, e marinheiros e quaisquer outras pessoas que convenham, mas que sejam tantas de uma parte como de outra e que algumas pessoas dos ditos pilotos, e astrólogos, e marinheiros, e pessoas que sejam dos que enviarem os ditos senhores Rei e Rainha de Castela, e de Aragão, etc., vão no navio ou navios que enviar o dito senhor Rei de Portugal e dos Algarves, etc., e da mesma forma algumas das ditas pessoas que enviar o referido senhor Rei de Portugal vão no navio ou navios que mandarem os ditos senhores Rei e Rainha de Castela, e de Aragão, tanto de uma parte como de outra, para que juntamente possam melhor ver e reconhecer o mar e os rumos e ventos e graus de Sul e Norte, e assinalar as léguas supraditas; tanto que para fazer a demarcação e limites concorrerão todos juntos os que forem nos ditos navios, que enviarem ambas as ditas partes, e levarem os seus poderes, que os ditos navios, todos juntamente, continuem seu caminho para as ditas ilhas de Cabo Verde e daí tomarão sua rota direita ao poente até às ditas trezentas e setenta léguas, medidas pelas ditas pessoas que assim forem, acordarem que devem ser medidas sem prejuízo das ditas partes e ali onde se acabarem se marque o ponto, e sinal que convenha por graus de Sul e de Norte, ou por singradura de léguas, ou como melhor puderem concordar: a qual dita raia assinalem desde o dito pólo ártico ao dito pólo antártico, isto é, de Norte a Sul, como fica dito: e aquilo que demarcarem o escrevam e firmem como os próprios as ditas pessoas que assim forem enviadas por ambas as ditas partes, as quais hão de levar faculdades e poderes das respectivas partes, cada um da sua, para fazer o referido sinal e delimitação feita por eles, estando todos conformes, que seja tida por sinal e limitação perpetuamente para todo o sempre para que nem as ditas partes, nem algumas delas, nem seus sucessores jamais a possam contradizer, nem tirá-la, nem removê-la em tempo algum, por qualquer maneira que seja possível ou que possível possa ser. E se por acaso acontecer que a dita raia e limite de pólo a pólo, como está declarado, topar em alguma ilha ou terra firme, que no começo de tal ilha ou terra, que assim for encontrada onde tocar a dita linha se faça alguma marca ou torre: e que a direito do dito sinal ou torre se sigam daí para diante outros sinais pela tal ilha ou terra na direção da citada raia os quais partam o que a cada uma das partes pertencer dela e que os súditos das ditas partes não ousem passar uns à porção dos outros, nem estes à daqueles, passando o dito sinal ou limite na tal ilha e terra.

Item: por quanto para irem os ditos navios dos ditos senhores Rei e Rainha de Castela, de Leão, de Aragão, etc., dos reinos e senhorios até sua dita porção além da dita raia, na maneira que ficou dito é forçoso que tenham de passar pelos mares desta banda da raia que fica para o dito senhor Rei de Portugal fica por isso concordado e assentado que os ditos navios dos ditos senhores Rei e Rainha de Castela, de Leão, de Aragão, etc., possam ir e vir e vão e venham livre, segura e pacificamente sem contratempo algum pelos ditos mares que ficam para o dito senhor Rei de Portugal, dentro da dita raia em todo o tempo e cada vez e quando Suas Altezas e seus sucessores quiserem, e por bem tiverem, os quais vão por seus caminhos direitos e rotas, desde seus reinos para qualquer parte do que esteja dentro de sua raia e limite, onde quiserem enviar para descobrir, e conquistar e contratar, e que sigam seus caminhos direito por onde eles acordarem de ir para qualquer ponto da sua dita parte, e daqueles não se possam apartar, salvo se o tempo adverso os fizer afastar contanto que não tomem nem ocupem, antes de passar a dita raia, coisa alguma do que for achado pelo dito senhor Rei de Portugal na sua dita porção, e que, se alguma coisa acharem os seus ditos navios antes de passarem a dita raia, conforme está dito, que isso seja para o dito senhor Rei de Portugal, e Suas Altezas o hajam de mandar logo dar e entregar. E porque poderia suceder que os navios, e gentes dos ditos senhores Rei e Rainha de Castela, de Leão, etc., ou por sua parte terão achado até aos vinte dias deste mês de Junho em que estamos da conclusão deste tratado, algumas ilhas e terra firme dentro da dita raia, que se há de traçar de pólo a pólo por linha reta ao final das ditas trezentas e setenta léguas contadas desde as ditas ilhas de Cabo Verde para o poente, como dito está, fica acordado e assentado, para desfazer qualquer dúvida, que todas as ilhas e terra firme, que forem achadas, e descobertas de qualquer maneira até aos ditos vinte dias deste dito mês de Junho, ainda que sejam encontradas por navios, e gentes dos ditos senhores Rei e Rainha de Castela, de Leão, de Aragão, etc., contanto que estejam dentro das primeiras duzentas e cinqüenta léguas das ditas trezentas e setenta léguas, contadas desde as ditas ilhas de Cabo Verde ao poente em direção a dita raia, em qualquer parte delas para os ditos pólos, que forem achadas dentro das ditas duzentas e cinqüenta léguas, traçando-se uma raia, ou linha reta de pólo a pólo, onde se acabarem as ditas duzentas e cinqüenta léguas, seja e fique para o dito senhor Rei de Portugal e dos Algarves, etc., e para os seus sucessores e reinos para sempre, e que todas as ilhas e terra firme, que até os ditos vinte dias deste mês de Junho em que estamos, forem encontradas e descobertas por navios dos ditos senhores Rei e Rainha de Castela, e de Aragão, etc., e por suas gentes, ou de outra qualquer maneira dentro das outras cento e vinte léguas, que ficam para complemento das ditas trezentas e setenta léguas, em que há de acabar a dita raia, que se há de traçar de pólo a pólo, como ficou dito, em qualquer parte das ditas cento e vinte léguas para os ditos pólos, que sejam achadas até o dito dia, sejam e fiquem para os ditos senhores Rei e Rainha de Castela, de Leão, de Aragão, etc., e para os seus sucessores e seus reinos para todo e sempre, conforme é e há de ser seu tudo o que descobrirem além da dita raia das ditas trezentas e setenta léguas, que ficam para Suas Altezas, como ficou dito, ainda que as indicadas cento e vinte léguas estejam dentro da dita raia das ditas trezentas e setenta léguas, que ficam

para o dito Senhor Rei de Portugal e dos Algarves, etc., como dito está.

E se até os ditos vinte dias deste dito mês de Junho não for encontrada pelos ditos navios de Suas Altezas coisa alguma dentro das ditas cento e vinte léguas, e dali para diante o acharem, que seja para o dito senhor Rei de Portugal, como no supra capítulo escrito está contido. E que tudo o que ficou dito e cada coisa e parte dele, os ditos D. Henrique Henriques, mordomo-mor, e D. Gutierre de Cárdenas, contador-mor, e do Doutor Rodrigo Maldonado, procuradores dos ditos mui altos e mui poderosos príncipes os senhores o Rei e a Rainha de Castela, de Leão, de Aragão, da Sicília, de Granada, etc., e em virtude dos seus ditos poderes que vão incorporados, e os ditos Rui de Souza, e D. João de Souza, seu filho e Arias de Almada, procuradores e embaixadores do dito mui alto e mui excelente príncipe o Senhor Rei de Portugal e dos Algarves, de aquém e além em África e senhor de Guiné, e em virtude dos seus ditos poderes que vão supra incorporados, prometeram e assegurarem em nome dos seus ditos constituintes, que eles e seus sucessores e reinos, e senhorios, para todo o sempre, terão, guardarão e cumprirão realmente, e com efeito, livre toda fraude e penhor, engano, ficção e simulação, todo o contido nesta capitulação, e cada uma coisa, e parte dele, quiseram e outorgaram que todo o contido neste convênio e cada uma coisa, e parte disso será guardada e cumprida e executada como se há de guardar cumprir e executar todo o contido na capitulação das pazes feitas e assentadas entre os ditos senhores Rei e Rainha de Castela, de Leão, de Aragão, etc., e o senhor D. Afonso Rei de Portugal, que em santa glória esteja, e o dito senhor Rei que agora é de Portugal, seu filho, sendo príncipe o ano que passou de mil quatrocentos e setenta e nove anos, e sob aquelas mesmas penas, vínculos, seguranças e obrigações, segundo e de maneira que na dita capitulação das ditas pazes está contida. E se obrigaram a que nem as ditas pazes, nem algumas delas, nem seus sucessores para todo o sempre irão mais nem se voltarão contra o que acima está dito e especificado, nem contra coisa alguma nem parte disso direta nem indiretamente, nem por outra maneira alguma, em tempo algum, nem por maneira alguma pensada ou não pensada que seja ou possa ser, sob as penas contidas na dita capitulação das ditas pazes, e a pena cumprida ou não cumprida ou graciosamente remida; que esta obrigação, e capitulação, e assento, deixe e fique firme, estável e válida para todo o sempre, para assim terem, e guardarem, e cumprirem, e pagarem em tudo o supradito aos ditos procuradores em nome dos seus ditos constituintes, obrigaram os bens cada um de sua dita parte, móveis, e de raiz, patrimoniais e fiscais e de seus súditos e vassalos havidos e por haver, e renunciar a quaisquer leis e direitos de que se possam valer as ditas partes e cada uma delas para ir e vir contra o supradito, e cada uma coisa, e parte disso realmente, e com efeito, livre toda a fraude, penhor, e engano, ficção e simulação, e não o contradirão em tempo algum, nem por alguma maneira sob o qual o dito juramento juraram não pedir absolvição nem relaxamento disso ao nosso Santíssimo Padre, nem a outro qualquer Legado ou prelado que a possa dar, e ainda que de *motu proprio* a dêem não usarão dela, antes por esta presente capitulação suplicam no dito nome ao nosso Santíssimo Padre que haja Sua Santidade por bem confiar e aprovar esta dita capitulação, conforme nela se contém, e mandando expedir sobre isto suas Bulas às partes, ou a quaisquer delas, que as pedir e mandam incorporar nelas o teor desta capitulação, pondo suas censuras aos que contra ela forem ou procederem em qualquer tempo que seja ou possa ser.

E assim mesmo os ditos procuradores no dito nome se obrigaram sob a dita pena e juramento, dentro dos cem primeiros dias seguintes, contados desde o dia da conclusão deste tratado, darão uma parte à esta primeira aprovação, e ratificação desta dita capitulação, escritas em pergaminho, e firmadas nos nomes dos ditos senhores seus constituintes, e seladas, com os seus selos de cunho pendentes; e na escritura que tiverem de dar os ditos senhores Rei e Rainha de Castela, de Leão, de Aragão, etc., tenha de firmar e consentir e autorizar o mui esclarecido, e ilustríssimo senhor o príncipe D. João seu filho: de tudo o que dito é, outorgaram duas escrituras de um mesmo teor uma tal qual a outra, as quais firmaram com seus nomes e as outorgaram perante os secretários e testemunhas abaixo assinadas para cada uma das partes a sua e a qualquer que se apresentar, vale como se ambas as duas se apresentassem, as quais foram feitas e outorgadas na dita vila de Tordesillas no dito dia, mês e ano supraditos. D. Henrique, comendador-mor — Rui de Souza, D. João de Souza o Doutor Rodrigo Maldonado. Licenciado Arias. Testemunhas que foram presentes, que vieram aqui firmar seus nomes ante os ditos procuradores e embaixadores e outorgar o supradito, e fazer o dito juramento, o Comendador Pedro de Leon, o Comendador Fernando de Torres, vizinhos da vila de Valladolid, o Comendador Fernando de Gamarra, Comendador de Lagra e Cenate, contínuos da casa dos ditos Rei e Rainha nossos senhores, e João Soares de Siqueira e Rui Leme, e Duarte Pacheco, contínuos da casa do senhor Rei de Portugal para isso chamados. E eu Fernando Dalvres de Toledo, secretário do Rei e da Rainha nossos senhores e de seu Conselho, e seu escrivão de Câmara, e Notário Público em sua Corte, e em todos os seus reinos e Senhorios estive presente a tudo que dito está declarado em um com as ditas testemunhas, e com Estevam Baez secretário do dito senhor Rei de Portugal, que pela autoridade que os ditos Rei e Rainha nossos senhores lhe deram para dar sua fé neste auto em seus reinos, que esteve também presente ao que dito está, e a rogo e outorgamento de todos os procuradores e embaixadores que em minha presença e na sua aqui firmaram seus nomes, este instrumento público de capitulação fiz escrever, o qual vai escrito nestas seis folhas de papel de formato inteiro escritas de ambos os lados e mais esta em que vão os nomes dos supraditos e o meu sinal; e no fim da cada página vai rubricado o sinal do meu nome e o do dito Estevam Baez, e em fé disso pus aqui este meu sinal, que é tal. Em testemunho de verdade Fernão Alvares. E eu dito Estevam Baez que por autoridade que os ditos senhores Rei e Rainha de Castela, de Leão, etc., me deram para fazer público em todos os seus reinos e senhorios, juntamente com o dito Fernão Dalvres, a rogo e requerimento dos ditos embaixadores e procuradores a tudo presente estive, e em fé a certificação disso aqui com o meu público sinal assinei, que é tal.

A qual dita escritura de assento, e capitulação e concórdia supra incorporada, vista e entendida por nós e pelo dito príncipe D. João, nosso filho, Nós a aprovamos, louvamos, e confirmamos, e outorgamos, ratificamos, e prometemos ter, guardar e cumprir todo o supradito nela contido, e cada uma coisa, e parte disso realmente e com efeito, livre toda fraude, cautela e simulação, e de não ir, nem vir contra isso, nem contra parte disso em tempo algum, nem por alguma maneira, que seja, ou possa ser; e para maior firmeza, nós, e o dito príncipe D. João nosso filho, juramos por Deus pela Santa Maria, e pelas palavras do Santo Evangelho, onde que quer mais amplamente estejam impressas, e pelo o sinal da cruz, na qual corporalmente colocamos nossas mãos direitas em presença dos ditos Rui de Souza e D. João de Souza, e o licenciado Arias de Almadana, embaixadores e procuradores do dito e serenissimo Rei de Portugal, nosso irmão, de o assim ter e guardar e cumprir, e a cada uma coisa, e parte do que a nós incumbe realmente, e com efeito, como está dito, por nós e por nossos herdeiros e sucessores, e pelos nossos ditos reinos e senhorios, e súditos e naturais deles, sob as penas e obrigações, vínculos e renúncias no dito contrato de capitulação e concórdia supra escrito contidas: por certificação e corroboração do qual, firmamos nesta nossa carta nossos nomes e a mandamos selar com o nosso selo de cunho pendentes em fios de seda em cores. Dada na vila de Arévalo, aos dois dias do mês de Julho, ano do nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de mil quatrocentos e noventa e quatro.

Eu El-Rei — Eu a Rainha — Eu o príncipe — E eu Fernão Dalvres de Toledo, secretário d'El-Rei da Rainha nossos senhores a fiz escrever por sua ordem."

A TERRA NOVA

Viagem de Vicente Yáñez Pinzón
(Janeiro de 1500)

Vicente Yáñez Pinzón foi o navegante espanhol que comandou a Niña, um dos três barcos com que Colombo descobriu a América em 1492. Nos primeiros dias de dezembro de 1499 comandou uma nova expedição espanhola em direção à América, saindo de Palos, e tendo chegado, em 26 de janeiro de 1500, a um cabo no litoral brasileiro a que deu o nome de Santa Maria de la Consolación, hoje identificado como cabo de São Roque ou a ponta de Mucuripe, em Pernambuco. A partir daí seguiu a costa em direção noroeste passando pela foz do Amazonas, de onde seguiu pelo litoral do Amapá, das Guianas e da Venezuela até atingir a Ilha Espanhola, no Caribe.

O historiador Capistrano de Abreu, em *O Descobrimento do Brasil*, julga que a viagem de Pinzón é de autoridade indiscutível e crê que ele tivesse atingido inicialmente o cabo de Santo Agostinho (1). Varnhagen e outros optam por Mucuripe (2). Nesse ponto da costa brasileira, Pinzón teria estado outra vez em 1509, segundo o cronista Herrera.

O que é certo, e não contestado por qualquer fonte, é que tanto Pinzón quanto Lepe, que em duas viagens autônomas fizeram o mesmo itinerário, quase na mesma época, entre a Espanha e as costas da América do Sul, chegaram ao litoral do Brasil em janeiro de 1500, o que lhes dá anterioridade à expedição de Pedro Álvares Cabral que, como se sabe, aportou no litoral da Bahia em fins de abril de 1500.

(1) ABREU, 1929: 30-35.

* "Capitulacion de Bicente Yañes, Granada, 5 de Septiembre de 1501". *Colección de Documentos Inéditos relativos al descubrimiento, conquista y organización de las antiguas posesiones españolas de América y Oceania*, Madri, 1ª ed., 1864-1884, t. 22, 300-7. A edição utilizada é a de Demétrio Ramos, *Audacia, Negocios y Politica en los Viajes Españoles de Descubrimiento y Rescate*, Valladolid, Casa-Museo de Colon, 1981:448-53.

(2) ABREU, 1929: 36.

"O Rei e a Rainha

O acordo feito convosco, Vicente Yáñez Pinzón, por ordem Nossa, sobre as ilhas e terra firme que haveis descoberto, é o seguinte:

Primeiramente, visto que vós, Vicente Yáñez Pinzón, morador da vila de Palos, por mandado Nosso e com a Nossa licença e faculdade fostes, à vossa custa e missão, com algumas pessoas e parentes vossos, descobrir partes das Índias no mar Oceano, com quatro navios, onde, com a ajuda de Deus o Nosso Senhor e com a vossa indústria, trabalho e diligência descobristes certas ilhas e terra firme, a que pusestes os seguintes nomes: Santa Maria da Consolação e Rosto Formoso; e que desde ali seguistes a costa que se corre ao noroeste até o rio grande que chamastes Santa Maria do Mar Doce, e pelo mesmo noroeste ao longo de toda a terra até o cabo de São Vicente, que pertence à mesma terra; e que, para descobri-las e achar pusestes as vossas pessoas em muito risco e perigo ao Nosso serviço, sofrendo muitos trabalhos, perdas e custas; e, em consideração ao dito serviço que fizestes e esperamos farcis de agora em diante, havemos por bem e queremos que, enquanto for a Nossa mercê e vontade, tenhais e gozeis das coisas a seguir declaradas e contidas nesta capitulação.

Em remuneração dos serviços prestados e dos gastos e danos sofridos na dita viagem, fica estabelecido que vós, Vicente Yáñez Pinzón, enquanto for a Nossa mercê e vontade, sejais o Nosso capitão e governador das terras supracitadas, desde a dita ponta de Santa Maria da Consolação, seguindo a costa até Rosto Formoso, e de ali toda a costa que se corre ao noroeste até o dito rio ao qual pusestes o nome de Santa Maria do Mar Doce, incluídas as ilhas que estão na boca do dito rio, chamado Marinatâmbalo; que possais usar e exercer e useis e exerçais esse oficio e cargo de capitão e governador por vós mesmo ou por quem tiver poder vosso, com todas as coisas anexas e concernentes ao dito cargo, segundo o usam, podem e devem usar os outros Nossos capitães e governadores das semelhantes ilhas e terras recém-descobertas.

Item, que é a Nossa mercê e vontade que, das coisas, interesses e proveitos que houver, se acharem e adquirirem de agora em diante nas terras supracitadas, rios e ilhas, tanto ouro como prata, cobre ou qualquer outro metal, pérolas e pedras preciosas, drogas, especiarias e quaisquer outras coisas de animais, pescados, aves, árvores e ervas, e outras coisas de qualquer natureza ou qualidade, enquanto for a Nossa mercê e vontade, tenhais e gozeis a sexta parte do que Nós tivermos, da seguinte maneira: se Nós enviarmos à Nossa custa às ditas ilhas, terras e rios por vós descobertos alguns navios e gente, que, do interesse remanescente, deduzidas as despesas de armação e frete, tenhamos e levemos cinco sextas partes e vós, Vicente Yáñez, uma sexta parte; e que se alguma ou algumas pessoas, com a Nossa licença e mandado, forem às ditas ilhas, terras e rios, do que essas pessoas Nos tiverem que dar em razão das ditas licenças e viagens, tenhamos e levemos cinco sextas partes e vós, Vicente Yáñez, uma sexta parte.

Item, se vós, Vicente Yáñez Pinzón, quiserdes ir, dentro de um ano, contado da data desta capitulação e acordo, com algum navio ou navios às ditas ilhas, terras e rios, para escambar e trazer qualquer coisa de interesse e proveito, que do interesse remanescente dessa mesma viagem que fizerdes, deduzidas primeiramente em vosso benefício as despesas de frete e armação que tiverdes feito na primeira viagem, tenhamos e levemos uma quinta parte e vós, Vicente Yáñez, quatro quintas partes, desde que não possais trazer nenhum escravo ou escrava, nem vades às ilhas e terra firme que até hoje foram descobertas ou hão de descobrir-se pelo Nosso mandado e com a Nossa licença, nem às ilhas e terra firme do sereníssimo Rei de Portugal e príncipe, o Nosso mui caro e amado filho, nem possais delas trazer nenhum interesse ou proveito, exceto o mantimento para a gente que levardes com o Nosso dinheiro, e findado o dito ano não possais gozar nem gozeis do disposto nesta capitulação.

Item, que para que se saiba o que assim tiverdes na dita viagem e não possa haver nisso fraude ou engano, que ponhamos Nós em cada um dos ditos navios uma ou duas pessoas que, em Nosso nome e por Nosso mandado, estejam presentes em tudo que se tiver e escambar nos ditos navios dentre as coisas supracitadas, pondo-o por escrito em livros e tendo disso conta e razão; e que o que se escambar e tiver em cada navio seja posto e guardado em arcas fechadas, cada uma com duas chaves, ficando uma chave com a tal pessoa ou pessoas que por Nosso mandado forem no navio e a outra chave convosco, Vicente Yáñez, ou com outra pessoa por vós nomeada, de maneira que não se possa fazer nenhuma fraude ou engano.

Item, que vós, Vicente Yáñez, e outra pessoa ou pessoas dos ditos navios e de sua companhia não possais escambar, contratar ou ter nenhuma coisa das supracitadas sem estar presente a dita pessoa ou pessoas que pelo Nosso mandado forem em cada um dos navios.

Item, que as tais pessoa ou pessoas que em cada um dos ditos navios forem pelo Nosso mandado recebam a sua parte como as outras pessoas que forem no dito navio.

Item, que todo o supracitado que assim se tiver e escambar, de qualquer maneira, seja trazido, sem diminuição nem falta, à cidade e porto de Sevilha ou Cádiz, sendo apresentado ao Nosso oficial que ali residir, para que se tire a parte que tivermos de ter; e que, pela parte que tiverdes de ter, não pagueis nem sejais obrigado a pagar, na primeira venda, alcavala, aduana, direito de almoxarifado ou qualquer outro direito.

Item, que, antes que começeis a dita viagem, vades apresentar-vos, na cidade de Sevilha ou Cádiz, a Gonzalo Gómez de Cervantes, o Nosso corregedor de Jérez, e Jimeno de Bribiesca, o Nosso oficial, com os navios e gentes com que tiverdes de fazer a dita viagem, para que os vejam e arrolem nos Nossos livros e façam as outras diligências necessárias.

Para o que vos fazemos, Vicente Yáñez Pinzón, o Nosso capitão dos ditos navios e gente que for com eles, e vos damos o Nosso poder cumprido e jurisdição civil e criminal, com todas as incidências, dependências, anexidades e conexidades, e mandamos que as pessoas que forem nos ditos navios vos obedeçam em tudo e por tudo, por ser vós o Nosso capitão, e consintam que useis da dita jurisdição, desde que não possais matar nenhuma pessoa, nem cortar membros.

Item, para ter certeza de que vós, Vicente Yáñez Pinzón, e as outras pessoas que forem nos ditos navios, façais e cumprais, e seja cumprido e observado todo o disposto nesta capitulação, e cada coisa e parte dela, que, antes de começar a dita viagem, deis fiança certa e abonada a contento do dito González Gómez de Cervantes, ou do seu lugar-tenente.

Item, que vós, Vicente Yáñez, e as outras pessoas que forem nos navios, façais e cumprais o disposto nesta capitulação, e cada coisa e parte dela, sob pena de qualquer pessoa que faça o contrário perder tudo que se escambar e tiver, bem como todo o interesse e proveito que poderia retirar da dita viagem, ficando desde já sujeita à Nossa Câmara e Fisco, e o seu corpo à Nossa mercê.

Dito tudo que o foi, e cada coisa e parte do mesmo, feitas por vós as ditas diligências, prometemos mandar obedecer a vós, Vicente Yáñez Pinzón, e que no disposto e suas partes não vos será posto nenhum impedimento, do qual vos mandamos dar a presente, assinada com os Nossos nomes.

Feita em Granada, aos cinco de setembro de 1501.

Eu, o Rei. Eu, a Rainha.

Por mandado do Rei e da Rainha. Gaspar de Gricio." *

*Tradução do espanhol para o português de Jean François Cleaver.

Viagem de Diego de Lepe
(Fevereiro de 1500)

Diego de Lepe repetiu, quanto à época e lugares alcançados, praticamente, a viagem de Vicente Yáñez Pinzón. Sabe-se que, partindo de Cádiz ou Palos, pouco depois de Pinzón, dirigiu-se à Ilha do Fogo, em Cabo Verde. Daí rumou para sudoeste até alcançar a costa brasileira na altura do cabo de Santo Agostinho, que contornou em direção ao sul até o rio das Contas, na opinião de D'Avezac. Tomou em seguida o rumo norte, acompanhando a costa, até a foz do Amazonas e além, terminando por dirigir-se às possessões espanholas do Caribe.

O fato de que expedições independentes como as de Pinzón, Lepe e Cabral, partidas da Espanha e de Portugal, tenham sido direcionadas, ao mesmo tempo, para as mesmas áreas geográficas, é menos uma coincidência fortuita que a concretização de um projeto consciente e deliberado de natureza oficial, que respondia à política de expansão colonial desses países.

* "Capitulación de Diego de Lepe, Granada, 14 de Septiembre de 1501". *Colección de Documentos Inéditos relativos al ...*, Madri, 1ª ed., 1864-1884, t. 31, 5-12. A edição utilizada é a de Demétrio Ramos, op.cit., 1981: 454-58.

"O acordo feito por ordem Nossa convosco, Diego de Lepe, morador da vila de Palos, para ir descobrir pelo mar Oceano, é o seguinte:
Primeiramente, damos licença a vós, Diego de Lepe, para que vades descobrir à vossa custa e missão pelo mar Oceano com quatro navios e descubrais no mar Oceano ilhas e terra firme nas partes das Índias aonde fostes da outra vez, para ver a terra que descobristes e de onde voltastes, desde que não sejam parte das ilhas e terra firme já descobertas pelo almirante e outras pessoas, salvo por caso fortuito, podendo então pegar abastecimento e provimento para a vossa gente e armada, bem como calafetar e aprestar os vossos navios, sem mais nada, desde que a terra assim descoberta não seja parte das ilhas e terra firme pertencentes ao sereníssimo Rei de Portugal, o Nosso mui caro e amado filho, para que de todas as ilhas e terra firme constantes deste capítulo não tragais nem possais ter nenhum interesse, salvo nas coisas de que, como já dito, possais precisar para o vosso mantimento e provisão e o da vossa gente e navios, sem mais nada.

Outrossim, que possais, nas ilhas e terra firme que descobrirdes nesta nova viagem, escambar e ter ouro, prata, cobre, estanho, mercúrio e qualquer metal de qualquer qualidade, aljôfar, pérolas, jóias e pedras preciosas, monstros, cobras e quaisquer outros animais de qualquer qualidade, pescados, aves, especiarias, drogas e quaisquer coisas de qualquer nome e qualidade, ainda que sejam de mais valia que o supracitado, desde que não possais trazer escravos e que do pau-brasil não possais trazer mais de dois quintais.

Item, que de tudo o que escambardes e tiverdes de qualquer maneira nas ilhas e terra firme que até agora tendes descoberto, previamente descontadas as despesas de armação, frete, soldos de gente, Nos deis a metade; e de tudo que tiverdes de qualquer maneira das ilhas e terra firme que descobrirdes a partir desta próxima viagem, previamente descontadas as ditas despesas de armação, fretes de navios e soldos de gente que tiverdes na viagem e na armada, que Nós tenhamos a sexta parte do que sobrar, ficando as outras cinco partes para que vós, Diego de Lepe, façais o que quiserdes e houverdes por bem, como coisa própria, livre, quitada e desembargada, sem pagar, na primeira venda, alcavala, direito de almoxarifado, aduana, nem outra imposição, direito ou tributo, ficando tudo livre e franco de toda e qualquer

coisa, como coisa própria Nossa e do Nosso patrimônio real, desde que em cada um dos navios que levardes vá um homem Nosso e por Nós indicado para que escreva e assente o que achardes e trouxerdes; e que tudo venha debaixo de duas chaves, ficando uma com a pessoa que for da Nossa parte e a outra com quem vós quiserdes; e as outras coisas, que não forem de pôr debaixo de chave, que venham escritas da mão da pessoa que por Nós for em cada navio, para que não se possa fazer fraude.

Item, que vós, Diego de Lepe, e qualquer outra pessoa ou pessoas das que forem convosco na dita armada não possais escambar ou ter qualquer coisa dentre as supracitadas sem a presença da pessoa ou pessoas que por Nosso mandado forem em cada um dos navios.

Item, que as tais pessoa ou pessoas que por Nosso mandado forem em cada um dos navios recebam soldo e parte como as outras pessoas que forem no mesmo navio.

Item, que todo o acima mencionado que se tiver e escambar de qualquer maneira, sem diminuição nem falta, seja trazido à cidade e porto de Sevilha ou Cádiz e apresentado ao Nosso oficial que ali residir, para que ali se retirem as ditas metade e sexta parte que tivermos de ter.

Item, que com os ditos quatro navios com que tendes que ir descobrir e a gente dos mesmos vades apresentar-vos, na cidade de Sevilha ou Cádiz, antes que começeis a viagem, a Gonzalo Gómez de Cervantes, o Nosso corregedor da cidade de Jérez, e a Jimeno de Bribiesca, o Nosso oficial, para que vejam os ditos navios e gente, os arrolem nos Nossos livros e façam todas as diligências que forem necessárias.

Para o que vos fazemos, Diego de Lepe, o Nosso capitão dos ditos navios e gente que for com eles, e vos damos poder cumprido e jurisdição civil e criminal, com todas as incidências, dependências, emergências, anexidades e conexidades, e mandamos que as pessoas que forem nos ditos navios vos obedeçam em tudo e por tudo, por ser vós o Nosso capitão, e consintam que useis da dita jurisdição, desde que não possais matar nenhuma pessoa, nem cortar-lhe membros.

Item, que vós, Diego de Lepe, e as outras pessoas que forem nos navios, façais e cumprais e guardeis todo o disposto nesta capitulação, e cada coisa e parte dela, sob pena de qualquer pessoa que faça o contrário perder tudo que se escambar e tiver, bem como o interesse e proveito que poderia retirar da dita viagem, ficando desde já para a Nossa Câmara e Fisco, e seu corpo à Nossa mercê.

Item, por acontecer às vezes que os navios descarreguem onde estão, e por termos mandado que nenhum deles possa fazê-lo senão na baía de Cádiz, sendo obrigado, na volta, a descarregar ali sem tocar em nenhuma outra terra, salvo por causa de tempestade ou do tempo, que vós, Diego de Lepe, e os que forem convosco, vos obrigueis a voltar até ali sem tocar nem descarregar em outro lugar nada do que trouxerdes, e presteis contas, na cidade de Cádiz, à pessoa ou pessoas que por Nosso mandado estiverem postas ali para tal, e pagueis o que Nos pertencer da dita viagem, sob pena de que se outra coisa fizerdes vós, outra pessoa ou armador dos que se juntarem a vós, ou se esconderdes qualquer coisa de que tenhamos que ter as partes supracitadas conforme previsto, que por esse fato, além de outras penas, percais qualquer mercadoria e outra coisa que nesta viagem vos pertença, ficando para a Nossa Câmara e Fisco; caso vades tocar em outro porto por causa do tempo, que não possais descarregar nem deixar sair à terra nenhuma pessoa, e que ninguém possa entrar em nenhum dos ditos navios sem ser revistado ante um escrivão antes de sair, para não levar nada do tal navio; e se fizerdes o contrário, que percais, como capitão, tudo que trouxerdes, bem como as outras pessoas que assim fizerem.

Item, que vós, Diego de Lepe, por vós e em nome dos que convosco se juntarem e forem na dita armada, vos obrigueis e deis fiança de seguir, observar e cumprir todo o acima disposto, da maneira e nas condições previstas.

Item, que Nós vos mandaremos dar todas as provisões e outras escrituras de que precisardes para a segurança e observância do acima disposto.

Portanto, Nós, pela presente, vos asseguramos e prometemos, por Nossa fé e palavra real, que vos será observado e cumprido todo o acima disposto e cada parte do mesmo, e que nisso não vos será posto impedimento algum, agora e em qualquer outro tempo, cumprindo e observando vós o disposto. Do qual vos mandamos dar a presente, assinada com os Nossos nomes.

Feita em Granada, aos quatorze de setembro de 1501. O acima disposto nesta capitulação, bem como cada coisa e parte dela, é Nossa vontade que se observe e cumpra, desde que vós, Diego de Lepe, começeis a dita viagem daqui no decorrer do próximo mês de novembro deste ano de 1501.

Eu, o Rei. Eu, a Rainha.

Por mandado do Rei e da Rainha. Gaspar de Gricio." *

---

* Tradução do espanhol para o português de Jean François Cleaver.

Binot Paulmier de Gonneville. *Relação Autêntica* (1503-1504)

As fontes francesas para a história do Brasil no século XVI são abundantes e ricas em informação sobre a natureza e as gentes que aí viviam. Especialmente importantes, naquele século, foram os testemunhos presen-

ciais de André Thevet e Jean de Léry, que aí estiveram em meados do século e cujas obras tiveram inúmeras edições em várias línguas, ainda em vida de seus autores. Essa notoriedade, que, aliás, fazia justiça à importância e encantamento desses textos, teve o efeito de manter na obscuridade outros testemunhos tão autênticos quanto aqueles e, em certos casos, relevantes por sua anterioridade. A *Relação Autêntica* de Binot Paulmier de Gonneville foi registrada em um tribunal de Ruão em 1505 e descreve a viagem feita, no ano anterior, às costas do sul do Brasil pelo navio L'Espoir. Gonneville era um aventureiro normando que, em Lisboa, deixou-se atrair pelas riquezas do novo mundo e organizou a viagem com o auxílio de dois navegadores portugueses, Bastiam Moura e Diogo Coutinho, recrutados em Lisboa. A descrição da nova terra e de seus habitantes e indígenas é de grande interesse, acrescida do fato de que, na viagem de volta, Gonneville levou pelo menos um desses índios, de língua Tupi, para a França, que será, certamente, dos primeiros americanos a ter contato com a Europa. Não é sem interesse o fato de que esse índio, Essomericq (1), conseguiu sobreviver no novo ambiente, acabando por casar-se com uma parenta de Gonneville, da qual teve descendência comprovada.

* A *Declaration* do Capitão Gonneville foi transcrita dos Registros do Almirantado da França em Ruão, feitos em 1505. A edição utilizada da "Relação Autêntica" de B.P. de Gonneville é a da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 49(2), 1886: 333-52.

"(...) 13 — Descobrimento de uma grande terra.

Dizem, que a tormenta foi seguida de calmarias, de maneira que pouco avançavam. Porém Deus os confortou; pois começaram a ver muitos pássaros, que vinham e voltavam do lado do sul; o que os persuadiu, que não estavam longe de terra: e como para lá irem devessem voltar costas à Índia oriental, assim se fez, sendo necessário mudar a manobra das velas; e a 5 de Janeiro descobriram uma grande terra, a que só puderam aportar na tarde do dia seguinte, por terem vento terral contrário; e ancoraram em bom fundo.

E logo nesse dia foram alguns tripulantes reconhecer a terra; e na manhã seguinte foi mandado o escaler correr a costa para achar porto e voltou depois do meio-dia, e conduziu o navio a um rio, que achara, o qual é quase como o de Orne.

(1) Possivelmente do Guarani *so'ó mirim*, que significa pequeno animal de caça.

SEÇÃO TERCEIRA

Estada nas novas terras das Índias

14 — Estado do navio e conseqüentes resoluções

Dizem terem-se demorado no dito país até Julho seguinte, por terem achado o navio tão carcomido e estragado que tinha grande necessidade de calafeto: no que empregou-se não pouco tempo em razão da falta de operários peritos nesse mister.

Daí lembra-se a marinhagem do navio de regressar à França, recusando navegar para a Índia, dizendo não ter sido ainda este mar navegado por cristãos, ser tempo perdido, e também faltar o principal piloto, em quem repousava a maior confiança da viagem; e o pior era estar o navio incapaz de suportar a navegação. Assim por estas e outras razões fez-se auto por todos assinado para desencargo do capitão, e ficou assentada a volta para a cristandade.

15 — Caráter e modo de vida dos indígenas

Item, dizem que durante a sua estada na dita terra conversavam amigavelmente com os moradores dela, depois que estes se familiarizaram com os cristãos, sendo angariados por meio de comidas e pequenas dádivas, que se lhes fazia; são os ditos índios gente simples, procuram apenas passar vida alegre sem grande trabalho, vivendo de caça e pesca, e do produto espontâneo da terra, e de alguns legumes e raízes que plantam; andam seminus, especialmente os moços e plebeus; trazem mantos, já de esteiras finas, já de peles, já de penas, como usam nos seus países os Egípcios e Boêmios, com a diferença de serem mais curtos em forma de aventais atados pelos quadris, chegando até os joelhos nos homens, e nas mulheres até meia tíbia; pois homens e mulheres trajam do mesmo modo, com a diferença de ser mais comprido o vestuário da mulher.

E as mulheres trazem colares e braceletes de ossos e conchas; não assim o homem, que em vez disso traz arco e flecha, tendo por dardo um osso convenientemente acerado e um venábulo de pau duríssimo e tostado e despontado na parte superior: e nisto consiste o seu armamento.

E as mulheres e raparigas andam com a cabeça descoberta, tendo os cabelos gentilmente trançados com delgados cordões de fibras herbáceas tintas de cores vivas e luzentes.

Enquanto os homens trazem compridos cabelos flutuantes com uma volta de altas plumas de cores vivas e bem ataviadas.

16 — Fertilidade da terra

Dizem também ter penetrado na dita terra por dois dias de marcha, e mais na costa tanto à direita como à esquerda; e ter notado ser a dita terra fértil, copiosa de animais, aves, peixes, árvores e outras coisas singulares e desconhecidas na cristandade, das quais o finado senhor Nicole Lefebvre, de Onfleur, que era voluntário na viagem, curioso, e pessoa de saber, tirara os desenhos: o que perdeu-se com os diários da viagem na ocasião da piratagem do navio; a qual perda é causa de se omitirem muitas coisas e boas informações.

17 — Habitantes

Item, dizem ser a dita terra regularmente povoada.

E estão as habitações dos índios em aldeias de 30, 40, 50 ou 80 cabanas, feitas à maneira de praças de mercado com estacas fincadas e juntas umas às outras, e ligadas por ervas e folhas, com que os ditos habitantes também se cobrem; e têm por chaminé uma abertura, por onde sai a fumaça. As portas são de varas convenientemente ligadas, e as fecham com chaves de madeira, como nos campos da Normandia se pratica com os estábulos.

E seus leitos são de esteiras macias, cheias de folhas ou plumas e seus cobertores de esteiras, peles, ou plumagens; e os utensílios domésticos são de madeira e até mesmo as panelas, mas revestidas de uma espécie de argila com quase um dedo de espessura; o que impede o fogo de as queimar.

18 — Governo

Item, dizem ter notado ser a dita terra dividida em pequenos distritos, cada um dos quais tem um rei; e embora os ditos reis não tenham melhor moradia nem melhor vestuário do que os vassalos, todavia são muito venerados por estes; nenhum é tão atrevido que ouse recusar-lhes obediência, tendo eles o poder de vida e de morte sobre os seus súditos: e alguns tripulantes do navio viram um exemplo digno de memória, a saber, de um rapaz de 18 a 20 anos, que em ocasião de disputa dera na própria mãe uma bofetada; do que sabendo o soberano, embora a mãe ofendida se não queixasse, mandou buscar o ofensor, e o mandou lançar no rio com uma pedra ao pescoço, chamados por aviso público todos os mancebos da sua aldeia e das aldeias vizinhas, e ninguém pôde obter remissão, nem a própria mãe, que de joelhos veio implorar o perdão do filho.

19 — O rei e sua família

Este rei era o da terra, onde esteve o navio, e tinha o nome de Arosca.

O seu país tinha a extensão de um dia de marcha, abrangia talvez uma dúzia de aldeias, cada uma das quais tinha o seu capitão especial; todos obedeciam a Arosca.

O dito Arosca era, conforme parecia, de idade de 60 anos, e então viúvo; tinha 6 filhos, rapazes de 30 a 15 anos, e vinha com eles freqüentemente ao navio.

Homem de porte grave, estatura média, nédio e olhar bondoso; vivia em paz com os reis vizinhos, mas ele e estes guerreavam com os povos das terras interiores, contra os quais, por duas vezes durante a estadia do navio, marchou levando 500 a 600 homens de cada vez.

E da última houve no regresso muita alegria em todo o seu povo por ter alcançado grande vitória, não passando as ditas guerras de excursões de poucos dias contra o inimigo. E teve muito desejo, que alguns do navio o acompanhassem com armas de fogo e artilharia para amedrontar e destroçar os seus ditos inimigos; mas os nossos escusaram-se.

20 — Distinções exteriores

Item, dizem, que não observaram sinais alguns particulares, que distinguissem o dito rei e os outros reis do dito país, dos quais vieram 5 ver o navio, exceto trazerem os ditos reis as plumas da cabeça de uma só cor; e seus vassalos, aos menos os principais, trazem à vontade na sua roda de penas alguns pedaços de pluma da cor da do seu soberano, que era o verde para o dito Arosca, hospedeiro da gente do navio.

21 — Acolhimento dado aos Europeus

Item, dizem que, ainda quando os cristãos fossem anjos descidos do céu, não seriam mais estimados por esse pobres índios, que estavam maravilhados da grandeza do navio, artilharia, espelhos e outras coisas, que viam no navio, e sobretudo de que por palavras de uma carta, que se enviava de bordo à gente da tripulação, que andava nas aldeias, se lhe fizesse saber o que se queria; não podendo ninguém persuadi-los como o papel podia falar.

Assim eram os cristãos temidos por eles; e em conseqüencia de pequenas liberalidades, que lhes faziam, de pentes, facas, machados, espelhos, miçangas e outros avelórios tão apreciados por eles, que para os adquirir, de boamente se despedaçariam, trazendo abundância de carne e peixe, frutas e víveres, e tudo quanto viam ser agradável aos cristãos, como peles, plumas e raízes de tinturaria; em permuta do que se lhes dava quinquilharias e os outros artefatos de pequeno valor; e assim reuniram-se perto de 100 quintais dos mencionados gêneros, que em França dariam bom preço.

22 — Levantamento de uma cruz

Item, dizem, que para deixarem no dito país sinais de terem ali aportado cristãos, fez-se uma grande cruz de madeira, com altura de 35 pés e meio, bem pintada, a qual foi levantada em um montículo à vista do mar, mediante bonita e devota cerimônia, a toque de tambor e trombetas, em dia especialmente designado, que foi o dia da páscoa de 1504.

E foi a dita cruz carregada pelo capitão e principais pessoas do navio com pés descalços; e ajudavam nesse trabalho o dito senhor Arosca, seus filhos e outros magnatas índios, sendo para isso convidados em sinal de distinção: do que mostravam-se contentes.

Acompanhava a tripulação, com suas armas, cantando a ladainha, e grande turba de índios de todas as idades, aos quais com muita precedência se faziam carícias e a tudo assistiam quietos e mui atentos ao mistério.

Infincada a dita cruz, deram-se várias descargas de escopetaria e artilharia, houve banquete e fizeram-se decentes donativos ao dito senhor Arosca, e aos índios principais; e enquanto ao vulgo, a ninguém se deixou sem algum mimo de pequenas bugiarias de pouco valor, mas deles prezadas; tudo para que conservassem memória do fato; dando-se-lhes a entender por sinais e por qualquer outro modo mais adequado, que deviam conservar e honrar a dita cruz.

E nela estava gravado, de um lado, o nome do nosso santo padre o papa de Roma, do rei, nosso senhor, e o do senhor almirante de França, e do capitão, burgueses e companheiros desde o maior até o menor.

E fez o carpinteiro do navio esta obra, que lhe valeu um mimo de cada companheiro.

Do outro lado foi gravado um dístico latino, feito pelo senhor Nicole Lefebvre acima nomeado, que por modo gracioso declarava a data do ano do levantamento da dita cruz, e quem a plantara; e dizia assim:

Hic sacra Palmarius posuit Gonivilla Binotus;
Grex socius pariter, neustraque progenies. (1)

23 — Disposições de regresso

Dizem também, que por fim, estando o navio calafetado, limpo e provido o melhor possível para o regresso, foi resolvido partir para a França.

E porque é costume entre os que chegam a novas terras das Índias, trazer para a cristandade alguns índios, fizeram tanta instância, que o dito senhor Arosca consentiu, que seu jovem filho, que ordinariamente vivia em boas relações com a gente do navio, viesse para a cristandade, porque prometiam ao pai e ao filho trazê-lo de volta dentro de 20 luas, ao mais tardar; pois assim significam eles os meses.

E para mais os incitar, fazia-se-lhes crer, que a aqueles que para cá viessem, se ensinaria o uso da artilharia; o que eles ardentemente desejavam para poderem dominar seus inimigos, assim como aprenderiam a fazer espelhos, facas, machados, e tudo quanto viam e admiravam entre os cristãos; o que para eles era o mesmo que prometer a um cristão ouro, prata, e pedrarias, ou ensinar-lhe a fazer a pedra filosofal.

Acreditando o dito Arosca firmemente nestas coisas, estava mui contente por quererem levar o dito seu filho, que chamava-se Essomeric, e deu-lhe por companheiro um índio de 35 ou 40 anos de idade, chamado Namoa.

E ele e seu povo os vieram trazer ao navio, provendo-os de abundantes víveres, muitas e lindas plumagens, e outras raridades para fazer mimos de sua parte ao rei, nosso amo.

E o dito senhor Arosca e os seus esperaram a partida do navio, fazendo o capitão jurar, que voltaria dentro de 20 luas; e na ocasião da partida todo o dito povo fazia grande alarido, e davam a entender, que conservariam a cruz, fazendo sinal dela com dois dedos cruzados.

SEÇÃO QUARTA

Viagem de Regresso

24 — Mal tempo e doenças

Item, dizem, que então partiram das ditas Índias meridionais no terceiro dia do mês de Julho de 1504, e depois só viram terra na véspera de São Dionísio, tendo corrido diversas fortunas, e sofrido febres malignas, de que foram acometidas várias pessoas do navio, e morreram 4, a saber: João Bicherel, de Pont l'Evesque, cirurgião do navio, João Renoult, soldado, de Onfleur, Estenoz Vennier, de Gonneville junto a Onfleur, criado do capitão, e o índio Namoa.

(1) "Este monumento foi aqui consagrado por Binot Paulmier de Gonneville, com assistência da população indígena e da geração normanda."

E suscitou-se dúvida sobre o batismo de Namoa; mas o dito senhor Nicole dizia, que seria profanar o batismo em vão; por quanto o dito Namoa não conhecia a crença de nossa santa madre igreja, como devem saber aqueles que recebem o batismo na idade da razão; e foi crido o dito senhor Nicole como o mais entendido em matéria eclesiástica dentre os do navio.

Todavia depois teve escrúpulos; e assim, adoecendo por sua vez o jovem índio Essomeric, e perigando, foi por seu parecer batizado, e lhe administrou o sacramento o mesmo senhor Nicole, e foram padrinhos o dito Gonneville, capitão, e Antonio Thieri, e em lugar de madrinha figurou André de Lamare como terceiro padrinho, e foi chamado Binot, nome de batismo do mencionado capitão; e isto sucedeu a 14 de Setembro.

E parece, que o batismo serviu de remédio à alma e ao corpo; porque daí por diante o índio melhorou, curou-se, e agora está em França.

25 — Escala por outra terra

Dizem terem tais moléstias provindo de acharem-se estragadas e apodrecidas as águas do navio, e também do ar do mar, como observaram, notando que o ar de terra e carne e águas frescas curaram todos os doentes. Pelo que, conhecida a causa do mal, desejavam todos a terra.

Ora, passado o trópico de Capricórnio, e tomada a altura, achavam estar mais afastados d'África do que do país das Índias ocidentais, onde, desde alguns anos, os Diepezes, e os Maloinos e outros Normandos e Bretões vão buscar madeira de tingir de vermelho, algodão, macacos e papagaios e outros gêneros, e como o vento de leste, que observaram reinar ordinariamente entre o dito trópico e o de Câncer, os impelisse para aí, foi unanimemente resolvido ir em busca deste país, a fim sobretudo de carregar tais mercadorias, e salvar os gastos da viagem.

E aí chegaram na véspera de São Dionísio, como acima fica dito.

26 — Retrato dos habitantes

Item, dizem, que aí acharam índios boçais, nus, homens e mulheres, como saíram do ventre materno, descuidados de cobrir as partes pudendas; pintando o corpo especialmente de preto; tendo beiços furados, e os buracos guarnecidos de pedras verdes bem polidas e adaptadas; retalhados em vários lugares da pele por gilvazes, a fim de parecer mais formosos rapazes, imberbes, semitonsurados.

No demais cruéis comedores de carne humana, grandes caçadores, pescadores e nadadores; dormem suspensos em leitos feitos como redes, armam-se com grandes arcos, e maças de madeira, e não têm rei nem senhor; ao menos nada observaram a tal respeito.

Além disso habitam formoso país, de bons ares, terra fértil em frutos, aves, e animais, e o mar piscoso, sendo as espécies dessemelhantes das da Europa.

E fabricam o seu pão e bebidas de certas raízes.

27 — Desastre entre estes canibais

Dizem, que nos lugares deste país, onde aportaram, já tinham passado cristãos, como se patenteava por gêneros da cristandade possuídos pelos índios; por isso não se admiravam estes de ver o navio; todavia temiam sobretudo a artilharia e os arcabuzes.

E tendo desassombradamente saltado em terra, quando alguns companheiros apanhavam água, e outros andavam em terra sem armas por nada temerem, foram traiçoeiramente assaltados por esses malvados índios, que mataram um grumete do navio, chamado Enrique Jesane, apreenderam e carregaram para os bosques Tiago Lhome, conhecido pelo apelido de Lafortune, soldado, e Colas Mancel, marinheiro, todos de Onfleur; e estas duas pobres criaturas perderam-se, sem se lhes poder dar socorro.

Estavam ainda em terra quatro homens, que alcançaram a lancha, e salvaram-se, todos muito feridos, e um faleceu, apenas subiu ao navio: e este era o já mencionado senhor Nicole Lefebvre, o qual, movido de curiosidade, havia desembarcado para terra; e por todos foi muito lamentado, como merecedor de melhor sorte; pois era afável e sapiente.

28 — Nova arribada na distância de cem léguas

Item, dizem, que este lastimável acontecimento os obrigou a deixar o lugar do desastre, e subir bem 100 léguas pela costa, onde acharam índios iguais em feições, mas deles não receberam dano algum, e quando o intentassem fazer, nenhum mal praticaram, porque o caso precedente advertia a não fiarem-se deles.

E aí durante a demora do navio foi este carregado de víveres e mercadorias do dito país já declarados, na quantidade mais extensa e circunstanciadamente mencionada na queixa apresentada em juízo contra os roubadores do navio, como aí se verá.

Essas mercadorias satisfariam os gastos da viagem, além de darem bom lucro, se o navio chegasse salvo ao porto.

29 — Partida definitiva

Item, dizem, que partiram do dito país entre dia de São Tomé e natal de 1504, tendo agarrado 2 índios, que desejavam trazer à França; mas na primeira noite atiraram-se ao mar, estando o navio a mais de 3 léguas de distância da costa; mas esses gentios são tão bons nadadores que tal trajeto os não assusta.(...)"

O ACHAMENTO OFICIAL

Carta de Pero Vaz de Caminha
(1º de maio de 1500)

A carta de Pero Vaz de Caminha é o relato do descobrimento e dos primeiros contatos da expedição portuguesa de Pedro Álvares Cabral que chegou às costas brasileiras do sul da Bahia nos últimos dias de abril de 1500. A esquadra de Pedro Álvares Cabral tinha como destino as Índias Orientais e representava a primeira expedição colonizadora portuguesa àquelas partes após o regresso da navegação pioneira de Vasco da Gama. Este iniciara sua viagem em 1497 e só regressara a Portugal em fins de 1499. Oito meses depois, em 8 de março de 1500, a esquadra de Pedro Álvares Cabral deixou o Tejo e, no dia 22 do mesmo mês, chegou às ilhas de Cabo Verde, onde perdeu a nau de Vasco de Ataíde. A partir daí, a esquadra tomou o rumo sudoeste tendo, em 21 de abril, avistado as terras do litoral brasileiro na altura do Monte Pascoal. De modo semelhante ao equívoco de Colombo em sua viagem inicial, os comandantes dos vários navios supuseram que a terra poderia ser a Índia. É significativo o fato de que, para o contato inicial com um grupo de homens pardos, nus e armados de arco e flecha, que se encontrava na praia, fossem enviados como intérpretes Nicolau Coelho, companheiro de Vasco da Gama, e o judeu Gaspar, que falava árabe e a língua da costa de Malabar. No dia seguinte, a esquadra seguiu em direção ao norte até encontrarem um porto abrigado por um recife. Novamente tentaram contato com os naturais da terra através do piloto Bartolomeu Dias, conhecedor das costas da África, e Nicolau Coelho, já referido. Mais uma vez foi impossível a comunicação. A essa altura, provavelmente, começava a esfumar-se a idéia de que estariam na Índia. O contato passivo mas esquivo com os indígenas, sua nudez e equipamentos rústicos, somados à impossibilidade de entendimento pela fala, tudo levou o cronista a concluir: "... de que tiro ser gente bestial e de pouco saber e por isso são assim esquivos...". Surge aí, pela primeira vez, a idéia do "Homo ferus", variante do "bom selvagem".

Todo o texto desta carta do escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral é, de certa maneira, um documento raro pelo encantamento que Pero Vaz de Caminha demonstra pelas cores e pela gente da nova terra e, também, pelo grau de verdade e detalhe com que descreve a descoberta, a primeira visita, e o encontro com a nova terra e os indígenas. Essa capacidade de maravilhar-se e descrever com tanta precisão o que observava será perdida nos documentos posteriores, de outros portugueses ou colonizadores, com a rotina da ocupação colonial.

A carta de Caminha é datada do dia 1º de maio de 1500. No dia seguinte, o navio de mantimentos da armada foi enviado de volta à Lisboa, levando as notícias do achamento da nova terra, entre elas as cartas de Vaz de Caminha e do cirurgião Mestre Johan. No mesmo dia, a esquadra de Cabral seguiu em direção à Índia, contornando o cabo da Boa Esperança e as costas orientais da África. Na terra ficaram dois degredados, dois grumetes da nau Capitânia e talvez alguns outros tripulantes dos demais navios.

* Carta de Pero Vaz de Caminha, Porto Seguro, 1º de maio de 1500. O original encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, gaveta 8, maço 2, doc. 8. A primeira edição é a de Aires de Casal, *Corografia Brazilica*, Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1817:12-34. A edição utilizada é a de Jaime Cortesão, *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, Lisboa, Portugália (Obras Completas, vol. 2), 1967:221-57.

"Senhor:

Posto que o Capitão-mor desta vossa frota, e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a nova do achamento desta vossa terra nova, que nesta navegação agora se achou, não deixarei também de dar minha conta disso a Vossa Alteza, o melhor que eu puder, ainda que — para o bem contar e falar —, o saiba fazer pior que todos.

Tome Vossa Alteza, porém, minha ignorância por boa vontade, e creia bem por certo que, para alindar nem afear, não porei aqui mais do que aquilo que vi e me pareceu.

Da marinhagem e singraduras do caminho não darei aqui conta a Vossa Alteza, porque o não saberei fazer, e os pilotos devem ter esse cuidado. Portanto, Senhor, do que hei de falar começo e digo:

A partida de Belém, como Vossa Alteza sabe, foi, segunda-feira, 9 de Março. Sábado, 14 do dito mês, entre as oito e as nove horas, nos achamos entre as Canárias, mais perto da Grã-Canária, onde andamos todo aquele dia em calma, à vista delas, obra de três a quatro léguas. E domingo, 22 do dito mês, às dez horas, pouco mais ou menos, houvemos vista das Ilhas de Cabo Verde, ou melhor, da Ilha de S.Nicolau, segundo o dito Pero Escolar, piloto.

Na noite seguinte, segunda-feira, ao amanhecer, se perdeu da frota Vasco de Ataíde com sua nau, sem haver tempo forte nem contrário para que tal acontecesse. Fez o capitão suas diligências para o achar, a uma e outra parte, mas não apareceu mais!

E assim seguimos nosso caminho por este mar, de longo, até que, terça-feira das Oitavas de Páscoa, que foram vinte e um dias de Abril, estando da dita ilha obra de 660 léguas, segundo os pilotos diziam, topamos alguns sinais de terra aos quais eram muita quantidade de ervas compridas, a que os mareantes chamam botelho, assim como outras a que dão o nome de rabo-de-asno. E quarta-feira seguinte, pela manhã topamos aves a que chamam fura-buxos.

Neste dia, a horas de véspera, houvemos vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs nome — o MONTE PASCOAL, e à terra — a TERRA DA VERA CRUZ.

Mandou lançar o prumo. Acharam vinte e cinco braças; e, ao sol posto, obra de seis léguas da terra, surgimos âncoras, em dezenove braças — ancoragem limpa. Ali permanecemos toda aquela noite. E à quinta-feira, pela manhã, fizemos vela e seguimos direitos à terra, indo os navios pequenos diante, por dezessete, dezesseis, quinze, quatorze, treze, doze, dez e nove braças, até meia légua da terra, onde todos lançamos âncoras em frente à boca de um rio. E chegaríamos a esta ancoragem às dez horas pouco mais ou menos.

Dali avistamos homens que andavam pela praia, obra de sete ou oito, segundo disseram os navios pequenos, por chegarem primeiro.

Então lançamos fora os batéis e esquifes; e vieram logo todos os capitães das naus a esta nau do capitão-mor, onde falaram entre si. E o capitão-mor mandou em terra no batel a Nicolau Coelho para ver aquele rio. E tanto que ele começou de ir para lá, acudiram pela praia homens, quando aos dois, quando aos três, de maneira que, ao chegar o batel à boca do rio, já ali havia dezoito ou vinte homens.

Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas. Vinham todos rijamente sobre o batel; e Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os pousaram.

Ali não pôde deles haver fala, nem entendimento de proveito, por o mar quebrar na costa. Deu-lhes somente um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça e um sombreiro preto. Um deles deu-lhe um sombreiro de penas de ave, compridas, com uma copazinha pequena de penas vermelhas e pardas como de papagaio; e outro deu-lhe um ramal grande de continhas brancas, miúdas, que querem parecer de aljaveira, as quais peças creio que o capitão manda a Vossa Alteza, e com isto se volveu às naus por ser tarde e não poder haver deles mais fala, por causa do mar.

Na noite seguinte ventou tanto sueste com chuvaceiros que fez caçar as naus, e especialmente a capitaina. E sexta pela manhã, às oito horas pouco mais ou menos, por conselho dos pilotos, mandou o Capitão

levantar âncoras e fazer vela; e fomos ao longo da costa, com os batéis e esquifes amarrados à popa na direção do norte, para ver se achávamos alguma abrigada e bom pouso, onde nos demorássemos, para tomar água e lenha. Não que nos minguasse, mas por aqui nos acertamos.

Quando fizemos vela, estariam já na praia assentados perto do rio obra de sessenta ou setenta homens que se haviam juntado ali poucos e poucos. Fomos de longo, e mandou o Capitão aos navios pequenos que seguissem mais chegados à terra e, se achassem pouso seguro para as naus, que amainassem.

E, velejando nós pela costa, acharam os ditos navios pequenos, obra de dez léguas do sítio donde tínhamos levantado ferro, um recife com um porto dentro, muito bom e muito seguro, com uma mui larga entrada. E meteram-se dentro e amainaram. As naus arribaram sobre eles; e um pouco antes do sol posto amainaram também, obra de uma légua do recife, e ancoraram em onze braças.

E estando Afonso Lopes, nosso piloto, em um daqueles navios pequenos, por mandado do Capitão, por ser homem vivo e destro para isso, meteu-se logo no esquife a sondar o porto dentro; e tomou dois daqueles homens da terra, mancebos e de bons corpos, que estavam numa almadia. Um deles trazia um arco e seis ou sete setas; e na praia andavam muitos com seus arcos e setas; mas de nada lhes serviram. Trouxe-os logo, já de noite, ao capitão, em cuja nau foram recebidos com muito prazer e festa.

A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Não fazem o menor caso de encobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto. Ambos traziam os beiços de baixo furados e metidos neles seus ossos brancos e verdadeiros, do comprimento duma mão travessa, da grossura dum fuso de algodão, agudos na ponta como furador. Metem-nos pela parte de dentro do beiço; e a parte que lhes fica entre o beiço e os dentes é feita como roque de xadrez, ali encaixado de tal sorte que não os molesta, nem os estorva no falar, no comer ou no beber.

Os cabelos seus são corredios. E andavam tosquiados, de tosquia alta, mais que de sobre-pente, de boa grandura e rapados até por cima das orelhas. E um deles trazia por baixo da solapa, de fonte a fonte para detrás, uma espécie de cabeleira de penas de ave amarelas, que seria do comprimento de um coto, mui basta e mui cerrada, que lhe cobria o toutiço e as orelhas. E andava pegada aos cabelos, pena e pena, com uma confeição branda como cera (mas não era), de maneira que a cabeleira ficava mui redonda e mui basta, e mui igual, e não fazia míngua mais lavagem para a levantar.

O Capitão, quando eles vieram, estava sentado em uma cadeira, bem vestido, com um colar de ouro mui grande ao pescoço, e aos pés uma alcatifa por estrado. Sancho de Tovar, Simão de Miranda, Nicolau Coelho, Aires Correia, e nós outros que aqui na nau com ele vamos, sentados no chão, pela alcatifa. Acenderam-se tochas. Entraram. Mas não fizeram sinal de cortesia, nem de falar ao Capitão nem a ninguém. Porém um deles pôs olho no colar do Capitão, e começou de acenar com a mão para a terra e depois para o colar, como que nos dizendo que ali havia ouro. Também olhou para um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal como se lá também houvesse prata.

Mostraram-lhes um papagaio pardo que o capitão traz consigo; tomaram-no logo na mão e acenaram para a terra, como quem diz que os havia ali. Mostraram-lhes um carneiro: não fizeram caso. Mostraram-lhes uma galinha; quase tiveram medo dela: não lhe queriam pôr a mão; e depois a tomaram como que espantados.

Deram-lhes ali de comer: pão e peixe cozido, confeitos, fartéis, mel e figos passados. Não quiseram comer quase nada daquilo; e, se alguma coisa provavam, logo a lançavam fora. Trouxeram-lhes vinho numa taça; mal lhe puseram a boca; não gostaram nada, nem quiseram mais. Trouxeram-lhes água em uma albarrada. Não beberam. Mal a tomaram na boca, que lavaram, e logo a lançaram fora.

Viu um deles umas contas de rosário, brancas; acenou que lhes dessem, folgou muito com elas, e lançou-as ao pescoço. Depois tirou-as e enrolou-as no braço e acenava para a terra e de novo para as contas e para o colar do Capitão, como dizendo que dariam ouro por aquilo.

Isto tomávamos nós assim por assim o desejarmos. Mas se ele queria dizer que levaria as contas e mais o colar, isto não o queríamos nós entender, porque não lho havíamos de dar. E depois tornou as contas a quem lha dera.

Então estiraram-se de costas na alcatifa, a dormir, sem buscarem maneira de encobrir suas vergonhas, as quais não eram fanadas; e as cabeleiras delas estavam bem rapadas e feitas. O Capitão lhes mandou pôr por baixo das cabeças seus coxins; e o da cabeleira esforçava-se por a não quebrar. E lançaram-lhes um manto por cima; e eles consentiram, quedaram-se e dormiram.

Ao sábado pela manhã mandou o Capitão fazer vela, e fomos demandar a entrada, a qual era mui larga e alta de seis a sete braças. Entraram todas as naus dentro; e ancoraram em cinco ou seis braças — ancoragem dentro tão grande, tão formosa e tão segura que podem abrigar-se nela mais de duzentos navios e naus. E tanto que as naus quedaram ancoradas, todos os capitães vieram a esta nau do Capitão-mor. E daqui mandou o Capitão a Nicolau Coelho e Bartolomeu Dias que fossem em terra e levassem aqueles dois homens e os deixassem ir com seu arco e setas, e isto depois que fez dar a cada um sua camisa nova, sua carapuça vermelha e um rosário de contas brancas de osso, que eles levaram nos braços, seus cascavéis e suas campainhas. E mandou com eles, para lá ficar, um mancebo degredado, criado de D. João Telo, a que chamam Afonso Ribeiro, para lá andar com eles e saber de seu viver e maneiras. E a mim mandou que fosse com Nicolau Coelho.

Fomos assim de frecha direitos à praia. Ali acudiram logo obra de duzentos homens, todos nus, e com arcos e setas nas mãos. Aqueles que nós levávamos acenaram-lhes que se afastassem e pousassem os arcos; e eles os pousaram, mas não se afastaram muito. E mal pousaram os arcos, logo saíram os que nós levávamos, e o mancebo degredado com eles. E saídos não pararam mais; nem esperava um pelo outro, mas antes corriam a quem mais corria. E passaram um rio que por

ali corre, de água doce, de muita água que lhes dava pela braga; e outros muitos com eles. E foram assim correndo, além rio, entre umas moitas de palmas onde estavam outros. Ali pararam. Entretanto foi-se o degredado com um homem que, logo ao sair do batel, o agasalhou e levou até lá. Mas logo tornaram a nós; e com ele vieram os outros que nós leváramos, os quais vinham já nus e sem carapuças.

Então se começaram de chegar muitos. Entravam pela beira do mar para os batéis, até que mais não podiam; traziam cabaços de água, e tomavam alguns barris que nós levávamos; enchiam-nos de água e traziam-nos aos batéis. Não que eles de todo chegassem à borda do batel. Mas junto a ele, lançavam os barris que nós tomávamos; e pediam que lhes dessem alguma coisa. Levava Nicolau Coelho cascavéis e manilhas. E a uns dava um cascavel, a outros uma manilha, de maneira que com aquele engodo quase nos queriam dar a mão. Davam-nos daqueles arcos e setas por sombreiros e carapuças de linho ou por qualquer coisa que homem lhes queria dar.

Dali se partiram os outros dois mancebos, que os não vimos mais.

Muitos deles ou quase a maior parte dos que andavam ali traziam aqueles bicos de osso nos beiços. E alguns, que andavam sem eles, tinham os beiços furados e nos buracos uns espelhos de pau, que pareciam espelhos de borracha; outros trazim três daqueles bicos a saber, um no meio e os dois nos cabos. Aí andavam outros, quartejados de cores, a saber, metade deles da sua própria cor, e metade de tintura preta, a modos de azulada; e outros quartejados de escaques. Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos e compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha.

Ali por então não houve mais fala nem entendimento com eles, por a berberia deles ser tamanha que se não entendia nem ouvia ninguém.

Acenamos-lhes que se fossem; assim o fizeram e passaram-se além do rio. Saíram três ou quatro homens nossos dos batéis, e encheram não sei quantos barris de água que nós levávamos e tornamo-nos às naus. Mas quando assim vínhamos, acenaram-nos que tornássemos. Tornamos e eles mandaram o degredado e não quiseram que ficasse lá com eles. Este levava uma bacia pequena e duas ou três carapuças vermelhas para lá as dar ao senhor, se o lá houvesse. Não cuidaram de lhe tirar coisa alguma, antes o mandaram com tudo. Mas então Bartolomeu Dias o fez outra vez tornar, ordenando que lhes desse aquilo. E ele tornou e o deu, à vista de nós, a àquele que da primeira vez o agasalhara. Logo voltou e nós trouxemo-lo.

Esse que o agasalhou era já de idade, e andava por louçainha todo cheio de penas, pegadas pelo corpo, que parecia asseteado como S. Sebastião. Outros traziam carapuças de penas amarelas; outros, de vermelhas; e outros de verdes. E uma daquelas moças era toda tingida, de baixo a cima daquela tintura; e certo era tão bem feita e tão redonda, e sua vergonha (que ela não tinha) tão graciosa, que a muitas mulheres da nossa terra, vendo-lhe tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela. Nenhum deles era fanado, mas, todos assim como nós. E com isto nos tornamos e eles foram-se.

À tarde saiu o Capitão-mor em seu batel com todos nós outros e com os outros capitães das naus em seus batéis a folgar pela baía, em frente da praia. Mas ninguém saiu em terra, porque o Capitão o não quis, sem embargo de ninguém nela estar. Somente saiu — ele com todos nós — em um ilhéu grande, que na baía está e que na baixa-mar fica mui vazio. Porém é por toda a parte cercado de água, de sorte que ninguém lá pode ir a não ser de barco ou a nado. Ali folgou ele e todos nós outros, bem uma hora e meia. E alguns marinheiros, que ali andavam com um chinchorro, pescaram peixe miúdo, não muito. Então volvemo-nos às naus, já bem de noite.

Ao domingo de Pascoela pela manhã, determinou o Capitão de ir ouvir missa e pregação naquele ilhéu. Mandou a todos os capitães que se aprestassem nos batéis e fossem com ele. E assim foi feito. Mandou naquele ilhéu armar um esperavel, e dentro dele um altar mui bem corregido. E ali com todos nós outros fez dizer missa, a qual foi dita pelo padre frei Henrique, em voz entoada, e oficiada com aquela mesma voz pelos outros padres e sacerdotes, que todos eram ali. A qual missa, segundo meu parecer, foi ouvida por todos com muito prazer e devoção.

Ali era com o Capitão a bandeira de Cristo, com que saiu de Belém, a qual esteve sempre levantada, da parte do Evangelho.

Acabada a missa, desvestiu-se o padre e subiu a uma cadeira alta; e nós todos lançados por essa areia. E pregou uma solene e proveitosa pregação da história do Evangelho, ao fim da qual tratou da nossa vinda e do achamento desta terra, conformando-se com o sinal da Cruz, sob cuja obediência viemos, o que foi muito a propósito e fez muita devoção.

Enquanto estivemos à missa e à pregação, seria na praia outras tanta gente, pouco mais ou menos como a de ontem, com seus arcos e setas, a qual andava folgando. E olhando-nos, sentaram-se. E, depois de acabada a missa, assentados nós à pregação, levantaram-se muitos deles, tangeram corno ou buzina e começaram a saltar e a dançar um pedaço. E alguns deles se metiam em almadias — duas ou três que aí tinham — as quais não são feitas como as que eu já vi; somente são três traves, atadas entre si. E ali se metiam quatro ou cinco, ou esses que queriam, não se afastando quase nada da terra, senão enquanto podiam tomar pé.

Acabada a pregação, voltou o Capitão, com todos nós, para os batéis, com nossa bandeira alta. Embarcamos e fomos todos em direção à terra para passarmos ao longo por onde eles estavam, indo, na dianteira, por ordem do Capitão, Bartolomeu Dias em seu esquife, com um pau de uma almadia que lhes o mar levara, para lho dar; e nós todos, obra de tiro de pedra, atrás dele.

Como viram o esquife de Bartolomeu Dias, chegaram-se logo todos à água, metendo-se nela até onde mais podiam. Acenaram-lhes que pousassem os arcos; e muitos deles os iam logo pôr em terra; e outros não.

Andava aí um que falava muito aos outros que se afastassem, mas não que a mim me parecesse que lhe tinham acatamento ou medo. Este que os assim andava afastando trazia seu arco e setas, e andava

tinto de tintura vermelha pelos peitos, espáduas, quadris, coxas e pernas até baixo, mas os vazios com a barriga e estômago eram de sua própria cor. E a tintura era assim vermelha que a água a não comia nem desfazia, antes, quando saía da água, parecia mais vermelha.

Saiu um homem do esquife de Bartolomeu Dias e andava entre eles, sem implicarem nada com ele para fazer-lhe mal. Antes lhe davam cabaças de água, e acenavam aos do esquife que saíssem em terra.

Com isto se volveu Bartolomeu Dias ao Capitão; e viemo-nos às naus, a comer, tangendo gaitas e trombetas, sem lhes dar mais opressão. E eles tornaram-se a assentar na praia e assim por então ficaram.

Neste ilhéu, onde fomos ouvir missa e pregação, a água espraia muito, deixando muita areia e muito cascalho a descoberto. Enquanto aí estávamos, foram alguns buscar marisco e apenas acharam alguns camarões grossos e curtos, entre os quais vinha um tão grande e tão grosso, como em nenhum tempo vi tamanho. Também acharam cascas de berbigões e ameijoas, mas não toparam com nenhuma peça inteira.

E tanto que comemos, vieram logo todos os capitães a esta nau; por ordem do Capitão-mor, com os quais ele se apartou, e eu na companhia. E perguntou a todos se nos parecia bem mandar a nova do achamento desta terra a Vossa Alteza pelo navio dos mantimentos, para melhor a mandar descobrir e saber dela mais do que nós agora podíamos saber, por irmos de nossa viagem.

E entre muitas falas que no caso se fizeram, foi por todos ou a maior parte dito que seria muito bem. E nisto concluíram. E tanto que a conclusão foi tomada, perguntou mais se lhes parecia bem tomar aqui por força um par destes homens para os mandar a Vossa Alteza, deixando aqui por eles outros dois destes degredados.

Sobre isto acordaram que não era necessário tomar por força homens, porque era geral costume dos que assim levavam por força para alguma parte dizerem que há ali de tudo quanto lhes perguntam; e que melhor e muito melhor informação da terra dariam dois homens destes degredados que aqui deixassem, do que eles dariam se os levassem, por ser gente que ninguém entende. Nem eles tão cedo aprenderiam a falar para o saberem tão bem dizer que muito melhor estes outros o não digam, quando Vossa Alteza cá mandar. E que portanto não cuidassem de aqui tomar ninguém por força nem de fazer escândalo, para de todo mais os amansar e apacificar, senão somente deixar aqui os dois degredados, quando daqui partíssemos.

E assim, por melhor a todos parecer, ficou determinado.

Acabado isto, disse o Capitão que fôssemos nos batéis em terra e ver-se-ia bem como era o rio, e também para folgarmos.

Fomos todos nos batéis em terra, armados e a bandeira conosco. Eles andavam ali na praia, à boca do rio, para onde nós íamos; e, antes que chegássemos, pelo ensino que dantes tinham, puseram todos os arcos, e acenavam que saíssemos. Mas, tanto que os batéis puseram as proas em terra, passaram-se logo todos além do rio, o qual não é mais largo que um jogo de mancal. E mal desembarcamos, alguns dos nossos passaram logo o rio, e meteram-se entre eles. Alguns aguardavam; outros afastavam-se. Era, porém, a coisa de maneira que todos andavam misturados. Eles ofereciam desses arcos com suas setas por sombreiros e carapuças de linho ou por qualquer coisa que lhes davam.

Passaram além tantos dos nossos, e andavam assim misturados com eles, que eles se esquivavam e afastavam-se. E deles alguns iam-se para cima onde outros estavam.

Então o Capitão fez que dois homens o tomassem ao colo, passou o rio, e fez tornar a todos.

A gente que ali estava não seria mais que a costumada. E tanto que o Capitão fez tornar a todos, vieram a ele alguns daqueles, não porque o conhecessem por Senhor, pois me parece que não entendem, nem tomavam disso conhecimento, mas porque a gente nossa passava já para aquém do rio.

Ali falavam e traziam muitos arcos e continhas daquelas já ditas, e resgatavam-nas por qualquer coisa, em tal maneira que os nossos trouxeram dali para as naus muitos arcos e setas e contas.

Então tornou-se o Capitão aquém do rio, e logo acudiram muitos à beira dele.

Ali veríeis galantes, pintados de preto e vermelho, e quartejados, assim nos corpos, como nas pernas, que, certo, pareciam bem assim.

Também andavam, entre eles, quatro ou cinco mulheres moças, nuas como eles, que não pareciam mal. Entre elas andava uma com uma coxa, do joelho até ao quadril, e a nádega, toda tinta daquela tintura preta; e o resto, tudo da sua própria cor. Outra trazia ambos os joelhos, com as curvas assim tintas, e também os colos dos pés; e suas vergonhas tão nuas e com tanta inocência descobertas, que nisso não havia vergonha alguma.

Também andava aí outra mulher moça, com um menino ou menina ao colo, atado com um pano (não sei de que) aos peitos, de modo que apenas as perninhas lhe apareciam. Mas as pernas da mãe e o resto não traziam pano algum.

Depois andou o Capitão para cima ao longo do rio, que ocorre sempre chegado à praia. Ali esperou um velho, que trazia na mão uma pá de almadia. Falava, enquanto o Capitão esteve com ele, perante nós todos, sem nunca ninguém o entender, nem ele a nós quantas coisas lhe demandávamos acerca de ouro, que nós desejávamos saber se na terra havia.

Trazia este velho o beiço tão furado, que lhe caberia pelo furo um grande dedo polegar, e metida nele uma pedra verde, ruim, que cerrava por fora esse buraco. O Capitão lha fez tirar. E ele não sei que diabo falava e ia com ela direito ao Capitão, para lha meter na boca. Estivemos sobre isso rindo um pouco; e então enfadou-se o Capitão e deixou-o. E um dos nossos deu-lhe pela pedra um sombreiro velho, não por ela valer alguma coisa, mas por amostra. Depois houve-a o Capitão, segundo creio, para, com as outras coisas, a mandar a Vossa Alteza.

Andamos por aí vendo a ribeira, a qual é de muita água e muito boa. Ao longo dela há muitas palmas, não mui altas, em que há muito bons palmitos. Colhemos e comemos deles muitos.

Então tornou-se o Capitão para baixo para a boca do rio, onde havíamos desembarcado.

Além do rio, andavam muitos deles dançando e folgando, uns diante dos outros, sem se tomarem pelas mãos. E faziam-no bem. Passou-se então além do rio Diogo Dias, almoxarife que foi de Sacavém, que é homem gracioso e de prazer; e levou consigo um gaiteiro nosso com sua gaita. E meteu-se com eles a dançar, tomando-os pelas mãos; e eles folgavam e riam, e andavam com ele muito bem ao som da gaita. Depois de dançarem, fez-lhes ali, andando no chão, muitas voltas ligeiras e salto real, de que eles se espantavam e riam e folgavam muito. E conquanto com aquilo muito os segurou e afagou, tomavam logo uma esquiveza como de animais monteses, e foram-se para cima.

E então o Capitão passou o rio com todos nós outros, e fomos pela praia de longo, indo os batéis, assim, rente da terra. Fomos até uma lagoa grande de água doce, que está junto com a praia, porque toda aquela ribeira do mar é apaulada por cima e sai a água por muitos lugares.

E depois de passarmos o rio, foram uns sete ou oito deles andar entre os marinheiros que se recolhiam aos batéis. E levaram dali um tubarão, que Bartolomeu Dias matou, lhes levou e lançou na praia.

Bastará dizer-vos que até aqui, como quer que eles um pouco se amansassem, logo duma mão para a outra se esquivavam, como pardais, do cevadoiro. Homem não lhes ousa falar de rijo para não se esquivarem mais; e tudo se passa como eles querem, para os bem amansar.

O Capitão ao velho, com quem falou, deu uma carapuça vermelha. E com toda a fala que entre ambos se passou e com a carapuça que lhe deu, tanto que se apartou e começou de passar o rio, foi-se logo recatando e não quis mais tornar de lá para aquém.

Os outros dois, que o Capitão teve nas naus, a que deu o que já disse, nunca mais aqui apareceram — do que tiro ser gente bestial, de pouco saber e por isso tão esquiva. Porém e com tudo isto andam muito bem curados e muito limpos. E naquilo me parece ainda mais que são como aves ou alimárias monteses, às quais faz o ar melhor pena e melhor cabelo que às mansas, porque os corpos seus são tão limpos, tão gordos e formosos, que não pode mais ser.

Isto me faz presumir que não têm casas nem moradas a que se acolham e o ar, a que se criam, os faz tais. Nem nós ainda até agora vimos casa alguma ou maneira delas.

Mandou o Capitão àquele degredado Afonso Ribeiro, que se fosse outra vez com eles. Ele foi e andou lá um bom pedaço, mas à tarde tornou-se, que o fizeram eles vir e não o quiseram lá consentir. E deram-lhe arcos e setas; e não lhe tomaram nenhuma coisa do seu. Antes — disse ele — que um lhe tomara umas continhas amarelas, que levava, e fugia com elas, e ele se queixou e os outros foram logo após, e lhas tomaram e tornaram-lhas a dar; e então mandaram-no vir. Disse que não vira lá entre eles senão umas choupaninhas de rama verde e de fetos muito grandes, como de Entre Doiro e Minho.

E assim nos tornamos às naus, já quase noite, a dormir.

À segunda-feira, depois de comer, saímos todos em terra a tomar água. Ali vieram então muitos, mas não tantos como as outras vezes. Já muito poucos traziam arcos. Estiveram assim um pouco afastados de nós; e depois pouco a pouco misturaram-se conosco. Abraçavam-nos e folgavam. E alguns deles se esquivavam logo. Ali davam alguns arcos por folhas de papel e por alguma carapucinha velha ou por qualquer coisa. Em tal maneira isto se passou que bem vinte ou trinta pessoas das nossas se foram com eles, onde outros muitos estavam com moças e mulheres. E trouxeram de lá muitos arcos e barretes de penas de aves, deles verdes e deles amarelos, dos quais, segundo creio, o Capitão há de mandar amostra a Vossa Alteza.

E, segundo diziam esses que lá foram, folgavam com eles. Neste dia os vimos mais de perto e mais à nossa vontade, por andarmos quase todos misturados. Ali, alguns andavam daquelas tinturas quartejados; outros de metades; outros de tanta feição, como em panos de armar, e todos com os beiços furados, e muitos com os ossos neles, e outros sem ossos.

Alguns traziam uns ouriços verdes, de árvores, que, na cor, queriam parecer de castanheiros, embora mais pequenos. E eram cheios duns grãos vermelhos pequenos, que, esmagados entre os dedos, faziam tintura muito vermelha, de que eles andavam tintos. E quanto mais se molhavam, tanto mais vermelhos ficavam.

Todos andam rapados até cima das orelhas; e assim as sobrancelhas e pestanas.

Trazem todos as testas, de fonte a fonte, tintas da tintura preta, que parece uma fita preta, da largura de dois dedos.

E o Capitão mandou àquele degredado Afonso Ribeiro e a outros dois degredados, que fossem lá andar entre eles; e assim a Diogo Dias, por ser homem ledo, com que eles folgavam. Aos degredados mandou que ficassem lá esta noite.

Foram-se lá todos, e andaram entre eles. E, segundo eles diziam, foram bem uma légua e meia a uma povoação, em que haveria nove ou dez casas, as quais eram tão compridas, cada uma, como esta nau capitaina. Eram de madeira, e das ilhargas de tábuas, e cobertas de palha, de razoada altura; todas duma só peça, sem nenhum repartimento, tinham dentro muitos esteios; e, de esteio a esteio, uma rede atada pelos cabos, alta, em que dormiam. Debaixo, para se aquentarem, faziam seus fogos. E tinha cada casa duas portas pequenas, uma num cabo, e outra no outro.

Diziam que em cada casa se recolhiam trinta ou quarenta pessoas, e que assim os achavam; e que lhes davam de comer daquela vianda, que eles tinham, a saber, muito inhame e outras sementes, que na terra há e eles comem. Mas, quando se fez tarde, fizeram-nos logo tornar a todos e não quiseram que lá ficasse nenhum. Ainda, segundo diziam, queriam vir com eles.

Resgataram lá por cascáveis e por outras coisinhas de pouco valor, que levavam, papagaios vermelhos, muito grandes e formosos, e dois verdes pequeninos e carapuças de penas verdes, e um pano de penas de muitas cores, maneira de tecido assaz formoso, segundo Vossa Alteza todas estas coisas verá, porque o Capitão vo-las há de mandar, segundo ele disse.

E com isto vieram; e nós tornamo-nos às naus.

À terça-feira, depois de comer, fomos em terra dar guarda de lenha e lavar roupa.

Estavam na praia, quando chegamos, obra de sessenta ou setenta sem arcos e sem nada. Tanto que chegamos, vieram logo para nós, sem se esquivarem. Depois acudiram muitos, que seriam bem duzentos, todos sem arcos; e misturaram-se todos tanto conosco que alguns nos ajudavam a acarretar lenha e a meter nos batéis. E lutavam com os nossos e tomavam muito prazer.

Enquanto cortávamos a lenha, faziam dois carpinteiros uma grande Cruz, dum pau, que ontem para isso se cortou.

Muitos deles vinham ali estar com os carpinteiros. E creio que o faziam mais por verem a ferramenta de ferro com que a faziam, do que por verem a Cruz, porque eles não têm coisa que de ferro seja, e cortam sua madeira e paus com pedras feitas como cunhas, metidas em um pau entre duas talas, muito bem atadas e por tal maneira que andam fortes, segundo diziam os homens, que ontem a suas casas foram, porque lhas viram lá.

Era já a conversação deles conosco tanta que quase nos estorvavam no que havíamos de fazer.

O Capitão mandou a dois degredados e a Diogo Dias que fossem lá à aldeia (e a outras, se houvessem novas delas) e que, em toda a maneira, não viessem dormir às naus, ainda que eles os mandassem. E assim se foram.

Enquanto andávamos nessa mata a cortar lenha, atravessavam alguns papagaios por essas árvores, deles verdes e outros pardos, grandes e pequenos, de maneira que me parece haverá muitos nesta terra. Porém eu não veria mais que até nove ou dez. Outras aves então não vimos, somente algumas pombas seixas, e pareceram-me bastante maiores que as de Portugal. Alguns diziam que viram rolas; eu não as vi. Mas, segundo os arvoredos são mui muitos e grandes, e de infindas maneiras, não duvido que por esse sertão haja muitas aves!

Cerca da noite nos volvemos para as naus com nossa lenha.

Eu, creio, Senhor, que ainda não dei conta aqui a Vossa Alteza da feição de seus arcos e setas. Os arcos são pretos e compridos, as setas também compridas e os ferros delas de canas aparadas, segundo Vossa Alteza verá por alguns que — eu creio — o Capitão a Ela há de enviar.

À quarta-feira não fomos em terra, porque o Capitão andou todo o dia no navio dos mantimentos a despejá-lo e fazer levar às naus isso que cada uma podia levar. Eles acudiram à praia; muitos, segundo das naus vimos. No dizer de Sancho de Tovar, que lá foi, seriam obra de trezentos.

Diogo Dias e Afonso Ribeiro, o degredado, aos quais o Capitão ontem mandou que em toda maneira lá dormissem, volveram-se já de noite, por eles não quererem que lá ficassem. Trouxeram papagaios verdes e outras aves pretas, quase como pegas, a não ser que tinham o bico branco e os rabos curtos.

Quando Sancho de Tovar se recolheu à nau, queriam vir com ele alguns, mas ele não quis senão dois mancebos dispostos e homens de prol. Mandou-os essa noite mui bem pensar e tratar. Comeram toda a vianda que lhes deram; e mandou fazer-lhes cama de lençóis, segundo ele disse. Dormiram e folgaram aquela noite.

E assim não houve mais este dia que para escrever seja.

À quinta-feira, derradeiro de Abril, comemos logo, quase pela manhã, e fomos em terra por mais lenha e água. E, em querendo o Capitão sair desta nau, chegou Sancho de Tovar com seus dois hóspedes. E por ele ainda não ter comido, puseram-lhe toalhas. Trouxeram-lhe vianda e comeu. Aos hóspedes, sentaram cada um em sua cadeira. E de tudo o que lhes deram comeram muito bem, especialmente lacão cozido, frio, e arroz.

Não lhes deram vinho, por Sancho de Tovar dizer que o não bebiam bem.

Acabado o comer, metemo-nos todos no batel e eles conosco. Deu um grumete a um deles uma armadura grande de porco montês, bem revolta. Tanto que a tomou, e meteu-a logo no beiço, e, porque se lhe não queria segurar, deram-lhe uma pouca de cera vermelha. E ele ajeitou-lhe seu adereço detrás para ficar segura, e meteu-a no beiço, assim revolta para cima. E vinha tão contente com ela, como se tivera uma grande jóia. E tanto que saímos em terra, foi-se logo com ela, e não apareceu mais aí.

Andariam na praia, quando saímos, oito ou dez deles; e de aí a pouco começaram a vir mais. E parece-me que viriam, este dia, à praia quatrocentos ou quatrocentos e cinqüenta.

Traziam alguns deles arcos e setas, que todos trocaram por carapuças ou por qualquer coisa que lhes davam. Comiam conosco do que lhes dávamos. Bebiam alguns deles vinho; outros o não podiam beber. Mas parece-me, que se lho avezarem, o beberão de boa vontade.

Andavam todos tão dispostos, tão bem feitos e galantes com suas tinturas, que pareciam bem. Acarretavam dessa lenha, quanta podiam, com mui boa vontade, e levavam-na aos batéis.

Andavam já mais mansos e seguros entre nós, do que nós andávamos entre eles.

Foi o Capitão com alguns de nós um pedaço por este arvoredo até uma ribeira grande e de muita água, que a nosso parecer, era esta mesma, que vem ter à praia, e em que nós tomamos água.

Ali ficamos um pedaço, bebendo e folgando, ao longo dela, entre esse arvoredo, que é tanto, tamanho, tão basto e de tantas prumagens, que homem as não pode contar. Há entre ele muitas palmas, de que colhemos muitos e bons palmitos.

Quando saímos do batel, disse o Capitão que seria bom irmos direitos à Cruz, que estava encostada a uma árvore, junto com o rio, para se erguer amanhã, que é sexta-feira, e que nos puséssemos todos em joelhos e a beijássemos para eles verem o acatamento que lhe tínhamos. E assim fizemos. A esses dez ou doze que aí estavam acenaram-lhe que fizessem assim, e foram logo todos beijá-la.

Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença.

E portanto, se os degredados, que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa intenção de Vossa Alteza, se hão de fazer cristãos e crer em nossa

santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade. E imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho, que lhes quiserem dar. E pois Nosso Senhor, que lhes deu bons corpos e bons rostos, como a bons homens, por aqui nos trouxe, creio que não foi sem causa.

Portanto Vossa Alteza, que tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da sua salvação. E prazerá a Deus que com pouco trabalho seja assim.

Eles não lavram, nem criam. Não há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem qualquer outra alimária, que costumada seja ao viver dos homens. Nem comem senão desse inhame, que aqui há muito, e dessa semente e frutos, que a terra e as árvores de si lançam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos.

Neste dia, enquanto ali andaram, dançaram e bailaram sempre com os nossos, ao som dum tamboril dos nossos, em maneira que são muito mais nossos amigos que nós seus.

Se lhes homem acenava se queriam vir às naus, faziam-se logo prestes para isso, em tal maneira que se a gente todos quisera convidar, todos vieram. Porém não trouxemos esta noite às naus, senão quatro ou cinco, a saber: o Capitão-mor, dois; Simão de Miranda, um, que trazia já por pajem; e Aires Gomes, outro, também por pajem.

Um dos que o Capitão trouxe era um dos hóspedes, que lhe trouxeram da primeira vez, quando aqui chegamos, o qual veio hoje aqui, vestido na sua camisa, e com ele um seu irmão; e foram esta noite mui bem agasalhados, assim de vianda, como de cama, de colchões e lençóis, para os mais amansar.

E hoje, que é sexta-feira, primeiro dia de Maio, pela manhã, saímos em terra, com nossa bandeira; e fomos desembarcar acima do rio contra o sul, onde nos pareceu que seria melhor chantar a Cruz, para melhor ser vista. Ali assinalou o Capitão o lugar, onde fizessem a cova para a chantar.

Enquanto a ficaram fazendo, ele com todos nós outros fomos pela Cruz abaixo do rio, onde ela estava. Dali a trouxemos com esses religiosos e sacerdotes diante cantando, em maneira de procissão.

Eram já aí alguns deles, obra de setenta ou oitenta; e, quando nos viram assim vir, alguns se foram meter debaixo dela, para nos ajudar. Passamos o rio, ao longo da praia e fômo-la pôr onde havia de ficar, que será do rio obra de dois tiros de besta. Andando-se ali nisto, vieram bem cento e cinqüenta ou mais.

Chantada a Cruz, com as armas e a divisa de Vossa Alteza, que primeiramente lhe pregaram armaram altar ao pé dela. Ali disse missa o Padre frei Henrique, a qual foi cantada e oficiada por esses já ditos. Ali estiveram conosco a ela obra de cinqüenta ou sessenta deles, assentados todos de joelhos, assim como nós.

E quando veio ao Evangelho, que nos erguemos todos em pé, com as mãos levantadas, eles se levantaram conosco e alçaram as mãos, ficando assim, até ser acabado; e então tornaram-se a assentar como nós. E quando levantaram a Deus, que nos pusemos de joelhos, eles se puseram assim todos, como nós estávamos com as mãos levantadas, e em tal maneira sossegados, que, certifico a Vossa Alteza, nos fez muita devoção.

Estiveram assim conosco até acabada a comunhão, depois da qual comungaram esses religiosos e sacerdotes e o Capitão com alguns de nós outros.

Alguns deles, por o sol ser grande, quando estávamos comungando, levantaram-se, e outros estiveram e ficaram. Um deles, homem de cinqüenta ou cinqüenta e cinco anos, continuou ali com aqueles que ficaram. Esse, estando nós assim, ajuntava estes, que ali ficaram, e ainda chamava outros. E andando assim entre eles falando, lhes acenou com o dedo para o altar e depois apontou o dedo para o Céu, como se lhes dissesse alguma coisa de bem; e nós assim o tomamos.

Acabada a missa, tirou o padre a vestimenta de cima e ficou em alva; e assim se subiu, junto com o altar, em uma cadeira. Ali nos pregou do Evangelho e dos Apóstolos, cujo é o dia, tratando, ao fim da pregação, deste vosso prosseguimento tão santo e virtuoso, o que nos aumentou a devoção.

Esses, que estiveram sempre à pregação, quedaram-se como nós olhando para ele. E aquilo, que digo, chamava alguns que viessem para ali. Alguns vinham e outros iam-se. E, acabada a pregação, como Nicolau Coelho trouxesse muitas cruzes de estanho com crucifixos, que lhe ficaram ainda da outra vinda, houveram por bem que se lançasse uma ao pescoço de cada um. Pelo que o Padre frei Henrique se assentou ao pé da Cruz e ali, a um por um, lançava a sua atada em um fio ao pescoço, fazendo-lha primeiro beijar e alevantar as mãos. Vinham a isso muitos; e lançaram-nas todas, que seriam obra de quarenta ou cinqüenta.

Isto acabado — era já bem uma hora depois do meio-dia — viemos a comer às naus, trazendo o Capitão consigo aquele mesmo que fez aos outros aquela mostrança para o altar e para o Céu e um seu irmão com ele. Fez-lhe muita honra e deu-lhe uma camisa mourisca e ao outro uma camisa destoutras.

E, segundo que a mim e a todos pareceu, esta gente não lhes falece outra coisa para ser toda cristã, senão entender-nos, porque assim tomavam aquilo que nos viam fazer, como nós mesmos, por onde nos pareceu a todos que nenhuma idolatria, nem adoração têm. E bem creio que, se Vossa Alteza aqui mandar quem entre eles mais devagar ande, que todos serão tornados ao desejo de Vossa Alteza. E por isso, se alguém vier, não deixe logo de vir clérigo para os batizar, porque já então terão mais conhecimento de nossa fé, pelos dois degredados, que aqui entre eles ficam, os quais hoje também comungaram ambos.

Entre todos estes que hoje vieram, não veio mais que uma mulher moça, a qual esteve sempre à missa e a quem deram um pano com que se cobrisse. Puseram-lho a redor de si. Porém, ao assentar, não fazia grande memória de o estender bem, para se cobrir. Assim, Senhor, a inocência desta gente é tal, que a de Adão não seria maior, quanto a vergonha.

Ora veja Vossa Alteza se quem em tal inocência vive se converterá ou não, ensinando-lhes o que pertence à sua salvação.

Acabado isto, fomos assim perante eles beijar a Cruz, despedimo-nos e viemos comer.

Creio, Senhor, que com estes dois degredados ficam mais dois grumetes, que esta noite se saíram desta nau no esquife, fugidos para terra. Não vieram mais. E cremos que ficarão aqui, porque de manhã, prazendo a Deus, fazemos daqui partida.

Esta terra, Senhor, me parece que da ponta que mais contra o sul vimos até outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houvemos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas por costa. Tem, ao longo do mar, nalgumas partes, grandes barreiras, delas vermelhas, delas brancas; e a terra por cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta, é tudo praia-palma, muito chã e muito formosa.

Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa.

Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados, como os de Entre Doiro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá.

Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem.

Porém o melhor fruto, que dela se pode tirar me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar.

E que aí não houvesse mais que ter aqui esta pousada para esta navegação de Calicute, isso bastaria. Quanto mais disposição para se nela cumprir e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber, acrescentamento da nossa santa fé.

E nesta maneira, Senhor, dou aqui a Vossa Alteza conta do que nesta terra vi. E, se algum pouco me alonguei, Ela me perdoe, pois o desejo que tinha de tudo vos dizer, mo fez pôr assim pelo miúdo.

E pois que, Senhor, é certo que, assim neste cargo que levo, como em outra qualquer coisa que de vosso serviço for, Vossa Alteza há de ser de mim muito bem servida, a Ela peço que, por me fazer graça especial, mande vir da ilha de São Tomé a Jorge de Osório, meu genro — o que d'Ela receberei em muita mercê.

Beijo as mãos de Vossa Alteza.

Deste Porto Seguro, da vossa Ilha da Vera Cruz, hoje, sexta-feira, primeiro dia de Maio de 1500.

PERO VAZ DE CAMINHA"

Carta do Mestre Johan
(1º de maio de 1500)

Mestre Johan Faras, galego, grego ou alemão, segundo Fontoura da Costa em *A Marinharia dos Descobrimentos*, físico e cirurgião do rei D. Manuel I, escreveu uma carta de Porto Seguro na mesma data da carta de Caminha e que foi enviada a Lisboa no mesmo navio em que Cabral comunicava a notícia do descobrimento. Este pequeno documento, escrito em castelhano, é, essencialmente, uma informação de natureza astronômica que tem a valorizá-lo a determinação, bastante correta, da nova terra em 17 graus lat. S.. Sobre a longitude, não foi determinada por não haver acordo a respeito. Outro dado de interesse é o registro, que se fez pela primeira vez, da constelação do Cruzeiro do Sul, cuja disposição foi esboçada na carta.

Parece certo que o mestre Johan ou João, cirurgião da expedição de Cabral e autor da carta de Porto Seguro ao rei D. Manuel, seja o mesmo Joan Faras, "físico y sororgiano dell mui alto Rey de Purtugall Dom Manuell", segundo vários historiadores, como Fontoura da Costa, Sousa Viterbo e Joaquim Barradas de Carvalho. Este último publicou um livro com a tradução feita por Mestre Johan, do latim ao espanhol, da obra *De Situ Orbis* de Pomponio Mela, geógrafo romano de origem espanhola, que viveu nas primeiras décadas da era cristã (1).

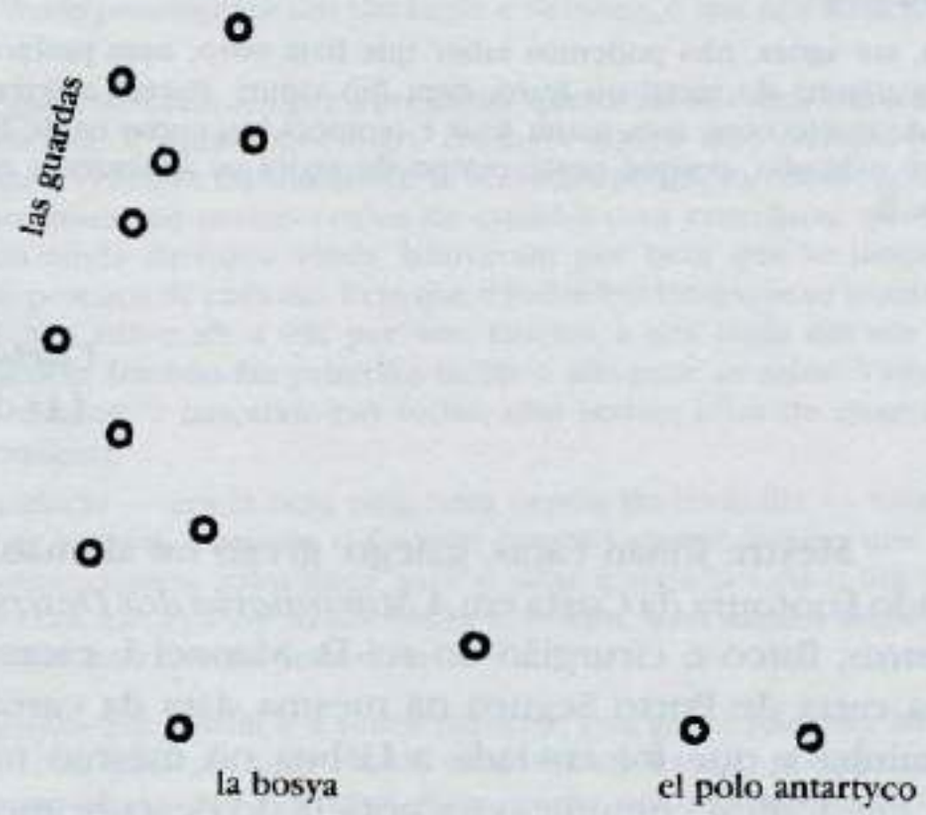
* Carta de Mestre Johan ao rei D. Manuel, 1º de maio de 1500. O original encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Corpo Cronológico, parte 3ª, maço 2, nº 2. Foi publicada por Varnhagen na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, T.V, 1843, 342-344. A edição utilizada é a de Carlos Malheiro Dias, *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Porto, Litografia Nacional, 1923, vol.2:105.

(1) Joaquim Barradas de Carvalho, *La Traduction Espagnole du "De Situ Orbis" de Pomponio Mela par Maître Joan Faras et les notes marginales de Duarte Pacheco Pereira*, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1974.

"Senhor: O bacharel mestre João, físico e cirurgião de Vossa Alteza, beijo vossas reais mãos. Senhor: porque, de tudo o cá passado, largamente escreveram a Vossa Alteza, assim Aires Correia como todos os outros, somente escreverei sobre dois pontos. Senhor: ontem, segunda-feira, que foram 27 de abril, descemos em terra, eu e o piloto do capitão-mor e o piloto de Sancho de Tovar; tomamos a altura do sol ao meio-dia e achamos 56 graus, e a sombra era setentrional, pelo que, segundo as regras do astrolábio, julgamos estar afastados da equinocial por 17 graus, e ter por conseguinte a altura do pólo antártico em 17 graus, segundo é manifesto na esfera. E isto é quanto a um dos pontos, pelo que saberá Vossa Alteza que todos os pilotos vão tanto adiante de mim, que Pero Escolar vai adiante 150 léguas, e outros mais, e outros menos, mas quem diz a verdade não se pode certificar até que em boa hora cheguemos ao cabo de Boa Esperança e ali saberemos quem vai mais certo, se eles com a carta, ou eu com a carta e com o astrolábio. Quanto, Senhor, ao sítio desta terra, mande Vossa Alteza trazer um mapa-múndi que tem Pero Vaz Bisagudo e por aí poderá ver Vossa Alteza o sítio desta terra; mas aquele mapa-múndi não certifica se esta terra é habitada ou não; é mapa antigo e ali achará Vossa Alteza escrita também a Mina. Ontem quase entendemos por acenos que esta era ilha, e que eram quatro, e que doutra ilha vêm aqui almadias a pelejar com eles e os levam cativos.

Quanto, Senhor, ao outro ponto, saberá Vossa Alteza que, acerca das estrelas, eu tenho trabalhado o que tenho podido, mas não muito, por causa de uma perna que tenho muito mal, que de uma coçadura se me fez uma chaga maior que a palma da mão; e também por causa de este navio ser muito pequeno e estar muito carregado, que não há lugar para coisa nenhuma. Somente mando a Vossa Alteza como estão situadas as estrelas do sul, mas em que grau está cada uma não o pude saber, antes me parece ser impossível, no mar, tomar-se altura de nenhuma estrela, porque eu trabalhei muito nisso e, por pouco que o navio balance, se erram quatro ou cinco graus, de modo que se não pode fazer, senão em terra. E quase outro tanto digo das tábuas da Índia, que se não podem tomar com elas senão com muitíssimo trabalho, que, se Vossa Alteza soubesse como desconcertavam todos nas polegadas, riria disto mais que do astrolábio; porque desde Lisboa até às Canárias desconcertavam uns dos outros em muitas polegadas, que uns diziam, mais que outros, três e quatro polegadas, e outro tanto desde as Canárias até às ilhas de Cabo Verde, e isto, tendo todos cuidado que o tomar fosse a uma mesma hora; de modo que mais julgavam quantas polegadas eram, pela quantidade do caminho que lhes parecia terem andado, que não o caminho pelas polegadas.

Tornando, Senhor, ao propósito, estas Guardas nunca se escondem, antes sempre andam em derredor sobre o horizonte, e ainda estou em dúvida que não sei qual de aquelas duas mais baixas seja o pólo antártico; e estas estrelas, principalmente as da Cruz, são grandes quase como as do Carro; e a estrela do pólo antártico, ou sul, é pequena como a do Norte e muito clara, e a estrela que está em cima de toda a Cruz é muito pequena. Não quero alargar mais, para não importunar a Vossa Alteza, salvo que fico rogando a Nossa Senhor Jesus Cristo que a vida e estado de Vossa Alteza acrescente como Vossa Alteza deseja. Feita em Vera Cruz no primeiro de maio de 1500. Para o mar, melhor é dirigir-se pela altura do sol, que não por nenhuma estrela; e melhor com astrolábio, que não com quadrante nem com outro nenhum instrumento. Do criado de Vossa Alteza e vosso leal servidor.



Johannes
artium et medecine bachalarius."

Relação do Piloto Anônimo
(Julho de 1501)

A Relação do Piloto Anônimo é conhecida sob este título desde sua publicação na Coletânea de Giovanni Baptista Ramusio, *Navigationi et Viaggi* (Veneza, 1550), que a atribuiu erradamente a um piloto português desco-

nhecido. Este longo documento, escrito originalmente em italiano, foi composto depois da volta a Lisboa da expedição de Cabral. Como informa Angelo Trevisan, secretário da Embaixada de Veneza na Espanha, ao Almirante Malipiero, o autor, Giovanni Matteo Cretico, representante de Veneza em Lisboa, estava muito bem informado sobre a viagem de Cabral ao Brasil e à Índia. Marcondes de Souza acredita que, pela linguagem e pelos detalhes factuais da *Relação,* o documento tivesse como base, pelo menos, um documento português e, provavelmente, vários outros que recolhessem testemunhos de navegantes da expedição de Cabral. Publica-se, aqui, somente a parte da *Relação do Piloto Anônimo* respeitante ao Brasil.

* "Relação do Piloto Anônimo", julho de 1501. Publicado pela primeira vez em Vicenzia, Itália, em 1507, na coletânea de Fracanzano de Montalboddo, *Paesi Novamente Retrovati et Novo Mondo de Alberico Vesputio Florentino intitulato.* A edição utilizada é a de Jaime Cortesão, *A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*, Lisboa, Portugália (Obras Completas, vol.12), 1967. 228-62.

"CAPÍTULO I — De como El-Rei de Portugal mandou uma Armada de doze naus, de que era Capitão-mor Pedro Álvares Cabral; dez das quais foram ter a Calicute, e as outras duas a Sófala, que fica na mesma derrota, a fim de contratar em mercadorias; e de como descobriram uma terra muito povoada de árvores e de gente

No ano de mil e quinhentos mandou o Sereníssimo Rei de Portugal D. Manuel uma armada de doze naus e navios para as partes da Índia, e por seu Capitão-mor Pedro Álvares Cabral, Fidalgo da sua Casa, as quais partiram bem aparelhadas, e providas do necessário para ano e meio de viagem. Dez destas naus levaram regimento de ir a Calicute, e as duas restantes a um lugar chamado Sófala para contratar em mercadorias, ficando este porto na mesma derrota de Calicute, para onde as outras dez iam carregadas. Em um Domingo oito de Março daquele ano, estando tudo prestes, saímos a duas milhas de distância de Lisboa, a um lugar chamado Rastello, onde está o Convento de Belém, e aí foi El-Rei entregar pessoalmente ao Capitão-mor o Estandarte Real para a dita Armada. No dia seguinte levantamos âncoras com vento próspero, e aos quatorze do mesmo mês chegamos às Canárias: aos vinte e dois passamos Cabo Verde; e no dia seguinte esgarrou-se uma nau da Armada, por forma tal, que não se soube mais dela. Aos vinte e quatro de Abril, que era uma quarta-feira do Oitavário da Páscoa, houvemos vista de terra; com o que tendo todos grandíssimo prazer, nos chegamos a ela para a reconhecer, e achando-a muito povoada de árvores, e de gente que andava pela praia, lançamos âncora na embocadura de um pequeno rio.

O nosso Capitão-mor mandou deitar fora um batel, para ver que povos eram aqueles, e os que nele foram acharam uma gente parda, bem disposta, com cabelos compridos; andavam todos nus sem vergonha alguma, e cada um deles trazia aquele seu arco com flechas, como quem estava ali para defender aquele rio: não havia ninguém na armada que entendesse a sua linguagem, de sorte que vendo isto os dois batéis, tornaram para Pedro Álvares, e no entanto se fez noite, e se levantou com ela um muito rijo temporal. Na manhã seguinte escorremos com ele a costa para o Norte, estando o vento Sueste, até ver se achávamos algum porto aonde nos pudéssemos abrigar e surgir; finalmente achamos um aonde ancoramos, e vimos daqueles mesmos homens, que andavam pescando nas suas barcas; um dos nossos batéis foi ter aonde eles estavam, e apanhou dois que trouxe ao Capitão-mor, para saber que gente eram; porém, como dissemos, não se entendiam por falas, nem mesmo por acenos, e assim tendo-os retido uma noite consigo, os pôs em terra no dia seguinte, com uma camisa, um vestido, e um barrete vermelho, com o que ficaram muito contentes, e maravilhados das cousas que lhes haviam sido mostradas.

CAPÍTULO II — Como os homens daquela terra principiaram a tratar conosco: das suas casas, e de alguns peixes que ali há muito diversos dos nossos

Naquele mesmo dia, que era no Oitavário da Páscoa a vinte e seis de Abril, determinou o Capitão-mor de ouvir Missa; e assim mandou armar uma tenda naquela praia, e debaixo dela um altar; e toda a gente da Armada assistiu tanto à Missa como à Pregação, juntamente com muitos dos naturais, que bailavam, e tangiam nos seus instrumentos; logo que se acabou, voltamos aos navios, e aqueles homens entravam no mar até aos peitos, cantando e fazendo muitas festas e folias. Depois de jantar tornou à terra o Capitão-mor, e a gente da armada para espairecer com eles: e achamos neste lugar um rio de água doce. Pela volta da tarde tornamos às naus, e no dia seguinte determinou-se fazer aguada, e tomar lenhas; pelo que fomos todos à terra, e os naturais vieram conosco para ajudar-nos. Alguns dos nossos caminharam até uma povoação onde eles habitavam, cousa de três milhas distante do mar, e trouxeram de lá papagaios, e uma raiz chamada inhame, que é o pão de que ali usam, e algum arroz; dando-lhe os da armada cascavéis e folhas de papel, em troca do que recebiam. Estivemos neste lugar cinco ou seis dias: os homens como já dissemos, são baços, e andam nus sem vergonha, têm os seus cabelos grandes, e a barba pelada; as pálpebras e sobrancelhas são pintadas de branco, negro, azul, ou vermelho; trazem o beiço debaixo furado, e metem-lhe um osso grande como um prego; outros trazem uma pedra azul ou verde, e assobiam pelos ditos buracos: as mulheres andam igualmente nuas, são bem feitas de corpo, e trazem os cabelos compridos. As suas casas são de madeira, cobertas de folhas e ramos de árvores, com muitas colunas de pau pelo meio, e entre elas e as paredes pregam redes de algodão, nas quais pode estar um homem, e de cada uma destas redes fazem um fogo, de modo que numa só casa pode haver quarenta ou cinqüenta leitos armados a modo de teares. Nesta terra não vimos ferro nem outro algum metal, e cortam as madeiras com uma pedra: tem muitas aves de diversas castas, especialmente papagaios de muitas cores, e entre eles alguns do tamanho de galinhas, e outros pássaros muito belos, das penas dos quais fazem os chapéus e barretes de que usam. A terra é muito

abundante de árvores, e de águas, milho, inhame, e algodão; e não vimos animal algum quadrúpede; o terreno é grande, porém não pudemos saber se era Ilha ou terra firme; ainda que nos inclinamos a esta última opinião pelo seu tamanho; tem muito bom ar; os homens usam de redes, e são grandes pescadores; o peixe que tiram é de diversas qualidades, e entre eles vimos um, que podia ser do tamanho de um tonel, mas mais comprido e todo redondo, a sua cabeça era do feitio da de um porco, os olhos pequenos, sem dentes, com as orelhas compridas; pela parte inferior do corpo tinha vários buracos, e a sua cauda era do tamanho de um braço; não tinha pés, a pele era da grossura de um dedo, e a sua carne gorda e branca como a de porco.

CAPÍTULO III — Como o Capitão-mor mandou cartas a EL-Rei de Portugal, dando-lhe parte de ter descoberto aquela nova terra; e como por causa da tempestade se perderam quatro naus: da povoação de Sófala, aonde há uma mina de ouro, a qual fica junta a duas Ilhas

Nos dias que aqui estivemos, determinou Pedro Álvares fazer saber ao nosso Sereníssimo Rei o descobrimento desta terra, e deixar nela dois homens condenados à morte, que trazíamos na Armada para este efeito; e assim despachou um navio que vinha em nossa conserva carregado de mantimentos, além dos doze sobreditos, o qual trouxe a El-Rei as cartas em que se continha tudo quanto tínhamos visto e descoberto. Despachado o navio saiu o Capitão em terra, mandou fazer uma Cruz de madeira muito grande, e a plantou na praia, deixando, como já disse, os dois degredados neste mesmo lugar; os quais começaram a chorar, e foram animados pelos naturais do país que mostravam ter piedade deles. No outro dia, que eram dois de Maio, fizemo-nos à vela, para ir demandar o Cabo da Boa Esperança achando-nos então engolfados no mar mais de mil e duzentas léguas de quatro milhas cada uma; e aos doze do mesmo mês, seguindo o nosso caminho, nos apareceu um cometa para as partes da Etiópia, com uma cauda muito comprida, o qual vimos oito ou dez noites a fio: enfim quando se contavam vinte do mês, navegando a Armada toda junta, com bom vento, as velas em meia árvore e sem traquetes, por causa de uma borrasca, que tínhamos tido em o dia antecedente, veio um tufão de vento tão forte, e tão de súbito por diante, que o não percebemos senão quando as velas ficaram cruzadas nos mastros; neste mesmo instante se perderam quatro naus com toda a sua matalotagem, sem se poder dar socorro algum; e as outras sete que escaparam, estiveram em perigo de se perderem; e assim fomos agüentando o vento com os mastros e velas rotas, e a Deus misericórdia todo aquele dia; o mar embraveceu-se por maneira tal, que parecia levantar-nos ao Céu, até que o vento se mudou de repente, e posto que a tempestade ainda era tão forte que não nos atrevíamos a largar as velas; ainda assim navegando sem ela, perdemo-nos uns dos outros de modo que a Capitania com duas outras naus tomaram um rumo, outra chamada El-Rei com mais duas tomaram outro; e as que restavam ainda outro; e assim passamos esta tempestade vinte dias consecutivos sempre em árvore seca; até que aos dezesseis do mês de junho, houvemos vista da terra da Arábia onde surgimos; e chegados à costa pudemos fazer uma boa pescaria. Esta terra é muito populosa, como vimos, navegando ao longo da praia com bom vento, e tempo aprazível; além disso é muito frutífera, com muitos rios grandes, e muitos animais, de modo que toda era bem povoada. Continuando a nossa viagem chegamos diante de Sófala, onde há uma mina de ouro, e achamos junto a esta povoação duas Ilhas: estavam aqui duas naus de Mouros, que tinham carregado ouro daquela mina, e iam para Melinde, os quais tanto que nos avistaram, começaram a fugir, e lançaram-se todos ao mar, tendo primeiro alijado o ouro para que lho não tirássemos. Pedro Álvares, depois de se ter apoderado das duas naus, fez vir ante si o Capitão delas, e lhe perguntou de que país era, ao que respondeu que era Mouro, primo de El-Rei de Melinde, que as naus eram suas, e que vinha de Sófala com aquele ouro, trazendo consigo sua mulher e um filho, os quais se tinham afogado querendo fugir para terra: o Capitão-mor quando soube que o Mouro era primo de El-Rei de Melinde (o qual era muito nosso amigo) se desgostou sobremaneira, e fazendo-lhe muita honra, lhe mandou entregar as suas duas naus com todo o ouro que se lhe tinha tirado. O Capitão Mouro perguntou ao nosso se trazia consigo algum Encantador, que pudesse tirar a outra porção que tinham deitado ao mar, ao que ele respondeu que éramos Cristãos, e que não tínhamos semelhantes usos. Depois tirou o nosso Capitão-mor informações das cousas de Sófala, que ainda neste tempo não era descoberta senão por fama, e o Mouro lhe deu por novas, que em Sófala havia uma mina muito abundante de ouro, cujo Senhor era um Rei Mouro, o qual assistia em uma Ilha chamada Quilôa, que estava na derrota que devíamos seguir: e que o parcel de Sófala já nos ficava atrás; com isto o Capitão se despediu de nós, e continuamos a nossa jornada.(...)"

Carta de D. Manuel aos Reis Católicos (29 de julho de 1501)

A carta do rei de Portugal, D. Manuel, dirigida aos reis católicos da Espanha, escrita em castelhano, após o regresso da expedição de Cabral a Lisboa, é um documento importante da política e da diplomacia portuguesa desse período. Nesse sentido, representa a reiteração da carta enviada aos mesmos reis, dando conta do estabelecimento do roteiro para as Índias Orientais, após a chegada da expedição pioneira de Vasco da Gama. O propósito da comunicação é menos de informar que de assegurar prioridades e direitos sobre as terras descobertas na Amé-

rica do Sul e na Índia, principalmente nessa última, a que dedica a maior parte do texto do documento. O Brasil, identificado ainda como terra de Santa Cruz, só é mencionado na introdução da carta.

* Carta de D. Manuel aos Reis Católicos, Santarém, 29 de julho de 1501. "Carta del Rey D. Manuel de Portugal à los Reyes Católicos, dándoles cuenta de todo lo sucedido en el viaje de Pedro Alvarez Cabral por la costa de África hasta el Mar Rojo." Existia em Zaragoza no arquivo da antiga Diputación de Aragón, destruído na guerra da independência. Cópia feita por D. Joaquin Traggia. A edição utilizada é a de Carlos Malheiro Dias, Op.cit.,1923, vol.2: 165-167.

"Estes dias passados depois que a primeira nova da Índia chegou, não escrevi logo a Vossas Senhorias as cousas dela porque não era ainda vindo Pedro Álvares Cabral meu capitão-mor da frota que lá tinha enviado. E depois da sua chegada sobrestive nisso porque também não eram ainda vindas duas naus de sua companhia das quais uma delas tinha enviado a Sófala, que é mina de ouro que novamente se achou, não para resgatar, somente para haver verdadeira informação das cousas dela, porque duas naus que para isso iam, uma delas se perdeu no mar e a outra se apartou da frota com tempo feito e não foi à dita Mina. E depois de chegadas as ditas naus, estando para notificar tudo a Vossas Senhorias, Pero Lopes de Padilha me disse que folgaríeis de saber as novas de como as cousas dela sucederam, as quais, de como tudo sumariamente se passou são estas. O dito meu capitão com treze naus partiu de Lisboa a nove dias de março do ano passado e nas oitavas de páscoa seguinte chegou a uma terra que novamente descobriu a que pôs nome Santa Cruz, em que achou as gentes mas como na primeira inocência, mansas e pacíficas, a qual pareceu que nosso Senhor milagrosamente quis que se achasse porque é mui conveniente e necessária à navegação da Índia, porque ali corrigiu suas naus e tomou água, e pelo caminho grande que tinha para andar não se deteve para se informar das cousas da dita terra, somente dali me enviou um navio a notificar-me como a achara, e seguiu seu caminho pela via do Cabo da Boa Esperança. Naquele golfão, antes de chegar ao Cabo, passou grandes tormentas em que num só dia juntamente soçobraram à sua vista quatro naus de que não escapou pessoa alguma, sendo já a este tempo desaparecida dele outra nau de que até agora não tem havido notícia, e aquela em que ele ia com as outras que ficaram passaram grande perigo e assim foi sua via aportar ao Reino de Quilôa, que é de mouros, debaixo de cujo senhorio está a dita mina de Sófala, porque para o Rei dele levava minhas cartas e recados para com ele assentar a paz e trato acerca do resgate e negócio da dita mina. E antes de chegar ao dito Reino achou duas naus com grande soma de ouro, as quais teve em seu poder e por serem do dito Rei de Quilôa fazendo-lhes muita honra as deixou ir, do qual Rei foi muito bem recebido, vindo em pessoa avistar-se com o dito meu capitão ao mar, e entrou com ele em seu batel e lhe enviou presentes, e aí, depois de ver minhas cartas e recados, assentou o trato. E por as naus que para a dita mina iam dirigidas serem das que se perderam, não se começou por então aí nenhum resgate porque a mercadoria que as outras levavam não era conforme à que para aquela terra convinha, e dali se partiu e se foi a outro Reino de Melinde, para onde levava também minhas cartas e recados, por o Rei dele, que assim mesmo é mouro, ter feitas boas obras a D. Vasco, que lá primeiro foi a descobrir; o qual Rei assim mesmo se avistou com ele no mar e lhe enviou também presentes e com ele afirmou e assentou paz e amizade e lhe deu os pilotos que lhe convinha para a sua viagem; os quais reinos são do mar Roxo para cá e da parte do sertão confinam com gentios, os quais gentios confinam com o preste João, que eles chamam o abechy. Em sua linguagem quer dizer cerrados porque de feito o são e se cerram por sinal que são batizados em água. Dali se partiu para Calicute que é além setecentas léguas, a qual cidade creio que já tereis sabido é de gentios que adoram muitas cousas e crêem que há um só Deus, e de muito grande povo; e há nela muitos mouros que até agora sempre nela trataram de especiaria, porque é assim como Bruges em Flandres, escapo principal das cousas da Índia que de fora vêm a ela, e nela não há senão canafístula e gengibre; à qual cidade chegou havendo cinco meses que era partido de Lisboa, e foi do Rei mui honradamente recebido, vindo-lhe falar a uma casa junto com o mar com todos os seus grandes e muita outra companhia, e ali lhe deu meus recados e assentou com ele minha paz e concerto, do qual assento o dito Rei mandou passar uma carta escrita em pasta de prata com seu sinal de tauxia dourada, por assim ser costume de sua terra nas cousas de grande sustância, e outras cartas escritas em folhas de umas árvores que parecem palmas, em que ordenadamente escrevem, e destas árvores e do seu fruto se fazem estas cousas que se seguem: açúcar, mel, azeite, vinho, água, vinagre, carvão e cordoalha para navios e para toda outra cousa, esteiras de que fazem algumas velas de naus, e para outras muitas cousas. E o dito fruto além daquilo que dele se assim faz é grande mantimento seu, principalmente no mar; e depois do assento assim feito com o dito Rei pôs meu feitor com toda a casa ordenada que para a dita feitoria enviava à terra e começou logo de tratar suas mercadorias e de carregar as naus de especiaria. Neste meio tempo enviou o Rei de Calicute dizer ao meu capitão que uma nau muito grande e mui armada de outro Rei seu inimigo lhe tinha mandado dizer que passava perante seu porto sem nenhum medo seu, a qual já outra vez o tinha enojado, e que lhe rogava muito que lha mandasse tomar, encarecendo-lha como cousa que tocava muito a seu estado e honra.

O dito meu capitão vendo o bom trato que ele e assim o meu feitor começavam de receber, por mais confirmar minha paz e amizade, acordou de o fazer, e por lhe mostrar a força de nossa gente, navios e artilharia, mandou somente a ela o mais pequeno navio que tinha, com uma bombarda grossa, e encalçou-os dentro do porto de outro Rei seu vizinho e à vista dele e de toda sua gente a tomou e a trouxe a Calicute com 400 homens arqueiros e alguma artilharia e com sete elefantes ensinados de guerra dentro nela, que lá valeriam trinta mil cruzados porque por um só deles davam 5.000 cruzados, e com outra mercadoria de especiaria; a qual nau lhe mandou apresentar e lha deu com tudo o que nela vinha e ele a veio ver à ribeira por ser a eles mui grande espanto tão pequeno navio com tão poucos homens tomarem uma tamanha nau e com tanta gente, e a receber o recado que o dito capitão sobre ela lhe enviava vindo com todo o seu estado e festa. E estando nesta concórdia e amizade, sendo já duas naus carregadas de especiaria, os mouros, principalmente os de Meca,

que ali são estantes, por verem o grande dano que se lhe seguia, buscavam todos os modos que podiam para porem discórdia entre o meu feitor e el-Rei e puseram a terra em alvoroço para torvarem e porque todas as mercadorias estavam nas mãos dos mouros, escondiam-nas e mandavam-nas secretamente para outras partes, e sabendo isto o dito capitão enviou dizer a el-Rei de Calicute, queixando-se e pedindo-lhe que cumprisse o que ele tinha assentado, que era que dentro em 20 dias se lhe daria mercadoria de que carregasse as ditas naus e que até elas serem carregadas não daria lugar a nenhumas outras se carregassem. E el-Rei lhe respondeu que toda a mercadoria que houvesse na terra lhe mandaria logo dar e que se alguma carregasse em seu porto sem seus oficiais o saberem que ele lhe dava lugar e poder para que a retivesse até ele mandar os ditos seus oficiais que nisso houvesse de prover para lha entregar. E tanto que os mouros souberam acordaram com grande diligência de carregar uma nau publicamente dando ainda maior diligência em esconderem a mercadoria do que dantes faziam e isto para darem causa a que o escândalo se começasse, porque são poderosos. E a cidade é de muitas nações e de espalhada povoação e em que o Rei mal pode prover aos alvoroços do povo, e vendo meu feitor como a nau se carregava requereu ao dito capitão que retivesse como com el-Rei tinha assentado, e o dito capitão arreceando o escândalo duvidou de o fazer e o dito feitor tornou a lhe requerer que todavia a retivesse, dizendo-lhe que os principais dos mouros e assim alguns gentios lhe diziam que se a dita nau se não retinha em nenhuma maneira poderiam carregar suas naus, e segundo o que seguiu parece que o faziam a fim de darem causa ao dito escândalo. E o meu capitão depois de o duvidar muitas vezes, receando o que se seguiu, mandou dizer à gente daquela nau, pelo poder do Rei que para isso tinha, que se não partisse, e eles não o quiseram fazer, e então foi necessário de a mandar reter e mandou aos seus batéis que a metessem dentro do porto onde estivesse seguro de não poder partir sem seu prazer, e tanto que os mouros isto viram, como era o fim que eles desejavam naquele próprio instante vieram logo com todo o outro povo, que já dantes tinham alvoroçado, sobre o dito feitor e casa a combaterem-no, e ele com esses poucos que consigo tinha se defendeu por algum espaço e se saiu de casa vindo-se recolhendo ao mar, e o meu capitão, que ao presente estava doente, tanto que lhe foi dito do alvoroço que era em terra, mandou todos os seus batéis a socorrer-lhe, e posto que o mar fosse mui bravo todavia ainda recolheu alguma parte de gente. Mataram o feitor e com ele se perderiam 50 pessoas entre mortos e cativos, e nisto assim feito vendo o meu capitão como o Rei a isto não acudira e via que lhe não mandava nenhum recado e se provia de alguns aparelhos receando guerra, e assim se tinha apoderado da fazenda minha que em terra ficara, sobrestando um dia para ver se lhe fazia emenda do dito caso, quando viu que nenhum recado lhe enviava, temendo-se de ele armar grossamente, como depois fez, para que lhe pudesse impedir a vingança que naquele tempo podia tomar, acordou de o pôr logo em obra e tomou-lhe dez naus grossas que no porto estavam e mandando passar a espada toda a gente que nelas era, tirando alguma que escapou escondida e que depois não quis matar e ma trouxe cativa. E depois de tomadas as mandou todas queimar diante do porto, que foi a ele grande espanto, nas quais estavam três elefantes que ali morreram, e nisto despendeu todo aquele dia, e tanto que foi noite se foi com todas as naus e se pôs o mais em terra que pôde ao longo da cidade e tanto que amanheceu lhe começou atirar com artilharia e lhe atirou até noite principalmente às casas do rei, com a qual lhe fez muito dano e lhe matou muita gente como depois soube, e lhe matou um homem principal que estava junto com ele, pelo qual ele se saiu logo fora da cidade por lhe parecer que em toda ela não estava seguro. E dali fez vela e se foi a outro porto seu que se chamava Fandaran em que também lhe fez nojo com artilharia e lhe matou gente e dali fez vela a via do Reino de Cochim que é aquela parte donde vem a especiaria 30 léguas além de Calicute, e no caminho achou outras duas naus de Calicute que também tomou e mandou queimar, e chegando a Cochim depois de ter feito saber ao Rei o que tinha passado em Calicute foi dele muito bem recebido e assentou com ele seu trato pela maneira que o tinha assentado em Calicute, e pôs logo meu feitor e certos homens com ele em terra, para o qual lhe deram reféns dos mais honrados que me trouxesse, e lhe carregaram as naus em 16 dias, e a mercadoria lhe traziam em seus batéis e a elas com tanto maior amor e segurança que parece que nosso Senhor permitiu o escândalo de Calicute por se acertar este outro assento, que é de muito mais proveito e segurança porque é muito melhor porto e de muito mais mercadoria porque quase toda a mercadoria que vai a Calicute muita dela há naquela terra e as outras primeiro vêm ali que vão a Calicute, na qual cidade de Cochim há muitas naus e soube que dois mercadores somente tinham 50 naus. Naquele Reino há muitos cristãos verdadeiros da conversão de S. Tomé e os sacerdotes deles seguem a vida dos apóstolos com muita estreiteza, não tendo de próprio senão o que lhe dão de esmolas, e guardam inteira castidade e têm igrejas em que dizem missas e consagram pão ázimo e vinho que fazem de passas secas com água por não poderem (ter) outro, e nas igrejas não têm imagens, senão a cruz, e todos os cristãos trazem os vestidos apostólicos, com suas barbas e cabelos sem os nunca fazerem, e ali achou certa notícia de onde jaz o corpo de S. Tomé, que é 150 léguas de ali na costa do mar, em uma cidade que se chama Maliapor, de pouca população, e me trouxe terra de sua sepultura, e todos os cristãos e assim os mouros e gentios pelos grandes milagres que faz vão a sua casa em romaria; e assim me trouxe dois cristãos, os quais vieram por seu prazer e por licença de seu prelado para os haver de mandar a Roma e a Jerusalém e verem as cousas da Igreja de cá, porque têm que são melhor regidas por serem ordenadas por S. Pedro, e eles crêem que foi a cabeça dos apóstolos, e eles serem informados delas; e também soube novas certas de grandes gentes de cristãos que são além daquele Reino, os quais vêm em romaria à dita casa de S. Tomé, e têm Reis mui grandes os quais obedecem a um só e são homens brancos e de cabelos louros e havidos por fortes, e chama-se a terra Malchina, de onde vêm as porcelanas e almíscar e âmbar e lenho alóis, que trazem do rio Ganges, que é aquém deles; e das porcelanas há vasos tão finos que um só vale lá cem cruzados. E estando neste Reino de Cochim com o trato já assentado e as naus carregadas lhe veio recado do Rei de Cananor e do Rei de Colum, que são ali comarcãos, requerendo-lhe que se passasse a eles porque lhe fariam o trato mais a seu proveito, e por ter já o assento feito se escusou de ir; e neste

tempo, estando para partir de Cochim, lhe mandou o mesmo Rei dizer como uma armada grossa de Calicute, vinha sobre ele, em que viriam até 15.000 homens, com a qual ao meu capitão não pareceu bem de pelejar por ter suas naus carregadas e ter pouca gente e não lhe parecia tempo nem necessidade de aventurar por ter receio de lhe matarem ou ferirem alguma delas pela longura do caminho que tinha de andar, que eram 4.000 léguas daqui. Porém, fez-se à vela com elas não deixando seu caminho, e eles não ousando de se alargar ao mar se tornaram arreceando de ir sobre eles, e dali fez seu caminho que era pelo Reino de Cananor, um daqueles Reis que o mandaram requerer e em passando, tanto que da terra houveram vista dele, lhe mandou outro recado, rogando-lhe que pousasse ali porque queria mandar por ele a mim seu mensageiro, o qual me trouxe e em um só dia que ali esteve lhe mandou trazer tanta especiaria às naus que as carregara de todo se viessem vazias e lha davam que a trouxesse de graça em presente por cobrarem minha amizade, e assim vieram todos os seus grandes ao meu capitão, dizendo-lhe da parte do Rei que por ali veriam que seria ali de outra maneira tratado do que foi em Calicute, afirmando-lhe que se quisesse fazer guerra a Calicute o ajudariam a ele em pessoa por terra e toda sua armada por mar, e depois de lho muito agradecer da minha parte se despediu dele dizendo-lhe que nesta outra armada que logo havia de enviar lhe mandaria a minha resposta, e se veio por seu caminho e no meio daquela travessia tomou uma grande nau carregada de mercadoria, parecendo-lhe que seria das de Meca e então havia de vir de Calicute, e achando que a dita nau era do Rei de Cambaia a deixou, mandando por ela dizer ao dito Rei que a deixava porque não ia fazer guerra com ninguém, somente a tinha feito àqueles que lhe faleceram da verdade que com ele em meu nome tinham assentado, e seguindo mais adiante se lhe perdeu uma das naus que traziam carregada por de noite vir dar em terra. Salvou-se a gente e ele a mandou queimar por se não poder tirar sã e desta paragem mandou o navio haver novas da mina de Sófala, como já atrás digo, o qual é vindo e me trouxe certa informação dela e assim do trato e maneira da terra e da grande quantidade de ouro que aí há e ali achou novas que entre os homens que trazem ouro ali às costas vêm muitos que têm quatro olhos, a saber: dois adiante e dois detrás. São homens pequenos de corpo e rijos, e diz que são homens que comem os homens com que têm guerra, e que as vacas do Rei trazem colares de ouro grosso ao colo, e acerca desta mina e duas ilhas em que colhem muito aljôfar e âmbar; e dali se veio o dito meu capitão e chegou a Lisboa a tempo que fazia 16 meses do dia que dela partiu e bento seja nosso Senhor com toda esta viagem não lhe morreu de doença mais que três homens, e todos os outros vêm sãos e em boa disposição, e agora me veio certo recado como um dos navios que ia para Sófala, que tinha por perdido, vem e será um dia destes aqui, o qual dizem que entrou no mar Roxo e que traz de lá alguma prata e assim alguma informação das cousas de lá, posto que já do dito mar Roxo estou largamente informado, pelo dito meu capitão disso fui informado. As mais particularidades neste negócio a Pero Lopes as remeto que a tudo foi presente. Escrita em Lisboa a 28 de Agosto de 1501."

Foto: Luiz Carlos Miguel

AMERICO VESPUCCI, DISE FIGUR ANZAIGT...
(Augsburg, Johann Froschauer, 1505 ?). Primeira representação de índios do Brasil.

PARTE II

ENCANTAMENTO
E
ESPANTO

A VISÃO AMERICANA

Américo Vespúcio. Carta *Mundus Novus*
(1503)

A carta de Vespúcio dirigida a Lorenzo de Medici, em italiano, conhecida pelo título latino de *Mundus Novus,* refere-se à viagem que o navegador realizou ao Brasil a serviço do rei de Portugal e é, de todas, a mais importante. No texto de Vespúcio está clara a idéia de que essas terras, que percorreu longamente pelo litoral, não se fragmentavam em ilhas, mas compunham um novo continente ou novo mundo a que, pouco depois, emprestariam seu nome. A carta é também expressiva pelo retrato que faz dos índios do litoral brasileiro, cuja inocência edênica é substituída por um retrato mais áspero, onde a antropofagia e a lascívia preparavam os elementos ideológicos da "leyenda negra". A edição, além de parte do texto da carta *Mundus Novus* sobre antropofagia *(Dise figur anzaigt...,* Augsburg, Johann Froschauer, 1505) é acompanhada de uma expressiva xilogravura que retrata os hábitos antropofágicos dos índios da costa do Brasil e constitui a primeira representação iconográfica dos índios da América do Sul.

Dificilmente um documento dos primeiros anos da conquista da América terá tido maior celebridade e difusão que a carta *Mundus Novus* de Vespúcio. Nos poucos anos compreendidos entre 1503 e a data da morte de Vespúcio, em 1512, essa carta teve treze edições latinas (somente entre 1503 e 1504), dez edições alemãs (entre 1505 e 1506), inúmeras versões italianas e muitas outras feitas na França e na Holanda.

Essa notoriedade não foi acidental: pela primeira vez, um navegante teve a clara noção de que essas terras e mares compunham uma unidade territorial contínua de centenas de léguas, a que ele chamou, apropriadamente, o Novo Mundo, a quarta parte do mundo, que se vinha somar aos continentes anteriormente conhecidos da Europa, Ásia e África.

Um dos méritos da carta *Mundus Novus* está no desmonte da visão colombiana das terras descobertas no ocidente, fragmentadas num conjunto de ilhas nos

Foto: Luiz Carlos Miguel

LETTERA di Amerigo vespucci delle isole nuovamente trovate in quattro suoi viaggi (Lisbona, 1504).
A mesma ilustração apareceu na *Lettera dell'isole che he trovato nuovamente il re di Spagna*, de Giuliano Dati, publicada em 1493, narrando a viagem de Colombo.

confins do mundo, extensão vaga do continente das Índias Orientais, Cathay e Cipango. Essa perspectiva, que está presente na carta de Cabral e impressa no mapa de Juan de La Cosa (1500) e consagrava a certeza geográfica do mito medieval da "ilha Brasil", não mais seria possível após as viagens e escritos de Vespúcio. Como quer Levillier, isso bastaria para dar ao novo continente, com legitimidade, o nome do navegador florentino (1).

O texto de Vespúcio ajudou a mudar a visão do ecúmeno terrestre e provocou uma enorme produção complementar não só de cosmógrafos e cartógrafos mas, também, de filósofos, teólogos e intelectuais do renascimento, entre os quais se poderia, provavelmente, citar Tomás Morus.

* As primeiras edições foram feitas em latim, sem indicações de lugar ou data, mas se supõe que são de Paris no final de 1503, ou começo de 1504, com o título latino de *Mundus Novus*. A edição utilizada é a da *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, t. 41 (1ª parte), 1878: 20-31.

"Há dias lhe escrevi extensamente acerca do meu regresso das terras novas, que, na frota a expensas deste Serenissimo rei de Portugal, corremos e descobrimos; as quais terras nos deve ser permitido chamar *Novo Mundo,* porque, entre os nossos maiores não houve o menor conhecimento de que fossem habitadas, e para todos que ouvirem será uma novidade. E, entretanto, esta opinião vai além da dos antigos, pois deles a maior parte dizem que, além da equinocial, para a banda do meio-dia, não existia terra continental, mas somente o mar Atlântico, e os que afirmaram haver aí terra negaram que fosse habitada de racionais. Mas o ser esta opinião falsa, e a verdade o contrário, se provou nesta minha última viagem, pois naqueles meridianos encontrei terra continental habitada de mais povos e animais que a nossa Europa e a Ásia ou África, e os ares mais temperados e amenos que em qualquer outra região conhecida, conforme direi, tratando do que vi ou ouvi digno de notar neste *Novo Mundo,* segundo se verá mais abaixo.

Aos 14 de Maio de 1501 partimos de Lisboa por ordem do dito rei, com três navios, em busca das novas terras austrais. Com viagem feliz, navegamos de contínuo dez meses para as bandas do sul, pela forma seguinte. Fizemos caminho pelas ilhas, antes ditas *Fortunadas*, e que hoje se dizem Grã Canárias, que jazem no terceiro clima e confins do ocidente povoado. Depois corremos, pelo oceano, todo o litoral africano e parte do etíope, até o promontório chamado Etíope por Ptolomeu; o qual agora, pelos nossos, se diz Cabo Verde e pelos etíopes Bezeguiche, e a região Mandinga, em 14° ao norte da equinocial, habitada por pretos.

(1) LEVILLIER, 1948.

Aí, recuperadas as forças e providos do necessário, levamos âncoras, largamos velas e seguimos viagem para o sul, caindo um tanto para o oeste, aproveitando os ventos de leste. E navegamos, desde o dia que partimos do dito cabo, durante dois meses e sete dias antes de encontrar nenhuma terra.

Quanto sofremos, que perigos de naufrágio e de corpo aguentamos, em que ansiedades de ânimo nos vimos, deixo à consideração dos que têm exato conhecimento das coisas, e de que seja buscar o incerto e investigar o ignorado; e para dizer tudo em poucas palavras, acrescentarei que, dos sessenta e sete dias que de contínuo navegamos, quarenta e quatro tivemos de chuva, trovões e raios; e tão escuros que nem víamos de dia o sol, nem de noite o sereno céu. O fato é que tanto aumentara em nós o medo, que havíamos perdido quase todo a esperança de vida. No meio destas terríveis tormentas aprouve ao céu altíssimo mostrar-nos terra continental e novas regiões, e outro mundo desconhecido, com o que tanto nos alegramos quanto podem imaginar os que tenham experimentado várias calamidades e fortunas contrárias. No dia 17 de Agosto de 1501 surgimos na costa daquela terra, agradecendo a Deus, com solenes preces, e celebrando uma missa cantada, a qual terra reconhecemos não ser ilha, mas sim um continente, pois corremos ao longo do seu litoral, sem a rodear, e era povoada de inúmeros habitantes e muitas sortes de animais silvestres, que não se encontram nos nossos países, e muitas outras coisas nunca de nós vistas, que seria longo de referir. Muito devemos à clemência de Deus que nos fez aportar naquela região, porque já nos faltava água e lenha, e poucos dias mais poderíamos aturar no mar. Por isso a ele honra e glória em ação de graças.

Resolvemos navegar, seguindo o litoral, que pende para o oriente, sem dele nos afastar; e tanto o costeamos que chegamos a um ângulo, para diante do qual a costa propendia para o sul. E desde o lugar, em que primeiro surgimos até o dito ângulo, contamos trezentas léguas, durante as quais comunicamos muitas vezes com a terra e os seus habitantes, como abaixo narrarei. Esquecia-me dizer que desde o Cabo Verde até a dita primeira paragem desse continente há perto de setecentas léguas; ainda que avaliamos em mais de mil e oitocentas as que navegamos; em parte por ignorância dos lugares e do capitão, e em parte pelas tempestades e ventos que nos impediam seguir caminho reto, obrigavam a muitas singraduras; de modo que, a não ser os que entendíamos de cosmografia, não seria o nosso chefe que durante quinhentas léguas soubesse onde estávamos. Andaríamos vagos e errantes, a não nos valermos dos nossos instrumentos de tomar a altura — o quadrante e astrolábio — bem conhecidos. E assim, desde então, todos nos fizeram muita honra, e lhes provei que, sem conhecimento da carta de navegar, não há disciplina que valha para a navegação, a não ser pelos mares já pelos mesmos indivíduos muito navegados.

Do lugar, porém, em que o litoral quebrava em ângulo para o sul, resolvemos continuar a navegar, e ver que região fosse essa. Navegamos, pois, seguindo a costa umas seiscentas léguas, baixando muitas vezes em terra, tratando com os habitantes, e sendo bem recebidos e morando com eles amigavelmente às vezes quinze e vinte dias contínuos, como abaixo se verá.

Uma parte deste continente jaz na zona tórrida, ao sul da equinocial desde o oitavo grau. Tanto ao longo dele navegamos que, passado o trópico de Capricórnio, chegamos à altura de cinqüenta graus, na distância de dezessete e meio do círculo antártico. E do que vi e investiguei da natureza daquelas gentes, dos seus costumes e trato, da fertilidade da terra, da salubridade dos ares, da disposição do céu e dos corpos celestes, e, especialmente das estrelas fixas da oitava esfera, nunca aos nossos maiores vistas ou tratadas, passarei a dar conta.

Começarei pela gente. Foi tanta a multidão dela, mansa e tratável, que encontramos naquelas regiões, que, como diz o Apocalipse, não se pôde contar. Os de um e outro sexo andam nus, sem cobrir nenhuma parte do corpo, como saem dos corpos das mães, e assim vão até a morte. Têm os corpos grandes e robustos, bem dispostos e proporcionados, de cor tirante à vermelha, o que, segundo creio, lhes procede de serem tintos pelo sol, andando nus.

Têm os cabelos negros e crescidos; são ágeis, e fáceis no andar e nos jogos, e de mui belas feições, as quais contudo a si próprios desfiguram, furando as faces, os lábios, as ventas e as orelhas. E não se creia que os buracos sejam pequenos ou tenham apenas um, pois vi muitos com sete, cada um dos quais tão grandes como um abrunho. Tapam estes buracos com bonitas pedras azuis de mármore, cristalinas ou de alabastro, e com ossos alvíssimos e outros objetos elaborados segundo seu uso, que é insólito e monstruoso. Homens há que levam nas faces e lábios sete pedras, cada uma de metade da palma da mão de comprido. Não sem admiração, muitas vezes achei pesarem essas sete pedras dezesseis onças, além das que trazem pendentes de três buracos nas orelhas.

Mas este uso é somente dos homens. As mulheres não furam as faces, mas somente as orelhas.

Outro costume têm extravagante, e que parece incrível: que as mulheres, sendo libidinosas, fazem inchar o membro de seus maridos tanto, que parecem brutos, e isto por meio de certo artifício e mordedura de uns bichos venenosos, por cujo motivo muitos deles o perdem e ficam como eunucos.

Não possuem panos de lã nem de linho, nem mesmo de algodão; porque os não necessitam, nem têm bens de propriedade; porém tudo lhes é comum. E vivem juntos, sem rei nem Império, e cada qual é senhor de si.

Tomam tantas mulheres quantas querem, e o filho se junta com a mãe, e o irmão com a irmã, e o primo com a prima, e o caminhante com a que encontra. Basta a vontade para matrimoniarem, no que não observam ordem alguma. Além disso não possuem templos nem leis, nem são idólatras. Que mais direi? Vivem *secundum naturam*, e se podem conceituar de epicureus mais que de estóicos. Não há entre eles comerciantes nem comércio.

Guerream-se entre si, sem arte nem ordem. Os mais velhos, com alguma parcialidade, obrigam a quanto querem os jovens, e os levam à guerra, na qual se matam cruamente; e aos que cativam não poupam as vidas senão para que os sirvam toda a vida, ainda que a outros comem, sendo certo que é entre eles a carne humana manjar comum; e se há visto haver o pai comido mulher e os filhos. E um conheci eu, a quem falei, que se gabava de haver saboreado trezentos corpos humanos, e até estive vinte e sete dias em certa povoação, onde vi dependurada pelas habitações carne humana salgada, como entre nós se usa com o toucinho e a chacina de porco.

Digo mais: até se admiram de como nós não comamos os nossos inimigos, nem façamos uso de sua carne, que dizem saborosíssima. Suas armas são arcos e flechas; e quando se afrontam em ação não cobrem nenhuma parte do corpo para defender-se, e nisto são semelhantes aos animais. Procuramos dissuadi-los quanto nos foi possível destes bárbaros costumes, e eles nos prometeram deixá-los.

As mulheres vão nuas, e conquanto libidinosas, como disse, são assaz belas e bem formadas; e pasmoso nos pareceu que, entre as que vimos, nenhuma se notava que tivesse os peitos caídos; e as que já haviam parido, pela forma do ventre e sua contração, não se diferenciavam das virgens, e se lhes semelhavam nas outras partes do corpo, do que por decência deixo de ocupar-me; mas quando podiam tratar com os nossos cristãos, impelidas pelo desejo, não tinham o menor pudor.

Vivem cento e cinqüenta anos, e raras vezes adoecem. E se adoecem, a si próprios se curam com certas raízes de plantas. Eis quanto de mais notável entre eles observei.

Os ares aí são temperados e bons; e, pelo que pude deduzir de suas narrações, não há pestes nem doenças provenientes da corrupção do ar, e, se não morrem de morte violenta, vivem larga vida; segundo creio, porque sempre aí predominam os ventos austrais, e principalmente o que denominamos euro ou aquilão.

Deleitam-se na pesca, e o mar é aí muito próprio para ela, porque é copioso em toda sorte de peixes.

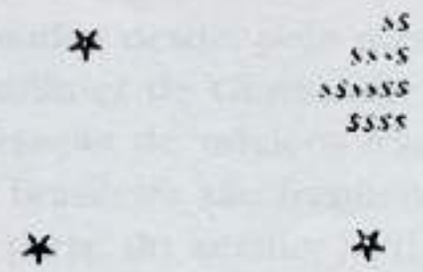
Não se dão à caça; penso que porque, havendo aí muitas sortes de animais, *maxime* leões e ursos, e muitas cobras e outros bichos hórridos e disformes, e porque os bosques são extensos e as árvores muito grandes, não ousam arriscar-se, nus e sem comprimento, a tantos perigos.

A terra daquelas regiões é fértil e amena, de muitos montes e morros, e infinitos vales, e regada de grandes rios e fontes, coberta de extensos bosques, densos e apenas penetráveis, e povoada copiosamente de feras de todas as castas. Nela nascem, sem cultura, grandes árvores, as quais produzem frutos deleitosos, e de proveito ao corpo e nada nocivos, e nenhuns frutos são parecidos com os nossos. Produzem-se inumeráveis gêneros de árvores e raízes, de que fabricam pão e ótimos mingaus, além de muitos grãos ou sementes não semelhantes aos nossos.

Metais nenhuns aí se encontram, exceto o ouro, do qual há abundância, se bem que desta viagem nenhum conosco trouxemos; mas deram-nos dele notícia os habitantes, afirmando que nos sertões havia muito, mas que não o estimavam nem apreciavam.

As pérolas abundam nesta região, como em outro lugar escrevi. Seria demasiado prolixo e descomedido se quisesse dar conta uma por uma de todas as coisas dignas de notícia, e das numerosas espécies e multidão de animais. E verdadeiramente creio que o nosso Plínio não conseguiu tratar da milésima parte dos animais, nem dos papagaios e outros pássaros, os quais, naqueles países, são de formas e cores tão variadas, que o artista Policleto não conseguiria pintá-los. Todas as árvores tão odoríferas, e produzem gomas ou óleos, ou algum outro licor, cujas propriedades todas, se fossem conhecidas, não duvido que andaríamos todos sãos. E por certo que se o paraíso terreal existe em alguma parte da terra, creio que não deve ser longe destes países; ficando situado ao meio-dia, com ares tão temperados, que nem no inverno gela, nem no verão faz calor.

O céu e os ares, na maior parte do ano, são serenos, repassados de densos vapores. Chove aí a miúdo, e dura a chuva três e quatro horas, e como nímbulos se esvai. O céu se adorna de belíssimos signos e figuras; e notei umas vinte estrelas de tanta luz, como algumas vezes tínhamos visto Vênus e Júpiter. Estudei os seus movimentos e órbitas, e medi suas circunferências e diâmetros por um breve processo geométrico, e reconheci serem de grandeza maior. Vi naquele céu três canopos, dois sem questão de maior grandeza, e o outro escuro. O pólo antártico não é figurado com as Ursas maior e menor, como o nosso, nem junto dele se vê nenhuma estrela brilhante; e, entre as que giram em seu derredor em breves órbitas, três têm a figura de triângulo-retângulo, cuja semiperiferia tem de diâmetro nove graus e meio. E quando nascem da esquerda, se vê um canopo branco de exímia grandeza, e quando chegam a meio céu têm esta figura:



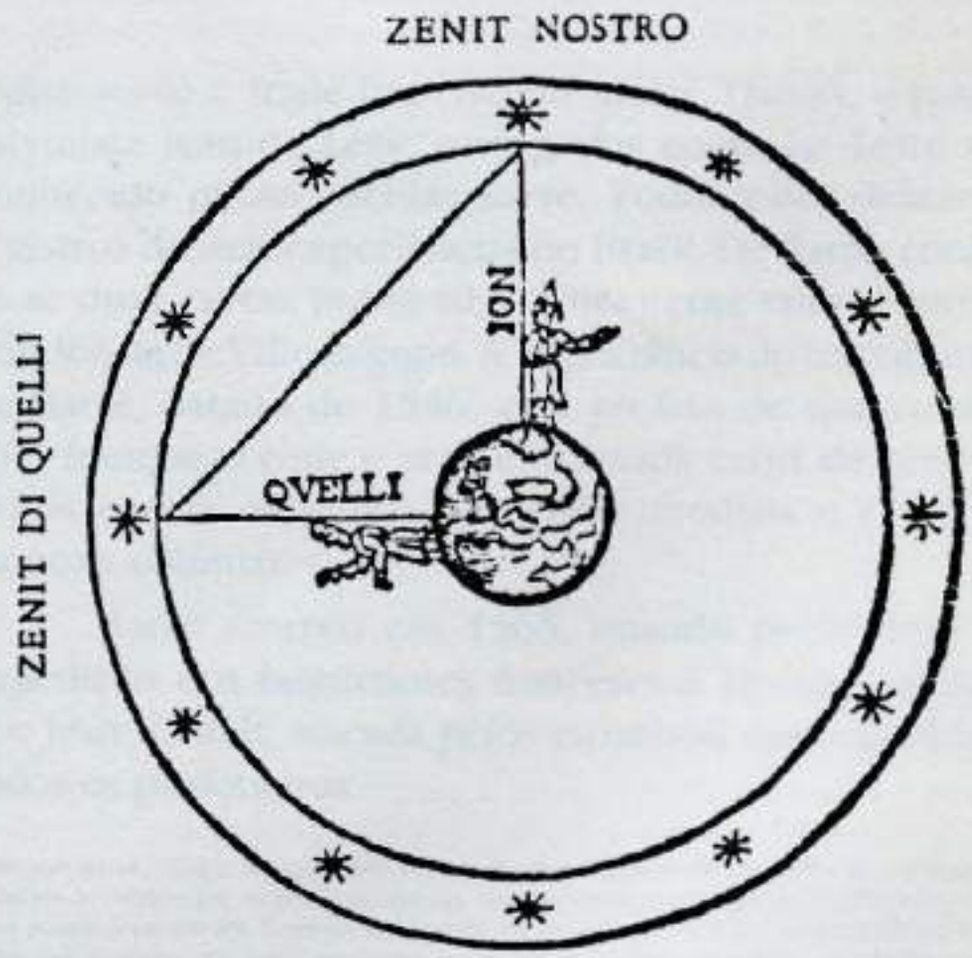
Canopo

Após estas vêm duas, cujas semiperiferia têm doze graus e meio, e com elas se vê outro canopo claro. Seguem mais seis estrelas formosíssimas e claríssimas entre outras da oitava esfera, que, na superfície do firmamento, têm no diâmetro da periferia trinta e dois graus, e são acompanhadas de um canopo escuro de imensa grandeza, que se vê na via-láctea, e quando se acham na linha do meio-dia apresentam esta figura:

Muitas outras belíssimas estrelas reconheci, notando suas órbitas, as quais descrevo graficamente no meu livro desta viagem, ainda em poder deste Serenissimo rei, que espero me restituirá.

Naquele hemisfério vi coisas não de acordo com as razões dos filósofos. Perto da meia-noite foi visto o arco-íris brilhar, não só por meus olhos, como por todos os nautas. Igualmente vimos a lua nova no dia da conjunção com o sol. Todas as noites percorrem naquele céu inúmeros vapores e flamas ardentes. Disse hemisfério, ainda que, com respeito a nós, não o seja muito rigorosamente, mas só para que nos entendamos.

Assim, partidos de Lisboa a trinta e nove graus e meio ao norte da linha, navegando além de cinqüenta graus sul, se contaram uns noventa graus na latitude, os quais, perfazendo um quarto de círculo máximo, é manifesto que, segundo as noções que herdamos dos antigos, navegamos a quarta parte do mundo. E por esta razão, os que moramos em Lisboa, em trinta e nove graus e meio de latitude setentrional, estamos em relação, com os que se encontrem em cinqüenta graus do lado do sul, no quadrante, em linha transversal; ou mais claro: a linha vertical, que parte de nós ao ponto do céu sobre nossas cabeças, fica-lhes a eles de lado, formando com a deles um triângulo-retângulo, cuja altura nos corresponde, e a eles a base, ambas reunidas na extremidade pela competente hipotenusa, como se vê da seguinte figura:



E o dito baste quanto à cosmografia.

Tais foram as coisas mais notáveis que vi nesta minha última viagem, que denomino *Jornada Terceira*, pois as outras duas foram as viagens que para o ocidente fiz por mandado do Sereníssimo rei de Espanha, nas quais assentei, dia por dia, todas as coisas admiráveis e mais de notar do sublime Criador nosso Deus, para, quando tenha tempo, me dedicar a coligir todas estas singularidades e maravilhas, escrevendo, geográfica ou cosmograficamente, um livro, para que a minha memória passe à posteridade, e se conheça o imenso certifício de Deus Onipotente, em parte dos antigos ignorado e de nós conhecido. Pelo que rogo a Deus clementíssimo que me prolongue os dia de vida, a fim de que com saúde e a sua boa graça possa realizar este desejo e boas disposições. As outras duas *Jornadas* as reservo; e restituindo-me este Sereníssimo rei a terceira, regressarei tranqüilamente à pátria, conferindo com os peritos, e com auxílio e animação dos amigos, espero que poderei levar a cabo estes intentos.

Peço desculpa de não lhe enviar esta derradeira *Jornada*, conforme prometi na minha última. É disso causa o não haver podido conseguir a sua restituição deste Sereníssimo rei. Penso fazer ainda uma quarta viagem; e já dois navios estão para isso armados, e a promessa feita para eu ir, pelo sul, rumo de África, em busca de novas regiões no oriente. E nesta nova viagem muito penso realizar em louvor de Deus e utilidade do seu reino, e honra da minha velhice, e nada mais espero senão a ordem do mesmo Sereníssimo rei. Deus nisso permita o que creia melhor, e o que for resolvido constará.

'O tradutor Giocondo (Jocundus) verteu a presente epístola do italiano em latim, para que os latinos reconheçam quantas coisas admiráveis se viram nesta viagem, e se reprima a audácia dos que pretendam perscrutar o erro e a majestade, e saber mais do que é lícito; quando, havendo tanto tempo que começou o mundo, é desconhecida a vastidão da terra e quanto ela contém — Deus louvado.' "

A VISÃO FRANCESA

Nicolas Barré. *Algumas Cartas sobre a navegação do Cavaleiro de Villegaignon* (1555-1556)

Documentados desde, pelo menos, 1503, com a expedição de Paulmier de Gonneville ao sul do Brasil, os intentos de fixação de núcleos franceses em vários pontos da costa brasileira são freqüentes durante todo o século XVI e parte do século XVII, tendo chegado, com as expedições puramente militares de Leclerc e Dugay-Troin ao Rio de Janeiro, até a primeira metade do século XVIII. Freqüentemente, esses núcleos de povoamento, mais complexos e estáveis com a vinda de colonos, comerciantes, militares e administradores, eram precedidos e sucedidos pela presença difusa de intérpretes, que viviam com os índios e como índios, e consolidaram, assim, as alianças com os índios. Um dos mais conhecidos e significativos projetos de estabelecimento francês no Brasil deu-se com a colônia França-Antártica que, entre 1554 e o fim da década, organizou-se na Baía da Guanabara sob a chefia de Nicolas Durand de Villegaignon. Entre os vários membros conhecidos dessa colônia registram-se o frade franciscano André Thevet, o pastor calvinista Jean de Léry, cartógrafos como Le Testu e o conhecido piloto Nicolas Barré. Todos esses deixaram registros de suas experiências no Brasil. De Barré, conhece-se duas cartas, publicadas juntamente com a correspondência de Villegaignon. A importância do testemunho de Barré, datado de 1556, está no fato de que retrata, com franqueza rude e uma extremada carga de preconceitos contra os índios, sua visão imediata e concreta da nova colônia.

Barré morreu em 1565, quando participava da expedição dos huguenotes franceses à Flórida, chefiada por Jean Ribault, atacada pelos espanhóis que trucidaram todos os prisioneiros.

* Nicolas Barré, "Copie de Quelques Lettres sur la navigation du Chevalier de Villegaignon es terres de l'Amérique oultre l'Equinoctial, iusques soubz le tropique de Capricorne; contenant sommairement les fortunes encourues en ce voyage avec les moeurs et façons de vivre des sauvages du pais; envoyées par un des gens dudit seigneur". A edição original é de Paris, Martin le Jeune, à l'enseigne *Saint Christophle*, devant le collège de Cambray.

1557. Reeditada por Paul Gaffarel, *Histoire du Brésil Français au Seizième Siècle*. Paris, Maisonneuve et Cie., 1878: 373-430. Tradução manuscrita para o português de Norma Azeredo, Programa de Fontes para a História do Brasil Francês.

"CÓPIA DE ALGUMAS CARTAS SOBRE A NAVEGAÇÃO DO CAVALEIRO DE VILLEGAIGNON NAS TERRAS DA AMÉRICA ALÉM DA EQUINOCIAL, SOB O TRÓPICO DE CAPRICÓRNIO, CONTENDO SUMARIAMENTE AS AVENTURAS DESTA VIAGEM COM OS COSTUMES E MODO DE VIDA DOS SELVAGENS DO PAÍS: ENVIADAS POR HOMENS DO DITO SENHOR.

Primeira Carta

Meus irmãos, segundo as promessas que vos fiz quando parti do vale de Argenteuil, até onde me acompanhastes com vossas boas graças para nos dizermos adeus (o que foi com grande pesar, creio eu) uns aos outros, vós, retirando-vos para vossas felizes musas, eu seguindo minha empreitada (contra vossas vontades) nesta longínqua peregrinação; eu não quis ser acusado do vício da ingratidão pelas alegrias que de vós recebi, e pelas promessas com que me obriguei a escrever (se bem que nesta hora não me reste muito tempo para me ocupar) mas do pouco que pude conseguir, sucintamente vos escreverei presentemente.

No ano do Senhor de mil quinhentos e cinqüenta e cinco, no décimo dia de julho, o senhor de Villegaignon tendo organizado e aparelhado tudo o que lhe parecia ser conveniente à sua empreitada, acompanhado de vários cavaleiros, manobreiros e marinheiros, com os quais equipou em guerra e mercadoria duas boas naus que o rei Henrique segundo desse nome lhe fizera entregar, cada uma com capacidade de duzentas toneladas, munidas e equipadas de artilharia, tanto para a defesa das ditas naus, como para deixá-los em terra; com uma urca de cem toneladas, a qual levava os víveres, e outras coisas necessárias em tal ocasião. Estas coisas assim bem organizadas e arranjadas, ordenou que se fizesse vela no dito dia às três horas da tarde, da cidade do Havre de Grace, aonde se fizera seu embarcamento.

Nessa época, o mar estava bonito, tocado pelo vento nordeste, que é Grego Levante, o qual (se tivesse soprado) era próprio para nossa navegação, e com ele teríamos ganho a terra ocidental. Mas, nos dias seguintes e nos outros, ele mudou para sudoeste, o qual tivemos que enfrentar diretamente: e tanto nos atormentou, que fomos obrigados a fazer escala na costa da Inglaterra chamada Blanquet, onde lançamos as âncoras na esperança de que aquele vento cessaria; mas de nada valeu, pois nos convinha levantá-la a toda pressa que podíamos, para fazer escala e voltar à França, ao local de Dieppe. Com a tal tormenta, aconteceu no navio onde embarcara o dito senhor de Villegaignon um escoamento de águas que, em menos de meia hora, tirava-se pelas sentinas o número de oitocentos a novecentos bastões de águas, o que resultava em quatrocentos baldes; que era coisa incompreensível e ainda não vista em navio que sai de um porto. Por todas essas coisas nós entramos na enseada de Dieppe com grande dificuldade, porque o dito porto tem somente três braças de água e nossas naus calavam duas braças e meia. Com isso havia grande mareta para o vento que soprava, mas os dieppenses (segundo seu costume louvável e honesto) se acharam em tão grande número a puxar as amarras e cabos que entramos com sua ajuda no décimo sétimo dia do dito mês. Desta vinda, vários dos nossos gentis-homens se contentaram em ter visto o mar, cumprindo-se o provérbio: *mare vidit et fugit*. Da mesma forma vários soldados, manobreiros e artesãos se desgostaram e se retiraram. Ficamos aí o espaço de três semanas, tanto para esperar o vento bom quanto para querenar os ditos navios. Depois o vento voltou ao nordeste, quando nos fizemos ainda ao mar, e pensando sempre sair fora das costas e tomar o alto mar. O que não pudemos. Assim nos conveio lançar âncoras no Havre, de onde tínhamos partido, pela violência do vento que nos foi tão contrário quanto antes. E lá demoramos até a vigília de Nossa Senhora em meados de agosto. Enquanto isso, cada um se esforçou em descansar para voltar de novo, e pela terceira vez, ao mar. Neste dia nos apareceu a clemência e benignidade de nosso bom Deus: pois ele acalmou a cólera do mar e o céu furioso contra nós, e o mudou segundo o que tínhamos pedido em nossas preces. Vendo isto, que o vento podia durar da banda onde estava, e com maior esperança que ainda não havíamos tido, pela terceira vez embarcamos, e fizemos vela naquele dia décimo quarto de agosto.

Aquele vento nos favoreceu tanto, que nos fez passar a Mancha, que é um estreito entre a Inglaterra e a Bretanha, o golfo de Guyenne e de Biscaia, Espanha, Portugal, o cabo de São Vicente, o estreito de Gibraltar, chamado as colunas de Hércules, as ilhas da Madeira, e as sete ilhas Afortunadas, ditas as Canárias. Numa delas reconhecemos o pico chamado Tenerife, para os antigos, o monte de Atlas, e o que, segundo os cosmógrafos, é dito o mar Atlântico. Este monte é maravilhosamente alto. Pode ser visto de vinte e cinco léguas. Aproximamo-nos dele o alcance do tiro de canhão no domingo vigésimo dia de nosso terceiro embarcamento. Do Havre de Grace até o dito lugar há 1.500 léguas. Este encontra-se a vinte e oito graus ao norte da linha tórrida. Ali se desenvolve, segundo pude saber, grande quantidade de açúcar, e bons vinhos. Esta ilha é habitada por espanhóis, segundo soubemos, pois, como pensávamos em lançar âncora para pedir água doce e descansar, de uma bela fortaleza situada ao pé de uma montanha, desdobraram um sinal vermelho, atirando duas ou três vezes com uma colubrina, e um dos tiros atingiu o vice-almirante da nossa companhia. Eram onze ou doze horas do dia, estava um calor maravilhoso sem nenhum vento. Assim nos convinha sustentar seus tiros, mas de nossa parte também, nós atiramos tanto neles que houve várias casas destruídas e arrasadas; e as mulheres e crianças fugiam para os campos. Se nossos esquifes estivessem fora das naus, eu creio que teríamos feito o Brasil nesta bela ilha. Somente um dos nossos artilheiros se feriu do que morreu dez dias depois. Por fim vimos que não faríamos nada ali, além de atirar: por isso nos retiramos para o mar, aproximando-nos da costa da Berberia, que é uma parte da África.

Continuamos e passamos o rio Loyre na Berberia, o promotório Branco, que está abaixo do trópico de Câncer; e viemos no oitavo dia do dito mês à altura do promontório da Etiópia, onde começamos a sentir calor. Da ilha que vimos até o promontório, há trezentas léguas. Este calor extremo causou uma febre pestilenta no navio onde estava o dito Senhor, porque as águas estavam fétidas e tão infectas que fazia

pena, e as pessoas do dito navio não podiam deixar de beber. Esta febre foi tão contagiosa e perniciosa que de cem pessoas ela só poupou dez que não ficaram doentes: e dos noventa doentes, cinco morreram, o que foi uma coisa lamentável e cheia de tristeza. O dito senhor de Villegaignon foi obrigado a se retirar ao vice-almirante, onde ele me embarcara, onde estávamos bem dispostos e sadios, se bem que tristes pelo acidente de nossos companheiros. O promontório está a quatorze graus perto da zona tórrida: e é a terra habitada pelos mouros. Ali nos falhou nosso bom vento, e durante seis dias inteiros fomos perseguidos por bonanças e calmarias, e à tarde quando o sol se punha, turbilhões de ventos impetuosos e furiosos, com chuva tão fétida quanto aqueles que ela molhava, e imediatamente eles se cobriam de grandes pústulas, de tal forma os ventos eram furiosos. Não ousávamos nos afastar muito da grande vela de Papefust. Entretanto, o Senhor nos socorreu: ele nos enviou o vento sudoeste, não obstante contrário, mas nós estávamos muito ocidentais. Este vento esteve fresco o tempo todo, nos alegrando maravilhosamente o espírito e o corpo, e com ele costeamos a Guiné, aproximando-nos pouco a pouco da zona tórrida: e a ela encontramos de tal forma temperada (contra a opinião dos antigos) que aquele que estava vestido não devia se despir por causa do calor, nem o que estava despido devia se vestir pelo frio.

Passamos o dito centro do mundo no décimo dia de outubro perto das ilhas de São Tomé, que estão abaixo do Equador, perto da terra de Manicongo. Este caminho não era bom para nós, mas nos convinha fazê-lo seguindo o vento que nos era contrário: e de tal forma obedecemos o dito vento que para as trezentas léguas que tínhamos somente a fazer de caminho reto, fizemos mil ou mil e quatrocentas. Certamente se tivéssemos querido ir ao promontório de Boa Esperança, que está a trinta e sete graus desta linha, na Índia Oriental, teríamos ali chegado mais cedo que ao Brasil, cinco graus norte do dito Equador, e cinco graus sudoeste do dito Equador. Encontramos tal quantidade de peixes e de tantas espécies, que algumas vezes pensamos estar a seco sobre os ditos peixes. As espécies são marsuínos, golfinhos, baleias, dourados, albacorinhas, bonitos e o peixe-voador, que vemos voar em bandos como os estorninhos em nosso país. Ali acabaram as nossas águas, exceto a dos riachos, tão malcheirosas e infectas que não se comparam a nenhuma infecção. Quando bebíamos delas, era preciso fechar os olhos e tapar o nariz.

Estando em tão grandes perplexidades e quase sem esperança de vir ao Brasil, pelo longo caminho que nos restava, que era de novecentas a mil léguas, o senhor Deus nos enviou o vento ao sudoeste, o que nos fez colocar a proa a oeste, que era o lugar para onde íamos. E tanto fomos levados por esse bom vento que um domingo de manhã, vigésimo dia de outubro, tivemos conhecimento de uma bela ilha, chamada na carta marinha de Ascenção. Ficamos muito contentes em vê-la, pois ela nos mostrava onde estávamos, e qual a distância que podia haver até a terra da América. Ela se eleva a oito graus e meio. Não pudemos nos aproximar mais que uma grande légua. É uma coisa maravilhosa ver esta ilha distante quinhentas léguas da terra firme. Seguimos nosso caminho com este vento e fizemos tanto de dia e de noite, que no terceiro dia de novembro, um domingo de manhã, tivemos conhecimento da Índia Ocidental, quarta parte do mundo, dita América, do nome daquele que a descobriu no ano de mil quatrocentos e noventa e três.

Não é preciso perguntar se tivemos grande alegria, e se cada um deu graças ao Senhor, tendo em vista a pobreza e o longo tempo que havia que tínhamos partido. Este lugar que descobrimos está a vinte graus, chamado pelos selvagens Pararbe. É habitado por portugueses, e por uma nação que tem guerra mortal com aqueles com quem temos aliança. Deste lugar temos ainda três graus até o trópico de Capricórnio que valem oitenta léguas. Chegamos no décimo dia de novembro ao rio de Guanabara, pela semelhança que tem com um lago. Ele está diretamente sob o trópico de Capricórnio. Ali pusemos o pé em terra, cantamos louvores e ações de graças ao Senhor. Neste lugar encontramos quinhentos a seiscentos selvagens, todos nus, com seus arcos e flechas, nos mostrando em sua língua que éramos os bem-vindos, nos oferecendo seus bens, e fazendo os fogos de alegria, porque nós tínhamos vindo para defendê-los contra os portugueses e outros seus inimigos mortais e capitais.

O lugar é naturalmente bonito e fácil de se vigiar pois a entrada é muito estreita, fechada dos dois lados por dois altos montes. No meio da dita entrada (que tem talvez meia légua de largura) há uma rocha longa de cem pés, e larga de sessenta, sobre a qual o senhor de Villegaignon fez um forte de madeira, ali pondo uma parte de sua artilharia para impedir que os inimigos não venham estragá-la. A qual é tão espaçosa que todos os navios do mundo poderiam ali ancorar com certeza. É semeada de prados e ilhas tão belas, com bosques sempre verdes; numa delas (estando ao alcance do tiro de canhão daquela que ele fortificou) colocou o resto de sua artilharia e toda a sua gente, temendo que, se ficasse em terra firme, os selvagens nos saqueassem para ter sua mercadoria.

A terra só produz milho, que chamamos em nossa terra de trigo sarraceno, do qual eles fazem vinho com uma raiz que chamam maniel, que tem a folha do *Poenia mas,* e pensava verdadeiramente que fosse. Ela vem em árvores da altura do *sanbucus.* Dela fazem farinha mole e que é tão boa quanto pão. Vi uma planta que eles chamam petun, da altura de *consolida major,* da qual chupam o suco e puxam fumaça, e com esta erva podem segurar a fome oito ou nove dias. Além disso, há duas espécies de frutos maravilhosamente bons: um que eles chamam nana, e vem numa planta semelhante à aloés; no entanto ela é espumosa; a fruta é do tamanho de uma alcachofra, cheia de suco açucarado, entretanto é de má digestão. O outro é uma espécie de figo que eles chamam pacova; a planta deste tem as folhas do *Lapathum aquaticum.* É de boa digestão. A terra produz também pequenas e boas favas, que alimentam bem; e cana-de-açúcar, mas não em grande quantidade. A mesma coisa para as laranjas, limões e limas; mas tão pouco que não é nada, pois os habitantes são negligentes em cultivá-las; quanto às outras plantas, só reconheci a beldroega, a murta e o manjericão. Tudo o mais é tão selvagem, e tanto, que se mestre Jean, demonstrador das ervas aqui estivesse, ele não o conseguiria. Penso que encontraremos aqui alguns metais, pois os Portugueses encontraram ouro, prata e cobre, cinqüenta léguas mais a jusante, e cinqüenta léguas mais rio acima. A terra é banhada por lindos rios de águas doces,

as mais puras que já vi. O ar é temperado, tendendo mais para o calor que para o frio. Seu verão é no mês de dezembro, quando o sol vem ao seu Trópico, e que lhes está para Zênite. Durante todo o tempo que o sol se aproxima deles, à noite, eles têm chuva e tempestade durante três horas: o resto do tempo que o sol se retira em seu equinócio e em seu Trópico de Câncer, o tempo é (como eles dizem) o melhor do mundo. Isso quanto à fertilidade da terra, salubridade e disposição do ar.

Resta falar dos habitantes, de sua vida, usos e costumes. Esta nação é a mais bárbara e estranha que existe sob o céu, é o que penso com toda a honestidade. Pois vivem sem o conhecimento de nenhum Deus, sem preocupação, sem lei ou nenhuma religião, como as bestas selvagens que são levadas somente por seu sentimento. Andam nus, sem nenhuma vergonha ou recato de suas partes vergonhosas, e isto tanto para os homens como para as mulheres. Sua linguagem é bastante copiosa em expressões, mas sem números, tanto que quando querem significar cinco, eles mostram os cinco dedos da mão. Fazem a guerra a cinco ou seis nações. Quando fazem prisioneiros, é a eles que dão em casamento suas moças mais bonitas, colocando em seus pescoços tantas voltas quanto as luas que querem conservá-los. Depois, quando o tempo expira, fazem vinho de milho e raízes, com o qual se embebedam, chamando todos os seus amigos. Em seguida, aquele que fez o prisioneiro o mata com um porrete de madeira, e o divide em pedaços, que fazem assados, e que comem com tanto prazer que dizem ser ambrosia e néctar. Eles comem serpentes, crocodilos, sapos e grandes lagartos que apreciam tanto quanto nós os capões, as lebres e os coelhos. Sua aliança tem cem léguas de extensão. Guerreiam com os Ouitachas, Ouyamas, Margaiás, Taliarbas e Portugueses. As condições destes são as mesmas que as dos que conhecemos. Tomam quantas mulheres quiserem, e as mulheres têm a liberdade de deixar seus maridos por pequenas ocasiões. Estimam nossas roupas, nossas armas e tudo o que vem de nosso país, desprezando o ouro, a prata e todas as pedrarias, que nós apreciamos muito. Suas armas são arcos e flechas armadas com pequenos ossos. Navegam em canoas ou almadas que têm trinta ou quarenta pés de comprimento. Nadam naturalmente bem, pois não se preocupam em afundar na água ou não. Suas riquezas são colares brancos, que fazem de conchinhas do mar; e ainda as plumagens de que se revestem quando chegam. E mais a madeira do Brasil, com a qual carregam os navios. A madeira cresce maravilhosamente alto, e com folha de buxus. Eu vi árvores com a altura de cem pés, e seis de diâmetro. Penso que (se Deus não tiver piedade deles) serão muito difíceis de se converter ao cristianismo; e com grande dificuldade poderemos acabar com este miserável costume de se comerem uns aos outros. Vivem em congregação, se juntando quinhentos ou seiscentos e construindo suas longas cabanas que os antigos chamavam mapalia. Todos os de uma família ficam voluntariamente juntos. Têm algodão do qual fazem camas que penduram e onde se dorme tão bem quanto em camas de penas: não dormimos em outras camas. Em cada aldeia, o mais valente é o que fez e matou mais prisioneiros, e o tomam por Rei. Entre eles tudo é comum, mas quando nos trazem alguma coisa, é preciso dar algo por aquilo, se não eles se descontentarão.

Foi isso, meus irmãos, o que pude recolher, e colocar por escrito de nossa viagem, até o momento presente; nós esperamos, com a ajuda de Deus, ir mais a jusante, até além de trinta e sete ou trinta e oito graus. O que não deixarei de vos escrever, esperando a volta ao país. Durante este tempo, rezarei ao criador para vos dar em vida longa e feliz, a realização de vossos bons desejos, me recomendando afetuosamente a vossa boa graça. Do rio de Guanabara no país do Brasil, na França Antártica, sob o trópico de Capricórnio, neste primeiro dia de fevereiro de 1555.

Vosso mui perfeito amigo,

NICOLAS BARRÉ.

E as presentes foram recebidas na quinta-feira 23 de julho de 1556.

Segunda Carta

Meus irmãos e melhores amigos, a ocasião se oferecendo, eu não quis deixá-la passar sem vos escrever sucintamente sobre os riscos e perigos extraordinários dos quais o senhor Deus, por sua bondade, nos livrou. A fim de que (como nós) aprendais a vos assegurar de sua bondade quando estiverdes em tais ou outros perigos.

Dois dias depois da partida das naus, que foi no quarto dia de fevereiro de 1556, descobrimos uma conjuração feita por todos os artesãos e manobreiros que tínhamos trazido, que eram em número de trinta, contra o senhor de Villegaignon e todos nós que estávamos com ele, que éramos somente oito na defesa. Soubemos que tudo fora conduzido por um intérprete, dado ao dito senhor por um gentil-homem normando, que acompanhara o dito senhor até este lugar. Este intérprete era casado com uma mulher selvagem, que ele não queria deixar nem tomar como mulher. Ora, o dito senhor de Villegaignon, no início, regrara sua casa como homem de bem e temente a Deus, proibindo que nenhum homem tivesse nada com essas cadelas selvagens, se não as tomássemos por mulher, e sob pena de morte. Este intérprete vivera (como todos os outros vivem) na maior abominação e vida epicuriana que é impossível de se contar: sem Deus, sem fé, nem lei, no espaço de sete anos. Desse modo, fazia-lhe mal abandonar sua puta e vida superior, para viver como homem de bem, junto dos cristãos.

Primeiramente propôs envenenar o senhor de Villegaignon, e a nós também: mas um de seus companheiros afastou-o da idéia. Em seguida dirigiu-se aos artesãos e manobreiros que sabia viverem com desgosto e grande trabalho, e pouco alimento. Isso porque, dos víveres que trouxéramos da França, para viver em terra, combináramos no primeiro dia deixar a Sidra, e em seu lugar beber água. E quanto ao biscoito, nos acomodarmos a uma certa farinha do país, feita de raízes de árvores, que têm as folhas semelhantes à da peônia e são mais altas que a altura de um homem. Esta súbita e repentina mudança foi considerada horrível pelos artesãos, que só tinham vindo atrás de proveitos e benefícios particulares. Juntando-se as águas difíceis, os lugares difíceis e desertos e o muito trabalho que lhes dávamos, pela necessidade

de alojar onde estávamos, foram facilmente seduzidos pela proposta de grande liberdade que teriam e as riquezas também depois, das quais dariam aos selvagens de abandono, para viverem à vontade. E eles voluntariamente concordaram, e logo quiseram pôr fogo à pólvora que havia sido colocada num celeiro feito rapidamente, sob o qual dormíamos todos; mas alguns não acharam que isso fosse bom, porque toda a mercadoria, móveis e jóias que tínhamos se perderiam, e com isso nada se ganharia. Concluíram, pois, entre eles, de vir nos saquear, e cortar a garganta, enquanto estivéssemos em nosso primeiro sono.

No entanto, encontraram dificuldade com três escoceses que o dito senhor tinha em sua guarda, os quais tentaram igualmente seduzir; mas eles, depois de ter conhecido seu malquerer, e a coisa ser certa, vieram me advertir, e revelaram todo o fato. O que imediatamente eu declarei ao dito senhor, e aos meus companheiros para evitar. Evitamos imediatamente prendendo quatro dos principais, que foram acorrentados e postos a ferros diante de todos; o autor não estava ali. No dia seguinte, um daqueles que estava a ferros, se sentindo convencido do erro, se arrastou para perto da água, e se afogou miseravelmente. Um outro foi estrangulado. Os outros servem agora como escravos: o resto vive sem reclamações, trabalhando muito mais diligentemente que antes. O autor intérprete (porque ele não estava lá) foi advertido que seu negócio tinha sido descoberto. Desde então não voltou mais a nós, fica agora com os selvagens; ele corrompeu todos os outros intérpretes da dita terra, que são em número de vinte ou vinte e cinco, os quais fazem e dizem tudo de pior que podem, para nos assustar e nos fazer voltar para a França. E como aconteceu que os selvagens estão sendo perseguidos por uma febre pestilenta desde que estamos em terra, da qual morreram mais de oitocentos, persuadiram-nos que era o senhor de Villegaignon que os fazia morrer, pelo que concebem uma opinião contra nós e queriam nos fazer a guerra, se estivéssemos em terra continental.

Este lugar é um ilhéu de seiscentos passos de comprimento e de cem de largura, cercado por todos os lados de mar, largo e longo de um lado e de outro, ao alcance de uma colubrina, que é a causa porque não podem aproximar, quando seu frenesi os toma. O lugar é naturalmente defendido, e pela arte nós o defendemos e fortificamos tanto que, quando eles vêm nos ver em suas canoas e almadas, eles tremem de medo. É verdade que há um problema de comodidade de água doce, mas nós fizemos uma cisterna que poderá guardar e conter água, para o número que somos, por seis meses. Desde então perdemos uma grande nau e um barco contra os rochedos, o que nos faz grande falta, porque só podemos buscar água, madeira, víveres, de barco. Com isto, um mestre carpinteiro e dois outros manobreiros foram ter com os selvagens para viver em maior liberdade. Não obstante, Deus nos deu a graça de resistir constantemente a todos esses trabalhos, não nos deixando descrer da sua misericórdia. Quis nos enviar estas coisas para mostrar que a palavra de Deus põe raízes dificilmente num lugar, a fim de que a glória lhe seja dada; mas também, quando ela põe raízes ela dura para sempre. Estes problemas me impediram de reconhecer o país, se havia minerais ou outras coisas singulares, o que vai ser para uma outra vez. Ameaçam-nos muito que os portugueses viriam nos sitiar, mas a bondade divina nos protegerá.

Eu vos suplico aos dois, de me escreverem amplamente as vossas notícias, e me advertir de vossos desejos, e onde esperais vos retirar para gozar do usufruto de vossos estudos, a fim de que, quando o Senhor me quiser chamar desse país, eu possa me juntar a vós, a quem eu peço vos dar em longa e feliz vida, o cumprimento de vossos bons desejos, me recomendando afetuosamente a vossas boas graças.

Do rio de Guanabra, no país de Brasil na França Antártica, sob o trópico de Capricórnio, neste vigésimo quinto dia do mês de maio de mil quinhentos e cinqüenta e seis.

Vosso bom amigo,

NICOLAS BARRÉ."

OS OLHOS DO ESPIA

A Nova Gazeta da Terra do Brasil
(1514)

Esse documento extraordinário dos primeiros anos da história brasileira revela os complexos laços de interesse e participação que tiveram as maiores casas financeiras européias nas expedições comerciais ao Brasil. Trata-se de um opúsculo impresso em alemão, dado a conhecer por Humboldt, que relata uma viagem ao Brasil, por volta de 1513-1514, de um navio armado, entre outros, pelo comerciante espanhol Cristóbal de Haro. Mais tarde, foram encontrados os manuscritos que serviram para a impressão do texto na biblioteca dos Fugger, em Augsburg, que permitem concluir que foram escritos na Ilha da Madeira, em 1514, para um destinatário em Antuérpia (Anvers), que era o grande centro europeu de comércio de produtos do mundo colonial. A dinastia de financistas alemães, os Fugger, do mesmo modo que seus tradicionais rivais também sediados em Augsburg, os Welser, estava ligada a toda sorte de empreendimentos financeiros e comerciais na Europa e em suas colônias. A casa bancária de Jacob Fugger, apelidado O Rico, havia acumulado uma massa de informações sobre a conquista e as oportunidades de exploração do mundo colonial que poderia comparar-se à dos grandes conglomerados financeiros modernos. Laguarda Trias comenta que a Casa Fugger de Augsburg possuía uma verdadeira agência de informações. A Hofbibliotek de Viena conserva uma coleção de cerca de 20.000 Zeitungen manuscritas, recebidas pelos Fugger durante a segunda metade do século XVI de todas as partes do mundo.

* O original, em alemão, *Copia der Newen Zeytung auss Presilg Landt*, foi impresso anônimo, sem local e sem data, anterior a 1515. A edição utilizada é a de Rodolpho Schuller, *A Nova Gazeta da Terra do Brasil*, Rio de Janeiro, Bibliotheca Nacional, 1914: 1-3.

"Item sabei que a 12 do mês de Outubro aqui aportou da terra do Brasil, por falta de vitualhas, um navio que Nuno e Christovão de Haro e outros armaram ou aprestaram. São dois os navios com licença do rei de Portugal para descrever ou reconhecer a terra do Brasil. E descreveram a terra mais seiscentas ou setecentas milhas do que antes se sabia. E assim chegaram (à altura do) Cabo da Boa Esperança, que é uma ponta ou lugar que avança no mar, de Norte a Sul, e ainda um grau mais acima ou mais longe.

E quando chegaram àquele clima ou região, isto é, quarenta graus de altura (latitude Sul) descobriram o Brasil, com um Cabo, isto é, uma ponta ou um lugar que avança no mar. E navegaram em volta ou circunavegaram esse mesmo Cabo e acharam que aquele Golfo corre do mesmo modo que a Europa, do lado do poente para levante, isto é, situada entre o Levante ou Este e o Poente ou Oeste. Depois viram terra também do outro lado, quando tinham navegado perto de sessenta milhas em volta do Cabo, do mesmo modo que quem navega para Levante e passa o estreito de Gibraltar, isto é, passa por ele e vê a terra de Berberia. E quando deram volta ao Cabo, como fica dito, e navegaram para Noroeste, era tão grande aí o temporal e também ventava de tal modo que não puderam navegar mais para diante. Assim foram obrigados a voltar pela Tramontana, isto é, Norte ou meia-noite, ao outro lado e costa, isto é, à terra do Brasil. O piloto, isto é, o comandante ou capitão, que navegou neste navio, é meu ótimo amigo. Ele é também o mais afamado (piloto) que tem o rei de Portugal. Esteve também em algumas viagens na Índia e diz-me e opina que desse Cabo do Brasil, isto é, um começo da terra do Brasil, não há mais de seiscentas léguas para Malacca. Pensa também que em curto tempo com tal *viagio,* isto é, caminho ou viagem, (será possível) ir e voltar de Lisboa a Malacca, o que trará ao rei de Portugal, com a especiaria, grande auxílio. Acham também que a terra do Brasil se estende até Malacca.

E quando voltaram para a costa ou lado do Brasil, para Oeste, acharam muitos rios bons, isto é, rios e portos, do mesmo modo que durante a navegação para lá. São bem povoados, isto é, cheios de gente ou muito habitados, e dizem que quanto mais para o Cabo tanto melhor a gente, de bons costumes, de índole honrada; não há neles vício nenhum, a não ser que uma aldeia faça guerra à outra. Não se comem, porém, uns aos outros, como na terra do Brasil inferior. Matam-se todavia uns aos outros: não fazem prisioneiros. Dizem que o povo é quase de boa e franca condição, isto é, de boa natureza. O povo naquela costa ou lado também não tem *leze,* isto é, leis, nem rei e unicamente honram entre eles aos velhos e lhes obedecem da mesma maneira que na terra do Brasil inferior. O povo é o mesmo; tem somente outra língua.

Nessa mesma costa ou terra há ainda memória de São Tomé. Quiseram também mostrar aos Portugueses as pegadas no interior do país. Mostram igualmente a cruz que há terra adentro. E quando falam de São Tomé dizem que ele é o deus pequeno. Pois há outro deus que é maior. É bem crível que tenham lembrança de São Tomé, pois é sabido que São Tomé realmente está por trás de Malacca na costa de Siramatl no golfo de Ceilão. Na terra dão freqüentemente aos seus filhos o nome de Tomé. No interior há grandes montanhas. Dizem que em alguns lugares nunca desaparece a neve, conforme informa a gente do lugar. Estiveram em alguns portos, onde encontraram muitas peles diferentes e curiosas de animais ferozes. Mesmo cruas, vestem-nas as gentes sobre o corpo nu. Não sabem prepará-las. Especialmente peles de leões e leopardos, de que existem muitos na terra, lince e gineta da mesma que se caça na Espanha e também peles pequenas, que se parecem com as da gineta e semelhantes às do lince, quando são magníficas de cabelos e assim parecem peles de marta. Cortam as grandes peles de leopardos e linces e fazem delas cintas da largura de um palmo. Há também muitas lontras e castores, o que é sinal de que a terra tem grandes águas correntes. Há também cintas de peles que me são desconhecidas. Das peles anteriormente mencionadas e um tanto diferentes ou que eram cobertas de pêlo branco, comprei para mim, mas não muitas, pois não trouxeram em quantidade tais peles encabeladas, que, dizem, eles não têm procurado porque não são apreciadas. Dizem que o outro navio que ainda ficou atrás transporta muitas dessas peles e outras coisas, pois esteve mais tempo a carregar. Nele está também o capitão dos dois navios. Entre outras coisas comprei ainda três peças de várias peles cosidas juntas. São todas três quase tão grandes que podem forrar um gibão. Os portugueses não as têm estimado. Na terra se cobrem com elas, cosidas juntas, da mesma maneira que em nossa terra se faz o cobertor com peles de lobos. É realmente por si só um magnífico forro. Cada uma das peles é do tamanho da do texugo e tem a cor da do cervo. A pele exterior é coberta de lã, tem cabelos compridos e agudos, um tanto espessos, da mesma maneira que uma zibelina. A parte interior da pele é macia como a da marta. A pele tem de si mesma um cheiro muito agradável. A terra tem também uma extraordinária quantidade de frutas, que na qualidade são diferentes das que temos em nossa terra.

Acharam também na terra canafístula da grossura de um braço.

Há igualmente mel, cera, uma espécie de goma muito semelhante à terebentina, muitas aves e de muitas qualidades, de pés cabeludos. A sua defesa se faz com o arco, como é usado na terra do Brasil inferior. Não têm mina de ferro; dão por uma acha ou machado e por uma faca o que possuem, como é costume na terra do Brasil inferior. Há também na terra uma qualidade de especiaria, que arde na língua como pimenta e ainda mais forte. Acha-se numa vagem com muitos grãosinhos dentro. O grão ou semente é do mesmo tamanho da ervilha. Deveis saber além disto que eles trazem notícias bastante exatas de que do referido Cabo até nós há perto de 200 milhas e que aí estiveram num porto e rio, onde receberam notícias de muita prata e ouro e também cobre que se acham no interior do país. Dizem que o capitão do outro navio traz para o rei de Portugal um machado de prata semelhante aos seus (dos naturais) machados de pedra. Traz-lhe também um metal que dizem parecer latão e não receber ferrugem nem corrupção. Não sabem se é ouro baixo ou o que é. Nesse mesmo lugar, à beira-mar, souberam daquele mesmo povo que no interior do país existe um povo serrano que tem muito ouro e traz o ouro batido fino à maneira de arnês na fronte e ao peito. O capitão traz também um homem daquela terra que quis ver o rei de Portugal. Diz ele que quer dar notícia ao rei de Portugal de que se acham no país tanto ouro e prata que seus navios não podem carregar. As gentes daquele lugar também dizem que às vezes chegam ali outros navios. Trazem roupas como nós. Os portugueses dizem que são franceses segundo informa o povo. E têm também barbas, quase todos vermelhas. E os honrados portugueses dizem que são Chins que navegam para Malacca. Há notícias de que isto é exato, pois sabem que em Malacca a prata e o cobre são mais baratos do que em nossa terra.

Anthony Knivet. *Vária Fortuna e Estranhos Fados* (1592)

O texto de Anthony Knivet narra as aventuras e desventuras de um marinheiro inglês nos últimos anos do século XVI que, abandonado com outros companheiros doentes na costa de São Sebastião, ao sul do Rio de Janeiro, viveu anos como servo ou escravo dos portugueses, até conseguir voltar à Inglaterra depois de muitas tentativas frustradas. Knivet engajou-se muito jovem como grumete ou moço de bordo na esquadra de Thomas Cavendish que, em 1591, empreendia a sua segunda viagem de circunavegação do mundo. Tendo tocado vários pontos da costa brasileira, onde tentou inutilmente ocupar Santos após haver incendiado a Vila de São Vicente, viajaram até o estreito de Magalhães e voltaram, depois, ao Brasil, onde, finalmente, foi Knivet abandonado com outros companheiros enfermos. A história subseqüente de Knivet retrata bem as agruras, incertezas e a violência da vida na colônia americana. Tendo escapado várias vezes e vivido em contato demorado e íntimo com os índios, o testemunho de Knivet é extremamente adequado para um retrato de primeira mão dos vários grupos indígenas que conheceu (Potiguara, Mariquitá-Tapuia, Tupinambá, Aimoré, Temiminó, Goitacá, Guayaná, etc.). Não menos informativa é a descrição que faz Knivet dos portugueses do Brasil, inclusive de seus dirigentes, como Salvador Correia de Sá, governador do Rio de Janeiro e vitorioso comandante da reconquista de Angola, ocupada pelos holandeses. A experiência de Knivet se estende à África, para onde havia fugido e de onde foi devolvido ao Brasil.

* Foi publicado pela primeira vez por Samuel Purchas em *Purchas His Pilgrimes*, Londres, impresso por William Stansby, 1625. A edição utilizada do texto de Anthony Knivet é *Vária Fortuna e Estranhos Fados*, São Paulo, ed. Brasiliense, 1947: 42-53.

Assim tendes a gazeta das novas notícias. O navio está, sob a coberta, carregado de pau-brasil e na coberta está cheio de rapazes e raparigas comprados. Pouco custaram aos portugueses, pois na maior parte foram dados por livre vontade, porque o povo de lá pensa que seus filhos vão para a terra prometida. Dizem também que o povo naquele lugar alcança até aos cento e quarenta anos."

"(...) No dia seguinte o nosso navio levantou ferros, mas se seguiu, não sei. Fomos levados pelos portugueses para o Rio de Janeiro. Fui com um mestiço, meio português e meio índio, que me salvou a vida na noite em que fui aprisionado. Ao chegarmos à cidade de São Sebastião no Rio de Janeiro, os portugueses em suas canoas faziam tal tumulto com apitos e tambores que todo o povo da cidade veio à praia para ver-nos e, com isto, as canoas volteavam como se estivessem em combate. Dois portugueses tomaram-me e atiraram-me à praia, dizendo "aqui está a nossa presa", a maré estando forte, carregou-me para mar alto, onde teria perecido afogado, se não fora uma mulher que, vendo as ondas rolar-me embora, mandou dois ou três escravos e estes me salvaram. Quando voltei à praia, todos os portugueses estavam na igreja de Nossa Senhora; quis também lá ir, mas não me permitiram eles alegando que eu não era cristão. Então fui levado à presença do governador, que me deu ao homem que me havia salvo; fiquei plenamente satisfeito, pois este tratou-me com muita bondade por ocasião de minha vinda com ele da ilha de São Sebastião. Pelo espaço de três meses durante que estive com este homem, cuidei da casa; ia à beira-mar com seus bacorinhos, e daí lhe trazia todos os dias um cesto cheio de caranguejos que habitam a areia lamacenta, em buracos tão profundos que neles se pode meter o braço inteiro. Era esta uma vida áurea; meu amo chamava-me filho; jantava e ceava com ele; possuía também uma rede para dormir e deitava-me no próprio quarto do meu senhor.

Certa vez, estando à praia a dar banhos nalguns cachorrinhos, avistei uma canoa cheia de portugueses, que me levaram consigo para a cidade. Porém, assim que desembarquei, ocorreu-me a casa do meu amo, para onde voltei em fuga. Quando fugia, encontrei Henrique Barrawell. No dia seguinte, o governador mandou chamar-me e inquiriu quem era eu; disse-lhe ser um pobre moço de bordo, pelo que Henrique Barrawell exprobrou-me perguntando-me o que pretendia eu dizendo tal ao governador. Repliquei que eu não era outra coisa senão o que havia dito; então o governador ordenou que fosse eu levado ao engenho de açúcar, onde permaneci três meses, até que as roupas que eu possuía fossem reduzidas a farrapos, em trabalho contínuo numa barca, dia e noite, de cá para lá, transportando cana-de-açúcar e madeira para a moenda. A vida miserável que eu levava, desinteressou-me de tudo; não tinha nem alimento, nem roupas, somente pancada, tanta quanto um escravo de galé. Resolvi então fugir para o mato, pois envergonhava-me ser visto assim nu pelos portugueses. Fiz para mim uma choça numa grande caverna no sertão, onde estive sete meses. Durante o dia pescava para viver e à noite ia à casa de alguns índios

levar-lhes peixe; por este me davam farinha de caçabe e várias espécies de raízes que me serviam de pão. Por fim o governador mandou-me buscar, deu-me um terno de roupa azul, e ordenou-me trabalhar numa horta, onde eu carregava terra e cavava o chão para a plantação de couves e nabos.

Passada esta temporada, fui obrigado de novo a tomar conta do bote de açúcar, onde era mais maltratado do que nunca o tinha sido, pois o feitor, indivíduo que odiava os ingleses, reduzia-me mais à condição dum cão do que à dum ente humano. Havia já quatro meses que trabalhava na barca, quando sucedeu que um dos filhos do governador, por nome Martim de Sá, veio do Espírito Santo. Este homem teve pena da minha vida desgraçada, manifestando a seu pai o desejo de que eu fosse dado a ele. O governador consentiu e fui muito bem tratado pelo meu novo dono, durante dois anos em que o servi. Aconteceu porém que este moço e sua madrasta tiveram uma desavença, pelo que o governador seu pai mandou-o para uma povoação chamada Guaianases, a qual estava em paz com os portugueses, e cujos habitantes, por facas e machadinhas, vendiam suas mulheres e filhos. Acompanhei-o nesta viagem e chegamos a uma aldeia chamada Jaguarapipo, que quer dizer — "É este o cachorro?" — Meu amo vendo-me solícito em prestar-lhe serviços, mandou-me desta aldeia, com oito de seus escravos carregados com machadinhas e facas, para uma outra tribo de canibais, chamados puris, que eram também amigos dos portugueses; bem antes porém de que qualquer português lá tivesse chegado, apresentei-me ao aldeamento dos puris, onde fui recebido da seguinte maneira:

Assim que me aproximei duma grande casa, que julguei ser a do seu principal, ao qual chamam morubixaba, haviam pendurado uma bela rede entre dois moirões, ordenando-me nela sentar-me, e assim que me sentei, vieram pelo menos vinte mulheres, algumas pousando sua cabeça nos meus ombros, outras nos meus joelhos, e puseram-se a chorar, num alarido tão lamentoso, que me causou espanto; mas resolvi ficar calado e quieto até que elas tivessem terminado. Logo que as mulheres se foram, entrou um homem velho, todo pintado de vermelho e preto, tendo três grandes furos na face: um no lábio inferior e outros dois de cada lado de sua boca, e em cada um destes furos havia uma belíssima pedra verde. Este canibal atravessou a casa onde eu estava e com uma espada de madeira nas mãos, à medida que se aproximava, bradava em altas vozes, olhando como se fora um louco, batendo as mãos no peito e nas coxas; sempre gritando, andava de cá para lá. Quando este selvagem acabou seu discurso, deu-me uma pancada à cabeça, desejou-me as boas vindas e ordenou que os manjares que havia em sua casa fossem postos diante de mim para comê-los. Depois que aí estive duas ou três horas, correu notícia da minha chegada por toda a aldeia, e desta, às outras que lhe ficavam vizinhas.

Enquanto permaneci neste povoado, um nativo por nome Guainumbi, que nutria grande ódio aos portugueses, veio até mim, com duas mulheres, e ao entrar na casa em que eu me achava, pousou suas mãos no pescoço delas, assim dançando à minha frente; depois que havia dançado, talvez por um quarto de hora, falou-me, dizendo: "Vês estas mulheres? Pelo meu valor conquistei-lhes o amor, e agora, o desejo delas, que jurei cumprir, é matar-te, assim como fiz a muitos outros". Respondi-lhe que não tinha vindo como um inimigo contra ele, ou nenhum dos seus, mas como amigo que lhe trazia muitas coisas, as quais, eu estava certo, lhe seriam úteis; porém, se nada o satisfizesse senão a minha vida, assegurava-lhe que ele e todo o seu país pagariam por ela. A isto não deu nenhuma resposta e começou a repartir as minhas coisas, que estavam perto de mim, entre as suas concubinas; então saltei do leito, tomei minha espada nas mãos, e enxotei o canibal das minhas coisas, revirando-o quase, de sorte que não ousou mais tocá-las, nem a mim tão pouco, mas permaneceu de pé injuriando-me e ameaçando matar-me. Com a algazarra que ele fazia, o ancião entrou na casa e vendo-me de espada em punho, perguntou-me o que havia. Contei-lhe tudo que se passara entre mim e o citado índio. Depois de ter-me ouvido, voltou-se para o bruto que me havia provocado e perguntou-lhe que razão tinha para fazer-lhe tão grande afronta, intrometendo-se com um amigo seu, em sua aldeia, e com rancor ordenou-lhe que a abandonasse, senão havia de fazê-lo arrepender-se de nela ter entrado. A este discurso, com medo das conseqüências, o homem foi-se com suas concubinas. Na manhã seguinte chegou à aldeia a nova de que Guainumbi estava a caminho com trezentos nativos; que necessariamente queria levar-me para a sua nação e aí deveria eu ser morto, segundo as leis do país; que deixara ordem às suas mulheres para preparar vinho, em todas as tabas, com presteza.

Ao ouvir isto, ordenou o ancião ao seu povo que tomasse suas armas manifestando desejo de que todos fossem consigo ao campo de guerra a fim de encontrar aqueles que vinham para atacá-lo; receberam tais ordens em meio de grande vozerio, protestando que preferiam morrer a ser desonrados. O velho chefe abraçou-me repetidas vezes, asseverando que desejava que eu me demorasse em sua casa. Agradeci-lhe pela amizade, e afiancei-lhe que de nenhum modo permaneceria em retaguarda; assim parti em sua companhia ao encontro do gentio no campo da luta. Sendo nós em muito maior número do que eles, mandaram-nos três ou quatro dos seus por mensageiros, declarando que tinham vindo em boa amizade, para comprar e vender as mercadorias que possuíam; diante da afirmação, o ancião deu-lhes licença a todos para entrar em sua aldeia, exceto ao índio que o havia desrespeitado na véspera. Na mesma noite dei ao velho chefe todas as minhas mercadorias, e pedi-lhe em troca que me fizesse conduzir fora do seu país; no dia seguinte este selvagem deu-me setenta escravos e ordenou que trezentos homens armados de arcos me acompanhassem até que eu tivesse passado o rio Paraíba. Daí retornaram eles à sua aldeia; em quarenta dias de viagem cheguei, com facilidade, de novo à Ilha Grande, onde encontrei meu amo Martim de Sá, que muito se regozijou com a minha volta; como recompensa dos meus trabalhos, prometeu-me que um dos escravos seria meu; mas chegando ao Rio de Janeiro, vendeu-os todos e nada me deu.

Estávamos em domicílio havia já dois meses, quando quis meu amo mandar-me de novo para as regiões dos selvagens em busca de mais escravos; como eu sabia porém que em troca disso nada obteria, recusei-me a ir. Por tal motivo recambiou-me ao seu pai, julgando talvez que eu resolveria seguir de preferência a servir seu pai no bote de

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

açúcar. Entretanto fiquei satisfeito de retornar ao seu pai na esperança de ser melhor tratado do que antes; meu amo incumbiu-me da pesca, com um pequeno bote, e deste pescado se preparava óleo para o engenho de açúcar. Uma noite, achando-me sobre um rochedo na pesca do tubarão, como o chamam os portugueses, tomei a linha e pondo-a debaixo de mim adormeci: pela meia-noite, no início da maré, um tubarão apanhou-me o anzol e estando a linha debaixo de mim, acordei, tomando-a nas mãos; mas correndo ela sobre o rochedo, não sei de que modo, enroscou-se em minhas pernas e o peixe arrastou-me para dentro do mar; assim que caí dentro d'água, o tubarão nadou para mim como se quisesse devorar-me; ao vê-lo aproximar-se, agarrei o anzol fisgado em sua boca e dando um puxão para baixo, fiz com que o tubarão se afastasse nadando. Lembrei-me então da faca que eu trazia ao pescoço, atada a um cordel, como os indígenas usam, e com ela cortei a linha; do contrário teria aqui finalizado todas as minhas desventuras. Meu corpo ficou todo esfolado pelas saliências da rocha, de tal modo que durante uma quinzena não estive em condições de andar.

Depois de curado, ordenou-me ainda outra vez o governador que fosse pescar. A este tempo se teve notícia no Rio de Janeiro, de que o senhor Hawkins estava em Cabo Frio, o que me deixou em extremo ansioso para ir à costa na esperança de encontrá-lo. Sucedeu um dia que, estando a pescar numa ilha a duas léguas da costa, Hawkins passou ao mar, a distância de ser apenas distinguido, mas o tempo estava muito claro. Assim que percebi os navios, mandei os índios que me acompanhavam para a praia, na ilha, ordenando-lhes que procurassem provisões. Eu tinha a certeza de que Hawkins esta noite iria à ilha de São Sebastião, em busca de alimento para seus homens. Vendo que o vento estava bom e todos os silvícolas em terra, alcei velas, tomando rota para a ilha de São Sebastião; a sorte, entretanto, era-me tão adversa que, já à vista dos navios, um vento contrário se levantou, com tamanha tempestade, que fui levado de encontro a uma ilha, cheia de fragas, e meu barco rebentou-se em pedaços, ficando eu todo ferido pelos rochedos. Conseguindo chegar à praia de tal ilha, fiquei três dias à míngua, sem possibilidade de sair dela. Os selvagens que haviam desembarcado na ilha onde pescávamos, voltaram à cidade, narrando como eu os havia enganado. Com esta notícia, mandou o governador, em procura dos navios, duas canoas, que arribaram à praia onde eu me achava, encontrando-me quase morto de fome, com a face toda esfolada pelos raspões das pedras. Deste sítio seguiram para a ilha de São Sebastião, mas Hawkins já se tinha ido; retornaram para o Rio de Janeiro, tendo sido eu trazido de mãos atadas às costas; toda a cidade vaiou-me, chamando-me fujão; fui levado à presença do governador que, furioso, mandou-me à prisão, onde fui tratado como um animal, pelo espaço de quinze dias; deitava-me ao chão, davam-me apenas farinha de caçabe e água. Depois que suportei toda esta miséria, fui condenado à forca, como fugitivo e luterano; mas quando eu passava pelo Colégio de Jesus, todos os frades saíram fora, com um grande crucifixo, e de joelhos diante do governador, imploraram-lhe meu perdão. Então fui posto de novo em prisão, onde permaneci por mais três dias, após que, trazido numa tarde de feira, de mãos e pés amarrados, fui batido em público com cordas, de modo a não ter um só lugar da pele inteira no meu corpo; depois que me puniram desta forma, puseram-me novamente em cárcere, onde fiquei quinze dias, sem carne nenhuma, apenas com farinha de caçabe e água; tinha por cama o chão; o corpo todo machucado e cheio de vermes por deitar-me à terra.(...) "

A VISÃO EDÊNICA

Simão de Vasconcelos. *Notícias Curiosas e Necessárias*
(1663)

Simão de Vasconcelos nasceu na cidade do Porto em 1597. Veio muito jovem para o Brasil e, aos dezenove anos, ingressou na Companhia de Jesus na Bahia. Acompanhou o padre Antônio Vieira a Portugal em 1641, voltando, no ano seguinte, para o Brasil, como provincial e reitor dos Colégios jesuíticos da Bahia e do Rio de Janeiro. Além dos relatórios e cartas pertinentes a suas funções, escreveu várias outras obras como *A Vida do Padre João de Almeida* e a *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, impressa em Lisboa, em 1663. Sua obra mais conhecida, a *Crônica*, é precedida pelas "Notícias Antecedentes, Curiosas e Necessárias das Cousas do Brasil", em que se propõe uma descrição geral das coisas e gentes do Brasil. Especialmente elaborado é o capítulo dessa introdução, que trata da natureza dos índios, seu estado de barbárie e as condições de sua regeneração pelo cristianismo e pela dominação colonial. Finalmente, trata da bondade da terra do Brasil e da hipótese de ter-se nela plantado o paraíso terreal.

Quando foi impressa a primeira edição da *Crônica* do padre Simão de Vasconcelos, a censura ao livro fez eliminar a parte das "Notícias Antecedentes e Curiosas" que tratava da hipótese de localizar-se o paraíso na América. Sérgio Buarque de Holanda fez copiar em Roma os parágrafos suprimidos e os reproduziu na terceira edição de sua *Visão do Paraíso.*

* Simão de Vasconcelos, "Notícias Antecedentes, Curiosas e Necessárias das Cousas do Brasil" Trata-se das páginas omitidas pela censura da edição original de 1663 da *Crônica da Companhia de Jesus* e publicadas por Sérgio Buarque de Holanda do manuscrito existente na Biblioteca Nacional Vittorio Emanoelle de Roma. A edição utilizada é a de Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso*, São Paulo, Nacional (Coleção Brasiliana, vol. 353), 1977:357-360.

"(...) Muitos Autores graves, antigos e modernos, tiveram para si que plantou Deus nosso Senhor o Paraíso cá da terra para a parte da linha Equinocial meio da Zona tórrida, debaixo dela, ou junto a ela, ou dela para o sul, que tudo tem a mesma dificuldade, e tudo vem a ser em favor de nosso intento. Aratosthenes, Polybio, Ptolomeu, Avicena e não poucos Teólogos de que fazem menção por maior São Tomás na primeira parte quest. 102 art. 2 e autor do curso Comimbricense no livro 2 do seu Capitulo 14 quest. 1 art 3, tiveram para si que debaixo da Equinocial meio da Zona tórrida criara Deus nosso Senhor o Paraíso terrestre por ser esta a parte da terra mais temperada, amena e deleitosa de todo o Universo. Santo Tomás na 1 part. quest. 102 art. 2 ad quert. dá esta opinião por provável com estas palavras: "Quid quid de hoc sit. credendum est Paradysum in temperatissimo Loco esse constitutum vel sub Equinoctiali, vel alibi". Que o Paraíso

terreal se há de crer que foi situado em lugar temperadíssimo ou debaixo da Equinocial ou em outra parte. E esta probabilidade de S. Tomás mostra seguir o Padre Soares no seu trat. de opere sex dierum lib. 3. Cap. 6 num. 36.

S. Boaventura 2 dist. 17 dub. 3 afirma claramente que situou Deus o Paraíso junto à Equinocial: "Quia secus Equinoctia (diz ele) est ibi magna temperies temporis": porque junto à Equinocial há grande temperança dos tempos. Durandos que o mesmo parecer pela mesma razão ibi quest. 3 num. 8. E em favor deste parecer diz o padre Soares pouco há citado. Podemos acrescentar, que aquele lugar da Equinocial é temperado, de cópias de águas, e freqüente de ventos que purificam os ares porque tem a experiência mostrado que as regiões que estão debaixo da Zona tórrida, tidas dos antigos por inabitáveis, são temperadas e se habitam com grande comodidade dos homens.

S. Tomás na 2.2 quest. 164 art. 2 ad quint. tem para si que situou Deus este Jardim ameno da Zona tórrida para sul de tal maneira que o caminho para ele vem a ser a mesma Zona tórrida que com seu demasiado calor (como supõe segundo Aristóteles lib 2 dos Meteoros) impede o passo e faz o Paraíso oculto, e inacessível aos mortais, servindo em lugar da espada de fogo do Anjo que proibia este caminho. Assim entende as palavras do dito Santo Soares no lugar já citado num. 36. Declara-se o Sto. mais na quaest. citada art. 1 dizendo que aquele lugar de deleites está separado da terra em que ele então habitava (que era Itália) com impedimento de montes e mares, ou de alguma ardentíssima região, que não se pode habitar: e a esta última condição se inclina mais. Esta sentença de S. Tomás segue também Scoto na 2. dist. 17 quaest 2. E Luis Vives nos Schol. sobre S. August. de Civitate Dei, lib. 13 Cap. 21. Concorda neste parecer S. Efrem referido por Cornel. Alapide no Cap. 2 do Gen. Vers. 8, parag. 4, onde diz que toda a terra em que então habitava era cingida do Oceano; e que além deste Oceano, em outra terra que era de outro mundo estava o paraíso. Com que outras palavras podia declarar o Novo Mundo da América. E mais claramente dizem que foi situado na América este Paraíso alguns Autores referidos pelo mesmo Padre Cornel. citado Cap. 2. vers. 8, parag. 5 suposto que lhe não quis particularizar os nomes.

Há além disso conjecturas por zonas porque os ditos Padres concordam que é o lugar do Paraíso temperadíssimo, ameníssimo e sempre igual. Todos os lugares anexos do antigo mundo, ou verdadeiros ou ainda fabulosos de Campos Elísios, Hortos pensiles, Ilha de Atlante etc. podem ceder a muitos da América: ou seja debaixo da linha Equinocial, ou junto a ela, ou dela para o sul, como se deixa ver do que temos tratado em todo este Livro, e no antecedente.

Em confirmação de tudo o dito em último lugar se prepondera a conjectura que se segue. Porque aquela parte do Céu mais perfeito da Zona tórrida, a que chamamos linha Equinocial é aquela que tem a seu cargo o governo do mundo universo: é regra do primeiro móvel e curso admirável dos mais orbes, de que pende o ser da natureza sublunar: é medida do tempo, da diversidade do Zodíaco, igualdade dos dias e noites, termos dos pontos da Etiópica, repartidora das partes da Esfera. Pois se por todas estas excelências a linha Equinocial é a parte mais nobre do Céu; a que lhe corresponde na terra, porque não há de ser a melhor? E por conseguinte a nata do mundo, porto de deleites e Paraíso terreal?

A probabilidade desta opinião deixo ao juízo dos que a têm: a mim me basta que dela se colhe meu primeiro intento que é tão grande a temperança do clima destas partes que chegaram tão graves Autores a plantar nelas o Paraíso. Nem diga alguém que a linha Equinocial e zona tórrida não corresponde somente à América, mas também à África e à Ásia: logo, ainda que concedamos que o Levante está para a parte da linha, e zona tórrida, não somos forçados a dizer que está na América, porque pode estar na África ou Ásia. E na verdade muitos Santos Padres disseram que fora plantado o Paraíso para o Oriente: que inclina-se a isso S. Boaventura acima citado. Nada faz contra este argumento, porque a linha Equinocial, depois de cortar a América de meio a meio (donde começa o Brasil) corta só uma ponta da África junto ao cabo da barca terra dos povos chamados Baramás, princípio do Congo e vai sair a enseada, que chamam Barbará do mar da Índia princípio das terras de Melinde. E a Ásia corta por meio das Ilhas de Samatra, ou Tapobrana, Borneo, Cenebes, Malacas e outras muitas, que por ali demoram; como se pode ver nas cartas Geográficas, que arrumam as terras do mundo. E em nenhuma destas partes da África, ou Ásia assignadas, ou junto a elas, ou delas para o Sul, sabemos que esteja o Paraíso terreal nem vemos Autores, que ali o pusessem, nem Deus para ele escolheria partes tão fora das condições daquele Jardim de deleites. E suposto que alguns Autores se achem, que quiseram enobrecer a Ilha Tapobrana com este dom do Autor da natureza, é com muito pouco fundamento, sendo coisa sabida a improporção de seu clima, malsão e infesto à saúde dos homens. Como testifica o Pe. Lucena na vida de São Francisco Xavier lib. 3, Cap. 10, e dito se deixa ver, que o que seguir que o Paraíso está para o norte da Equinocial, averiguando que não está na parte que responde a África ou Ásia, é força que diga que está na América: Está em uma das três partes: não na da África, ou Ásia: logo na da América.

O argumento dos Santos Padres que dizem que está para a parte do Oriente, vejam os curiosos em Soares alegado naquele Cap. 6, num. 34, e aí acharão que não convence: como nem também o argumento, que alguns trazem ao mesmo intento, dos quatro Rios do Paraíso. Não posso de tudo deixar de explicar esta dificuldade com mais algum vagar, por ser o Achilles da contrária parte. Vemos que diz a sagrada escritura que saiam da fonte daquele Horto de deleites quatro Rios, que regavam a terra: estes sabemos que nascem e correm hoje pelas terras que ficam ao Oriente: logo naquelas, e não nas da América está o Paraíso. Parece esta grande força, porém veja-se o Padre Soares no Livro e Capítulo citado acima, onde diz que este argumento não tem eficácia alguma para provar a vizinhança do Paraíso e mostra assim porque os lugares onde brotam estes Rios são hoje sabidos, e trilhados dos homens. O Nilo nos montes da Lua para a parte do Cabo da Boa Esperança, ou no Lago onde também nasce o Zaire junto ao Congo, e vai regando as terras Etiópicas do Preste João e desembocar no Egito por sete bocas no mar mediterrâneo. O Ganges no monte Cáucaso, e vai regando as terras da Índia. O Tigre e Eufrates nos montes da Armênia, e regam as terras da Mesopotâmia, Assíria e Armênia. E subindo os homens por todos estes Rios

até ao lugar onde brotam nenhum indício se tem achado do Paraíso Terreal. Donde dizemos, com S. Tomás, S. Agostinho, Ruperto, Teodureto e o Padre Soares, que aquelas não são as primeiras cabeças, donde tem sua primeira origem estes Rios, senão que nascem primeiro da fonte do Paraíso e depois se escondem por baixo da terra, com longo curso vão romper os lugares já ditos, que podem ser sítios distantíssimos do Paraíso, e tudo por conselho divino, porque seja oculto. Além do que se os sítios donde emanam estes Rios tão diferentes entre si que entre o do Tigre, e do Eufrates, e o do Ganges, e Nilo há distância de mais de setenta graus, que fazem melhor de quatro mil e trezentas milhas segundo escreve Ptolomeu, assim como não é de crer que todo este grande espaço (que compreende as regiões de Babilônia, Armênia, Mesopotâmia, Assíria, Índia, Pérsia, e muitas outras) fosse Paraíso assim também não se tira forçoso argumento que o Paraíso ficasse para o Oriente, porque podiam aqueles Rios ter seu nascimento oculto em parte muito diversa. E esta podia ser a América; e com menos distância daquelas fontes do que elas tem entre si. E por aqui temos concluído com os dois livros prometidos das notícias antecedentes curiosas, e necessárias das cousas do Brasil. (...)"

O JUÍZO DOS JESUÍTAS

Manuel da Nóbrega. *Apontamentos de Coisas do Brasil*
(8 de maio de 1558)

O padre Manuel da Nóbrega, teólogo e missionário jesuíta, foi o primeiro provincial da Companhia de Jesus no Brasil, onde chegou na leva inicial dos jesuítas em companhia do primeiro Governador Geral do Brasil, Tomé de Souza, em 1549. Ficou na colônia durante vinte e um anos, até sua morte no Rio de Janeiro, em 1570. O padre Manuel da Nóbrega teve, como nenhum outro jesuíta, exceto Antônio Vieira, grande prestígio e capacidade de influir junto aos governadores da colônia e ao próprio rei de Portugal. Testemunhos disso são suas cartas dirigidas a essas autoridades, nas quais não só discute as questões que mais de perto se relacionavam com seu ofício, isto é, a catequese dos índios, mas sugere medidas sobre as principais questões administrativas, políticas e econômicas da vida da colônia. Como teólogo tem vários pareceres sobre a política a adotar em relação aos índios e aos colonos. Entre esses, são muito conhecidos o *Diálogo da Conversão do Gentio* (1556-1557) e o parecer *Se o pai pode vender a seu filho e se hum se pode vender a si mesmo* (1567), que se referem à legitimidade da integração indígena ao sistema brutal do escravismo colonial (1). Em toda a atuação de Nóbrega ressalta a preocupação permanente com a dominação dos índios, pelos colonos, como pré-condição essencial à sua conversão e integração na ordem colonial. Esse critério, que pode ser generalizado para todos os jesuítas do século XVI, representa uma clara oposição aos missionários e teólogos das áreas espanholas da América, a exemplo do padre Las Casas.

O Apontamento de Coisas do Brasil, de 1558, é um texto exemplar de Nóbrega sobre sua visão e as opções que sugere num momento crítico da história do Brasil, que se situa entre a fundação de São Paulo (1554) e a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro (1566). As guerras continuadas contra os índios em todo

(1) LEITE (org.), 1955: 215-250; 397-429.

o litoral e as alternativas sugeridas pela presença jesuítica no planalto de São Paulo induziram Nóbrega à hipótese de transferência de suas atividades ao Paraguai, entre os Carijó (Guarani).

* Manuel da Nóbrega, *Apontamento de coisas do Brasil*, Bahia, 8 de maio de 1558. Original no Arch. S.J.Lus., em português: *Apontamento de cousas do Brasil*. A edição utilizada é a que se encontra em Serafim Leite, *Novas Cartas Jesuíticas*, São Paulo, Nacional (Coleção Brasiliana, vol. 194), 1940: 75-87.

"Primeiramente o gentio se deve sujeitar e fazê-lo viver como criaturas que são racionais, fazendo-lhe guardar a lei natural, como mais largamente já apontei a Dom Leão o ano passado.

Depois que o Brasil é descoberto e povoado, têm os gentios mortos e comidos grande número de cristãos e tomadas muitas naus e navios e muita fazenda. E trabalhando os cristãos por dissimular estas coisas, tratando com eles e dando-lhes os resgates com que eles folgam e têm necessidade, nem por isso puderam fazer deles bons amigos, não deixando de matar e comer, como e quando puderam. E se disserem que os cristãos os salteavam e tratavam mal, alguns o fizeram assim e outros pagariam o dano que estes fizeram; porém há outros a quem os cristãos nunca fizeram mal, e os gentios os tomaram, comeram e fizeram despovoar muitos lugares e fazendas grossas. E são tão cruéis e bestiais, que assim matam aos que nunca lhes fizeram mal, clérigos, frades, mulheres de tal parecer, que os brutos animais se contentariam delas e lhes não fariam mal. Mas são estes tão carniceiros de corpos humanos, que sem exceção de pessoas, a todos matam e comem, e nenhum benefício os inclina nem abstém de seus maus costumes, antes parece e se vê por experiência, que se ensoberbecem e fazem piores, com afagos e bom tratamento. A prova disto é que estes da Baía sendo bem tratados e doutrinados com isso se fizeram piores, vendo que se não castigavam os maus e culpados nas mortes passadas, e com severidade e castigo se humilham e sujeitam.

Depois que Sua Alteza mandou governadores e justiça a esta terra, não houve saltearem os gentios nem tomarem-lhes o seu como antes, e nem por isso deixaram eles de tomar muitos navios e matarem e comerem muitos cristãos, de maneira que lhes convém viver em povoações fortes e com muito resguardo e armas, e não ousam de se estender e espalhar pela terra para fazerem fazendas, mas vivem nas fortalezas como fronteiros de mouros ou turcos e não ousam de povoar e aproveitar senão as praias, e não ousam fazer suas fazendas, criações e viver pela terra dentro que é larga e boa em que poderiam viver abastadamente, se o gentio fosse senhoreado ou despejado, como poderia ser com pouco trabalho e gasto, e teriam vida espiritual, conhecendo a seu criador e vassalagem a S.A. e obediência aos cristãos e todos viveriam melhor e abastados e S.A. teria grossas rendas nestas terras.

Este gentio é de qualidade que não se quer por bem, senão por temor e sujeição, como se tem experimentado e por isso se S.A. os quer ver todos convertidos mande-os sujeitar e deve fazer estender os cristãos pela terra adentro e repartir-lhes o serviço dos índios àqueles que os ajudarem a conquistar e senhorear, como se faz em outras partes de terras novas, e não sei como se sofre, a geração portuguesa que entre todas as nações é a mais temida e obedecida, estar por toda esta costa sofrendo e quase sujeitando-se ao mais vil e triste gentio do mundo.

Os que mataram a gente da nau do bispo se podem logo castigar e sujeitar e todos os que estão apregoados por inimigos dos cristãos e os que querem quebrantar as pazes e os que têm os escravos dos cristãos e não os querem dar e todos os mais que não quiserem sofrer o jugo justo que lhes derem e por isso se alevantarem contra os cristãos.

Sujeitando-se o gentio, cessarão muitas maneiras de haver escravos mal havidos e muitos escrúpulos, porque terão os homens escravos legítimos, tomados em guerra justa, e terão serviço e vassalagem dos índios e a terra se povoará e Nosso Senhor ganhará muitas almas e S.A terá muita renda nesta terra, porque haverá muitas criações e muitos engenhos já que não haja muito ouro e prata.

Depois desta Baía senhoreada será fácil cousa sujeitar as outras Capitanias porque somente os estrondos que lá fez a guerra passada os fez muito medrosos e aos cristãos deu grande ânimo, tendo-o antes mui caído e fraco, sofrendo cousas ao gentio que é vergonha dizê-lo.

Desta maneira cessará a boca infernal de comer a tantos cristãos quantos se perdem em barcos e navios por toda a costa; os quais todos são comidos dos índios e são mais os que morrem que os que vem cada ano, e haveria estalagens de cristãos por toda a costa, assim para os caminhantes da terra como para os do mar.

Este parece também o melhor meio para se a terra povoar de cristãos e seria melhor que mandar povoadores pobres, como vieram alguns e por não trazerem com que mercassem um escravo com que começassem sua vida não se puderam manter e assim foram forçados a se tornar ou morrerem de bichos e parece melhor mandar gente que senhoreie a terra e folgue de aceitar nela qualquer boa maneira de vida como fizeram alguns dos que vieram com Tomé de Souza, tendo mui pouca razão de se contentarem dela naquele princípio, quando não havia senão trabalhos, fomes e perigos de índios, que andavam mui soberbos e os cristãos mui medrosos e por isso muito mais, se virem os Índios sujeitos, folgarão de assentar na terra. Nem parece que para tanto gentio haverá mister muita gente, porquanto, segundo se já tem experiência dele por outras partes, poucos cristãos bastarão e pouco custo e porventura que com pouco mais do que S.A. gasta em os trazer à fé por paz e amor e outros gastos desnecessários, bastaria para sujeitar toda a costa com ajuda dos moradores e de seus escravos e índios amigos, como se usa em todas as partes desta qualidade.

Devia de haver um protetor dos índios para os fazer castigar quando o houvessem mister e defender dos agravos que lhes fizessem. Este devia ser bem salariado, escolhido pelos Padres e aprovado pelo governador. Se o governador fosse zeloso bastaria ao presente.

A lei, que lhes hão de dar, é defender-lhes comer carne humana e guerrear sem licença do Governador; fazer-lhes ter uma só mulher,

vestirem-se pois têm muito algodão, ao menos depois de cristãos, tirar-lhes os feiticeiros, mantê-los em justiça entre si e para com os cristãos; fazê-los viver quietos sem se mudarem para outra parte, se não for para entre cristãos, tendo terras repartidas que lhes bastem, e com estes Padres da Companhia para os doutrinarem. Isto começou a executar D.Duarte e agora Mem de Sá o faz com maior liberalidade pelo Regimento, que trouxe de El-Rei, que está em glória, mui copioso e abundante, mas todavia será mui conveniente ser nisso alembrado de lá e fazer que lhe escrevam agradecimentos do que faz.

Meninos do gentio não há agora em casa. A razão é porque os que havia eram já grandes e deram-se a oficios, mas destes os mais fugiram para os seus, e como não havia sujeitá-los lá se andaram até agora que Mem de Sá os começa de fazer ajuntar, outros por não se poderem aqui sustentar por causa da fome que há dias que anda por esta Baia (não por falta de terra nem dos tempos senão por falta de quem faça mantimentos e haver muitos ociosos para os comer) foram mandados para a Capitania do Espírito Santo, não se tomaram outros, nem se fez por isso, por não se poderem sustentar, todavia já agora começaremos de ajuntar alguns de melhores habilidades nesta casa e tenho um homem muito conveniente para ter cuidados deles.

Que nos parece bem, além da superintendência espiritual dos moços, convir muito que o provincial ou Reitor de nosso colégio somente, tenha também a superintendência em todo o mais para ordenar as cousas, pondo e tirando e escolhendo quem deles tenha carrego e do seu, por que se de todo os alargarmos, em breve tempo será tudo tornado em nada, segundo a experiência nos tem ensinado e não têm eles, nem sua casa, mais ser que quanto nós ajudamos, maiormente por serem filhos dos gentios de que a gente desta terra tem mui pouco gosto, antes comumente se tem grande ódio a esta geração, e o que lhes pode fazer maior mal é se cuidar que salva melhor (a) alma e por isso se não escusa a superintendência que digo ou de todo alargá-los. Minha intenção quando se esta casa principiou foi parecer-me que nunca meninos do gentio se apartariam de nós e de nossa administração e o que se adquiriu foi para eles e para nós. Dos moços órfãos de Portugal nunca foi minha intenção adquirir a eles nada nem fazer casa para eles, senão quanto fosse necessário para com eles ganhar os da terra para os doutrinar e estes haviam de ser somente os que para este efeito fossem necessários e de cá se pedissem.

Torno a dizer que é tão grande o ódio que a gente desta terra tem aos Índios que por todas as vias os toma o inimigo de todo o bem por instrumentos de danarem e estorvarem a conversão do gentio porque de Mem de Sá, Governador, ajuntar quatro aldeias em uma e querer ajuntar outras em outra parte, não saberei dizer quanto o estorvam por todas as vias, mas neste caso parece-me bem o que faz Mem de Sá, e eu e D. Duarte assim lho aconselhamos, porque doutra maneira não se podem doutrinar nem sujeitar nem metê-los em ordem e os Índios estão metendo-se no jugo de boa vontade, *sed turba quae nescit legem* e não têm misericórdia nem piedade, e têm para si que estes não têm alma, nem atentam o que custaram, não têm o sentido senão em qualquer seu interesse.

Duas gerações estão aqui junto as quais de pouco tempo para cá se comem depois que cá somos e estão tão junto de nós e perto uns dos outros que é impossível poderem-se doutrinar nenhuns deles e todos sujeitos ao que o Governador lhes quer mandar e sofreram até agora grandes agravos dos cristãos até lhes tomarem filhas e mulheres e os matarem. E porque Mem de Sá lhes manda a uns e aos outros que não pelejem nem tampouco se entrem, lho contradizem por se temerem que serão amigos e far-se-ão mais fortes contra os cristãos. Desta opinião era Ambrósio Pires e eu também a tive muitos anos até que vi e soube a experiência que se tem em outras partes, *scilicet* no Peru e Paraguai onde está uma cidade de cristãos no meio da geração Carijó que é maior que todas as desta costa juntas e achega até as serras do Peru, tem mais de trezentas léguas. Destes, cem léguas ao redor, senhoreia aquela cidade donde não há mais gente que do que agora há nesta cidade. E quando começaram a senhoreá-las foi com trinta ou quarenta homens somente. E não somente se contentam com terem esta senhoreada mas outros que estão entressachadas e fazem amigos uns com os outros e os que não guardam as pazes são castigados e fazem deles justiça os castelhanos como poucos dias há aconteceu que fizeram aos índios de São Vicente que confinam com os Carijós por quebrantarem as pazes que o Capitão do Paraguai havia feito uns com os outros, e outras muitas experiências que se têm tomado desta geração, que eu tenho ouvido e lido e alguma cousa visto, mas os Portugueses destas partes como até agora estiveram sujeitos e medrosos dos índios *illic trepidant timore ubi non est timor*, porque não há perigo propínquo nem longínquo tampouco. É gente a desta terra que desejam a terra senhoreada e sujeita e terem serviço dos índios, mas isto que seja sem eles aventurarem nem uma raiz de mandioca. A este estorvo tão grande não sinto remédio senão se mandar gente que senhoreie a terra como me dizem que a Câmara desta cidade pede e senão ao menos devem animar muito nisto a Mem de Sá o qual parece que nisto é alumiado por Nosso Senhor e está bem na cousa, mas comumente estão todos contra a sua opinião e minha. Também se devia de haver uma carta de SS. AA. para a Câmara, em que declare quanto pretende a conversão do gentio, na qual não estorvem tanto, porque se isto vai como foi até aqui eu sou de voto que será escusado Colégio da Companhia e deviam nos dar licença para ir ao Peru ou Paraguai porque nem com cristãos nem com gentios aproveitaremos nada desta maneira ou se aqui aportar alguma nau da Índia passarmo-nos lá porque há doze anos que cada ano vem uma.

Acerca do apartamento dos meninos já tenho feito apartamento entre eles e nós, posto que apertadamente. Como houver que dar-lhes de comer recebê-los-emos.

Não me parece bem apertar agora muito por Colégio porque por mais propício que D. Duarte vá há de dizer que se acuda a outras maiores necessidades da terra e que nós estamos bem agasalhados, e na verdade se a terra não for em maior crescimento, eles têm razão; e para os Padres e Irmãos que houver, haverá bem honesto agasalhado maiormente que hão de residir nas povoações dos Índios os que não estudarem.

Estes quatro anos, que dura a provisão, parece bem que não se deve lá pedir vestiaria a qual cá se não paga como verão pela certidão do escrivão da fazenda e mandarem-nos uma esmola de pano e o mais como mandaram este ano e *sufficit nobis*, salvo se lá virem tão boa conjunção que haja algum dote perpétuo para o Colégio ou de dízimos ou do que parecer, segundo informação do P. Ambrósio Pires que vai.

A renda, que El-Rei cá tem nesta Baia, e está, *scilicet*: as miunças que rendem cento e vinte mil réis em que andam arrendadas; o peixe e mandioca e algodão andam em cento e trinta mil réis pagos em ordenado que é um terço menos: pode valer em dinheiro oitenta mil réis; o açúcar do engenho anda em cento e cinqüenta cruzados.

Nestas rendas manda El-Rei pagar aos cônegos da Sé seus ordenados.

A melhor cousa que se podia dar a este colégio seria duas dúzias de escravos de Guiné, machos e fêmeas, para fazerem mantimentos em abastança para casa, outros andariam em um barco pescando, e estes podiam vir de mistura com os que El-Rei mandasse para o engenho, porque muitas vezes manda aqui navios carregados deles.

Para os meninos se podia negociar sua mantença segundo os quisessem ter. Eles têm agora trinta mil réis que abastarão a uma dúzia deles para se manterem afora vestido que de lá deviam mandar desses alambéis e outros panos que lá se perdem. Afora esta dúzia quer o governador Mem de Sá manter à sua custa outra dúzia deles e já os começo de ajuntar.

O que em todas as casas é já mui necessário é estanho lavrado, tachos e caldeirões de cobre e alguidares de cobre para fazer farinha como o Padre dará a menção.

Para a Igreja virá o sino aqui à Baía, e o relógio para São Vicente, campas para as aldeias e os ornamentos convenientes como o Padre dirá ser cá necessário.

A doutrina da cidade nos tirou o Vigário, não por se lá fazer melhor, nem por ser maior glória de Nosso Senhor, porque cá além da doutrina tinham práticas e declarações na sua língua, que eram de que se mais aproveitavam, o que agora se não pode fazer tão comodamente. O mesmo usou o Bispo que Deus haja conosco e veio tudo a tanta frieza que a alargaram; nós agora se eles a largarem torna-la-emos a tomar.

O Padre dará relação do que cá passamos com os clérigos da Sé acerca de um legado que nos deixou um Diogo Alvares *Caramelú*, o mais nomeado homem desta terra, o qual por nos ter muito crédito e amor nos deixou a metade da sua terça, o que eles tomaram tão mal e fizeram uma petição de muitas falsidades como lá verá pelo treslado (que) dele vai; e se algum do cabido não queria assinar por lhe parecer tudo falsidade, o vigário geral o fazia assinar com dizer que era obrigado a assinar, o que a maior parte assinava, de maneira que por experiência temos visto, danar-nos e desacreditar-nos o que pode.

Eu e todos os mais da Companhia tratamos com ele até agora simplesmente e fielmente e sempre no público e no secreto acreditamos e escusamos suas cousas, mas a ele sempre o admoestei fraternalmente do que me parecia, mas ele nunca tomou meu conselho, nem emendou cousa que lhe eu dissesse, antes tomava ocasião de meter cizânia entre nós e aquelas pessoas que lhe eu dizia; e como disto era muito, avisando-o do escândalo e mau exemplo dos seus clérigos para ele remediar, não somente o não remediou, mas contra nós os encendia e amotinava; e porque disto o Padre Ambrósio Pires sabe muitas particularidades, dele poderá V.R. saber o necessário.

Muito necessário nos será cá um conservador nosso, porque pois cá fazem conta de colégios, não podem deixar de nascer cousas por onde ele seja muito necessário; e porque cá não sabemos o estilo que nisto se deve ter, mandem-nos disto larga informação.

Depois que fui entendendo por experiência o pouco que se podia fazer nesta terra na conversão do gentio, por falta de não serem sujeitos, e pouca esperança de se a terra senhorear, por ver os cristãos desta terra como sujeitos ao mais triste e vil gentio de todo o mundo e ver a pouca ajuda e os muitos estorvos dos cristãos destas partes, cujo escândalo e mau exemplo é bastante para não se converterem, posto que fora o melhor gentio do mundo, sempre me disse o coração que devia mandar aos Carijós, os quais estão senhoreados e sujeitos dos Castelhanos do Paraguai e mui dispostos para se neles frutificar, e em outras gerações que também conquistam os castelhanos, e juntamente com isto fazerem-me de lá instância grande por muitas vezes o capitão e os principais da terra, prometendo-me todo o favor e ajuda necessária para bem empregar nossos trabalhos, assim com cristãos como com os gentios. Tive também cartas de pessoas que esperavam nossa ida com desejos de servirem a Nosso Senhor nesta Companhia, de muito boas partes para isso, e com isto ver que a Capitania de São Vicente se vai pouco e pouco despovoando, polo pouco cuidado e diligência que El-Rei e Martim Afonso de Sousa nisso põem e considerar eu os muitos irmãos que há em São Vicente e o pouco que se faz aí parecia-me devia a Companhia ter lá alguma entrada donde se fosse, quando de todo São Vicente se despovoasse. Também me parecia que estando lá a Companhia se apagaram alguns escândalos que os castelhanos têm dos portugueses e a meu parecer com muita razão porque usaram mui mal com uns que vieram a São Vicente que se perderam de uma armada do Rio da Prata. Vivendo eu com este desejo, o deixei de pôr por obra por não ter quem mandar e algumas vezes estive determinado para eu mesmo ir a saber o que lá se poderia fazer. Nisto chegou o P. Luis da Grã, o qual desejei muito que fosse, mas porque o achei de opinião contrária *aquievi consilio cius* e tive o meu espírito por suspeitoso. Depois que vim a esta Baía achei cartas ao que sobre isto eu tinha, as quais depois de lidas aos padres que aqui estávamos, pedi a todos seu parecer os quais mandei com as cartas ao P. Luis da Grã, tirando-me a mim afora, sem dar parecer de sim nem de não, por me sentir nisso mui afeiçoado, dizendo-lhe que fizesse fazer oração e aconselhando-se com as cartas que lhe mandava de Portugal, e com o parecer dos Padres e Irmãos, se lhe parecesse bem entrasse.

Agora pouco há recebi carta sua em como se determinara com os Padres e Irmãos, se o caminho que naquele tempo estava perigoso,

se segurasse mais. A ida me parece de muito serviço de Nosso Senhor e também por se ordenarem alguns irmãos de São Vicente que serão cinco ou seis com o Bispo que já lá é; e é muito mais conveniente ordenarem-se lá que virem à Baía, quanto mais que não sabemos quando cá teremos Bispo.

Até o presente não tenho certeza da sua ida; espero cedo por recado certo, o qual mandarei em outro navio que se espera que irá.

As roças que os Índios da nova vila de São Paulo agora roçam é nas terras do conde da Castanheira, as quais lhe servem de pouco, por não ter água nem maneira para fazer engenho. Parece-nos cá bem pedi-las ao Conde, para estes Índios desta nova povoação. Com a informação que o Padre disso der, verão lá o que se sobre isso deve fazer.

Agora não se me oferece mais que pedir a benção de V.R. e ser encomendado a suas orações.

Desta Baía, a 8 de maio de 1558 anos.

Rodrigo de Freitas homem honrado, criado de El-Rei, escrivão do tesouro: este deu sempre de si boa conta e bom exemplo em sua vida e depois da morte de sua mulher e sogra entrou Nosso Senhor muito nele de tal maneira que está determinado entrar na Companhia se o quiserem e porque tem alguns embaraços e obrigações eu o tenho tomado para ter cuidado dos meninos, ficando leigo e provido o seu oficio até o trespassar a um seu irmão que manda chamar, o qual quer deixar com o mesmo carrego dos moços.

Filho inútil.

Nóbrega"

A VISÃO EMPRESARIAL

O Livro da Nau Bretoa
(1511)

Sabe-se que o rei português, D. Manuel, arrendou o território recém-descoberto na América do Sul a alguns cristãos-novos, entre eles Fernão de Loronha, por volta de 1502, com a condição de mandarem anualmente seus navios a descobrir 300 léguas de costa, e aí estabelecerem feitorias armadas que deveriam conservar por três anos, ao menos. Seu benefício viria dos produtos e utilidades da terra que transportariam para Portugal e, sobre os quais, deveriam pagar no segundo e terceiro anos de exploração, respectivamente, um sexto e um quarto de tudo o que levassem para o reino. Sabe-se, também, que, em 1509 e 1510, o rei fez concessões semelhantes a mercadores flamengos e a negociantes de Borgonha e da Alemanha, para o comércio colonial, com exceção do açúcar.

O *Livro da Nau Bretoa* é documento de grande importância para a compreensão dos interesses mercantis que presidiam a posse e a exploração da nova terra. Sabe-se que esse navio foi armado por Fernão de Loronha, Bartolomeu Marchione, Benedito Moreli e Francisco Martins. Marchione e Moreli, de origem florentina, eram banqueiros de grande importância e presença nos negócios coloniais do período inicial do descobrimento português. A famosa expedição de Pedro de Covilhã e Afonso de Paiva, enviada por D. João II em 1487 à Índia e à Etiópia por terra, levou cartas de crédito do "banco de Bartolomeu florentin". Esse Bartolomeu, que aparece também nas crônicas da época como "Bartolo Florentino", é o banqueiro e comerciante florentino Bartolomeu Marchione, estabelecido em Lisboa, e que aí criaria uma dinastia de homens de negócio intimamente associados às conquistas e à exploração do império colonial português. Esses Marchione estão presentes desde o primeiro momento da história do Brasil e têm participação ativa em muitos dos testemunhos e fatos relevantes desse período. Na esquadra de Cabral, por exemplo, havia um navio, a nau "Anunciada", do senhor Dom Álvaro (filho do duque de Bragança, tio e confidente do rei D. Manuel de Portugal), de Bartolo Florentino (Bartolomeu Marchione) e de Hieronimo (Girolamo Sernigi).

A viagem da Nau Bretoa, em 1511, foi organizada para a exploração e comércio de pau-brasil e outras utili-

dades da nova terra. Essa viagem, e o carregamento do navio, são conhecidos em detalhe por se terem conservado o regimento do capitão e outros documentos. A Nau Bretoa partiu de Lisboa no dia 22 de fevereiro de 1511; depois de uma pequena escala nas Canárias, chega à costa brasileira na altura da foz do São Francisco, por volta de meados de abril. Depois de uma estada de quase um mês na Baía de Todos os Santos, segue em 12 de maio para Cabo Frio, aonde chega em fins do mês.

A Nau Bretoa carregou, nos pontos indicados da costa do Brasil, 5.008 toras de pau-brasil e uma carga variada de gatos maracajá, papagaios, macacos e sagüis; animais de estimação disputados na Europa. Por último há o registro, mais ominoso, de um total de 36 escravos índios; homens, mulheres, adolescentes e crianças; divididos pelos membros da tripulação, inclusive o capitão, além de um quinto desse total devido ao rei. Esses escravos eram resgatados entre os prisioneiros dos vários grupos indígenas, iniciando-se, assim, um comércio estimulado ao máximo pelos portugueses, e que haveria de perpetuar-se ao longo da história do Brasil.

* "Liyuro da Náoo Bertoa que vay pera a terra do Brazyll de que som armadores Bertolameu Marchone e Benadyto Morelle e Fernã de Lloronha e Francisco Miz que partio deste porto de Lix a XXII de feureiro de 511". Este documento foi dado a conhecer pelo historiador Varnhagen em 1844, que o reproduziu integralmente em sua *História Geral do Brasil* (nota 13, p.427-432, 1ª vol.). Segundo Varnhagen, o mesmo códice se guarda em Lisboa, na Torre do Tombo (armário da Casa da Coroa, maço 9, nº 2). A edição utilizada é a de Carlos Malheiro Dias, op. cit., vol. 2, 1923: 343-347.

"LIVRO DA NAU BRETOA QUE VAI PARA A TERRA DO BRASIL DE QUE SÃO ARMADORES BARTOLOMEU MARCHIONE E BENEDITO MORELI E FERNÃO DE LORONHA E FRANCISCO MARTINS QUE PARTIU DESTE PORTO DE LISBOA A XXII (22) DE FEVEREIRO DE 1511.

Termo do dia que partimos da cidade de Lisboa para o Brasil até que tornamos a Portugal.

Em sábado XXII (22) dias (de) fevereiro, era de 1511 anos partiu nau Bretoa de diante de Santa Catarina para o Brasil e no dito dia fomos de fora seguindo o caminho das Canárias em intenção de tomarmos as pescarias como no Regimento do Rei nosso Senhor manda.

Aos XXVIII (28) dias de fevereiro em sexta-feira chegamos às Canárias e a dois dias de março em domingo à tarde começamos nossa pescaria e no dito domingo fomos logo seguindo nossa viagem para o Brasil.

Aos VI (6) dias do mês de abril em domingo de Lázaro chegamos à vista do rio de São Francisco terra do Brasil.

Aos XVII (17) dias de abril em quinta-feira de trevas chegamos à baía de Todos os Santos. A XII (12) dias do mês de maio em segunda-feira partimos para Cabo Frio.

Aos XXVI (26) dias do mês de maio em segunda-feira chegamos ao porto de Cabo Frio.

Aos XXVII (27) dias do mês de julho partimos de Cabo Frio para Portugal.

Aos VIIII (9) dias do mês de setembro em dia de nossa Senhora vimos terra de Guiné junto com Sanaga.

Aos VII (7) dias do mês de outubro vimos o pico ilha dos Açores e fizemos nossa rota para Portugal.

Aos XX (20) dias do mês de outubro em domingo pela manhã vimos o cabo de Espichel.

Aos XXII (22) dias do mês de outubro à quarta-feira entramos pela carreira de Sam Giom.

Aos XII (12) dias de março publicou Cristovão Pires capitão da nau bretoa à sua companhia o seu Regimento para saberem a maneira que haviam de ter na dita viagem.

Regimento do Capitão

Termo do Regimento do capitão que eu Duarte Fernandes, escrivão, trasladei neste livro del Rei nosso Senhor.

A maneira que vós muito honrado Cristovão Pires, que vais por capitão da nau bretoa à resgate do Brasil, haveis de ter em toda a viagem e assim no dito resgate é a seguinte:

Como partirdes diante de Restello fareis vosso caminho diretamente às pescarias onde estareis os dias que bastarem até fazerdes o que vos for necessário e, acabado, seguireis vossa viagem até a terra do dito Brasil sem tocardes em nenhuma ilha nem em parte alguma da costa de Guiné e sendo chegado à terra do dito Brasil, assentareis vosso resgate com toda segurança de não nos acontecer por engano nem por outra alguma maneira nenhuma caiam de que vos possa vir dano a vós nem alguma pessoa da dita nau nem perda ao que compre armação dela.

Regimento

Assentando o dito resgate como dito e fareis tudo o que bem puderdes pelo fazer com todo proveito da armação e no menos tempo que se puder procurando tudo o que em vós for por haverdes toda a carga de bom Brasil e com menos despesa que se puder fazer.

Todos os paus do dito Brasil que se carregarem na dita nau entrarão nela e se arrumarão para contagem que se fará perante vós e perante o escrivão dela que os assentará com boa declaração em seu livro em tal maneira que não possa nisso haver nenhum erro, e a arrumação deles mandareis fazer em tal modo que possa trazer a dita nau a mais soma que se puder nem vir coisa alguma dela de vazio.

Defendereis ao mestre e a toda a companhia da dita nau que não

faça nenhum mal nem dano à gente da terra e se alguém fizer o contrário o fareis assim escrever ao dito escrivão e se vós por algum respeito lhe não mandardes que o faça ele de seu oficio será obrigado de o assim cumprir sob pena de perder a metade de seu ordenado para o espiritual de Todos os Santos desta cidade. E qualquer pessoa da dita nau que isto não guardar perderá isso mesmo a metade de seu soldo e, além da que lhe for dada, qualquer outra pena que por justiça merecer segundo a qualidade do que fizer, como se o fizesse contra cada uma das pessoas da dita nau ou de cá do reino, por ser muito necessário a serviço del Rei nosso Senhor e bem do dito resgate ser tratado por todos melhores meios que se puder e sem nenhum escândalo pelo muito dano que dele se pode seguir.

Notificareis isso mesmo a toda a dita companhia que não resgate nem venda nem troquem com a gente da dita terra nenhumas armas de nenhuma sorte que seja, punhais nem outras nenhumas coisas que são defesas pelo santo padre e por el-Rei nosso Senhor, e poderão levar facas e tesouras como sempre levaram.

Requerireis ao dito escrivão que escreva em seu livro todos os papagaios e gatos e escravos e quaisquer outras coisas que a companhia da dita nau de lá trouxer, declarando o de cada uma para se cá arrecadarem os direitos do dito Senhor, os quais escravos não poderão trazer salvo levando os ordenados pelos armadores. E porque pela ocupação que os mareantes e pessoas outras que lá vão têm na compra dos ditos escravos e papagaios por onde o aviamento que cada um poderia dar à carga da dita nau e assim mesmo que escreva por seus nomes no dito livro todos os mareantes que fossem na nau e não consentireis que nenhuma pessoa que nela vai possa comprar ferramenta que para isso levem, somente o possam fazer depois da dita nau. E se alguns falecerem na viagem assente logo o dia e mês em que for para a conta do rol do que se houver de dar a seus herdeiros e vós tereis cuidado quando acontecer que alguém for doente lhe fareis lembrança se a não tiver feita cédula ou testamento, que o faça logo e o dito escrivão que seja a isto diligente e lhe fareis toda lembrança que vos bem parecer para todo descargo de sua consciência em tal maneira que se Deus quiser levar o ache em caminho para sua salvação.

E se alguma fazenda e vestido ou quaisquer outras coisas ficarem por sua morte logo as mandareis escrever ao dito escrivão em um termo que fará em seu livro e tudo poreis a tal recado que se não possa perder nem danificar coisa alguma e se algumas pessoas da dita nau quiserem comprar as ditas coisas ou algumas delas fareis vender em pregão perante vós e quem por elas mais der e assentar ao dito escrivão no dito livro com boa declaração o que cada um comprar e preço que der e do que logo pagar fareis entregar o dinheiro ao mestre da dita nau e carregar sobre ele para se cá entregar os seus herdeiros com tudo o mais que alguns também comprarem e cá o haverem de pagar por seus soldos ou as mesmas coisas se se não venderem.

Manda o dito Senhor que se alguma pessoa da dita nau renegar de Deus ou de nossa Senhora e dos santos ou pesar por cada vez que o fizer perca três mil réis de seu soldo para o dito e espiritual e que tanto que a dita nau aqui chegar de torna viagem vá preso dela à cadeia onde pagará a dita pena com qualquer outra que nos tais casos é dada por suas ordenações.

Tanto que tomardes vossa carga de tudo vós vireis diretamente a esta cidade e não ireis demandar nenhuma ilha nem terra sem extrema necessidade de míngua de vitualhas ou aparelhos sem os quais não pudéreis em maneira alguma navegar e se o contrário fizerdes perdereis todo vosso ordenado e assim o perderão o escrivão e mestre e pilotos da dita nau vendo que o quereis fazer sem a dita necessidade não nos requerendo que o ... o que logo o dito escrivão assentará em qualquer modo que passar e sendo caso que pela tal necessidade vades demandar alguma ilha ou terra o dito escrivão dará disso fé em seu livro além do qual nos trareis certidão dos oficiais do dito Senhor da tal ilha ou terra em que dêm fé e certifiquem a causa da vossa ida que vós lhe manifestareis e mostrareis para que melhor e mais certo o possam assim fazer sendo caso que fosseis com a dita necessidade tomar água ou lenha a qualquer parte da costa da Guiné não fareis aí mais detença que quanta para isso cumprir nem deixareis sair em terra mais que as pessoas necessárias à obra que se houver de fazer e esses nem outros alguns nem vós isso mesmo não resgatareis nenhuma coisa de nenhuma qualidade que seja somente vitualha e lenha e água e mais não, e, se o contrário fizerdes, vós, e qualquer que o fizer e for, perderá todo o ordenado da dita viagem e as coisas que se resgatarem tudo para o dito Senhor além de incorrerdes em todas as outras penas civeis e crimes das ordenações de Guiné pelo consentirdes e eles pelo fazerem e o dito escrivão incorrerá nas mesmas penas se tudo o que se passar em tal caso o não escrever em seu livro como é obrigado.

Não trareis na dita nau em nenhuma maneira nenhuma peça das naturais da terra do dito Brasil que queira cá vir viver ao reino porque se alguns cá falecem cuidam esses de lá que os matam para os comerem segundo entre eles se costuma.

Sendo chegado junto desta cidade não saireis em terra nem outra nenhuma pessoa da dita nau nem consentireis tirar em terra coisa alguma nem outrem de fora ir à nau até irmos a vós a vos despachar segundo a ordenança do dito Senhor.

Os testamentos e inventários virão em vosso poder para cá os entregardes a quem cá por nós vos for mandado para se entregarem a seus herdeiros ou testamenteiros a que pertencerem.

Porquanto o escrivão não leva outro nenhum Regimento para que se haja de reger e fazer o que cumprir a seu cargo somente este, vós tanto o tiverdes visto lho mostrareis e dareis para o trasladar em seu livro e haver e o dito traslado ter, e ter lembrança de o cumprir inteiramente assim no que ele por si houver de fazer como em vos lembrar e espertar e requerer ao que for obrigado para bem de seu cargo segundo se nele mais largamente contém o qual escrivão o trasladará em seu livro e dará o próprio ao capitão tanto que daqui partir e não no fazendo assim o dito escrivão perderá seu ordenado e soldo.

Vos lembrará de terdes grande vigilância na gente que mandardes fora para que vá sempre a bom recado e com pessoa tal que olhe por eles de maneira que não se possa lá na terra lançar nem ficar nenhum deles como algumas vezes já fizeram, que é coisa muito odiosa

ao trato e serviço do dito Senhor. Tanto que em boa hora chegardes ao Cabo Frio onde estiver o feitor lhe entregareis todas as mercadorias que levardes para vosso despacho recebereis dele conhecimento para por ele dardes cá vossa conta.

Não consentireis que nenhum homem de vossa nau que saia fora na terra firme, somente na ilha onde estiver a feitoria.

Não consentireis que nenhum homem resgate coisa alguma sem licença do feitor e querendo alguém resgatar alguma coisa que o faça saber.

E tanto que fordes carregado logo vos vireis sem nenhuma mais demora diretamente a esta cidade sem demandardes nenhuma terra salvo se por míngua de mantimentos ou, caso fortuito, for necessário, de que trareis certidão feita por oficiais del Rei da terra onde fordes ter e se for em lugar que não houver oficiais del Rei fazei fazer um auto disso ao escrivão, assinado pelo dito escrivão e mestre e piloto. E sereis avisado de não tirar em terra, nem deixar tirar, Brasil nem outra coisa alguma que da dita terra do Brasil trouxerdes sob pena de perderdes vossa capitania e ordenado e receberdes aquela pena corporal que el-Rei nosso Senhor vos quiser dar, e os marinheiros e pessoas outras que o contrário fizerem perderão seu soldo e serão obrigados a dita pena.

Primeiramente ao feitor, sob pena de perder seu ordenado, e tudo o que o feitor vos requerer que façais por serviço del Rei nosso Senhor e bem da armação o fareis com boa diligência.

Foi trasladado este regimento do capitão neste livro por mim escrivão da dita nau bretoa a XII (12) de março era de 1511 anos.

Termo da companhia da nau bretoa

Cristovão Pires capitão morador na Rua Nova dos Mercadores
Duarte Fernandes escrivão casado e morador em Alfama
Fernão Vaz mestre casado e morador em Alfama
João Lopes Carvalho casado e morador nas Fangas da Farinha

Marinheiros

Antonio Afonso contramestre casado e morador em Cataquefaras
Álvaro Anes casado e morador em Sam Giom
Bastiam Gonçalves casado e morador em Cataquefaras
Joham Gonçalves casado e morador em Cataquefaras
Fernam Martins galego solteiro e natural da Crunha
Joham Dias solteiro e vive na Ferraria
Domingos Serra casado e morador em as Martes
Pedro Anes calafate solteiro natural da cidade do Porto
Álvaro Roiz solteiro e vive em Alverca
Martim Vaz solteiro e vive em Santarém
André Afonso casado e morador a Nossa Senhora da Conceição
Nicolau Roiz casado e morador nas Fangas da Farinha
Jurami despenseiro criado de Bartolomeu Marchione

Termo dos grumetes

Joham de Azevedo casado e morador em São Nicolau
Joham Guerra solteiro e vive na Olvezaria
André Martins solteiro e vive na Raposeira
Diogo Fernandes solteiro e vive em Louredo
Joane ferrador e solteiro e natural de Maria Allva
Afonso e solteiro natural de Canas de Senhorim termo de Viseu
Pedro Jorge e solteiro e vive na Covilhã
André Fernandes solteiro e vive em Santarém
Gonçalo Pires solteiro natural de Braga
Nicolau solteiro e vive na cidade do Porto
Antonio Fernandes negro criado de Rui Gomez
Antonio negro escravo de Artur Enriques
Bastiam escravo de Bartolomeu Marchione
Bartolomeu solteiro e natural da cidade Rodrigo

Pajens da nau

Pedrinho criado do capitão
Perico criado do mestre
Gonçalo criado do piloto
Fernando criado do contramestre

Carga do Brasil que a nau bretoa tomou em Cabo Frio e foi a primeira batelada a doze dias do mês de junho era de 1511 anos

aos XII (12) dias do mês de junho em quinta-feira tomou nau bretoa paus de brasil IIICXVII 317

aos XIII (13) dias do mês de junho sexta-feira tomou nau bretoa paus de brasil IIICXXVIII 328

aos XIIII (14) dias do mês de junho em sábado tomou nau bretoa paus de brasil IICLXXXXVIII 298

aos XVI (16) dias do mês de junho em segunda-feira tomou nau bretoa paus de brasil IIICLXIII 363

aos XVII (17) dias do mês de junho tomou nau bretoa paus de brasil IIICVI 306

aos XVIII (18) dias do mês de junho tomou nau bretoa paus de brasil IIICXXXIX 339

aos XVIIII (19) dias do mês de junho tomou nau bretoa paus de brasil IICLXXXXIII 293

aos XX (20) dias do mês de junho tomou nau bretoa paus de brasil IIIICLVIII 458

aos XXI (21) dias do mês de junho tomou nau bretoa paus de brasil IIIICLXXXX 490

aos XXIII (23) dias do mês de junho tomou nau bretoa paus de brasil IIICXXXX 340

aos XXV (25) dias do mês de junho tomou nau bretoa paus de brasil VCIIII 504

aos XXVI (26) dias do mês de junho tomou nau bretoa paus de brasil IIICXXXXVII 347

aos XXVII (27) dias do mês de junho tomou nau bretoa paus de brasil IIICVIIII 309

aos X (10) dias do mês de julho tomou nau
bretoa paus de brasil ICXXXX 140

aos XXIIII (24) dias do mês de julho tomou nau
bretoa paus de brasil ICLXXVI 176

soma de todo o brasil onde não conto algumas
rachas e paus que se fenderam para fazerem
arrumação da dita nau V (5) paus 5008

Termo dos escravos

o capitão V (5) escravos sendo dois moços e três moças, e mais uma moça que leva de encomenda de Francisco Gomez escrivão de Francisco Martins e a por nome escrava Brigida e foi assentada para o dito Francisco Gomez a XXVII (27) dias do mês de junho em Cabo Frio. E são por todos VI (6).

o escrivão V (5) escravos, sendo um moço e quatro moças. Quatro de licenças que eu escrivão trouxe um de Pero Lopez e outro de Luis Alvarez e o outro de Joham Fernandes ferrador e outro de Gonçalo Alvarez. E são por todos VIIII (9).

o mestre três escravos, sendo um homem e duas mulheres.

o piloto VIIII (9) escravos, sendo três homens e VI (6) mulheres.

Jurami despenseiro V (5) escravos, sendo um moço e quatro moças.

Nicolau Roiz marinheiro uma escrava.

o contramestre uma escrava.

o calafate um escravo.

Diogo Fernandes grumete um escravo.

E são por todos os escravos XXXV (35). Foram avaliadas todas estas XXXV (35) peças de escravos não entrando a que há do ordenado do escrivão juntamente é CLXXIII (173) (mil) réis de que vem a el-Rei nosso Senhor de seu quinto RIII (mil) IICL réis os quais vão carregados e resta sobre Eitor Nunez.

Termo dos gatos e papagaios

o capitão três papagaios e dois tuins
e um gato e são por todos VI (6) peças 6

o escrivão um papagaio 1

o mestre dois gatos e um sagüi
e são por todos III (3) peças 3

o piloto dois gatos e V (5) sagüis e três papagaios
e VIII (8) tuins e são por todos XVIII (18) peças 18

Domingos Serra carpinteiro três macaus e dois gatos e
são por todos V (5) peças 5

Jurami despenseiro V (5) gatos e V (5) sagüis e IIII (4)
papagaios e VIIII (9) tuins e são por todos XXIII (23) peças 23

André Afonso um gato e um sagüi 2

Nicolau Roiz marinheiro três gatos e um sagüi III (3) peças 3

Fernão Galego marinheiro um papagaio 1

Álvaro Anes marinheiro um papagaio 1

Álvaro Roiz marinheiro um papagaio 1

o contramestre um tuim 1

Diogo Fernandes grumete dois sagüis 2

Joane ferrador grumete um papagaio e um tuim 2

Pero Jorge grumete um sagüi 1

Fernando pajem um tuim 1

Foram avaliados estes gatos e papagaios e sagüis juntamente XXIIII (24) (mil) IICXX (220) réis de que vem a el-Rei nosso Senhor de seu quinto VII (7) (mil) LV (55) réis os quais vão carregados e resta sobre Eitor Nunez.

Termo da ferramenta que se furtou da nau bretoa estando na baía de Todos os Santos

Aos V (5) dias do mês de maio em segunda-feira na baía de Todos os Santos se furtou certa mercadoria da armação sendo machados e machadinhas e cunhas e logo pelo capitão foi feita esta diligência que se segue

primeiramente deu o capitão a sua chave e requereu a mim escrivão da dita nau e a Joham de Braga feitor que buscassem à sua câmara e assim mesmo mandou a mim escrivão que lhe desse a minha e assim tomou a do mestre e piloto e de toda a outra companhia as quais chaves foram entregues a mim escrivão e logo foi feita a diligência que se segue

ao piloto um machado que o feitor conhece e diz ser da armação

um machado a Nicolau Roiz marinheiro que diz que o deu o capitão o qual capitão diz que é verdade que ele lhe deu o dito machado porquanto ele trazia X (10) ou doze machados do ferreiro que fez os da armação por nome chamado o ferreiro Cristovão e assim trazia quatro machados de uma licença do escrivão de Francisco Martins que bem se poderiam parecer com os outros

mais André Afonso marinheiro três cunhas e um machado que diz o feitor que lhe parecem ser da armação e diz o dito André Afonso que lhe deu o piloto por outro que lhe emprestara

mais um machado a Jerônimo escrivão da feitoria ele dito Jerônimo diz que lhe dera Jurami despenseiro da dita nau o qual Jurami disse que era verdade que lhe emprestara

mais duas machadinhas a Gonçalo Pires grumete e diz que as deu o contramestre e diz o feitor serem da armação pelo qual diz o contramestre que as houve de Azevedo grumete e diz o grumete que quando lhe for perguntado que dará testemunho de onde as houve

mais uma machadinha a Pero Jorge grumete que diz que a deu Azevedo o qual diz o feitor ser da armação.

Feita esta diligência que o capitão mandou fazer não se achou outra culpa senão nos atrás nomeados

Requerimento que Cristovão Pires capitão fez a sua companhia em Cabo Frio, que foi em segunda-feira XXVI (26) dias do mês de maio, e lhes requereu da parte del Rei nosso Senhor que nenhum não fosse

tão ousado que não resgatassem nenhuma coisa por nenhuma mercadoria que fosse.

Aos XXVIIII (29) dias do mês de maio, em quinta-feira no Cabo Frio, veio Joham de Braga à nau Bretoa a tirar a ferramenta da armação pelo qual o capitão deu juramento ao piloto e ao contramestre e ao calafate que eles pelo juramento que tinham recebido que olhassem bem aquela ferramenta e machados se lhe pareciam ser de um oficial e isto por bem da ferramenta que achava menos e a achavam em mãos de outrem pelo qual disse o piloto que lhe pareciam serem os machados de três oficiais e pelo semelhante o contramestre e o calafate."

Enrique Montes. *Escambo* (1527)

O documento adiante transcrito tem extraordinária importância pelo fato de que quase nunca há detalhes concretos sobre a classe de relações de escambo que praticavam os portugueses e outros europeus com os índios da costa brasileira durante o período inicial do contato e da colonização. O documento representa uma relação pormenorizada dos alimentos e outras utilidades obtidas dos índios de Santa Catarina pela esquadra espanhola de Sebastián Caboto, em 1526. Seu autor era provedor da armada, o português Enrique Montes, um dos mais conhecidos e duráveis proto-colonizadores do sul do Brasil. Sabe-se que ele se encontrava entre os portugueses que, desde os primeiros anos do século XVI, se haviam fixado em Cananéia.

O que é certo é que, entre 1515 e 1516, Enrique Montes e outros portugueses daí foram recrutados como *línguas* e conhecedores da região pela expedição de Juan Díaz de Solís, que se dirigia ao Rio da Prata, onde se dispersou e se perdeu com as tempestades e a hostilidade dos índios. O próprio Solís foi morto por eles. Enrique Montes sobreviveu, vivendo mais de dez anos entre os índios, até ser resgatado pela expedição de Caboto, em 1526.

O documento transcrito refere-se à viagem de Caboto em direção ao Rio da Prata, com largas explorações do interior, auxiliado por Enrique Montes e outros *línguas*. Esses intérpretes, entre os quais Montes e Gonçalo da Costa, identificado em algumas fontes como genro do Bacharel, acompanharam Caboto em sua volta à Espanha. Antes, porém, fizeram escala em Cananéia, onde Gonçalo da Costa e seu sogro prometiam uma carga de 900 escravos indígenas. É sabido que o navio de Caboto levou um certo número desses, certamente menor que o indicado. Gonçalo da Costa permaneceu na Espanha, voltando à América como piloto-mor e guia principal da expedição de Cabeza de Vaca ao Paraguai em 1540. Enrique Montes regressou a Portugal para voltar mais tarde ao Brasil como piloto da expedição de Martim Afonso de Sousa (dezembro de 1530).

Na página 439 do texto de Enrique Montes, transcrito por Toribio Medina, há a menção da troca de "dos caballos armados (por) dos cuñas". Trata-se, naturalmente, de *tatus* (fam. Dasipodídeos) que, por seu revestimento córneo, eram comparados usualmente, no período colonial, a cavalos com armadura, donde seu nome em espanhol: *armadillo* (1). Almeida Prado, em *São Vicente e as Capitanias do Sul do Brasil*, ao extratar a informação de Enrique Montes, diz que "cavalos armados" significam "cilindros de madeira", o que é, evidentemente, um equívoco (2).

* O original em espanhol, *Relación de lo recebido y pagado por Enrique Montes en la isla de Santa Catalina*, de 1527, encontra-se em Sevilha, no Archivo de Índias (41-1-1/12). A edição utilizada é a de José Toribio Medina: *El veneciano Sebastián Caboto, al servicio de España y especialmente de su proyectado viaje a los Molucas por el Estrecho de Magallanes y al reconocimiento de la costa del Continente hasta la gobernación de Pedrarias Davila* (...), Santiago de Chile, Imp. y Encadernación Universitaria, 1908, vol.1:437-442.

"Isto é o que eu, Enrique Montes, recebi por mandado do senhor General na ilha de Santa Catarina, para o mantimento da gente desta armada e fazer a galera chamada 'Santa Catalina':

(1) Ver, a propósito, o uso dessa similitude em José de Anchieta, "Carta de São Vicente de 1560", em: *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933: 120.
(2) PRADO, 1961: 447.

Primeiramente, em 10 de novembro, recebi de Miguel Rifos duas dúzias de tesouras, uma de tesouras grandes e a outra de pequenas.

Item, recebi do supracitado 10 maços de miçangas, 5 de verdes e 5 de amarelas.

Item, recebi do supracitado uma dúzia de espelhos pequenos.

Item, recebi de Alonzo Peraza 400 anzóis de tamanho médio.

Item, recebi de sua Mercê 512 anzóis pequenos de alfinete.

Item, recebi do tesoureiro Juan de Junco 5 libras de cristalinos.

Item, recebi do supracitado tesoureiro 4 dúzias de pentes pequenos.

Item, recebi, em 10 de dezembro, 4 dúzias de facas de baixa qualidade, dadas pelo Senhor Capitão General; também recebi de sua Mercê outras 3 dúzias da mesma qualidade, perfazendo 7 dúzias.

Item, também recebi de Antonio Ponce 34 cunhas.

Item, também recebi de Mestre Pedro, ferreiro, 82 cunhas.

Item, também recebi do tesoureiro Gonzalo Nuñez, em 13 de fevereiro, uma dúzia de facas.

Relação do gasto que eu, Enrique Montes, fiz por mandado do Senhor Capitão General na ilha de Santa Catarina, de 10 de novembro de 1526 a 3 de fevereiro de 1527, do que resgatei para o mantimento e casas e outras coisas necessárias para esta armada, que entrego a Antonio Ponce, Alonzo Peraza e Juan Miguel, então mordomos do Senhor Capitão General e despenseiro da nau capitânia, bem como do que eu, Enrique Montes, gastei em coisas e serviços para a dita armada por mandado do dito Senhor Capitão General, não podendo essas coisas ser entregues aos ditos mordomos e despenseiro:

Primeiramente, comprei 273 veados, que custaram 273 cunhas e 273 anzóis médios.

Também comprei 398 galinhas, que custaram 70 cunhas, 40 facas e 30 anzóis médios.

Também comprei 2 antas, que custaram 2 cunhas grandes e 4 tesouras, e dados a 20 homens que as trouxeram, 20 punções, além dos donos das antas.

Também comprei 80 patos, que custaram 20 cunhas e 6 anzóis.

Também comprei 52 cabaças de mel em favos, que custaram 40 cunhas, 12 tesouras e 52 anzóis, dando, depois de feita, 4 barris e meio com mais ou menos 14 arrobas.

Também dei, por 2 porcos monteses, 2 cunhas e 2 punções.

Também dei, por 5 cargas de milho, 5 cunhas e 5 anzóis.

Também dei, por 2 porcos, adagas, 2 facas e 2 anzóis.

Também dei, por 20 cargas de carvão, 4 cunhas, 2 facas e 10 anzóis.

Também dei, por 2 parafusos grandes da nau perdida, uma faca.

Também dei, por uma canoa a serviço da dita armada, uma cunha e uma faca.

Também dei, por 4 remos para a dita canoa, 4 punções.

Também dei, por 200 perdizes grandes, 80 facas, 2 perdizes por faca, e pelas 40 restantes, 80 cristalinos, que pesaram uma libra.

Também dei, por fazer os alpendres em que se fez a galera, a 16 índios principais que os faziam, 16 facas, porque os faziam de madeira.

Também dei, por 300 feixes de palha com que se cobriram os alpendres, 300 anzóis médios.

Também dei, por serviço na casa dos serradores, 2 facas.

Dei, por 25 feixes de palha para a dita casa, 25 anzóis.

Também dei, pela casa em que estava a despensa do vinho, 4 facas.

Também dei, por serviço na igreja, 2 facas.

Também dei, pela palha, 25 anzóis.

Também dei ao primeiro índio que foi às naus, por mandado de sua Mercê, uma cunha.

Também dei, por 200 feixes de arcos para as pipas, 400 cristalinos, que pesaram 4 libras.

Também dei, por 20 feixes de vime para os ditos arcos, 20 punções.

Também dei, por 26 cargas de ostras, 2 tesouras, 24 punções e 24 anzóis.

Também dei, por 5 cabaças de banha, 5 cunhas e 5 anzóis.

Também dei, por 2 cavalos armados (tatus), 2 cunhas.

Também dei, por 2 cargas de barro, que trouxeram de longe do arraial, cerca de 4 léguas, 2 facas e 2 anzóis, o qual era para a forja.

Também dei, por 2 cargas de carne assada para os índios que trabalhavam e serviam tirando madeira da montanha, em gratificação, 4 veados, 2 porcos, 2 facas, 6 punções e 6 guizos.

Dei, por 2 cargas de peixe moído, em que poderia ter um quintal, para os ditos índios, 3 cunhas e 2 tesouras, sendo as 2 cargas trazidas por 5 índios.

Também dei, por 60 varas grandes para fazer remos, 120 cristalinos, 94 guizos e 26 anzóis.

Também dei, por 90 iguanas, por 53 delas, 53 facas, por 32 delas, 16 cunhas, e pelas 5 iguanas restantes, 2 tesouras e 4 cristalinos.

Também dei, por 300 cargas de raízes de mandioca para fazer pão e vinho para os índios que trabalhavam em serrar madeira para a galera, 76 cristalinos por 38 cargas.

E pelas 262 cargas restantes, 262 punções e 262 anzóis.

Também dei, a um homem chamado ... (em branco) Durango, que por duas vezes foi terra adentro, a 35 léguas, buscar galinhas por mandado de sua Mercê para os doentes, tanto pelas galinhas quanto pelo seu gasto e transporte, 462 punções e 200 anzóis.

Também dei a Castrillo, que ia fazer carvão para a forja, 30 anzóis.

Também dei, por 3 arrobas de mel que se gastaram fazendo xaropes e outras medicinas para os doentes, 10 cunhas e 21 punções.

Também dei, às mulheres que às vezes faziam vinho para os índios, 20 pentes.

Também dei, por palmitos para salada para a mesa de sua Mercê, 50 anzóis.

Também dei a índios que iam às naus buscar pão e outras coisas requeridas pelo serviço, tanto dos doentes como outro serviço da dita armada, por ... (branco) onde se fazia a galera todo o tempo que a dita armada esteve na ilha de Santa Catarina, 200 anzóis médios e 20 punções.

Também dei, por 40 cestos de inhames, tanto para os doentes como para a mesa de sua Mercê, 19 facas, 20 pentes e um espelho.

Dei, por 200 punhados de milho para fazer vinho misturado com mandioca, e para dar às galinhas e patos que eram dados aos doentes, 5 maços de matamugo e 11 espelhos.

Dei, por fazer a casa dos carpinteiros, 2 facas, 15 anzóis e 5 cangas.

Pela casa da forja, 3 facas, e 20 anzóis pela palha.

Dei, por fazer a casa onde estava a despensa de sua Mercê, 3 facas e 16 punções.

Dei, por fazer uma casa para a pólvora, 8 anzóis.

Dei a Martín Vizcaíno, por certas aves, as quais estavam anotadas em poder de Ponce, 30 anzóis, que esse me jurou ter gasto.

Dei, por mandado de sua Mercê, por 4 índios que trouxeram Talavera, o grumete, 4 facas e 4 anzóis.

Também dei a Durango, que foi buscar patos, galinhas e outras coisas à terra Dararoga, que ficará a 40 léguas da ilha de Santa Catarina, pelo que trouxe e o gasto seu, 300 anzóis médios, 16 punções e 100 anzóis pequenos de alfinete.

Gastou-se, por duzentos e tantos pedaços de cera preta para misturar com o breu, 150 anzóis.

De certa linha fina para calafetar a galera.

De certo almagre para os carpinteiros, 2 anzóis.

Também gastei, em outros gastos miúdos com os índios, tanto para trazer madeira como em outras obras que no dito tempo foram realizadas ao serviço da dita armada, 412 anzóis pequeninos de alfinete, 228 anzóis médios, não tendo anotado detalhadamente com que gastei esses anzóis por não poder fazê-lo, mais 5 maços de miçangas.

Também foram gastos, na foz do Rio de Solís, 62 anzóis e um espinhel, para mantimento da armada, por mandado de sua Mercê.

Também se gastou, para fazer uma casa para as galinhas e outra para o açougue, 20 anzóis.

Isto é o que eu, Enrique Montes, recebi do Senhor Antón de Grajeda por mandado do Senhor Miguel Rifos, lugar-tenente do Senhor Capitão General, no dia 27 de agosto de 1527.

Primeiramente, recebi de Antón de Grajeda 4 machadinhas de olho pequenas, 100 anzóis pequenos e 30 grandes.

Recebi do mesmo 12 cunhas e 6 facas.

GASTO

Primeiramente, foram gastos com 4 cestos de carne de veado seco, que pesariam mais ou menos 12 quintais, 2 machadinhas de olho pequenas, 4 cunhas e 25 anzóis.

Também se gastaram, por uma cesta de *abatí* (milho) que teria uma fanega e meia, mais ou menos, 62 anzóis daqueles que eu, Enrique Montes, fiz, e 4 canutilhos.

Meio cesto de milho e feijão custaram 35 anzóis pequenos, 5 grandes e 8 cristalinos.

Um grande saco de milho e uma cabaça de feijão que mandei ao Senhor Grajeda nas naus custaram 6 anzóis pequenos e 4 grandes.

Por 50 pescados que levaram à galera, gastaram-se 6 facas.

Dei, por uma cesta de carne seca de veado, que enviei ao patrão da galera, uma cunha e 8 anzóis.

Dei, por 6 peles de veado que trouxeram à obra da fortaleza, 12 anzóis.

Dei a quatro índios que foram comigo buscar *borazai* (?), 4 anzóis.

Dei, por certa carne seca que um índio trouxe, em que teria um grande veado, uma linha de vidrilhos.

Dei, por uma canoa que comprei para que matassem carne pelo caminho, a qual se perdeu em um temporal, chegando com avaria na popa, uma machadinha de olho, uma tesoura e uma faca.

Dei, por trazer o milho das casas de Recio ao rancho de sua Mercê, bem como as cestas de carne, 3 facas.

Eu, Enrique, digo que estas são as contas do que recebi e gastei em Santa Catarina, no Rio de Solís e em São Lázaro por mantimento e outras coisas necessárias para esta armada de Sua Majestade, por mandado do Senhor Capitão General, e por ser verdade firmo da minha mão.

Feita em Sancti Spíritus, aos 30 de setembro de 1527.

Enrique Montes. (rubrica)

Vistas as contas dos gastos em Santa Catarina apresentadas por Enrique Montes por nós, Juan de Junco, tesoureiro, Roger Barlo, contador, e Alonso de Santa Cruz, fiscal, achamos que o dito Enrique Montes entregou os veados, aves e outros mantimentos que por sua conta deu a Antonio Ponce, que foi nomeado pelo Senhor Capitão General repartidor dos ditos mantimentos em Santa Catarina, e pela conta apresentada pelo dito Antonio Ponce vimos como se gastaram os ditos mantimentos. E os outros gastos feitos pelo dito Enrique Montes com os índios para trazer a madeira do mato até a galera, fazer carvão e casas, mandar coisas para as naus e mandar buscar mantimentos terra adentro, como aparece na dita conta, foram feitos conforme indicado em sua conta. Assim, vistas as contas apresentadas por Enrique Montes do que ele recebeu e gastou em Santa Catarina e São Lázaro, achamos que se deve ao dito Enrique Montes os seguintes resgates:

Primeiramente, 329 cunhas de ferro;
mais, 1968 anzóis;
mais, 148 facas;
mais, 3 tesouras;
mais, 212 canutilhos e uma linha de vidrilhos;
mais, 100 guizos;
mais, 878 punções, que são como sovelas.

E por ser verdade que nós, Juan de Junco, tesoureiro, Roger Barlo, contador, e Alonso de Santa Cruz, fiscal, temos visto e passado as ditas contas, como consta, firmamos aqui os nossos nomes.

Feito aos 30 de setembro de 1527." *

* Tradução do espanhol para o português de Jean François Cleaver.

Gabriel Soares de Sousa. *Riquezas da Bahia* (1587)

Gabriel Soares de Sousa foi um colono português, tido como de origem nobre, que chegou à Bahia em 1569. Foi fazendeiro e senhor de engenho em Jaguaripe e, depois, em Jequericá, próximo a Vila Velha. Além de homem de posses, teve lugar de destaque na administração da colônia, sendo corregedor da cidade de Salvador da Bahia. Entre os múltiplos interesses de Gabriel Soares, destaca-se o ofício de escritor, sendo autor de uma volumosa e informativa obra: *Tratado Descritivo do Brasil*, escrita por volta de 1584. Sabe-se que nesse ano viajou para a Espanha, onde apresentou a D. Cristovão de Moura, da corte de Felipe II, a versão espanhola de seu livro, sob o título *Derrotero General de la Costa del Brasil y Memorial de las Grandezas de Bahia*. Voltou ao Brasil em 1590, à frente de uma larga expedição de 360 homens, em dois navios, com a qual pretendia descobrir minas de ouro e pedras preciosas nos sertões do São Francisco. O roteiro dessas pretendidas minas havia sido elaborado por um irmão, João Coelho de Sousa, que falecera anteriormente numa entrada às margens do rio Paraguaçu. Nesse mesmo local, Gabriel Soares de Sousa haveria de morrer em 1592, contaminado por febres palúdicas. Como senhor de engenho e de fazendas e membro dos setores dirigentes da política colonial, Gabriel Soares de Sousa era um militante defensor de uma ação mais agressiva contra os índios e seus pretensos defensores, os jesuítas. Nessa qualidade, escreveu os *Capítulos de Gabriel Soares de Souza contra os Padres da Companhia*, encaminhados, em Madri, ao citado D. Cristovão de Moura entre 1590 e 1592 (1).

(1) *Annaes da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 62, 1943.

* Gabriel Soares de Sousa, *Derrotero General de la Costa del Brasil y Memorial de las Grandezas de Bahia*. O original da versão em espanhol se encontra na Biblioteca Real de Madri e sua única edição é a preparada por Cláudio Ganns, de 1958 (Madri, Cultura Hispânica). A edição em português utilizada é: *Tratado descriptivo do Brasil*, Rio de Janeiro, Typ. João Ignacio da Silva, 1879: 122-123, 126-133.

"(...) Em que se declaram os engenhos de açúcar que há neste rio de Pirajá.

Entrando por este esteiro, pondo os olhos na terra firme, tem uma formosa vista de três engenhos de açúcar, e outras muitas fazendas mui formosas da vista do mar, e no cabo do Salgado se mete nele uma formosa ribeira de água, com que mói um engenho de açúcar de S. Majestade, que ali está feito com uma igreja de S. Bartolomeu, freguesia daquele limite, o qual engenho anda arrendado em seiscentas e cinqüenta arrobas de açúcar branco cada ano. Pelo sertão deste engenho, meia légua dele, está outro de Diogo da Rocha de Sá, que mói com outra ribeira, o qual está muito ornado de edifícios com uma igreja de S. Sebastião muito bem concertada. À mão esquerda deste engenho de S. Majestade está outro de João de Barros Cardoso, meia légua para a banda da cidade até onde este esteiro faz um braço, por onde se serve com suas barcas; o qual engenho tem grande aferida e fábrica de escravos, grandes edifícios e outra muita granjearia de roças, canaviais e currais de vacas, onde também está uma ermida de Nossa Senhora da Encarnação muito bem concertada de todo o necessário. E entre um engenho e outro está uma casa de cozer meles com muita fábrica, a qual é de Antonio Nunes Reimão. À mão direita deste engenho de S. Majestade está outro de D. Leonor Soares, mulher que foi de Simão da Gama de Andrade, o qual mói com uma ribeira de água com grande aferida e está bem fabricado. Este rio de Pirajá é muito farto de pescado e marisco de que se mantém a cidade e fazendas de sua vizinhança, em o qual andam sempre sete ou oito barcos de pescar com redes, onde se toma muito peixe, e no inverno em tempo de tormenta pescam dentro nele os pescadores de jangadas dos moradores da cidade e os das fazendas duas léguas à roda, e sempre tem peixe de que se todos remedeiam.(...)

Em que se declara a feição da terra da boca de Matoim até o esteiro de Mataripe, e os engenhos que tem em si

Saindo pela boca de Matoim fora, virando sobre a mão direita, vai a terra fabricada com fazendas e canaviais dali à meia légua onde está outro engenho de Sebastião de Faria, de duas moendas que lavram com bois, o qual tem grandes edifícios assim do engenho, como de casas de purgar, de vivenda e de outras oficinas e tem uma formosa igreja de Nossa Senhora da Piedade, que é freguesia deste limite; a

qual fazenda mostra tanto aparato da vista do mar, que parece uma vila.

E indo correndo a ribeira do Salgado, deste engenho a meia légua, está tudo povoado de fazendas, e no cabo está uma que foi do Deão da Sé, com uma ermida de Nossa Senhora muito concertada, a qual está em uma ponta da terra. Defronte desta ponta bem chegada à terra firme está uma ilha, que se diz de Pedro Fernandes, onde ele vive com sua família, e tem sua granjearia de canaviais e roças com água dentro.

Da fazenda de Deão se começa de ir armando a enseada que dizem de Jacarecanga, no meio da qual está um formoso engenho de bois de Cristovão de Barros, até onde está tudo povoado de fazendas e lavrado de canaviais; este engenho tem mui grandes edifícios e uma igreja de Santo Antonio. Esta enseada está em feição de meia lua, e terá segundo a feição da terra duas léguas, em a qual está uma ribeira de água, em que se pode fazer um engenho, o qual se deixa de fundar por se não averiguar o litígio que sobre ela há; e toda esta enseada à roda, sobre a vista da água, está povoada de fazendas e formosos canaviais.

E saindo desta enseada, virando sobre a ponta da mão direita, vai correndo a terra fazendo um canto em espaço de meia légua, em a qual estão dois engenhos de bois, um de Tristão Rodrigo junto da ponta da enseada, defronte da qual a ilha de Maré está um ilhéu que se chama de Pacé, de onde tomou o nome a terra firme deste limite. Este engenho de Tristão Rodrigo tem uma fresca ermida de Santa Ana. O outro engenho está no cabo desta terra, que é de Luiz Gonçalves Varejão, em o qual tem outra igreja de Nossa Senhora do Rosário, que é freguesia desse limite.

Deste engenho se torna a afeiçoar a terra fazendo ponta para o mar, que terá comprimento de meia légua, e no cabo dela se chama a ponta de Thomaz Alegre, até onde está tudo povoado de fazendas e canaviais, em que entra uma casa de meles de Marcos da Costa. Defronte desta ponta está o fim da ilha de Maré, e daqui torna a fugir a terra para dentro, fazendo um modo de enseada em espaço de uma légua que toda está povoada de nobres fazendas e grandes canaviais, no cabo da qual está um formoso engenho de água de Thomaz Alegre, que tem uma ermida de Santo Antonio muito bem concertada. Deste engenho à uma légua é o cabo de um esteiro, que se diz a Petinga, até onde está tudo povoado e plantado de canaviais mui formosos. Esta Petinga é uma ribeira assim chamada, onde se pode fazer um formoso engenho de água, o que se não faz por haver contenda sobre a dita ribeira.

Por aqui se serve o engenho de Miguel Baptista, que está pela terra dentro meia légua, o qual tem muitos ornados edifícios, e uma ermida de Nossa Senhora muito concertada. E tornando atrás ao esteiro e porto de Petinga, torna a terra a correr para o mar obra de meia légua, onde faz uma ponta em redondo, onde está uma formosa fazenda de André Monteiro, da qual torna a terra a recuar para trás outra meia légua por um esteiro acima, que se diz de Mataripe, onde está uma casa de meles de João Adrião mercador; por este esteiro se serve a igreja, e julgado do lugar de Tayaçupina, que está meia légua pela terra adentro em um alto à vista do mar (...).

Deste esteiro de Mataripe ao de Caipe será meia légua, ou menos, a qual está toda lavrada e aproveitada de muitos canaviais que os moradores, que por esta terra vivem, têm feito. Neste esteiro de Caipe está um engenho de bois de duas moendas, peça de muita estima, o qual é de Martin Carvalho, onde tem uma ermida da Santíssima Trindade muito concertada com as mais oficinas necessárias.

Defronte deste esteiro de Caipe está um ilhéu de pedra, meia légua ao mar, que se diz Itapitanga, do qual esteiro corre a terra quase direita obra de uma légua ou mais, no cabo da qual está outro engenho de bois, fazenda muito grossa de escravos e canaviais, com nobres edifícios de casas, com uma fresca igreja de Nossa Senhora das Neves muito bem acabada; o qual engenho é de André Fernandes Margalho, que o herdou de seu pai com muita fazenda. Ao longo desta terra, um tiro de berço, está estendida a ilha de Cururupeba, que é de meia légua de comprido, a qual é dos padres da Companhia, que a tem arrendada a sete ou oito moradores, que nela vivem.

Entre esta ilha e a dos Frades estão duas ilhetas, em cada uma das quais está um morador, que a lavra, e são de Antonio da Costa. Deste engenho de André Fernandes para cima vai fazendo a terra uma enseada de uma légua, no cabo da qual está o esteiro de Parnamirim; e defronte desta enseada bem chegada à terra firme estão três ilhas; a primeira defronte do engenho, que é do mesmo André Fernandes, que tem perto de meia légua, onde tem alguns moradores que lavram canas e mantimentos (...).

Partindo com a terra da Tamarari começa a do engenho do conde de Linhares, a qual está muito metida para dentro fazendo uma maneira de enseada, a que chamam Marapé, a qual vai correndo até a boca do rio de Seregipe, e terá a grandura de duas léguas, que estão povoadas de mui grossas fazendas. Entra a maré por este rio de Seregipe passante de três léguas, onde se mete uma ribeira, que se diz Traripe, onde esteve já um engenho, que fez Antonio Dias Adorno, o qual se despovoou por lhe arrebentar um açude, que lhe custou muito a fazer; pelo que está em mortuário; mas não estará assim muito tempo, por ser a terra muito boa e para se meter nela muito cabedal.

Descendo por este esteiro abaixo, légua e meia sobre a mão direita, está situado o afamado engenho de Mem de Sá, que agora é do conde de Linhares seu genro, o qual está mui fabricado de casa forte e de purgar; com grande machina de escravos e outras benfeitorias, com uma igreja de Nossa Senhora da Piedade. Desta banda do engenho até a barra do rio, que podem ser duas léguas, não vive nenhum morador; por ser necessária a terra para o meneio do engenho, e por ter perto da barra uma ribeira, onde se pode fazer outro engenho muito bom; mas da outra banda do rio, de cima até abaixo, está tudo povoado de muitas fazendas, com mui formosos canaviais, entre os quais está uma, que foi de um Gonçalo Annes que se meteu frade de S.Bento, onde os frades têm feito uma igreja do mesmo Santo com seu recolhimento, onde dizem missa aos vizinhos. (...) e defronte desta ilha dos Franceses está uma casa de meles de Antonio Peneda. E saindo desta ilha para fora, pondo a vista sobre a mão direita, faz este rio um recôncavo de três léguas, coisa mui formosa, a que chamam Uguape; e olhando pela mão esquerda se estende perto de duas léguas, parte das quais estão ocupadas com três ilhéus despovoados, mas

cheios de arvoredo que se podem povoar, e de uma ilha de Antonio de Paiva, que está aproveitada com canaviais, onde a terra firme se vai apertando, que ficará acima desta ilha o rio de terra à terra uma meia légua. Mas tornando à casa de meles de Antonio Peneda, virando dela para a enseada de Uguape, sobre a mão direita, daqui a duas léguas, é a terra fraca e não serve senão para currais de vacas. No meio deste caminho está uma ilha rasa, que Antonio Dias Adorno teve já cheia de mantimentos; além da qual está outra ilha, que chamam da Ostra; donde se tem tirado tanta quantidade que se fizeram de ostras mais de dez mil moios de cal, e vai-se cada dia tirando tanta que faz espanto, sem se acabar. No cabo destas duas léguas começa a terra boa, que está povoada até o engenho de Antonio Lopes Ulhoa, de muitos canaviais e formosas fazendas, no que haverá espaço de uma légua. Este engenho mói com grande aferida, e está mui ornado com edifícios de pedra e cal, e a ribeira com que mói se chama Ubirapitanga. E indo deste engenho para cima, sobre a mão direita ao longo do Salgado, vai povoada a terra de fazendas e canaviais, em que entra uma casa de meles de Antonio Rodrigues, e andando assim até junto do rio da Água Doce do Paraguaçú, que podem ser duas léguas, vão dar com o notável e bem assentado engenho de João de Brito de Almeida, que está senhoreando esta baía com a vista, o qual engenho é de pedra e cal, e tem grandes edifícios de casas, e muito formosa igreja de S. João, de pedra e cal; o qual engenho tem mui grande aferida, e mói com uma ribeira que vem a este sítio por uma levada de uma légua, feita toda por pedra viva ao picão com suas açudadas, com muros e botaréus de pedra e cal, coisa muito forte."

OS OLHOS DO DONO

O Rei D. João III. *Carta de Grandes Poderes ao Capitão-mor Martim Afonso de Sousa*
(20 de novembro de 1530)

A expedição de Martim Afonso de Sousa, em 1530, foi a primeira grande expedição colonizadora de base oficial enviada ao Brasil. Compunha-se a esquadra de cinco navios com mais de 400 homens. Além dos propósitos de defesa do litoral brasileiro contra exploradores e navegantes estrangeiros, principalmente franceses, tarefa que coube a seu irmão Pero Lopes de Sousa, a missão de Martim Afonso pretendia fixar as primeiras bases permanentes de ocupação do território, com a fundação de vilas e pontos fortificados na costa. A fundação da vila de São Vicente no litoral de São Paulo, por Martim Afonso de Sousa, em 1532, é decorrência direta dessa preocupação. Outro resultado de importância mais geral foi a inovação da política colonial de Portugal no Brasil, com a criação de capitanias hereditárias de que, aliás, seriam beneficiários diretos o próprio Martim Afonso de Sousa, com a capitania de São Vicente, e seu irmão Pero Lopes de Sousa, a quem coube três capitanias: Itamaracá, Santo Amaro e Santana.

A *Carta de Grandes Poderes* dada ao Capitão-mor Martim Afonso de Sousa pelo rei D. João III confere-lhe jurisdição sobre os tripulantes da armada e todas as pessoas que vivem na colônia, podendo passar sentença no cível e no crime "até a morte natural", sem apelação nem agravo. Muitas dessas normas e poderes foram depois incluídas nos regimentos dos donatários e dos governadores gerais que haveriam de substituir aquele regime após 1549.

• O original da *Carta de grandes poderes ao Capitão-mor Martim Afonso de Sousa e a quem ficasse em seu lugar*, encontra-se no Real Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Liv. 41 da *Chancellaria de el rei D. João 3°*, folha 105. A edição utilizada é a da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 24 (1° trimestre), 1861: 74-79.

"CARTA DE GRANDES PODERES AO CAPITÃO-MOR, E A QUEM FICASSE EM SEU LUGAR.

Dom João & A quantos esta minha carta de poder virem faço saber que eu envio ora a Martim Afonso de Sousa do meu conselho por capitão-mor da armada que envio à terra do Brasil e assim de todas as terras que ele dito Martim Afonso na dita terra achar e descobrir e, porém, mando aos capitães da dita armada, e fidalgos, cavaleiros, escudeiros, gente de armas, pilotos, mestres, mareantes e todas outras pessoas que na dita armada forem e assim a todas as outras pessoas, e a quaisquer outras de qualquer qualidade que sejam, nas ditas terras que ele descobrir ficarem e nela estiverem ou a ela forem ter por

qualquer maneira que seja, que haja ao dito Martim Afonso de Sousa por capitão-mor da dita armada e terras e lhe obedeçam em tudo e por tudo o que lhes mandar e cumpram e guardem seus mandados assim e tão inteiramente como se por mim em pessoa fosse mandado sob as penas que ele puser; as quais com efeito dará a devida execução nos corpos e fazendas daqueles que o não quiserem cumprir, assim e além disso lhe dou todo poder e alçada, mero e misto império, assim no crime como no civel sobre todas as pessoas assim da dita armada como em todas as outras que nas ditas terras que ele descobrir viverem e nela estiverem ou a ela forem ter por qualquer maneira que seja, e ele determinará seus casos feitos assim crimes como civeis e dará neles aquelas sentenças que lhe parecer Justiça conforme a direito e minhas ordenações até morte natural inclusive, sem de suas sentenças dar apelação nem agravo; que para tudo o que dito é e tocar a dita jurisdição lhe dou todo poder e alçada na maneira sobredita, porém se alguns fidalgos que na dita armada forem e na dita terra estiverem ou viverem e a ela forem cometerem alguns casos crimes por onde mereçam ser presos ou emprazados ele dito Martim Afonso os poderá mandar prender ou emprazar segundo a qualidade de suas culpas o merecer e mos enviará com os autos das ditas culpas para cá se verem e determinarem como for justiça, porque nos ditos fidalgos no que tocar nos casos crimes hei por bem que ele não tenha a dita alçada; e bem assim dou poder ao dito Martim Afonso de Sousa para que em todas terras que forem de minha conquista e demarcação que ele achar e descobrir possa meter padrões e em meu nome tome delas Real e autoal e tirar estormentos, e fazer todos os outros autos quando direitamente se requererem e forem necessários, porque para isso lhe dou especial e todo cumprido poder, como para todo ser firme e valioso requerem e se para mais firmeza de cada uma das coisas sobreditas e serem mais firmes se cumprirem com efeito e necessário de feito ou de direito nesta minha carta de poder irem declaradas alguma cláusula ou cláusulas mais especiais e exuberantes eu as hei assim por expressas e declaradas como se especialmente o fossem posto que sejam tais e de tal qualidade que de cada uma delas por direito fosse necessário se fazer expressa menção e porque assim me de todo apraz, mandei disso passar esta minha carta ao dito Martim Afonso assinada por mim e selada do meu selo pendente, dada em a Vila de Crasto Verde aos XX (20) dias do mês de novembro. Fernam da Costa a fez, ano do nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de mil bcxxx (1530) anos e eu Amdre Pyz a fiz escrever e sobrescrevi; e se o dito Martim Afonso em pessoa for algumas partes ele deixará nas ditas terras que assim descobrir por capitão-mor e governador em seu nome a pessoa que lhe parecer que o melhor fará ao qual deixará por seu assinado os poderes de que há de usar que serão todos ou aquela parte destes nesta minha carta declarados que ele vir que é bem, e mando que a dita pessoa que assim deixar seja obedecido como ao dito Martim Afonso sob as penas que nos ditos poderes que lhe assim deixar forem declaradas; e no que toca a emprazamento dos fidalgos que em cima é declarado por alguns justos respeitos hei por bem que o dito Martim Afonso os não empraze e quando fizerem tais casos por onde mereçam pena alguma crime ele os prenderá e mos enviará presos com os autos de suas culpas para se nisso fazer o que for justiça.

CARTA DE PODER PARA O CAPITÃO-MOR CRIAR TABELIÕES E MAIS OFICIAIS DE JUSTIÇA.

Dom João & A quantos esta minha carta virem faço saber que eu envio ora a Martim Afonso de Sousa do meu conselho por capitão-mor da armada que envio à terra do Brasil e assim das terras que ele na dita terra achar e descobrir; e porque assim para tomar a posse delas como para as coisas da Justiça e governança da terra serem ministradas como devem, será necessário criar e fazer de novo alguns oficiais assim tabeliões como quaisquer outros que vir que para isso forem necessários, por esta minha carta dou poder ao dito Martim Afonso para que ele possa criar e fazer dois tabeliões que sirvam das notas e Judicial, que logo com ele daqui vão na dita armada, os quais serão tais pessoas que o bem saibam fazer o que para isso sejam aptos aos quais dará suas Cartas com o treslado desta minha para mais firmeza, e estes tabeliões que assim fizer deixarão seus sinais públicos que houverem de fazer na minha chancelaria, e se depois que ele dito Martim Afonso for na dita terra lhe parecer que para governança dela são necessários mais tabeliões que os sobreditos que assim daqui há de levar isso mesmo lhe dou poder para os criar e fazer de novo, e para quando vagarem assim uns como outros ele prover dos ditos oficios as pessoas que vir que para isso são aptas e pertencentes; e bem assim lhe dou poder para que possa criar e fazer de novo e prover por falecimento dos que criar os oficios da Justiça e governança da terra que por mim não forem providos que vir que são necessários e os que assim por eles criados e providos forem hei por bem que tenham e possuam e sirvam os ditos oficios como se por mim por minhas provisões os fossem e porque assim me disso apraz lhe dei esta minha carta de poder ao dito Martim Afonso por mim assinada e selada com o meu selo para mais firmeza, dada em a Vila de Crasto Verde a XX (20) dias de novembro. Fernam da Costa a fez, ano do nascimento de nosso senhor Jesus Cristo de mil bcxxx (1530) anos. E eu Amdre Piz a fiz escrever e sobrescrevi.

CARTA PARA O CAPITÃO-MOR DAR TERRAS DE SESMARIA.

Dom João & A quantos esta minha carta virem faço saber para que as terras que Martim Afonso de Sousa do meu conselho descobrir na terra do Brasil onde o envio por meu capitão-mor se possam aproveitar eu por esta minha carta lhe dou poder para que ele dito Martim Afonso possa dar às pessoas que consigo levar, às que na dita terra quiserem viver e povoar, aquela parte das terras que assim achar e descobrir que lhe bem parecer e segundo o merecerem as ditas pessoas por seus serviços e qualidades para as aproveitarem; e as terras que assim der será somente nas vidas daqueles a que as der e mais não e as terras que lhe parecer bem poderá para si tomar porém tanto até me fazer saber e aproveitar e granjear no melhor modo que ele puder e vir que é necessário para bem das ditas terras; e das que assim der às ditas pessoas lhes passará suas cartas declarando nelas como lhas dá em suas vidas somente e que de dentro em seis anos do dia da dita data cada um aproveitar a sua e se no dito tempo assim o não fizer as poderá tornar a dar com as mesmas condições a outras pessoas que as aproveitem e nas ditas cartas que lhes assim

der irá tresladada esta minha carta de poder para se saber a todo tempo como o fez por meu mandado e lhe ser inteiramente guardada a quem a tiver; e o dito Martim Afonso me fará saber as terras que achou para poderem ser aproveitadas e a quem as deu e quanta quantidade a cada um e as que tomou para si e a disposição delas para o eu ver e mandar nisso o que me bem parecer e porque assim me apraz lhe mandei dar esta minha carta por mim assinada e selada com o meu selo pendente, dada em a Vila de Crasto Verde a XX (20) dias do mês de novembro. Fernam da Costa a fez, ano do nascimento de nosso senhor Jesus Cristo de mil bcxxx (1530) anos."

O Rei D. João III. *Carta Donatária de Duarte Coelho* (5 de setembro de 1534)

Com a expedição de Martim Afonso de Sousa, em 1530, encarregada de reconhecer o litoral brasileiro, combater possíveis incursões ou tentativas de estabelecimento de concorrentes europeus e de sugerir medidas para uma presença mais ativa e ordenada dos portugueses na América, deu-se início a medidas administrativas e políticas de Portugal em sua colônia americana. A principal dessas foi a criação de 14 capitanias divididas entre 12 donatários, estendendo-se do Maranhão a Santana, no sul do Brasil, que se dispunha entre a Baía de Paranaguá até a altura de Laguna, em Santa Catarina.

A capitania de Pernambuco, ou Nova Lusitânia, doada em 5 de setembro de 1534 a Duarte Coelho, estendia-se do rio Igaraçu, onde fazia fronteira com a capitania de Itamaracá, ao norte, até o rio São Francisco, ao sul. Apesar da presença de franceses na Paraíba, em Itamaracá e em Sergipe, a capitania de Duarte Coelho prosperou graças a seus engenhos de açúcar e à concentração de colonos e escravos negros que ela propiciou. Um dos resultados desse desenvolvimento foi o aparecimento de núcleos urbanos em Igaraçu, Olinda e, mais tarde, em Recife. A carta de doação da capitania a Duarte Coelho inclui normas administrativas, poderes, privilégios e mercês que não são exclusivos desse donatário mas que se repetem sem modificações maiores nos atos respeitantes às outras unidades.

"Dom Joham etc. A quamtos esta mjnha carta virem ffaço saber que comsyramdo eu quanto serviço de Deus e meu proveyto e bem de meus Reynos e senhorios e dos naturais e suditos delles he ser a mjnha costa e terra do brasill mays povoada do que ate gora foy asy pera se nella aver de selebrar o culto e oficios deuynos e se emxalçar a nosa samta fee catolyqua com trazer e provocar a ella os naturaes da dita terra jmfies e ydolatras como pollo muyto proueyto que se seguyra a meus Reynos e senhoryos e asy naturaes e suditos deles de se a dita terra povoar e aproveytar por bem de a mamdar repartyr e ordenar em capitanias de certas em certas legoas pera dellas prover aquelas pesoas que me bem parecesem pollo qual esguardando eu aos muytos serviços que Duarte Coelho fidalguo de mynha casa a clRey meu sõr e padre que samta glorya ajaa e a mym tem feytos asy nestes Reynos como nas partes da India onde serujo muito tempo e em muytas cousas de meu seruiço nas quaes sempre deu de sy muy boa comta avendo como he rezão de lhe fazer asy por os seruiços que ate quy tem feitos como por os que espero que me ao diante fara por todos estes respeytos e por algũs outros que me a ysto movem e por folgar de lhe fazer merçe de meu propio moto e certa cyemçia poder reall e ausoluto sem mo elle pedir nem outrem por elle ey por bem e me apraz de lhe fazer como de feito per esta presente carta faço merce inrevogavel doaçam amtre vyvos valedoyra deste dia pera todo sempre de juro e derdade pera elle e todos seus filhos netos e erdeiros sobecesores que apos elle vierem asy decemdemtes como trasvesaes e coleteraes segundo adiamte hyra declarado de sesenta legoas de terra na dita costa do brasyl as quaes se começarã no ryo de sam Francisco que he do cabo de samto agostinho pera ho sull e acabarão no ryo que cerqua em redomdo toda a ylha de Tamaracaa ao qual rio ora novamente ponho rio de Samta Cruz e mando que asy se nome e se chame daquy em diamte e isto com tall decclaraçam que ficara com o dito Duarte Coelho a terra da banda do sull do dito rio omde Christovam Jaques fez a prymeira casa de mynha feytorya e a cyncoenta passos da dita casa da feytorya pelo rio a demtro ao lomgo da praya se pora hũ padrã das mjnhas armas e do dito padram se lançara hua lynha cortando a loeste pela terra fyrme a demtro e a terra da dita lynha pera o sull será do dito Duarte Coelho e do dito padram pelo rio abaixo pera a barraa e mar ficara asy mesmo com elle dito Duarte Coelho ametade do dito rio de samta cruz pera a banda do sull e asy entrara na dita terra e demarquaçam della todo o dito rio de sam Francisco e ametade do rio de santa cruz pella demarquaçã sobre dita pelos quaes rios elle dara servemtya aos vezynhos delles de hũa parte e da outra e avendo na fromtarya da dita demarquaçam alguãs ylhas ey por bem

* O original da *Carta de doação da capitania de Pernambuco a Duarte Coelho*, de 5 de setembro de 1534, encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo: *Chancelaria de D.João III*, livro 7º, folhas 83. A edição utilizada é a de Carlos Malheiro Dias, *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Porto, Litografia Nacional, 1924, vol. III: 309-312. Este documento foi transcrito com a grafia original com o objetivo de fornecer uma amostra da escrita da época.

que sejam do dito Duarte Coelho e anexas a esta sua capytania sendo as taes ylhas ate dez legoas ao mar na frontarya da dita demarquaçã pela lynha de loeste a qual lynha se entendera do meo da barra do dito Ryo de santa cruz cortando direyto a loeste e as ditas sasenta legoas de terra se entenderã e seram de largo ao longo da costa e entrarã na mesma largura pelo sertã e terraa fyrme adentro tanto quanto poderê entrar e for de mjnha comquista da qual terra pela sobredita demarquaçã lhe asy faço doaçam e merce de juro e derdade pera todo sempre como dito he e quero e me apraz que o dito Duarte Coelho e todos seus erdeiros e sobçesores que a dita terra erdarem e soçederẽ se posam chamar e chamẽ capitães e governadores della e outrosy lhe faço doaçam e merçe de juro e derdade pera sempre pera elle e seus decemdentes e soçesores no modo sobredito da jurdiçã çyuel e cryme da dita terra da qual elle dito Duarte Coelho e seus erdeiros e soçesores usarã na forma e maneira seguinte .s. poderá per sy e per seu ouvidor estar a enliçam dos Jujzes e oficiaes e alympar e apurar as pautas e pasar cartas de comfirmaçam aos ditos juízes e oficiais os quaes se chamaram pelo dito capitam e governador e elle pora ouvidor que poderá conhecer daução̧es novas a dez legoas domde estyver e dapelaçoes e agrauos conhecerá em toda a dita capitanya e governamça e os ditos jujzes daram apelaçam pera o dito seu ouvidor nas comtias que mandã mjnhas ordenações e do que o dito seu ouvidor julgar asy per aução nova como per apelação e agravo sendo em causas cyues nã avera apellação nem agravo ate comtya de cem myl Reaes e daly pera cima dara apelação a parte. E nos casos crymes ey por bem que o dito capitam e governador e seu ouvidor tenhã jurdiçam e alçada de morte natural ynclusivé em escravos e gentios e asy mesmo em piães crystãos homens lyures em todos os casos asy pera asolver como pera condenar sem aver apelação nem agravo e nas pessoas de mor calidade teram alçada de dez annos de degredo e ate cem cruzados de pena sem apelação nem agravo e porem nos quatro casos seguyntes .s. eresya quando o eretico lhe for entregue pelo ecleziastico e trayçam e sudomja e moeda falsa teram alçada em toda pessoa de qualquer calydade que seya pera condenar os culpados à morte e dar suas sentenças e emxecuçam sem apelação nem agravo. E porem nos ditos quatro casos pera asolver de morte posto que outra pena lhe queyram dar menos de morte darã apelação e agravo e apelarã por parte de Justiça.

& Outrosym me praz que o dito seu ouvidor posa conhecer dapelações e agravos que a elle ouverem de hyr em qualquer villa ou lugar da dita capitania em que estyuer posto que seja muito apartado dese lugar omde asy estyuer com tamto que seya na propia capitanya e o dito capitam e governador podera pôr meirinho dante o dito seu ouvidor e escryuães e outros quaesquer oficios neçesaryos e acostumados nestes Reynos asy na correyção da ouvydorya como em todas as villas e lugares da dita capitanya e governança e sera o dito capitam o governador e seus suçesores obrygados quando a dita terra for povoada em tanto crecymento que seya necesaryo pôr outro ouvydor de o pôr omde por my ou por meus soçesores for ordenado.

& Outrosy me praz que o dito capitam e governador e todos seus subçesores posam per sy fazer villas todas e quaesquer povoações que nesa dita terra fizerem e lhe a elles pareçer que o deuem ser as quaes se chamaram villas e teram termo e jurdiçam lyberdades e jnsinjas de villas segundo foro e costume de meus Reynos e isto porem se entenderá que poderã fazer todas as vyllas que quyserem das povoações que estyuerem ao longo da costa da dita terra e dos rios que se navegarem por que por dentro da terra fyrme pelo sertam as nam poderam fazer menos espaço de seys legoas de huã a outra pera que se posam ficar ao menos tres legoas de terra de termo a cada huã das ditas villas e ao tempo que se fizerem as tais villas ou cada huã dellas lhe lymytaram e asynaram logo termo pera ellas e depois nam poderam da terra que asy tiverem dado per termo fazer majs outra villa sem mynha licença.

& Outrosy me praz que a dita capitania e governador e todos seus sobcesores a que esta capitania vyer posam novamente cryar e prouer per suas cartas os tabeliães do prubico e judiciall que lhes parecer necesaryos nas villas e povoações da dita terra asy agora como pelo tempo adyamte e lhe darã suas cartas asynadas per elles e aseladas com o seu sello e lhes tomaram juramento que syrvam seus oficios bem e verdadeiramente e os ditos tabeliães serviram per as ditas cartas sem mays tirarem outras de mjnha chancelaria e quando os ditos oficios vagarem por morte ou renunciaçam ou per erros per se asy he os poderã yso mesmo dar e lhe darã os regimentos per omde hã de seruyr conformes aos da mynha chancelaria e ey por bem que os ditos tabeliães se posam chamar pelo dito Capitam e governador e lhe pagaram suas pensões segunda forma do foral que ora pera a dita terra mandey fazer das quaes pemsões lhe asy mesmo faço doaçam e merçe de juro e derdade pera sempre.

& Outrosy lhe faço doaçam e merce de juro e de herdade pera sempre das alcajdarjas mores de todas as ditas villas e povoações da dita terra com todas as rendas e direitos & foros e trebutos que a elas pertencerem segundo sam escritas e decraradas no forall as quaes o dito Capitam e governador e seus socesores averam e arrecadaram pera si no modo e maneira no dito forall conteudo e segundo forma delle e as pessoas a que as ditas alcajdarjas mores forem entregues da mão do dito Capitão e governador elle lhes tomará a menagem dellas segundo forma de mjnhas ordenações.

& Outrosy me praz por fazer merce ao dito Duarte Coelho e todos seus soçesores a que esta capitanya e gouernamça vyer de Juro e derdade pera sempra que elles tenham e ajam todas as moendas dagoa marynhas de sall e quaes quer outros enjenhos de qualquer calidade que seya que na dita capitanya e gouernamça se poderem fazer e ey por bem que pesoa alguma nam posa fazer as ditas moendas marynhas nem emjenhos senam o dito capitam e gouernador ou aquelles a que ele pera yso der licença de que lhe pagaram aquelle foro ou trebuto que se com elles conçertar.

Outro sy lhe faço doaçam e merce de juro e derdade pera sempre de dez legoas de terra ao lomgo da costa da dita capitanya e gouernamça e entraram pelo sertam tamto quanto poderem entrar e for de mjnha conquista a qual terra sera sua lyvre e ysemta sem della pagar foro trebuto nem direito algum somente o dizimo de deos a ordem do mestrado de noso senhor Jesus Christo e dentro de vynte annos do dia que o dito capitam e gouernador tomar pose da dita terra en qualquer parte que mays quyser nam as tomando porem jumtas senam Repartydas em quatro ou cinquo partes e nam sendo de huma a outra

menos de duas legoas as quaes terras o dito capitam e gouernador e seus suçesores poderam arrendar e aforar enfatiota ou em pesoas ou como quizerem e lhes bem vyer e pelos foros e trebutos que quyserem e as ditas terras nam sendo aforadas ou as Rendas dellas quando o forem vyram sempre a quem soçeder a dita capitanya e gouernamça pelo modo nesta doaçam conteudo e das nouydades que deos nas ditas terras der nam sera o dito capitam e gouernador nem as pesoas que de sua maão as tyuerem ou trouxerem obrygados a me pagar foro nem direito alguum somente o dizimo de deos a ordem que jerallmente se a de pagar en todas as outras terras da dita capitanja como abaixo hira declarado.

Item o dito capitam e gouernador nem os que apos elle vyerem nam poderam tomar terra alguma de sesmarya na dita capitanja pera sy nem pera sua molher nem pera o filho erdeiro della amtes daram e poderam dar e Repartyr todas as ditas terras de sesmarya a quaes quer pessoas de quallquer calydade e comdyçam que seyam e lhes bem parecer lyuremente sem foro nem direito alguum somente o dizimo de deos que seram obrygados de pagar a ordem de todo o que nas ditas terras ouverem segundo he decrarado no forall e pela mesma maneira as poderam dar e Repartir per seus filhos fora do morgado e asy per seus parentes. E porem aos ditos seus filhos e paremtes nam poderam dar mays terraa da que derem ou teuerem dada a qualquer outra pessoa estranha e todas as ditas terras que asy der de sesmarya a huns e outros sera conforme a ordenaçam das sesmaryas e com obrygaçam dellas as quaes terras o dito capitam e gouernador nem seus soçesores nam poderam em tempo alguum tomar pera sy nem pera sua molher nem filho erdeiro como dito he nem polas em outrem pera depoys vyrem a elle por modo alguum que seya somente as poderam aver per titolo de compra verdadeyra das pessoas que ellas quyserem vender pasados oyto annos e despoys de as taes terras serem aproueytadas e en outra maneyra nam.

Outro sy faço doaçam e merce de juro e derdade da metade da dizima do pescado da dita capitanja que a mym pertencer porque a outra metade se ade arrecadar pera mym segundo no foral he decrarado a qual metade da dita dizima se emtendera do pescado que se matar em toda a dita capitanya fora das dez legoas do dito capitam e gouernador por quamto as ditas dez legoas he terraa sua lyure ysenta segundo atras he decrarado.

Outro sy lhe faço doaçam e merçe de juro e derdade pera sempre da Redizima de todalas Rendas e direitos que a dita ordem e a mym de direito na dita capitanja pertencer — a saber — que de todo Rendimento que a dita ordem e a mym couber asy dos dizimos como de quaes quer outras Rendas ou direitos de qualquer calydade que seyam aya o dito capitam e gouernador e seus soçesores huma dizima que he dez partes huma.

Outro sy me praz por Respeito do cuydado que o dito capitam e gouernador e seus soçesores em de ter e guardar e comseruar o brazyll que na dita terra ouver de lhe fazer doaçam e merce de juro e derdade pera sempre da vymtena parte do que lyquydamente Render pera mym foro de todos os custos o brazyll que se na dita capitanja trouxer a estes Reynos e a conta do tall Rendimento se fara na casa da mjna da cidade de lisboa onde o dito brazill ade vyr e na dita casa tamto que o brazyll for vemdido e arrecadado o dinheiro delle lhe sera logo paguo e entrege em dinheiro de contado pelo feitor e oficiaes della aquyllo que per boa conta na dita vintena montar e ysto por quamto todo o brazyll que na dita terra ouver ade ser sempre meu e de meus sobçesores sem o dito capitam e gouernador nem outra alguma pessoa poder tratar nelle nem vendello pera fora somente podera o dito capitam e asy os moradores da dita capitanja aproueytarse do dito brazyll ahy na terra no que lhes for neçesaryo segundo he decrarado no forall e tratando nelle ou vendendo pera fora encoreram nas penas conteudas no dito forall.

Outro sy me praz fazer doaçam e merce ao dito capitam e gouernador e a seus socesores de juro e derdade pera sempre que dos escrauos que elles Resgatarem e ouverem na dita terraa do brazyll posam mandar a estes Reynos vynte e quatro peças cada anno pera fazer dellas o que lhes bem vyer os quaes escrauos vyram ao porto da cydade de lisboa e nam a outro alguum porto e mandara com elles certydão dos oficiaes da dita terraa de como sam seus pela qual certidão lhe seram qua despachados os ditos escravos forros sem delles pagar direitos alguns nem cymco por cemto e alem destas vinte quatro peças que asy cada anno podera mandar foras Ey por bem que posa trazer por marynheyros e grumetes em seus navyos todolos escravos que quyserem e lhes for neçesaryos.

Outro sy me praz por fazer merce ao dito capitam e gouernador e a seus soçesores e asy aos vezynhos e moradores da dita capitanya que nella nam posa em tempo algum aver direytos de sysas nem enposyções saboaryas trebuto de sall nem outros alguns direytos nem trebutos de qualquer calydade que seyam saluo aqueles que per bem desta doaçam e do forall ao presente são ordenadas que aja.

Item esta capitanya e gouernamça e Recebidos e beens della Ey por bem e me praz que se erde e sobceda de juro e derdade pera todo senpre pelo dito capitam e gouernador e seus descendentes fylhos e filhas legytymos com tall decraraçam que enquanto ouver filho legitimo baram no mesmo grao nam soçeda fylha posto que seya de mayor ydade que ho fylho e nam avendo macho ou avendo o e nam semdo em tam propinco grao ao ultimo poosoydor como a femea que emtam soceda a femea e enquanto ouver decemdentes legitymos machos ou femeas que nam soçeda na dita capitanja bastardo alguum e nam avemdo descemdentes machos nem femeas legytimos socederam os bastardos machos e femeas nam sendo porem de danado coyto e socederam pela mesma ordem dos legitymos prymeyro os machos e depoys as femeas em yguall grao con tall condicam que se o posoydor da dita capitanya a quyser antes leixar a hum seu paremte transversaall que aos decemdentes bastardos quando nam tyver legitimos o posa fazer e nam avemdo desemdentes machos nem femeas legitimos nem bastardos da maneyra que dito he en tall caso soçederam os deçemdentes machos e femeas prymeyro os machos e en defeyto delles as femeas e nam avendo decemdentes nem asendentes socederam os transvesaes pelo modo sobredito sempre prymeiro os machos que forem en ygual grao em depoys as femeas e no caso dos bastardos o posoydor podera se quyser deixar a dita capitanya a hum trasvesall legitymo e tyralla aos bastardos posto que seyam deçemdentes e muyto mays proprinco grao e ysto ey asy por bem sem embargo da ley

mental que diz que nam soçedam femeas nem bastardos nem trasvesaes nem açemdentes por que sem embargo de todo me praz que nesta capitanya socedam femeas bastardos nam sendo da coyto danado e trasvesaes e açemdentes do modo que ja decrarado.

Item outro sy quero e me praz que en tempo alguum senam posa a dita capitanya e gouernamça e todas as cousas que per esta doaçam dou a dito duarte coelho partyr nem escaymbar espedacar nem em outro modo en alhear nem em casamento a filho ou filha nem a outra pesoa dar nem pera tyrar pay ou fylho ou outra alguma pesoa de catiuo nem per outra cousa ainda que seya mays piadosa por que mynha tenção e vontade he que a dita capitanja e gouernamça e cousas ao dito capitão e gouernador nesta doaçam dadas am de ser sempre jumtas e se nam partam nem alyenem em tempo algum e aquele que a partyr ou alyanar ou espedaçar ou der en casamento ou por outra cousa per onde aja de ser partyda ajnda que seya mays piadosa per este mesmo feyto perca a dita capitanya e gouernamça e pase dyreitamente aquele a que ouvera de hyr pela ordem do soçeder sobre dita se o tall que ysto asy nam compryo fose morto.

Outro sy me praz que por caso algum de quall quer calydade que seya que o dito capitam e gouernador cometa per que segundo direyto e leis destes Reynos merese perder a dita capitanja gouernamca jurdiçam e Rendas della a nam perca seu sobçesor saluo se for traidor a coroa destes Reynos e en todos os outros casos que cometer sera ponjdo quamto o crime obrygar E porem o seu soçesor nam perdera por yso a dita capitanja gouernamça jurdiçam Rendas e beens della como dito he.

Item mays me praz e cy por bem que o dito duarte coelho e todos seus socesores a que esta capitanya e gouernamça vyer usem jnteyramente de toda jurdiçam poder e alcada nesta doaçam comteuda asy e da maneyra que nella he decrarado e pella comfiamça que delles tenho que gardarão nyso tudo o que cumpre a seruyço de deos e meu e o bem do pouo e direyto das partes ey outro sy por bem e me praz que nas terraas da dita capitanya nam entrem nem posam entrar em tempo algum coregedor nem alçada nem outras algumas justiças pera nellas usar de jurdiçam alguma per nenhuma via nem modo que seya nem menos sera o dito capitam sospenso da dita capitanya e gouernamça e jurdiçam della E porem quando o dito capitão cayr em algum erro ou fyzer cousa per que mereca e deua ser castygado eu ou meus socesores o mandaremos vyr a nos pera ser ouuydo com sua justiça e lhe ser dada aquela pena ou castigo que de direyto no tall caso mereçer.

Item esta merce lhe faço como Rey e Senhor destes Reynos e asy como gouernador o prepetu amenystrador que sam da ordem e cavalarya do mestrado de nosso senhor Jhesus christo e per esta presemte carta dou poder e autorydade ao dito duarte coelho que elle per sy e por quem lhe aprouuer posa tomar e tome a pose Real corporall e autoall das terras da dita capitanya e gouernamça e das Rendas e beens dellas e de todas as mays cousas conteudas nesta doaçam e use de tudo jnteyramente como se nella conthem a quall doaçam ey por bem quero e mando que se cumpra e guarde em todo e per todo com todalas clausolas condições e decrarações nela conteudas e decraradas sem myngoa nem desfalecymento algum e pera todo o que dito he derogo a ley mentall e quaesquer outras leis ordenações djreytos grosas e custumes que en contrario desto aja ou posa aver por quall quer via e modo que seya posto que sey m taes que fose nesecaryo serem aquy expresas e decraradas de verbo a verbo sem enbargo da ordenacam do segundo lyuro tytolo quarenta e noue que diz que quamdo se as taes leis e direytos derogarem se faça expresa menção dellas e per esta prometo ao dito duarte coelho e a todos seus sobçesores que numqua em tempo algum va nem consynta hyr contra esta mjnha doaçam en parte nem em todo e Roguo e encomendo a todos meus sobcesores que lhe cumpram e mandem comprir e guardar e asy mando a todos meus corregedores desembargadores ouuydores juyzes e justiças oficiaes e pesoas de meus Reynos senhoryos que cumpram e guardem e façam comprir e guardar esta mynha carta de doaçam e todas as cousas nella conteudas sem lhe nyso ser posto duuyda nem embargo nem contradição alguma porque asy he mynha merçe e por fyrmeza de todo lhe mandey dar esta carta per mym asynada e asellada do meu sello de chumbo — Manoel da Costa a fez em evora a dez dias do mes de março anno do nacymento de nosso senhor Jhesus christo de myll quynhentos — Eu fernam daluares tesoureyro moor del Rey Noso Senhor escryuam de sua fazenda a sobescreuy E esta doaçam vay escryta en cynco folhas com esta do meu synall as quaes cynco folhas vam todas asynadas ao pee de cada huma pelo doutor christovam esteuez do meu conselho e desenbargo meu desembargador do paço e petições manoel da costa a fez em evora a dez dias do mes de março de myll quynhentos e trinta e quatro — E posto que no decimo capitolo desta carta digua que faço doaçam e merce ao dito duarte coelho de juro e derdade pera senpre da metade da dizima do pescado da dita capitanja ey por bem que a tall merce não aja efeito nem tenha vigor algum por quanto se vio que não podia aver a dita metade de dizima por ser da hordem e em satisfação della me praz de lhe fazer como de feito per esta presente faço doaçam e merce de juro e derdade pera senpre doutra metade de dizima do mesmo pescado que ordeney que se mays pagase aalem da dizima jnteyra segundo he decrarado no forall da dita capitanya a qual metade de dizima do dito pescado o dito capytam e todos seus erdeiros e sobcesores a que a dita capitanja vyer averam e arrecadaram pera sy no modo e maneyra conteuda no dito forall e segundo forma delle e esta postilla pasara pela chancelaria e será Registada ao pee do Registo desta doaçam. Manoel da costa a fez em evora a vymte e cymco dias de setembro de myll quynhentos trinta e quatro."

O Rei D. João III. *Primeiro Regimento que levou Tomé de Souza Governador do Brasil* (*circa* 1549)

O primeiro governador geral do Brasil, o fidalgo da Casa Real, Tomé de Souza, parente próximo de Martim Afonso de Sousa, recebeu do rei D. João III, antes de sua partida para o Brasil, um regimento que definia os poderes e normas de seu governo e as prioridades que deveria ter na administração centralizada da colônia. Entre essas normas há instruções detalhadas sobre os procedimentos em relação aos gentios da terra, além de normas para o relacionamento correto com os donatários das várias capitanias hereditárias que constituíam a forma anterior de organização da vida colonial. Um novo elemento de ação política e religiosa e de controle social foi introduzido na instauração do Governo Geral com o envio, na esquadra do governador, da primeira leva de jesuítas para o Brasil, chefiados pelo padre Manuel da Nóbrega. Outro elemento importante da política portuguesa na América foi o envio de um grande número de funcionários, soldados, artesãos e colonos que, como primeiro passo para a consolidação do domínio colonial, começaram, imediatamente, a construção da cidade de Salvador, na Baía de Todos os Santos (capitania de Francisco Pereira Coutinho). Embora no corpo do regimento (e não ao fim dele) figure a data de 17 de dezembro de 1548, há alguma dúvida de que fosse essa a data do ato real. Sabe-se, entretanto, pela carta inicial de Nóbrega, que a esquadra do governador chegou à Bahia no dia 29 de março de 1549, tendo despendido oito semanas na viagem.

* O original do *1º Regimento que levou Tomé de Souza Governador do Brazil* se encontra na Biblioteca de Évora, na *Collecção de Manuscriptos relativos a Historia do Brasil*, 3º tomo, pertencentes aos Registros do Conselho Ultramarino. A edição utilizada é a da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1898, 61(1): 39-57.

"Eu el-rei faço saber a vós Tomé de Souza fidalgo de minha casa que vendo eu quanto serviço de Deus e meu é conservar e nobrecer as capitanias e povoacões das terras do Brasil e dar ordem e maneira com que melhor e mais seguramente se possam ir povoando para exaltamento da nossa santa fé e proveito de meus reinos e senhorios e dos naturais deles ordenei ora de mandar nas ditas terras fazer uma fortaleza e povoação grande e forte em um lugar conveniente para daí se dar favor e ajuda às outras povoações e se ministrar justiça e prover nas coisas que cumprirem a meus serviços e aos negócios de minha fazenda e a bem das partes; e por ser informado que a baía de Todos os Santos é o lugar mais conveniente da costa do Brasil para se poder fazer a dita povoação e assento assim pela disposição do porto e rios que nela entram como pela bondade, abastança e saúde da terra e por outros respeitos, hei por meu serviço que na dita baía se faça a dita povoação e assento e para isso vá uma armada com gente, artilharia, armas e munições e tudo mais que for necessário. E pela muita confiança que tenho em vós que em caso de tal qualidade e de tanta importância me sabereis servir com aquela fieldade e diligência que se para isso requer hei por bem de vos enviar por governador à ditas terras do Brasil no qual cargo e assim no fazer da dita fortaleza tereis a maneira seguinte da qual fortaleza e terra da baía vos haveis de ser capitão.

Ireis por Capitão-mor da dita armada e fareis vosso caminho diretamente à dita baía de Todos os Santos e na dita viagem tereis a maneira que levais por outro regimento.

Tanto que chegardes à dita baía tomareis posse da cerca que nela está que fez Francisco Pereira Coutinho a qual sou informado que está ora povoada de meus vassalos e que é favorecida de alguns gentios da terra e está de maneira que pacificamente e sem resistência podereis desembarcar e aposentar-vos nela com a gente que convosco vai e sendo caso que a não acheis assim e que está povoada de gente da terra trabalhareis por a tomar o mais a vosso salvo e sem perigo da gente que poder ser, fazendo guerra a quem quer que vos resistir e o tomardes posse da dita cerca será chegando ou depois em qualquer tempo que vos parecer mais meu serviço.

Tanto que estiverdes em posse da dita cerca mandareis reparar o que nela está feito e fazer outra cerca junto dela de valos e madeira ou taipal como melhor parecer, em que a gente possa estar agasalhada e segura e como assim estiver agasalhada dareis ordem como vos provejais de mantimentos da terra mandando-os plantar assim pela gente que levais como pela da terra e por qualquer outra maneira porque se melhor se puderem haver e porém se vos parecer que será mais meu serviço desembarcar no lugar onde se houver de fazer a fortaleza fa-lo-eis assim.

Ao tempo que chegardes a dita baía fareis saber por todas as vias que puderdes aos capitães das capitanias da dita costa do Brasil de vossa chegada e eu lhes tenho escrito que tanto que souberem vos enviem toda a ajuda que puderem de gente e mantimentos e as mais coisas que na terra tiverem das que vos podem ser necessárias e que notifiquem a todas as pessoas que estiverem nas ditas capitanias e tiverem terras na dita baía de Todos os Santos que as vão povoar

e aproveitar nas primeiras embarcações que forem para a dita baía, com declaração que não indo nas ditas primeiras embarcações perderão o direito que nelas tiverem e se darão a outras pessoas que as aproveitem e que da dita notificação façam autos e vo-los enviem.

Eu sou informado que a gente que possui a dita terra da baía é uma pequena parte da linhagem dos topinambais (Tupinambá) e que poderá haver deles de cinco até seis mil homens de peleja os quais ocupam ao longo da costa pela parte do norte até Totua / para que são seis léguas e pelo sertão até entrada do piraçuu que serão cinco léguas e que tem dentro da dita baía a ilha de Taparica e outras três pequenas mais povoadas da dita nação e que a dita terra e ilhas têm muito aparelho para em pouco tempo com pouca gente bem ordenada se lhe poder tomar por ser escampada e de bom serviço e ter poucas serras e matos e assim sou informado que no ano de quarenta e cinco estando Francisco Pereira Coutinho por capitão da dita baía alguma desta gente lhe fez guerra e o lançou da terra e destruiu as fazendas e fez outros muitos danos aos cristãos de que outros tomaram exemplo e fizeram o semelhante em outras capitanias e que alguns outros gentios da dita baía não consentiram nem foram no dito levantamento antes estiveram sempre de paz e estão ora em companhia dos cristãos e os ajudam e que assim estes que assim estão de paz como todas as outras nações da costa do Brasil estão esperando para ver o castigo que se dá aos que primeiro fizeram os ditos danos / pelo que cumpre muito a serviço de Deus e meu os que se assim levantaram e fizeram guerra serem castigados com muito rigor; portanto vos mando que como chegardes a dita baía vos informeis de quais são os gentios que mantiveram a paz e os favoreçais de maneira que sendo-vos necessário sua ajuda a tenhais certa.

E tanto que a dita cerca for reparada e estiverdes provido do necessário e o tempo vos parecer disposto para isso, praticareis com pessoas que o bem entendam a maneira que tereis para poder castigar os culpados o mais a vosso salvo e com menos risco da gente que puder ser, e como assim tiverdes praticado; o poreis em ordem destruindo-lhe suas aldeias e povoações e matando e cativando aquela parte deles que vos parecer que basta para o seu castigo e exemplo de todos e daí em diante pedindo-vos paz lha concedereis dando-lhe perdão e isso será porém com eles ficarem reconhecendo sujeição e vassalagem e com encargo de darem em cada um ano alguns mantimentos para a gente da povoação e ao tempo que vos pedirem paz trabalhareis por haver a vosso poder alguns dos principais que foram no dito levantamento e estes mandareis por justiça enforcar nas aldeias de onde eram principais.

Porque são principais informado de que a linhagem dos topeniquis (Tupiniquim) destas capitanias são inimigos dos da baía e desejam de serem presentes ao tempo que houverdes de fazer guerra para ajudarem nela e povoarem alguma parte da terra da dita baía e que para isso estão prestes escrevo também aos ditos capitães que vos enviem alguma gente da dita linhagem e assim mesmo lhes escrevereis e lhe mandareis dizer que vos façam saber de como a terra está e da gente, armas e munições que têm e se estão em paz ou em guerra e se têm necessidade de alguma ajuda vossa e aos cristãos e gentios que das ditas capitanias vierem fareis bem agasalhar e os favorecereis de maneira que folguem de vos ajudar enquanto tiverdes deles necessidade. E porém os gentios se agasalharão em parte onde não possam fazer o que não devem, porque não é razão que vos fieis deles tanto que se possa disso seguir algum mau recado e tanto que os puderdes escusar os despedireis e se alguns dos ditos gentios quiserem ficar na terra da dita baía lhes dará terras para a sua vivenda de que sejam contentes onde vos bem parecer.

E assim sou informado que o lugar em que ora está a dita cerca não é conveniente para se aí fazer e assentar a fortaleza e povoação que ora ordeno que se faça e que será necessário fazer-se em outra parte mais para dentro da dita baía e portanto vos encomendo e mando que como tiverdes pacífica a terra vejais com pessoas que o bem entendam o lugar que será mais aparelhado para se fazer a dita fortaleza forte e que se possa bem defender e que tenha a disposição e qualidade para aí por o tempo em diante se ir fazendo uma povoação grande e tal qual convém que seja para dela se proverem as outras capitanias como com ajuda de nosso Senhor espero que esta seja e deve de ser em sítio sadio e de bons ares e que tenha abastança de águas e porto em que bem possam amarrar os navios e vararem-se quando cumprir porque todas estas qualidades ou as mais delas que puderem ser cumpre que tenha a dita fortaleza e povoação por assim ter assentado que dela se favoreçam e provejam todas as terras do Brasil e no sítio que vos melhor parecer ordenareis que se faça uma fortaleza da grandura e feição que a requerer o lugar em que a fizerdes conformando-vos com os traços e amostras que levais praticando com os oficiais que para isso lá mando e com quaisquer outras pessoas que o bem entendam e para esta obra vão em vossa companhia alguns oficiais assim pedreiros e carpinteiros como outros que poderão servir de fazer cal, telha, tijolo, e para se poder começar a dita fortaleza vão nos navios desta armada algumas achegas e não achando na terra aparelho para se a dita fortaleza fazer de pedra e cal far-se-á de pedra e barro ou taipais ou madeiras como melhor puder ser de maneira que seja forte, e como na dita fortaleza for feita tanta obra que vos pareça que seguramente vos podereis nela recolher e agasalhar com a gente que levais vós passareis a ela deixando porém na dita cerca que está feita alguma gente que a baste para a povoar e defender.

Porque minha intenção é que a dita povoação seja tal como atrás fica declarado hei por bem que ela tenha de termo e limite seis léguas para cada parte e sendo caso que para alguma parte não haja as ditas seis léguas por não haver tanta terra chegará o dito termo até onde chegarem as terras da dita capitania o qual termo mandareis demarcar de maneira que em todo tempo possa saber por onde parte.

Tanto que tiverdes assentada a terra para seguramente se poder aproveitar dareis de sesmaria as terras que estiverem dentro no dito termo às pessoas que vo-las pedirem / não sendo já dadas a outras pessoas que as queiram ir povoar e aproveitar no tempo que lhe para isso há de ser notificado / as quais terras dareis livremente sem foro algum, / somente pagarão o dízimo à ordem de nosso senhor Jesus Cristo e com as condições e obrigações do foral dado às ditas terras, / e de minha ordenação no quarto livro título das sesmarias, / como condição que resida na povoação da dita baía ou das terras que lhe assim

forem dadas três anos dentro do qual tempo as não poderá vender nem alhear, / e não dareis a cada pessoa mais terra que aquela que boamente e segundo sua possibilidade vos parecer que poderá aproveitar, e se as pessoas que já tiverem terras dentro no dito termo assim aquelas que se acharem presentes na dita baía como as que depois forem a ela dentro no tempo que lhes há de ser notificado quiserem aproveitar as ditas terras que já tinham vo-las tornareis a dar de novo para as aproveitarem com a obrigação acima dita e não indo alguns dos ausentes dentro no dito tempo que lhe assim há de ser notificado aproveitar as terras que dantes tinham vós as dareis pela dita maneira a quem as aproveite e este capítulo se trasladará nas cartas das ditas sesmarias.

As águas das ribeiras que estiverem dentro no dito termo em que houver disposição para se poderem fazer engenhos de açúcar ou de outras quaisquer coisas dareis de sesmaria livremente sem foro algum e as que derdes para engenhos de açúcar será a pessoas que tenham possibilidade para os poderem fazer dentro no tempo que lhe limitardes, / que será o que vos bem parecer, / e para serviço e manejo dos ditos engenhos de açúcar lhe dareis aquela terra que para isso for necessária e as ditas pessoas se obrigarão a fazer cada uma em sua terra uma torre ou casa forte da feição e grandura que lhe declarardes nas cartas / e será a que vos parecer segundo o lugar em que estiverem que bastarão para segurança do dito engenho e povoadores de seu limite, / e assim se obrigarão de povoarem e aproveitarem as ditas terras e águas sem as poderem vender nem trespassar a outras pessoas por tempo de três anos, / e nas ditas cartas de sesmarias que lhe assim passardes se trasladará este capítulo.

Além da terra que a cada engenho haveis de dar para serviço e manejo dele lhe limitareis a terra que vos bem parecer / e o senhorio dela será obrigado de no dito engenho lavrar aos lavradores as canas que no dito limite houverem de suas novidades / ao menos seis meses do ano / que o tal engenho lavrar. E por lhas lavrar levarão os senhorios dos ditos engenhos aquela parte que pela informação que lá tomareis vos parecer bem de maneira que fique o partido favorável aos lavradores para eles com melhor vontade folgarem de aproveitar as terras e com esta obrigação e declaração do partido a que hão de lavrar as ditas canas se lhes passarão suas cartas de sesmarias.

Se as pessoas a que foram dadas algumas águas no dito termo antes de se despovoar a dita baía assim presentes como ausentes quiserem fazer obrigação de as tomar com as condições e da maneira que acima é declarado lhas dareis requerendo-vo-lo dentro no dito tempo que lhe for limitado e não vo-lo requerendo no dito tempo as dareis com as ditas condições a pessoas que tenham possibilidade para fazer os ditos engenhos pela maneira e condições sobreditas.

Quanto às terras e águas da dita capitania que estão fora do termo que ora ordeno a dita povoação até ao rio de São Francisco por onde parte com a capitania de Duarte Coelho vos informareis que terras são e que rios e águas há nelas e quantas que disposição têm para se poderem fazer engenhos de açúcar e outras benfeitorias e se vô-las pedem algumas pessoas e quanta parte cada uma pede e que benfeitorias, se quer obrigar a fazer nelas, / e escrever-me-eis tudo muito declaradamente com vosso parecer da maneira que será mais meu serviço darem-se as ditas terras para se melhor poderem povoar e aproveitar e quanta parte se deve de dar a cada pessoa e com que obrigação e jurisdição para vos eu nisso mandar o que houver por bem que façais.

Hei por bem que por tempo de cinco anos se não possa dar novamente na dita capitania da Bahia terras nem águas de sesmarias a pessoa alguma das que ora são moradores nas outras capitanias, / nem às tais pessoas se possam dentro no dito tempo vir delas povoar a dita capitania da Bahia salvo as pessoas que nela tiverem já terras tomadas de sesmarias porque essas poderão vir das outras capitanias onde estiverem aproveitar as ditas terras.

Porque será meu serviço haver na dita baía alguns navios do reino para serviço da terra e defenção do mar, / hei por bem e vos mando que com a mais brevidade e diligência que puderdes ordeneis com que se faça os que vos parecerem necessários da grandura e feição que virdes que convém e para a obra deles levais oficiais e dos meus armazéns as munições necessárias, / e como os ditos navios forem feitos os mandareis armar e aparelhar para servir onde cumprir e procurareis de buscar lugar conveniente em que estejam varados o tempo que não houverem de andar no mar.

Eu sou informado que os gentios que habitam ao longo da costa da capitania de Jorge de Figueiredo da vila de São Jorge até a dita baía de Todos os Santos são da linhagem dos topinanbais (Tupinambá) e se levantaram já por vezes contra os cristãos e lhes fizeram muitos danos e que ora estão ainda levantados e fazem guerra e que será muito serviço de Deus e meu serem lançados fora dessa terra para se poder provar assim dos cristãos como dos gentios da linhagem dos topiniquis (Tupiniquim) que dizem que é gente pacífica e que se oferecem a ajudar a os lançar fora e a povoar e a defender a terra / pelo que vos mando que escrevais à pessoa que estiver por capitão na dita capitania de Jorge de Figueiredo e a Afonso Alvares provedor de minha fazenda em ela e a algumas outras pessoas que vos bem parecer que venham à dita baía / e nela forem praticáveis com ele e com quaisquer outras que nisso bem entendam a maneira que se terá para os ditos gentios serem lançados na dita terra / e o que sobre isso assentardes poreis em obra tanto que vosso tempo der lugar para o poderdes fazer.

Com os gentios das terras peraacuy e de totuapara e com quaisquer outras nações de gentios que houver na dita capitania da Bahia assentareis paz e trabalhareis porque se conserve e se sustente para que nas terras que habitam possam seguramente estar cristãos e aproveitá-las e quando suceder algum levantamento acudireis a isso e trabalhareis por pacificar tudo o melhor que puderdes castigando os culpados.

Tanto que os negócios que na dita baía haveis de fazer estiverem para os poderdes deixar, / ireis visitar as outras capitanias e deixareis na dita baía em vosso lugar por capitão uma pessoa de tal qualidade e recado que vos pareça conveniente para isso ao qual dareis por regimento o que deve fazer em vossa ausência. / E vós com os navios e gente que vos bem parecer ireis visitar as outras capitanias. / E porque a do Espírito Santo que é a de Vasco Fernandez Coutinho está levantada ireis a ela com a mais brevidade que puderdes e tomareis a informação por o dito Vasco Fernandez Coutinho e por quaisquer

outras pessoas que vos disso saibam dar razão de maneira que estão com os ditos gentios e o que cumpre fazer-se para se a dita capitania tornar a reformar e povoar e o que assentardes poreis em obra trabalhando tudo o que for em vós porque a terra se segure e fique pacífica e de maneira que ao diante se não levantem mais os ditos gentios e na dita capitania do Espírito Santo estareis o tempo que vos parecer necessário para fazerdes o que dito é.

Em cada uma das ditas capitanias praticareis juntamente com o capitão dela e com o provedor-mor de minha fazenda que com Vasco há de correr as ditas capitanias e assim com o ouvidor da tal capitania e oficiais da minha fazenda que nela houver e alguns homens principais da terra sobre a maneira que se terá na governança e segurança dela e ordenareis que as povoações das ditas capitanias que não forem cercadas se cerquem e as cercadas se reparem e provejam de todo o necessário para sua fortaleza e defenção. E assim ordenareis e assentareis com os ditos oficiais que as pessoas a que foram dadas e daqui em diante se derem águas e terras de sesmaria para se fazerem engenhos / os façam no tempo que lhes limitar o capitão que lhas der e que nos assentos das povoações dos ditos engenhos se façam torres ou casas fortes e se lhe dê limite de terra como atrás fica declarado que se faça nas terras da Bahia. E que às pessoas que se derem terras para as aproveitar as não possam vender nem repassar dentro de 3 anos e as aproveitem no tempo em que manda a ordenação / e mando aos capitães que quando derem as tais águas e terras seja com as ditas obrigações e o declarem assim nas cartas de sesmaria que lhe passarem e aos que as já tiverem se notifique este capítulo o qual fareis trasladar no livro das Câmaras das ditas capitanias para se assim cumprir / e porque se segue muito prejuízo de as fazendas e engenhos e povoações deles se fazerem longe das vilas de que hão de ser favorecidos e ajudados quando disso houver necessidade, ordenareis que daqui em diante se façam o mais perto das ditas vilas que puder ser e aos que vos parecer que estão longe ordenareis que se fortifiquem de maneira que se possam bem defender quando cumprir.

E assim ordenareis que nas ditas vilas e povoações se faça em um dia de cada semana ou mais se vos parecer necessário feira a que os gentios os possam vir vender o que tiverem, e quiserem e comprar o que houverem mister; e assim ordenareis que os cristãos não vão às aldeias dos gentios a tratar com eles salvo os senhorios e gente dos engenhos porque estes poderão em todo o tempo tratar com os gentios das aldeias que estiverem nas terras e limites dos ditos engenhos, / e forem parecendo-vos que fará inconveniente poderem todos os de cada engenho ter liberdade para tratar com os ditos gentios segundo forma deste capítulo e que será melhor ordenar-se que uma só pessoa em cada engenho o faça assim se fará.

E tendo alguns cristãos necessidade de em alguns dos outros dias que não forem de feira comprar algumas coisas dos ditos gentios o dirão ao capitão e dará licença para as irem comprar quando e onde bem lhe parecer.

Pela terra firme adentro não poderá ir tratar pessoa alguma sem licença vossa ou do provedor-mor de minha fazenda não sendo vós presente ou dos capitães, / e a dita licença se não dará senão a pessoas que parecer que irão a bom recado e que de sua ida e trato se não seguirá prejuízo algum nem isso mesmo irão de umas capitanias para outras por terra sem licença dos ditos capitães ou dos provedores posto que seja por terra que estejam de paz por evitar alguns incovenientes que disso seguem sob pena de ser açoitado sendo peão e sendo de maior qualidade pagará vinte cruzados, a metade para os cativos e a outra metade para quem o acusar. / E os ditos provedores não darão a dita licença senão em ausência do capitão.

Porque a principal coisa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente delas se convertesse a nossa santa fé católica vos encomendo muito que pratiqueis com os ditos capitães e oficiais a melhor maneira que para isso se pode ter e de minha parte lhes direis que lhes agradecerei muito terem especial cuidado de os provocar a serem cristãos e para eles mais folgarem de o ser tratem bem todos os que forem de paz e os favoreçam sempre e não consintam que lhes seja feita opressão nem agravo algum e fazendo-se-lhe lho façam corrigir e emendar de maneira que fiquem satisfeitos e as pessoas que lhos fizerem sejam castigadas como for justiça.

Hei por bem que com os ditos capitães e oficiais assenteis os preços que vos parecer que honestamente podem valer as mercadorias que na terra houver e assim as que vão do reino e de quaisquer outras partes para terem seus preços certos e honestos conforme a qualidade de cada terra e por eles se venderem, trocarem e escambarem.

Quando assim fordes correr as ditas capitanias irá convosco Antonio Cordozo de Barros que envio por provedor-mor de minha fazenda às ditas terras do Brasil e em cada uma das ditas capitanias vos informareis se há nelas oficiais de minha fazenda e porque provisões servem e não os havendo vereis se são necessários e sendo os provereis com parecer do dito provedor-mor de minha fazenda para que sirvam até eu deles prover.

E assim vos informareis das rendas e direitos que em cada capitania tenho e me pertencem e como se arrecadaram e despenderam até agora o que fareis com o dito provedor-mor conformando-vos em tudo com o seu regimento em que isto mais largamente vai declarado.

Eu sou informado que nas ditas terras e povoações do Brasil há algumas pessoas que têm navios e caravelões e andam neles de umas capitanias para outras e que por todas as vias e maneiras que podem salteiam e roubam os gentios que estão de paz e enganosamente os metem nos ditos navios e os levam a vender a seus inimigos e a outras partes e que por isso os ditos gentios se levantam e fazem guerra aos cristãos e que esta foi a principal causa dos danos que até agora são feitos e porque cumpre muito a serviço de Deus e meu prover nisto de maneira que se evite, hei por bem que daqui em diante pessoa alguma de qualquer qualidade e condição que seja não vá saltear nem fazer guerra aos gentios por terra nem por mar em seus navios nem em outros alguns sem vossa licença ou do capitão da capitania de cuja jurisdição for posto / que os tais gentios estejam levantados e de guerra o qual capitão não dará a dita licença senão nos tempos que lhe parecerem convenientes e a pessoa de que confie que farão o que devem e o que lhe ele ordenar e mandar / e indo algumas das ditas pessoas sem a dita licença ou excedendo o modo que lhe o dito capitão ordenar quando lhe der a dita licença incorrerão em

pena de morte natural e perdimento de toda a sua fazenda a metade para redenção dos cativos e a outra metade para quem o acusar e este capítulo fareis notificar e apregoar em todas as ditas capitanias e trasladar nos livros das Câmaras delas com declaração de como se assim apregoou.

Os que forem a tratar e a negociar suas fazendas por mar de umas capitanias para outras em navios seus ou de outras pessoas ao tempo que se começarem a carregar e assim antes de sairem do porto e farão saber ao provedor de minha fazenda que estiver na capitania onde o tal navio se aperceber para fazer as diligências que lhe em seu regimento mando acerca das mercadorias que se nos ditos navios hão de carregar e no modo que hão de ter em os descarregar nos lugares para onde as levarem.

Hei por bem que daqui em diante pessoa alguma não faça nas ditas terras do Brasil navios nem caravelão algum, / sem licença, / a qual lhe vós dareis nos lugares onde fordes presente conforme ao regimento dos provedores das ditas terras capitanias, / porque lhes mando que dêem a dita licença onde vós não estiverdes. / E trabalhareis com as pessoas que vos pedirem licença para fazerem os ditos navios que os façam de remo e sendo de quinze bancos ou daí para cima e que tenha de banco a banco três palmos de água, hei por bem que não paguem direitos nas minhas alfândegas do reino de todas as munições e aparelhos que para os ditos navios forem necessários, / e fazendo-os de dezoito bancos e daí para cima hajam mais quarenta cruzados de mercê à custa de minha fazenda para ajuda de os fazerem como todo é contido no regimento dos ditos provedores, / os quais quarenta cruzados lhe hão de ser pagos das minhas rendas das ditas terras do Brasil na maneira que se contém no regimento do dito provedor-mor.

Parecendo-vos que em alguma das ditas capitanias se deve de fazer algum navio de remo à custa de minha fazenda, / o mandareis fazer e o dito provedor-mor dará ordem como se faça. E assim lhe ordenareis artilharia necessária com que possa andar bem armado quando cumprires tudo se carregará em receita sobre o meu almoxarife como se contém no regimento do dito provedor-mor.

Porquanto por direito e pelas leis e ordenações destes reinos é mandado que se não dêm armas a mouros nem a outros infiéis porque de se lhes darem se segue muito de serviço de nosso senhor e prejuízo aos cristãos mando que pessoa alguma de qualquer qualidade e condição que seja não dêm aos gentios da dita terra do Brasil artilharia, arcabuzes, espingardas, pólvora nem munições para elas / bestas, lanças, espadas e punhais nem manchis, nem foices de cabo de pau, nem facas da Alemanha, nem outras semelhantes, nem algumas outras armas de qualquer feição que forem assim ofensivas e defensivas / e qualquer pessoa que o contrário fizer morra por isso morte natural e perca todos seus bens a metade para os cativos e a outra metade para quem o acusar. E mando aos juízes de cada povoação das capitanias da dita terra do Brasil / que quando tirarem a devassa feiral geral que são obrigados a tirar em cada ano sobre os oficiais / perguntem também por este caso e achando alguns culpados procederão contra eles pela dita pena conforme a minhas ordenações / e isto se (não) entenderá em machadinhas, machados, nem facas pequenas de foices de cabo redondo, podões de mão, cunhas, nem facas pequenas de tachas e tesouras pequenas de dúzias / porque estas coisas poderão dar aos gentios / e tratar com elas e correrão por moeda como até agora correram pelas taxas que lhes foram postas e este capítulo fareis apregoar em cada uma das ditas capitanias e registrar nos livros das câmaras delas / com declaração de como se assim apregoou / e posto que diga que esta defesa se não entenda em machados, machadinhas, foices de cabo redondo, podões de mão, cunhas ou facas pequenas e tesouras de dúzias hei por bem que em tudo se entenda a dita defesa até eu vos mandar dispensação do papa para se poder fazer.

Porque para defenção das fortalezas e povoações das ditas terras do Brasil é necessário haver nelas artilharia e munições e armas ofensivas e defensivas para sua segurança / hei por bem e mando que os capitães das capitanias da dita terra e senhorios dos engenhos e moradores da terra tenham artilharia e armas seguintes / a saber cada capitão em sua capitania será obrigado a ter ao menos dois facões e seis berços e seis meios berços e vinte arcabuzes ou espingardas e pólvora para isso necessária e vinte bestas e vinte lanças ou chuças e quarenta espadas e quarenta corpos de armas de algodão das que na dita terra do Brasil se costumam / e os senhorios dos engenhos e fazendas que por este regimento hão de ter torres ou casas fortes terão ao menos quatro berços e dez espingardas com a pólvora necessária e dez bestas e vinte espadas e dez lanças ou chuças e vinte corpos de armas de algodão / e todo morador das ditas terras do Brasil que nelas tiver casas, terras ou águas ou navio terá ao menos bestas, espingarda, espada, lança ou chuça / e este capítulo fareis notificar e apregoar em cada uma das ditas capitanias com declaração que os que não tiverem a dita artilharia, pólvora e armas se provejam delas à notificação a um ano e passado o dito ano tempo e achando-se que as não têm pagarão em dobro a valia das armas que lhe faltarem das que são obrigados a ter / a metade para os cativos e a outra metade para quem os acusar.

O dito provedor-mor terá cuidado quando correr as ditas capitanias de saber se as pessoas acima declaradas têm as ditas armas e de executarem as penas sobreditas nos que nelas incorrerem e quando ele não for correr as ditas capitanias fará em cada uma delas esta diligência o provedor de minha fazenda que estiver na dita capitania e do que o tal provedor achar fará autos que enviará ao dito provedor-mor para proceder por eles segundo forma deste capítulo e querendo algumas das ditas pessoas prover-se das ditas coisas ou de algumas delas hei por bem que se lhes dêm dos meus armazéns havendo-as neles pelos preços que acharem que me lá custam postas e a dita diligência fará o dito provedor-mor ou os ditos provedores na artilharia e armas que os capitães são obrigados a ter e com as outras pessoas farão os ditos capitães somente hei por bem que o dito provedor-mor ou os ditos provedores façam a dita diligência.

Porque por bem do foral dado às capitanias das ditas terras pertencem a mim todo o pau do dito Brasil e pessoa alguma não pode nele tratar sem minha licença e ora sou informado que as pessoas a que por minhas provisões tenho concedido licença para poderem trazer alguma quantidade do dito pau ou resgatam por muito maiores preços do que sói e deve de valer e por o haverem com mais brevidade

encarecem o dito resgate de que se segue e pode seguir muitos inconvenientes, hei por bem que em cada capitania com o dito provedor-mor de minha fazenda, capitão e oficiais e outras pessoas que vos bem parecer pratiqueis a maneira que se deve de ter para que as pessoas a que assim tenho dadas as ditas licenças possam haver o dito pau com o menos prejuízo da terra que puder ser e lhes limiteis os preços que por ele houverem de dar nas mercadorias que correm na terra em lugar de dinheiro e o que sobre isso se assentar se escreverá no livro da câmara para daí em diante se cumprir.

Eu sou informado que muitas pessoas das que estão nas ditas terras do Brasil se passam de umas capitanias a outras sem licença dos capitães delas de que se seguem alguns inconvenientes o querendo nisso prover hei por bem que as pessoas que estiverem em qualquer das ditas capitanias e se quiserem ir para outra alguma peçam para isso licença ao capitão a qual lhe ele dará não tendo ao dito tempo tal necessidade de gente para que lha deva deixar de dar a dita licença se informará primeiro se a tal pessoa viveu ou esteve por soldada ou qualquer outro partido com pessoa alguma outra pessoa e se cumpriu o tempo de sua obrigação e achando que o cumpriu e não é obrigado a pessoa alguma lhe dará a dita licença e lhe passará para isso sua certidão em que o assim declare e levando a dita pessoa a dita certidão será recolhido em qualquer outra capitania para onde for e não a levando o capitão dela o não recolherá e recolhendo-o hei por bem que incorra em pena de cinqüenta cruzados a metade para os cativos e a outra para quem o acusar e isto não haverá lugar nos degredados porque estes estarão sempre nas capitanias donde foram desembarcar quando destes reinos forem levados sem poderem passar daí para outra capitania este capítulo se apregoará em cada uma delas e se registrará nos livros das câmaras.

Porque uma das principais coisas que mais cumpre para se as ditas terras do Brasil melhor poderem povoar é dar ordem como os corsários que a elas forem sejam castigados de maneira que não se atrevam a ir lá, / vos encomendo muito que tenhais especial cuidado de tanto que souberdes que há corsários em alguma parte da dita costa irdes a eles com os navios e gente que vos parecer bem e trabalhareis por os tomar e tomando-os procedereis contra eles de maneira que se contém em uma provisão minha que para isso levais, e não podendo vós ir em pessoa ou parecendo-vos por algumas razões mais meu serviço não irdes mandareis em vosso lugar uma pessoa de confiança que vos bem parecer ao qual dareis por regimento o que deve fazer.
E porque para isto se poder bem fazer e para melhor guarda e defenção do mar e da terra será necessário haver alguns navios de remo nas capitanias onde os ditos corsários mais acostumam de ir vós com o dito provedor-mor de minha fazenda e com os capitães, provedores e oficiais de tais capitanias e com as mais pessoas que vos parecer que o bem entendam / praticareis a maneira que se terá para se fazerem os ditos navios de remo e de que tamanho e em que capitanias se farão e a maneira de que se poderão suster, prover e armar quando for necessário e quantos devem de ser e a cuja custa se devem de fazer e que capitanias recebem disto mais favor para contribuirem nas despesas necessárias para isso e do que assentardes fareis auto que me enviareis para com vossa infomação prover nisto como houver por meu serviço.

Como fordes na dita Bahia escrevereis aos capitães das outras capitanias que tanto que souberem que na dita costa há corsários vô-lo escrevam informando-se primeiro das velas que são e de que tamanho e da gente que trazem e a paragem em que estão para vos proverdes nisso pela maneira sobredita ou como vos parecer mais meu serviço e que entretanto acudam a isso tendo aparelho para o seguramente poderem fazer.

Porque se haverei por muito meu serviço descobrir o mais que puder ser pelo sertão adentro da terra da Bahia vos encomendo que tanto que houver tempo e disposição para se bem poder fazer ordeneis de mandar alguns bergantins toldados e bem providos do necessário pelo rio do peracun de São Francisco com línguas da terra e pessoas de confiança que vão por os ditos rios acima o mais que puderem a partes do oeste e por onde forem ponham padrões e marcos e de como os puseram façam assentos autênticos e assim dos caminhos que fizerem e de tudo o que acharem e o que nisto fizerdes e o que suceder e me escrevereis miudamente.

E mando-vos que as coisas contidas neste regimento cumprais e façais cumprir e aguardar como de vós confio que o fareis Geronimo Corrêa o fez em allmeirim aos 17 de dezembro de 1548.

Se alguns degredados que forem para as ditas partes do Brasil me servirem lá em navios da armada ou na terra em qualquer outra coisa de meu serviço por onde vos pareça que devem de ser habilitados para poderem servir quaisquer ofícios assim da justiça como de minha fazenda hei por bem que vós os encarregais dos ditos ofícios quando houver necessidade de proverdes de pessoas que os sirvam e isto se não entenderá nos que forem degredados por furtos ou falsidades.

As pessoas que nos ditos navios da armada ou na terra em qualquer outra coisa de guerra servirem em maneira que nos pareça que merecem ser feitos cavaleiros hei por bem que os façais e lhes passeis provisão de como os assim fizestes e da causa porque o mereceram.

Quando vos parecer bem e meu serviço mandardes pagar a algumas pessoas do ordenado ou soldo que houverem de haver alguma parte adiantada ou dardes algumas dádivas a quaisquer pessoas que sejam hei por bem que o possais fazer e as dádivas não passarão de cem cruzados por ano.

Posto que em alguns capítulos deste regimento vos mande que façais guerra aos gentios na maneira que nos ditos capítulos se contém e que trabalheis por castigardes os que forem culpados nas coisas passadas / havendo respeito ao pouco entendimento que essa gente até agora tem a qual causa diminui muito em suas culpas e que pode ser que muitos estarão arrependidos do que fizeram haverei por meu serviço que conhecendo eles suas culpas e pedindo perdão delas se lhe conceda e ainda haverei por bem que vós pela melhor maneira que puderdes os tragas a isso porque como a principal tentativa minha é que se convertam à nossa santa fé, logo é razão que se tenha com eles todos os modos que puderem ser para que o façais assim. E o principal há de ser escusardes fazer-lhes guerra porque com ela se não pode ter a comunicação que convém que se com eles tenha para o serem.

Levareis o traslado da ordenação porque tenho mandado que em meus reinos e senhorios não possa pessoa alguma de qualquer qualidade que seja trazer brocados nem sedas nem outras coisas contidas na dita ordenação e tanto que chegardes à dita baía o mandareis logo notificar nela e enviareis o traslado da dita ordenação assinado por vós às outras capitanias para que se publique nelas e se guarde inteiramente e da dita notificação se fará auto em cada capitania o qual se trasladará com a dita ordenação no livro da câmara para do dia da notificação em diante se executar as penas da dita ordenação nas pessoas que nelas incorrerem.

Porque parece que será grande inconveniente os gentios que se tornarem cristãos morarem na povoação dos outros e andarem misturados com eles e que será muito serviço de Deus e meu apartarem-nos de sua conversação vos encomendo e mando que trabalheis muito por dar ordem como os que forem cristãos morem juntos perto das povoações das ditas capitanias para que conversem com os cristãos e não com os gentios e possam ser doutrinados e ensinados nas coisas de nossa santa fé e os meninos porque neles imprimirá melhor a doutrina trabalhareis por dar ordem como se façam cristãos e que sejam ensinados e tirados da conversação dos gentios e aos capitães das outras capitanias direis de minha parte que lhes agradecerei muito ter cada uma cuidado de assim o fazer em sua capitania e os meninos estarão na povoação dos portugueses e em seu ensino folgarei de se ter a maneira que vos disse.

Quando souberdes algumas coisas que não forem providas por este regimento vos parecer que cumpre a meu serviço porem-se em obra vós a praticareis com meus oficiais e com quaisquer outras pessoas que virdes que nelas vos poderão dar informação ou conselho e com seu parecer as fareis / e sendo caso que vos sejais indiferente parecer do seu hei por bem que se faça o que vós ordenardes e das tais causas se farão assento em que se declarará as pessoas com as práticas e o parecer delas e o vosso para me escreverdes com as primeiras cartas que após isso me enviardes."

PARTE III

O
MUNDO
ÍNDIO

Foto: Luiz Carlos Miguel

Hans Staden, WARHAFTIGE HISTORIA...
(Marpurg, Andress Kolben, 1557). Roça indígena em Ubatuba, litoral de São Paulo, com figura de Staden, cativo, no canto inferior.

VIDA DE ÍNDIO

Yves d'Evreux. *Idades e Ritos Selvagens*
(1615)

Os capítulos que dedica Yves d'Evreux aos sistemas de parentesco, casamento e bastardia entre os Tupinambá do Maranhão constituem um dos mais importantes registros primários, isto é, por observador direto, da vida daqueles índios no estágio inicial de contato. O texto de Yves d'Evreux, dos primeiros anos do século XVII (1615), completa e amplia os dados de Anchieta em sua "Informação dos Casamentos dos Índios do Brasil", da segunda metade do século XVI.

O livro do frade capuchinho francês Yves d'Evreux, *Suitte de l' Histoire des choses plus memorables advenues en Maragnan, ès années 1613 & 1614,* é a segunda das duas obras mais importantes sobre o estabelecimento dos franceses na ilha do Maranhão na segunda década do século XVII, num projeto de colonização dirigido por La Ravardière, chamado *France-Equinoxialle.* O outro livro foi escrito por Claude d'Abbeville, também missionário capuchinho, com o título *Histoire de la Mission des Péres Capucins en l'Isle de Maragnan et terres circonvoisines...,* publicado em 1614.

A presença dos franceses no Maranhão e na foz do Amazonas, que freqüentavam desde fins do século XVI, foi desafiada e derrotada pelas armas portuguesas em 1614-1615. Eliminado o estabelecimento oficial francês, sua influência difusa sobre os índios do Maranhão e da Amazônia continuou ainda por muitos anos, como ocorrera anteriormente no litoral sul e nordeste. Esta presença era estimulada e ampliada pela atividade dos *truchement,* intérpretes que viviam junto aos grupos indígenas, e pelas visitas ocasionais de navios daquela origem.

Nos livros de Abbeville e Evreux está, em larga medida, a explicação do sucesso dos intentos franceses de fazer alianças duradouras com os índios. Esses livros representam a súmula dos conhecimentos acumulados sobre as instituições e os modos de ser dos índios e revelam uma extraordinária capacidade de entender e

de relacionar-se harmonicamente com eles. Pode-se dizer que os textos destes missionários franceses constituem significativos exemplos da curiosidade intelectual com que os europeus dos séculos XVI e XVII viam o mundo colonial, expandido por suas conquistas e estabelecimentos nas Américas, na África e na Ásia. Não há na literatura portuguesa do período respeitante ao Brasil nada que se compare à contribuição etnográfica desses missionários franceses. Mesmo os textos de Vieira sobre índios, que cobrem quase toda a segunda metade do século XVII, impressionantes por sua fidelidade e lucidez na defesa da causa indígena, são inferiores à contribuição de Abbeville e Evreux na visão interna do universo indígena. O mesmo pode ser dito da variada e impressiva contribuição dos naturalistas, historiadores e artistas do Brasil holandês.

A comparação correta das contribuições de Abbeville e Evreux ao conhecimento das instituições e normas das sociedades indígenas deve, portanto, ser buscada no século anterior, nos textos exemplares dos grandes cronistas e missionários da conquista e primeiros estabelecimentos, como os de Staden, de Léry e dos missionários jesuítas, a exemplo de Nóbrega e Anchieta.

O texto adiante transcrito, de Yves d'Evreux, revela seu grau de conhecimento sobre formas de organização social básicas da sociedade Tupinambá. Em sociedades simples como a dos Tupinambá, divididos em grupos locais autônomos e freqüentemente em conflito, os laços sociais permanentes, que tornam possível a vida em comum, são dados pelas relações de parentesco que determinam o lugar e os vínculos de cada um dos indivíduos em relação aos demais. Essa percepção, que constitui matéria assentada do conhecimento antropológico atual sobre a natureza das sociedades sem classes, não era óbvia nem transparente aos olhos dos conquistadores e missionários da época de Evreux. O fato de que conseguisse despir-se de sua própria visão de mundo e de seus preconceitos de origem cultural e religiosa, e chegasse a ver nos índios Tupinambá do Maranhão uma sociedade diversa e autônoma mas integrada e regida por normas congruentes e "racionais", faz do missionário uma fonte de validade permanente para o entendimento da vida dessas sociedades simples de floresta tropical.

* Yves d'Evreux, "Ordem e respeito que a natureza pôs entre os selvagens e que é observada inviolavelmente pela juventude" e "Da consangüinidade existente entre esses selvagens". Capítulos 21 e 23 de *Suitte de l'Histoire des choses plus memorables adventues en Maragnan, ès années 1613 & 1614*. Second Traité, Paris, Imprimerie de François Huby, 1615, 384p. (1ª edição). A edição utilizada é *Continuação da História das Coisas mais Memoráveis ocorridas no Maranhão nos anos de 1613 e 1614*. Traduzido para o português do original existente na Biblioteca Pública de Nova York, por Irene Kubrik e Marcela Mortara (Ms.).

"ORDEM E RESPEITO QUE A NATUREZA PÔS ENTRE OS SELVAGENS E QUE É OBSERVADA INVIOLAVELMENTE PELA JUVENTUDE
CAPÍTULO XXI

(...) Os selvagens marcaram as idades com diferentes graus. (...) Entre esses graus, para o filho macho e legítimo, o primeiro chama-se *Peitã*, na língua deles: isso significa a criança saindo do ventre materno. Nesse primeiro período, a criança é completamente ignorante e fraca e sabe apenas choramingar. Porém, essa etapa representa a base de todas as outras. A natureza, a bondosa mãe desses selvagens, fez o seguinte com o recém-nascido: ele recebe as primeiras sementes da índole desses bárbaros logo após a sua saída do ventre da mãe.

Não é acariciado, coberto, acalentado, bem nutrido, bem cuidado, nem deixado nas mãos de nenhuma ama-de-leite, mas simplesmente lavado no riacho ou em qualquer recipiente cheio de água; é colocado numa pequena rede de algodão, seus pequenos membros têm toda a liberdade, sem roupa alguma, nem no corpo nem na cabeça; ele se satisfaz, para sua alimentação, com o leite da mãe, e grãos de milho assados na brasa e mastigados na boca da mãe, reduzidos a farinha, misturados com a saliva em forma de mingau que a mãe coloca em sua boquinha, assim como os pássaros costumam alimentar os filhotes, boca a boca. É bem verdade que, logo que a criança se torna mais forte, graças a um conhecimento e a uma tendência natural, podemos vê-la rir, alegrar-se e estremecer à maneira das crianças, no colo da mãe, observando-a enquanto sua boca mastiga a comida; levando sua mãozinha à boca da ama, recebe na palma da mão esse alimento natural que leva diretamente à própria boquinha e come; quando está satisfeita, joga o resto no chão, desvia o rosto, e bate com as mãos no rosto da mãe fazendo-a entender que não quer mais comer. A mãe obedece logo, não força em nada seu apetite e não lhe dá nenhuma oportunidade de chorar. Se a criança sente sede, sabe perfeitamente pedir o seio da mãe com gestos. Naquela idade, essas crianças prestam todo o respeito e o dever que a natureza lhes pede nesse grau; pois não são choronas, basta que possam ver a mãe e ficam quietas onde está as põe; quando as mães vão trabalhar no bosque, sentam-nas nuazinhas na areia ou na terra onde ficam bem quietas, apesar do sol forte que bate na sua cabeça e em todo o corpo. Quem entre nós, se tivesse sofrido todos esses incômodos em criança, ainda estaria vivo?

Nossos pais sabem do respeito e do dever que começamos a lhes prestar desde esse primeiro grau; assim poderiam ter certeza, se o grande amor que têm para conosco não os cegasse, que em todos os outros graus de nossa idade não seríamos mais conscientes de nosso dever para com eles, seja qual for o trabalho que tiverem tido.

O segundo grau de idade começa no tempo em que a criança experimenta andar sozinha, embora não deixem de chamar com o mesmo nome as crianças no seu primeiro grau, o que gera certa confusão; entretanto, verifiquei com muito cuidado que a maneira de tratar as crianças que não sabem andar é diferente, e diferente também a maneira de tratar as que se esforçam para andar sós; por isso, devemos considerar esse grau à parte, e singularizar seu nome para adaptá-lo ao grau deles, especificado pela diversidade de tratamento e de ação. O segundo grau chama-se *Kounoumy miry,* menino pequeno, e dura até a idade de sete ou oito anos. Em todo esse tempo as crianças não se afastam das mães, e ainda não acompanham os pais; além do mais, ainda mamam no seio da mãe até que elas mesmas se afastem e se acostumem pouco a pouco a comer alimentos sólidos como os adultos. Fazem para elas pequenos arcos e flechas proporcionais à força de seus braços; então, juntando-se em grupos de meninos da mesma idade, plantam à sua frente algumas abóboras onde atiram suas flechas, e assim desde logo exercitam os braços e a vista para mirar certo. Ninguém bate nem chicoteia essas crianças, que obedecem aos pais e respeitam os mais velhos. Essa idade é muito agradável; pode-se observar nessas crianças a distinção que existe em nós, da natureza e da graça; assim, deixando de lado qualquer comparação, achei-as tão graciosas, doces e gentis, quanto as nossas crianças, sem esquecer entretanto de colocar à parte a graça do Espírito Santo que é dada às crianças dos cristãos pelo batismo. Quando ocorre que essas crianças morram naquela idade, os pais manifestam uma dor extrema e guardam no coração a lembrança perpétua desse filho para rememorar em todas as cerimônias tristes, chorando essa perda e a morte de todos os filhinhos, chamando-os de um nome especial, *Ykounoumirmee-seon,* menino morto em criança. Eu mesmo vi mães loucas de dor ficarem no meio de suas roças, na mata, sozinhas, certas vezes paradas acocoradas no meio do caminho, chorando amargamente; e quando perguntei o que sentiam por estarem chorando assim, sozinhas, na mata e no meio do caminho: "Ai de nós! diziam, lembramos a morte de nossos filhinhos, *Ché Kounoumirmee-seon,* falecidos em criança". Então recomeçavam a chorar mais forte ainda, e as lágrimas corriam. Na verdade isso é muito natural, sentir saudades da perda e da morte dessas crianças; pois, longe de terem dado preocupações aos pais, é esse pelo contrário o único período no curso de suas vidas em que podem trazer-lhes alguma alegria.

O terceiro grau compreende a idade entre esses dois primeiros graus, da infância e da puerícia, e os graus da adolescência e da virilidade, que vai exatamente de oito até quinze anos e que chamamos de mocidade. Os Selvagens dizem simplesmente *Kounoumy,* sem nada mais, assim como chamam a infância de *Kounoumy miry* e a adolescência de *Kounoumy ouassou.* Esses *Kounoumys,* ou meninos, na idade de oito a quinze anos, não ficam mais em casa, nem perto da mãe, mas acompanham o pai, aprendem a trabalhar copiando tudo que vêem; dedicam-se a procurar a alimentação para a família, vão à floresta caçar passarinhos, vão ao mar pegar peixes, o que é muito bonito de se ver: com que habilidade eles ferroam às vezes três peixes juntos, ou então pegam-nos com a linha feita de *toucon,* ou nos *poussars* que são uma espécie de rede de arrasto; apanham ostras e mariscos e levam tudo para casa. Ninguém manda que eles façam isso; fazem por instinto, reconhecendo que é a obrigação de sua idade e que todos os mais velhos já fizeram o mesmo. Esse trabalho, esse exercício muito mais divertido do que pesado, e que corresponde às tendências dessa idade, livra-os de muitos vícios para os quais a natureza impura começa a se interessar. Esta é a razão, na minha opinião, por que se oferecem à mocidade várias atividades livres e físicas, para distraí-la do impulso corrompido que cada um traz naturalmente dentro de si, e que aumenta com a ociosidade, especialmente nessa época.

O quarto grau é para aqueles que os Selvagens chamam de *Kounoumy ouassou,* isto é meninos grandes, ou rapazes, e compreende o período entre quinze e vinte e cinco anos que nós chamamos de adolescência. Estes têm outro tipo de comportamento; dedicam-se firme e forte ao trabalho, acostumam-se a manejar habilmente os remos das canoas, e por isso são escolhidos para remar, quando partem para a guerra. São eles que se especializam em fazer as flechas para a guerra; vão caçar com os cães, habituam-se a flechar e fisgar os peixes com habilidade, não usam ainda *Karaiobes,* isto é pedaços de pano amarrados na frente para esconder as partes vergonhosas, como fazem os homens casados, mas ajeitam essa parte do corpo com uma folha de palma. Podem conversar livremente com os mais velhos, exceto na casa de reunião, onde só podem ouvir, e estão sempre prontos a ajudar os que têm uma idade mais avançada. Na realidade, é nessa época que mais auxiliam seus pais e suas mães com o trabalho, a caça e a pesca; como ainda não estão casados, não têm a obrigação de alimentar uma mulher; é por isso que os pais sentem muito quando os filhos morrem nessa idade, e lhes dão um novo nome em sinal de dor, *Ykounoumy-ouassou-remee-seon,* ou seja, o grande menino morto, ou o grande menino morto na adolescência.

O quinto grau vai de vinte e cinco até quarenta anos, e aquele que se situa exatamente nesse período chama-se *Aua,* vocábulo que não deixa de ser utilizado em todas as idades, assim como ocorre com o nome de homem, entre nós. Entretanto, deve ser específico a esta idade enquanto o homem, por sua força, é chamado pelos latinos de *vir, a virtute,* e em francês idade viril, pela virilidade, ou seja, a força que está no homem com esse termo. Assim a língua dos Selvagens usa esta palavra *Aua,* de onde vem *Auaeté,* isto é, forte, robusto, corajoso, ardoroso, para representar a quinta idade dos filhos. Durante este período são bons guerreiros, para lutar, mas não para mandar. Nessa época, procuram uma mulher para casar, o que não é muito difícil; pois o enxoval da noiva consiste apenas em algumas cabaças que a mãe lhe dá para começar a vida no lar; enquanto em nossos países as mães fornecem as roupas, a roupa de cama e mesa, enfeites e jóias para as filhas. Como dote, os pais dão aos maridos que casam com suas filhas, trinta ou quarenta toras cortadas sob medida que mandam levar para o quarto do noivo, para acender o fogo das núpcias; esse noivo não se chama mais *Aua,* mas *Mendar-amo.* Embora esse

rapaz esteja casado, e a moça também, tal fato não os isenta da obrigação natural de assistir os pais; pelo contrário, continuam obrigados a ajudá-los nos trabalhos da terra e a socorrê-los. É uma advertência que foi feita, em minha cabana, pela filha de *Japi-Ouassou,* batizada e casada na Igreja, para um outro Selvagem, seu marido, também cristão, que estava indo para Tapuitapera auxiliar o Pe. Arsène, para batizar numerosos Selvagens. Ela disse o seguinte: "Para aonde queres ir? Sabes muito bem que tens muito trabalho para fazer nas roças de meu pai, e faltam mantimentos. Não sabes que ele me entregou a ti para que o ajudasses na velhice? Se queres abandoná-lo vou voltar para casa dele". Ela foi censurada por esta últimas palavras, pois teve de reconhecer que tinha jurado não abandoná-lo nunca, nem separar-se dele; quanto ao resto, foi muito louvada. Permita Deus que todos os filhos da cristandade fizessem o mesmo, assimilando a verdadeira inteligência daquelas palavras formais do casamento: que o homem e a mulher deixarão os pais para ficar juntos. De maneira nenhuma Deus autoriza a ingratidão dos filhos casados que, como eles dizem, têm outros filhos, ou pretendem ter, e que devem sustentar; pelo contrário, Deus reprova e condena aqueles que abandonam os pais, sem os quais, deixando a vontade de Deus à parte, não teriam nascido e nem seus filhos. Com tais palavras, Deus declara a grande união que deve ser de espírito e de corpo, pelo casamento entre o homem e a mulher.

O sexto grau contém os anos que vão de quarenta até a morte, e este é o mais honroso de todos; é ele que coroa com respeito e majestade os bravos soldados e os prudentes Capitães; assim como o mês de agosto traz a colheita e recompensa a paciência do lavrador que teve de suportar o inverno e a primavera, sem nenhuma ajuda da terra onde ele fez tantas idas e vindas com o arado, ocorre o mesmo entre os Selvagens que chegaram ao período dos anciãos e são honrados por todos aqueles cuja idade é inferior à deles. Aquele que alcança esse período pelo curso de seus anos é chamado de *Thouyuae,* isto é ancião; não é mais tão assíduo no trabalho quanto os outros, mas pode trabalhar segundo sua vontade e seu prazer, mais para servir de exemplo à juventude e seguir o costume de sua nação do que por necessidade. É ouvido com respeito numa assembléia, fala comedidamente e com seriedade sem se precipitar com as palavras, as quais são sempre acompanhadas de gestos naturais, explicando claramente o que ele quer dizer e o sentimento com o qual pronuncia essas palavras. As pessoas respondem mansamente e com todo o respeito, e os jovens olham-no e escutam atentamente quando fala. Se ele se encontra na festa das *Kaouinages,* é o primeiro a sentar e o primeiro a ser servido; as moças que servem o vinho apresentam-no aos outros convidados; são as mais distintas que o servem, como por exemplo as moças mais próximas, por consangüinidade, daquele que fez o convite. Entre as danças que são praticadas, os anciãos entoam as canções e marcam o compasso, começando com uma voz muito baixa, grave, e subindo quase sempre até o timbre de nossa música. Suas mulheres cuidam deles, lavam seus pés, preparam e trazem sua comida, e se a carne ou o peixe ou o camarão apresentam alguma dificuldade, para serem facilmente mastigados, as mulheres cortam, descascam e ajeitam o alimento. Quando um deles falece, os velhos lhe prestam homenagem, choram como as mulheres e chamam-no de *Thouy-uaepee-seon.* Se ele morreu na guerra, chamam-no com outro nome, *Mara-te-kouapee-seon,* ou seja o velho morto entre as armas; isto enobrece os seus filhos e toda sua raça, assim como entre nós algum velho Coronel, que durante toda sua vida só fez lutar para o serviço do rei e da pátria, morre para o cúmulo de sua honra com as armas em punho, o rosto virado para o inimigo, num combate violento; o fato não será esquecido por seus filhos, pois eles consideram essa morte como a maior herança que ele pode deixar-lhes e sabem perfeitamente como utilizá-la, para lembrar ao Príncipe o bom serviço de seu pai, e com isso a recompensa que o Príncipe deve aos filhos. Esses Selvagens, que não ligam para nenhuma recompensa humana, exceto a honra, reunindo todas as paixões de suas almas nesse único objetivo, não podem deixar de ter a maior estima em relação às proezas de seus pais, pois serão estimados pelos outros a partir desse respeito. Os que morrem na cama não deixam de ser honrados, cada um conforme seu mérito; são chamados de *Theon-souyee-seon,* ou seja, o bom velho morto na cama.

Podem ver, com este relato, como só a natureza nos ensina a respeitar os velhos, ajudá-los e socorrê-los; censura a temeridade e a presunção dos jovens desta época que, sem pensarem no futuro, não percebem que, quando ficarem velhos, receberão exatamente o mesmo que dão hoje a seus predecessores; pois eles ensinam a seus filhos, pelo exemplo, a manifestar essa ingratidão. (...)

DA CONSANGÜINIDADE EXISTENTE ENTRE ESSES SELVAGENS
CAPÍTULO XXIII

A consangüinidade, entre esses bárbaros, tem tantos escalões e tantas ramificações quanto a nossa, e mantém-se de família em família com tanto cuidado quanto nós, exceto no que diz respeito à abstinência de união sexual, que é difícil entre eles, a não ser no primeiro escalão, ou seja, de pai para filha. Quanto às irmãs e aos irmãos, não se casam entre si, mas desconfio muito do resto de seu relacionamento; tenho minhas razões, mas isso nem merece ser relatado.

A primeira ramificação sai do tronco de seus avós, que chamam de *Tamoin,* e essa palavra compreende todos os antepassados, desde o próprio Noé até o último dos avós. É muito interessante observar como eles se lembram e falam dos Avós e dos antepassados, quando sabemos da nossa dificuldade, na Europa, de subir até o tataravô; pois as famílias se perdem adiante.

A segunda ramificação cresce e sai da primeira, e chama-se *Touue,* ou seja pai; é ele que gera, com um verdadeiro e legítimo casamento, assim como é praticado entre eles. Pois a lei dos bastardos é diferente da lei dos legítimos, como diremos oportunamente. Essa ramificação paterna produz outra que se chama *Taire,* ou seja filho; esta ramificação bifurca-se em vários braços, que possuem os nomes de *Chéircure,* ou seja meu irmão mais velho, o qual deve ser responsável pela perpetuação da casa e da família, e *Chéubouire,* que significa meu irmão caçula, o qual só é responsável pela casa se o irmão mais velho morrer. Se um desses dois irmãos tiver um filho, seja este filho homem ou mulher, deverá chamar o irmão do pai de *Chètouteure,* ou seja meu tio, e sua mulher de *Chèachè,* minha tia. Da mesma forma, se o pai tiver irmãs, serão chamadas de *Chèachè,* minha tia, como também os maridos das irmãs *Chètouteure,* meu tio. Os tios e as tias chamam

os filhos homens dos irmãos de *Chèyeure,* ou seja meu sobrinho, e as filhas de *Reindeure,* ou *Chereindeure,* minha sobrinha. Os filhos de dois irmãos, ou de um irmão e de uma irmã, ou de duas irmãs, se chamam assim: os meninos *Rieure,* ou *Cherieure,* meu primo, e as meninas *Yetipere,* ou *Cheitipere,* minha prima. Quanto à ramificação do lado das mulheres, a avó estabelece o primeiro escalão: ou do lado paterno, ou do lado materno; isto é a mãe do próprio pai, de quem a família se originou, ou a mãe da própria mãe que o engendrou, e que é chamada de *Arîy,* ou *Chearîy,* minha avó. A própria mãe constitui o segundo escalão; ela é chamada de *Aï,* mãe, ou *Cheaï,* minha mãe. A filha faz o terceiro escalão, e é chamada de *Tagyre,* filha, ou *Chéagyre,* minha filha. O quarto escalão é o da irmã, chamada de *Teindure,* irmã, ou *Chéreindure,* minha irmã. A tia faz o quinto escalão, chamado de *Yaché,* tia, ou *Chèaché,* minha tia. O sexto escalão é o da sobrinha, chamada *Reindure,* ou *Chèreindure,* minha sobrinha, ou minha irmãzinha, que é uma forma de se expressar mais familiar. O sétimo escalão é o da prima, chamada de *Yotipere,* prima, ou *Cheytipere,* minha prima. (...)

Além dessa consangüinidade, há mais duas contraídas por união: ou dão a filha para alguém, ou recebem uma mulher como esposa do filho; ou então estabelecem uma união de hospitalidade com os franceses, dando suas filhas como concubinas. Os homens a quem eles dão as filhas são chamados de *Taiuuen,* genro, ou *Cheraiuuen,* meu genro. À mulher que recebem como esposa do filho, chamam de *Tautateu,* nora, ou *Cherautateu,* minha nora. Chamam o francês, com quem estabelecem a aliança de hospitalidade, de *Touassap,* compadre, ou *Chétouassap,* meu compadre, e algumas vezes, *Cheaire,* meu filho, ou *Chéraiuuen,* meu genro. Isto ocorre quando o francês mantém a filha como concubina. (...)

Os bastardos são todos os filhos que eles possam ter fora do casamento legítimo praticado entre eles, à moda deles; e entre esses bastardos existe uma ordem: podem nascer de um Tupinambá e de uma Tupinambá, e este é o primeiro escalão. Podem nascer de uma índia Tupinambá com um francês e esse é o segundo escalão. Quando nascem de um Tupinambá com uma escrava, é o terceiro escalão. Quando nascem de uma índia Tupinambá e de um servidor escravo, é a quarta ramificação. O último escalão ocorre quando a união se faz entre uma servente escrava e um francês. (...)

Esses bastardos são chamados, na língua deles, de *Marap,* ou *Chémarap.*

E os bastardos dos franceses *Mulatos.* (...)

As leis relativas a esses bastardos variam segundo a diversidade de suas origens e, antes de tratar delas, é preciso apresentar a regra geral que eles observam a respeito dos bastardos; quando a moça estava prestes a dar à luz, perguntavam-lhe quem era o pai da criança que tinha no ventre. Então ela o dizia e, se o indicado confessasse e reconhecesse ser pai da criança, a mãe a aceitava e criava com muito cuidado. Se o pai renegasse a criança, tanto a mãe como seus pais pegavam o pequeno bastardo que saíra do seu ventre e iam enterrá-lo vivo, como indigno de viver, pois seu próprio pai o negava e não o reconhecia. Faziam-no, também, para se vingarem do pai que não o reconhecera e que tinha abusado de sua filha considerando-a uma *pataquere* (puta), pois não queria reconhecer o filho como seu. Com efeito, os selvagens acreditam que a mãe não tem nenhuma participação na geração do filho, mas que tudo vem do pai e a mãe apenas serve de *karamemo,* isto é, estojo, ou *ua* (garrafa ou vaso), para receber em si o princípio da geração, de modo que, no espaço de nove meses, se complete. Por esse motivo, a consangüinidade é pouca entre os irmãos uterinos, isto é, de uma mesma mãe e diversos pais.

Isso não significa que essa opinião seja verdadeira nem defendida pelos mais doutos naturalistas; a doutrina destes é que a mãe concorre para a geração da criança, e disso temos um belo sinal na própria natureza, pois o amor das mães é mais terno e mais sensível para com seus filhos do que o dos pais.

Quanto a essa lei tão rude para os pequenos bastardos, embora seja ainda observada pelos selvagens sobre os quais os franceses não têm poder, é proibida aos selvagens do Maranhão, Tapuitapera e Cumã; eles não ousariam praticá-la a não ser muito secretamente, e por isso está-se alerta e vigia-se as moças grávidas por fornicação, para averiguar o que fazem dos filhos.

Os bastardos oriundos de pai e mãe Tupinambás são alimentados com tanto cuidado como os filhos legítimos e amados com o mesmo amor, ou quase. Ao chegar à puberdade, podem escolher ligar-se à família do pai ou da mãe, têm liberdade para ficar com um ou outro e são considerados como irmãos dos filhos legítimos, e pertencentes à sua raça.

Os bastardos de um francês e uma índia Tupinambá são muito queridos, tanto da mãe como dos pais desta e, para dizer a palavra certa, são a honra da família, a esperança e a expectativa das mercadorias que o francês, pai da criança, deve dar-lhes.

Além disso, acreditam que todos os franceses devem amá-los mais por esse motivo e se consideram como semi-aliados dos franceses por meio desse bastardo.

Isso se deve ao fato de que eles avaliam os franceses segundo os seus próprios costumes e, entre os Tupinambás, as diferentes famílias, isto é, a família da mãe do bastardo e a família de seu pai, estabelecem uma espécie de semi-aliança através do bastardo.

Lembro-me, quanto a isso das palavras que me disse o *Grande-Brasil* que é um dos principais selvagens do Maranhão, sobre a tristeza que sentia por ter caído no desagrado dos nossos senhores e do medo de que lhe puséssemos grilhões nos pés por não sei que falta cometida de que era acusado pelos índios de Tapuitapera, principalmente os cristãos.

Seu discurso foi nestas próprias ou semelhantes palavras; "Vim procurar-te depois de ouvir do principal, o *Grande-Arraia,* que eu fui acusado, diante de ti, pelos cristãos de Tapuitapera, que se queixam de mim e do que eu digo. O *Paí,* que estava ali então e que tu tinhas mandado para batizar os filhos de Deus, sabia que eu estava bêbado e, reconhecendo que minhas palavras não eram corretas e não procediam de mim mas do vinho, pegou-me pelo braço e fez-me sair da

cabana, mandando que os cristãos me amarrassem. Eu suportei tudo com docilidade embora isso me tornasse motivo de riso e chacota para os meus companheiros, eu, que fui dos grandes guerreiros da minha nação, me deixar amarrar como uma mulher!

Eu lhes respondi que fiz o que fiz para obedecer ao *Paí*, mensageiro de Deus. Confessei e confesso que falei mal, mas estava bêbado e, depois que passou o efeito do vinho, disse palavras boas.

Por que os franceses querem me pôr grilhões nos pés como fizeram com *Itajubá?* (isto é, Braço de Ferro, que é o nome de um dos intérpretes).

Sempre fui bom amigo dos franceses, nunca tramei contra eles. A primeira filha que tive, quando chegou à idade adequada, eu a dei ao Capitão dos franceses que então estavam aqui conosco, dizendo-lhe: "Toma a minha filha e faz com ela um filho que eu criarei com cuidado até que ele seja bastante grande, capaz de embarcar contigo e acompanhar-te à França. Lá, ele mesmo escolherá as mercadorias que souber que me agradam e as trará para mim". Desde então, nunca deixei de ajudar os franceses."

Esses bastardos, chamados pelos franceses de *mulatos*, guardam sempre alguns traços da fisionomia francesa, assim como a disposição dos membros, os gestos e as atitudes dos franceses, de modo que, quando bem vestidos, parecem verdadeiros franceses.

Não são tão morenos e sim mais brancos do que os selvagens; têm uma coloração que é a mistura das da mãe e do pai. Seus cabelos são muito macios e não duros e espetados como o dos índios. Vi alguns que tinham cabelos tão louros como um botão-de-ouro. Ao contrário, os selvagens em geral têm os seus negros como asas de corvo. Os pais das moças, mães desses bastardos, com muito boa vontade, os levam aos franceses, para cair nas suas boas graças, e esses filhos quando chegam à puberdade, vão procurar os franceses, imitam-nos em tudo, vivem com eles, confiantes como com os pais de seus pais. São muito fiéis e não se encontra nenhum que traia os franceses.

Darei, a seguir, um exemplo muito bonito no *Tratado do Espiritual*.

Os bastardos oriundos dos Tupinambás e moças escravas pertencem aos Tupinambás se estes forem senhores dessas escravas, pois, se for outro Tupinambá, depende da vontade do senhor da escrava tomar para si a criança nascida de sua escrava ou deixá-la ao Tupinambá seu pai. E, quando querem comer a escrava, não fazem nenhum mal à criança que ela teve porque é do sangue e da raça deles. Mas não fariam isso se a criança fosse filha de dois escravos pois, segundo o seu costume, o senhor da moça escrava pode comer a mãe e o filho ou reservar o filho e só comer a mãe.

O bastardo originário de uma índia Tupinambá e de um escravo incorre no mesmo castigo e depende da boa vontade do pai da moça, tanto mais que, quando este resolve comer o escravo, pai da criança, pode igualmente fazer com que o pequeno bastardo acompanhe o pai no *moquém*.

O bastardo nascido de uma escrava e de um francês, como se vêem muitos na ilha do Maranhão, não sofre nenhum mal, por causa do respeito pelo francês. Ao contrário, é criado como os próprios filhos dos Tupinambás e, se o francês gostar da escrava, ele a recomenda a seu senhor e lhe pede que não lhe faça nenhum mal, o que ele faz com muito boa vontade e a considera doravante como sua filha. (...)"

Ciclo de Vida

Os contatos dos primeiros navegantes e colonos europeus com os índios do litoral brasileiro, quase todos de tradição cultural Tupi, produziram uma literatura abundante, sem conta reeditada no século XVI e nos seguintes. Essa literatura, cheia de curiosidade intelectual pelo aspecto físico e os costumes dos índios, tem uma argúcia e capacidade de descrição dos hábitos e normas de comportamento social dessas populações que se perderia nos períodos posteriores. A curiosidade e a atração pelo novo foram substituídas pela dominação colonial, para a qual os índios significavam simplesmente força de trabalho servil ou inimigos bárbaros a exterminar.

Nos textos seguintes são transcritos testemunhos exemplares do interesse despertado por aspectos fundamentais da cultura indígena, relacionados com o ciclo de vida. São transcritos trechos de Frei Vicente do Salvador sobre o nascimento e *couvade* (ou seja, o resguardo, que é um rito dos índios Tupi que força os maridos das parturientes a permanecer deitados, em repouso, para impedir danos aos filhos), e de André Thevet, sobre a morte e ritos fúnebres.

Frei Vicente do Salvador. *Nascimento e Couvade* (1627)

* Frei Vicente do Salvador, "Dos Seus Casamentos e Criação de Filhos" (Capítulo Décimo Quarto), em: *História do Brasil (1500-1627)*, São Paulo, Ed. Itatiaia (Coleção Reconquista do Brasil, vol. 49), 1982: 80-82.

"Não é fácil de averiguar, maiormente entre os principais que têm muitas mulheres, qual seja a verdadeira e legítima, porque nenhum contrato exprimem e facilmente deixam umas e tomam outras; mas conjetura-se que é aquela de que primeiro se enamoram e por cujo amor serviram aos sogros, pescando-lhes, caçando, roçando o mato para a sementeira e trazendo-lhes a lenha para o fogo.

Mas o sogro não entrega a moça até lhe não vir seu costume, e então é ela obrigada a trazer atado pela cinta um fio de algodão e em cada um dos buchos dos braços outro, para que venha à notícia de todos e, depois que é deflorada pelo marido ou por qualquer outro, quebra em sinal disso os fios, parecendo-lhe que, se o encobrir, a levará o diabo.

E o marido de qualquer maneira a recebe e consumando o matrimônio se tem que esta é a legítima mulher, ou, quando assim não estão casados, a cunhada, mulher que foi do irmão defunto, ainda que lhe ficasse filho dele, ou a sobrinha, filha, não do irmão, que esta têm eles em conta de filha própria e não casam com ela, senão da irmã. E com qualquer destas com que primeiro se casaram, ou seja a sobrinha ou a cunhada, os casam depois sacramentalmente os religiosos que os curam, no mesmo dia em que os batizam, dispensando dos impedimentos, por privilégio que para isto têm, e lhes tiram todas as outras, casando-as com outros, não sem sentimento dos primeiros maridos, porque de ordinário se ficam com as mais velhas.

A mulher, em acabando de parir, se vai lavar ao rio, e o marido se deita na rede, mui coberto, que não dê o vento, onde está em dieta até que se seque o umbigo ao filho, e ali o vêm os amigos a visitar como a doente. Nem há poder lhes tirar esta superstição, porque dizem que com isto se preservam de muitas enfermidades a si e à criança, a qual também deitam em outra rede com seu fogo debaixo, quer seja inverno, quer verão e, se é macho, logo lhe põem na azelha da rede um arquinho com suas flechas e, se fêmea, uma roca com algodão.

As mães dão de mamar aos filhos sete ou oito anos, se tantos estão sem tornar a parir, e todo este tempo os trazem ao colo ora elas, ora os maridos, principalmente quando vão às suas roças, onde vão todos os dias depois de almoçarem, e não comem enquanto andam no trabalho, senão à véspera, depois que voltam para casa. (...)"

André Thevet. *Morte e Ritos Fúnebres* (1557)

* André Thevet, "Da Sepultura e Demais Cerimônias Mortuárias dos Selvagens" (Capítulo 43), em: *Singularidades da França Antártica*, São Paulo, Ed. Nacional, 1944: 259-263.

"Prosseguindo a descrição dos usos e costumes dos selvagens americanos, tratarei, agora, de suas cerimônias funerárias e de seus processos de inumação. Quando a alma se separa do corpo, os selvagens, não obstante a rudeza natural, sepultam o cadáver no próprio sítio em que a criatura tinha, em vida, satisfação de estar. Segundo dizem, não há lugar mais nobre para o defunto do que a terra. É a terra que gera o homem. A terra que produz tantos belos frutos, tantas riquezas úteis e necessárias ao uso de todos. (...)
Por onde se vê que os selvagens americanos não são destituídos de toda decência, isto é, embora sem fé, nem lei, têm, ao menos, até onde os pode induzir a natureza, isso de bom - enterram seus mortos, como já se disse, sentados, em fossos, tal qual o faziam antigamente os nasamões. (...)

Entre os selvagens americanos, se morre algum chefe de família, seus parentes próximos e amigos conservarão um estranho luto, que não dura o espaço de três ou quatro dias mas de quatro ou cinco meses. Há um luto fechado, todavia, que se guarda apenas nos quatro ou cinco primeiros dias após o falecimento. Nessa ocasião, ouvi-los-eis levantar tal ruído e harmonia quais os que fazem os cães e os gatos. Isto é, homens e mulheres, alguns estendidos em suas redes, outros acocorados em terra e abraçados uns aos outros, exclamam em sua língua: - *Como nosso pai e amigo foi um homem de bem! Como combateu na guerra! Como destruiu tantos inimigos! Como era forte e possante, trabalhando bem os campos e apanhando caças ou peixe para o nosso alimento! Morreu! Nunca mais o veremos, senão após a morte, junto aos nossos amigos, na região onde já os viram os pajés, segundo nos contam!* E dizem outras palavras mais nesse mesmo tom, que repetem, em seus lamentos, mais de dez mil vezes, dias e noites, por espaço de quatro a cinco horas cada vez.

Só no fim de um mês é que os filhos do morto celebram algumas festas e solenidades em honra deste, para o que convidam os seus amigos. Reúnem-se todos, recobertos de pinturas de diversas cores, de plumas e de outros adereços característicos, nessa ocasião praticando mil entretenimentos e cerimônias (a propósito do assunto, desejo mencionar certa espécie de pássaro, cujo pio, um tanto melancólico, se assemelha ao do mocho e pelo qual os selvagens têm tanta reverência que não ousam tocar-lhe; dizem os índios que esse pássaro deplora a morte de seus amigos, avivando-lhes a memória dos mesmos). Assim, como dizia, reunidos e paramentados de cores várias, os selvagens americanos entregam-se a danças, jogos, batucadas, ao som de instrumentos, peculiares ao país, inclusive flautas fabricadas com os ossos dos braços e pernas dos inimigos, enquanto os mais velhos não cessam de beber e comer, servidos pelas mulheres e demais parentes do defunto. Esse costume, segundo fui informado, tem por objetivo elevar o ânimo dos jovens, comovê-los, incitá-los à guerra e encorajá-los contra os seus adversários. (...)"

O BOM SELVAGEM

Jean de Léry. *O Selvagem Gentil*
(1578)

O pastor calvinista francês Jean de Léry veio ao Brasil na leva de colonos e missionários de Genebra para a colônia da França-Antártica, que o cavaleiro de Villegaignon organizou e dirigiu, na baía do Rio de Janeiro, em meados do século XVI. Seu livro, *Viagem à Terra do Brasil,* só publicado em 1578, vinte anos após sua volta à Europa, teve sucesso imediato, sendo traduzido em várias línguas e obtido sucessivas edições até a morte do autor em 1611. Excluídos do livro os trechos de polêmica religiosa e política com o frade André Thevet e com Villegaignon, inevitáveis nessa época de grandes tensões e conflitos entre católicos e protestantes, o livro de Léry é um testemunho cheio de curiosidade e de calor humano em relação ao novo mundo e seus habitantes. Esses são descritos com grande percepção e objetividade, raramente toldadas pelo sectarismo religioso do missionário calvinista.

No capítulo abaixo, é descrito o relacionamento inter-pessoal dos Tupinambá em suas aldeias, caracterizado pela harmonia e boa paz. São também fornecidos dados de interesse sobre a hospitalidade dos índios aos estranhos, principalmente franceses, com quem viviam em contato amistoso e frutífero pela permuta de bens. Um elemento cultural de especial interesse é a *saudação lacrimosa* com que os Tupinambá recebiam estranhos à aldeia ou membros do grupo que estivessem ausentes por algum tempo. No capítulo anterior, em que trata da nudez e dos ornamentos dos selvagens americanos, Léry consegue libertar-se dos preconceitos e das normas estritas de sua religião puritana, fornecendo uma visão que, mais que meramente objetiva, é uma contemplação deleitosa de corpos nus e saudáveis:

"(...) Mas o que mais nos maravilhava nessas brasileiras era o fato de que, não obstante não pintarem o corpo, braços, coxas e pernas como os homens, nem cobrirem de penas, nunca pudemos conseguir que se vestissem, embora muitas vezes lhes déssemos vestidos de chita e camisas. (...) Em verdade, alegavam, para justificar sua nudez, que não podiam dispensar os banhos e lhes era difícil despir-se tão amiúde, pois em quanta fonte ou rio encontravam, metiam-se n'água, molhavam

a cabeça e mergulhavam o corpo todo como caniços, não raro mais de doze vezes por dia. Suas razões eram plausíveis e quaisquer esforços para convencê-las do contrário foram aliás inúteis. (...) Antes porém de encerrar este capítulo, quero responder aos que dizem que a convivência com esses selvagens nus, principalmente entre as mulheres, incita à lascívia e à luxúria. Mas direi que, em que pese às opiniões em contrário, acerca da concupiscência provocada pela presença de mulheres nuas, a nudez grosseira das mulheres é muito menos atraente do que comumente imaginam. Os atavios, arrebiques, postiços, cabelos encrespados, golas de renda, anquinhas, sobressaias e outras bagatelas com que as mulheres de cá se enfeitam e de que jamais se fartam, são causas de males incomparavelmente maiores do que a nudez habitual das índias, as quais, entretanto, nada devem às outras quanto à formosura. Se a decência me permitisse dizer mais, tenho certeza de que responderia a quaisquer objeções com vantagem. Limito-me a apelar para os que estiveram no Brasil e como eu viram essas coisas. (...)" (LÉRY, 1960: 110-111)

* Jean de Léry, *Histoire d'un voyage fait en la terre du Bresil, autrement dite Amerique*, La Rochelle, Antoine Chuppin, 1578, 424 p. (1ª ed.). A edição utilizada é *Viagem à Terra do Brasil*, São Paulo, Martins (3ª ed.), 1960: 207-216 (il., 279p.).

"O QUE PODEMOS CHAMAR LEIS E POLICIAMENTO ENTRE OS SELVAGENS; MODO POR QUE TRATAM OS VISITANTES AMIGOS; PRANTOS E DISCURSOS FESTIVOS DAS MULHERES POR OCASIÃO DAS BOAS-VINDAS

É coisa quase incrível e de envergonhar os que consideram as leis divinas e humanas como simples meios de satisfazer sua índole corrupta, que os selvagens, guiados apenas pelo seu natural, vivam com tanta paz e sossego. É evidente que me refiro a cada nação de por si ou às que vivem como aliadas, pois aos inimigos já sabemos como tratam.

Se acontece brigarem dois indivíduos (o que é tão raro que durante a minha permanência de quase um ano entre eles só me foi dado presenciar duas vezes) não procuram os outros separá-los ou apaziguá-los; deixam-nos até furarem os olhos mutuamente sem dar palavra. Entretanto se um deles é ferido prendem o ofensor, que recebe dos parentes próximos do ofendido ofensa igual e no mesmo lugar do corpo; e ocorrendo morrer a vítima, os parentes do defunto tiram a vida ao assassino. Em resumo, é vida por vida, olho por olho, dente por dente etc. É verdade que isso sucede muito raramente entre os selvagens, como já ficou dito.

Consistem os imóveis deste povo em choças e terras excelentes muito mais amplas do que as necessárias à sua subsistência. Em algumas aldeias moram, na mesma casa, de quinhentas a seiscentas pessoas e não raro mais; em verdade cada família, composta de marido, mulher e filhos, ocupa lugar especial, embora as casas, que têm em geral mais de sessenta passos de comprimento, não possuam tabiques de separação que impeçam verem-se uns aos outros. A propósito cabe dizer (coisa estranha nesse povo) que os brasileiros não se demoram em geral mais de cinco a seis meses no mesmo lugar. Carregam grossos pedaços de madeira e grandes palmas de pindoba para a construção e cobertura de suas casas e mudam as aldeias sem lhes mudarem os nomes o que faz que às vezes os encontramos a um quarto de légua ou mesmo meia légua de distância do lugar em que antes habitavam. Como seus tabernáculos são de fácil transporte, não precisam naturalmente de palácios altaneiros, como dizem que os têm os índios do Peru, bem edificados com salas de cento e cinqüenta passos de comprimento e oitenta de largura. E não há tupinambá que comece um edifício que não possa terminar, fazer e refazer vinte vezes na vida se porventura chegar à idade viril. E se lhes perguntarmos por que mudam tão frenqüentemente, respondem apenas que passam melhor trocando de ares e que se fizessem o contrário de seus avós morriam depressa.

No que diz respeito à propriedade das terras e campos, cada chefe de família escolhe em verdade algumas jeiras onde lhe apraz, a fim de fazer suas roças e plantar mandioca e outras raízes, mas quanto a heranças e pleitos divisórios deixam aos herdeiros avarentos e demandistas cá da Europa tais cuidados. (...)

Os nossos tupinambás recebem com muita cordialidade os estrangeiros que os vão visitar; como estes porém não lhes entendem a língua ficam a princípio meio esquerdos entre eles. Visitei esses selvagens pela primeira vez três semanas depois de nossa chegada à ilha de Villegagnon e fui em companhia de um intérprete a três ou quatro aldeias do Continente. Visitamos em primeiro lugar a aldeia de *Jaburací* chamada pelos franceses *Pépin* por causa de um navio que ali carregara outrora e cujo mestre tinha esse nome. Essa aldeia distava apenas duas léguas de nossa fortaleza e quando ali entrei vi-me logo rodeado por inúmeros selvagens que me perguntavam: — *Marapê-dererê, marapê-dererê,* isto é, "como te chamas?" Mas eu entendia isso como entendo grego e fiquei na mesma. Um deles tomou então o meu chapéu e o pôs na cabeça; outro pegou na minha espada e cinto e os cingiu; outro tirou-me o casaco e o vestiu; e todos me aturdiam com seus gritos enquanto corriam pela aldeia com os meus trajes e no meio dessa confusão eu já nem sabia onde me encontrava. Meu enleio provinha entretanto de ignorar que assim fazem com todos os estrangeiros, o que pude verificar posteriormente, sobretudo com aqueles a que nunca viram. Mas depois de se divertirem bastante com os objetos alheios eles os restituem a seus donos. (...)

São as seguintes as cerimônias que os tupinambás observam ao receber seus amigos. Apenas chega o viajante à casa do *mussucá* a quem escolheu para hospedeiro senta-se numa rede e permanece algum tempo sem dizer palavra. É costume escolher o visitante um amigo em cada aldeia e para a sua casa deve dirigir-se sob pena de descontentá-lo. Em seguida reúnem-se as mulheres em torno da rede e acocoradas no chão põem as mãos nos olhos e pranteiam as boas-vindas ao hóspede dizendo mil coisas em seu louvor como por exemplo: "Tiveste tanto trabalho em vir ver-nos. És bom. És valente." — Se o estrangeiro é francês ou europeu acrescentam: — "Trouxestes coisas muito bonitas que não temos em nossa terra." Para responder deve o recém-chegado mostrar-se choroso também; se não quer fazê-lo de verdade deve, pelo menos fingi-lo com profundos suspiros como me foi dado observar de alguns de nossa nação que com muito jeito imitavam a lamúria dessas mulheres.

Terminada a primeira saudação festiva das mulheres americanas o *mussucá* que durante todo esse tempo permaneceu sossegado num canto da casa a fazer flechas, dirá sem parecer avistar-nos (costume bem diverso dos nossos, cheios de mesuras, abraços, beijos e apertos de mão): — *Erêjubê* isto é, "vieste, como estás, que desejas etc". A isto se responderá de acordo com o colóquio formulado em língua brasílica e que se encontra no capítulo XX.

Depois disso o *mussucá* perguntará se queremos comer. Se respondermos afirmativamente, mandará depressa aprontar e trazer numa bonita vasilha de barro um pouco de farinha que comem, veações, aves, peixes, e outros manjares; como, porém, os selvagens não têm mesas nem bancos e nem cadeiras, servem-no no chão raso. Quanto à bebida, dão-nos *cauim* que costumam ter preparado. (...)

Voltemos porém aos nossos selvagens. Depois de comer, beber e repousar ou dormir em suas casas, o hóspede bem intencionado deve dar aos homens facas ou tesouras, ou pinças de arrancar barba. Às mulheres dará pentes e espelhos, e aos meninos anzóis. E se desejar negociar víveres ou outros objetos perguntará quanto querem por eles e, entregue o valor convencionado, poderá levar a mercadoria.

Não havendo cavalos nem asnos ou outros animais de carga nesse país, o transporte se faz em geral a pé e se o viajante se sente cansado basta acenar com uma faca para que os selvagens se ofereçam como carregadores. Quando eu viajava na América havia selvagens que chegavam a nos carregar aos ombros a cavalo e nos transportar assim mais de uma légua sem descansar. E se apiedados, os convidávamos para um repouso, caçoavam de nós dizendo: — "Julgais então que somos mulheres ou tão covardes e fracos que não possamos aguentar o vosso peso?" Um deles que me trazia certa vez ao pescoço disse-me: "Eu vos carregaria um dia inteiro sem parar". Por isso montando essas cavalgaduras de dois pés nós as estimulávamos dizendo: "Vamos, vamos", e ríamos vendo-os fazer das tripas coração como diz o ditado.

Mostram os selvagens sua caridade natural presenteando-se diariamente uns aos outros com veações, peixes, frutas e outros bens do país; e prezam de tal forma essa virtude que morreriam de vergonha se vissem o vizinho sofrer falta do que possuem; e com a mesma liberalidade tratam os seus aliados.

Certa ocasião em que eu e dois franceses pensamos ser devorados por um enorme e medonho lagarto (ver capítulo X), andamos perdidos por espaço de dois dias e duas noites e sofremos muita fome, indo ter finalmente a uma aldeia chamada *Panô,* onde outrora havíamos estado e onde fomos recebidos pelos selvagens com grande carinho. Ouviram-nos com toda a atenção contarmos as nossas aventuras e o perigo por que havíamos passado não só de ser devorados pelos animais ferozes mas ainda agarrados e comidos pelos margaiá de cujas terras, sem querer, nos havíamos bastante aproximado. Vendo-nos horrivelmente arranhados de espinhos demonstraram-nos grande compaixão, bem diferentes entre esses pretensos bárbaros da piedade formalística usada entre nós pelos que, para consolação dos aflitos, têm apenas palavras vãs. Trouxeram-nos água fresca e começaram (o que nos lembrou os costumes dos antigos) por lavar-nos os pés e as pernas. Mandaram-nos trazer comida e determinaram às mulheres que me fizessem um bolo de farinha mole, que eu gostava de comer, porque se assemelhava ao miolo de pão branco quente. Serviram-nos então boa carne de caça e de pesca e saborosas frutas que possuem sempre em abundância.

À tardinha nosso velho hospedeiro mandou que se afastassem de nós os meninos a fim de que repousássemos à vontade. E no dia seguinte pela manhã disse-nos: "Então, *Antonô assat",* quer dizer, bons aliados "dormistes bem esta noite?" E ante a nossa resposta afirmativa acrescentou: "Descançai ainda, meus filhos, pois bem vi ontem à tarde que estáveis exaustos".

É difícil contar tudo o que fizeram esses selvagens para nos servir; pode-se dizer, em suma, que fizeram então o que São Lucas, nos atos dos Apóstolos, diz terem os bárbaros da Ilha de Malta feito com São Paulo e seus companheiros escapos do naufrágio. (...)"

Claude d'Abbeville. *Gênio e Temperamento* (1614)

Após a expulsão dos franceses da baía do Rio de Janeiro, em meados do século XVI, esses continuaram freqüentando pontos da costa, especialmente em Cabo Frio, Sergipe e Paraíba, onde fizeram novas tentativas de estabelecimento. Todos esses intentos de colonização, que contavam com o apoio da maioria dos grupos indígenas, que, assim, tentavam escapar à hostilidade dos portugueses, também fracassaram antes do término do século XVI. Nos primeiros anos do século XVII, franceses, ingleses, holandeses e espanhóis competiam com os portugueses pela posse e exploração dos territórios que se dispunham da região da foz do Amazonas às Guianas. Um dos empreendimentos desse período foi a colônia da *France Equinoxialle,* estabelecida na baía de São Luís, por La Ravardière, na segunda década do século XVII. Através da aliança com grupos indígenas regionais, alicia-

dos pelo trabalho persistente de *truchements* que viviam há anos entre eles, foi possível estender a influência francesa à costa e aos rios que compunham o complexo da foz do Amazonas. Os portugueses, já então sob o domínio da Espanha, no período de 1580-1640, desenvolveram uma luta tenaz contra os franceses e seus aliados indígenas, que culminou na batalha de Guaxenduba. Aí os franceses foram derrotados, abandonando a colônia americana por volta de 1615. A colônia francesa da *France Equinoxialle* mobilizou o apoio de uma missão de frades capuchinhos que se encarregara da assistência aos colonos e da catequese dos índios. Alguns desses missionários deixaram informações de importância sobre a região e seus habitantes indígenas, através de cartas, relatórios e, principalmente, de dois livros de importância invulgar para a história e a etnologia brasileiras. Trata-se das obras de Claude d'Abbeville e de Yves d'Evreux, este último já referido anteriormente.

O que há de distintivo nas obras de Abbeville e Evreux é o fato de que são, provavelmente, os últimos registros do período colonial em que os índios, suas instituições, costumes e sua visão do mundo são matéria capaz de despertar o interesse intelectual e a simpatia dos observadores. Mesmo um missionário da qualidade intelectual e ética do jesuíta Antônio Vieira, que esteve nessa mesma região em meados do século XVII, deixa de preocupar-se com os traços distintivos da cultura indígena, tratando-os como mera categoria da situação colonial, assinaláveis somente pela marginalidade e a opressão de que são vítimas. Os índios, para Abbeville e Evreux, são povos distintos, com uma fisionomia singular, em que há muito de admirável a despeito de sua barbárie e impiedade.

* Claude d'Abbeville, *Histoire de la Mission des Pères Capucins en l'Isle de Maragnan et terres circonvoisines...* , Paris, Imprimérie de François Huby, 1614, 384p. (1ª ed.). A edição utilizada é a *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*, São Paulo, Martins, 1945. 243-250.

"GÊNIO E TEMPERAMENTO DOS MARANHENSES

(...) Os habitantes da Líbia são diferentes dos da Cítia, e a temperatura fria e rude do norte torna os homens rústicos e tardios ao passo que o clima quente e leve do sul os faz sutis, espirituosos e amáveis. Isso explica porque os maranhenses, que vivem em clima tão temperado, tenham excelente gênio e tão viva inteligência.

Não pretendo elevá-los acima dos espíritos cultos e civilizados, nem compará-los aos que se poliram na prática das virtudes e das ciências. Limito-me a falar de seu gênio e temperamento naturais e como de indivíduos que sempre foram pagãos, bárbaros e cruéis para com seus inimigos, hostis a Deus, filhos do diabo, escravos de suas paixões; indivíduos que nunca foram governados nem educados e que tudo ignoram da ciência e da virtude e mesmo da existência de Deus.

Em verdade, imaginava eu que iria encontrar verdadeiros animais ferozes, homens selvagens e rudes; enganei-me, porém, totalmente. No que diz respeito aos sentidos naturais, tanto internos como externos, jamais achei ninguém, indivíduo ou nação que os superasse.

Além de extremamente sóbrios e longevos, são vivos na proporção de sua excelente constituição natural, principalmente quanto aos sentidos exteriores.

Têm o olfato tão perfeito que, como um cão (à exceção da bondade), reconhecem a pista de um inimigo e discernem duas pessoas de nações diferentes.

Durante a nossa viagem de regresso, os índios que traziamos conosco muito antes de qualquer tripulante percebiam os navios no horizonte graças à sua vista maravilhosa. E quando os mais hábeis marujos pensavam ter descoberto terra trepados no alto do grande mastro, os índios sem sair do tombadilho facilmente verificavam não se tratar de terra, porém de acidentes de horizonte ou de simples nuvens escuras. E assim tendo os marujos se enganado várias vezes, apesar de sua experiência, zombaram deles os índios dizendo: *caraíbes osapucai tenhe terre, terre euvac con assupinhé*, isto é, "esses franceses gritam *terra terra* e no entanto não é terra, mas somente céu preto".

Em verdade foram os primeiros a descobrir a terra por ocasião de nossa chegada, e muito antes que qualquer um de nós a pudesse ver, e embora muitos na nossa tripulação tivessem excelente vista. Assim como a vista têm eles os outros sentidos do ouvido, do paladar e do tato. (...)

No entanto esses maranhenses, embora permaneçam perpetuamente no ócio, quero dizer, não tenham leitura, nem estudos, nem educação de espécie alguma, conservam um espírito e um julgamento natural tão bons quanto possíveis.

São extremamente discretos, muito compreensivos a tudo o que se deseja explicar-lhes, capazes de conceber com rapidez tudo o que lhes ensinam; e mostram-se muito ansiosos por aprender e muito aptos a imitar tudo o que vêem fazer.

São tão serenos e calmos que escutam atentamente tudo o que lhes dizem, sem jamais interromper os discursos. Nunca perturbam o discursador, nem procuram falar quando alguém está com a palavra. Escutam-se uns aos outros e jamais discorrem confusamente ou ao mesmo tempo que outros.

São grandes discursadores e mostram grande prazer em falar. Fazem-no às vezes durante duas a três horas seguidas, sem hesitações, revelan-

do-se muito hábeis em deduzir dos argumentos que lhes apresentam as necessárias conseqüências.

São bons raciocinadores e só se deixam levar pela razão e jamais sem conhecimento de causa. Estudam tudo o que dizem e suas censuras são sempre baseadas na razão. Por isso mesmo querem que lhes retribuam na mesma moeda.

Consideram-se alguns extremamente obstinados; outros dizem que eles são inconstantes, volúveis. Na verdade são inconstantes se deixar-se conduzir unicamente pela razão pode ser chamado inconstância; mas são dóceis aos argumentos razoáveis e pela razão faz-se deles o que se quer. Não são volúveis, ao contrário, são razoáveis e em nada obstinados. Se se obstinam e se mostram firmes nas suas opiniões é porque sabem ter razão. Isso é constância. E se suas resoluções parecem absurdas é porque não souberam mostrar-lhes o razoável, ou houve mal entendido, ou falta de confiança nos que não conhecem.

Quantos cristãos não há que, apesar dos conselhos e das provas, se recusam a abandonar seus antigos costumes e suas tradições diabólicas prejudiciais à salvação de suas almas? Isso é obstinação. A prova de que os maranhenses não são nem demasiado crédulos, nem obstinados, está na maneira porque abandonaram seu velho costume de arrancar os pelos da barba, furar o lábio, pintar o corpo, etc. Entretanto não fizemos nenhuma pressão nesse sentido e mal os importunamos a esse respeito, porquanto tal costume era indiferente à crença e não nos impedia de batizá-los. (...)

Na realidade é esse um povo que não quer ser guiado pela força, mas sim pela doçura e pela razão.

São muito engenhosos e ativos na fabricação de tudo o que precisam para a caça, a pesca ou a guerra. São capazes de mil invenções para enfeitar seus arcos, suas flechas, seus ornatos de penas; sabem fazer os instrumentos de que se servem habitualmente. Poucos entre eles desconhecem a maioria dos astros e estrelas de seu hemisfério; chamam-nos todos por seus nomes próprios, inventados pelos seus antepassados. Ao céu dão o nome de *Eivac,* ao sol de *coaraci,* à lua de *Jaceí.* Às estrelas chamam de um modo geral *jaceí-tatá.* Entre as que conhecem particularmente há uma que denominam *Simbiare rajeiboare,* isto é, maxilar. Trata-se de uma constelação que tem a forma dos maxilares de um cavalo ou de uma vaca. Anuncia a chuva. Há outra a que chamam *urubu,* a qual, dizem, tem a forma de um coração e aparece no tempo das chuvas. A outra dão o nome de *seichujurá.* É uma constelação de nove estrelas dispostas em forma de grelha e anuncia a chuva. Temos entre nós a *"Poussinière"* que muito bem conhecem e que denominam *seichu.* Começa a ser vista, em seu hemisfério, em meados de janeiro, e mal a enxergam afirmam que as chuvas vão chegar, como chegam efetivamente pouco depois. Há uma estrela a que chamam *tingaçu* e que é mensageira da precedente, aparecendo no horizonte quase sempre quinze dias antes. A outra, que surge também antes das chuvas, dão o nome de *suanrã.* É uma grande estrela maravilhosamente clara e brilhante. Existe por outro lado uma constelação de várias estrelas que denominam *uènhomuã,* isto é , lagostim; aparece ao terminarem as chuvas.

A certa estrela chamam os índios *januare,* cão. É muito vermelha e acompanha a lua de perto. Dizem, ao verem a lua deitar-se que a estrela late ao seu encalço como um cão, para devorá-la. Quando a lua permanece muito tempo escondida durante o tempo das chuvas, acontece surgir vermelha como sangue da primeira vez que se mostra. Afirmam então os índios que é por causa da estrela *januare* que a persegue para devorá-la. Todos os homens pegam então seus bastões e voltam-se para a lua batendo no chão com todas as forças e gritando, *eicobé cheramoin goé, goé, goé; eicobé cheramoin goé,* "au, au, au, boa saúde meu avô, au, au, au, boa saúde meu avô". Entrementes as mulheres e as crianças gritam e gemem e rolam por terra batendo com as mãos e a cabeça no chão.

Desejando conhecer o motivo dessa loucura e diabólica superstição vim a saber que pensam morrer quando vêem a lua assim sanguinolenta após as chuvas. Os homens batem então no chão em sinal de alegria porque vão morrer e encontrar o avô a quem desejam boa saúde, por estas palavras: *eicobé cheramoin goé, goé, goé; eicobé, cheramoin goé, au, au, au, boa saúde, meu avô, boa saúde.* As mulheres, porém, têm medo da morte e por isso gritam, choram e se lamentam. (...)

Conhecem muitos simples, frutos, raízes, resinas, óleos, pedras e minerais de que compreendem as propriedades, algumas raras; e também sabem de muitos remédios que empregam em suas enfermidades.

Recordam-se os velhos de fatos passados a cento e vinte, cento e quarenta e cento e sessenta anos, e às vezes mais, e contam com minúcias os empreendimentos, os estratagemas e outras particularidades do passado, quer para animar os seus a fazerem a guerra contra os inimigos, quer para divertir os próprios amigos. Têm naturalmente uma memória feliz e quanto mais altamente colocados mais magnânimos desejam mostrar-se.

São muito corajosos, principalmente quando se trata de exterminar o inimigo; a crueldade e a raiva os leva então a comê-lo. Felizmente não são irritadiços com os de sua própria nação, nem com os amigos; pelo contrário, mostram-se moderados, pacatos e dóceis. Mas, quando ofendidos, são vingativos. Não têm inveja do bem que se faz aos companheiros, à condição de que se lhes faça o mesmo. Não se aborrecem com os feitos guerreiros de outras aldeias, porém cheios de estímulo procuram imitá-las ou ultrapassá-las.

São espíritos peculiares da região solar, maravilhosamente bem organizados, de um bom gênio e de um bom temperamento; porém acham-se tão longe do sol da justiça, nosso Salvador, quanto até hoje têm sido pobres, miseráveis, bárbaros, selvagens e pagãos como se verá no capítulo seguinte, em que trato de suas crenças e religião."

Michel de Montaigne. *Ensaios sobre os bárbaros canibais* (1572)

Gilbert Chinard (1) diz que não há uma só idéia importante de seu tempo que Montaigne não tenha discutido e exposto em seus *Ensaios*. Entre os temas de eleição está, naturalmente, o descobrimento da América, sua natureza e povos exóticos e as relações estabelecidas com os colonizadores europeus. Sabe-se que Montaigne teve acesso a obras fundamentais sobre a América, como a *Historia General de las Indias Occidentales*, de Lopez de Gômara, traduzida para o francês em 1584, e as *Cosmographies* de Belleforest e de André Thevet, ambas de 1575. Mais que a estes textos clássicos, entretanto, devia Montaigne sua informação da América aos dados de primeira mão aportados pelos *truchements*, ou intérpretes, que acompanharam as várias expedições francesas ao novo mundo, particularmente ao Brasil. Chinard compara textos de Montaigne e de Léry para mostrar que, embora não cite formalmente a Léry, parece forçoso atribuir ao pastor calvinista muitas informações constantes dos *Ensaios*. O mesmo, com mais segurança, deve ser dito em relação a Girolamo Benzoni (2), que Montaigne conheceu através da tradução francesa de Chauveton, que ele utiliza com freqüência.

O que parece certo, nos capítulos em que mais demoradamente Montaigne considera a natureza e os hábitos dos indígenas brasileiros, é sua tentativa de entendê-los sem os preconceitos nem os interesses coloniais que convertiam, inevitavelmente, essas relações num sistema de dominação e de espoliação. No ensaio *Dos Canibais*, ele convida os leitores a desfazer-se de seus preconceitos para escutar a voz de nossa "grande e poderosa mãe natureza". Ao analisar os hábitos alimentares dos índios brasileiros e, inclusive, seus ritos antropofágicos, Montaigne conclui que nada há de selvagem ou bárbaro nessa nação, senão que "cada qual considera bárbaro o que não se pratica em sua terra" e pondera que esses índios "são ainda próximos de sua inocência original". Acredita que Platão e Licurgo teriam muito que pensar sobre seus modos de viver e que o autor de *A República* seria um interlocutor próprio para discutir os modos de viver desses canibais:

"(...) É um país, diria eu a Platão, onde não há comércio de qualquer natureza, nem literatura, nem matemáticas; onde não se conhece sequer de nome um magistrado; onde não existe hierarquia política, nem domesticidade, nem ricos e pobres. Contratos, sucessão, partilhas aí são desconhecidos (...) a agricultura, o trabalho dos metais aí se ignoram; não usam vinho nem trigo; as próprias palavras que exprimem a mentira, a traição, a dissimulação, a avareza, a inveja, a calúnia, o perdão, só excepcionalmente se ouvem. (...)" (MONTAIGNE, 1980: 102)

Mas Montaigne não se contenta em saber dos índios por ouvir dizer, e tem um longo contato pessoal com um grupo de nativos levados a Ruão para uma demonstração em honra do rei Carlos IX. O espanto dos índios em verem os franceses, homens adultos e fortes, governados por uma criança e, mais que isso, em perceberem a extrema miséria do povo, suportada passivamente, em contraste com a riqueza dos nobres, tudo isso e muito mais está registrado no ensaio *Dos Canibais*.

* Michel de Montaigne, "Dos Canibais". A primeira edição dos *Essais* apareceu em 1580, em Bordeaux, pela editora Simon Millanges. A edição utilizada é a de *Ensaios*, São Paulo, Abril Cultural (Coleção Os Pensadores), 1980: 100-106.

"DOS CANIBAIS

(...) Durante muito tempo tive a meu lado um homem que permanecera dez ou doze anos nessa parte do Novo Mundo descoberto neste século, no lugar em que tomou pé Villegaignon e a que deu o nome de "França Antártica". Essa descoberta de um imenso país parece de grande alcance e presta-se a sérias reflexões. Tantos personagens eminentes se enganaram acerca desse descobrimento que não saberei

(1) CHINARD, 1911.

(2) *La Historia del Mondo Nuovo*, Veneza, 1572.

dizer se o futuro nos reserva outros de igual importância. Seja como for, receio que tenhamos os olhos maiores do que a barriga, mais curiosidade do que meios de ação. Tudo abraçamos mas não apertamos senão vento. (...)

O homem que tinha a meu serviço, e que voltava do Novo Mundo, era simples e grosseiro de espírito, o que dá mais valor a seu testemunho. As pessoas dotadas de finura observam melhor e com mais cuidado as coisas, mas comentam o que vêem e, a fim de valorizar sua interpretação e persuadir, não podem deixar de alterar um pouco a verdade. Nunca relatam pura e simplesmente o que viram, e para dar crédito à sua maneira de apreciar, deformam e ampliam os fatos. A informação objetiva nós a temos das pessoas muito escrupulosas ou muito simples, que não tenham imaginação para inventar e justificar suas invenções e igualmente que não sejam sectárias. (...)

Mas, voltando ao assunto, não vejo nada de bárbaro ou selvagem no que dizem daqueles povos; e, na verdade, cada qual considera bárbaro o que não se pratica em sua terra. E é natural, porque só podemos julgar da verdade e da razão de ser das coisas pelo exemplo e pela idéia dos usos e costumes do país em que vivemos. Neste a religião é sempre a melhor, a administração excelente, e tudo o mais perfeito. A essa gente chamamos selvagens como denominamos selvagens os frutos que a natureza produz sem intervenção do homem. No entanto aos outros, àqueles que alteramos por processos de cultura e cujo desenvolvimento natural modificamos, é que deveríamos aplicar o epíteto. As qualidades e propriedades dos primeiros são vivas, vigorosas, autênticas, úteis e naturais; não fazemos senão abastardá-las nos outros a fim de melhor as adaptar a nosso gosto corrompido. Entretanto, em certas espécies de frutos dessas regiões, achamos um sabor e uma delicadeza sem par e que os torna dignos de rivalizar com os nossos. Não há razão para que a arte sobrepuje em suas obras a natureza, nossa grande e poderosa mãe. (...) Todas as coisas, disse Platão, produzem-nas a natureza ou o acaso, ou a arte. As mais belas e grandes são frutos das duas primeiras causas; as menores e mais imperfeitas da última.

Esses povos não me parecem, pois, merecer o qualificativo de selvagens somente por não terem sido senão muito pouco modificados pela ingerência do espírito humano e não haverem quase nada perdido de sua simplicidade primitiva. As leis da natureza, não ainda pervertidas pela imisção dos nossos, regem-nos até agora e mantiveram-se tão puras que lamento por vezes não as tenha o nosso mundo conhecido antes, quando havia homens capazes de apreciá-las. Lamento que Licurgo e Platão não tenham ouvido falar delas, pois sou de opinião que o que vemos praticarem esses povos, não somente ultrapassa as magníficas descrições que nos deu a poesia da idade de ouro, e tudo o que imaginou como suscetível de realizar a felicidade perfeita sobre a terra, mas também as concepções e aspirações da filosofia. Ninguém concebeu jamais uma simplicidade natural elevada a tal grau, nem ninguém jamais acreditou pudesse a sociedade subsistir com tão poucos artifícios. É um país, diria eu a Platão, onde não há comércio de qualquer natureza, nem literatura, nem matemáticas; onde não se conhece sequer de nome um magistrado; onde não existe hierarquia política, nem domesticidade, nem ricos e pobres. Contratos, sucessão, partilhas aí são desconhecidos; em matéria de trabalho só sabem da ociosidade: o respeito aos parentes é o mesmo que dedicam a todos; o vestuário, a agricultura, o trabalho dos metais aí se ignoram; não usam vinho nem trigo; as próprias palavras que exprimem a mentira, a traição, a dissimulação, a avareza, a inveja, a calúnia, o perdão, só excepcionalmente se ouvem. Quanto a República que imaginava lhe pareceria longe de tamanha perfeição! "São homens que saem das mãos dos deuses". "Como essas, foram as primeiras leis da natureza"

A região em que esses povos habitam é de resto muito agradável. O clima é temperado a ponto de, segundo minhas testemunhas, raramente se encontrar um enfermo. Afirmaram mesmo nunca terem visto algum epiléptico, remeloso, desdentado ou curvado pela idade. A região estende-se à beira-mar e é limitada do lado da terra por platôs e altas montanhas, a cerca de cem léguas, o que representa a profundidade de seus territórios. Têm peixe e carne em abundância, e de excelente qualidade, contentando-se com os grelhar para os comer. O primeiro indivíduo que viram a cavalo inspirou-lhes tal pavor que embora já houvessem estado com ele de outras feitas, o mataram a flechadas e só então o reconheceram. Suas residências constituem-se de barracões com capacidade para duzentas a trezentas pessoas, e são edificadas com troncos e galhos de grandes árvores enfiados no solo e se apoiando uns nos outros na cumeada, à semelhança de certos celeiros nossos cujos tetos descem até o chão fechando os lados. Possuem madeiras tão duras que com elas fabricam espadas e espetos para grelhar os alimentos. Seus leitos, formados de cordilhas de algodão, suspendem-se ao teto, como nos nossos navios. Cada qual tem o seu, dormindo as mulheres separadas dos maridos. Levantam-se com o sol e logo merendam, não fazendo outra refeição durante o resto do dia. Não bebem ao se alimentarem, agindo nesse ponto, segundo Suidas, como outros povos. Fora das refeições, bebem quanto e quando querem. Sua bebida extrai-se de certa raiz; tem a cor de nossos claretes e só a tomam morna. Conserva-se apenas dois ou três dias, com um gosto algo picante, sem espuma. É digestiva e laxativa para os que não estão acostumados e muito agradável para quem se habitua a ela. Em lugar de pão, comem uma substância branca parecida com o coentro cozido. Experimentei, é doce e algo insosso. Passam o dia a dançar; os jovens vão à caça de animais grandes contra os quais empregam o arco unicamente. Enquanto isso, uma parte das mulheres diverte-se com preparar a bebida, o que constitui sua principal ocupação.

Todas as manhãs, antes que iniciem a refeição, um ancião percorre o barracão, que tem bem cem passos de comprimento, e prega aos ocupantes sem cessar as mesmas coisas: valentia diante do inimigo e amizade a suas mulheres. E nunca esquecem, ao fazer esta última recomendação, de lhes lembrar que são elas que fabricam a bebida e a conservam morna. Podem ver-se em muitos lugares, em particular em minha casa, esses leitos, cordas, espadas, pulseiras de madeira que lhes protegem o pulso no combate, e longos caniços furados de um lado que tocam para ritmar suas danças. Cortam os pêlos todos e se escanhoam melhor do que nós, usando apenas navalhas de madeira ou pedra. Acreditam na imortalidade da alma. As que mereceram aprovação dos deuses alojam-se no céu do lado do nascente; as amaldiçoadas do lado do poente.

Têm não sei que tipos de sacerdotes ou profetas que aparecem raramente e moram nas montanhas. Quando surgem, há grandes festas e realiza-se uma assembléia solene a que se apresentam todas as aldeias. Cada uma das habitações a que me referi forma uma aldeia e distam uma da outra cerca de uma légua de França. O profeta fala-lhes em público, exortando-os à virtude, e ao dever. Sua moral resume-se em dois pontos: valentia na guerra e afeição por suas mulheres. Prediz também o futuro e o que devem esperar de seus empreendimentos, incitando à guerra ou a desaconselhando. Mas importa que diga certo, pois do contrário, se o pegam, é condenado como falso profeta e esquartejado. Por isso não se revê jamais quem uma vez errou. Adivinhar é dom de Deus, enganar é uma impostura merecedora de castigo. Entre os citas, por exemplo, quando os adivinhos se enganavam em suas previsões, jogavam-nos, pés e mãos algemados, dentro de um carro de boi cheio de gravetos a que deitavam fogo. Os que têm a seu cargo dirigir os fatos cometidos à sagacidade humana, são desculpáveis se recorrerem a todos os meios a seu alcance. Mas não devem ser punidos os outros, pela sua impostura, os que nos iludem apresentando-se como donos de uma faculdade extraordinária e fora do nosso conhecimento?

Esses povos guerreiam os que se encontram além das montanhas, na terra firme. Fazem-no inteiramente nus, tendo como armas apenas seus arcos e suas espadas de madeira, pontiagudas como as nossas lanças. E é admirável a resolução com que agem nesses combates que sempre terminam com efusão de sangue e mortes, pois ignoram a fuga e o medo. Como troféu, traz cada qual a cabeça do inimigo trucidado, a qual penduram à entrada de suas residências. Quanto aos prisioneiros, guardam-nos durante algum tempo, tratando-os bem e fornecendo-lhes tudo de que precisam até o dia em que resolvem acabar com eles. Aquele a quem pertence o prisioneiro convoca todos os seus amigos. No momento propício amarra a um dos braços da vítima uma corda cuja outra extremidade ele segura nas mãos, o mesmo fazendo com o outro braço que fica entregue a seu melhor amigo, de modo a manter o condenado afastado de alguns passos e incapaz de reação. Isso feito, ambos o moem de bordoadas às vistas da assistência, assando-o em seguida, comendo-o e presenteando os amigos ausentes com pedaços da vítima. Não o fazem entretanto para se alimentarem, como o faziam os antigos citas, mas sim em sinal de vingança, e a prova está em que, tendo visto os portugueses, aliados de seus inimigos, empregarem para com eles, quando os aprisionavam, outro gênero de morte, que consistia em enterrá-los até a cintura, crivando de flechas a parte fora da terra e enforcando-os depois, imaginaram que essa gente da mesma origem daqueles seus vizinhos que haviam espalhado o conhecimento de tantos vícios, que essa gente, muito superior a eles no mal, não devia ter escolhido sem razão um tal processo de vingança, o qual por isso adotaram, porque o acreditavam mais cruel, e abandonaram seu sistema tradicional.

Não me parece excessivo julgar bárbaros tais atos de crueldade, mas que o fato de condenar tais defeitos não nos leve à cegueira acerca dos nossos. Estimo que é mais bárbaro comer um homem vivo do que o comer depois de morto; e é pior esquartejar um homem entre suplícios e tormentos e o queimar aos poucos, ou entregá-lo a cães e porcos, a pretexto de devoção e fé, como não somente o lemos, mas vimos ocorrer entre vizinhos nossos conterrâneos; e isso em verdade é bem mais grave do que assar e comer um homem previamente executado. (...)

Voltemos à nossa história. Com tudo isso que lhes fazem, não conseguem nem de longe que os prisioneiros cedam; ao contrário, durante os dois ou três meses que permanecem presos, afetam alegria e incitam seus senhores a se apressarem a submetê-los às provações com que os ameaçam. Desafiam-nos e os injuriam, censurando-lhes a covardia e lhes recordando os combates que perderam em outras ocasiões. Tenho em meu poder o canto de um desses prisioneiros. Eis o que diz: "Que se aproximem todos com coragem e se juntem para comê-lo; em o fazendo comerão seus pais e seus avós que já serviram de alimento a ele próprio e deles seu corpo se constituiu. Estes músculos, esta carne, estas veias, diz-lhes, são vossas, pobres loucos. Não reconheceis a substância dos membros de vossos antepassados que no entanto ainda se encontram em mim? Saboreai-os atentamente, sentireis o gosto de vossa própria carne." Haverá algo bárbaro nesta composição? Os que lhes descrevem os suplícios e os representam no momento em que são esbordoados, pintam-nos cuspindo no rosto dos que os trucidam em meio a caretas. E, com efeito, até exalarem o último suspiro, não param de desafiar os inimigos tanto pelas atitudes como pelos propósitos. Por certo, em relação a nós são realmente selvagens, pois entre suas maneiras e as nossas há tão grande diferença que ou o são ou o somos nós.

Os homens têm várias mulheres, em tanto maior número quanto mais famosos e valentes. Particularidade que não carece de beleza, nesses lares o ciúme, que entre nós impele nossas esposas a impedir que busquemos a amizade e as boas graças de outras mulheres, entre eles as induz a arranjarem outras para seus maridos. A honra deste primando entre todas as demais considerações, põem elas todo o cuidado em ter o maior número possível de companheiras, pois esse número comprova a coragem do esposo. Entre nós falariam de milagre. Não se trata disso e sim da virtude matrimonial elevada ao máximo. (...) E não se imagine que se trate da observação servil de um costume, imposta pela autoridade dos costumes tradicionais, e que se aplique sem maior discussão, porquanto são os selvagens demasiado estúpidos para se rebelarem. Eis alguns traços que demonstram o contrário. Transcrevi aqui um de seus cantos guerreiros; pois tenho também uma canção de amor: "Serpente, pára; pára, serpente, a fim de que minha irmã copie as cores com que te enfeitas; a fim de que eu faça um colar para dar à minha amante; que tua beleza e tua elegância sejam sempre preferidas entre as das demais serpentes". É a primeira estrofe e o estribilho da canção, ora, eu conheço bastante a poesia para julgar que este produto de sua imaginação nada tem de bárbaro, antes me parece de espírito anacreôntico. Aliás a língua que falam não carece de doçura. Os sons são agradáveis e as desinências das palavras aproximam-se das gregas.

Três dentre eles (e como lastimo que se tenham deixado tentar pela novidade e trocado seu clima suave pelo nosso), ignorando quanto lhes custará de tranqüilidade e felicidade o conhecimento de nossos costumes corrompidos, e quão rápida será a sua perda, que suponho

já iniciada, estiveram em Ruão quando ali se encontrava Carlos IX. Entreteve-se o rei com eles, longamente; mostraram-lhes como vivíamos no cotidiano; ofereceram-lhes grandes festas; ensinaram-lhes como era uma cidade grande. Alguém lhes havendo perguntado mais tarde o que pensavam da cidade e o que ela lhes tinha revelado, citaram três coisas. Esqueci a terceira, e o lamento, mas lembro-me das duas outras. Disseram antes de tudo que lhes parecia estranho tão grande número de homens de alta estatura e barba na cara, robustos e armados e que se achavam junto do rei (provavelmente se referiam aos suíços da guarda) se sujeitassem em obedecer a uma criança e que fora mais natural se escolhessem um deles para o comando. Em segundo lugar observaram que há entre nós gente bem alimentada, gozando as comodidades da vida, enquanto metades de homens emagrecidos, esfaimados, miseráveis mendigam às portas dos outros (em sua linguagem metafórica a tais infelizes chamam "metades"); e acham extraordinário que essas metades de homens suportem tanta injustiça sem se revoltarem e incendiarem as casas dos demais.

Conversei longamente com um deles, mas meu intérprete compreendia tão mal e se mostrava tão embaraçado com as perguntas que, graças à sua estupidez, não pude obter algo mais sério de meu interlocutor. Tendo-lhe perguntado de onde provinha sua ascendência sobre os seus (era um chefe e nossos marinheiros o tratavam como rei), respondeu-me que tinha o privilégio de marchar à frente dos outros quando iam para a guerra. À minha pergunta: quantos homens o acompanhavam? mostrou um terreno como para dizer: o que cabia naquele espaço, cerca de cinco mil homens. Indaguei ainda se nas épocas de paz ele conservava alguma autoridade, e disse-me: "Quando visito as aldeias que dependem de mim, abrem-me caminhos no mato para que eu possa passar sem incômodo". Tudo isso é, em verdade, interessante, mas, que diabo, essa gente não usa calças!"

O MAU SELVAGEM

Jean de Léry. *Bravura e Honra*
(1578)

O texto de Léry, adiante transcrito, compreende excertos de dois capítulos da *Viagem à Terra do Brasil*: "Guerra, combate e bravura dos selvagens" e "Religião dos selvagens da América" (capítulos XIV e XVI). Nesses textos Léry fornece uma visão do que há de distintivo no comportamento dos índios Tupinambá quanto à guerra e às crenças religiosas, embora essas instituições já estivessem, nessa época, transformadas pela presença dos europeus, portugueses e franceses, que impuseram novas alianças e novos comportamentos aos hábitos nativos. Assim, a guerra deixa de ser uma questão local, motivada pela disputa de territórios e de prestígio e pela vindita, passando a ser uma questão de disputa armada pelo domínio colonial. Mesmo numa área de comportamento social tão conservadora quanto a religião, está presente o intento de transformação pela catequese cristã, disputada por missionários católicos e calvinistas. A comparação de Léry dos grandes feiticeiros indígenas ou caraíbas com os frades mendicantes, que, na Europa, passavam de um lugar a outro oferecendo relíquias de santos e outros objetos de idolatria, é característica do espírito da época, dilacerado por lutas infindáveis entre seitas cristãs. O que surpreende nesse texto de Léry é que, a despeito e além de seu comprometimento militante com o calvinismo, possa ter olhos para ver, com alguma objetividade, os elementos essenciais do comportamento coletivo Tupinambá em relação à guerra e à religião.

* Jean de Léry, *Histoire d'un voyage fait en la terre du Bresil, autrement dite Amerique*, La Rochelle, Antoine Chuppin (1ª edição), 1578 (424p.). A edição utilizada é *Viagem à Terra do Brasil*, São Paulo, Martins, 1960: 165-173 e 185-200.

" (...) Os nossos tupinambás tupiniquins seguem o costume de todos os selvagens que habitam esta quarta parte do mundo, que se estende por mais de duas mil léguas desde o estreito de Magalhães, a cinqüenta graus na direção do Pólo Ártico. Sustentam uma guerra sem tréguas contra várias nações desse país porém seus mais encarniçados inimigos são os indígenas chamados *margaiá* e os portugueses, a eles aliados e a que denominam *perós*. Do mesmo modo não se limitam os *margaiás* a retribuir-lhes esse sentimento, mas odeiam ainda os franceses, amigos dos tupinambás. Os selvagens se guerreiam não para conquistar países e terras uns aos outros, porquanto sobejam terras para todos; não

pretendem tampouco enriquecer-se com os despojos dos vencidos ou o resgate dos prisioneiros. Nada disso os move. Confessam eles próprios serem impelidos por outro motivo: o de vingar pais e amigos presos e comidos, no passado, do modo que contarei no capítulo seguinte. E são tão encarniçados uns contra os outros que quem cai no poder do inimigo não pode esperar remissão.

Declarada a guerra entre quaisquer dessas nações, alegam todos que ressentindo-se o inimigo eternamente da injúria seria absurdo deixar o preso escapar; o ódio entre eles é tão inveterado que se conservam perpetuamente irreconciliáveis. Donde nos parece possível concluir que Maquiavel e seus discípulos, de que a França por infelicidade anda cheia nestes tempos, não passam de imitadores desses bárbaros cruéis. Esses ateus ensinam, e praticam, contrariamente à doutrina cristã que os novos serviços nunca devem apagar as antigas injúrias. Os homens, insuflados naturalmente pelo diabo, não podem perdoar-se uns aos outros e eles bem o demonstram, revelando terem o coração mais falso e feroz que os próprios tigres.

Eis, conforme pude observar, o modo por que os tupinambás procedem para ir à guerra. Embora não tenham reis nem príncipes, e sejam iguais entre si, a natureza lhes ensinou o mesmo que os lacedemônios, isto é, que os velhos a quem chamam *peorerupiché*, em virtude da experiência, devem ser respeitados e obedecidos nas aldeias quando se oferece ocasião. Perambulando, ou sentados em suas redes, os velhos exortam os companheiros da seguinte maneira: "Nossos predecessores, dizem falando sem interrupção uns após outros, não só combateram valentemente mas ainda subjugaram, mataram e comeram muitos inimigos, deixando-nos assim honrosos exemplos; como pois podemos permanecer em nossas casas como fracos e covardes? Será preciso, para vergonha e confusão nossa, que os nossos inimigos venham buscar-nos em nosso lar, quando outrora a nossa nação era tão temida e respeitada das outras que a ela ninguém resistia? Deixará a nossa covardia que os *margaiá* os *pero-angaipá* que nada valem, invistam contra nós?"

Em seguida, o orador bate com as mãos nos ombros e nas nádegas e exclama: — *Erima, erima, tupinambá conomi-uassú, tã, tã* etc., o que quer dizer: "Não, não gente de minha nação, poderosos e rijos mancebos não é assim que devemos proceder; devemos ir procurar o inimigo ainda que morramos todos e sejamos devorados, mas vinguemos os nossos pais!"

Depois dessa arenga, que às vezes dura mais de seis horas, os ouvintes que ouvem com atenção e não perdem uma palavra, sentem-se animados, fazem das tripas coração e depois de percorrer trefegamente as aldeias congregam-se em grande número em lugar previamente designado.(...)

Em verdade penso que esses selvagens pouco diferem dos brutos e que no mundo não existem homens mais afastados de quaisquer idéias religiosas. Entretanto, ainda alguma luz atravessa as trevas de sua ignorância. Acreditam não só na imortalidade da alma, mas ainda que, depois da morte, as que viveram dentro das normas consideradas certas, que são as de matarem e comerem muitos inimigos, vão para além das altas montanhas dançar em lindos jardins com as almas de seus avós. Ao contrário as almas dos covardes vão ter com *Ainhã*, nome do diabo, que as atormenta sem cessar. Cumpre notar que essa pobre gente é afligida durante a vida por esse espírito maligno a que também chamam *Kaagerre*. Muitas vezes, como pude presenciar, sentindo-se atormentados, exclamavam subitamente enraivecidos: "Defendei-nos de Ainhan que nos espanca". E afirmavam que o viam realmente ou sob a forma de um quadrúpede, ou de uma ave ou de qualquer outra estranha figura. Admiravam-se muito quando lhes diziamos que não éramos atormentados pelo espírito maligno e que isso devíamos ao Deus de quem tanto lhes falávamos, pois, sendo muito mais forte do que *Ainhan*, lhe proibia fazer-nos mal. E acontecia que, sentindo-se amedrontados, prometiam crer em Deus. Mas passado o perigo zombavam do santo, como se diz no provérbio, e não se recordavam mais de suas promessas.

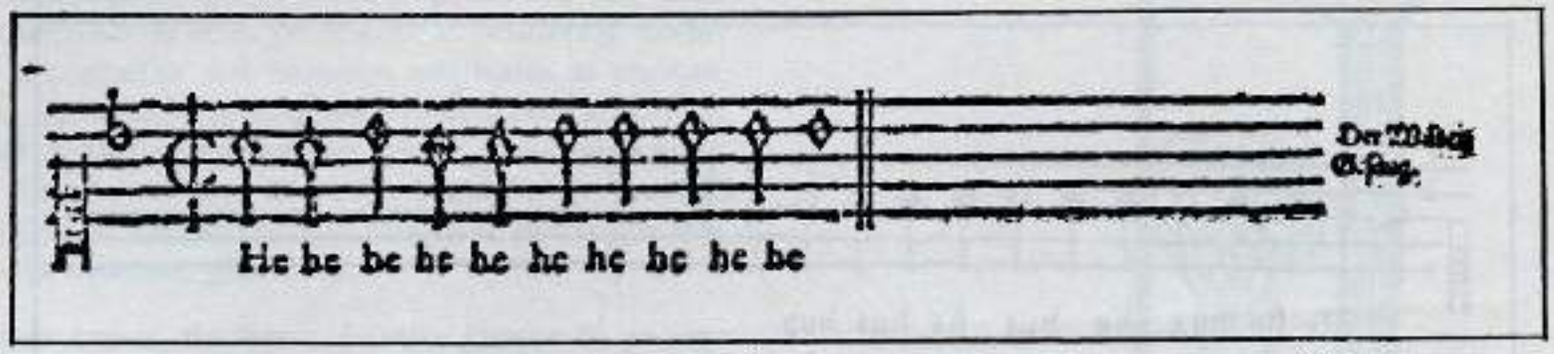
No entanto tal temor ao espírito maligno não era irrisório. Pude vê-los mais de uma vez apreensivos, batendo com as mãos nas coxas, aflitos e em suores. E nesses transes nos diziam: "*Mair atu-assap, acequeei Ainhan atupané*", o que vem a ser em nossa língua: "Francês, meu amigo, temo ao diabo mais do que tudo". E se lhes respondíamos: *Nacequeiei ainhan*, isto é, "nós não o tememos", deploravam sua sorte e retrucavam: "Seríamos tão felizes se fôssemos preservados do mal como vós". Replicávamos então: "É preciso que confieis, como nós, naquele que é mais forte e poderoso que *Ainhan*". Mas apesar de todas as suas promessas de nada valia a lição. Logo a esqueciam. (...)

Os selvagens admitem certos falsos profetas chamados *caraíbas* que andam de aldeia em aldeia como os tiradores de ladainhas e fazem crer não somente que se comunicam com os espíritos e assim dão força a quem lhes apraz, para vencer e suplantar os inimigos na guerra, mas ainda persuadem terem a virtude de fazer com que cresçam e engrossem as raízes e frutos da terra do Brasil. Certos intérpretes normandos, há muito residentes no país, disseram-me que os nossos tupinambás costumavam reunir-se com grande solenidade de três em três ou de quatro em quatro anos; achei-me por acaso em uma dessas reuniões e eis o que me foi dado observar.

Certa vez ao percorrermos o país, eu, outro francês chamado Tiago Rousseau e um intérprete, dormimos uma noite na aldeia de *Cotinã*; pela madrugada, ao retomarmos a marcha, vimos chegarem de todos os lados os selvagens das vizinhanças, os quais foram reunir-se em número de quinhentos a seiscentos numa grande praça. Paramos então e voltamos para saber o objetivo da assembléia; nisto os silvícolas se separaram subitamente em três bandos. Os homens recolheram-se a uma casa, as mulheres entraram noutra e as crianças numa terceira. Como vi dez ou doze caraíbas entre eles, suspeitei algum acontecimento extraordinário e convenci meus companheiros a permanecerem ali até averiguá-lo.

Antes de se separarem das mulheres e meninos, os caraíbas proibiram severamente de sair das casas em que se encontravam; aí também nos encerraram. Já havíamos começado a almoçar sem nada perceber ainda do que pretendiam os selvagens quando principiamos a ouvir na casa dos homens, a qual distava talvez trinta passos daquela em

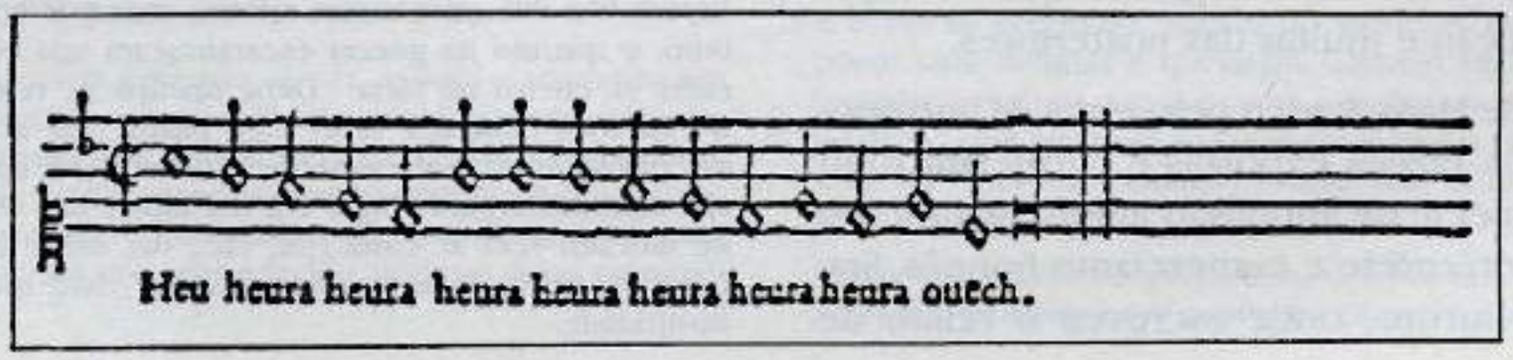
que estávamos, um murmúrio surdo de rezas; imediatamente as mulheres, em número de quase duzentas, se puseram todas de pé e muito perto umas das outras. Os homens pouco a pouco erguiam a voz e os ouvíamos distintamente repetir uma interjeição de encorajamento: — *He, be, be, be.* Mais ainda nos espantamos, porém, quando as mulheres, por seu turno, a repetiram com voz trêmula: — *He, be, be, be.*



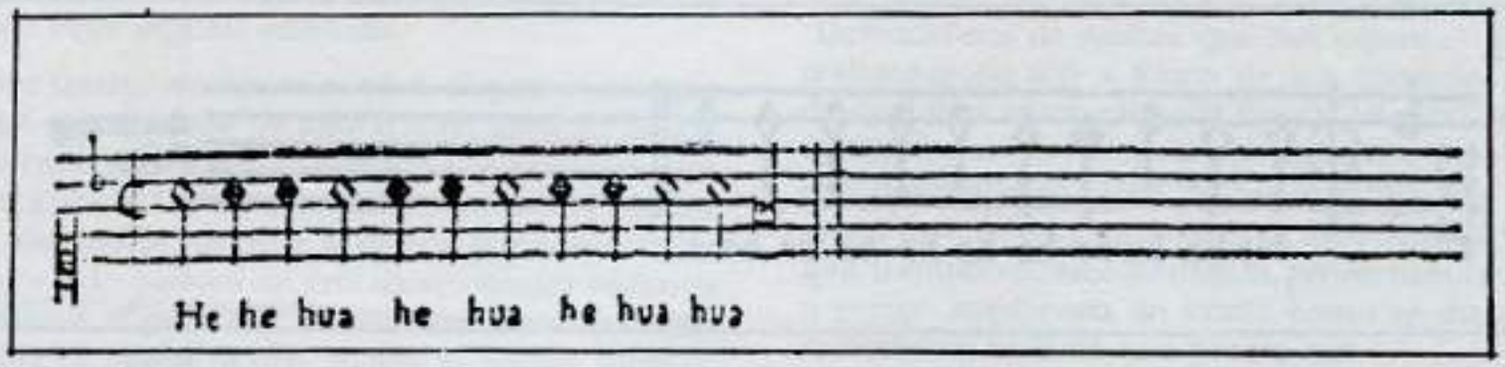
Assim aconteceu durante um quarto de hora e nós não sabíamos o que fazer. Ao mesmo tempo urravam, saltavam com violência, agitavam os seios e espumejavam pela boca até desmaiar como vítimas de ataques epiléticos; por isso não me era possível deixar de acreditar que se tivessem tornado repentinamente possuídas do Diabo. Também os meninos se agitavam e se torturavam, no aposento em que se achavam encerrados e, embora já freqüentasse os selvagens há mais de seis meses e estivesse até certo ponto acostumado com seus costumes, confessarei que tive medo; ignorando o fim disso tudo, desejei achar-me longe dali. Ao cessarem o ruído e os urros confusos dos homens, calaram-se também as mulheres e os meninos; mas voltaram todos a cantar, mas dessa feita de um modo tão harmonioso que o medo passou e tive o desejo de tudo ver de perto. Quando quis porém sair, para aproximar-me do lugar do festim, não só mo obstaram as mulheres, mas ainda o nosso intérprete, o qual, vivendo embora nesse país há seis ou sete anos, nunca se atrevera a meter-se entre os índios durante tais cerimônias e considerava que se eu o fizesse correria grande risco. Hesitei por um instante, mas como não me parecessem suficientes as razões do intérprete e eu confiava na amizade dos bons velhos da aldeia em que habitara durante quatro a cinco meses, arrisquei-me a sair, aproximando-me do lugar de onde vinha a cantilena. Como as casas dos selvagens são em geral compridas, abauladas no teto e cobertas de ramos cujas pontas tocam o solo, abri com as mãos um buraco para ver a coisa à vontade. Ao mesmo tempo fiz sinal com os dedos aos meus companheiros, que se animaram a virem ter comigo e os três entramos na habitação. Ao contrário do que afirmara o intérprete, não se incomodaram os selvagens conosco; conservaram-se em seus lugares e continuaram as suas cantorias, em vista do que eu e meus companheiros nos acomodamos em um canto a fim de contemplar sossegadamente a cena.

Ao falar das danças por ocasião das *cauinagens* prometi descrever também suas outras espécies de danças. Unidos uns aos outros mas de mãos soltas e fixos no lugar, formam roda, curvados para a frente e movendo apenas a perna e o pé direito; cada qual com a mão direita na cintura e o braço e a mão esquerda pendentes, suspendem um tanto o corpo e assim cantam e dançam. Como eram numerosos, formavam três rodas no meio das quais se mantinham três ou quatro caraíbas ricamente adornados de plumas, cocares, máscaras e braceletes de diversas cores, cada qual com um maracá em cada mão. E faziam ressoar essas espécies de guizos feitos de certo fruto maior do que um ovo de avestruz. Só poderia dar uma idéia exata desses caraíbas comparando-os aos frades pedintes que enganam a nossa pobre gente e andam de lugar em lugar com relicários de Santo Antônio e de São Bernardo ou outros objetos de idolatria. Os caraíbas não se mantinham sempre no mesmo lugar como os outros assistentes; avançavam saltando ou recuavam do mesmo modo e pude observar que, de quando em quando, tomavam uma vara de madeira de quatro a cinco pés de comprimento em cuja extremidade ardia um chumaço de *petun* e voltavam-na acesa para todos os lados soprando a fumaça contra os selvagens e dizendo: "Para que vençais os vossos inimigos recebei o espírito da força". E repetiam-na por várias vezes os astuciosos caraíbas.

Essas cerimônias duraram cerca de duas horas e durante esse tempo os quinhentos ou seiscentos selvagens não cessaram de dançar e cantar de um modo tão harmonioso que ninguém diria não conhecerem música. Se, como disse, no início dessa algazarra, me assustei, já agora me mantinha absorto em coro ouvindo os acordes dessa imensa multidão e sobretudo a cadência e o estribilho repetido a cada copla: *Hê, be ayre, heyrá, heyrayre, heyra, heyre, uêh.* E ainda hoje quando recordo essa cena sinto palpitar o coração e parece-me a estar ouvindo.



Para terminar bateram com o pé direito no chão com mais força e depois de cuspirem para a frente, unanimemente, pronunciaram duas ou três vezes com voz rouca: *Hê, hyá, hyá, hyá.*



Como eu ainda não entendia bem a língua dos selvagens pedi ao intérprete que me esclarecesse sobre o sentido das frases pronunciadas. Disse-me ele que haviam insistido em lamentar seus antepassados mortos e em celebrar-lhes a valentia; consolavam-se entretanto na esperança de ir ter com eles, depois da morte, para além das altas montanhas onde todos juntos dançariam e se regozijariam. (...)"

Hans Staden. O Herói Canibal
(1557)

Hans Staden foi um aventureiro alemão que esteve duas vezes no Brasil como mercenário, combatendo franceses e seus aliados indígenas, primeiro em Pernambuco e depois no litoral de São Paulo, na altura de Bertioga (24 graus lat. S.). Empregado como artilheiro em um forte português em Bertioga, foi aprisionado pelos índios Tamoio, aliados dos franceses, permanecendo meses entre eles, à espera de ser sacrificado em ritual antropofágico. O livro de Staden foi dos primeiros a ser divulgados na Europa, com uma visão detalhada e confiável do mundo indígena. O valor documental do livro é acrescido da representação de seus equipamentos e atavios retratados de modo veraz em xilografias que acompanham a primeira edição e muitas das posteriores.

O interesse de Hans Staden pelo tema da antropofagia se explica pelas razões expostas e permeiam todo o livro com uma espécie de antevisão angustiada de seu fim. Salvo por um intérprete e comerciante francês, Staden pôde voltar à Europa, onde escreveu o relato de sua aventura americana. A despeito das ameaças que o acompanharam permanentemente durante o tempo de cativeiro entre os Tamoio, o artilheiro alemão pôde dar desse povo um retrato coerente e fidedigno, a que não falta uma profunda curiosidade e uma simpatia a contragosto.

* Hans Staden, *Warhaftige Historia und beschreibung eyner Landtschafft der Wilden, Nacheten, Grimmigen Menschfresser Leuthen, in der Newenwelt America gelegen*, Marpurg, Andress Kolben (1ª edição), 1557 (89p., il.). Os excertos sobre antropofagia utilizados aqui são da edição em português de Hans Staden, *Duas Viagens ao Brasil*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1974: 176-185.

"PORQUE DEVORAM SEUS INIMIGOS.

Fazem isto não para matar a fome, mas por hostilidade, por grande ódio, e quando na guerra escaramuçam uns com os outros, gritam entre si, cheios de fúria: "Debe marãpá xe remiu ram begué, sobre ti caia toda desgraça, tu és meu pasto. Nde acanga jucá aipotá curi ne, quero ainda hoje moer-te a cabeça. Xe anama poepica que xe aju, aqui estou para vingar em ti a morte dos meus amigos. Nde roó, xe mocaen serã ar eima riré, etc., tua carne hoje ainda, antes que o sol se deite, deve ser meu manjar". Isto tudo fazem por imensa hostilidade.

COMO SE PREPARAM QUANDO QUEREM EMPREENDER UMA EXCURSÃO GUERREIRA NA TERRA DOS SEUS CONTRÁRIOS.

Quando pretendem empreender uma excursão guerreira em terra dos seus inimigos, reúnem-se os seus principais e deliberam como se deve agir, dando-o a conhecer aos homens, em todas as choças, para que se aprestem, e citam então uma qualidade de frutos arbóreos; quando estes estiverem maduros, pretendem partir, pois não sabem determinar ano e dia. Fixam também às vezes o tempo de partida, no qual desova uma espécie de peixe, que chamam piratí em sua língua. À época da desova chamam piracema.

Para este prazo arranjam canoa, flechas e farinha grossa de raízes, à qual denominam uiatã e utilizam como alimento. Depois disto consultam os pajés, os adivinhos, se de fato vencerão. Estes dizem naturalmente que sim, ordenando-lhes porém que atentem aos sonhos que tiverem com os inimigos. Quando a maioria sonha que vê assar a carne do seu inimigo, significaria isto a vitória. Quando, entretanto, virem assar a sua própria carne, isto nada de bom prognostica, e neste caso deveriam permanecer em casa.

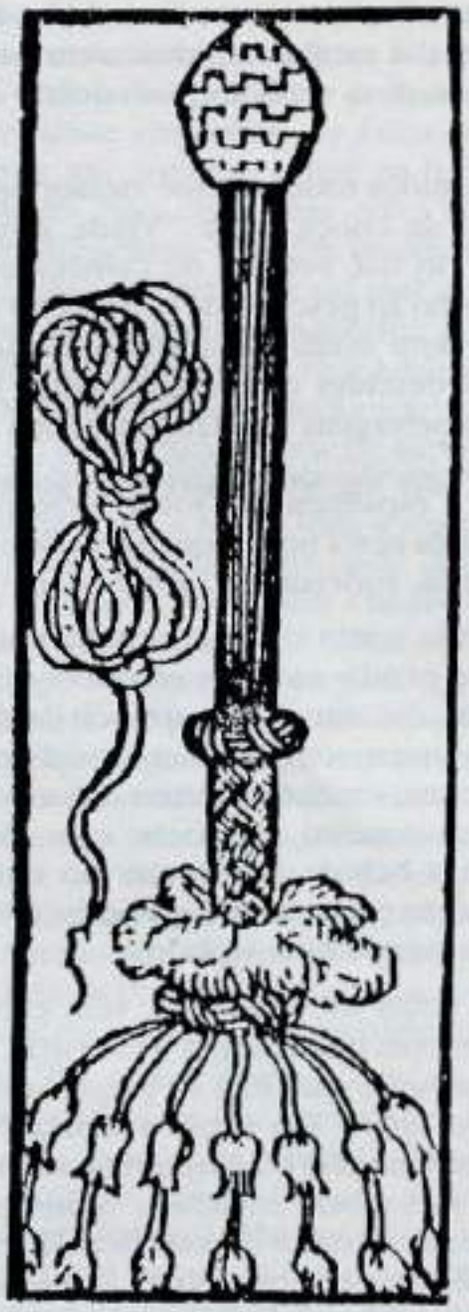
Quando então os sonhos lhes agradam, armam-se, preparam em todas as choças grandes festins, bebem e dançam com os seus ídolos, os maracás, e cada um pede a sua matraca que o ajude a capturar um inimigo.

Partem após. Quando chegam às vizinhanças da terra dos seus inimigos, ordenam-lhes então os principais, na noite da véspera do ataque ao campo adversário, que prestem atenção aos sonhos que tiverem nessa noite.

Tomei parte com eles numa excursão guerreira. Quando havíamos chegado à terra inimiga, foi o principal, na noite de véspera àquela em que queriam atacá-la, a todo acampamento, dizendo aos guerreiros que deviam atentar bem aos sonhos que lhes viessem nessa noite. Ordenou além disso aos jovens que, pela madrugada, caçassem e pescassem. Assim se fez, e o principal mandou preparar o que caçaram. Chamou após os outros principais em frente da sua cabana. Sentaram-se todos em círculo no chão. Fez-lhes dar de comer. Depois que comeram, relataram seus sonhos, e havia muitos destes que os agradaram bastante. A seguir dançaram de alegria com os maracás.

Na noite seguinte vão espreitar as choças dos seus inimigos. O ataque sempre tem lugar de madrugada, quando o dia desponta. Se capturam alguém que está gravemente ferido, matam-no logo e carregam consigo sua carne assada para casa. Os que não estão feridos, ou o estão levemente, trazem-nos vivos e matam-nos em suas aldeias.

Assaltam, sob grande gritaria, batendo os pés ao solo e soprando em instrumentos, que fazem de cabaças. Todos envolvem em si cordas para amarrar os inimigos. Enfeitam-se com penas vermelhas como sinal identificador frente aos contrários. Atiram com rapidez e empregam também flechas ardentes contra as choças dos adversários para atear-lhes fogo. Quando um dos seus é ferido, utilizam ervas especiais para a cura. (...)



Mussurana e ibirapema

Quando trazem para casa um inimigo, batem-lhe as mulheres e as crianças primeiro. A seguir colam-lhe ao corpo penas cinzentas, raspam-lhe as sobrancelhas, dançam-lhe em torno e amarram-no bem, a fim de que não lhes possa escapar. Dão-lhe então uma mulher, que dele cuida, servindo-o também. Se tem dele um filho, criam-no até grande, matam-no e o comem, quando lhes vem à cabeça.

Dão de comer bem ao prisioneiro. Conservam-no por algum tempo e então se preparam. Para tanto fabricam muitas vasilhas, nas quais põem suas bebidas e queimam também vasilhame especial para os ingredientes com que o pintam e enfeitam. Além disso fazem borlas de penas, que amarram ao tacape com que o matam. Fabricam também uma longa corda, chamada mussurana. Com esta o amarram, antes de executá-lo.

Assim que tudo está preparado, determinam o tempo em que deve morrer o prisioneiro e convidam os selvagens de outras aldeias para

que venham assistir. Enchem então de bebidas todas as vasilhas. Um ou dois dias antes das mulheres fabricarem as bebidas, conduzem o prisioneiro uma ou duas vezes ao pátio dentre as cabanas e dançam-lhe em volta.

Logo que estão reunidos todos os que vieram de fora, dá-lhes as boas vindas o principal da choça e diz: "Vinde agora e ajudai a comer o vosso inimigo". No dia, véspera de começarem a beber, amarram a mussurana em torno ao pescoço do prisioneiro e pintam o ibirapema com que o pretendem matar. O desenho ao lado mostra o aspecto desta maça (ver o desenho na página anterior). Tem mais de uma braça de longo. Os selvagens a untam com uma substância grudenta. Tomam então cascas de ovo dum pássaro, o macaguá, que são cinzentas, reduzem-nas a pó, e espalham isto sobre o tacape. Depois se assenta uma mulher e garatuja nesta poeira de cascas de ovo, que está grudada. Enquanto ela desenha, rodeiam-na, cantando, muitas mulheres.

Estando o ibirapema como o deve, ornado com borlas de penas e outros enfeites, será pendurado acima do chão, numa vara, numa choça vazia. Os selvagens cantam então, através da noite toda, em volta desta choça. Do mesmo modo pintam o rosto do prisioneiro, e enquanto uma mulher o pinta, cantam as outras. Quando principiam a beber, levam consigo o prisioneiro, que bebe com eles, e com o qual se divertem. Acabada a bebida, descansam no outro dia e constroem para o prisioneiro uma pequena cabana no local em que deve morrer. Aí passa ele a noite, sendo bem vigiado.

Pela manhã, bem antes do alvorecer, vêm eles, dançam e cantam em redor do tacape com que querem o executar, até que o dia rompa. Tiram então o prisioneiro para fora da pequena choça e derrubam-na, fazendo um espaço limpo. Em seguida desatam-lhe a mussurana do pescoço, passam-lha em volta do corpo retesando-a de ambos os lados. Fica ele então no meio, bem amarrado. Muita gente segura a corda nas duas extremidades. Assim o deixam ficar algum tempo e põem-lhe perto pequenas pedras para que possa lançá-las nas mulheres, que lhe correm em redor, mostrando-lhe com ameaças como o pretendem comer. As mulheres estão pintadas e têm o encargo, quando for ele cortado, de correr em volta das cabanas com os primeiros quatro pedaços. Nisso encontram prazer os demais.

Fazem então uma fogueira, a dois passos mais ou menos do escravo, de sorte que este necessariamente a vê, e uma mulher se aproxima correndo com a maça, o ibirapema, ergue ao alto as borlas de pena, dá gritos de alegria e passa correndo em frente do prisioneiro a fim de que ele o veja. Depois um homem toma o tacape, coloca-se com ele em frente do prisioneiro, empunhando-o, para que o aviste. Entrementes, afasta-se aquele que o vai matar, com outros treze ou quatorze, e pintam os corpos de cor plúmbea, com cinza.

Quando retorna ao prisioneiro, com os seus companheiros, para o pátio, entrega-lhe o tacape aquele que com ele se acha em pé, em frente ao capturado; vem então o principal da cabana, toma a arma e mete-lha entre as pernas. Consideram isto uma honra. A seguir retoma o tacape aquele que vai matar o prisioneiro e diz: "Sim, aqui estou eu, quero matar-te, pois tua gente também matou e comeu muitos dos meus amigos". Responde-lhe o prisioneiro: "Quando estiver morto, terei ainda muitos amigos que saberão vingar-me". Depois golpeia o prisioneiro na nuca, de modo que lhe saltam os miolos, e imediatamente levam as mulheres o morto, arrastam-no para o fogo, raspam-lhe toda a pele, fazendo-o inteiramente branco, e tapando-lhe o ânus com um pau, a fim de que nada dele se escape.

Depois de esfolado, toma-o um homem e corta-lhe as pernas, acima dos joelhos, e os braços junto ao corpo. Vêm então as quatro mulheres, apanham os quatro pedaços, correm com eles em torno das cabanas, fazendo grande alarido, em sinal de alegria. Separam após as costas, com as nádegas, da parte dianteira. Repartem isto entre si. As vísceras são dadas às mulheres. Fervem-nas e com o caldo fazem uma papa rala, que se chama mingau, que elas e as crianças sorvem. Comem essas vísceras, assim como a carne da cabeça. O miolo do crânio, a língua e tudo o que podem aproveitar, comem as crianças. Quando o todo foi partilhado, voltam para casa, levando cada um o seu quinhão.

Quem matou o prisioneiro recebe ainda uma alcunha, e o principal da choça arranha-lhe os braços, em cima, com o dente de um animal selvagem. Quando esta arranhadura sara, vêm-se as cicatrizes, que valem por ornato honroso. Durante esse dia, deve o carrasco permanecer numa rede, em repouso. Dão-lhe um pequeno arco, com uma flecha, com que deve passar o tempo, atirando num alvo de cera. Assim procedem para que seus braços não percam a pontaria, com a impressão da matança.

Tudo isso vi, e assisti. (...)"

Gabriel Soares de Sousa. *Caráter e Costume dos Índios Aimoré* (1587)

O senhor de engenho e cronista do século XVI, Gabriel Soares de Sousa, já referido anteriormente, foi um membro da classe dominante da Bahia que tinha a distingui-lo algumas características que eram compartidas por outros membros influentes da colônia portuguesa. A primeira dessas era a aversão às populações indígenas, bem exemplificada nesse capítulo que trata dos índios Aimoré, grupo não-Tupi que habitava o litoral sul da Bahia. Em segundo lugar, Gabriel Soares manifestava igual oposição aos jesuítas, responsáveis pela polí-

tica oficial em relação aos índios. Por último, como muitos outros colonos de sua época, Gabriel Soares tentou fugir aos quadros limitados da civilização litorânea, pela busca das riquezas minerais do interior, atração que haveria de custar-lhe a vida.

A despeito da postura anti-indígena, que compromete os seus escritos, Gabriel Soares constitui uma das fontes mais importantes para o conhecimento da natureza e da sociedade colonial brasileira no século XVI.

* Gabriel Soares de Sousa, "Em que se declara quem são os Aymorés, sua vida e costumes" (Cap. XXXII). O original da versão em espanhol se encontra na Biblioteca Real de Madri e sua única edição é a preparada por Cláudio Ganns, com o título *Derrotero General de la Costa del Brasil y Memorial de las Grandezas de Bahia*, Madri, Ediciones Cultura Hispanica, 1958. A edição em português do texto de 1587 de Gabriel Soares é: *Tratado descriptivo do Brasil*, Rio de Janeiro, Typ. João Ignacio da Silva, 1879: 47-49.

"EM QUE SE DECLARA QUEM SÃO OS AYMORÉS, SUA VIDA E COSTUMES.

Parece razão que não passemos avante sem declarar que gentio é este a quem chamam *Aymorés*, que tanto dano têm feito à esta capitania dos Ilhéus, segundo fica dito, cuja costa era povoada dos *Tupiniquins*, os quais a despovoaram com medo destes brutos, e se foram viver ao sertão; dos quais *Tupiniquins* não há já nesta capitania senão duas aldeias, que estão junto dos engenhos de Henrique Luiz, as quais têm já muito pouca gente.

Descendem estes *Aymorés* de outros gentios a que chamam *Tapuias*, dos quais nos tempos d'atrás se ausentaram certos casais, e foram-se para umas serras mui ásperas fugindo a um desbarate em que os puseram seus contrários, onde residiram muitos anos sem verem outra gente; e os que destes descenderam, vieram a perder a linguagem, e fizeram outra nova que se não entende de nenhuma outra nação do gentio de todo este Estado do Brasil. E são estes *Aymorés* tão selvagens que dos outros bárbaros, são havidos por mais que bárbaros, e alguns se tomaram já vivos em Porto Seguro e nos Ilhéus, que se deixaram morrer de bravos sem quererem comer. Começou este gentio a sair ao mar no rio das Caravelas junto de Porto Seguro, e corre estes matos e praias até o rio de Camamú, e daí veio a dar assaltos perto de Tinharé, e não descem à praia senão quando vêm dar assaltos. Este gentio tem a cor do outro, mas são de maiores corpos e mais robustos e forçosos; não têm barbas nem mais cabelos no corpo que os da cabeça, porque os arrancam todos; pelejam com arcos e flechas muito grandes, e são tamanhos frecheiros, que não erram nunca tiro; são mui ligeiros à maravilha e grandes corredores. Não vivem estes bárbaros em aldeias, nem casas, como o outro gentio, nem há quem lhas visse nem saiba, nem desse com elas pelos matos até hoje; andam sempre de uma parte para a outra pelos campos e matos, dormem no chão sobre folhas; e se lhes chove arrimam-se ao pé de uma árvore, onde engenham as folhas por cima, quanto os cobre, assentando-se em cócoras; e não se lhe achou até agora outro rasto de gazalhado. Não costumam estes alarves fazer roças, nem plantar alguns mantimentos; mantêm-se dos frutos silvestres e da caça que matam, a qual comem crua ou mal assada, quando têm fogo; machos e fêmeas todos andam tosquiados, e tosquiam-se com umas canas que cortam muito; a sua fala é rouca da voz, a qual arrancam da garganta com muita força, e não se poderá escrever, como vasconço. Vivem estes bárbaros de saltear toda a sorte de gentio que encontram, e nunca se viram juntos mais que vinte até trinta frecheiros; não pelejam com ninguém de rosto a rosto; toda a sua briga é atraiçoada, dão assaltos pelas roças e caminhos por onde andam, esperando o outro gentio e toda a sorte de criatura em ciladas detrás das árvores cada um por si, de onde não erram tiro, e todas as flechas empregam, e se lhe fazem rosto logo fogem cada um para sua parte; mas como vem a gente desmandada, fazem parada e buscam aonde fiquem escondidos, até que passem os que seguem e dão-lhe nas costas, empregando suas flechadas à vontade. Estes bárbaros não sabem nadar, e qualquer rio que se não passa o vau basta para defensão deles; mas para o passarem vão buscar o vau muitas léguas pelo rio acima. Comem estes selvagens carne humana por mantimento, o que não tem o outro gentio que a não come senão por vingança de suas brigas e antigüidade de seus ódios. A capitania de Porto Seguro e a dos Ilhéus estão destruídas e quase despovoadas com o temor destes bárbaros, cujos engenhos não lavram açúcar por lhe terem morto todos os escravos e gente deles, e a das mais fazendas, e os que escaparam das suas mãos lhe tomaram tamanho medo, que em se dizendo *Aymorés* despejam as fazendas, e cada um trabalha por se pôr em salvo, o que também fazem os homens brancos, dos quais têm morto estes alarves de vinte e cinco anos a esta parte, que esta praga persegue estas duas capitanias, mais de trezentos homens portugueses e de três mil escravos. Costumam-se ordinariamente cartearem-se os moradores da Bahia com os dos Ilhéus, e atravessavam os homens este caminho ao longo da praia, como lhe convinha, sem haver perigo nenhum, o que estes *Aymorés* vieram a sentir, e determinaram-se de virem vigiar estas praias e esperar a gente que por elas passava, onde têm mortos, e com estes muitos homens e muitos mais escravos; e são estes salteadores tamanhos corredores, que lhes não escapava ninguém por pés, salvo os que se lhe metiam no mar, onde se eles não atrevem a entrar: mas andam-nos esperando que saiam à terra até à noite que se recolhem; pelo que este caminho está vedado, e não atravessa ninguém por ele senão com muito risco de sua pessoa; e se senão busca algum remédio para destruírem estes alarves eles destruirão as fazendas da Bahia, para onde vão caminhando de seu vagar. E como eles são tão esquivos inimigos de todo o gênero humano, não foi possível saber mais de sua vida e costumes, e o que está dito pode bastar por ora: e tornemos a pegar da costa começando dos Ilhéus por diante."

ETNOCÍDIO E GENOCÍDIO

Testemunhos do Extermínio

A história da conquista e expansão do domínio colonial no Brasil, nos séculos XVI e XVII, no que respeita aos índios, é essencialmente uma narrativa sempre repetida de guerras e outros processos de dominação coercitiva que resultavam na destruição da autonomia daqueles grupos pela imposição da dominação colonial. Num ponto fundamental, todos os setores da sociedade colonial nascente estão concordes: tanto os missionários quanto as autoridades coloniais e os colonos, opostos por tantos motivos, são unânimes na crença de que a liberdade indígena opõe-se a qualquer projeto religioso, administrativo ou econômico. É irônico constatar que os primeiros jesuítas do Brasil, tão afeitos aos ensinamentos e citações bíblicas, tenham invertido, como norma de ação, o preceito bíblico "conhecereis a verdade e a verdade vos libertará" (João 8.32). Para Nóbrega, Anchieta e os demais missionários de seu tempo, a sujeição é precondição essencial do conhecimento da verdade, isto é, da catequese e conversão.

* José de Anchieta, Carta "Ao Geral Diogo Lainez, de São Vicente, a 16 de Abril de 1563" Em: *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões (1554-1594)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933:186.

"(...) Esta guerra (contra índios de São Paulo, 1563) foi causa de muito bem para os nossos discípulos, os quais são agora forçados pela necessidade a deixar todas as suas habitações (...) e recolherem-se a Piratininga (...). Parece-nos que estão as portas abertas nesta capitania para a conversão dos Gentios, se Deus Nosso Senhor quiser dar maneira com que sejam postos debaixo de jugo, porque para este gênero de gente não há melhor pregação do que espada e vara de ferro (...). Entre outros bens que a Divina Bondade soube tirar desta guerra, foi um, que se batizaram e ajudaram a bem morrer alguns escravos dos Portugueses (...) que nos vieram dar socorro (...) mas depois enfermaram de graves febres (...)."

A dominação é, pois, o pressuposto essencial da pedagogia jesuítica. Claro que ela é, entretanto, um simples meio prévio de assegurar a permanência e a docilidade dos índios nas aldeias jesuíticas. A guerra se faz aos índios hostis ou resistentes à inserção na ordem colonial e, de modo mais impositivo e sem quartel, aos grupos

aliados de estrangeiros e hereges. Imposta a paz colonial, os jesuítas opunham-se, com igual tenacidade, às extorsões e violências do sistema escravista dos colonos. As guerras de extermínio e a escravização indiscriminada contra os Caetés ou outros índios com eles confundidos, após o episódio da morte do primeiro bispo do Brasil, relatado por Frei Vicente do Salvador*, constituem um exemplo claro do comportamento jesuítico.

* Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil 1500- 1627*, São Paulo, Ed. Itatiaia (Coleção Reconquista do Brasil, vol. 49), 1982:147-148.

"(...) O governador, tanto que chegou, trabalhou muito por fortificar e defender esta nova cidade da Bahia contra os bárbaros gentios, que se levantaram e cometeram grandes insultos, que ele emendava, dissimulando alguns com prudência e castigando outros com armas, matando-os e cativando-os em guerras que lhe fez, de que era capitão seu filho D. Álvaro da Costa, o qual em todas se houve valorosamente. Nem el-rei o deixou de favorecer em todo seu tempo com armadas de muitos soldados e moradores.

Ajudava-o também o bispo D. Pedro Fernandes, trabalhando sem cessar na conversão das almas, na ordem do culto divino, administração dos sacramentos e em tudo o mais tocante ao espírito, que el-rei não menos pretendia e encomendava que o temporal.

Porém o demônio, perturbador da paz, a começou a perturbar de modo entre estas cabeças eclesiástica e secular, e houve entre eles tantas diferenças que foi necessário ao bispo embarcar-se para o reino com suas riquezas aonde não chegou por se perder a nau em que ia no rio Cururuípe, seis léguas do de São Francisco, com toda a mais gente que nela ia, que era Antonio Cardoso de Barros, que fora provedor-mor, e dois cônegos, duas mulheres honradas, muitos homens nobres e outra muita gente, que por todos eram mais de cem pessoas, os quais, posto que escaparam do naufrágio com vida, não escaparam da mão do gentio caité (Caeté) que naquele tempo senhoreava aquela costa, o qual, depois de roubados e despidos, os prenderam e ataram com cordas, e poucos a poucos os foram matando e comendo, senão a dos índios que iam desta Bahia, e um português que sabia a língua. (...)"

José de Anchieta. *"Informação dos primeiros aldeamentos da Baía"* * (*circa* 1587)

* José de Anchieta. "Informação dos Primeiros Aldeamentos da Baía" (*circa* 1587). O original se encontra na Biblioteca de Évora. A edição utilizada é : *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões (1554-1594)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933: 350-351, 355-356.

"(...) No tempo de Dom Duarte se levantaram os Indios da Bahia, ficando alguns de paz da banda dos Portugueses, e Dom Duarte deu guerra aos alevantados a que os Índios, que da banda dos Portugueses se puseram, ajudaram muito bem contra os seus e depois de a guerra durar por algum tempo os Índios desta Bahia fizeram pazes com os Portugueses as quais nunca mais quebraram.(...)

Na era de 1557 veio Mem de Sá por governador, que sucedeu a Dom Duarte, e no seu tempo se dilatou muito a conversão dos Índios pelo muito favor e ajuda que sempre nisto deu, porque, além de ser este ofício próprio dos Padres da Companhia, ele o tinha por tanto seu como bem se enxergava nas obras, que fazia deste ministério, porque ordenou logo, que os Índios que estavam perto desta cidade, que eram muitas aldeias, que se ajuntassem em algumas povoações, para que os Padres com mais comodidade lhes pregassem a lei evangélica; então se mudaram as duas igrejas que se fizeram em tempo de Dom Duarte; a que estava no Rio Vermelho se veio meter com outras aldeias mais perto desta cidade, e ali se fez a igreja de São Paulo, a outra de S. Sebastião se passou arriba de Pirajá, ajuntando-se com outras, onde se fez a igreja de Santiago, e uma légua além desta se fez outra igreja de São João, e no rio de Joane se fez a igreja do Espírito Santo; puseram-se estas igrejas em parte acomodadas para Índios, a saber, perto do mar, para se poderem manter com suas pescarias, e perto dos matos para poderem fazer seus mantimentos. Nestas igrejas residiram sempre Padres e Irmãos da Companhia.

Logo que Mem de Sá chegou a esta terra mandou socorro à capitania do Espírito Santo, que estava em guerra com os Índios seus comarcãos, mandando por capitão seu filho Fernão de Sá e outros Portugueses e muitos Índios das igrejas em sua ajuda, e daí a pouco tempo se levantou o gentio *Tupinaquin* (Tupiniquim), vizinho dos Ilhéus, queimando e destruindo os engenhos e fazendas, que ali havia, a que logo acudiu o dito governador com alguns Portugueses desta cidade; e assim todo o gentio daquelas igrejas fez guerra aos Índios de Paraguaçú, desbaratando-os e destruindo suas aldeias, até que os mesmos índios se lhes sujeitaram e vieram pedir paz, que lhes ele concedeu.

Na era de 1560 quis o governador Mem de Sá ir a primeira vez ao Rio de Janeiro tomar aquela fortaleza aos Franceses por mandado de el-rei, e quis levar consigo algum gentio desta Bahia para o ajudarem, porque sabia para quanto era, por o ter já experimentado nas guerras passadas, e para isto mandou chamar os Índios principais das igrejas, avisando-os que se aparelhassem para irem com ele, porque nenhuma guerra fez Mem de Sá, que não mandasse chamar os ditos Índios, e lhes dava conta do que queria fazer, e com esta brandura e amor os levava ele, porque sabia quanto eles nas guerras faziam e quão necessários eram para isso. Entre estes principais a quem ele falou para o acompanharem nesta guerra foi a Morrangao, principal da aldeia de S. João, Índio muito afamado por toda esta terra, por seu saber e esforço, o qual se não mostrou muito afeiçoado a esta ida ao Rio de Janeiro por estar sentido do governador Mem de Sá o ter algum tempo preso depois de virem da guerra dos Ilhéus; mas contudo se aparelhou.

Estando o governador para se partir, mandou avisar os Índios que com ele haviam de ir, que num dia certo se ajuntassem para se embarcarem; o que todos fizeram, senão este Morrangao, que tardou um

dia, e vindo ele para se embarcar, chegando à ribeira do Pirajá, viu que o governador era já à vela, e vendo que o não podia alcançar se aposentou aquela noite no engenho de el-rei, que ali está, e outras fazendas, com toda sua gente. Não faltaram então homens portugueses que lhe disseram que se aparelhasse para a vinda do governador, porque o havia de pôr na boca duma bombarda por não ir com ele, e que então pagaria o filho do Caramurú, que ele tinha morto havia muitos anos. O Índio como ouviu estas palavras e já estivera preso, pareceu-lhe que assim havia de ser e não se atreveu aguardar o governador, e, tornando-se para sua aldeia, fugia com toda sua gente sem serem sentidos, e se foram pela terra dentro, não muito longe dali, podia ser 3 ou 4 léguas, e ali esteve até que veio o governador. Neste tempo se tornou quase toda sua gente para as igrejas, e assim deste Índio se pôr ali, e não ir mais por adiante, foi por esperar que o governador lhe mandasse perdão, e ainda que os Padres nisto intervieram, o governador não quis fazer caso do Índio; porque assim determinava de castigar, e esperava que o mesmo Índio lhe viesse pedir perdão, do qual o Índio desconfiado se foi para o rio de São Francisco com a mais gente que lhe ficou, e daí a alguns anos, em vida do mesmo governador, se tornou. Desta maneira se despovoou aquela igreja. (...)

Neste dito ano de 1562 estando todos os Índios com muita paz e quietação em suas igrejas, e fazendo-se muito fruto nas almas quis o governador Mem de Sá castigar os Índios do Caaeté (Caeté), que estavam além do rio de São Francisco para Pernambuco, por terem morto o bispo Dom Pedro Fernandes, e outra muita gente que desta Bahia partiu para o reino em uma nau, que ali foi dar à costa no ano de 1555 ou 1556, e porque os moradores desta Bahia diziam, que entre este gentio daqui morador e o de Cirigipe (Sergipe), donde está o engenho de Dom Fernando, e entre o gentio de Paraguaçú e Jaguarig havia muito gentio daquele do Caaeté (Caeté), e que tinham entrada uns com os outros, pronunciou o dito governador sentença contra o dito gentio do Caaeté (Caeté), que fossem escravos, onde quer que fossem achados sem fazer exceção nenhuma, nem advertir no mal que podia vir à terra.

Sendo a tal sentença dada daquela maneira, porque nas igrejas dos Padres havia muito gentio que procedia daquele, mas criados e nascidos nesta parte da Bahia, que não viram nem foram em tais mortes, mas como o Demônio sabia, que era esta a melhor invenção que podia haver para destruir o que estava feito, e impedir que não fosse por diante a conversão do gentio, ajudou-se do desejo que os Portugueses tinham de haver escravos, tanto que em breves dias se despovoou toda a terra; porque vendo o gentio que lhe levavam suas mulheres e filhos, irmãs e irmãos, e salteados em suas aldeias, e pelos caminhos por onde andavam, e sendo nascidos e naturais da terra, se viam levar cativos sem nenhum remédio, por dizerem os Portugueses que eles também eram homicidas naquelas mortes; não sendo assim, porque entre este gentio da Bahia e o que matou o bispo havia outro gentio contrário deste da Bahia, que se metia no meio, e tinha pouco comércio um com o outro.

Vendo os Índios os insultos e agravos que os Portugueses lhes faziam em os cativar, assim os das igrejas mais principais que tínhamos, e todo o mais gentio que estava por esta terra, e pelas falsidades que os Portugueses por si e por seus escravos lhes diziam da guerra que lhes haviam de dar, e eles viam pelo olho como eram salteados, se levantou parte do gentio de Paraguaçú e Cirigipe (Sergipe), indo-se para o sertão; e das nossas igrejas, a saber: Santo Antônio, Bom Jesus, S. Pedro, S. André, 12.000 almas, ficariam 1.000 pouco mais ou menos, e toda esta gente e a mais que tenho dito se foi meter por esses matos por escaparem aos agravos e sem razões, que lhes os Portugueses faziam.

Vendo o governador quão mal isto saíra, e quantos males e pecados daqui resultaram, que pagavam os inocentes pelos culpados, e que a terra se destruíra em tão pouco espaço de tempo, revogou a sentença dos Caaetés (Caeté), mas a tempo que já não havia remédio, porque como os homens andavam já tão metidos no saltear dos Índios, como ainda agora hoje em dia se vê, e vendo que o governador lhes atalhava o seu propósito, revogando a sentença dos Caaetés (Caeté), usavam outra manha não menos perigosa assim para as consciências, como para as vidas que alguns perderam neste ofício, indo-se pelos matos com resgates, onde os Índios se iam esconder por fugir deles e faziam com eles que se vendessem uns aos outros, dizendo que eram Caaetés (Caeté), isto tanto montava, que fossem das igrejas, que se despovoaram, como que fossem dos outros; e vendo o governador que isto não tinha remédio, fazia por haver às mãos quantos Índios destes assim trazidos podia, e punha-os em sua liberdade, mandando-os para as igrejas. Foi esta revolta grande perturbação para os Índios cristãos, porque a uns levavam as mulheres, às mulheres levavam os maridos, e a outros os filhos a vender por essas capitanias. (...)

Neste mesmo tempo deu a fome que tenho dito no gentio de Itapucurú e Rio Real, e sabendo os Portugueses isto, acudiram logo para haver escravos, e não se atrevendo ir lá sós, levavam consigo muitos Índios das igrejas dos Padres para seu valhacouto; e como este gentio andava espalhado pelo mato buscando alguma coisa para comer, como fruta, raízes, e alguma outra coisa, davam os Portugueses com os Índios que levavam sobre eles, a uns que a fome tinha consumido acabavam de matar, aos outros que tinham mais força traziam por escravos; mas nisto se via bem a justiça divina, que não queria, que eles gozassem de bens tão mal adquiridos, porque em eles cá chegando o gentio que traziam lhes morria, escapando, mui pouco, e como este gentio veio ter alguma sustentação, esse pouco que ficou, assim da fome como da destruição que os Portugueses neles tinham feito se começou a ajuntar em suas aldeias, e não querendo os Portugueses desistir de seu propósito, senão os ir a saltear, eles se começaram a defender, de maneira que com matarem 6 ou 7 Portugueses e alguns Índios principais das igrejas, tomaram por partido não tornar lá mais. (...)"

Manuel da Nóbrega. *Carta de 1567.**

* Manuel da Nóbrega, "Se o pai pode vender a seu filho e se hum se pode vender a si mesmo", 1567. Resposta do Pe. Manuel da Nóbrega ao Pe. Quirício Caxa, Bahia. O original se encontra na Biblioteca de Évora, Códice CXVI/1-33, ff.145r-152v. A edição utilizada é a de Serafim Leite, *Cartas do Brasil e Mais Escritos do P. Manuel da Nóbrega (Opera Omnia)*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1955: 424-427.

"Primeiro Corolário

O primeiro, que todos os que se venderam na Bahia e na Capitania do Espírito Santo, desde o ano de 60 por diante ou se consentiram vender por seus parentes, não podem ser escravos. Este corolário me convém provar, e não irei perguntar às línguas do Brasil, a quem V.R. me remete, porque essas são as que tem feito todo o mal, mas perguntá-lo-ei a V.R. e aos mais Padres e Irmãos que também são línguas e viram e vêem pelo olho tudo o que se faz: se as chagas que esta dor causou em seus peitos, e se as lágrimas, que por seus olhos saíram poderão falar, abastarão para prova suficientíssima; mas já que para com os homens não há coisa que abaste, veja Deus do alto e ponha remédio a tantas desordens.

Bem deve V.R. saber, pois o sabe toda a terra, que desde que o Governador Mem de Sá sujeitou o gentio da comarca da Bahia e os fez meter cada um em ordem de vida, dando-lhe com toda moderação o jugo de Cristo, e desde que abaixou a soberba do gentio de Paraguaçú, começou logo a tirania dos injustos cristãos. E como o gentio estava medroso e sujeito, tiveram entrada para roubarem e assolarem toda a terra, depois de lhe haverem primeiro tomadas as terras e os haverem lançado dela. E começaram depois de dada a sentença contra os Caetés, a qual posto que durou pouco tempo, eles a executaram tão bravamente que destruíram a maior parte da comarca da Bahia, fazendo a Caetés ainda aos que o não eram, os quais eles nem sua geração tinham culpa na morte do Bispo em cuja vingança se deu a tal sentença, e Deus Nosso Senhor permitiu tão bravo castigo. Depois de acabados os Caetés, começaram a roubar e saltear; e, para escaparem à justiça, tiveram boa escápula em saberem que se permitia poderem-se vender como passassem de 20 anos por participar do preço; e, com lhes fazerem dizer por medo uma de duas ou que seus pais os venderam ou eles se vendiam de sua vontade, escapavam do registro. Do quais castigos ficaram todos tão desasossegados, que uns fugiram para seus inimigos e foram muitos mortos, outros pelos matos, outros deixavam-se perecer à fome, não tendo mãos para fazerem seus mantimentos, donde por esta causa os que ficaram em fome tinham os maus liberdade para usarem com eles de todos seus enganos à sua vontade, porque antes deste tempo nunca se viu em toda a costa um vender-se a si mesmo, nem suas necessidades a isso os obrigavam. E depois que se isto praticou na Bahia, se aceitou também na Capitania do Espírito Santo, principalmente com a geração que chamam dos do Gato por estarem mais sujeitos, nos quais se fizeram muitas desumanidades e fazem neste dia. E o mesmo se pratica onde o gentio tem qualquer sujeição ou desobediência aos cristãos.

Pressuposta esta informação e a mais que se pode tomar que todos sabem, provo este corolário desta maneira: Todos os resgatados, neste tempo se deve presumir serem mal resgatados por argumento do que nota Navarro no Comento das usuras nº 87 e 88, tratando da presunção da usura por se pôr censo sobre pessoa livre e da presunção da usura quando uma coisa se vende por menos preço com pacto de retrovendido se naqueles casos se presume sem justiça. Quem não vê haver neste nosso caso mil evidências para se tal presumir? scilicet, considerada a perseguição passada, o medo e temor do gentio, a qualidade da gente tão bárbara, e ver que em nenhuma outra parte, onde cessam estas coisas, se não vende nenhum a si mesmo, e ver quantos enganos e modos ensinou a cobiça aos homens do Brasil; e se isto não basta, digam os nosso Padres línguas com quantos toparam em confissões ou fora dela que livremente, sem temor nem outro injusto respeito, se hajam vendido. E pois somente em terra onde o gentio está sujeito se vendem a si mesmo, razão é de presumir ser a tal venda injusta e por tal condenada, maiormente quando não houvesse fome extrema a que a tirania não haja dado causa como abaixo se dirá.

Faz mais em favor deste corolário a razão da lei, que manda não valer a venda do que consente por participar do preço sendo menor de vinte anos, a qual razão não pode ser outra senão por se presumir que sendo de menor idade poderá ser facilmente enganado. E, como neste caso se tenha experiência de quão fáceis sejam estes gentios para se enganarem quando tem sujeição e medo, justamente se deve presumir engano nas tais vendas de si mesmo. Favorecem também muito as palavras de Escoto acima alegadas: "Servitus si debet esse iusta et principatus non tiranicus" etc. com todo o mais que acima notávamos de S. Tomás, scilicet, que, quando a razão para proveito da vida humana falta, não se pode perder a liberdade, com tudo mais acima dito.

E deste corolário infiro o mesmo se dever dizer da venda que fazem os pais de seus filhos depois de serem sujeitos por haver a mesma razão e presunções contra tais vendas.

Segundo Corolário

Os que na Bahia se venderam por fome, ou venderam seus filhos, ou consentiram nas tais vendas, não podem ser escravos, se a tal fome foi causada da sem-razão sobredita; mas os que se venderam nos Pitiguares com fome, sem intervir engano, se devem ter por legítimos escravos, porque nenhuma razão há de presumir engano, pois é notório sua fome de que os cristãos não podiam ser causa por eles não terem sujeição alguma. (...)"

O período de governo de Mem de Sá, terceiro governador geral do Brasil (1558-1572), foi caracterizado pela consolidação do domínio de Portugal sobre a colônia americana, até então ameaçado pela resistência indígena e pelo estabelecimento de outros europeus, sobretudo franceses, na Guanabara e outros pontos do litoral. Especialmente significativas nesse período, por sua freqüência e ferocidade repressiva, foram as campanhas contra os vários grupos Tupi litorâneos por toda a extensão da costa ocupada pelos portugueses, que nessa época estendia-se de Cananéia, ao sul, até Pernambuco, ao norte. Ficava de fora a Paraíba, ocupada então pelos franceses, donde seriam desalojados em uma longa campanha que se estendeu até os últimos anos do século.

As relações entre o governador geral e os jesuítas foram singularmente íntimas e amistosas e tornadas mais eficazes com os projetos de colaboração contra os índios rebelados na Bahia, no Espírito Santo e, principalmente, contra os franceses da Guanabara e seus aliados, os índios Tamoio. Um dos documentos literários mais marcantes dessa época, por seu caráter grandiloqüente de epopéia triunfalista, foi o largo poema composto em latim pelo jesuíta José de Anchieta, *De Gestis Mendi de Saa* *, escrito por volta de 1560, logo após a derrota dos franceses na Guanabara, e, provavelmente, entregue pelo autor ao homenageado. Alguns trechos do poema dão o caráter e o sentido da obra apologética, que descreve a guerra de extermínio contra os índios e os hereges, seus aliados, como uma cruzada.

* José de Anchieta, *De Gestis Mendi de Saa*, 1560. O destino do original é ignorado. Há uma cópia encontrada na aldeia basca de Algorta, próximo a Bilbao, junto com o poema *De Beata Virgine*, do mesmo autor. A edição utilizada é: Joseph de Anchieta, *De Gestis Mendi de Saa*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1958:69-73;81-83 (original acompanhado da tradução vernácula do Pe. Armando Cardoso).

" (...) E tudo pressa, tudo azáfama: a este fende-lhe o peito
um golpe de espada e a ferida fatal lhe devassa
o abismo profundo; raivosamente o selvagem se vira
de borco para o chão natal, e morde a terra morrendo.
A este outro atravessam-lhe as ilhargas com a ponta da lança;
a terra geme ao baque das largas costas; um soluço lhe arranca golfadas
de sangue e lhe sacode os membros agonizantes.
A inúmeros outros, as finas espadas lhes varam
lados e intestinos; aparecem à luz as entranhas
e escapam as vísceras, conspurcando-se a terra.

Acende-se mais a mais a coragem do chefe
e seus bravos: derrubam a golpes mortais, muitos selvagens.
Ora decepam braços enfeitados com penas de pássaros,
ora abatem com a lâmina reluzente cabeças altivas,
faces e bocas pintadas de vermelho urucum,
ora partem as frontes salientes entre as covas das têmporas
e enchem o Tártaro triste dessas vidas orladas.

Soam armas e golpes e gemidos e baques de corpos.
Aqui e ali jazem cadáveres de inimigos, crivados
de chagas profundas, empastados de pó: a sangueira
cobre os arraiais e espumante se embebe na areia.
Não sustenta mais o embate, assim dizimada,
a horda selvagem. Volta as costas e em fuga apressada
abandona as cercas e escapa por portas bem conhecidas.

Mal puderam os inimigos fugir às lanças e temidas espadas
e salvar a vida acolhendo-se à segunda trincheira,
inútil refúgio do desespero; atrás do muro de troncos
se escondem e tapam as entradas com grandes barreiras.
Eis que, não sofrendo demoras, com as armas tingidas
no sangue inimigo, Fernão com seus jovens briosos
acorre, e olhos na glória, se precipita ao assalto
do arraial medroso, e à força de golpes arrombam
os robles enormes, abrindo numerosas e largas entradas,
Uma vez dentro estraçalham a fortaleza e trucidam
a turba inimiga, ceifando com a espada afiada
esses corpos brutais. Junto ao mar o estrondo ecoa medonho,
enfurece horrendo na praia o soldado matando
e enterrando vitorioso na areia corpos aos montes
e almas no inferno, desses que cevavam as carnes
em carnes humanas e impinguavam os ventres
(com o sangue dos homens.)

Já não se alonga o combate, já não pensa o inimigo
em entesar o arco, e defender a vida com brio.
Tudo é pressa em fugir, não lhes valem de nada os redutos,
só resta galgar ligeiro as muralhas do último forte.
Nossas armas gloriosas prostraram o feroz inimigo,
rompendo à força as trincheiras e levando à frente a matança:
O general e seu bravo esquadrão, cansados embora
do duplo esforço e com os corpos crivados de flechas,
conservaram ainda fresca a conhecida energia
das almas nobres: vibram de entusiasmo: uma de duas,
ou acabar com as hordas bárbaras ou deixar no combate
a vida, comprando com o sangue a vitória da pátria.

"Triunfadores meus, diz o chefe, vossa espada valente,
armas e dextras estão tintas ainda do sangue maldito;
sem tardar, lancemo-nos contra o inimigo vencido,
enquanto o abate o terror das últimas duas batalhas.
Vedes quantos aí estão prostrados a gemer moribundos,
quantos outros na fuga receberam mortais ferimentos.
Ou exterminar de vez esta raça felina
com a ajuda de Deus, ou sepultar-nos na areia
gloriosamente". A estas palavras, parte. A todos devora
o mesmo fogo. Arrojam-se como impetuosa torrente
ou como a tempestade negra que revolve o oceano,
encapela as ondas, rasga o linho branco das velas,
quebra os altos mastros, e girando três ou quatro vezes as popas,
as submerge voraz em rápido rodamoinho.
Quantos estragos não causou então o braço valente
do jovem chefe! quantos corpos de guerreiros ferozes
arremessou à morte, tomando vingança no sangue inimigo.

Fossem mais crentes os colegas, mais viris os seus braços,
fervesse-lhes no peito um sangue mais quente,
acompanhassem sempre, lado a lado, o seu chefe,
e esse dia marcaria a ruína desses feros selvagens,
atirando-os para as sombras eternas do inferno. (...)

Nem trincheiras, nem selvagens sustêm o assalto dos nossos,
ainda que os embargue e fira a chuva das flechas.
Encarniçam-se teimosos, e rompendo por sendas impraticáveis,
abatem quanto se lhes ergue diante e acossam os bárbaros,
crivando-os de feridas e juncando de mortos o campo.
Também os nossos levam o peito varado de setas.

Seria longo referir os golpes de cada um dos guerreiros,
as vidas que despenharam nos abismos da terra.
As armas lançaram no inimigo exterminio medonho.
O sangue correu em riachos que espumejavam:
muitos tombaram passados ao fio da espada,
muitos, de mãos e pescoço presos, carregaram cadeias.
Domado ficou assim seu furor indomável.
Cessou finalmente o terror, a altivez e ameaças
dos bárbaros; e voltou aos lusos a paz suspirada. (...)"

O governador Mem de Sá* elaborou, do próprio punho, um documento oficial que relata as suas atividades como governante do Brasil. A secura e concisão desse documento não mascara a atenção quase obsessiva de Mem de Sá em sua política punitiva contra os índios.

* Mem de Sá, "Instrumentos dos Serviços de Mem de Sá", 1570. Em: *Annaes da Bibliotheca Nacional*, Vol. XXVII (1905), Rio de Janeiro, 1906:131-135.

" (...) Achei toda a terra de guerra, sem os homens ousarem fazer suas fazendas senão ao redor da cidade, pelo qual viviam apertados e necessitados por não terem peças e descontentes da terra, e por o gentio não querer paz mandei dar em Corupeba num principal que estava em uma Ilha que se agora chama a Ilha de Corupeba, onde estava muita gente de guerra, e o trouxeram preso, o que pôs grande espanto ao gentio e temor aos brancos e logo comecei a fazer guerra em Jaguaripe, que é da outra banda da Bahia, onde se destruiram muitas aldeias, cativaram e mataram muitos indios.

Mandei dar sobre outro principal, por nome o Topenequim (Tupiniquim) que estava afastado da cidade treze ou quatorze léguas, e deram de noite sobre ele, tendo muita gente consigo, e o trouxeram preso por força e contra vontade dos seus.

Fui em pessoa sobre outro principal, que se chamava a Boca Torta, por estar de guerra e não querer deixar de comer carne humana, que estava dezoito léguas da cidade / parti da cidade amanhecendo e naquele dia e noite cheguei à aldeia antes que amanhecesse e entrei, a aldeia se queimou e mataram muitos do gentio, os mais fugiram, o que foi causa depois de Deus o gentio cometer pazes, e eu a dei, com se fazerem cristãos, e os ajuntei em grandes aldeias.

Neste tempo veio recado ao governador como o gentio Topenequim (Tupiniquim) da capitania dos Ilhéus se levantara, e tinha mortos muitos cristãos e destruídos e queimados todos os engenhos de açúcar e os moradores estavam cercados e não comiam já senão laranjas, e logo o pus em conselho, e posto que muitos eram que não fosse, por não ter poder para lhes resistir nem o poder do imperador, fui com pouca gente que me seguiu, e na noite que entrei nos Ilhéus fui a pé dar numa aldeia que estava sete léguas da vila, em um alto pequeno, toda cercada de água, ao redor de lagoas, e as passamos com muito trabalho, e ante manhã, duas horas, dei na aldeia e a destruí e matei todos os que quiseram resistir, e a vinda vim queimando e destruindo todas as aldeias que ficaram atrás, e, por se o gentio ajuntar e me vir seguindo ao longo da praia, lhe fiz algumas ciladas onde os cerquei e lhes foi forçado deitarem-se a nado ao mar costa brava / mandei outros índios atrás deles e gente solta, que os seguiram perto de duas léguas e lá no mar pelejaram de maneira que nenhum Topenequim (Tupiniquim) ficou vivo, e todos os trouxeram a terra e os puseram ao longo da praia, por ordem que tomavam os corpos perto de uma légua; fiz outras muitas saídas em que destrui muitas aldeias fortes e pelejei com eles outras vezes, em que foram muitos mortos e feridos, e já não ousavam estar senão pelos montes e brenhas, onde matavam os cães e galos, e, constrangidos da necessidade, vieram a pedir misericórdia e lhes dei pazes, com condição que haviam de ser vassalos de sua alteza e pagar tributo e tornar a fazer os engenhos, tudo aceitaram e fizeram e ficou a terra pacífica em espaço de trinta dias, onde fui a minha custa dando mesa a toda pessoa honrada e, também digo, e tão boa como é notório.

Estando ainda nos Ilhéus, me foram novas como o gentio do Peroaçú estava levantado, e vieram à Ilha de Taparica e mataram três ou quatro homens brancos e tomaram um barco com muita fazenda, e a gente se salvara a nado e não ousavam já de sair fora em barcos / logo me fiz prestes e me vim a esta capitania e, praticando o caso, lhes disse que todos se fizessem prestes, que lhes havia de dar guerra, e, em menos de oito dias, fui com trezentos brancos e dois mil índios de paz e, para ir dar em uma fortaleza em que estava um principal, que se chamava o Tarajoo, foi necessário fazer uma estrada, onde, digo, por onde a gente e os cavalos pudessem ir, e a fiz em um dia e noite, sendo de três léguas de comprido, por brenhas e montes asperíssimos, e ante manhã dei na fortaleza e a entramos, matando todos os que quiseram defender, e nos deixaram as casas com todos seus mantimentos e mais fato, que nela tinham, e daí entrei e rodeei todo o Peroaçú, tendo muitas pelejas, e lhes destruí cento e trinta e tantas aldeias, e me tornei a embarcar, e daí a dias mandaram pedir pazes, que lhes dei, com ficarem vassalos de sua alteza.

Ao tempo que me queria partir dos Ilhéus veio da capitania de São Vicente um gentil-homem francês que se chamava Monsieur du Bolees, pessoa de sangue, segundo os franceses afirmam, o qual viera de França para povoar o Rio de Janeiro, onde estava outro fidalgo, Monsieur du Villegaignon, que tinha feito uma fortaleza muito forte, e por desavenças que com ele teve se saiu de sua companhia e se foi para São Vicente e, daí, veio ter comigo e me descobriu algumas ruins determinações de Villegaignon em prejuízo desta terra e do serviço de sua alteza.

Determinei de ir em pessoa, por me sua alteza mandar, e fui com mui pequena armada e pouca gente, ao menos do reino, que não trazia mais que gente do mar e, no meio do dia, combati, contra vontade

dos da armada do reino e do seu capitão-mor e dos mais capitães, a fortaleza por todas as partes, que, como ela estava situada em um pico alto, no meio da baía, a podiam as naus e navios cercar, e, posto que nos defendeu a entrada com muitos tiros de artilharia grossa que tinha, saí em terra e combatemos as duas fortalezas que na Ilheta estavam feitas, estando com mais de cento e vinte franceses e mil e quinhentos índios, os quais duas vezes saíram a nós e pelejaram esforçadamente, e, por morrerem muitos franceses e lhe termos tomado uma fortaleza e não cessarmos de combater a outra, se saíram de noite em canoas e nos deixaram uma das mais fortes fortalezas da cristandade, com muita e formosa artilharia de metal e outra muita de ferro coado, com muita pólvora e outras muitas munições, e navios de remos, que faziam para correr a costa, que sobre isso passei com o capitão-mor, e o muito que lhe sofri por não deixar de combater a fortaleza dirão as testemunhas, destruí algumas aldeias fortes com matar muitos índios / daí fui a São Vicente onde o gentio estava levantado e o pus em paz e todo este tempo que lá andei, que foi um ano, dei mesa e todo o necessário às pessoas que disso tinham necessidade.

Tornando à capitania do Espírito Santo, achei o gentio outra vez levantado e determinei fazer-lhe guerra e, atemorizados disso, me vieram a pedir pazes, que lhe dei e a deixei pacífica / assim o fiz na capitania do Porto Seguro, com a ordem que dei contra os aimorés. (...)"

Ainda em relação ao governo de Mem de Sá, é relevante mencionar uma carta do rei D. Sebastião* dirigida ao mesmo em 1558, na inauguração de sua gestão, em que os eternos temas da resistência indígena, da ameaça dos franceses e do proveito da colaboração jesuítica são tratados como um programa mínimo de atividades do governante.

* Carta do Rei D. Sebastião para Mem de Sá, governador do Brasil, fins de 1558, "Castigo do Gentio". O original se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Colecção São Vicente, vol. 10, p. 227-228. A edição utilizada é a de Joaquim Veríssimo Serrão, *O Rio de Janeiro no Século XVI*, Lisboa, Of. Graf. Manuel A. Pacheco, 1965: 36-37.

"Mem de Sá amigo etc. Por Dom Duarte da Costa recebi vossas cartas pelas quais me dáveis conta da maneira em que me ficáveis servindo nestas terras. E depois recebi as vossas cartas do primeiro de junho e dez de setembro e por elas soube como a capitania de Vasco Fernandez Coutinho ficava muito pacífica, e o seu gentio tão castigado, mortos tantos, e tão principais, que parecia que não levantariam tão cedo cabeça, e recebi muito contentamento com essas Boas Novas, posto que das de Fernão de Sá, vosso filho, acabar nesta guerra me desaprouve muito, mas sendo tanto em seu lugar e em coisa de tamanho meu serviço, não há o que fazer senão dar-se a nosso Senhor por tudo muitos louvores, como vejo que fazeis, o que vos agradeço muito. E quanto à determinação em que ficáveis de irdes à capitania do Espírito Santo, eu tenho por certo que quando vos parecesse meu serviço tereis cuidado de o fazer, e de prover em tudo conforme a confiança que de vós tenho; e quanto ao que toca aos franceses e às informações que deles e do que fazem me enviais, folguei de me avisardes de tudo tão particularmente e porque por outra carta vos escrevo o que acerca disso hei por meu serviço não tenho nesta que vos dizer, somente que tenho por certo que assim mesmo me dais conta provereis conforme a importância de cada uma delas, de maneira que me haja eu em tudo por muito servido de vós. E assim vos encomendo muito que o façais e que tenhais destas coisas o cuidado que de vós espero.

Os poderes que pedis vos mando conforme aos de que usava Tomé de Souza por provisões de fora para o que cumpre a bem da justiça, e assim que pudésseis conhecer dos agravos que o ouvidor faz às partes, posto que caiba em sua alçada. E assim das mais coisas que apontais não foi possível irem-vos nestes navios mas parece-me bem o que dizeis e eu terei lembrança de se vos enviarem nos primeiros.

Por diversas vias soube do muito favor que dáveis aos padres da Companhia de Jesus para o que cumpre a serviço de nosso Senhor e recebi disso o contentamento que é razão e requere o intento que se teve no descobrimento dessas terras, que é ser nosso Senhor nelas tão servido e seu nome tão conhecido e honrado, como por tantas razões o deve ser, e, porque o meio de se isto conseguir é o dos ditos padres que são tão virtuosos como sabeis e que com todas suas forças tanto procuram servir a nosso Senhor, vos encomendo muito que tenhais particular cuidado, como sei que tendes, de os favorecer e ajudar no que vos requererem e virdes ser necessário, e, quanto à carta que vos parecia que devia de escrever à câmara de Salvador, para que ajudassem e favorecessem os ditos padres na conversão dos gentios, vos envio com esta agradeceria muito dar-se-lhes e trabalhando para que assim o façam, dizendo-lhes o grande contentamento que disso receberei e quanto me desaprazerá do contrário, e porque, como digo, pela pressa com que estes navios partem não houve lugar de prover em algumas coisas que quisera, por esta mesma razão, não vai esta tão larga como também quisera, mas fá-lo-ei nos primeiros navios, e, entretanto, vos encomendo muito que do que toca a meu serviço nessas terras tenhais aquele cuidado que eu confio de vós e de sempre me escreverdes, como fazeis, o que vos parecer."

Filipe de Guillen, de origem espanhola, veio para o Brasil em 1537. Foi nomeado provedor da fazenda de Porto Seguro em 1551. Cavaleiro da Ordem de Cristo, foi, não obstante, denunciado na Visitação da Inquisição na Bahia, em 1591, como provável cristão-novo e sacrílego. Não parece ter pago nenhum preço por essa denúncia, provavelmente por já estar morto a essa época. A carta à rainha D. Catarina de Áustria, viúva de D. João III,

escrita por Guillen* em 1561, narra as guerras de Mem de Sá contra os índios de Porto Seguro e a vitória contra os franceses e os índios da Guanabara.

* Filipe Guilhen, Carta à rainha D. Catarina, de Porto Seguro, 12 de março de 1561. O original se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 104, doc. 83. A edição utilizada é a de Joaquim Verissimo Serrão, *O Rio de Janeiro no século XVI*, Lisboa, Oficinas Gráficas Manuel A. Pacheco Ltda (Documentos dos Arquivos Portugueses), 1965:44-46. O texto apresenta pontos em branco nos trechos onde a leitura do documento é impossível.

"Senhora,

Pelo Doutor Pedro Borges escrevi a Vossa Alteza sobre a situação desta terra, bem como algumas coisas que me pareceram necessárias ao serviço do Rei nosso Senhor. Depois de sua partida, o Governador Mem de Sá, vendo que já estava em paz toda esta costa e o gentio dela sossegado, a capitania dos Ilhéus restaurada, reformada e segura e os franceses do Rio de Janeiro vencidos e desbaratados, parecendo-lhe, e a todos, que ... para em tudo devidamente servir ao Rei nosso Senhor. (...) digo que depois de passar por esta capitania de Porto Seguro ... vir sobre ela um gentio que chamam Aimorés, que é gen ... certa, ficando ao contrário um dia num lugar e outro dia noutro e vivendo ... mantendo-se de caça e frutas, andam contra todas as outras linhagens como assaltantes, olham se podem sem perigo matar alguma pessoa, e se a matam tiram dela a melhor carne, comem-na e logo fogem dali. Essa gente atacou tanto esta capitania, por tantas partes nas fazendas e vilas que, das três que existem, tão cotidianamente atacaram uma delas que se despovoou, e nas outras mataram homens, mulheres e muitos escravos. Dessa maneira, todos os moradores estavam prestes a abandoná-la, o que, sabido pelas nossas cartas na cidade onde reside o Governador, e o Ouvidor Geral Brás Fr ... outorgando-lhes que o Ouvidor Geral fosse socorrê-la, assim par ... como a gente desta capitania que estava com medo dos Aimorés levantados protegeram-se, como tam ... castigo mediante a sua correção e às coisas relativas à justiça, o ... a dias e sete de janeiro do presente ano, e houve tanta boa ordem e maneira em ambas as coisas que não há desavenças entre os moradores, nem medo dos Aimorés. Certifico a Vossa Alteza que se não fosse por aquele que veio pôr ordem em ambas essas coisas, já estaria despovoada esta capitania de Porto Seguro, tudo tendo sido feito e provido com aquela moderação própria de sua inteligência. Não o desanimou a extrema pobreza dos moradores que aqui estão e tudo foi realizado como se decorresse de amor paterno. Já tem ... Tupiniquins pretos para que habitem e morem entre nós, e os ... andam como escudos de nossa defesa, e outros muitos ... chamar que cada dia esperamos, com o que estará segura esta Capitania, e seus moradores sem receio de perigo evidente. (...)

Desta capitania e vila de Porto Seguro, aos doze de março de 1561.

Do criado da Vossa ... Filipe Guilhen" *

* Tradução do espanhol para o português de Jean François Cleaver.

A importância capital da ação jesuítica no assessoramento dos negócios da colônia fica, mais uma vez, manifesta na larga crônica elaborada pelo padre Simão Travassos** por mandado do padre Cristovão de Gouvêa, visitador da Companhia de Jesus no Brasil, e que trata da larga campanha militar contra os índios Potiguara e seus aliados franceses na Paraíba. No texto *Summario das Armadas que se fizeram e Guerras que se deram na conquista do rio Parahyba* são narradas as quatro expedições e inumeráveis combates que se estenderam entre 1574 e 1585. Só uma quinta expedição conseguiu, finalmente, estabelecer o domínio português sobre a região, embora os combates e as hostilidades prosseguissem até 1599.

** Simão Travassos, *Summario das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahyba*, 1603. O original se encontra na Bibliotheca Nacional de Lisboa. A edição utilizada é a da *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Ethnographico do Brasil*, Rio de Janeiro, 1873, 36 (1):5-89.

"Antes de entrar na relação das guerras e armadas, que os reis deste reino mandaram dar e fazer contra o gentio *Pitiguar* (Potiguara), senhor de mais de quatrocentas léguas por costa deste rio do Paraíba até o do Maranhão, que começaram no tempo de Luiz de Brito de Almeida, governador geral deste Estado do Brasil, e se acabaram no tempo do licenciado Martim Leitão, ouvidor geral do mesmo Estado, e que por mandado de el-rei D. Felipe, nosso senhor, os conquistou e povoou o rio Paraíba, me pareceu fazer uma breve descrição dele e do estado em que estavam as capitanias de Pernambuco e Tamaracá quando o Dr. Martim Leitão entrou nelas (...).

Salto do Capitão Simão Falcão e fugida dos nossos

O nosso exército português, por ver que a sua estada ali já não era de efeito, se partiu, levando a via do sertão, em busca do gentio iníquo, onde o capitão Simão Falcão enquanto assistira na obra do forte, espiada uma aldeia, assaltou-o em uma madrugada com boa mão e felicidade, matando alguma gente e cativando quatro pessoas, com cuja língua foi o exército pelo mesmo rumo buscar os inimigos até uma campina, que se agora chama das Ostras, três léguas do forte (...) Passado aquele dia, que todo o alcaide e gente que ficaram no forte gastaram em os persuadir tornassem em busca dos índios com mais cinqüenta arcabuzeiros espanhóis, que lhes o alcaide dava dos do presídio, tais estavam, que nem com isso, nem com se acharem ainda alguns noventa homens de cavalo, e mais de cento e quarenta de pé, que quase faziam trezentos, que era o mais exército que até aqueles tempos se juntou no Brasil, se quiseram nunca abalar, senão voltar para casa, com deixarem mais de quatrocentos índios dos nossos

mortos e mais de cinqüenta homens brancos, que foi a maior perda, que estas capitanias até agora receberam, porque quase tudo eram escravos, afora mais de cento de guiné, e assim a maior fugir e sem nenhuma ordem se vieram todos passando o rio, defronte do forte, em barcos com bem de trabalho por ser força do inverno, que os tratou mal todo o caminho, onde também morreram muitos cavalos e gentio à míngua, por nenhum se aguardarem uns aos outros, e tais chegaram a Pernambuco, de todo desbaratados no mês de junho. (...)

Partida da Baia da Traição para o Tejucupapo

O terceiro dia, carregados os índios do esbulho e alguns mantimentos, partimos, indo sempre ao longo da costa, e assim fomos outros três, com o língua dos índios cativos, em busca do Tejucupapo, o maior principal dos *Pitiguares* (Potiguara), por ser muito grande feiticeiro, e indo, ao quarto, bem descuidados, antes do meio-dia, parecendo-nos já não acharíamos inimigos, gritaram da vanguarda: *Pitiguares! Pitiguares!* (Potiguaras) (...) e chegou aos dianteiros a tempo que sobejavam as flechas de três partes, de que em cilada rebentaram do mato três esquadrões de gente inimiga, e se tornaram a recolher em ondas e remetidas, que este é o seu pelejar, e o nosso gentio, vendo tantos inimigos, quase que ficou assombrado, e à pressa, em um corpo, se estavam cercando de rama para nós todos recolhermos em qualquer fortuna; mas chegando aí o ouvidor-geral os começou a afrontar de palavra, dizendo-lhes se determinavam fugir ou fazer aí casas para viver, e depois morrer como velhos, e que as nossas casas haviam de ser as dos inimigos, e assim, gritando — a eles! — e deitando-se com fúria fora do cavalo, ainda que logo alguns pegaram dele se não metesse assim desarmado na força do perigo; mas, gritando rijo — a eles! a eles! — passou avante, mandando João Tavares por outra parte, e com isto levaram os inimigos diante de si, deitando-os fora de mil labirintos que ali tinham feito e ordenado, e por extremo fortificados, ficando todavia as suas estâncias semeadas de mil corpos mortos, e muito dobrados foram se não houvera a detença dos nossos no abrir dos caminhos para todos passarem, posto que sempre corriam, e assim tiveram os inimigos alguma guarida em o muito ruim e grande alagadiço, que sempre eles costumam tomar por reparo, onde houve muitas graças de muitos atolarem mais do necessário, não querendo seguir ao ouvidor-geral seu capitão, que, ainda que o cavalo caiu com ele, o levou pela rédea, e, saindo fora muito gentil-homem do muito lodo, se deitou em cima dele mui desenvolto, e seguiu os inimigos por um caminho com outros dois de cavalo e alguns gentios que sempre foram derribando neles, e o mesmo aconteceu por onde foi o capitão João Tavares, e como digo foram infinitos os mortos se o nosso gentio ousara segui-los mais; mas vendo tantos e a si tão poucos, o fizeram pesadamente e só à sombra dos brancos. Aqui me feriu um espanhol por desastre em um pé, e com isto nos recolhemos depois das 3 da tarde à grande aldeia, que estava perto do alagadiço, onde descansamos o que ficava do dia, dando muitas graças a Deus, porque foi esta uma grande vitória que se afirmou haver ali mais de vinte mil *Pitiguares* (Potiguaras) feitos (...).

Como o ouvidor-geral partiu do Paraíba para o Copaoba

Da cidade, onde o ouvidor-geral Martim Leitão deixou Pero de Albuquerque por capitão, em quatro grandes jornadas se foi dormir à grande cerca de Pinacama, que é um grande principal *Pitiguar* (Potiguara) (...). Desta cerca fizeram uma jornada direitos à serra do Copaoba (...). Ali se dormiu, e por haver inteligência dos nossos espias, haver perto aldeias de inimigos, se madrugou para dar neles ante manhã e com assaz trabalho, porque se enganaram os espias: não chegaram à primeira senão em amanhecendo, e por o nosso gentio dar o seu urro primeiro que entrasse fugiram alguns, ainda que se fez incrediível matança, e se tomaram setenta ou oitenta peças contra vontade do ouvidor, que não queria senão que os matassem, e mandou seguir o alcance por uma parte e outra, e foi tal que durou mais de uma légua até outra grande cerca, na qual foram repousar, na qual tudo foram corpos mortos dos inimigos e dos nossos nenhum, salvo quatro ou cinco feridos (...). Havia por conta nesta Copaoba cinqüenta aldeias de *Pitiguares* (Potiguaras), todas umas pegadas nas outras e à vista (o seu celeiro era de infinidade de mantimentos e algodões). (...)

Das caixas que se acharam se fizeram dez pavezes, atados com cairo, cipó, e como melhor puderam, com o que, vendo-se pela manhã bem ordenados, se animou a gente, e foram buscar aos inimigos, deixando queimado tudo, como sempre fizemos a todas as cercas e aldeias que tomamos, as quais estavam à vista em três tranqueiras que eles armaram nos piores passos, umas diante das outras, que muito poucos bastavam em tais passos se Deus nos não ajudara. Mas, posto em ordem o nosso exército, começou a marchar para os inimigos, e por na primeira caiçara do rio haver detença, pela resistência que eles faziam, se passou lá o ouvidor-geral, e dando-lhes muita pressa, como quem entendia que nisso estava a importância e não em cuidarem, e com sua chegada se levou sem nos ferirem pessoa, e com a mesma fúria arremeteram à segunda, que era entulhada de terra em um vale muito mais forte, e assim foi necessário chegar o ouvidor e pôr a gente nomeada nos postos, e lançando uma boa manga por um outeiro acima, com que os assombrou muito mais, e sentindo grande volta no baixo, vendo os inimigos três mangas da nossa gente se assombraram de todo, que nem na terceira cerca pararam, ainda que não subíamos a ela senão de pés e mãos, e a se não terem lançado as mangas sempre custara mais, que foi gentil ordem do ouvidor-geral e grande aviso, que neste tempo trabalhou infinito até cansar três cavalos, porque queria ver e estar presente em toda a parte, e assim nos ajudou Deus, e os deitamos, seguindo-os mais de meia légua, indo-os sempre picando com alguns mortos até chegarem a uma aldeia, onde fizeram grande resistência, fazendo algumas voltas, tudo por salvarem as mulheres e filhos que ali tinham, com que o negócio esteve em peso, porque três ou quatro vezes os levaram e nos tornaram a levar em ondas, até que chegou o corpo da nossa gente com o ouvidor-geral e carregando rijo os levaram de todo, e a não vir a tal tempo sempre a nossa vanguarda passara mal. Daqui lhe fomos aquele dia destruindo três ou quatro aldeias até nos irmos aposentar em um alto; mas tudo era já despejado, e dali víamos trinta e tantas à roda em menos de

uma légua, que todas começaram de arder (aqui repousamos aquele dia e o outro fornecendo-nos de mantimentos).

Como, destruída a Copaoba, foram ao Tejucupapo,
onde tiveram a maior briga de todas

Daqui se partiu em busca do Tejucupapo, que o ano atrás nos fugira, e caminhando dois dias assim, virando abaixo ao mar, ao terceiro pela manhã parecendo-lhe não haveria inimigos, deu a vanguarda em uma mui poderosa cerca, de onde por aqueles vales começou a retumbar o tom da arcabuzada, que pela fineza da pólvora, melhor que a nossa, e o amiudar dos tiros entenderam ser corpo de gente com socorro de franceses, que todos receavam e traziam diante dos olhos, e assim era que eram vindos das naus, a isto não havia acudir por o caminho de nenhuma maneira dar lugar senão irem uns trás outros como se acostuma, e por mais pressa que se deram por na dianteira sentirem grande volta não havia remédio, e também por aparecerem por outras partes à roda inimigos temeram outra tal à retaguarda, que trazia Misse Hyppolito e Pero Lopes, e assim lhes mandou o ouvidor-geral que tocássemos os seus tambores e trombetas, com que se tudo alvoroçou. (...) mas Deus é bom que sempre ajuda os seus, e mais as coisas que se fazem sem respeito nem interesse, como estas guerras do ouvidor-geral, que só nisto dizia punha toda sua esperança, que não havia Deus de faltar a tanto serviço seu e de el-rei e bem de seus vassalos, como se seguia a todos os daquelas capitanias do desbarato destes *Pitiguares* (Potiguaras) em que o Nosso Senhor milagrosamente, sem gente, com tão pouco custo sempre o ajudou e guardou, principalmente neste dia e pressa dos inimigos, que desbarataram e da cilada, que, enxotados os dianteiros, arrebentou com grandes alaridos e gritos por detrás, que foi coisa medonha e mais para tal tempo; mas com a resposta que lhes demos, que foi já mais de ânimos vitoriosos que de obras, porque não estava a gente para nada, fugiram, como viram que assim o tinham feito seus companheiros. Eram tantas e tais as feridas de pelouros de cadeia com que os franceses que com os negros estavam na cerca tiraram, que todo o restante do dia se gastou na cura dos feridos, e por não haver já mais que três botijas de pólvora, e ser necessário trazer nove feridos daqueles em redes, que não podiam vir, nem ter-se em besta, afora muitos que vinham a cavalo, que todos andavam à porfia de os trazerem nos seus. (...) e a todos ainda que vitoriosos foi a noite enfadonha, porque nos víamos mortos, feridos, desbaratados e com pouca pólvora, ainda que isto da pólvora não sabiam três pessoas do arraial, e tão longe de casa, entre tantos inimigos, e com sete naus francesas entre eles no porto da baía da Traição, que lhes dariam aos cem e duzentos arcabuzeiros, cada vez que quisessem, e mais agora, que são feridos e magoados da perda de seu alferes, que era valente homem e da bandeira e tambor, basta que todos tenham bem que cuidar, só o ouvidor-geral era o que festejava, e que não consentia melancolia, que dizia ele ser traça que mais gasta os ânimos fortes que tudo, e os consome e assim com muito risco (?) visitava e corria a todos, e nos ordenou para partir pela manhã cedo, como fizemos em boa ordenança, encomendando-nos todos muito a Deus e ao anjo S. Gabriel e à bem-aventurada N. S. das Neves, invocação do Paraíba, onde o ouvidor-geral prometeu um frontal de damasco e *cortinhas* de linho, que lhe logo mandou de Pernambuco, e assim deixando o Copaoba destruído, que então era a gadelha, força e substância dos *Pitiguares* (Potiguaras), voltamos buscando o caminho do Paraíba, com assaz trabalho, guiados pelo sol, porque ninguém sabia onde estava; marchamos o primeiro dia com grandíssimo trabalho, principalmente do ouvidor-geral por respeito dos muitos doentes e feridos, e puxarem então todos mais por ele, e assim nos agasalhamos ao longo de um ribeiro pequeno, aquela primeira noite da jornada como cada um pôde. (...)

Esta foi a maior e mais arriscada e perigosa guerra, e de mais importância, que nunca se cá deu, e mais por se dar logo sobre o salto que os franceses fizeram na aldeia do Assento de Pássaro, e sobre o desbarato de Duarte Gomes, e informados também os franceses dos cativos, que tomaram em este salto da determinação que havia de se lhes dar por mar e terra, como já tinham feito a da terra, onde e como nunca cuidaram, que assim o seguravam os feiticeiros nunca irem cavalos nem brancos ao Copaoba; e tendo a do mar à porta, por o ouvidor-geral ter mandado vir os caravelões com que de noite, a remos, os determinava de saltear, por já irem faltando as monções para naus grandes virem de Pernambuco ao Paraíba, se acolheram os franceses com as naus vazias, com o que os nossos de todo ficaram seguros e constantes crendo não tornariam mais, pois havia quatro anos que já a coisa corria de tal maneira, que se tornariam sempre desbaratados ou de vazio e assim se tem sem falta, que faltando os franceses se entregaram os *Pitiguares* (Potiguara), pois não têm nenhum remédio, e em toda a parte a miúdo eram salteados, ou se passariam todos além do Rio Grande, como já muitos tinham feito, que é o que nos arma, e com a certeza de as naus francesas serem idas, despediu a gente toda o ouvidor-geral, ficando somente com os seus oficiais, padre Albuquerque e Francisco Pereira, que ainda estavam mal das feridas. (...)"

O padre Fernão Cardim *, nascido por volta de 1548, foi acompanhante do visitador Cristovão de Gouvêa, com quem passou ao Brasil em 1583. Em 1598 foi nomeado procurador da Província do Brasil em Roma e, cumprida essa missão, voltava de Lisboa ao Brasil, em 1601, quando seu navio foi aprisionado por corsários ingleses. Aí esteve preso quase dois anos, até ser resgatado em 1603. Voltou ao Brasil em 1604, como provincial da Companhia de Jesus, onde permaneceu até a sua morte em 1625. Sua estada forçada na Inglaterra teve o mérito inesperado de permitir a edição de alguns de seus manuscritos, que foram publicados pelo editor Samuel Purchas.

* Fernão Cardim, "Treatise of Brasil", em Samuel Purchas, *Purchas his Pilgrimes*, London, William Stansby, 1625 (1ª edição). A edição utilizada é *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, Rio de Janeiro, J. Leite & Cia., 1925: 194-206.

No texto a seguir, incluído na edição londrina, Cardim trata da diversidade das nações e línguas indígenas em que faz o balanço do extermínio de muitos desses povos.

"Da diversidade de Nações e Línguas

Em toda esta província há muitas e várias nações de diferentes línguas, porém uma é a principal que compreende algumas dez nações de Índios: estes vivem na costa do mar, e em uma grande corda do sertão, porém são todos estes de uma só língua ainda que em algumas palavras discrepam e esta é a que entendem os portugueses; é fácil, e elegante, e suave, e copiosa, a dificuldade dela está em ter muitas composições; porém dos portugueses, quase todos os que vêm do Reino e estão cá de assento e comunicação com os Índios a sabem em breve tempo, e os filhos dos portugueses cá nascidos a sabem melhor que os portugueses, assim homens como mulheres, principalmente na Capitania de São Vicente, e com estas dez nações de Índios têm os Padres comunicação por lhes saberem a língua, e serem mais domésticos e bem inclinados: estes foram e são os amigos antigos dos portugueses, com cuja ajuda e armas, conquistaram esta terra, pelejando contra seus próprios parentes, e outras diversas nações bárbaras e eram tantos os desta casta que parecia impossível poderem-se extinguir, porém os portugueses lhes têm dado tal pressa que quase todos são mortos e lhes têm tal medo, que despovoam a costa e fogem pelo sertão adentro até trezentas a quatrocentas léguas.

Os primeiros desta língua se chamam *Potyguaras* (Potiguara) senhores da Paraíba, 30 léguas de Pernambuco, senhores do melhor pau do Brasil e grandes amigos dos franceses, e com eles contrataram até agora, casando com eles suas filhas; mas agora na era de 84 foi a Paraíba tomada por Diogo Flores, General de Sua Majestade, botando os franceses fora, e deixou um forte com cem soldados, afora os portugueses, que também têm seu Capitão e Governador Frutuoso Barbosa, que com a principal gente de Pernambuco levou exército por terra com que venceu os inimigos, porque do mar os da armada não pelejaram.

Perto destes vivia grande multidão de gentio que chamam *Viatã*, destes já não há nenhuns porque sendo eles amigos dos *Potyguaras* (Potiguara) e parentes os portugueses os fizeram entre si inimigos, dando-os a comer, para que desta maneira lhes pudesse fazer guerra e tê-los por escravos, e finalmente, tendo uma grande fome, os portugueses em vez de lhes acudir, os cativaram e mandaram barcos cheios a vender a outras Capitanias: juntou-se a isto um clérigo português Mágico, que com seus enganos os acarretou todos a Pernambuco, e assim se acabou esta nação, e ficando os portugueses sem vizinhos que os defendessem dos *Potyguaras* (Potiguara), os quais até agora que foram desbaratados, perseguiram os portugueses dando-lhes de súbito nas roças, fazendas, e engenhos, queimando-os, e matando muita gente portuguesa, por serem muito guerreiros; mas já pela bondade de Deus estão livres deste sobroço.

Outros há a que chamam *Tupinaba* (Tupinambá): estes habitam do Rio Real até junto dos Ilhéus; estes entre si eram também contrários, os da Bahia com os do Camamu e Tinharé.

Por uma corda do Rio de São Francisco vivia outra nação a que chamavam *Caaété* (Cacté), e também havia contrários entre estes e os de Pernambuco.

Dos Ilhéus, Porto Seguro até Espírito Santo habitava outra nação, que chamavam *Tupinaquim* (Tupiniquim); estes procederam dos de Pernambuco e se espalharam por uma corda do sertão, multiplicando grandemente, mas já são poucos; estes foram sempre muito inimigos das coisas de Deus, endurecidos em seus erros, porque eram muito vingativos e queriam vingar-se comendo seus contrários, e por serem amigos de muitas mulheres; já destes há muitos cristãos e são firmes na fé.

Há outra nação parente destes, que corre do sertão de São Vicente até Pernambuco, a que chamam *Tupiguae*: estes eram sem número, vão-se acabando, porque os portugueses os vão buscar para se servirem deles, e os que lhes escapam fogem para muito longe, por não serem escravos. Há outra nação vizinha a estes, que chamam *Apigapigtanga* e *Muriapigtanga*. Também há outra nação contrária aos *Tupinaquins* (Tupiniquim), que chamam *Guaracaio* ou *Itati*.

Outra nação mora no Espírito Santo a que chamam *Tegmegminó* (Temiminó); eram contrários dos *Tupinaquins* (Tupiniquim), mas já são poucos. Outra nação que se chama *Tamuya* (Tamoio), moradores do Rio de Janeiro, estes destruíram os portugueses quando povoaram o Rio, e deles há muito poucos, e alguns que há no sertão se chamam *Ararape*.

Outra nação se chama *Carijo* (Carijó); habitam além de São Vicente como oitenta léguas, contrários dos *Tupinaquins* (Tupiniquim) de São Vicente; destes há infinidade e correm pela costa do mar e sertão até o Paraguai, que habitam os castelhanos. Todas estas nações acima ditas, ainda que diferentes, e muitas delas contrárias umas das outras, têm a mesma língua, e nestes se faz a conversão, e têm grande respeito aos Padres da Companhia e no sertão suspiram por eles, e lhes chamam *Abarê* e *Paí*, desejando a suas terras convertê-los, e é tanto este crédito que alguns portugueses de ruim consciência se fingem Padres, vestindo-se em roupetas, abrindo coroas na cabeça, e dizendo que são *Abarês* e que os vão buscar para as igrejas dos seus pais, que são os nossos, os trazem enganados, e em chegando ao mar os repartem entre si, vendem e ferram, fazendo primeiro neles lá no sertão grande mortandade, roubos e saltos, tomando-lhes as filhas e mulheres, etc., e se não foram estes e semelhantes estorvos já todos os desta língua foram convertidos à nossa santa fé.

Há outras nações contrárias e inimigas destas, de diferentes línguas, que em nome geral se chamam *Tapuya* (Tapuia), e também entre si são contrárias; primeiramente no sertão vizinho aos *Tupinaquins* (Tupiniquim) habitam os *Guaimurês* e tomam algumas oitenta léguas de costa, e para o sertão quanto querem, são senhores dos matos selvagens, muito encorpados, e pela continuação e costume de andarem pelos matos bravos têm os couros muito rijos, e para este efeito açoitam os meninos em pequenos com uns cardos para se acostumarem a andar pelos matos bravos; não têm roças, vivem de rapina e pela ponta da flecha, comem a mandioca crua sem lhes fazer mal, e correm muito e aos brancos não dão senão de salto, usam de uns arcos muito

grandes, trazem uns paus feitiços muito grossos, para que em chegando logo quebrem as cabeças. Quando vêm à peleja estão escondidos debaixo de folhas, e dali fazem a sua e são mui temidos, e não há poder no mundo que os possa vencer; são muito covardes em campo, e não ousam sair, nem passam água, nem usam de embarcações, nem são dados a pescar; toda a sua vivenda é do mato; são cruéis como leões; quando tomam alguns contrários cortam-lhe a carne com uma cana de que fazem as flechas, e os esfolam, que lhes não deixam mais que os ossos e tripas: se tomam alguma criança e os perseguem, para que não a tomem viva lhe dão com a cabeça em um pau, desentranham as mulheres prenhes para lhes comerem os filhos assados. Estes dão muito trabalho em Porto Seguro, Ilhéus e Camamu, e estas terras se vão despovoando por sua causa; não se lhes pode entender a língua. (...)"

Contemporâneo de Cardim foi o padre Fernão Guerreiro *, cronista da Companhia de Jesus que, num texto editado em 1605, faz um resumo histórico das violências e agravos contra os índios exterminados em guerras e consumidos na escravidão. O artifício descrito de disfarçar-se os salteadores em missionários da Companhia é um embuste referido também em outras fontes e que foi, mais de uma vez, usado contra eles.

* "Relação annual das cousas que fizerão os Padres da Companhia de Jesus... nos annos de 1602 e 1603 ... Pelo P. Fernão Guerreiro, da mesma Companhia, natural de Almodovar, de Portugal, Lisboa, 1605" Reproduzido em: Cândido Mendes de Almeida, *Memórias para a História do Extincto Estado do Maranhão*, Tomo Segundo, Rio de Janeiro, Typographia de J. Paulo Hildebrandt, 1874: 504-505.

"(...) E para que isto se entenda melhor se há de saber que naqueles primeiros vinte anos, depois que os nossos entraram no Brasil havia junto do mar tão grande multidão de gente que dizia Tomé de Souza, que foi governador daquelas partes, a El-Rey D. João III, que ainda que os cortassem em açougue nunca faltariam, e assim nos primeiros quarenta anos, eram infinitos os que se convertiam, e as igrejas eram muitas.

Porém como os brancos portugueses iam povoando a terra, e fazendo engenhos de açúcar e fazendas: e para isto tinham necessidade de muitos trabalhadores, começaram de lançar mão dos naturais da terra, e o que pior é, a cativá-los para diversas partes da mesma Província.

Pelo que os pobres *Brazis*, como de sua natureza são tristes e coitados, entraram em tamanha melancolia, que os mais deles morreram e se consumiram: outros fugiram pela terra dentro e não pararam senão dali a cento, ou duzentas léguas, e deixaram a fralda do mar despovoada.

Por onde, para os Padres os tornarem a reduzir e trazer à Igreja, foi necessário, e o é ainda hoje em dia, ir a buscá-los ao sertão, onde se acolheram, como vão continuamente, fazendo para isso jornadas, em que gastam seis meses, e um ano, e às vezes ano e meio, caminhando a pé, rompendo matos, padecendo grandes fomes, sedes, calmas, perigos e trabalhos como abaixo se dirá, escrevendo uma jornada destas para que dela se entendam as outras.

E desta maneira se tornam a trazer poucos, e poucos; os quais não vêm mais, que confiados na palavra e amor dos Padres, que os defenderão dos brancos, para que os não cativem e tratem mal.

E contudo isto, ainda depois que os Padres os trazem do sertão, os brancos os andam a saltear, e furtar sem os Padres os poderem defender; e algumas vezes os mesmos brancos se fingem e vestem em traje de Padres até fazerem coroas nas cabeças para que o pareçam de todo, e se vão ao sertão às aldeias dos *Brazis*, dizendo-lhes que são Padres para os enganarem, e a virem com eles como por vezes vieram, cuidando que vinham com Padres, e depois que os têm junto do mar, os amarram e repartem entre si, e levam cada um para seus engenhos e fazendas. (...)"

Bento Maciel Parente* foi dos mais importantes conquistadores portugueses do Maranhão e da Amazônia. Sua ação na Amazônia recebeu o reconhecimento da Coroa, que o nomeou governador geral do Estado do Maranhão, por volta de 1637. As atividades de Bento Maciel Parente, em favor do domínio português no Maranhão e na Amazônia, estão sintetizadas em um memorial de 1630, dirigido ao rei e publicado por Rodolfo Garcia, em apêndice à *História Geral do Brasil* de Varnhagen. O texto é representativo da agressividade e extrema dureza com que os portugueses relacionavam-se com os índios e os concorrentes de outras nações européias.

* Bento Maciel Parente. O memorial que figura no códice *Pernambuco*, da Collecção Castello Melhor, na Biblioteca Nacional, não tem data, mas deve ser de 1630. A edição utilizada é a de Francisco Adolpho de Varnhagen, *História Geral do Brasil*, vol. 2, São Paulo, Melhoramentos (3ª ed.), 1927:267-271.

"Senhor,

Bento Maciel Parente, Capitão-Mor do Grão-Pará, famoso rio das Amazonas, há 36 anos serve a V. M. no Estado do Brasil, na qualidade de soldado, capitão, sargento-mor e capitão-mor, muitas vezes em combate. (...)

Andou treze meses nas guerras da Paraíba, trabalhando em fazer a fortaleza, bem como nas guerras e fortificações do Rio Grande, por quinze meses, lutando com os índios em muitos encontros. (...)

Na conquista do Maranhão, foi como Capitão de mar e guerra de um navio à sua costa, junto com o Capitão-Mor Alexandre de Moura, e com esse lutou na expulsão dos Franceses, ocupando com a sua

gente uma ponta guarnecida de artilharia. Por ter muitas habilidades na língua, na terra e nas guerras dos Índios, e por ser pessoa de talento e confiança, o dito Alexandre de Moura deu-lhe o cargo de Capitão das entradas e descobrimentos, mandando-o descobrir e reconhecer os rios Mearin, Pynare e Maracu, e mais tarde o rio Goropy, cem léguas terra adentro, onde sustentou muitas guerras, fome e doenças na conquista dos índios Guajayaras, de onde voltou vitorioso e foi prender quinze soldados amotinados que estavam fugindo sem ordem. Nessas ocasiões expôs muitas vezes a sua pessoa a mui evidentes perigos, lutando mui valerosamente, e pela sua coragem o nomeou Capitão dos moradores do Maranhão o Capitão-Mor Geronimo de Albuquerque, que ao morrer o deixou nomeado para o governo da conquista, na companhia do seu filho Antônio de Albuquerque. Nessa ocasião, reedificou o forte de São José em Tapari e esteve como capitão desse, até que foi socorrer o Grão-Pará, onde teve algumas refregas com os índios rebelados. Estando essa praça mui apertada com o sítio dos Tupinambás, foi por mar ao Pernambuco, onde o Governador Geral Luis de Sousa lhe mandou levantar gente à sua custa nas Capitanias de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, levar esse socorro ao Grão-Pará e procurar aos desordeiros que tinham aprisionado seu Capitão-Mor Francisco de Caldeira de Castelbranco. Entrou com oitenta homens e quatrocentos Índios flecheiros nas províncias dos Tupinambás insurgentes, que tinham matado mais de cem Portugueses espalhados e, começando a castigá-los nas aldeias de Tapuitapera, foi seguindo-os, matando e destruindo, até o Grão-Pará, a mais de cem léguas. Depois de fazê-los levantar o sítio da praça de V. M., foi seguindo-os, matando e prendendo muitos deles, mais de duzentas léguas terra adentro, com o que ficaram mui castigados, os Índios daquelas províncias escarmentados e tudo tranqüilo, particularmente com a prisão dos que achou culpados de desordem. Com isso, voltou ao Maranhão, para fundar um forte no interior do rio Itapicuru, e povoar na terra firme, conforme ordem recebida do Governador Geral. E avisando-o de tudo e de como estava feita a fortificação, e do povoado com quarenta soldados e alguns moradores, com duas aldeias de Índios de paz, mandou o mesmo Governador Geral que governasse o Grão-Pará. (...)

Além desses serviços, representa a V. M. humildemente os que mais tarde prestou no Grão-Pará, que bem considerados excedem em muitas coisas os prestados por Fernando Cortés na conquista da Nova-Espanha, para que, por uns e outros, se digne V. M. a honrá-lo e fazer-lhe a mercê, correspondente ao muito bem que tem ele servido.

Chegado ao Grão-Pará, depois de ordenar as coisas dessa praça e extinguir as sedições que resultavam dos distúrbios passados, tratou de sua fortificação e com suas boas medidas levou os Índios a construir ali para a V. M. um forte de taipa de pilão com 90 braças de muralha do lado da terra, de sete palmos de grossura e dezessete de altura, com três baluartes e parapeitos, todo de concreto, com suas guaritas, tabuados e reparos, corpo de guarda, cestões, alojamentos, portadas de cantaria, armazéns para munições, e fora dele outro armazém de respeito. Mandou que fizessem três igrejas, casas de governo e muitas outras para os soldados e moradores, no que ajudou muito a fazenda do Capitão e seus Índios. Assim que, embora valha essa obra muitos ducados, não custou quatrocentos ao Erário Régio.

Feito o forte, conduziu à paz muitas e diversas nações de Índios, tanto dos que se tinham rebelado quanto de outros que nunca tinham sido avassalados, e outros conquistou com o rigor das armas. Para prevenir suas costumeiras revoltas, persuadiu-os a mudar de sítio e vir morar perto do dito forte, ao amparo de suas armas, onde os mandou doutrinar e domesticar, obrigando-os a cultivar as terras. E para dar segurança à correspondência do Maranhão, mandou abrir um caminho do Pará até o Maranhão, de cento e dez léguas, distante cinqüenta léguas do mar, mandando fundar no meio uma aldeia para o socorro dos viajantes. Por esse caminho começou o escambo e comércio dos Índios, que pelas leis Reais podem ser cativos. E escambando muitos desses, que estavam presos por seus inimigos para ser comidos por eles, povoou-se a terra e houve abundância, com o que cessaram as fomes e misérias que antes havia. (...)

Andando o Capitão-Mor conquistando e descobrindo essas terras e rios, com contínuas guerras com diversos Índios, cujos encontros e batalhas pedem longuíssima história, (...) nem recebeu a faculdade que pedia de confiar Índios àqueles que o ajudassem, como se faz nas Índias; pelo contrário, faltaram até os socorros ordinários, por causa da tomada da Baía. Além disso, o dito Capitão-Mor teve mais trabalho que com todo o supracitado, com batalhas por água e terra contra muitas e diversas nações de Índios muito belicosos, alguns deles lutando com flechas envenenadas, e todos ensinados e ajudados pelos Holandeses e Ingleses, que entre eles andavam mais de quatrocentos, dos quais prendeu e matou mais de duzentos, destruindo e afugentando os outros, tomando-lhes três fortes com artilharia, embarcações, escravos e outros bens e produtos de escambo, a eles e aos Índios aliados deles, indo tudo para o Erário Régio, importando em muitos milhares de ducados. (...) E continuando a guerra contra os Índios aliados deles, conquistou doze províncias desses, a saber, os Guajaijaras, Tupinambás, Tocantins, Nhuanas, Amaus, Mapuazes, Pacajares, Curupas, Mariguís, Quanis, Tapuyusus, Tacares, Uguapes, Andurás e Pirapes, que ocupavam as terras existentes desde o Maranhão até o rio de Vicente Pinzón, com mais de duzentas e trinta léguas de costa de mar e outras tantas terra adentro, e mais de duas mil aldeias com uma infinidade de gente, sem falar nos outros que não pôde visitar, estando todas em obediência a V. M. pela muita coragem e derramamento de sangue do requerente, que nisso ganhou muitas feridas e algumas lesões. E os encontros e guerras que teve com eles pedem uma longuíssima história, com o que cumpriu com grandíssimas vantagens muito mais do que ofereceu na dita carta (...).

B. Maciel Parente" *

Simão Estácio da Silveira**, participante e cronista da conquista do Maranhão aos franceses, escreveu uma

* Tradução do espanhol para o português de Jean François Cleaver.

** Simão Estácio da Silveira, *Relação Sumaria das cousas do Maranhão*. Lisboa, Geraldo da Vinha, 1624 (1ª edição). A edição utilizada da *Relação Sumaria das cousas do Maranhão* é uma publicação fac-similar feita no Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Divisão de Publicação e Divulgação, 1976:37-38 (*Separata dos Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 94, 1974).

Relação Sumária das Cousas do Maranhão, editada em Lisboa em 1624. Nessa relação, Simão Estácio descreve a derrota e extermínio dos índios Tupinambá, que ocupavam as costas do Maranhão e Pará, por Bento Maciel Parente. O total de mortos e cativos, que passariam de 500 mil almas, segundo o cronista, é evidentemente exagerado. Mas esse número dá uma idéia da enormidade do preço pago pelos índios à conquista.

"Conquista dos Tupinambás

E por terra foi o Capitão Bento Maciel Parente desde o Maranhão com oitenta homens, e seiscentos índios flecheiros das aldeias do Maranhão e fez neste gentio grandes estragos, e os mais deles descompostos de suas aldeias, e fugitivos pelos matos caíram nas mãos dos Tapuyas (outra nação sua contrária) que com esta ocasião mataram, comeram e cativaram quantos acharam, e se entende, que passariam de quinhentas mil almas os mortos, e cativos. Alguns que escaparam se foram valer dos portugueses ao Pará pedindo paz, e misericórdia, e o padre vigário Manoel Fulgueira de Mendoça, os fez ajuntar em uma aldeia no Separará, prometendo-lhes ampará-los ali, se eles fossem fiéis: como parece serão, por serem poucos, e estarem assaz escarmentados, e com isto ficou, e está esta província posta em paz, que com pouco receio se pode hoje povoar em qualquer parte dela. Principalmente é excelente posto a Baía de S. João, e melhor que este é o Cayté, (que na língua da terra, quer dizer mata Real) porque na verdade o é de grandes frutais, e arvoredos. E neste sítio se diz que há minas de prata de importância, que fundem quase a metade em prata; pelo menos assim fundiu uma pedra que eu vi, que disseram ser destas minas, e agora era oportuna ocasião de mandar aqui povoar; porque ainda anda o gentio da terra espalhado, e quando eu passei para o Pará faziam fogos à caravela, que era sinal de quererem paz. (...)"

O jesuíta Luiz Figueira* foi o primeiro missionário, português ou de qualquer outra nacionalidade, que, em companhia do padre Francisco Pinto, fez uma penetração na Serra do Ibiapaba, frontefra entre o Ceará e o Maranhão, em 1607 e 1608. Aí viviam densas populações de língua Tupi além de vários grupos com outras tradições culturais, alguns deles, já a esta época, associados aos línguas franceses que preparavam o estabelecimento da França Equinocial. Os índios acabaram por matar o padre Francisco Pinto e expulsar Luiz Figueira. Mais tarde, este voltaria ao Maranhão e Pará à testa de um grande grupo de jesuítas. O navio naufragou nas costas da ilha de Marajó e aí foram sacrificados os sobreviventes, inclusive Figueira, pelos índios Aruan. A destruição da expedição de Figueira ocorreu em julho de 1643. Em 1631, Luiz Figueira elaborou uma *Relação dos vários sucessos...* em que descreve as guerras contra os holandeses, ingleses e fanceses no Maranhão e Grão-Pará e contra os índios.

* Luiz Figueira, "Relação de varios sucessos acontecidos no Maranhão e Grão-Pará", 1631. O original se encontra na Biblioteca Nacional de Lisboa, Colecção Pombalina, 475, f. 364-366, abril de 1631. A edição utilizada é a de Serafim Leite, *Luiz Figueira, a sua vida heróica e a sua obra literária*, Lisboa, Agência Geral das Colonias, 1940:167-177.

"(...) No ano de 1626, no fim de agosto, chegou a este novo governo do Maranhão o primeiro governador dele, Francisco Coelho de Carvalho, o qual foi recebido com grande aplauso da Conquista, o qual aplauso até hoje se não diminuiu, e sem dúvida será despedido com saudades, pelo bom sucesso com que governa. Trouxe em sua companhia o Capitão-mor do Pará, Manuel de Sousa Dessa, o qual em breves dias aviou e mandou para a praça que El-Rei lhe encomendava, sucedendo nela ao Capitão Bento Maciel Parente, que havia mais de 4 anos a tinha governado com grande aceitação e aumento da Conquista, açoitando, matando e prendendo os corsários, que a ela tinham aportado, mostrando em várias ocasiões seu valor e bom governo, de que resultou haver naquela Capitania do Pará muitos prisioneiros holandeses e de outras nações, que com eles vinham misturados, a fazer tabaco e comerciar com o gentio do Rio das Almazonas, da banda do Norte.

Entre os prisioneiros que ali havia era um chamado Diogo Pórcio, holandês de nação, o qual pretendeu alcançar licença para passar a sua terra. E para esse efeito se insinuou na devoção de certo religioso, que ali residia, por meio do qual, com importunação, alcançou licença do novo Capitão Manuel de Sousa Dessa (a quem a tomada não custara nada) para se ir por via das Antilhas, em companhia do mesmo religioso, e com ele, finalmente, se embarcou, levando juntamente consigo, com a mesma licença, outros dois seus companheiros dos prisioneiros.

Partidos eles do Pará, veio sua ida à notícia do governador, que logo mostrou disto desprazer. E indo daí a alguns meses visitar a Capitania do Pará mandou daí precatórios aos Governadores daquelas ilhas, para que prendessem os sobreditos estrangeiros, que sem sua ordem iam contra a que Sua Majestade lhe tinha dado (da qual não devia saber o Capitão que deu a licença, Manuel de Sousa Dessa nem o religioso que intercedeu). E com este aviso e precatórios foi o próprio Capitão Bento Maciel Parente, cujos prisioneiros eles foram. Partiu de Pará, em junho de 627. Chegou àquelas ilhas, achou os estrangeiros. Apresenta seus precatórios, fá-los prender. Mas estando para os enforcarem, sai por eles o mesmo religioso, que os levara apadrinhados, e ainda que à custa do Capitão Bento Maciel, fá-los soltar. Embarca-os consigo, leva-os a Espanha, e, daí manda-os para sua terra, onde em breve os tornaram a armar alguns mercadores, dando-lhes nau, armas e mercadorias, que chegariam, como eles dizem a setenta mil cruzados, para

que viessem fazer tabaco, e que logo lhes mandaria mais gente e cabedal (que tanto caso fazem do tabaco). Vieram em abril de 628, ao Rio das Almazonas, onde chamam o Tucuju, onde se fortificaram, fazendo um forte de madeira, com uma cava de 20 palmos de alto e uma barbacã, de 12 palmos de alto, e largo de 15, com seu parapeito em cima, de quatro palmos de alto e largo de outros 4. E todo o forte era quadrado. Tinha 4 pedreiros e uma peça grossa de artilharia. E ali chamavam o gentio, que lhe fazia o fumo, e comerciavam com eles. E, por serem ali já antigos os que dali tinham ido, lhe sabiam mui bem a língua. No princípio do ano de 629 teve notícia de sua estada o Capitão de Pará, Manuel de Sousa Dessa. Mandou lá o Capitão Pero da Costa (o qual é muito grande soldado, natural de Pernambuco, e bem exercitado naquela Conquista do Pará com Índios e estrangeiros) dando-lhe 30 ou 40 soldados portugueses e oitocentos índios flecheiros em 40 canoas.

Chegou Pero da Costa ao sítio dos inimigos. Fez uma cava defronte do seu forte, a tiro de arcabuz, e nela se meteu com sua gente. Teve logo notícia que em certa aldeia estavam 7 ou 8 holandeses. Manda lá vinte portugueses com alguns flecheiros índios para os tomarem. Sendo lá, acharam-se com 48 inimigos; mas nem por isso os nossos fizeram pé atrás, antes arremeteram a eles com ânimo. E durou o conflito duas horas em uma campina, na qual ficaram 2 portugueses mortos, e outros feridos; e da parte dos contrários, outros 2 mortos, e outros também feridos. E toda a desgraça foi, que os índios, que iam com os portugueses, vendo os naturais, que acompanhavam os holandeses, lançaram-se a eles, e os perseguiram, fazendo neles grande matança, desamparando os portugueses, que em desigual número pelejavam com os holandeses, havendo poucos índios, que ajudavam. E uns e outros pelejaram, até que, cansados de uma e outra parte, se foram apartando. E os nossos se achavam já sem pólvora nem pelouros, e assim se vieram para a cava, onde estava o Capitão Pero da Costa com a mais gente.

E, achando-se todos faltos de munições, e o inimigo bem fortificado, tomaram por conselho largar o posto, em que com menos consideração que ânimo se tinham metido. E assim se retiraram para o Curupá dali 4 ou 5 jornadas, donde avisaram ao Governador, Francisco Coelho de Carvalho, que estava no Maranhão, do que passava. Sentiu o sucesso e retirada o Governador, e com toda a pressa equipa canoas com soldados e índios do Maranhão, e manda provisão a Pero Teixeira, de Capitão-mor da jornada, dando-lhe seu regimento, e por ordem, que tratasse de impedir ao inimigo o comércio e trato com o gentio, afugentando-lhe e impedindo-lhe todo o socorro, que dele pudesse esperar, que era um modo de cerco, porque sem gentio não poderiam os inimigos conservar-se muito tempo. E, no mais, fizesse o que as ocasiões lhe permitissem.

Recebido o aviso e ordem do Governador, partiu-se Pero Teixeira com a pressa possível, do Pará. Com a gente que lhe veio, foi-se ao Camutá, que é caminho, aviar de farinhas e de algum mais gentio amigo. E, com isso, se foi ajuntar com Pero da Costa, em o Curupá, onde fez resenha de toda a gente. E se achou com cento e vinte soldados portugueses, gente de efeito, poucos em número, mas no ânimo mui resolutos, e teriam consigo mil e seiscentos índios flecheiros, os quais todos se embarcaram em noventa e oito canoas, em busca do inimigo, com suas espias diante em canoas ligeiras.

Chegado que foi Pero Teixeira, distância de meia légua do forte holandês, a 28 de setembro, mandou varar as canoas em terra, fez sua cava e trincheira de terra e madeira. E ao dia seguinte foi marchando à vista do forte do inimigo, o qual cercou com uma cava funda. Nela meteu a gente. E assim os teve cercados o dia seguinte, havendo, de parte a parte, muitas arcabuzadas, sem da nossa parte haver dano algum. E porque dentro do forte havia muitas casas de palma seca, trataram os nossos de lhe dar fogo com flechas acesas. E sem dúvida teria efeito, senão acerta um índio de dar fogo a uma casa, que estava de fora, que serviu de aviso aos inimigos, para logo desfazerem as casas de palma. Vendo o nosso capitão que não se conseguia o efeito, retirou-se para a sua trincheira, pretendendo de se ocupar em dar assaltos aos inimigos. Eles também vieram reconhecer a força dos nossos várias vezes. E nestas saídas houve vários encontros, de que os nossos sempre ficaram de melhor partido, porque lhes mataram 12 homens e muito gentio, e eles a nós nunca nos fizeram mais dano, que matarem 3 índios dos nossos, que acharam desmandados. E a um soldado português deu uma bala no pescoço, que o fez afocinhar, caindo a bala no chão, amassada, sem lhe fazer mais dano, que crestar-lhe a carne; e alguns dias deitou sangue pela boca e narizes. A outro índio deu outra bala na barriga; e da mesma maneira lhe caiu aos pés, sem lhe fazer dano. No que bem se viu, que o Céu nos defendia. E assim ficaram pasmados os inimigos, quando depois lhes disseram que a sua arcabuzaria nos não tinha feito dano algum. Depois de 5 ou 6 encontros, que houve destes (em um dos quais se lhe matou um índio principal, que era todo seu remédio, porque por sua ordem lhes vinham mantimentos das aldeias) chegaram os inimigos a estado miserável, mas ainda com coragem, por esperarem socorro cada dia. Sendo porém em 17 de outubro, senão quando aparecem 4 homens com uma bandeirinha branca, que vinham em demanda da nossa trincheira. Responderam-lhe os nossos com outra bandeira branca. E foi o Capitão Aires de Sousa com alguns soldados ao caminho, a quem eles logo entregaram as armas, e se vieram com ele apresentar ao Capitão Pero Teixeira. Fizeram-lhes as cerimônias costumadas, de olhos tapados, e, apartando-os, os examinaram: 3 deles eram escoceses, e um deles cavaleiro com esporas calçadas, à guisa da sua terra; outro mui bom latino; o 3º era um mancebalhão, bem disposto, todos 3 católicos; o 4º, era um mulato de casa do Conde de Santa Cruz, que eles tinham no Cabo Verde tomado, trazendo-o consigo.

Estes 3 estrangeiros declararam como eles eram vindos enganados, e que não imaginavam que cá havia portugueses, nem guerra com católicos, nem eles a queriam. Quanto aos outros, que estavam tão faltos de mantimentos, que entenderam que com qualquer partido se renderiam. Serviu isto aos nossos de tomarem mais ânimo e apertarem mais com os inimigos. Saíram ao dia seguinte a eles, e houve entre eles muita pelourada, de que os nossos não receberam dano algum. Por fim de contas, os que se tinham vindo para nós, lhes começaram a falar de dentro da cava, aonde estavam os nossos pelejando contra os seus. Responderam eles de lá do seu forte, e continuou-se

a prática, cessando já as armas. E o que resultou da prática foi que ao dia seguinte se assentariam as pazes e modo de entrega, que havia de haver.

Ao dia seguinte se escreveram cartas, deram-se reféns e se viram os Capitães e, finalmente, se assentou que os holandeses entregariam as armas e munições, mas que lhes ficaria a sua fazenda, para tratarem com ela entre os portugueses, e que, havendo pazes com El-Rei, lhes dariam passagem para suas terras, e que isto se efetuaria dentro em 3 dias.

Passados os 3 dias, pediram outros 3, dando por razão que andavam uns companheiros seus ausentes. Passado este segundo termo, pediram mais. Traça era esta para se entreterem até lhes vir socorro, que esperavam.

Senão quando, no mesmo dia, vem dar às mãos dos nossos um índio que lhes trazia um feixe de morrão, e umas cartas, de duas naus, que estavam pelo rio do Pará abaixo, e já tinham notícia do aperto em que estavam os do forte. E lhes diziam nas cartas, que entretivessem os portugueses, ou por paz, ou por guerra, que logo seriam com eles a ajudá-los. Sabendo isto, o nosso Capitão apertou com eles, que efetuassem logo o que tinham assentado; e, quando não, estariam pelo rigor da guerra. Com esta resolução se entregaram no mesmo dia, com tudo que tinham. Despejou-se o forte e se lhe pôs fogo, e derribou. E ao dia seguinte se embarcou o nosso Capitão Pero Teixeira com alguma da sua gente, e os prisioneiros repartidos. E se partiu para Curupá, ficando ainda muitos dos nossos ali.

Depois do nosso Capitão partido, a dois dias ou 3, chegaram ao mesmo lugar 2 naus e um pataxo, e outras duas ou três lanchas, que vinham a socorrer os cercados seus companheiros. Dispararam muita artilharia, em vão, e trataram de deitar gente em terra, porém, os nossos das ciladas que lhes fizeram os iam recebendo de tal maneira, que lhes mataram 4 dos seus. E com isso os fizeram recolher outra vez, e dando à vela se tornaram para onde tinham vindo. Estes se afirma serem ingleses, em companhia do Capitão Nort, que aí perto depois tomou sítio, e fez outro forte, não muito longe, de que depois os nossos tiveram notícia. E agora tornou lá o mesmo capitão Pero Teixeira, por ordem do Governador, com a mesma ordem que para os holandeses lhe tinha dado. Esperamos com o favor divino o mesmo sucesso.

Nesta ocasião se assinalaram alguns índios muito, mostrando grande valor nas escaramuças, entre os quais um chamado Caragatajuba, Potiguar, do Rio Grande. Indo a um assalto, vendo 3 canoas dos Índios naturais, aliados com os holandeses, toma a espada na boca, lança-se a nado, e as foi alagando uma e uma. E saindo em terra, às flechadas matou muitos deles. Em outro encontro com os holandeses viu este mesmo índio um deles de bom jeito. Arremete a ele, para o trazer vivo nos braços, e sem dúvida o trouxera se lhe não acudiram outros 4 ou 5 holandeses que lho impediram às cutiladas, das quais todas se defendeu com uma rodela e com as mãos, ainda que com algumas cutiladas, se meteu por baixo de uns paus e ramos, e se livrou deles. Outros fizeram outras cavalarias sem nunca morrer nenhum mais que os 3, que no princípio dissemos, e os dois soldados portugueses naquele primeiro encontro. E em todo este tempo era notável a força que estes índios faziam ao Capitão, que os deixasse escalar o forte que eles se atreviam a entrar, mostrando-se enfadados da dilação da guerra, querendo logo vir às mãos com os inimigos. Mas o trabalho é que não vem disto nenhum galardão em nome de El-Rei.

Recolhida toda a nossa gente ao Curupá com o Capitão Pero Teixeira mandaram-se os prisioneiros (que eram oitenta pouco menos) para o Camutá, sertão vizinho da nossa povoação e cidade de Belém do Pará, donde o Governador depois os mandou buscar para este Maranhão os mais deles, ficando outros no mesmo Pará e outros no Caeté, nova Capitania, no meio do caminho entre este Maranhão e Pará, para que, assim espalhados, não reine tanta malícia. Porque, afora estes havia outros muitos, seus companheiros e parentes, tomados nas ocasiões passadas.

Por este, e pelos mais sucessos passados, podemos entender que Deus Nosso Senhor favorece estas conquistas, e quer fundar nelas a Santa Fé, ainda que para isto faltam ainda obreiros e ministros do Evangelho, que se ocupem com o gentio, o qual negócio, com tudo o mais, depende de Sua Majestade favorecer este particular, com consignar alguma esmola aos que nisto ser houverem de ocupar. E é coisa evidente que para se evitar o comércio dos estrangeiros naquelas partes, não tem Sua Majestade melhor meio, que pôr ali religiosos, que domestiquem o gentio, para que assim não os admitam a fazer tabaco. E ainda que não pode haver ali religioso sem armas, contudo por de mais importância tenho haver religiosos que armas, para o tal fim. Porque, por armas não hão de deixar de vir estrangeiros a fazer tabaco, se o gentio lhes der entrada e lhes administrar as roçarias para o tabaco, o qual eles não podem fazer sem este ministério do gentio. (...)"

Bernardo Pereira de Berredo*, militar e fidalgo da Casa Real, foi governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará entre 1718 e 1722. Nos anos de seu governo e estada na América portuguesa, Berredo coletou as informações disponíveis para escrever a história da região, trabalho que prosseguiu em Portugal até sua morte, em 1748. No ano seguinte, sairia em Lisboa o volume dos *Anais Históricos do Maranhão*, que é um repositório denso de informações, freqüentemente de primeira mão, sobre a história colonial da região. Para os propósitos desta seção, foram selecionados aqui alguns trechos da obra de Berredo sobre as guerras de conquista que os portugueses levaram a cabo no Estado do Maranhão.

* Bernardo Pereira de Berredo, *Anais Históricos do Estado do Maranhão*, R.J., Tipo Editor Ltda (4a. ed.), 1988: 120-137, 150-157, 292-295.

"(...) A este estado tinha o Capitão Matias de Albuquerque reduzido os seus súditos; e parecendo-lhe, por uns fundamentos tão regulares, que já os não havia para recear a sua inconstância, principalmente quando a subjugava com um presídio de trinta soldados todos de bom nome, passou à cidade de São Luís, chamado de seu pai para negócios importantes; mas aparecendo naquele mesmo sítio, logo depois da sua ausência, uns índios do Pará, também tupinambás, despachados por Francisco Caldeira com cartas para Jerônimo de Albuquerque; um mui industrioso das mesmas aldeias do Cumá, que se chamava Amaro (criado com os padres da Companhia de Jesus nas partes do Brasil, e muito apaixonado pelos franceses), tomou, e abriu as cartas, e fingindo que as sabia ler, asseverou diante dos principais: *Que o assunto delas se reduzia, a que todos os tupinambás ficassem escravos; execução, que tardaria só enquanto se não entregassem ao capitão-mor. O que suposto, vissem eles o que determinavam, se não queriam concorrer para a desgraça última da sua nação, quando para fugir-lhe tinham desamparado nas terras do Brasil os domicílios de que eram senhores, com a sucessão de tantas idades, injustissimamente perseguidos da mesma tirania portuguesa.*

Foi tão diabólica esta sugestão, que penetrando logo a brutalidade de tantos bárbaros, assentaram uniformemente, em que se matassem todos os brancos, que lhes assistiam de presídio; e com o mesmo impulso da resolução a executaram naquela noite, deixando sepultadas para sempre no seu fatal letargo as inocentes vidas, que na fé sossegada de uma confiança tão mal merecida, descansavam sem o menor receio; mas não parou aqui tão horrorosa máquina, porque correu tanto mais adiante, que formaram também o novo projeto de passar a Tapuitapera, para que interessadas na sublevação as suas aldeias, então se transportarem à mesma ilha do Maranhão; donde já unidos a todos os parentes tupinambás seus habitadores, seguramente surpreenderiam a cidade de São Luís, que reduzida a cinzas ficaria extinto por aquela parte o nome português.

Pareceram sem dúvida sobrenaturais todas estas medidas na bárbara rudeza daqueles tapuias; porém permitiu a alta Providência, que ficassem eles castigados; porque buscando logo muito bem armados o seu Capitão Matias de Albuquerque, que esperavam todos os instantes, por mais que o encontraram no mesmo lugar de Tapuitapera com poucos soldados já de viagem para a outra banda do Cumá, totalmente alheio de uma traição tão abominável, revelando-lha um dos mesmos índios compreendidos nela, tampouco se deixou sufocar de um tal acidente o valeroso ânimo de que se compunha, que atacado de tantos inimigos, não só os obrigou a retroceder com vergonhosa fuga, mas também socorrido prontamente do pai com as notícias da vitória; como se achou com cinqüenta soldados, que governava o Capitão Manuel Pires, oficial de muita distinção, e duzentos índios dos de melhor nome, seguiu o alcance dos mesmos tapuias pela distância de cinqüenta léguas, com um nobre desprezo das asperezas dos caminhos.

Porém aqueles bárbaros, que conheciam bem a qualidade do terreno, a que o tinham levado, sabendo então aproveitar-se dela, se via já acometido das suas emboscadas com desacostumada disciplina, aprendida toda nas experiências próprias do seu fatal estrago; quando querendo dar algum breve descanso às fatigadas tropas, para melhor segurar na restituição das forças naturais a felicidade da empresa, a que os conduzia o seu grande valor, se fortificou sobre a mesma marcha, levantando a toda a diligência uma trincheira de faxina; mas como os inimigos, por esta ação tão militar erradamente discorrendo que já os repeitava, o atacaram com muito maior arrojamento; para castigá-lo Matias de Albuquerque, como novo delito, tomou a generosa resolução de se pôr na campanha; e não necessitando de provocar os seus soldados para os esforços do combate (a que também se convidavam, como justa vingança das aleivosas mortes dos seus amigos, e parentes), entrou logo nele com tão valentes golpes, que apesar da mais desesperada oposição, se acharam sem emprego dentro de poucas horas, sendo a maior parte de tantas vidas despojo da vitória que celebrou em 3 de fevereiro.

O Capitão Manuel Pires se sinalou bem nesta ocasião; mas o seu comandante com muitas vantagens, porque tirou dela tão honrosos créditos de valeroso, como de soldado, no militar acordo com que meteu os seus nos maiores perigos; e é lástima sem dúvida, que merecendo todos as recomendações da posteridade, me falta para elas a memória dos nomes.

Bem-quisera Matias de Albuquerque exercitar mais o seu guerreiro espírito, não só estimulado dos naturais impulsos, mas também da vingança, por lhe parecer leve, a que tinha tomado naqueles bárbaros, quando a regulava pelas justas medidas de tão enorme culpa; porém embaraçado das disposições do seu regimento, se recolheu por mar ao Maranhão nas muitas canoas, que acrescentaram o despojo, servindo agora para a comodidade do transporte, depois para o aparato do triunfo.

Gozou bem da felicidade do sucesso a Capitania do Maranhão; porém como os vencidos logo que executaram o bárbaro projeto da sua aleivosia, ufanos da ação, a participaram por ligeiros avisos aos parentes, sentiria um fatal contratempo o coração de Francisco Caldeira, se não fosse maior o seu valor, que os acidentes da fortuna; porque os tupinambás desta capitania também comunicando com igual diligência tamanha novidade a todas as aldeias da sua nação, se sublevaram em um mesmo dia as que ficavam mais na vizinhança da cidade; mas informado logo de tudo o capitão-mor, soube usar de sorte da sua atividade, e desafogo, que ordenou prontamente ao sargento-mor daquela conquista Diogo Botelho da Vide (natural da vila de Figueiró dos Vinhos, na Província da Beira), que com os Capitães de Infantaria Álvaro Neto, e Gaspar de Freitas de Macedo (já promovido a este posto depois do combate naval do ano passado) buscasse aqueles bárbaros, para que, primeiro que o contágio mortal das suas práticas, contaminasse os ânimos de todos os mais da nossa obediência, lhes servissem de eficaz remédio preservativo as informações do seu estrago, como merecida demonstração da reta justiça.

Executou Diogo Botelho esta militar ordem, e tão inteiramente, que descarregando os primeiros golpes na aldeia do Caju (que além de ser uma das mais populosas dos mesmos índios, estava fornecida de todas as outras, como escolhida praça de armas para a oposição dos

nossos progressos) a escalou com uma tal braveza, que dentro em poucas horas se não viam já nela mais que ruínas, e cadáveres; a que só deixavam de fazer companhia os que se souberam aproveitar do remédio da fuga; mas como depois de reduzir tudo a horrorosas cinzas, passando à aldeia de Mortigura, achou nela a certeza, de que o terror em que tinha posto os inimigos, os iuranhara na aspereza dos matos, por onde já não podia segui-los, destacou para o sertão do Iguapé ao Capitão Gaspar de Freitas com uma partida de dezessete soldados, e muito maior número de índios de guerra, e se recolheu à praça do Pará com todas as mais forças da sua expedição.

Chegou Gaspar de Freitas às vizinhanças do Iguapé; e sabendo logo que tinham padecido aleivosamente todos os soldados do Pará, que lá andavam resgatando farinhas para a guarnição da fortaleza, mandou também arcabuziar na primeira aldeia dois tupinambás, mensageiros da nova do levantamento da sua nação; mas continuando a mesma marcha, achou já com as armas nas mãos todos aqueles índios.

Intentou ele retirar-se por falta de forças; porém já a tempo se via cercado da multidão dos bárbaros, quando para buscar alguma saída pela parte do mar, que lhe ficava sendo menos perigosa, lhe faltava também embarcações; mas a fidelidade de um destemido índio, dos que o acompanhavam, que sabia bem onde se achava surta uma lancha grande, em que tinham ido aqueles soldados, que traidoramente padeceram, lha conduziu depois de três dias até a vizinhança do mesmo sítio, que sustentava ainda a sua constância na oposição de tantos inimigos; e rompendo então por todos eles, se meteu a seu bordo com resolução tão valerosa, que atacado logo pelos esforços últimos da sua fereza, pagaram muitos o seu arrojamento com a perda das vidas.

Contudo, passados poucos dias, mal convalecidos os tupinambás do primeiro terror com a retirada do Capitão Gaspar de Freitas, se atreveram de novo a formar corpo das maiores forças da sua nação, e mais aliadas no rio Guamá, em um sítio muito acomodado para a sua defensa, pouco distante da mesma cidade de Belém, que para a natural conservação raras vezes faltou a disciplina ainda às mesmas feras: mas Francisco Caldeira, que conhecia bem o grande dano, que se seguia à capitania da vizinhança daqueles bárbaros, para embaraçar a sua união, ordenou logo ao Alferes Francisco de Medina, que com vinte soldados escolhidos os atacasse no mesmo quartel.

Eram pequenas forças para tamanha ação; mas este oficial, que se agradava sempre das maiores, a intentava já com destemido ânimo, quando acometido de duas canoas dos mesmos inimigos, bem guarnecidas de gente de guerra, as abordou tão valerosamente, que entradas à espada, foram poucos os que se salvaram dos seus pesados golpes, valendo-se da terra, que tomaram a nado; e como a estes, fazendo o caminho para o seu quartel por dentro dos matos, lhes ficava tão breve, como seguro, pelo cabal conhecimento que tinham dele, ao mesmo tempo que pelo rio não podia vencer-se em muitas horas; ponderando Francisco de Medina, que retirados, como sucedeu, aqueles tapuias com o primeiro aviso, lhe deixavam inúteis todos os seus esforços, se recolheu para a Cidade do Pará com mais esta vitória, última memória militar nas do presente ano. (...)

Sossegada esta perturbação, atendia só Antônio de Albuquerque às obrigações do seu ministério, quando recebeu apressados avisos, de que pelo rio Gurupi caminhavam os índios tupinambás do levantamento do Maranhão a unir-se com os seus nacionais da Capitania do Pará; e ainda que a marcha lhe ficava distante, como regulando-a pelo costume de todo o gentio, sabia bem que havia de ser muito vagorosa, tomou logo a resolução de os atacar nela, já com as esperanças, de que venceria toda a dificuldade a boa diligência; maiormente quando por aclamação universal a encarregou a seu irmão Matias de Albuquerque, interessado por todos os princípios na felicidade do sucesso.

Deu logo Antônio de Albuquerque todas as providências, que julgou necessárias a esta expedição; e no dia 24 de agosto passou o comandante dela à terra firme de Tapuitapera com cinqüenta soldados, e seiscentos tapuias, opostos todos aos tupinambás, e aliados da capitania, pouco avultadas forças para as formidáveis dos inimigos, porém muito robustas pela qualidade; porque os primeiros iam empenhados nos adiantamentos da sua honra, e todos na vingança; uns como merecida satisfação do bárbaro insulto do Cumá (que além da ofensa pública, a avaliava a sua justa dor também como própria), e os outros só por ódio, que fundando-se as mais das vezes em matérias tão leves, que se devem tratar como ridículas, traz quase sempre separadas todas as nações daquele gentilismo, o que podemos atribuir às disposições da alta Providência; porque unidas elas por aquela parte para a ruína da cristandade, até ficaria a conservação moralmente impossível.

Fez a revista Matias de Albuquerque de toda a sua gente; e como a reputava pela estimação, e não pelo corpo, lhe parecia já pouco crescido o agigantado dos tupinambás para o despojo da vitória, sendo tais os seguros, com que marchava para ela, que venceu mais de cento e cinqüenta léguas pelas asperezas do sertão em tão pouco tempo, que até pareceu que não cabia nele a mesma brevidade, quando se regulava pela conta dos dias.

Já nas vizinhanças do Pará se chegou a pôr sobre os inimigos; e lembrando só aos seus soldados, que eram aqueles os mesmos que buscavam, assim as virtuosas ambições da fama, como os estímulos da sua justa ira, a primeira voz, para que entrassem no combate, foi o seu exemplo; o qual obrou em todos com tal eficácia, que não havia golpe, que não custasse vida; e já desesperados aqueles bárbaros da resistência deles, os que restavam, que não eram muitos, encomendaram a sua salvação ao amparo dos matos; mas não se pôde aproveitar da mesma fortuna (oprimido sem dúvida do grande peso da sua culpa) o célebre Amaro, intérprete das cartas do Capitão-Mor Francisco Caldeira, principal incentivo da sublevação dos tupinambás; porque caindo nas mãos dos vitoriosos, achou o castigo da sua aleivosia na horrorosa boca de uma bombarda.

Ainda seguiu o valeroso comandante por repetidas marchas as conseqüências da vitória; mas vendo, que o terror, em que tinha posto todos aqueles bárbaros, fazia já inúteis as suas fadigas, a foi celebrar depois de quatro meses na companhia dos seus amigos, e parentes, onde conseguiu por merecido prêmio das suas ações o mais honroso fruto nas aclamações delas.

Na Capitania do Grão-Pará não vivia também ocioso o seu Capitão-Mor Francisco Caldeira; e ordenando a Pedro Teixeira (já promovido ao posto de capitão de infantaria por patente real), que a bordo de uma lancha, guarnecida de trinta soldados, fosse resgatar um homem, que estava cativo de uma nação tapuia, por compra que havia feito dele aos tupinambás, quando se levantaram, e ajustasse pazes com todo o gentilismo, que quisesse admiti-las, não sendo do compreendido na tal sublevação, desempenhou bem ambos os encargos; mas saindo já dos carabobocas para a cidade de Belém, se puseram na sua proa os mesmos rebeldes, auxiliados de muito mais gentio da sua devoção, com grande número de canoas, armadas em guerra.

Bem entendeu Pedro Teixeira, que na oposição de tantos bárbaros faria formoso aquele dia; porém eles, que na assistência das suas luzes se não atreveram a entrar na peleja com umas tais vantagens, discorrendo também (como todos os índios mexicanos na conquista do famoso Cortés) que os imortais espíritos, que supunham nos europeus, eram influídos dos raios do Sol, logo que este planeta levou o seu giro a outro hemisfério, buscando então a Pedro Teixeira, que já sentia como malograda a concebida glória da ação, o atacaram com tanto arrojamento, que ainda antes de abordá-lo, soberbamente se desvaneciam com as aclamações de vencedores; mas este comandante, que se não enganava com as promessas da valentia do seu ânimo, as fez tão verdadeiras, que durante o combate toda a noite, com igual constância os derrotou inteiramente, sendo o melhor, e mais abonado testemunho de tamanha vitória os seus mesmos despojos: justíssimo castigo da superstição, e rebeldia daqueles infiéis. (...)

Com feliz viagem entrou naquela capital Rui Vaz de Siqueira; porém tão revestido da mais política dissimulação, que generosamente recebeu as satisfações do senado da Câmara na frouxidão da sua obediência, culpando só nela o Capitão-Mor Francisco de Seixas, como cabeça da capitania; e achando já prontas as prevenções, que tinha disposto o ano passado para o justo castigo dos bárbaros tapuias do Urubu, determinou assistir a ele: mas vendo logo (que) não podia vencer com a brevidade, que era necessária os fortes embaraços, que ainda se opunham à expedição da sua pessoa, nomeou por seu tenente-general a Pedro da Costa Favela, que saiu do rio de Belém do Pará em 6 de setembro com uma armada de trinta e quatro canoas, que guarneciam quatro companhias de infantaria, governadas pelos Capitães Francisco Pais, João Duarte Franco, Francisco da Fonseca e Gouveia, e Francisco de Valadares Souto-Maior, fazendo este último o ofício também de ajudante de tenente-general, e o primeiro de sargento-mor, a que assistiam por ajudantes Manuel Coelho, Antônio Correia Lobo, Manuel Coutinho e Antônio Manso, e quinhentos índios, que obedeciam aos principais das suas nações; e depois de alguns dias de favorável navegação, tomou terra na grande aldeia dos tapajós, a que dá o nome um dos soberbos rios, que desembocam no das Amazonas, como já fica referido.

Aqui se deteve Pedro da Costa até 24 de outubro na proveitosa recondução de muitos principais da sujeição do Estado, que atemorizados dos belicosos caboquenas, e guanevenas, a que não podiam fazer oposição por falta de forças, se refugiaram com todos os vassalos no centro dos sertões dos seus próprios domínios: e buscando agora menos a guerra, que os ameaçava, do que a sua vingança, a seguravam no valeroso braço de Pedro da Costa, que se fez à vela naquele mesmo dia na derrota do primeiro porto dos inimigos, em que entrou ditosamente em 25 de novembro.

Desembarcou logo as suas tropas; e separando delas as que lhe pareceram necessárias para a defesa das embarcações, que segurou bem com uma trincheira sobre o mesmo porto, com todas as mais se pôs em marcha, na qual o deixarei penetrando destemidamente os ásperos sertões daqueles bárbaros, por pertencer ao ano seguinte a relação deste sucesso na ordem das memórias.

O guerreiro espírito do governador, que não sossegava na expedição das suas providências para o castigo dos índios aleivosos, sem que de mais perto interessasse nele a mesma pessoa, logo que despediu o seu tenente-general, se empregou todo na formatura de novos esforços; e seguido dos maiores do Estado, depois de vencidos os fortes embaraços, que se lhe opunham, saiu da cidade de Belém pelos princípios de novembro na direitura da fortaleza do Curupá, onde desembarcou dentro de poucos dias; mas ainda que se adiantou a toda a diligência da sua atividade até a grande aldeia, que recebeu o nome do rio Xingu, como as dependências do governo político das capitanias o chamaram com pressa, não continuou naquela jornada, muito apesar dos marciais ardores, que o conduziam; e encarregando um crescido socorro ao Sargento-Mor Antônio da Costa, se recolheu ao Pará já no fim deste ano, último sucesso para as memórias dele.

Entrou a nova sucessão de 1665, e o Sargento-Mor Antônio da Costa, que seguia os passos do tenente-general, o achou já bem ensangüentado no merecido açoute dos inimigos; mas reforçado mais com este socorro, multiplicou tanto os seus estragos, que chorou o último a aleivosia daqueles tapuias no fatal incêndio de trezentas aldeias, depois da mortandade de setecentos homens dos mais valerosos das suas nações, e o cativeiro de quatrocentos, que arrastando cadeias na cidade de Belém do Pará, como aparatos da vitória, fizeram maior a celebridade nos interesses dela. Todos os que se acharam nesta expedição tão cheia de perigos, granjearam créditos para a sua fama; porém além dos oficiais já nomeados, só nos deixou especial memória, na distinção do nome o Alferes Antônio de Oliveira. (...)"

Entre outros grupos que se notabilizaram pela teimosa resistência aos colonizadores, estão os índios Janduí (Otshukayana), localizados nos sertões do nordeste brasileiro entre Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, que, ao longo de todo o século XVII, lutaram, duramente, contra os portugueses. No período de dominação holandesa do Nordeste (1630-1654), os vários grupos indígenas dessa região, submetidos ao domínio brutal dos capitães-mores e dos colonos portugueses, mostraram-se sensíveis à política mais branda dos holandeses e aliaram-se a eles em grande número. Alfredo de Carvalho, no texto que dedica a Jacob Rabbi, mostra que os holandeses não só garantiram a aliança com os índios no Brasil, mas, em algumas ocasiões, conseguiram juntar às suas expedições tropas auxiliares de índios brasileiros em tentativas de estabelecimento na África e em outras partes da América do Sul (1). Assim, em 1641, duzentos índios brasileiros participaram das tropas com que o Tenente-Coronel Henderson tomou Angola aos portugueses. A reconquista dessa possessão na África ocidental por Salvador Correia de Sá, governador do Rio de Janeiro, teve também o concurso de índios, dessa vez aliados voluntários ou forçados dos portugueses. Sabe-se também que a expedição holandesa do Almirante Hendrik Brouwer, para conquistar o Chile, foi feita com a participação de índios do nordeste brasileiro.

Entre os *línguas* preparados cuidadosamente pelos holandeses para o trabalho com os índios, destacaram-se, entre os Janduí, Jacob Rabbi, já citado, e Rouloux Baro. Sobre o primeiro, Alfredo de Carvalho reúne algumas informações de interesse:

"Os agentes, ou intérpretes, revestidos de caráter oficial e de autoridade militar, arregimentavam as hordas selvagens, ensinavam-lhes os rudimentos duma tática elementar, conduziam-nas à guerra e residiam nas suas *tabas*, em tempo de paz, na mais perfeita identificação com a vida rústica. O cargo exigia, porém, qualidades singulares de energia e de bravura, desprendimento de todo conforto, e aptidões lingüísticas pouco comuns; por isso não foram muitos os seus ocupantes. (...) Jacob Rabe, Raby, ou Rabbi, conforme diversamente lhe grafaram o nome, era um israelita alemão, natural do condado de Waldeck e, segundo Barleus, veio para o Brasil em 1637, acompanhando a Maurício de Nassau; acrescenta o citado historiador ter ele vivido quatro anos entre os tapuios, aprendendo a sua língua, adotando os seus hábitos e granjeando grande favor junto ao chefe Nhandúi, guerreiro macróbio, tão solerte quão truculento. O que sabemos dos atos de Rabe nos permite reconstituir a sua fisionomia moral como um aventureiro rude e brutal, valente e cruel, astuto e cúpido (...). Prestigioso e temido entre os tapuios era igualmente desadorado pelos portugueses e detestado pelos flamengos; uns e outros viam nele, menos o herege da abominada seita deicida, que o homem branco voluntariamente degradado ao estreito convívio do mais desprezível gentio. O nosso cronista Fr. Raphael de Jesus chamou-o de - "aleivojo Jacobo" - e disse ser - "fementido por nascimento, salvagem por habitação, cruel por uso e bárbaro por trato" - e Nieuhof, seu compatriota, não lhe poupou os epítetos de *roover* (salteador) e de *schurk* (bargante) (...)." (CARVALHO, 1929: 166-169)

À frente dos bandos Janduí, Jacob Rabbi assolou os sertões do nordeste, atacando povoações e fazendas de portugueses e não se recusando mesmo ao massacre indiscriminado de populações vencidas, como aconteceu em Cunhaú em 1645. As ações de Rabbi e seus índios, que nem sempre distinguiam inimigos de aliados, acabaram por determinar sua execução pelos holandeses. O sucessor de Jacob Rabbi foi Rouloux (Rolph) Baro. Intérprete tão eficiente quanto Rabbi, mas menos rude, se dedicou também aos índios Janduí, deixando deles uma memória, a *Relação da Viagem ao País dos Tapuia*, de que adiante se transcrevem alguns trechos (2).

Depois da expulsão dos holandeses, as autoridades portuguesas desenvolveram uma campanha sistemática de extermínio contra os índios do nordeste, reais ou supostos aliados daqueles. Foi a chamada *Guerra dos Bárbaros*, que se estendeu até começos do século XVIII em todo o nordeste, da Bahia ao Maranhão, e da qual

(1) CARVALHO, 1929.

(2) BARO, 1979.

há muitos documentos e registros, recolhidos por Afonso Taunay (3), pelo Barão de Studart (4) e em várias outras fontes. A documentação oficial da corte de Lisboa mostra o empenho do reino em prosseguir essas ações sistemáticas contra os índios. Exemplo disso é a *Carta Régia* de 9 de janeiro de 1662*, dirigida ao governador do Brasil pela rainha D. Luiza de Gusmão, viúva do rei D. João IV, e que é em parte transcrita a seguir.

* Carta Régia da Rainha de Portugal D. Luiza de Gusmão. O original se encontra na Torre do Tombo, Lisboa. A edição utilizada é a que está publicada nos *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*, vol. 66, Rio de Janeiro, Typ. Batista de Souza, 1944: 176-177.

"O Capitão-mor da Paraíba, Matias de Albuquerque Maranhão, entre outras cousas me deu conta de como os índios bárbaros judeus (sic), residentes no distrito e sertão da dita Capitania, em vingança de João Fernandes Vieira (quando governava aquela praça) haver mandado prender em ferros, a dois filhos do seu principal e se haver remetido a este Reino quatro índios da mesma nação que eu mandei vir a esta Corte e receando que se use o mesmo alguns dos seus principais estão rebelados e declarados inimigos em tanto que já mataram alguma gente dos moradores do Rio Grande e no mais têm causado tanto receio que trataram de fazer suas casas fortes, em que se possam defender dos repentinos assaltos que aqueles bárbaros costumam dar e que conviria fazer-lhes guerra, com que se extingam de uma vez por se não criar neles e em seu valor pelo incansável exercício que têm na guerra outros araucanos, como em Índias de Castela, por terem já muita quantidade de cavalos, em que se exercitam com a doutrina que lhes deixaram os holandeses. E que sendo eu servido de que ele Matias de Albuquerque lhes fizesse a guerra, se oferecia a fazê-la e conseguí-la com pouco dispêndio de minha Fazenda por razão de seu sobrinho Diogo Coelho de Albuquerque, na Capitania do Ceará aonde me estava servindo, ter à sua obediência outras nações de bárbaros, contrários aos Jandeus que dando-lhes pelas espaldas não poderiam escapar, nem ter retirada. E porque esta matéria é de suma importância à quietação de todo esse Estado, vos encomendo muito que considerando tudo o que Matias de Albuquerque representa e oferece em razão da guerra que diz convém fazer-lhe, aliás, fazer-se a estes índios e o modo dela comunicando-vos com ele (...)."

A despeito dessa campanha oficial e sistemática de extermínio dos índios do nordeste, de que participaram tropas regulares, milícias de colonos e terços de bandeirantes paulistas, como Domingos Jorge Velho, Matias Cardoso e Moraes Navarro, os índios Janduí não haviam ainda sido eliminados ou dominados nos dois ou três últimos anos do século XVII, como testemunham documentos e declarações de Moraes Navarro, de seu tenente Pedro Carrilho de Andrade e do padre jesuíta Joam Guinzel, citados em outras seções deste livro.

* Pierre Moureau & Rouloux Baro, "Relação da Viagem de Roulox Baro (...) ao país dos tapuias, na terra firme do Brasil. Começada no dia três de abril de 1647 e terminada no dia quatorze de julho do mesmo ano". Em: *História das Últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias*, São Paulo/Belo Horizonte, EDUSP/Itatiaia, 1979: 92-107.

"Relação da Viagem de Roulox Baro

Intérprete e embaixador ordinário da Companhia das Índias Ocidentais, da parte dos Ilustríssimos Senhores das Províncias Unidas, ao país dos tapuias, na terra firme do Brasil.

Começada a três de abril de 1647 e terminada a 14 de julho do mesmo ano.

No dia 3 de abril de 1647 recebi dos nobres e poderosos Senhores Presidente e Conselheiros que representam o alto e soberano governo do Brasil, em nome dos altíssimos e poderosíssimos Estados Gerais das Províncias Unidas dos Países Baixos, Sua Alteza o Príncipe de Orange e a nobre Companhia das Índias Orientais, ordem de dirigir-me ao país dos tapuias, vizinhos do governo do Rio Grande, a fim de com eles tratar, seguindo as instruções contidas na minha comissão.

Preparei-me imediatamente para partir e tomei para acompanhar-me João Straffi, brasiliano, três tapuias e quatro cães, para termos em caminho com que caçar e obter alimento.

Saímos no dia seguinte do lugar denominado *Incareningi*, situado na mencionada província do Rio Grande, onde eu morava, e passamos em frente à casa do Tenente-Coronel Garstman, que fica próxima ao Rio Camaragibe, e como não pudéssemos vadeá-lo nem atravessá-lo a nado, por ser muito largo, tomamos o caminho da Campina, à direita, onde dormimos. (...)

No dia 21, além dos homens que tinha comigo, tomei dois na aldeia dos brasilianos, para nos conduzirem ao outro lado do rio, onde chegamos aproximadamente ao meio-dia. Vieram ao nosso encontro dez tapuias que tinham atravessado o Rio Potengi a nado e entre eles estava Muroti, filho do velho Janduí, seu rei. Comunicou-me que seu pai mandara dizer-me para vir encontrá-lo logo, pois o inimigo lhe pedira sua colaboração. Retruquei-lhe que havia três semanas deixara minha casa para defrontar o rei seu pai e fora impedido pela enchente. Respondeu-me que me ensinaria um lugar pelo qual facilmente eu poderia passar com os meus. (...)

(3) TAUNAY, 1936.
(4) "Documentos para a História do Brasil e especialmente a do Ceará", Coleção Studart, *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 37, 1923.

No dia seguinte atravessamos a nado o Rio Monpabu, cujo curso é extremamente violento. Tendo feito fogo na outra margem, a fim de secar nossas roupas, os homens de Muroti pediram-me permissão para ir caçar e pegar alguns animais no curral de André Claesen, o que lhes recusei, dizendo-lhes que havia suficiente nos bosques e campos sem entrar nos parques dos particulares; e ameacei de mandar amarrar a uma árvore o primeiro que o tentasse. Eles me redarguiram que logo que me deixassem iriam matar tudo que pudessem pegar no mencionado curral. Disse-lhes que se eles o fizessem eu saberia como tratá-los. — "E que nos farás? perguntaram." — "Compete a ti ou aos holandeses agir contra nós? Pois mesmo que tivéssemos cometido toda sorte de maldades, como recentemente fizeram os do Ceará, virieis sempre procurar-nos tendo em vista a paz".

Respondi-lhes que de tal modo castigaria os do Ceará pela sua traição, que isso lhes serviria a eles próprios de exemplo e que, se eu me havia fiado neles, no passado, doravante deles desconfiaria. Então, para mostrar que pouco ligavam ao que eu lhes afirmava, entraram no dito curral e apossaram-se de duas vacas, que queriam matar. Dirigindo-me a Muroti, avisei-o de que me queixaria a seu pai, que não o mandara ao meu encontro para comportar-se mal. Jurei que qualquer deles que descesse, daí em diante, ao Rio Grande sem a senha que eu próprio daria a Janduí, seria preso no forte e que eu o castigaria à minha discrição. Muroti nada retrucou e, tendo anoitecido, fomos repousar.

No dia 27, tomamos o caminho chamado de Garstman, lugar para onde se haviam retirado recentemente os nossos inimigos, repelidos pelos habitantes da aldeia dos selvagens nossos amigos, situada em nossa Capitania, onde o Ministro Stetten foi ferido ao voltar de uma mina de ouro, que ficava do lado do poente do nosso Castelo do Rio Grande e atingimos o lugar em que Janduí tinha acampado com sua gente, quando o povo de Cunhaú foi massacrado pelos habitantes seus vizinhos junto com os portugueses. O maior cuidado que tiveram Muroti e seus acompanhantes foi o de reunir os ossos dos que haviam sido mortos neste combate de Cunhaú e de guardá-los cuidadosamente para a ocasião que mencionaremos mais adiante. (...)

De manhã cedinho, ordenei que fossem procurar o ancião e, cerca de meio-dia, um dos que eu enviara, chamado Mandubi, chegou de volta e disse-me que trazia em sua companhia um grande bando de brasilianos, que iriam habitar perto da Aldeia de Vvioauin, caso eu lhes quisesse dar um salvo-conduto. Perguntei-lhes como sabiam da minha chegada e porque me pediam salvo-conduto; se tinham feito mal a alguém, uma vez que queriam mudar de residência. Responderam que sabiam muito bem da minha chegada, que os oficiais dos brasilianos residentes mais abaixo os ameaçavam constantemente de expulsão, e, por isso, tinham resolvido procurar outra morada, ligando-se aos tapuias, a fim de facilmente conseguir víveres nas matas para eles próprios, suas mulheres e crianças. Sofriam muito no lugar que queriam deixar e, estando no mato, poderiam resistir a seus inimigos e servir a seus amigos. Desejavam construir uma grande aldeia e manter-se em paz pelo seu número, sem nada temer, sustentando o esforço da guerra, se isso fosse necessário.

Propus a todos esses brasilianos que, se prometessem nada tentar contra os holandeses e seus aliados, mas, ao contrário, seguir o seu partido e interesses perante e contra todos, serem amigos de seus amigos e inimigos de seus inimigos, bem como avisar-me de tudo quanto se tramasse contra eles no Rio Grande, onde eu morava, eu os receberia sob a minha proteção e salvaguarda. Assim me juraram, prometendo-me conduzir incontinenti à minha presença todos os de seu grupo, a fim de fazerem o mesmo, desde que eu lhes desse o salvo-conduto que pediam, esperando a aprovação dos Nobres Poderosos e o consentimento dos senhores da Companhia das Índias Ocidentais. (...)

No dia 22, dois tapuias vieram dizer-me que Janduí se dispunha a marchar contra o inimigo. Resolvi, imediatamente, juntar-me a ele. Diego pediu-me para esperá-lo até que reunisse os seus homens. Pela tarde chegaram três filhos do velho Arara, que me presentearam com mel silvestre.

Tendo Diego me indicado com o dedo o lugar onde acreditava que eu poderia encontrar Janduí, partindo do sul para o norte, escolhemos ao acaso nosso caminho, o qual estava coberto de grandes formigas chamadas capiaira, que íamos comendo enquanto caminhávamos, com um pouco de milho, até que topamos com um rio chamado Turracoa, que corre da Serra Vvarhauaa, descendo ao mar pelo lado do sul. (...)

No dia 26, cerca de meio-dia, o bom ancião Janduí chegou com todos os seus homens; abraçaram-se gritando, chorando, saltando, pelo espaço de mais de duas horas. Isto terminado, apresentei-me a ele e, depois de saudá-lo, disse-lhe que estava contentíssimo pelo seu feliz retorno. Agradeceu-me, dizendo que eu era bem-vindo e perguntou-me se havia alguma novidade entre nós outros, os holandeses, que tivesse motivado a minha viagem. Respondi-lhe que, graças a Deus, não sofríamos qualquer falta; tínhamos recebido socorro e hortaliças da Holanda, e depois disso nossa força volante se apoderara do Rio São Francisco e a nossa armada conquistara aos portugueses a Ilha de Itaparica e três léguas de terra na Baía de Todos os Santos. Retrucou-me que tinha ouvido justamente o contrário da gente de Camarão, que lhe assegurara que nós estávamos em tal estado de penúria que dentro em breve seríamos forçados a nos render. Perguntei-lhe onde estavam esses mentirosos; replicou-me que ignorava, embora logo que fora informado tivesse ele próprio corrido atrás deles, para picá-los em pedaços. Depois fez trazer machados, machadinhas, foices e outros objetos, e acrescentou: — "Eis aqui os presentes que me enviaram há pouco, convidando-me para seguir o seu partido contra vós outros, holandeses, prometendo-me mandar muitos outros, caso eu quisesse ser dos seus. Veja estes machados, estas machadinhas, estas foices, estes facões e outros instrumentos de ferro; a menor peça vale mais que tudo aquilo que os vossos Senhores holandeses jamais me enviaram".

Não soube que responder-lhe, sendo obrigado a perguntar-lhe se somente por causa destes belos presentes que os portugueses lhe haviam dado, queria ele romper conosco, contra sua promessa. — "Tu bem saberias responder-me, que se eu tivesse podido alcançá-los, não sobraria ninguém. E foi por isso que te enviei o meu filho Muroti, que

deve ter-te dito que eu os persegui até o Rio Paraíba e obriguei-os a atravessá-lo a nado." (...)

Janduí, de volta, dirigiu-me estas palavras: — "Que dizes, meu filho? Este jogo não te parece divertido?" Respondi-lhe que sim e que me comprazia vê-lo tão robusto e desembaraçado. Pôs-se a rir e perguntou-me porque não lhe trouxera fumo, e se não sabia que o que plantara se perdera por causa das chuvas, com uma boa parte do seu milho. Respondi-lhe que seu filho Muroti pudera ver como a enchente tinha arruinado minhas roças: de outra forma, eu lhe teria trazido fumo e milho em abundância. O que existisse no tempo da colheita estaria a seu dispor e ao dos seus, contanto que não enviasse homens armados para pedir esses víveres, pois os que vinham de sua parte à Capitania do Rio Grande não se contentavam com o que se lhes dava de boa mente, mas queriam tudo carregar, com ameaças de morte, dizendo um deles: "Eu sou o Capitão fulano", outro, que era filho de Janduí; um terceiro, que era senhor de tal lugar, e assim por diante, e com essas palavras levavam os trastes e o gado dos moradores.

— "Eis uma bela conversa, comentou Janduí. Meus homens sempre se contentaram com algumas ferramentas que puderam apanhar e não era preciso fazer tanto barulho por um pouco de carne que tivessem levado e comido. Quando Jacó Rabbi vivia, juntava-se aos seus tapuias, com os quais descia à minha Capitania do Rio Grande e aí dizendo a este e àquele: "Dá-me um animal para minha gente, porque de outro modo eu mesmo o mandarei matar. Este Jacó tivera maior poder sobre os seus do que eu, porque fazia-se temer dos habitantes, ao passo que eu os temia."

Repliquei-lhe que Jacó Rabbi jamais tivera quer o poder, quer o comando que eu possuía; era homem de má vida, odiado dos seus e de todos aqueles que o conheciam; eu não cuidava de imitá-lo, temendo terminar como ele. (...)

No dia 6, os brasilianos, aos quais eu tratara asperamente no dia 19 de maio passado, trouxeram milho e fizão (feijão?) a Janduí a quem se queixaram de que eu os havia chamado de velhacos, porque se tinham posto sob a sua proteção. O ancião zangou-se comigo por ter censurado aqueles que se tinham posto sob sua proteção, dizendo-me que eles seriam capazes de pregar-me uma peça, caso a ocasião os favorecesse. Disse-lhe que eles eram exatamente o que eu os chamara, pois conservavam os braços cruzados enquanto todo o país estava em confusão, e tinham desamparado os de sua nação, seus parentes e amigos. Não sabia porque razão semelhante canalha habitava em paz em sua terra, tendo em vista a liga ofensiva e defensiva que existia entre ele, Janduí, e os holandeses, aos quais aquela gente odiava. Se nós quiséssemos receber aqueles que deixavam seu partido, há muito tempo ele estaria sem tropas. — "Não, não, respondeu Janduí; eu não sustento canalhas nem velhacos; se o soubesse, tê-los-ia feito massacrar a todos." Eu o adverti de que tivesse cuidado com eles, pois, indubitavelmente, o trairiam. Isto irritou-os e, olhando-me de soslaio, demonstraram sua ira e que, se me pudessem apanhar, se vingariam de mim. Imediatamente pediram licença a Janduí para retirar-se no dia seguinte. (...)

No dia seguinte, os feiticeiros chegaram junto de nós e reduziram a pó certas sementes de corpamba, que tinham torrado numa panela; depois de misturá-las com água, engoliram-nas. Imediatamente essa beberagem saiu-lhes pelo nariz e pela boca e eles se agitaram como possessos. Disseram-me que celebravam esta cerimônia a fim de que o seu milho, ervilhas e favas pudessem amadurecer bem depressa. Os que tinham ido à caça trouxeram um porco da raça miúda chamada taietetu. A chuva durou todo o dia.

A 13 do referido mês, enquanto os tapuias estavam na caça, Janduí, conversando comigo, disse-me que sempre servira aos holandeses em suas necessidades; que pedia retribuição contra aqueles que haviam matado os de minha nação em Salinas e em Ipanema, os quais, indignados pelo fato de eles não terem seguido o seu partido, tendo sido amigos anteriormente, procuravam sua perda; tinham-se aliado à gente de Camarão e aumentado sua armada de grandes e temíveis tropas, que estavam acampadas acima do Paraíba com Vvajapeba, que tinha estado sempre do seu lado e morara longo tempo entre eles na Várzea; eles é que lhe tinham enviado os presentes que me mostrara, da parte do referido Camarão. Que eles todos se tinham juntado a Paiucu, de sorte que, não podendo resistir-lhes, estava resolvido, caso não fosse socorrido por mim e pelos meus homens, a retirar-se para o Rio Grande, próximo do nosso forte. Este discurso me sobressaltou, pois não tinha nenhuma vontade de vê-lo tão perto de mim. Eis porque lhe disse que não devia ele abandonar a sua terra e que ali devia esperar o inimigo, caso fosse verdadeiro que este estava pronto para atacar. (...)

Correu-se a árvore no dia seguinte, e no outro visitamos as roças, nas quais o milho e o fumo ainda não estavam maduros. Entretanto, morreu a criança cuja cura o Diabo tinha assegurado. Os tapuias zangaram-se e o expulsaram; mas ele deixou-se ficar, fingindo estar extremamente compungido com a morte da criança, cuja cabeça os tapuias cortaram e cujo corpo retalharam, pondo-o a cozinhar numa panela. Em seguida, os parentes mais próximos vieram à festa e comeram tudo, inclusive os tenros ossos. E quando nada mais restou, puseram-se todos a lamentar-se, gritando e batendo com os braços. Eis as cerimônias que observaram nessa ocasião.

A 23, tendo marchado até o anoitecer, um ancião apresentou aos tapuias os ossos de diversos parentes seus, falecidos, que carregava há muito tempo. As mulheres os depilaram e cortaram bem miúdo os cabelos, que estavam ainda aderidos às cabeças; despejaram mel silvestre em cima e comeram tudo com tapioca. Perguntei porque os homens não tomavam parte naquela festa e disseram-me que a mesma não lhes competia. Quando tudo foi engolido puseram-se a gritar e a chorar, caminhando até que chegaram a um lugar em que nenhum dos seus parentes tivesse morrido. (...)

A 28, os tapuias aplainaram um lugar para dançar; e estando o povo reunido, Vvanjupu contou que Paiucu se tinha posto em campo contra Janduí, tendo levantado soldados de todos os lados. Janduí respondeu que haveria de castigá-lo se tentasse fazer-lhe guerra, e logo mandou vir todos os feiticeiros e adivinhos e ordenou-lhes que se preparassem para invocar o Diabo, a fim de que este lhes anunciasse algo de bom. Os feiticeiros retiraram-se para o mato e Janduí foi com eles; após

uma demora de duas horas, retornou tão assustado que não podia falar. Afinal, depois de ter descansado, disse-nos com a voz embargada: - "Que podemos esperar, se não pude obter resposta e o espírito e os feiticeiros mandaram-me aguardar até amanhã?" (...)

O ancião chamou-me na manhã seguinte, contou-me tudo que se havia passado no dia precedente; mandou reunir todos os principais do seu povo com os feiticeiros, a fim de consultar para onde se retirariam, se fossem obrigados a fugir. Eles eram de opinião que deviam atravessar o rio e vir para o Rio Grande. Opus-me a esta resolução, dizendo que os inimigos ali os perseguiriam mais vivamente que em qualquer outro lugar, encontrando com que subsistir; seria mais conveniente retirar-se para um lugar onde os inimigos, ao persegui-los, não pudessem encontrar o que comer, sendo, assim, obrigados a voltar. Eu ouvira dizer que acima da serra havia uma região pobre; seria bom que eles se retirassem para ali, onde eu viria encontrá-los com os meus soldados. (...)

Quando eu já estava preparado para partir, no dia seguinte, Jandui pediu-me os meus cães. Disse-lhe que eram as minhas fontes de alimentação e eu não confiava senão neles para suprir-me durante a minha volta. - "Toma, replicou-me, tanto milho quanto os teus negros possam levar, e deixa-me os cães; quando trouxeres os que estão no forte da Paraíba, eu os restituirei; não tenho intenção de fazê-los caçar durante a tua viagem, para conservá-los sãos". Esta cortesia obrigou-me a deixá-los com ele.

No dia 7, tendo-me posto a caminho, topei com Vvajupu e seus homens, que iam ao encontro do ancião. Comemos juntos milho e ratos, que ele trouxera. Pediu-me que voltasse depressa, com as melhores tropas possíveis, e emprestou-me o seu cavalo, a fim de que eu chegasse mais rapidamente ao meu destino. Eu cavalgara pouco tempo, quando de súbito ele desapareceu, sem que eu soubesse o que lhe acontecera. (...)

E no dia seguinte, tendo encontrado brasilianos que pescavam, juntamo-nos a eles, e misturamos com a sua pesca os ratos que os meus negros tinham apanhado.

Cheguei a Cameru no dia 14, cerca do meio-dia, e à tarde à minha casa, em Incarenigi, no Governo do Rio Grande, depois de ter suportado a fome e as fadigas que lestes."

As Pestes Européias

As causas da depopulação indígena nos dois primeiros séculos de colonização da América podem ser atribuídas às guerras de extermínio, à exploração inumana e escravização dos índios por parte dos colonizadores e, finalmente, pela causa determinante para uma conquista tão rápida e eficiente: as epidemias provocadas por novas doenças infecto-contagiosas trazidas pelos europeus. Evidentemente, nenhuma dessas causas pode ser extrapolada do contexto de profundos choques culturais que advieram com a conquista e da conseqüente dissociação tribal dos povos indígenas. Da mesma forma, é necessário considerar que estes fatores de depopulação indígena atuaram concomitantemente ou ciclicamente em muitos casos. Não se pode esquecer, também, outro fator do declínio da população indígena, conseqüência das causas anteriormente apontadas, mas nem por isso menos significativo: a fome.

As doenças contagiosas como a varíola, o sarampo e as gripes em geral, a tuberculose, o tifo e a malária, trazidas pelos europeus e africanos do século XVI, não eram conhecidas na América, com exceção da sífilis e da febre amarela, que parecem ter origem ameríndia. Todas aquelas doenças já eram conhecidas na forma epidêmica pelos europeus, que pareciam imunes a elas, enquanto todos os índios, de qualquer idade e condição, eram afetados. A fome sempe acompanhava as infecções, e as mortes eram tão numerosas que os corpos ficavam a descoberto.

As populações indígenas do Brasil, dotadas de um equipamento tecnológico rudimentar, jamais atingiram processos eficientes de estocagem de bens de consumo. A exploração do índio, como fornecedor de alimentos e de outras formas de trabalho indispensáveis à colonização, atingia, via de regra, proporções tais que punha em sério perigo o equilíbrio tribal. Assim, o tipo de contato imposto aos Tupinambá do litoral brasileiro pelos portugueses, condicionado pelos interesses econômicos determinantes para a ocupação da área em que eles opera-

vam, exerceu uma sensível influência na extensão e letalidade dos surtos epidêmicos transmitidos à população indígena, demonstrando que "certas condições sócio-culturais podem predispor uma população ao extermínio por efeito do contágio de epidemias" (RIBEIRO, 1956: 3-50). Demonstra também que, com os surtos epidêmicos, estas populações entravam em franco processo de desorganização da vida tribal, criando condições muito favoráveis para um estado de penúria e fome.

O tifo, a varíola, a peste bubônica, a influenza ou gripe, não eram doenças ocasionais que afetavam indivíduos vulneráveis na Europa do século XVI. Eram doenças epidêmicas consideradas normais nas condições das sociedades civilizadas. Essas epidemias, portanto, não eram pouco familiares aos europeus colonizadores, que se preocupavam mais com os prejuízos econômicos de sua ação do que com a doença em si. Sabe-se, por exemplo, que entre os fatores fundamentais dos baixos índices demográficos de Portugal na época dos descobrimentos (aproximadamente um milhão de habitantes no início do século XVI) estavam as endemias e epidemias associadas às fomes. O impaludismo, as febres intermitentes de toda a espécie, infecções tifóides, e paratifóides, disenteria, a varíola, a lepra e outras doenças, conseqüência dos contágios que provinham dos contatos por terra ou mar com a Galícia, Castela, Andaluzia e Marrocos, como as pleurisias e afecções catarrais, gripes de um modo geral, o tifo exantemático e a peste, grassavam em Portugal em epidemias que duravam de um a cinco anos, em intervalos de dois a nove anos, durante o século XV.

Entretanto, foi na América onde essas doenças ocasionaram certamente maior número de mortes, dado o longo isolamento de suas populações do resto da humanidade e a falta de imunidade em relação a estas novas e variadas doenças vindas dos outros continentes. Até mesmo aquelas doenças consideradas benignas tornaram-se mortíferas no novo mundo.

No seu livro, hoje clássico, *The Ranks of Death, A Medical History of the Conquest of America*, publicado em 1947, Percy M. Ashburn trata dos efeitos decisivos que desempenharam as novas enfermidades, trazidas pelos conquistadores durante o descobrimento e a primitiva colonização da América, para o sucesso da conquista. Esses efeitos foram extremamente importantes e, durante os séculos XVI e XVII, mais letais que a soma total dos resultantes das armas, da religião e da cultura geral dos europeus.

Sabe-se que a varíola matou mais índios que as armas de fogo, como relata Bernal Díaz del Castillo ao narrar a história da conquista do México, em parte para corrigir os exageros de Gômara, dizendo que, ainda que os mexicanos tivessem sido amarrados, o pequeno exército de Cortés não poderia ter liquidado tantos quantos Gômara afirmava. Mas, a varíola pôde. A conquista do México é um dos mais dramáticos e aterradores acontecimentos de toda a história. Díaz del Castillo nos conta como Narváez, que desembarcou em maio de 1519, pretendendo impor-se a Cortés, "trouxe consigo um negro afetado por varíola, o que foi uma infortunada importação para o país, pois a doença difundiu-se com inconcebível rapidez e os índios dela morreram aos milhares (...)". A enfermidade difundiu-se por todo o país e prejudicou o recrutamento dos exércitos mexicanos. O sucessor de Moctezuma (Cuitlahua) morreu em virtude dela. Díaz assim descreve o estado da última seção da cidade do México em poder dos índios ao tempo da rendição, em agosto de 1521:

> "(...) digo, que juro, amém, que todas as casas e barracas de esteiras da lagoa estavam cheias de cabeças e corpos mortos, nem sei como eu poderia descrevê-lo, pois nas ruas e até nos pátios de Tlatelolco não tinha outra coisa, e não podíamos andar senão entre corpos e cabeças de índios mortos (...) e até Cortés passou mal por causa do fedor que lhe entrou pelo nariz e da dor de cabeça, naqueles dias que passou em Tlatelolco (...) durante três dias e três noites, nas três calçadas, não pararam de sair, tão magros, amarelos, sujos e fedorentos que dava dó vê-los (...)." (CASTILLO, 1955: 64-65)

Um especialista citado por Ashburn (Shattuck) calcula o número de vítimas em cerca de três e meio

milhões. Narváez havia partido de Cuba e um de seus escravos negros trouxera de lá a enfermidade. Cuba, provavelmente, a recebeu de São Domingos, onde houve uma terrível epidemia em 1518 ou 1519. Em uma carta dirigida ao Rei, em 10 de janeiro de 1519, os frades Gerônimos expressam a opinião de que um terço dos nativos da Hispaniola e de Porto Rico houvessem morrido de varíola e que esta estava se estendendo a outras ilhas, porém, pouquíssimos espanhóis haviam sido contaminados e nenhum morrido. A doença atingiu o continente no mesmo ano e constituiu o maior empecilho ao aldeamento e catequese dos índios.

No Peru, a primeira grande epidemia de varíola ocorreu em 1533. Há, porém, fortes indícios para crer que houvesse ocorrido outra por volta de 1519 ou 1520, provavelmente originada da já mencionada de 1518-1519, que se comunicou das ilhas do Caribe à terra firme. No Canadá, a colonização francesa, e na América do Norte, a inglesa, dificilmente teriam sucesso no decorrer do século XVII se não fosse a ocorrência dos surtos de varíola com seus efeitos amplamente depopulativos ou de dizimação sobre os índios.

O primeiro grande surto epidêmico de varíola registrado no Brasil é de 1562 e 1563, na Bahia, matando milhares de índios Tupinambá e dizimando aldeias inteiras.

Os grupos Tupi da costa brasileira, concentrados em aldeias populosas nas proximidades do mar, viram-se envolvidos pelas primeiras ondas colonizadoras. Mas foi apenas a partir de meados do século XVI que sofreram uma política sistemática de dissolução da organização tribal, de desorganização cultural e de escravização explícita ou dissimulada, com a introdução do governo geral e de novas formas de aproveitamento econômico da terra, de aldeamentos próximos aos nascentes núcleos urbanos e às roças e engenhos circunvizinhos. Estas aldeias constituiram campos de cultura para a avantajada coleção de germes patológicos associada aos colonizadores. Os jesuítas, instrumentos de concentração de grandes massas indígenas nesses aldeamentos, fornecem dados, nas suas inúmeras cartas, sobre as formas de contágio entre as populações assim agrupadas, nas quais tinham parte bastante significativa.

Nóbrega relata, por exemplo, a mortalidade ocorrida na aldeia do Espírito Santo, principalmente entre recém-nascidos, em 1558, e não deixa dúvidas quanto ao aspecto contagioso da moléstia, a que não deviam ser estranhos os fatores patológicos que determinaram, mais tarde, o grande surto epidêmico de varíola de 1562:

"(...) Aconteceu que no dia de Nossa Senhora, acabando de batizar os meninos (...) lhe deu grande febre (padre João Gonçalves). Foi tão grande a febre e trazia tão grande febre a chamá-lo que em 13 ou 14 dias expirou neste Colégio (da Bahia) onde foi trazido já mui mortal (...) sobre a noite entrou em transe de sono no qual expirou a noite de São Tomé (...) Mas pois já comecei de contar o castigo com que Nosso Senhor me castigou a mim e a meus Irmãos, levando-nos tal companheiro, prosseguirei esta matéria até acabar. Foram este ano tantas doenças e trabalhos que houve nesta casa que não saberei contar, porque todos os Padres chegaram às portas da morte e passaram *per ignem et aquam*. O Padre Francisco Pires, depois do falecimento do padre João Gonçalves, adoeceu também muito. O Irmão Antonio Rodrigues da mesma maneira, e porque não foi sangrado, foi sua enfermidade mais prolixa, porque lhe saiu aquele sangue em apostemas e sarna por todo o corpo e durou muito tempo. Mas assim não deixava de falar e tratar com os Índios o negócio de Nosso Senhor, estando em São Paulo. O Padre Antonio Pires veio de São João, onde residia, ajudou as confissões da Quaresma, mas no fim dela adoeceu (...) e foi tão grande e perigosa sua enfermidade que o tive por morto (...). Deixo de contar de outras enfermidades e gente desta casa que seria nunca acabar (...)." (NÓBREGA, "Aos Padres e Irmãos de Portugal, 1559", 1931:185-186)

Essas doenças sucessivas têm certamente um nexo comum. A hipótese adquire maior consistência pelo fato do padre João Gonçalves, muito doente, ser "mandado, como digo, a *Sancti Spiritus* a doutrinar aquelas almas e batizar os habitantes, porque a estes batizamos logo pelo perigo que correm ..." (NÓBREGA, op.cit., 1931:185), o que parece indicar um número anormal de mortes na aldeia. Por outro lado, este relato revela que os próprios padres jesuítas eram propagadores de

moléstias ao continuar um indivíduo seriamente doente, a exemplo do Irmão Antonio Rodrigues, mantendo contato estreito e diário com os Tupinambá aldeados em São Paulo.

O desconhecimento ou, o que é mais provável, a indiferença sobre os perigos do contágio das populações indígenas por missionários doentes (e eles geralmente estavam sofrendo de uma ou outra moléstia, não raro grave e fortemente contagiosa) é uma das características que mais freqüentemente transparecem nas cartas de Nóbrega e Anchieta. Ainda a respeito das moléstias dos jesuítas, a que parecia acometê-los com mais freqüência era a tuberculose. O próprio Nóbrega, como tantos outros missionários da época, sofria desta afecção pulmonar. Veja-se, por exemplo, o seguinte trecho de uma carta enviada por ele ao ex-governador geral Tomé de Souza em 1559:

"(...) E des que eu isto vi na terra, comecei a ressuscitar e já não quero ser héctico, nem morrer (...)." (NÓBREGA, "A Thomé de Souza, 1559", 1931: 205)

Em carta de 1549, ao Dr. Navarro, seu mestre em Coimbra, o padre Manuel da Nóbrega fornece informações úteis sobre os métodos usados para a catequese do gentio e, o que nos interessa mais de perto, faz referências a algumas doenças contraídas pelos "convertidos" e que, possivelmente, teriam sido transmitidas a eles pelos missionários:

"(...) Uma cousa nos acontecia que muito nos maravilhava a princípio e foi que quase todos os que batizamos caíram doentes, quais do ventre, quais dos olhos, quais de apostema. E tiveram ocasião os seus feiticeiros de dizer que lhes dávamos a doença com a água do batismo e com a doutrina a morte. (...)" (NÓBREGA, "Ao Dr. Navarro, seu Mestre em Coimbra, 1549", 1931: 95)

Em carta de São Vicente, aos Irmãos Enfermos de Coimbra, datada de 1554, Anchieta faz referências à doença e às mazelas do Irmão Gregório, acentuadas com os rigorosos jejuns que se impunha. Essas contínuas moléstias, agravadas com a ausência de qualquer noção de higiene ou de profilaxia, tornavam os jesuítas os possíveis introdutores de várias afecções entre os índios, que, já a esta altura, vêem as enfermidades proliferar em São Paulo:

"(...) Neste tempo que estive em Piratininga servi de médico e barbeiro, curando e sangrando a muitos daqueles Índios, dos quais viveram alguns de quem se não esperava vida, por serem mortos muitos daquelas enfermidades. (...)" (ANCHIETA, "Aos Irmãos enfermos de Coimbra, de São Vicente, 1554", 1933: 63)

Tais doenças eram "como uma peste de priorizes com tal rigor que era o mesmo acometer que derrubar, privar dos sentidos e dentro de três ou quatro dias levar à sepultura (...)" (ANCHIETA, 1933:65 - nota 49).

Temos portanto surtos epidêmicos em São Paulo no mesmo ano de sua fundação. Os claros abertos pelas mortes entre os índios conversos eram prontamente preenchidos por grupos arrancados à vida tribal e submetidos "ao jugo de Cristo" em Piratininga, onde cedo recomeçava o dramático círculo vicioso da atração, catequese, batismo e morte, indo aos milhares "povoar a Glória do Senhor".

Os processos de dispersão das moléstias eram muitos. As de caráter venéreo, responsáveis por boa parte da mortalidade na população indígena, eram disseminadas amplamente pelo estabelecimento de intercurso sexual livre entre colonizadores e índias, para as quais representava forma de adquirir prestígio a coabitação com os civilizados:

"(...) as mulheres andam nuas e não sabem se negar a ninguém, mas até elas mesmas cometem e importunam os homens, jogando-se com eles nas redes, porque têm por honra dormir com os Cristãos. (...)" (ANCHIETA, "Ao Pe. Mestre Inácio de Loiola, de Piratininga, julho de 1554", 1933: 68)

Outro fato importante a ser notado é que as próprias índias que ainda não tinham experiência sexual

apresentavam "corruptos os membros secretos (esta era a sua enfermidade), que é muito comum nestas mulheres do Brasil, ainda virgens" (ANCHIETA, 1933:148), o que indica a amplitude da disseminação e a freqüência do contágio por moléstias venéreas entre os grupos indígenas.

Thevet encontrou entre os Tupinambá uma forma muito disseminada de moléstia contagiosa, transmitida através do comércio sexual, e que ele identifica como sífilis. À base desta informação, Gaffarel tenta, aliás, em nota ao pé da página, demonstrar que a moléstia causada pelo treponema "é originária da América, tendo sido posteriormente introduzida na Europa por soldados espanhóis que serviram no continente" (THEVET, 1878: 229).

Léry retoma a questão e descreve a moléstia, chamada pelos Tupinambá *pian*:

" (...) Além das febres e doenças comuns, às quais em razão do clima saudável estão menos sujeitos do que nós, sofrem os nossos americanos de uma moléstia incurável denominada "pian" e que tem por causa a luxúria, embora tenha visto meninos tão atacados dessa doença que se pareciam com variolosos (...) os indivíduos que o contraem ficam recobertos de marcas que se conservam durante a vida toda, tal como ocorre entre nós aos engalicados e cancerosos que se contagiaram na torpeza e na impudícia. (...)" (LÉRY, 1941: 221)

Alguns especialistas crêem que esta moléstia seja a bouba, um dos únicos males que afetavam as populações indígenas e que não lhes teria sido transmitido pelos colonizadores europeus. Gabriel Soares de Sousa traz nova luz à questão, distinguindo a bouba, doença comum e sem gravidade entre os Tupinambá que "têm para si que as hão de ter tarde ou cedo, e que o bom é terem-nas enquanto são meninos, os quais não fazem outro remédio senão as fazer secar, do câncer venéreo (sifilítico?) que tratam com certas ervas com as quais curam o cano, que lhes enche muitas vezes de câncere" (SOUSA, 1879: 296).

Vejamos como Anchieta encara a epidemia de varíola que assolou a Bahia em 1562 e suas conseqüências:

" (...) No mesmo ano de 1562, por justos juízos de Deus, sobreveio uma grande doença aos Índios e escravos dos portugueses, e com isto grande fome, em que morreu muita gente, e dos que ficavam vivos muitos se vendiam e se iam meter por casa dos portugueses a se fazer escravos, vendendo-se por um prato de farinha, e outros diziam, que lhes pusessem ferretes, que queriam ser escravos: foi tão grande a morte que deu neste gentio, que se dizia, que entre escravos e Índios forros morreriam 30.000 no espaço de 2 ou 3 meses. Ficaram então os Padres com cinco igrejas no termo desta Bahia, a saber: S. Paulo, Espírito Santo, S. Antonio, S. Tiago, S. João, e as três que tínhamos da banda de além, ainda que estas três pouco duraram, porque naquele mesmo ano se despovoaram, porque não bastou ficarem eles desbaratados dos saltos que os portugueses neles fizeram, dizendo que eram dos que mataram o bispo, nem das mortes e fome passada, mas estando esses poucos que ficaram em suas aldeias pacíficos, e os Padres com eles, como aquelas aldeias estavam em caminho para os Índios, quem quer que passava pela praia e os encontrava, que vinham a suas pescarias, os esbulhavam do que tinham, não lhes deixando rede para dormir nem linha de pescar; outros lhes levavam os filhos e filhas sem poder dar remédio a isto. Ajuntou-se também, segundo diziam, um mamaluco (mameluco), que com falsas palavras foi meter em cabeça ao gentio de Taperaguá, que o governador lhe queria dar guerra, que foi causa isto com o mais que lhe os portugueses fizeram de se levantarem e darem rebate aos Índios de Tapepigtanga e os de Itaparica, e fugiram todos sem os Padres lhes poderem valer nem aquietar, porque como isto foi coisa secreta, que o mamaluco (mameluco) andava dizendo, eles também souberam fazer a sua tão secretamente que os Padres o não souberam, senão quando já iam de caminho, e assim se perderam estas três igrejas, as quais foram povoadas com 8.000 almas. Depois que fugiram, poucos escaparam que não fossem escravos, porque uns vendiam aos outros, outros se vendiam a si mesmos, introduzidos todos estes costumes pelos portugueses. (...)" (ANCHIETA, "Informação dos primeiros aldeamentos da Baía", 1933: 356-357)

Tal associação de guerras e epidemias, seguida de suas conseqüências, como a fome e a escravidão, acabou por exterminar praticamente toda a população indígena litorânea. As epidemias devem ter-se propagado com grande rapidez, atingindo os grupos hostis do sertão através de escravos fugidos ou de missionários que com eles tentavam estabelecer contato.

A segunda epidemia de varíola começa em Ilhéus, no mesmo ano de 1562, transmitida por tripulantes de um navio vindo de Portugal. Sua dispersão foi maior que a primeira, estendendo-se a quase todos os núcleos coloniais do litoral. Segundo relato de Anchieta, as capita-

nias de Ilhéus e Porto Seguro tiveram seus aldeamentos indígenas inteiramente dizimados:

" (...) Verdade é que se foi consumindo o gentio daquelas terras, chamado Tupinaquis (Tupiniquim), que era muito e mui guerreiro, parte com doenças, parte com o maltratamento dos portugueses, como em todas as partes, salvo em S. Vicente, de maneira que ficaram sem gentio. E mandou-lhes Deus um açoite crudelíssimo, que são uns selvagens do mato que chamam Aimurés (Aimoré), homens robustos e feros, aos quais, enquanto houve índios amigos sempre lhes resistiram, mas faltando-lhes estes (...) já a capitania de Porto Seguro está meio despovoada e a dos Ilhéus em grandíssimo aperto (...) e já esta praga chega pelo Camamú perto da Bahia (...)." (ANCHIETA, "Informação do Brasil e de suas Capitanias, 1584", 1933: 308)

A epidemia atinge a Bahia em janeiro de 1563, mas não se circunscreve a ela:

" (...) Em janeiro de 1563 foi a grande morte das bexigas tão geral em todo o Brasil, de que morreu muito gentio, de que também levou muita parte de que havia nas igrejas em que os Padres residiam, e depois da doença ser passada, e os índios se irem gastando pouco e pouco, com parecer do governador Mem de Sá, por a igreja de S. Paulo ter já pouca gente, se repartiu essa que havia pelas outras, e assim não ficariam mais de 4, que se conservaram por alguns anos. (...) Este foi o sucesso das igrejas e gentio, que os Padres da Companhia tiveram a cargo, depois que veio Tomé de Souza por governador até agora, que há 34 anos. O modo que os Padres da Companhia tiveram sempre com este gentio foi ajudá-los assim no temporal como no espiritual. No temporal, eles os curam em suas doenças, e os sangram e lhes dão da pobreza, que eles têm, pela extrema necessidade que eles têm destas coisas, e tanto que em tempo das bexigas e outras doenças, que eles não podiam acudir uns aos outros, os Padres andavam com alguns moços pelas casas dos Índios, lavando-os e alimpando-os; era tal a doença das bexigas que, curando-os desta maneira, muitas vezes lhes ficava a pele e carne dos doentes pegada nas mãos, e o cheiro era tal que se não podia sofrer; os Padres lhes acudiam com lenha e água, e andavam com os Índios sãos buscando e repartindo isto; e em casa dos que tinham mandavam fazer de comer para os mais necessitados, e em alguma parte se fazia de comer cada dia para 60 e 70 pessoas, e se lhe os Padres faltavam com isto, faltava-lhes o remédio. De noite e de dia andavam os Padres ministrando-lhes os sacramentos da confissão e unção sem descansar, nem terem tempo para rezar suas horas, enterrando cada dia 10 e 12, ajudando-lhes a fazer as covas e trazê-los à igreja para os encomendar e enterrá-los, e dos grandes trabalhos que nestas doenças os Padres tiveram com eles, vieram a adoecer, de que estiveram muito mal: muitas vezes acontecia levantarem-se da mesa, para lhes acudir com o batismo, confissão e unção. (...)" (ANCHIETA, "Informação dos primeiros aldeamentos da Baía", 1933: 359, 380-381)

Não é possível avaliar o número de índios que a segunda epidemia "gastou" na Bahia. Não há dúvida, entretanto, de que a varíola e a fome entre os índios aldeados e escravos e nos grupos tribais, ocasionou a morte de várias dezenas de milhares deles. Alexander Marchant calcula que "a segunda epidemia matou de um quarto a três quintos dos sobreviventes da epidemia de 1562" (MARCHANT, 1943:160).

Duas coisas ficam claras na leitura dos relatos de Anchieta sobre o estado da população indígena da Bahia após estas epidemias. A primeira é que esses grupos foram quase completamente dizimados por guerras e epidemias, fatores esses que atuaram nos grupos dominados tanto quanto nos hostis. A segunda inferência é que a colônia não podia ainda se desenvolver sem o trabalho indígena. Os dois elementos estão explícitos no seguinte texto de Anchieta:

" (...) Partiu-se o governador para esta cidade e mandou, que os Índios daquelas duas igrejas se viessem também, e se repartissem pelas quatro igrejas, que nesta Bahia estão. (...) Chegou o Padre Gaspar Lourenço a estas igrejas da Bahia com 1.200 almas, as quais se repartiram pelas quatro, que os Padres tinham, e como já o gentio delas se ia gastando, e agora pouco tempo há de seis anos a esta parte vieram duas grandes doenças, bexigas e sarampão, ficaram tão diminuídas que se tornaram em três, repartindo-se a gente de S.Tiago pelas outras com parecer do governador Lourenço da Veiga, as quais já de todo foram acabadas, se os Padres não andaram sobre elas, como andam; porque por algumas vezes com parecer dos governadores mandaram os Padres Índios das igrejas, e foram eles em pessoa ao sertão a descer gente para as fornecer, por se não acabar o gentio delas, como foi na era de 1562. (...) A gente que de 20 anos a esta parte é gastada nesta Bahia, parece coisa, que se não pode crer: porque nunca ninguém cuidou, que tanta gente se gastasse nunca, quanto mais em tão pouco tempo; porque nas 14 igrejas, que os Padres tiveram, se juntaram 40.000 almas, estas por conta, e ainda passaram delas com a gente, com que depois se forneceram, das quais se agora as três igrejas que há tiverem 3.500 almas será muita. Há 6 anos que um homem honrado desta cidade, e de boa consciência, e oficial da câmara que então era, disse, que eram descidas do sertão do Arabó naqueles dois anos atrás 20.000 almas por conta, e estas todas vieram para as fazendas dos portugueses. Estas 20.000 com as 40.000 das igrejas fazem 60.000. De seis anos a esta parte, sempre os portugueses desceram gente para suas fazendas, quem trazia 2.000 almas quem 3.000, outros mais, outros menos: veja-se de seis anos a esta parte o que isto podia somar, se chegam ou passam de 80.000 almas. Vão ver agora os engenhos e fazendas

da Bahia, achá-los-ão cheios de negros de Guiné, e mui poucos da terra e se perguntarem por tanta gente, dirão que morreu. (...) Vão os Portugueses 250 e 300 léguas buscar este gentio por estar já mui longe, e como a terra está já despovoada, o mais dele lhes morre pelo caminho à fome, e alguns portugueses houve que, tomando pelo caminho algum gentio contrário daqueles que trazem, o matam e lhes o dão a comer, para com isso os sustentarem. (...)" (ANCHIETA, "Informação dos primeiros aldeamentos da Baía", 1933: 376-378)

Alexander Marchant calcula a população indígena da Bahia, anterior a estes surtos epidêmicos, em 80.000 pessoas. E acrescenta:

" (...) Mau grado o que há de vago nas avaliações da mortalidade, impedindo qualquer afirmação precisa, é bem possível que só nove ou dez mil indígenas sobrevivessem nas proximidades da Bahia. (...)" (MARCHANT, 1943: 162)

Em 1584 novos surtos de varíola, associada talvez com febre "terçã" maligna, "completaram a obra das epidemias de 1562 e 1563" (MARCHANT, 1943:163).

As epidemias, como foi dito, desempenharam um importante papel na liquidação dos grupos Tupinambá da Bahia. Elas se associam a outros fatores desintegrativos que atuaram sobre os povos tribais do litoral baiano, os quais, através da guerra, da impossibilidade de manutenção de seus padrões culturais, pela escravização colonial e pela catequese jesuítica, foram irremediavelmente levados ao extermínio.

A CULTURA SELVAGEM

Para o Brasil do século XVI, o número de colonos foi extremamente parco. Foi indispensável consumir largamente os índios da terra em toda a sorte de atividades produtivas e, inclusive, a reprodução e expansão da população colonial nascente. Estes, juntamente com os escravos africanos, que eram usados seletivamente na produção colonial de exportação, principalmente de açúcar, constituíam a força de trabalho quase única. Ao lado da escassez de recursos humanos, os portugueses foram desafiados, com a parca tecnologia da época, a desenvolver modos de produção de alimentos; de equipamentos para feitura de casas e para a economia doméstica; de construção de embarcações e outros meios de transporte; de produção de bens e utilidades de consumo e de exportação; enfim, de todo um novo conjunto de conhecimento da natureza e de técnicas para utilizá-la adequadamente para a continuidade e o sucesso mercantil da vida colonial. Em todos esses níveis, mesmo naqueles em que a experiência portuguesa revelava-se criativa e vanguardeira, como nas artes da pesca e da navegação, os conhecimentos da Europa pouco ou nada adiantavam em relação às novas condições da colônia americana. Esses fatores determinaram a ampliação da importância da cultura indígena e, mais que isso, dos corpos dos índios e das índias como produtores e reprodutores das condições mínimas de continuidade e desenvolvimento da vida colonial.

Nos textos selecionados abaixo, alguns aspectos fundamentais da cultura indígena, principalmente a de tradição Tupi, dominante em todo o litoral brasileiro, foram eleitos pela importância que vieram a desempenhar na construção da base material e cultural da colônia brasileira no século XVI. É indispensável ressaltar que quase todos esses traços, desde a horticultura e a coleta de frutos silvestres e materiais úteis, até a caça e pesca, a navegação e o conhecimento geral da terra, foram elementos absorvidos permanentemente pela sociedade colonial que, com essa contribuição dominante dos índios, criou uma cultura mestiça, que haveria de permanecer como um dos aspectos definidores da face rústica da civilização brasileira perceptível até hoje. Pode-se dizer que tanto no nível do aprendizado de técnicas produtivas quanto no nível das relações sociais e do conhecimento do mundo, houve antes um processo de tupinização do português que o da cristianização e europeização do índio.

Gabriel Soares de Sousa. *Conhecimento da Terra* (1587)

* Gabriel Soares de Sousa, "Que trata do grande conhecimento que os Tupinambás tem da terra" (Cap. CLXV). O original da versão em espanhol se encontra na Biblioteca Real de Madri e sua única edição é a preparada por Cláudio Ganns, com o título *Derrotero General de la costa del Brasil y Memorial de las Grandezas de Bahia*, Madri, Cultura Hispánica, 1958. A edição em português do texto de 1587 de Gabriel Soares é: *Tratado descriptivo do Brasil*, Rio de Janeiro, Typ. João Ignacio da Silva, 1879: 297-298.

"Que trata do grande conhecimento que os Tupinambás têm da terra.

Têm os Tupinambás grande conhecimento da terra por onde andam, pondo o rosto no sol, por onde se governam; com o que atinam grandes caminhos pelo deserto, por onde nunca andaram; como se verá pelo que aconteceu já na Bahia, de onde mandaram dois índios destes Tupinambás degredados pela Justiça, por seus delitos, para o Rio de Janeiro, onde foram levados por mar; os quais se vieram de lá, cada um por sua vez, fugidos, afastando-se sempre do povoado, por não ser sentidos por seus contrários; e vinham sempre caminhando pelos matos; e desta maneira atinaram com a Bahia, e chegaram à sua aldeia, de onde eram naturais, a salvamento, sendo caminho mais de trezentas léguas.

Costuma este gentio, quando anda pelo mato sem saber novas do lugar povoado, deitar-se no chão, e cheirar o ar, para ver se lhe cheira a fogo, o qual conhecem pelo faro a mais de meia légua, segundo a informação de quem com eles trata mui familiarmente; e como lhe cheira a fogo, se sobem às mais altas árvores que acham, em busca de fumo o que alcançam com a vista de mui longe, o qual vão seguindo, se lhes vem bem ir aonde ele está; e se lhe convém desviar-se dele, o fazem antes que sejam sentidos; e por os Tupinambás terem este conhecimento da terra e do fogo, se faz muita conta deles, quando se oferece irem os Portugueses à guerra a qualquer parte, onde os Tupinambás vão sempre diante, correndo a terra por serem de recado, e mostrando a mais gente o caminho por onde hão de caminhar, e o lugar onde se hão de aposentar cada noite. (...)"

A Roça Indígena

Gabriel Soares de Sousa (1587)

* Gabriel Soares de Sousa, op.cit., 1879: 290.

"Quando os Tupinambás vão às suas roças, não trabalham senão das sete horas da manhã até o meio-dia, e os muito diligentes até horas de véspera; e não comem neste tempo senão depois destas horas, que se vêm para suas casas: os machos costumam a roçar os matos, e os queimam e limpam a terra deles; e as fêmeas plantam o mantimento e o limpam."

Hans Staden (1557)

* Hans Staden, "O que os selvagens comem como pão e como plantam e preparam as raízes de mandioca" (Cap. 11), *Duas Viagens ao Brasil*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1974: 162-163.

"O que os selvagens comem como pão e como plantam
e preparam as raízes de mandioca

Quando querem plantar, derrubam as árvores do lugar que para isso escolheram, e deixam-nas secar por cerca de três meses. Então lhes deitam fogo e queimam-nas. Depois fincam as mudas da planta de raízes que usam como pão, entre as cepas das árvores. Este vegetal se chama mandioca. É um arbusto de uma braça de altura e que cria três raízes. Quando querem prepará-las, arrancam os arbustos, destacam-lhes as raízes e enterram de novo os pedaços das hastes. Estas pegam e se desenvolvem tanto em seis meses, que podem ser utilizadas.

Preparam a mandioca de três modos. Primeiro: trituram sobre uma pedra as raízes totalmente, em pequenos grumos, extraindo o suco com uma cana, feita de casca de palmas e chamada tipiti. Deste modo se torna seca a massa, que depois passam numa peneira. Da farinha fazem bolos fininhos. A vasilha na qual secam e torram sua farinha é feita de barro queimado e tem a forma de uma grande travessa.

Segundo: tomam as raízes frescas, deitam-nas n'água, deixando-as aí apodrecer; retiram-nas então e secam-nas na fumaça sobre o fogo. Chamam a estas raízes secas carimã. Conservam-se por muito tempo. Quando os selvagens querem utilizá-las, esmagam-nas em um almofariz de madeira. Isto dá uma farinha branca. Com ela fazem bolos que se chamam beijus (...)."

Jean de Léry (1578)

* Jean de Léry, "Dos animais, veação, lagartos, serpentes e outros animais monstruosos da América" (Cap. X) e "Dos Peixes mais comuns e do modo de pescá-los" (Cap. XII). Em: *Viagem à Terra do Brasil*, São Paulo, Martins, 1960: 123-125 e 145-149.

"Dos animais, veação, lagartos, serpentes e outros animais monstruosos da América

Direi desde logo, ao iniciar este capítulo, que não existe no Brasil nenhum quadrúpede em tudo e por tudo semelhante aos nossos. Por outro lado convém acrescentar que os tupinambás só muito raramente se alimentam com animais domésticos. Na descrição dos animais silvestres do país, chamados genericamente *sóo* começarei pelos que lhes servem de alimentação. O primeiro e mais comum é o *tapirussú* de pêlo avermelhado e assaz comprido, do tamanho mais ou menos de uma vaca, mas sem chifres, com pescoço mais curto, orelhas mais longas e pendentes, pernas mais finas e pé inteiriço com forma de casco de asno. Pode-se dizer que, participando de um e outro animal, é semivaca e semi-asno. Difere entretanto de ambos pela cauda, que é muito curta (há aqui na América inúmeras alimárias sem cauda), pelos dentes que são cortantes e aguçados; não é entretanto animal perigoso, pois só se defende fugindo. Os selvagens o matam a flechadas como fazem a muitos outros ou o apanham com armadilhas astuciosas.

Esse animal é muito estimado entre os indígenas por causa da pele; depois de esfolado cortam-lhe o couro do dorso e põem-no a secar, fazendo rodelas do tamanho de um tampo de tonel médio, que lhe servem de escudos contra as setas inimigas na guerra. Com efeito, a pele assim seca e preparada é tão rija que não há flecha, creio, por mais violentamente lançada que possa furá-la. A título de curiosidade trazia eu para a França dois desses broquéis, mas assaltando-nos a fome no mar, vimo-nos obrigados, na falta de víveres e depois de comermos os bugios, papagaios e outros animais, a consumir as nossas rodelas tostadas na brasa, bem como todos os couros e peles que tínhamos a bordo.

A carne do *tapirussú* tem quase o mesmo gosto da do boi; os selvagens a preparam à sua moda, moqueando-a. Consiste esse sistema, que pretendo desde já descrever, para que não fique suspenso à curiosidade do leitor, no seguinte: os americanos enterram profundamente no chão quatro forquilhas de pau, enquadradas à distância de três pés e à altura de dois pés e meio; sobre elas assentam varas com uma polegada ou dois dedos de distância uma da outra, formando uma grelha de madeira a que chamam *boucan*. Têm-no todos em suas casas e nele colocam a carne cortada em pedaços, acendendo um fogo lento por baixo, com lenha seca que não faça muita fumaça, voltando a carne e revirando de quarto em quarto de hora até que esteja bem assada. Como não salgam suas viandas para guardá-las, como nós fazemos, esse é o único meio de conservá-las. Se em um dia apanham trinta animais ferozes ou outros dos que aqui descrevemos, para evitar a putrefação, cortam-no logo em pedaços e os moqueiam durante mais de vinte e quatro horas às vezes até que as partes internas fiquem tão assadas quanto as externas. O mesmo fazem com os peixes quando os pescam em grande quantidade, principalmente com os da espécie denominada *piraparatí* que são verdadeiros sargos. Depois de os secar bem, reduzem-nos a farinha. Em suma esses *moquem* (boucan) lhes servem de salgadeira, aparador e guarda-comida; e entrando em suas aldeias vê-mo-los sempre carregados não só de veações ou peixes mas ainda de coxas, braços, pernas e postas de carne humana dos prisioneiros que matam e costumam comer, como veremos adiante. Eis o que tinha a dizer acerca do moquém e da moqueação (boucannerie) dos americanos, os quais em que pese às opiniões em contrário, não deixam de cozinhar as suas viandas quando lhes apraz. (...)

Dos peixes mais comuns e do modo de pescá-los

(...) Começarei dizendo que os selvagens chamam ao peixe, genericamente, *pirá* dando nomes particulares às diversas espécies. Denominam *kyremá* e *paratí* certos sargos que, assados ou cozidos, são muito saborosos, principalmente os segundos. Esses peixes andam em geral em cardumes, tal qual ocorre na Europa, onde os vi no Loire e em outros rios de França subirem do mar. Quando os vêem assim em bandos aproximam-se os selvagens de repente e com flechas certeiras em poucos momentos fisgam muitos peixes. Como, feridos, não podem ir ao fundo os flechadores os apanham a nado. A carne desses peixes é muito friável, por isso costumam os selvagens, quando os pescam em grande quantidade, moqueá-los e reduzi-los a farinha. (...)

Quanto ao modo de pescar, usam os selvagens flechas como para os sargos. Aliás assim fazem com todos os peixes visíveis dentro d'água. Cabe observar que na América tanto os homens como as mulheres sabem nadar e são capazes de ir buscar a caça ou a pesca dentro d'água como um cão. Também os meninos apenas começam a caminhar já se metem pelos rios e pelas praias, mergulhando como patinhos. Basta dizer que certo domingo pela manhã, quando passeávamos na plataforma de nosso fortim, vimos virar uma canoa que se dirigia para o nosso lado, com mais de trinta selvagens entre homens e meninos. Pressurosos fomos em socorro dos náufragos com um escaler, mas encontramos todos risonhos nadando. E disse-nos um deles: "para onde ides tão apressados, *mair*?" (assim chamam os franceses). "Vínhamos salvar-vos e tirar-vos da água", respondemos.

Mas o selvagem replicou: "Agradecemos a vossa boa vontade, mas pensáveis que por termos caído no mar estávamos em perigo de afogar-nos? Ora, sem tomar pé nem chegar à terra ficaríamos oito dias em

cima d'água. Temos muito mais medo de sermos pegados por um peixe grande que nos puxe para o fundo do que de afogar-nos". (...)

Acrescentarei ainda que quando os selvagens nos viam pescar com as redes que trouxéramos e a que eles chamavam *pyissa-uassú*, mostravam-se solícitos em ajudar-nos, espantados com ver-nos apanhar tanto peixe de uma só vez. Se porventura os deixávamos manejar as redes, revelavam grande habilidade.

Depois que os franceses começaram a traficar com o Brasil, os selvagens colheram vantagens das mercadorias que começaram a receber. Por isso louvam os traficantes; pois outrora eram obrigados a se servir de espinhas em vez de anzóis e agora gozam das vantagens dessa bela invenção que é o anzol de ferro. Daí, como já disse, terem os rapazes dessa terra aprendido a dizer aos estrangeiros que encontram: *de agotarem amabe pindá*, isto é, dá-me anzóis, pois *agotarem* no seu idioma quer dizem bom, *amabe* dá-me, e *pinda* anzol. Se não lhe dão o que pedem, a canalha repete com insistência: *de angaipá ajucá*, isto é: tu não prestas, devemos matar-te.

Portanto, quem quiser ser amigo, tanto dos velhos como das crianças, nada deve negar-lhes. (...)"

André Thevet (1557)

* André Thevet, "Das veações ou caças selváticas, que apanham os indígenas" (Cap. XLIX). Em: *Singularidades da França Antarctica*, São Paulo, Nacional, 1944:297-301.

"Das veações ou caças selváticas, que apanham os indígenas

(...) Lembro-me de ter dito, alhures, que os selvagens americanos não se servem de nenhum animal doméstico, alimentando-se, porém, de inúmeros outros que vivem nas matas, tais como, os veados, as corças, os javalis, etc. Quando os animais perambulam, à procura de alimentos, são apanhados nos fossos disfarçados por folhagens, que constroem os selvagens nos lugares por eles mais freqüentados. São essas armadilhas feitas com tanto artifício e habilidade que as feras dificilmente se lhes escapam: apanhadas vivas, chegam os índios e massacram-nas, algumas vezes a flechadas. (...)

Uma ilusão mantida pelos selvagens americanos e difícil de se lhe tirar da cabeça é a seguinte, que vem a propósito do assunto: quando os índios apanham um veado ou corça, primeiramente, antes que tornem à cabana, cortam as pernas dianteiras e traseiras da caça, acreditando que, se assim não o fizessem, isso lhes tiraria o poder, a si e aos filhos, de capturar os inimigos em suas correrias. E mais outros desvarios, que lhes atordoam o cérebro.

É verdade que não sabem a razão desse costume, senão que o mesmo lhes foi indicado por seu principal caraíba, motivo pelo qual os pajés e curandeiros conservam a superstição.

Os selvagens americanos assam as veações, peça por peça, mas com o pêlo. Depois de assada, é a carne distribuída entre as famílias, que ocupam a mesma habitação, à maneira da distribuição das merendas nos colégios.

Não se servem os índios de carne dos animais de rapina, ou dos que se nutrem de coisas impuras, por mais familiares que sejam os mesmos. Assim, evitam aprisionar o *coati*, por exemplo, que é do tamanho da raposa, tendo também dela as orelhas. (...)

Finalmente se vê ainda na América muita quantidade de certo animal de nome *tapir*, cobiçado e recomendável por causa da sua deformidade. Os selvagens perseguem continuamente o tapir, uma vez que a sua carne é saborosíssima e a pele serve para fabricação dos escudos, de que usam na guerra. A pele desse animal, tão caçado quanto o veado e o javali, é tão forte, de fato, que dificilmente um tiro de besta pode atravessá-la. (...)"

Hans Staden (1557)

* Hans Staden, "Como atiram, com destreza, animais selvagens e peixes com flechas" (Cap. 8). *Duas Viagens ao Brasil*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1974: 159.

"Como atiram, com destreza, animais selvagens e peixes com flechas

Para onde quer que vão, seja no mato ou na água, sempre levam consigo arco e flechas. Quando andam pela floresta, voltam o rosto fixamente de tempos em tempos para o alto das árvores. Percebendo algum indício de pássaros grandes, macacos ou outros animais, que nelas vivem, dão-lhes caça, esforçando-se por atirá-los e perseguem-nos até conseguí-los. Raras vezes vem de mãos vazias aquele que vai à caça.

Assim também seguem os peixes, perto da praia. Têm a vista aguçada. Quando algures vem um peixe à tona, atiram-no, e poucas setas falham. Logo que um peixe é alcançado, saltam na água e nadam-lhe atrás. Muitos peixes grandes afundam, quando sentem em si a flecha. Mergulham ao seu encalço, até cerca de seis braças de profundidade, e trazem-nos para fora.

Além disso têm pequenas redes. O fio com que as emalham, obtêm-no de folhas longas e pontudas, que chamam tucúm. Quando querem pescar com estas redes, juntam-se alguns deles e colocam-se em círculo na água rasa, de modo que a cada um cabe um determinado pedaço da rede. Vão então uns poucos no centro da roda e batem na água. Se algum peixe quer fugir para o fundo, fica preso à rede. Aquele que apanha muito peixe reparte com os outros que pescam pouco.

Com freqüência vem também gente que mora distante do mar, recolhem grande porção de peixes, torram-nos sobre o fogo, esmagam-nos, fazendo deles farinha, que secam bem a fim de que se conserve por muito tempo. Levam-na para casa e comem-na juntamente com a de mandioca. Se levassem assados os peixes para casa, então não se conservariam por muito tempo, pois não os salgam. Também leva uma vasilha mais farinha de peixe do que aí caberiam peixes assados inteiros."

Jean de Léry. *Coleta* (1578)

* Jean de Léry, "Das árvores, ervas, raízes e frutos deliciosos que a terra do Brasil produz" (Cap. XIII), op. cit., 1960: 151-161.

"(...) Tendo falado dos animais quadrúpedes, das aves, dos peixes, dos répteis e outras coisas com vida e movimento existentes na América, quero, antes de descrever os costumes dos nossos selvagens a que ainda não me referi, falar das plantas, frutos e raízes que se encontram nesse país.

Devo começar pela descrição de uma das árvores mais notáveis e apreciadas entre nós por causa da tinta que dela se extrai: o pau-brasil que deu nome a essa região. Essa árvore, a que os selvagens chamam *arabutan* engalha como o carvalho das nossas florestas e algumas há tão grossas que três homens não bastam para abraçar-lhes o tronco.

A respeito de árvores grossas, diz o autor da "História Geral das Índias Ocidentais" que nessas regiões lhe foi dado ver duas árvores com troncos de extraordinária grossura; um media mais de oito braças de circunferência e outro além de dezesseis. Conta ainda que a primeira era tão alta que ninguém lhe podia alcançar o cimo com uma pedrada e nela um cacique, por segurança, armara a sua choça. Disso se riam os espanhóis, pois parecia pousar-se ali como uma cegonha. A segunda árvore era também maravilhosa, mas o autor refere ainda que no país de Nicarágua existe uma árvore chamada *cerba* que engrossa a ponto de quinze homens não poderem abraçá-la.

Voltando ao pau-brasil, direi que tem folhas semelhantes às do buxo embora de um verde mais claro, e não dá frutos. Quanto ao modo de carregar os navios com essa mercadoria, direi que tanto por causa da dureza, e conseqüente dificuldade em derrubá-la, como por não existirem cavalos, asnos nem outros animais de tiro para transportá-la é ela arrastada por meio de muitos homens; e se os estrangeiros que por aí viajam não fossem ajudados pelos selvagens não poderiam nem sequer em um ano carregar um navio de tamanho médio. Os selvagens em troca de algumas roupas, camisas de linho, chapéus, facas, machados, cunhas de ferro e demais ferramentas trazidas por franceses e outros europeus, cortam, serram, racham, atoram e desbastam o pau-brasil transportando-os nos ombros nus às vezes de duas ou três léguas de distância, por montes e sítios escabrosos até a costa junto aos navios ancorados, onde os marinheiros o recebem. Em verdade só cortam o pau-brasil depois que os franceses e portugueses começaram a freqüentar o país: anteriormente, como me foi dito por um ancião, derrubavam as árvores deitando-lhes fogo. Na Europa imaginam muitos que os toros redondos encontrados nos armazéns são da grossura natural das árvores; já observei que estas são muito grossas, por isso os selvagens desbastam os troncos e os arredondam a fim de facilitar o transporte e o manejo nos navios. Como durante a nossa estada nesse país fizemos muitas fogueiras com o pau-brasil observei que a madeira não é úmida, mas naturalmente seca e queima com pouca, ou quase nenhuma fumaça. Um dos nossos companheiros indo lavar camisas deitou por ignorância cinzas dessa madeira na lixívia; em vez de alvejá-las esta as tornou tão vermelhas que não achamos meio de tirar-lhes a coloração embora as tivéssemos lavado e ensaboado logo em seguida; e tivemos de usá-las assim com essa tintura. Se aqueles que mandam branquear suas camisas ou outras roupas engomadas nas Flandres duvidam do que digo, façam a experiência.

Os nossos tupinambás muito se admiram dos franceses e outros estrangeiros se darem ao trabalho de ir buscar os seus *arabutan*. Uma vez um velho perguntou-me: Por que vindes vós outros, *maírs* e *perôs* (franceses e portugueses) buscar lenha de tão longe para vos aquecer? Não tendes madeira em vossa terra? Respondi que tínhamos muita mas não daquela qualidade, e que não a queimávamos, como ele o supunha, mas dela extraíamos tinta para tingir, tal qual o faziam eles com os seus cordões de algodão e suas plumas.

Retrucou o velho imediatamente: e porventura precisais de muito? — Sim, respondi-lhe, pois no nosso país existem negociantes que possuem mais panos, facas, tesouras, espelhos e outras mercadorias do que podeis imaginar e um só deles compra todo o pau-brasil com que muitos navios voltam carregados. — Ah! retrucou o selvagem, tu me contas maravilhas, acrescentando depois de bem compreender o que eu lhe dissera: Mas esse homem tão rico de que me falas não morre? — Sim, disse eu, morre como os outros.

Mas os selvagens são grandes discursadores e costumam ir em qualquer assunto até o fim, por isso perguntou-me de novo: e quando morrem para quem fica o que deixam? — Para seus filhos se os têm, respondi; na falta destes para os irmãos ou parentes mais próximos. — Na verdade, continuou o velho, que, como vereis, não era nenhum tolo, agora vejo que vós outros *maírs* sois grandes loucos, pois atravessais o mar e sofreis grandes incômodos, como dizeis quando aqui chegais, e trabalhais tanto para amontoar riquezas para vossos filhos ou para aqueles que vos sobrevivem! Não será a terra que vos nutriu suficiente para alimentá-los também? Temos pais, mães e filhos a quem amamos; mas estamos certos de que depois da nossa morte a terra que nos nutriu também os nutrirá, por isso descansamos sem maiores cuidados". (...)

A árvore a que os selvagens chamam *choyne* é do tamanho médio: tem folhas verdes semelhantes às do loureiro; dá um fruto volumoso como uma cabeça de menino e com a forma de um ovo de avestruz; não é comestível. Como esse fruto tem a casca dura, os tupinambás o conservam inteiro. Preferem-no ao comprido, com ele fazendo o instrumento chamado *maracá*, já mencionado. Cortados ao meio, servem para outros usos, na qualidade de cuias ou pequenas vasilhas.

Continuando a descrição das árvores do Brasil, mencionarei a *sabucaié* que dá um fruto do tamanho de dois punhos juntos; formado à feição de uma taça, neles se encerram pequenos caroços como amêndoas e quase com o mesmo gosto. A casca desse fruto, que julgo ser o coco da Índia, é utilizada para fazer vasos que, torneados e bem trabalhados, são encastoados de prata cá na Europa. Um certo Pedro Bourdon, excelente torneiro, fez, quando estávamos no Brasil, lindos vasos e outros utensílios tanto com os frutos da *sabucaié* como com madeiras de cor, tendo presenteado a Villegagnon com alguns deles; Villegagnon muito os apreciava, mas nem por isso foi o pobre homem recompensado pois o verdugo o mandou afogar por causa do Evangelho como contarei oportunamente.

Existe também no país uma árvore tão alta como a sorveira da Europa; dá um fruto chamado *acatiú* que tem a forma e o tamanho de um ovo de galinha. Quando madura, a fruta se torna mais amarela do que o marmelo e não só tem bom gosto mais ainda dá um caldo acidulado agradável ao paladar. No calor esse refresco é excelente, mas as frutas são muito difíceis de colher por causa da altura das árvores e só as podíamos obter quando os macacos, ao comê-las, derrubavam grande quantidade.

A *pacoére* é um arbusto que tem em geral de dez a doze pés de altura; o tronco, embora às vezes da grossura de uma coxa de homem é tão mole que com uma espada bem afiada pode ser cortado de um só golpe. O fruto, a que os selvagens chamam *pacó*, tem mais de meio pé de comprimento e se assemelha ao pepino, sendo como este amarelo, quando maduro. Crescem de vinte a vinte e cinco unidos em um só cacho e os nossos americanos colhem tantas pencas quantas podem carregar nas mãos para as suas casas. A fruta é boa; quando chega à maturidade tira-se-lhe a casca como o figo fresco e sendo gomosa como este parece que se saboreia um figo. Por essa razão nós franceses dávamos às pacovas o nome de figo; é verdade que são mais doces e mais saborosos do que os melhores figos de Marselha. Deve portanto a pacova figurar entre as frutas melhores e mais lindas do Brasil. (...)

Eis o que tinha a dizer acerca das árvores do Brasil. Quanto às plantas e ervas que agora quero mencionar, começarei por aquelas cujos frutos e efeitos me parecem mais úteis. Em primeiro lugar vou assinalar a planta que produz o fruto chamado *ananá*. Assemelha-se à espadana, tendo as folhas um pouco côncavas, estriadas nos bordos e muito parecidas com as do aloés. Cresce em touceiras, como grandes cordas, e o fruto, do tamanho de um melão mediano e do feitio da pinha, sai da planta como as alcachofras, sem pender para os lados. Ao amadurecer torna-se amarelo azulado e rescende tão ativamente a framboesa que de longe o sentíamos nas matas onde cresce; é muito doce e o reputo o fruto mais saboroso da América. Quando aí estive, espremi um ananás que deu cerca de um copo de suco e este me pareceu saudável. As mulheres selvagens nos traziam grandes cestos (*panacú*) cheios de ananases, pacovas e outras frutas e os trocavam por um simples alfinete ou um espelho.

A respeito das ervas medicinais encontráveis no Brasil, uma existe a que os nossos tupinambás chamam *petyn*. Tem a forma da azedeira, embora seja um pouco maior, e folhas muito parecidas com as da *consólida maior*.

Em vista das virtudes que lhes são atribuídas goza essa erva de grande estima entre os selvagens; colhem-na e a preparam em pequenas porções que secam em casa. Tomam depois quatro ou cinco folhas que enrolam em uma palma como se fosse um cartucho de especiaria; chegam ao fogo a ponta mais fina, acendem e põem a outra na boca para tirar a fumaça que apesar de solta de novo pelas ventas e pela boca os sustenta a ponto de passarem três ou quatro dias sem se alimentar, principalmente na guerra ou quando a necessidade os obriga à abstinência. Mas os selvagens também usam o *petyn* para destilar os humores supérfluos do cérebro, razão pela qual nunca se encontram sem o respectivo cartucho pendurado no pescoço. Enquanto conversam costumam sorver a fumaça, soltando-a pelas ventas e lábios como já disse, o que lembra um turíbulo. O cheiro não é desagradável. Não vi porém mulheres usá-la e não sei qual seja a razão disso mas direi que experimentei a fumaça do *petyn* e verifiquei que ela sacia e mitiga a fome. (...)"

Canoas e Ubás

Hans Staden (1557)

* Hans Staden, "No que viajam sobre a água" (Cap. 25), *Duas Viagens ao Brasil*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1974: 176.

"No que viajam sobre a água

Existe lá, naquela terra, uma espécie de árvore, que chamam igá-ibira. Tiram-lhe a casca, de alto abaixo, numa só peça e para isso levantam em volta da árvore uma estrutura especial, a fim de sacá-la inteira. Depois trazem essa casca das montanhas ao mar. Aquecem-na ao fogo e recurvam-na para cima, diante e atrás, amarrando-lhe antes, ao meio, transversalmente, madeira, para que não se distenda. Assim fabricam botes nos quais podem ir trinta dos seus para a guerra. As cascas têm a grossura dum polegar, mais ou menos quatro pés de largura e quarenta de comprimento, algumas mais longas, outras menos. Remam rápido com estes barcos e neles viajam tão distante quanto lhes apraz. Quando o mar está tormentoso, puxam as embarcações para a praia, até que se torne manso de novo. Não remam mais que duas milhas mar afora, mas ao longo da costa viajam longe."

Antônio Vieira (1654)

* Antônio Vieira, Carta "Ao Padre Provincial do Brasil" (1654). Em: *Cartas do Padre Antonio Vieira* (coordenadas e anotadas por J. Lúcio d'Azevedo), Tomo I, Coimbra, Imprensa da Universidade (Biblioteca de Escritores Portugueses - Série C), 1925: 373-375

" (...) O dia depois de S. Tomé gastamos em espalmar e calafetar as canoas, e acabar de prevenir cordas, para passar as cachoeiras em que de aqui por diante havemos de entrar. E não cause estranheza o calafetar das canoas, porque posto que aqui se fazem de um só pau, como no Brasil, são porém abertas pela proa e pela popa, e acrescentadas pela borda com falcas, para ficarem mais altas e possantes; e assim as costuras destas, como os escudos ou rodelas com que se fecham a proa e popa, necessitam de calafeto. Os armazéns, de que se tiram todos estes aprestos, são os que a natureza tem prontos, em qualquer parte deste rio aonde se aporta (o mesmo é no mais), que é coisa verdadeiramente digna de dar graças à providência do Divino Criador, porque indo nesta jornada trezentas pessoas (é o mesmo como se foram três mil) em embarcações calafetadas, breadas, toldadas, velejadas e não providas de bastimentos mais que um pouco de farinha, em qualquer parte que chegamos achamos prevenido de tudo a pouco trabalho. A estopa se faz de cascas de árvores, sem mais indústria que despi-las. Destas mesmas, ou outras semelhantes, fazem os índios as cordas muito fortes e bem torcidas e cochadas, sem rodas, carretilhas, nem outro artifício. Os toldos se fazem de vimes, que cá chamam timbostiticas e certas folhas largas a que chamam ubi, tão tecidos e tapados que não há nenhuns que melhor reparem do sol, nem defendam da chuva por mais grossa e continuada, e são tão leves que pouco peso fazem à embarcação. O breu sai da resina das árvores, de que há grande quantidade nestas partes, e se breiam com ele não só as canoas, senão os navios de alto bordo, quando querenam, tão bem como o nosso, senão que este é mais cheiroso. As velas, se as não há ou rompem as de algodão, não se tecem mas lavram-se com grande facilidade, porque são feitas de um pau leve e delgado, que com o benefício de um cordel se serra de alto abaixo, e se dividem em tabuinhas de dois dedos de largo; e com o mesmo de que fazem as cordas, que chamam embira, amarram e vão tecendo as tiras como quem tece uma esteira, e este pau de que elas se formam se chama jupati, e estas velas, que se enrolam com a mesma facilidade que uma esteira, tomam tanto e mais vento que o mesmo pano.

É um louvar a Deus. Tudo isto se arma e sustenta sem um só prego, o que se não vê em uma canoa para o intento, pois todo o pregar se supre com atar, e o que havia de fazer o ferro, fazem os vimes, a que também chamam cipós, muito fortes, com que as mesmas partes da canoa se atracam; e tudo quanto dela depende vai tão seguro e firme como se fora pregado. Nos bastimentos há a mesma facilidade, porque primeiramente a aguada vai debaixo da quilha, e em qualquer parte, e em qualquer hora que se tira, é fresca e muito sadia. Em abicando as canoas à terra saem os índios, uns à caça, outros à pesca, e a pouca detenção trazem de uma e outra muitas vezes em grande abundância, e sempre o que basta para todos. No mesmo tempo (sendo inverno) se ocupam outros em fazer as casas, que se fazem todos os dias, quando se não tem por melhor passar à sombra de arvoredo, que sempre é verde, alto e tapado. As casas são ordinariamente cobertas de palma, e, quando na jornada vai tropa de portugueses, se fazem tão largas e reparadas que mais parecem para viver, que para as poucas horas para que são levantadas.

Aqui será bem que se note que os índios são os que fazem as canoas, as toldam, as calafetam, os que as velejam, os que as remam, e muitas vezes, como veremos, os que as levam às costas, e os que, cansados de remar as noites e os dias inteiros, vão buscar o que hão de comer eles e os portugueses (que é sempre o mais e melhor); os que lhes fazem as casas, e, se se há de marchar por terra, os que lhes levam as cargas e ainda as armas às costas. Tudo isto fazem os tristes índios, sem paga alguma mais que o chamarem-lhes cães, e outros nomes muito mais afrontosos; e o melhor galardão, que podem tirar destas jornadas os miseráveis, é acharem (o que poucas vezes acontece) um cabo que os não trate tão mal. Jornada tem havido em que, dos índios que partiram, não voltaram a metade, porque o puro trabalho e maus-tratos os mataram. (...)"

DEUSES E DEMÔNIOS

André Thevet. *Cosmogonia Tupinambá*
(1557)

André Thevet foi um frade franciscano que esteve no Brasil com Villegaignon, em meados do século XVI (1). Chegou ao Brasil no início de novembro de 1555 e regressou à França em companhia de Bois-le-Comte, sobrinho de Villegaignon, saindo do Rio em 31 de janeiro de 1556, demorando-se em Cabo Frio e nas costas do nordeste, de onde seguiu, pelo Atlântico em direção ao Caribe, à Flórida e costas orientais da América do Norte, até o Canadá, donde, finalmente, seguiu em direção aos Açores e à Europa. O pouco tempo de estada do frade no Rio de Janeiro é explicado pelas tensões e conflitos no interior da colônia e, mais que isso, por uma epidemia, possivelmente de varíola, que atingiu toda a região, matando grande número de índios e alguns colonos (9.000 mortos segundo Thevet ou 800 na avaliação de Barré). Uma das vítimas dessa epidemia foi o grande chefe indígena Cunhambebe, e o próprio Thevet foi atingido por ela.

É surpreendente que o frade, em tão pouco tempo, e mal recuperado de sua mazelas, tenha reunido material suficiente para escrever tanto sobre o Brasil e seus habitantes. Certamente ele terá recorrido à memória de intérpretes e colonos, que tinham maior intimidade com a terra e com a língua dos indígenas. Assim mesmo, os registros elaborados por ele na *Singularidades da França Antártica*, na *Cosmografia Universal* e em textos complementares representam um acervo de informações de valor desigual, mas de grande detalhe sobre a cultura indígena e, em particular, sobre mitologia e crenças dos Tupinambá.

Os trechos de Thevet, adiante citados, referem-se a uma pequena parte de seus escritos sobre a hierarquia

(1) Jean Baudry, prefaciador da reedição fac-similar francesa de *Les Singularités de la France Antarctique* (Le Temps, Paris 1982), afirma que Thevet teria estado no Brasil, uma primeira vez, em companhia do piloto e cartógrafo Guillaume Le Testu, por volta de 1550, onde teria percorrido o litoral nordeste e sul do Brasil e onde ficou cerca de dez meses (BAUDRY, 1982: 19-20).

de *deuses* Tupinambá e sobre alguns mitos fundamentais desses índios. Sua importância, para a compreensão do universo de crenças dos índios da Guanabara, foi devidamente analisada e valorizada por Alfred Métraux em *La Réligion des Tupinambá* (2).

* *La Cosmographie Universelle d'André Thevet Cosmographe du Roy*, Paris, Chez Pierre l'Huillier, 1575 (1ª edição). O texto aqui transcrito é parte de *O Brasil e os Brasileiros*, título da versão brasileira da *Cosmographie Universelle*, reeditada na parte relativa ao Brasil por Suzanne Lussagnet em 1953 (tradução de Raul de Sá Barbosa, manuscrito inédito).

"(...) Basta saber que não são tão bárbaros que não tenham alguma noção de divindade, de alguma coisa que os tenha posto a pensar que essa beleza toda foi feita por alguém superior aos homens: e parecem nesse particular mais próximos da verdade que muitos dos Antigos, os quais, entre os gregos, eram tidos por sábios e filósofos. Eu mesmo conheci certo figurão que quis compor uma verdadeira Cabala com as crenças secretas desses pobres diabos. Eu vos transmitirei coisas que jamais homem algum no mundo pôs por escrito, e isso acompanhando o relato que eles me fizeram, em conversa, familiarmente: a saber, suas idéias sobre a origem das coisas, sobre a vinda dos seus Profetas, a que chamam *Caraïbes e Pageez*, a fim de que aqueles que frenquentaram intimamente esse abstraidor de sagredos, que foi Caraibe na terra deles, tendo ali de que filosofar sobre o que eles ouviram dos pais e antepassados (visto que não têm nada escrito e tudo se transmite de pai para filho) sobre as superstições dessa pobre gente.

O primeiro conhecimento, então, que os ditos Selvagens têm do sobrenatural é um ser a que chamam *Monan*, ao qual atribuem as mesmas perfeições que atribuímos a Deus, dizendo-o sem começo nem fim, existindo desde toda a eternidade, criador do Céu e da terra, das aves e animais que aí habitam sem, no entanto, mencionarem o mar, nem *Aman Atouppave*, que são as nuvens de vapor d'água na sua língua; dizendo que o mar nasceu de uma perturbação havida em terra. Esta, de princípio, era plana e unida, sem nenhuma montanha, e produzia tudo aquilo de que o homem necessita. Quanto à causa do aparecimento do mar, descrevem-no da seguinte forma: como vivessem os homens a tripa forra, gozando do que a terra produzia, ajudada pelo orvalho do céu, aconteceu que se esqueceram deles mesmos e passaram a viver desordenadamente. Caíram em tais excessos que se começaram a desprezar *Monan*, o qual, segundo dizem, vivia então no meio deles, com toda a familiaridade. Vendo a ingratidão dos homens, sua perversidade, o desprezo que lhe votavam, *Monan* se retirou da sua sociedade. Depois fez descer sobre eles o fogo do céu, *Tatta*, que queimou e consumiu tudo o que havia na face da terra. O fogo trabalhou de tal sorte que um lado da terra baixou e outro elevou-se, e ela ficou tal qual a conhecemos, com vales, montes e colinas, entremeados de extensões de belas planícies. Ora, de todos os homens, só um se salvou, aquele que se chamava *Irinmagé*, o qual *Monan* transportara para o céu ou para outro lugar, a fim de que escapasse ao furor daquele fogo que tudo devoraria. Quando *Irin-magé* viu a terra destruída, dirigiu-se a *Monan* com lágrimas e suspiros: Queres destruir também os Céus com seus ornamentos? Onde será, então, nossa morada? De que me servirá viver, sem nenhum semelhante? A essas palavras, *Monan* tomou-se de compaixão e quis remediar o mal que tinha feito à terra por causa dos pecados dos homens. Fez então chover e com tal abundância que todo o fogo se extinguiu. E como não podia fazer que as águas voltassem para o alto, fez cessar a chuva e mandou que corressem por onde pudessem, de todos os lados, e que, num lugar mais baixo se reunissem: esse acúmulo de água foi chamado por eles *Paranan*, que quer dizer "amargor", e, que nós chamamos "mar". E para que saibais que esses selvagens não são tão selvagens assim, que a natureza lhes deu alguma razão para discorrer sobre as causas naturais: eles dizem que se o mar é amargo e salobro, como sabemos provando sua água, a culpa é da terra, reduzida a cinzas pela combustão do fogo enviado por *Monan*. Foi ele que lhe conferiu esse gosto ruim na vasta calha de *Paranam* e no mar que corre em torno da terra. Eis aí um belo exemplo da Filosofia deles, mais aceitável, por exemplo, que a de Aristóteles, o qual, incapaz de compreender a onipotência de Deus, preferiu dizer que o mundo existe desde toda a eternidade a confessar que foi a divindade que o formou. E são mais sábios também os selvagens que quase todos os filósofos da Grécia (salvo Platão), os quais atribuíam a criação do mundo a coisas criadas. Mas, voltando ao nosso tema, *Monan*, vendo que a terra recobrara a primitiva formosura, e que o mar, essa nova criatura, embelezava a sua face, envolvendo-a por todos os lados, pareceu-lhe incômodo e inapropriado que todo esse belo ornamento permanecesse sem alguém que o cultivasse. Então chamou a si *Irin-magé* e lhe deu uma companheira, a mulher, a fim de que juntos repovoassem o mundo com homens melhores que os anteriores, que foram os primeiros habitantes da terra. Acreditam os selvagens que desse *Irin-magé* provêm todos os homens, que viveram antes do dilúvio, do grande dilúvio de água que sobreveio mais tarde e do qual falarei no correr do meu discurso. Desse *Irin-magé* saiu um grande Caraibe, que eles têm por seu Profeta, assim como os turcos têm por Profeta a Maomé. E por causa das obras maravilhosas que ele fazia, deram-lhe a denominação de *Maire-monan*, nome que devo interpretar para o leitor. A palavra *Maire*, em língua selvagem, significa "transformador", uma vez que o personagem em causa era hábil em transformar uma coisa em outra; quanto a *Monan*, significa "velho" ou "antigo". Aplicado ao grande Caraibe, o vocábulo significa "imortal", visto que o grande *Monan*, que fez descer o fogo do céu sobre a terra, não tem começo nem fim. É ele, dizem os selvagens, que ordena todas as coisas segundo sua vontade soberana, formando-as de diversas maneiras, convertendo-as, depois, e mudando-as em diferentes figuras, animais, pássaros, peixes, serpentes, segundo país e habitação, transformando o homem em animal, para castigá-lo por sua maldade, segundo o seu bom parecer. Mas o Caraibe *Maire-monan*, familiar do grande *Monan*, usava as suas transformações, das quais falarei no capítulo seguinte, a fim de não confundir as suas diversas histórias, cuja autenticidade verifiquei junto de alguns naturais do

(2) METRAUX, 1928.

país. Dizem eles que, por consideração para com o segundo *Monan*, admirável entre os homens, já multiplicados na face da terra, os que faziam coisas mais maravilhosas e maiores que os outros eram chamados indiferentemente *Maire* como herdeiros e sucessores de *Maire-monan*, assim como outrora entre os gregos aqueles que se distinguiam em qualquer terreno eram chamados Heróis, de onde veio a expressão "virtude heróica". Foi essa palavra *Maire*, usurpada até o tempo do dilúvio, que eles dizem ter sido universal, para aqueles que eram raros em obras: de maneira que, vendo agora que sabemos mais que eles, e que nossas ações lhes parecem admiráveis, dizem que somos os sucessores e verdadeiros decendentes de *Maire-monan*, que sua verdadeira raça se instalou em nossas terras, e que eles estão privados dela por causa do dilúvio e por terem sido maus para com o segundo *Maire-monan*, contra o qual de tal forma se indignou o povo por transformá-los ou fazer crer que os transformava (por Nicromancia ou de outra forma qualquer) em formas novas, que sua morte foi decidida. Sabendo, porém, o quanto era avisado, temeram que ele se apercebesse dos seus planos, como de tudo se apercebia. Passado, presente e futuro eram para ele um livro aberto como para o grande *Monan*. Poderia muito bem transformá-los em diversas formas de animais. Por fim, e não podendo mais suportá-lo, eles o mataram, e, com isso, o lisonjearam sobremaneira. Pois que, sendo *Pajé*, nada desejava de melhor que ser honrado pelo povo como um Deus. Um belo dia foram convidá-lo numa aldeia, a que chamavam, na sua língua, *Deteptan*, para lhe fazerem *Itauongane*, que significa honra, reverência e oferendas que se devem dar aos Profetas e santos Caraibes a fim de obter deles o necessário à vida. Ciente, embora, do ódio que o povo nutria por ele, o *Pajé* não se fez de rogado. Mas tão seguro estava de si, tão confiante no temor que tinham dele os comuns, que foi com eles, sem se fazer acompanhar de nenhum dos seus. Uma vez em meio aos inimigos, dispuseram à sua frente três feixes de lenha altamente combustível dizendo-lhe que teria de passar por todos três, depois de acesos. Se nada sofresse, então acreditariam que fosse o grande Caraibe soberano. E ele, vendo que nada podia fazer e que lhe seria impossível escapar daquele povo furioso, assentiu. E lançando-se à primeira fogueira, por ela passou sem que o fogo lhe fizesse mal, sem sofrer qualquer queimadura. O que lhe deu alguma esperança e causou nos circunstantes grande assombro. Na segunda fogueira, porém, perdeu os sentidos. Logo que nela pôs o pé, inflamou-se todo e, num átimo, foi queimado e consumido. O que, segundo as testemunhas, não ocorreu sem milagre. Por que a cabeça se lhe fendeu com tão grande impetuosidade e estrépito que o som subiu até os Céus e a *Tupã*: daí se engendram, dizem, as tempestades, desde o começo: e o raio que precede o ribombo do trovão significa o fogo que consumiu *Maire*. À morte do qual logo se seguiu a ruína da terra pelo dilúvio, acontecimento que agora relatarei. E não vos espanteis que eu me compraza em matéria tão frívola, uma vez que aquele povo sem Lei conheça por tal discurso o que é bem e mal feito, e que se a verdade das Santas Escrituras lhe fosse anunciada pode ser que a abraçassem com maior coragem que muitos de nós. O dilúvio, então, que esse bárbaros relatam, e do qual tantas vezes me falaram, foi, na opinião deles, geral e universal. Dizem que *Sommay*, grande *Pajé* e *Caraíbe*, descendente da raça daquele que os Selvagens tinham queimado, teve dois filhos, um chamado *Tamendonare* e o outro *Ariconte*, os quais eram de compleição e natureza diversas, e por isso odiavam-se de um ódio mortal. Vede como essa boa gente, na sua mitologia, se aproxima da Escritura. *Tamendonare* (dizem eles) se dava bem com todo mundo, cultivava a terra, tinha mulher e filhos, e era bom pai de família. *Ariconte*, ao contrário, não se importava com nada disso, só se ocupava de guerra, desejando apenas, com seu poder, subjugar as nações vizinhas, e mesmo, o irmão. Um dia, esse guerreiro, de volta de uma batalha, trouxe um braço de um inimigo de presente para *Tamendonare*. Disse-lhe, com grande soberba e arrogância: - Vai, medroso que tu és, terei tua mulher e teus filhos em meu poder, porque não és bastante forte para defender-te. O bom homem, ouvindo falar assim a seu irmão, teve seu orgulho ferido. E respondeu: - Se fosses tão valente quanto dizes, terias trazido teu inimigo inteiro. Indignado com essa resposta, *Ariconte* lançou o dito braço contra a porta da casa do irmão. No mesmo instante, todo o aldeamento em que se encontravam foi elevado ao Céu, e eles ficaram em baixo, na terra. Vendo isso, *Tamendonare*, de espanto ou desespero, bateu tão fortemente no chão que dele surgiu uma fonte d'água e jorrou tão alto que em pouco tempo alcançava o cimo das colinas e do litoral parecendo suplantar em altura as próprias nuvens. E jorrou até que toda a terra ficou coberta. Vendo isso, os dois irmãos, e querendo salvar-se, subiram às montanhas mais altas do país e escalaram as árvores com suas mulheres. Fizeram-no da seguinte maneira: *Tamendonare* subiu numa árvore denominada *Pindona* (da qual vi duas espécies, uma com frutos e folhas maiores que os da outra). Levou consigo uma de suas mulheres. *Ariconte* subiu com sua mulher em outra árvore, chamada *Geniper*, a fim de ver se as águas baixavam. Estando no topo da árvore, *Ariconte* deu uma fruta à mulher, dizendo: Rasgue o fruto e deixe que caia no chão. Feito isso, concluíram que o tempo ainda não era chegado de descer, que as águas ainda estavam altas. Todos os homens e todos os animais se afogaram nessa inundação, é a crença deles, salvo os dois irmãos e suas mulheres, dos quais se originaram dois povos diversos depois do dilúvio: os *Tonassearres*, ditos *Toupinambaux* (Tupinambá), e os *Tonaiatz Hoyanans*, ditos *Tominous*, os quais vivem em discórdia e guerra perpétuas. Quando um *Toupinambá* (Tupinambá) se quer vangloriar, pretendendo ser melhor que seus companheiros e vizinhos, o diz: Nós descendemos de *Tamendonare*, e tu provéns de *Ariconte*. Como se, com isso, quisessem dizer que *Tamendonare* era mais homem que *Ariconte*. Mas a causa de tal vantagem não consegui saber deles, nem eles me souberam dizer, visto que um era tão bom quanto o outro. E em vão me dirigi aos descendentes de um e de outro, igualmente sanguinários e antropófagos. (...)"

Manuel da Nóbrega. *Selvagens Demoníacos* (1559)

O padre Manuel da Nóbrega, teólogo e primeiro provincial da Companhia de Jesus no Brasil, tinha, por razões de ofício, uma preocupação permanente com as crenças e ritos indígenas suportados pela ação dos feiticeiros, "os maiores contrários que aqui temos", na frase do jesuíta. Praticamente todas as cartas de Nóbrega, desde sua chegada à Bahia, em 1549, chefiando a primeira leva de jesuítas ao novo mundo, até sua morte no Rio de Janeiro, em 1570, tratam do tema inesgotável dos feiticeiros e das abusões indígenas. A infindável guerra pessoal de Nóbrega contra os feiticeiros era ditada, ao mesmo tempo, por objetivos catequéticos e pela consciência de que a dominação sobre os corpos e almas indígenas passava pela desmoralizacão e afastamento de seus líderes espirituais. Os recursos de que se vale Nóbrega nessa cruzada freqüentemente chegam ao simulacro ou a práticas mais concretas e eficazes da ação inquisitorial contra os hereges. No trecho selecionado abaixo há um exemplo dessa pedagogia do Santo Ofício contra um feiticeiro Tupinambá, que o padre manda queimar no terreiro da aldeia. Outro dado relevante é a informação sobre as *santidades,* movimento religioso de fundo messiânico e político que atraiu vários grupos indígenas e colonos em partes diversas do Brasil.

* O manuscrito dessa carta de Manuel da Nóbrega, "Copie de huma carta do Pe. Manoel da Nóbrega que escreveo do Brasil da Baya de Todos os Santos a 5 de Julho de 1559", encontra-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, I-5, 2; 38,ff. 51v-56v. A edição utilizada da "Carta aos Padres e Irmãos de Portugal, Baía, 05 de julho de 1559" é a que se encontra em *Cartas do Brasil (1549-1560),* Rio de Janeiro, Officina Industrial Graphica, 1931: 177-190.

" (...) Os feiticeiros são de nós perseguidos e outras muitas abusões que tinham se vão tirando, mas nos casos particulares que contarei poderão entender melhor o que digo. Aconteceu que um irmão do meirinho e Principal da vila se foi a uns matos onde uma velha estava guardando a fruta e a matou, dizendo que esta velha e o seu espírito o fizera estar doente muito tempo; este foi preso e por ser a primeira justiça e por amor de seu irmão o meirinho, foi açoitado e lhe cortaram certos dedos das mãos, de maneira que pudesse ainda com os outros trabalhar: disto ganharam tanto medo que nenhum fez mais delito que merecesse mais que estar alguns dias na cadeia.

Em um engenho se levantou uma Santidade por um escravo que desinquietou a toda a terra, porque os escravos dos Cristãos são os que nos fazem cá a principal guerra por o descuido de seus senhores. Aconteceu que vindo um Índio de outra aldeia a pregar a Santidade que andava, um o recolheu e lhe ajuntou gente em terreiro para ouvir e a Santidade que pregava era que aquele Santo fizera bailar o engenho e ao senhor com ele, e que converteria a todos os que queria em pássaros, e que matava a lagarta das roças que então havia, e que nós não éramos para a matar e que havia de destruir a nossa igreja, e os nossos casamentos que não prestavam, que o seu Santo dizia que tivessem muitas mulheres e outras cousas desta qualidade; e estando em esta prática não pôde ser tão secreta que alguns não o viessem dizer ao irmão Cristovão da Costa que ali residia com outro, o qual mandou lá o meirinho que o tomasse e o levasse ao Governador, mas ele fugiu pelos matos desde que viu que era sentido; mas prendeu o que o recolheu, e outros culpados nisso, os quais se soltaram e fugiram de noite. Sabendo o Governador onde estava, o mandou buscar; mas ele também fugiu dos homens brancos, ferido em um braço; depois tomou por seu conselho vir pedir misericórdia e foi-lhe dada penitência que se disciplinasse em um domingo na igreja e pedisse perdão a Deus e ao povo do escândalo que dera em recolher ao que trazia a feitiçaria, o que ele fez melhor do que lhe foi mandado, não somente ele mas também os outros culpados; e meteu nos outros tanto fervor e devoção assim verem-no como se açoitava cruamente com a prática que fez que moveu a muitos, que se sentiam culpados em suas consciências, a virem confessar seu pecado secreto e a disciplinarem-se também com ele em público, que foi auto de muita devoção a todos e alguns Brancos que aí estavam ficaram pasmados de verem o que viram; o que trouxe a Santidade fugiu para longe e não se pôde mais haver. (...)

Aqui aconteceram casos mui notáveis que eu não poderei dizer todos, mas somente me contentarei com alguns poucos. Uma criança esteve morta chorada de seu pai e mãe e, estando para expirar, foi batizada do Irmão, e logo sarou, de que todos ficaram espantados e mui edificados com o crédito do batismo.

Estando eu lá um dia aconteceu que estando os meninos na escola dizendo as orações *Pater Noster*, chegando aquele passo de *et ne nos inducas in tentationem*, foi arrebatado do espírito do maligno, segundo que todos julgamos pelos sinais que fez naquela hora e três dias contínuos, e ele mesmo como assombrado das visões que via, bramava e não queria estar senão com os olhos tapados, dizendo que via demônios, e foi mui cruelmente atormentado de tal maneira que parecia que morria e tornei a batizá-lo e sarou, pela misericórdia de Nosso Senhor.

Aconteceu que dali me fui a outra povoação adiante que está duas léguas desta, onde não podemos residir por não haver quem, onde chamam o Chorão, e batizei os lactantes pelo perigo que passam e fizemos rol de aquela gente toda: algumas crianças doentes se escondiam, porque os feiticeiros dizem que com o batismo as mataremos, mas pela muita diligência do irmão e porque sempre há alguns bons que ajudam, batizamos todas, mandando-as buscar onde as escondiam e depois de batizadas muitos destes enfermos viveram, outros entraram no Céu.

Aconteceu um dia que estando um feiticeiro tirando uma palha a um doente, um menino da escola se chegou e estando o feiticeiro gloriando-se de haver tirado a palha, que era a doença daquele, o moço movido por Nosso Senhor, e com zelo da Fé, porque era já cristão, lha arrebatou da mão, dizendo que era grande mentira e lança a fugir e mostra-a ao irmão Antonio Rodrigues que levava fôlego para lhe contar daquilo; mandou chamar aquele feiticeiro e os principais e depois de feita prática e repreender aquilo, disse aos principais que levassem o feiticeiro ao Governador preso; ele ouvindo isto rompeu a casa de palha e foi-se e andou pelos matos maltratado, mas tomando bom conselho se veio a humilhar e pedir penitência e deram-lhe que trabalhasse nas obras da igreja que se fazia.

A um Principal morreu um filho pequeno sem batismo por não chamarem ao Irmão, porque estes meninos de *Sancti-Spiritus* ainda não são batizados até não serem mais instruídos na Fé, mais tem-se tento que não morram sem batismo: foi logo chamado a juízo perante todos os principais e depois de bem repreendido mandou aos principais que em ferros o levassem ao governador e obedeceram-lhe, mas juntaram-se todos os moradores da vila e postos de joelhos pediram ao Irmão que o não mandasse mas ali lhe desse penitência e prometeram que nunca nenhum morreria sem o chamarem: e desta maneira se vai tirando seu costume e vão tomando obediência e aborrecendo os feiticeiros e tomando crédito ao batismo.

Passando nós por uma aldeia onde nunca se ensinou, achamos um menino muito doente, e na casa onde estava, muitas feitiçarias e laços armados para prender a morte se ali viesse, e falando em Nosso Senhor não queria o pai nem a mãe que lhe batizassem seu filho, porque um feiticeiro seu, que ali estava, dizia que não; fiz o chamar, e perguntado por manha quem lhe ensinara a ciência, disse que seu pai e começou-se a vangloriar de sua ciência e que dava saúde aos doentes. Depois de tomada sua confissão, fiz ajuntar a gente da aldeia toda e disse-lhes o Irmão: *Vinde a ver o vosso feiticeiro e o vosso Deus em quem credes*, e sobre isso lhes falou largo e depois disse que cada um levasse seu tição do lume e a lenha que pudessem e que o queimassem no meio do terreiro que assim o mandava o nosso Deus verdadeiro. E todos rogavam-lhe pela vida e vendo que não aproveitavam dizia que o queimassem fora da aldeia por não feder: uns cristãos que se ali acharam, o puseram no terreiro e achegavam-lhe lume já, o que se fazia para fazer medo aos outros até que vieram uns principais velhos e postos de joelhos em terra lhe pediam a vida e que o levasse consigo para taipar nas taipas de Sancti Spiritus, que se fazia, e eu o levei, não para taipar mas para se doutrinar na Fé e doutrina com os outros. Desta maneira está a terra agora e esta é a condição do Gentio e todavia o pai e a mãe do menino consentiram depois que lhes batizassem o filho. (...)

Desta Bahia a 5 de Julho de 1559.

Inutilíssimo filho de V.R."

José de Anchieta. *Feiticeiros e Santidades*
(*circa* 1587)

Os movimentos de exaltação social e religiosa entre os índios Tupi do Brasil no século XVI foram documentados com freqüência ao longo de todo o período e constituíram matéria de interesse dos missionários, das autoridades coloniais e de setores especiais de controle social, como a Inquisição. Liderados por *caraíbas*, líderes religiosos de grande poder mágico e de autoridade política, esses movimentos estavam intimamente associados às grandes migrações Tupi do começo da conquista e a movimentos de reação contra os conquistadores, como a chamada Confederação dos Tamoios de Iperoig. As *santidades* são uma forma particular e sincrética desses movimentos, que associam às suas bases de natureza indígena símbolos, valores e figuras da cultura européia cristã. A despeito dessa contaminação, de resto inevitável na situação colonial, as santidades mantinham sua orientação nativista e foram reprimidas com severidade por todos os instrumentos de controle social da colônia, notadamente os missionários jesuítas e a Inquisição, em suas duas primeiras visitações ao Brasil (1591-1595 e 1618-1620).

Não obstante, em vários momentos, portugueses e outros europeus utilizaram o poder mobilizador desses

movimentos indígenas para servir a seus próprios propósitos de dominação. Num texto já transcrito neste livro, *A Nova Gazeta da Terra do Brasil* (*Newen Zeytung auss Pressillg Landt*), que se refere a uma expedição portuguesa de 1514, vê-se que, mesmo nos primeiros momentos da conquista, as crenças edênicas dos índios eram manipuladas para atrai-los como escravos. O mesmo pode ser dito dos franceses da França Antártica de meados do século XVI, que capitalizavam em seu favor o fervor messiânico dos índios Tamoio. De modo muito semelhante aparece no texto adiante transcrito de Anchieta a figura do fazendeiro e senhor de terras da Bahia, Fernão Cabral de Ataíde, que recebeu e protegeu, para seus próprios fins, os seguidores de uma santidade em suas terras de Jaguaripe, onde fez construir, para o culto dos indígenas, uma igreja, denominada Nova Jerusalém. Nas Confissões e Denunciações da Primeira Visitação do Santo Ofício na Bahia ficou claro o envolvimento desse membro da classe dominante com o movimento. Nesse texto de Anchieta, cinco ou seis anos anterior à Primeira Visitação, parece claro que o interesse básico do fazendeiro estava na aquisição de servos ou escravos indígenas.

* José de Anchieta, "Informação dos Primeiros Aldeamentos da Baia" (*circa* 1587). Manuscrito da Biblioteca de Évora, em cujo catálogo (I, p.19, códice CXVI) vem intitulado *Breve notícia histórica das missões dos Jesuitas no Brasil*. A edição utilizada é: *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933: 363-365 e 373-376.

"(...) TRASLADO DE UM AUTO FEITO A REQUERIMENTO DO PADRE ANTONIO PIRES, PROVINCIAL DA COMPANHIA DE JESUS

"Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1571 anos, em os nove dias do mês de Setembro, nesta cidade do Salvador, nas pousadas do Senhor governador geral Mem de Sá, pelo dito Senhor foi mandado chamar a mim tabelião para fazer este auto, de um requerimento que o padre provincial Antonio Pires, e o Padre reitor Gregório Serrão vieram fazer a Sua Senhoria, que aí presentes estavam, pelos quais foi dito, que os dias passados disseram a ele Senhor governador em como Fernão Cabral, morador nesta cidade, tomara por força, e mandara tomar seis Índios forros, entre machos e fêmeas, da aldeia e igreja de S. João, do que eu escrivão fiz logo um auto por mandado do dito Senhor governador, e é começado tirar devassa sobre este caso, e que ontem 8 dias de Setembro, estando alguns Índios da dita povoação e igreja na fazenda de Eitor Antunes, e vindo-se embarcar, o dito Fernão Cabral os salteou e tomou forçosamente, e os embarcou no seu barco, e levou para sua fazenda, dizendo que não tinha que ver com Padres nem com governador, que maior era seu poder que todas as justiças; o que o dito Fernão Cabral fazia, por quanto lhe não davam uma Índia da terra, que ele dizia ser sua escrava, a qual os ditos Padres tinham mandado ao ouvidor geral à petição do dito Fernão Cabral, por estar assim determinado que nas aldeias se não dessem escravos fugidos de que houvesse dúvida sem primeiro se determinar por justiça, o que eles cumpriram na dita Índia, e a mandaram ao dito ouvidor geral, o qual esperou pelo dito Fernão Cabral que viesse, e lhe mandou dizer, e o disse a seu sogro, o qual lhe rogou, que a tivesse até uma quinta-feira, e que se não viesse a tornasse a mandar, e o dito ouvidor geral a teve na cadeia até a dita quinta-feira, e mais oito dias, sem o dito Fernão Cabral vir a requerimento do alcaide Diogo Zorrilha, por não haver quem lhe desse na cadeia de comer a mandou soltar e tornar à aldeia de S. Antonio, donde a dita Índia era, e tendo estas diligências todas feitas por parte da justiça o dito Fernão Cabral se queixou novamente dos ditos Padres, que lhe tinham a dita sua escrava, e escreveu uma carta ao padre Gaspar Lourenço que estava na povoação e igreja de S. Antonio, dizendo que pois lhe não mandava dar a dita sua escrava, que ele se integraria nos Índios de S. João e S. Tiago, que estavam mais perto, e escreveu outras cartas ao padre João Pereira, que estava na igreja de S.João, em que lhe dizia que não havia de mandar os ditos Índios, até lhe não mandarem a sua, como se pode ver pelas ditas cartas, e o dito Senhor requereu aos ditos Padres, que mandassem aqui acostar o traslado das ditas cartas, e logo apresentaram uma que Fernão Cabral escrevera ao Padre Antonio Blasquez, e que as outras, que escrevera ao Padre João Pereira, apresentariam, e a do Padre Gaspar Lourenço para se trasladarem aqui, e que eles Padres estiveram no primeiro salto que Fernão Cabral fizera para virem encamparas aldeias dos ditos Índios que tinham a cargo ao Senhor governador, e mais por ser a primeira e esperar que se fizesse cumprimento de justiça, o Padre Provincial não viera, e lhe o mandara dizer pelo Padre reitor Gregório Serrão e pelo Padre João Pereira, dizendo que se não viesse fazer justiça sobre este caso, ele encamparia as ditas povoações e aldeias, e que agora se fizera este segundo salto, e que não havia emenda nenhuma deste caso, que ele Provincial vinha encamparas povoações e aldeias, como de feito encampava, e que havia de mandar vir aos Padres e Irmãos que nelas estavam, porquanto com estes saltos eles se não atreviam estar nelas, porquantos os Índios estavam mui escandalizados de não verem restituição da tomada de seus parentes, que Fernão Cabral tinha tomado, e que haviam medo que pela dita causa os Índios fizessem algum desmancho, e se levantassem, e logo pelo Senhor governador foi dito, que ele estava muito prestes para fazer justiça, e fazer tornar os Índios, e que logo como lhe denunciaram ele mandou fazer auto disso por mim escrivão e o remeteu ao ouvidor geral para tirar testemunhas sobre o caso, e o ouvidor geral tirou logo uma testemunha que estava na cidade, e mandou chamar as que estavam ausentes para acabar de tirar, e sobre isso fazer justiça, pelo qual ele até agora tinha feito toda a diligência, que se por este caso podia fazer, e acabado de trasladar as cartas de Fernão Cabral, e reconhecidas, e testemunhas tiradas,

proverá ele Senhor governador como Sua Alteza e regimento manda, pelo qual ele lhe não recebe a tal encampação das povoações, e igrejas, antes lhe requer da parte de Deus e de Sua Alteza, que ele tal não faça, pois da justiça se não pode até agora notar culpa de negligência, e fazendo o contrário ele lhe encampa a capitania e todo o Brasil, e que eles dêm conta disso a Deus e a Sua Alteza, por quão necessárias as aldeias são nesta terra, e estarem eles Padres nelas, e as governarem e sustentarem, assim para dali se fazer diligência para as guerras, como é notório que as que se fizeram no Brasil foi tão necessária ajuda dos Índios como dos portugueses, e para nos sustentarem e defenderem dos Índios nossos contrários, como cada dia fazem, e acabado de os eles ditos Padres soltarem, está claro, que os Índios se hão logo de ir das aldeias, e hão de ser os que nos hão de fazer guerra, e fazendo eles bastam para despovoar a terra, e quando a eles não fizessem o Senhor governador tem por mui certo, que os escravos dos portugueses se hão de levantar contra seus senhores, como fizeram o ano de 1568, que muito poucos escravos que se levantaram puseram a terra em balanço de se perder, e mataram alguns portugueses, e se não temeram os Índios das povoações e igrejas, se houveram de levantar todos os escravos, e que por estas causas e outras muitas que ele Senhor governador deixa de legar-lhes, pede e roga não queiram desamparar, antes lhes preguem, que se não agastem, que o Senhor Governador lhes fará justiça, e lhes mandará ir para suas casas, suas mulheres e filhos, porquanto se não podia o caso acabar tão breve por Fernão Cabral estar 5 léguas desta cidade na sua fazenda, e as testemunhas também ausentes; e pelo Padre Provincial foi dito, que ele esperava alguns dias, até este caso se acabar, pelas razões que ditas são. E de todo mandou fazer este auto, que assinaram. Diogo Ribeiro, tabelião que o escrevi. Mem de Sá. Antonio Pires. Gregório Serrão."

A justiça houve os Índios assim salteados, e os mandou para sua povoação, e com isto se aquietaram os mais. (...)

No ano de 1568, na semana santa, se levantou alguma da escravaria dos portugueses, a saber, de Japacé, Paranamirim e outras fazendas, fugindo para o sertão, na qual fugida mataram alguns portugueses, pondo fogo a algumas fazendas, roubando o que podiam. Eram estes escravos daquele gentio, que os portugueses houveram no tempo da fome, e daquela doença grande que veio, assim das nossas igrejas, e da sua comarca, e do Rio Real, como acima vai dito, ilicitamente resgatados, os quais, depois que souberam, que cousa é ser escravo, pelo terem bem experimentado em si, vendo que já não tinham nenhum remédio, imaginaram que lhes vinha falar um santo, o qual lhes mandava, que se fossem para suas terras, e com isto se levantaram, como tenho dito.

Os que de toda esta gente se puderam salvar dos portugueses e Índios das igrejas dos Padres, que foram após eles, tomaram muitos, se foram meter com o gentio do Rio Real por serem dali naturais; e sendo isto na era de 1568, estiveram seis ou sete anos sem seus senhores os irem buscar, nem pedirem aos governadores lhes dessem licença para isso, nem os quererem haver por guerra nem por paz; e indo o Padre Gaspar Lourenço fazer aquelas três igrejas, como fica dito, achou lá estes escravos, e vendo seus senhores que a terra estava de paz com a entrada do Padre nela, começaram a resolver os Índios, assim forros como os escravos, e a primeira revolta que houve foi esta.

Estava o gentio de Cirigi todo quieto com a paz que lhe o Padre tinha dado, e com a igreja que lhe tinha feito: tomou o Demônio para instrumento do que pretendia a um mamaluco (mameluco), o qual se foi a algumas das ditas aldeias, dizendo-lhes que olhassem o que faziam, que o Padre os enganava, que não cressem o que lhes o Padre dizia, que os juntava para serem escravos, e que já no mar tinha alguma gente junta para os irem amarrar. Isto dizia o mamaluco (mameluco) pelos portugueses, que estavam na barra do rio, que foram com o Padre, e como esta gente facilmente crê o que lhe dizem, principalmente se é coisa de medo, e eles sabiam bem como os portugueses tinham tratado a todos os vizinhos, e viam, que no mar estavam portugueses, como lhes o mamaluco (mameluco) dizia, levantaram-se todos, e parte dos da igreja de S. Paulo, ficando alguns para verem o fim da coisa, e foi quererem os portugueses ir dar guerra a um principal, que estava no sertão, que chamavam Apiripê, e segundo se entendeu depois, mais foi esta guerra com desejo de resolver os que estavam de paz, para que mais facilmente houvessem escravos, que por outro respeito.

E indo os da guerra já de caminho, mandaram quatro Índios das igrejas dos Padres, que fossem diante às aldeias apelidar gente. Os Índios de Cirigi, como estavam já pervertidos com as palavras do mamaluco (mameluco), as quais viam ser verdadeiras, cuidaram, que aqueles quatro Índios iam por espias, e mataram logo dois deles, e esta foi a ocasião de todas aquelas 28 aldeias se levantarem, tendo custado muito trabalho ao Padre Gaspar Lourenço fazer aquelas pazes, porque todos tiveram para si, que os portugueses iam à guerra a eles, e não ao Apiripê, e não sem causa suspeitaram isto, pois o mamaluco (mameluco) lhes o tinha dito.

Depois disto, como o Demônio não cessava de buscar manhas para destruir aquela obra, que se ali começava a fazer nas almas do gentio daquelas igrejas, tornou-as a acometer mais abertamente, e nasceu também de outros mamalucos (mamelucos), os quais, sabendo que o governador estava de caminho para ir à guerra ao Apiripê, lhes foram persuadir, que a guerra era contra eles, porque os portugueses vinham buscar escravos; e que o Padre lhes não havia de valer que não tinha armas, nem tinha ninguém de sua parte, e que se aparelhassem que não havia o governador de tardar muito. A isto se juntaram feros, que lhes faziam alguns portugueses, que andavam entre eles daqueles que estavam na barra do rio, dizendo: "Vivam nossos parentes e nós nos vingaremos". Subitamente se alvoroçou toda aquela gente de S. Tomé, e andava tão revolta que parecia andar o Demônio entre eles. Pregavam pelas ruas: Vamo-nos, vamo-nos antes que venham estes portugueses.

Vendo o Padre Gaspar Lourenço tal alvoroço, fê-los juntar, falando com eles, dando-lhes a entender quão mal faziam em deixar a igreja por mentiras, que lhes diziam, e eles chorando respondiam: "Não fugimos da igreja nem de tua companhia, porque, se tu quiseres ir conosco, viveremos contigo no meio desses matos ou sertão, que

bem vemos, que a lei de Deus é boa, mas estes portugueses não nos deixam estar quietos, e se tu vês que tão poucos que aqui andam entre nós tomam nossos irmãos, que podemos esperar, quando os mais vierem, senão que a nós, e as mulheres e filhos farão escravos?" mostrando alguns deles os pingos e açoites que em casa dos portugueses tinham recebido, e isto diziam com muitas lágrimas e sentimento.

Estando eles desta maneira mui quietos, foi um mamaluco (mameluco) à aldeia do Curubi, que era de S. Inácio, e tomou uma Índia, mulher de um principal, que diziam ser escrava de um português, e levou-a escondidamente; logo se levantou toda aquela aldeia dizendo: Vamonos todos, e não esperemos mais, porque, se um mamaluco (mameluco) tem poder para nos fazer isto dentro em nossa casa, que fará o governador, quando vier?

O qual já a este tempo estava muito perto; foi-se então este principal com sua gente para outro lugar mais dentro do sertão, por onde alguns queriam dizer não irem fugidos, mas que se afastavam até ver a chegada do governador para ver como se havia com eles, porque além disto acontecer, tinha este Curubi mortos alguns portugueses, mas em sua defensão, em tempo que os iam saltear, como fica acima dito, e temia-se ainda, porque depois que tinha a igreja, não tratara ainda com os portugueses, posto que já tinha mandado um seu irmão a visitar o governador, e a confirmar a paz, que o Padre tinha feito.

Chegando o governador com a demais gente à igreja de S. Tomé, soube como Curubi era ido de sua aldeia; mandou logo após ele gente de guerra, o qual acharam com sua gente em um mato assentado, e sentindo ele que os portugueses iam em sua busca, fez uma cerca de ramos, que eles costumam fazer, quando andam por terras de contrários: houve alguma escaramuça de flechas, e ali foi morto por desastre o Curubi com pelouro de uma espingarda, e os seus se deram, ainda que não faltam homens de boas consciências, que digam que os tais se entregaram debaixo da palavra do capitão, dizendo que se entregassem por paz, e que os trariam para as igrejas, não lhes nomeando serem escravos, e com isto se entregaram, por onde os trouxeram todos cativos, e chegando à igreja de S. Tomé o governador fez cárcere dela, em que mandou recolher toda aquela gente que traziam para dali serem repartidos, guardando-os sempre sem o Padre lhe o poder impedir; e tal ficou a igreja depois, que para nela dizerem missa foi necessário cavá-la um palmo, para tirar o mau cheiro e sujidade dela.

Não se pode dizer os agravos e medos, que foram feitos aos Índios de S. Tomé e de Nossa Senhora da Esperança em todo o tempo que o governador e mais portugueses ali estiveram, porque não ficou mantimento nem legumes, nem galinha, nem coisa alguma que não destruíssem, até lhes tomarem suas contas, que é toda sua riqueza, nem lhes ficava machado nem foice, que lhes não tomassem; e nisto parou aquela grande conversão, que se aparelhava naquela terra, e os Índios do Cirigi ficaram de guerra até agora. (...)"

OS RISCOS DO INCESTO

José de Anchieta. *Consangüinidade e Pecado*
(Segunda metade do século XVI)

O texto de Anchieta sobre o casamento dos índios refere-se exclusivamente às normas sociais que presidem os sistemas de parentesco e casamento dos Tupinambá e assemelhados culturalmente. Não são extensíveis a outros índios do Brasil, como quer o título. Essas normas estavam em acelerada transformação na época de Anchieta pela expansão da dominação colonial que alterava fundamentalmente as relações sociais no seio dos grupos, não só pela invalidação progressiva da autonomia econômica e cultural dos grupos, como pela presença constante de brancos nas aldeias. Esses primeiros colonos, intérpretes e intermediários dos interesses coloniais, assumiam, quase sempre, um *status* excepcional junto ao grupo hospedeiro, que se iniciava pela posse e livre uso de um número avultado de mulheres e se ampliava com a submissão paulatina dos índios ao poder e aos apetites do mundo colonial. Anchieta fornece vários exemplos a respeito do papel transformador da presença de brancos sobre as normas sociais e o comportamento concreto dos índios envolvidos. Assim, Aimbiré, um conhecido chefe Tamoio do Rio de Janeiro, aliado dos franceses, que tinha mais de vinte mulheres, ao surpreender uma em adultério amarrou-a a um poste e fez abrir sua barriga com um machete. Para Anchieta, essa punição cruel, desconhecida pelos índios, deveu-se diretamente ao exemplo dos franceses, que assim costumavam tratar a infidelidade de suas mulheres. Em vários outros casos há exemplos da morte de adúlteras por foiçadas e enforcamento. Outro dado relevante, que decorre da situação colonial, é a extensão dos termos de parentesco por afinidade a brancos e mestiços. Anchieta dedica, por razões óbvias, um interesse especial aos casamentos entre parentes, especialmente o casamento preferencial Tupinambá de um homem com a filha de sua irmã. Essa união, valorizada pelas regras de endogamia, não se estende ao casamento com as filhas dos irmãos, que, segundo as normas de parentesco Tupinambá, é absolutamente interdito por serem estas consideradas como filhas. Anchieta explica

essa distinção pela concepção Tupinambá da herança genética:

"(...) o parentesco verdadeiro vem pela parte dos pais, que são os agentes; e que as mães não são mais que uns sacos (...) em que se criam as crianças. (...)" (ANCHIETA, 1933: 452)

A despeito de todas as transformações causadas pelo domínio colonial, as normas sociais Tupinambá em relação ao parentesco e casamento puderam conservar suficiente integridade e permanência para os jesuítas do Brasil sugerirem mudanças ou dispensas no direito canônico em relação a casamentos consangüíneos, como o indicado acima.

* José de Anchieta, "Informação dos Casamentos dos Índios do Brasil". O original se encontra na Biblioteca Pública de Évora, cod. C XVI/1-33, fl. 130v.. A edição utilizada é *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões (1554-1594)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933: 448-456.

"INFORMAÇÃO DOS CASAMENTOS DOS ÍNDIOS DO BRASIL

Os índios do Brasil parece que nunca têm ânimo de se obrigar, nem o marido à mulher, nem a mulher ao marido, quando se casam: e por isso a mulher nunca se agasta porque o marido tome outra ou outras, reste com elas muito ou pouco tempo, sem ter conversação com ela, ainda que seja a primeira; e ainda que a deixe de todo, não faz caso disso, porque se é ainda moça, ela toma outro, e se é velha assim fica sem esse sentimento, sem lhe parecer que o varão lhe faz injúria nisso, sobretudo se isso o serve e lhe dá de comer etc. E de ordinário tem paz com suas comborças, porque tanto as têm por mulheres de seus maridos como a si mesmas. Em Piratininga, da Capitania de São Vicente, *Cay Obiy*, velho de muitos anos, deixou uma de sua nação, também muito velha, da qual tinha um filho homem muito principal, e muitas filhas casadas, segundo seu modo, com Índios principais de toda a aldeia de Jeribatiba, com muitos netos, e sem embargo disso casou com outra, que era *Guayamã* das do mato, sua escrava tomada em guerra, a qual tinha por mulher, e dela tinha quatro filhos, e esta trazia consigo, e com ela estava e conversava, e depois recebeu *in lege gratie*, sem a primeira mulher nem os filhos e genros fazerem por isso sentimento algum.

O mesmo fez *Araguaçú*, Índio também principal e velho, que casou com uma sua escrava Tamoia, que havia muito pouco tomara em guerra, sem fazerem caso disso nem o tomarem por afronta outras duas mulheres que tinha, e filhos já homens, e uma filha já mulher casada. E se algumas mulheres mostram sentimento disso, é pelo amor carnal que lhes têm e pela conversação de muito tempo, ou por eles serem principais; mas logo se lhes passa, porque ou se contentam com os filhos que têm, ou se casam com outros: e algumas há que dizem aos maridos que as deixem, que lhes bastam seus filhos, e que eles tomem outra qual quiserem.

E se a mulher acerta ser varonil ou virago, também elas deixam o marido, e toma outro, como me contaram que fez a principal mulher de *Cunhãbêba*, que era o principal mais estimado dos Tamoios que havia na comarca de Iperoig, do qual tinha já um filho e uma filha casadouros, e com tudo isso deixou, por ele ter outras, ou pelo que quis, e se casou ou amancebou com outro: e outras fazem o mesmo sem sentimento dos maridos; e assim nunca vi, nem ouvi, que com o sentimento de adultério algum Índio matasse alguma de suas mulheres; quando muito espancam o adúltero, se podem, e ele tem paciência pelo que sabe que tem feito, salvo se é algum grande principal, e a mulher não tem pai ou irmãos valentes de que ele tenha medo: como me contaram de *Ambirem*, um grande principal do Rio de Janeiro, naturalmente crudelíssimo e carniceiro, e grande amigo dos franceses, o qual de algumas vinte mulheres que tinha, por lhe fazer uma adultério, a mandou atar a um pau, e abrir com um manchil pela barriga: e o adúltero, que era um seu sobrinho, andou algum tempo ausentado dele, com medo de ser morto; mas isto bem parece que foi lição dos franceses, os quais costumam dar semelhantes mortes, porque nunca Índio do Brasil tal fez, nem tal morte deu. O mesmo, e pior, e com maior facilidade fazem outros às mancebas; por onde parece não é o sentimento pelas terem por legítimas mulheres, senão haveria ciúmes, como fez *Tamandiba*, grande principal de Piratininga, que enforcou uma sua manceba, que era sua escrava tomada em guerra; e o outro Índio da aldeia de *Marranhaya* a outra sua manceba escrava da mesma maneira (se bem me lembra), quebrou a cabeça com uma foice, ou por elas andarem com outros, ou ao menos pelo suporem.

Agoaçâ que é o nome comum a homem e mulher, siginifica barregão ou manceba comum a qualquer homem ou mulher, ainda que não tivesse com ele ou com ela mais que um só congresso; e com as tais andam às escondidas (como se faz em todo o mundo), e por isso ao tal ato chamam também *mandaró sc. furtum*; e se algum filho hão desta maneira, chamam-lhe filho de meu barregão ou de minha manceba, ou *mandaró á guera sc. furtum meum*. E isto têm por mal, e assim respondem todos quando se examinam para o batismo.

Mas se as têm de sua mão, de maneira que elas não andam com outro (*nisi fortè furtim*), andam no mesmo foro que as que chamam *Temirecô, sc. uxores*, e parece que com o mesmo ânimo se juntam com elas que com as mulheres, sem fazerem diferença nisso, e tão pouco sentimento têm de andarem com elas como com as mulheres; e assim quando os examinam para o batismo, dizem que tantas ou tantas vezes se furtaram delas *(ut ipso verbo utamur)* e andaram às escondidas com outras, como o dizem daquelas a que chamam *Temirecô*, e tão depressa e tão sem pejo estão com elas como com as mulheres; ainda que destas poucas vi nos Índios, contudo de *agoaçâ*, porque comumente a todos chamam *Temirecô*, e com este nome têm diversas em diferentes aldeias, e todas no mesmo foro que aquelas que têm consigo mais de assento em sua própria aldeia.

Os mancebos batizados em pequeno em Piratininga, como não estavam sujeitos quando cresciam, e outros índios cristãos, viúvos, tomavam

moças gentias ou cristãs, e as tinham em seus lanços como mulheres com filhos sem nota alguma, e a estas tais lhes costumavam chamar os outros a mulher de N., sabendo muito bem que o não eram por serem eles cristãos, e não as terem recebido na igreja; e se alguns destes mancebos se ia ao sertão, e lá se amancebava (como muitos faziam), diziam os pais, já N. tem mulher no sertão, usando todos estes do nome de *Temirecô*.

Temirecô chamam as contrárias que tomam na guerra com as quais se amancebam, e ainda que sejam cristãs, como eram muitas escravas dos portugueses, que tomavam os Tamoios em saltos, e as mesmas mestiças filhas dos portugueses, as quais tinham por mulheres como as suas próprias de sua nação.

Temirecô chamavam às índias mancebas dos portugueses, e com este título as davam antigamente os pais e irmãos quando iam a resgatar às suas terras, como os Tamoios e Temiminôs do Rio de Janeiro e de Espírito Santo, os Tupis de S. Vicente, os Tupinambás da Bahia, e finalmente todos da costa e sertão do Brasil, dizendo-lhes leva esta para tua mulher, com saberem que muitos daqueles portugueses eram casados; e ainda que os portugueses as tinham por mancebas, contudo as tinham de praça nas aldeias dos Índios, ou fora delas, com mulher, filhos e filhas, porque para os Índios não era isso pejo nem vergonha, e lhes chamavam *Temirecô* a mulher de N., e a eles genros, e os portugueses aos pais e mães delas sogros e sogras, e aos irmãos cunhados, e lhes davam resgates, ferramentas, roupas, etc., como a tais, como os Índios a quem chamam genros lhes vão a roçar ou pescar algumas vezes, por onde não parece serem estes suficientes sinais de matrimônio nem da parte dos que se amancebam com elas, nem dos pais ou irmãos que as dão.

O nome *Temirecô etê*, sc. *Uxor vera*, creio que o tomaram dos Padres, que lhes queriam dar a entender a perpetuidade do matrimônio, e qual é a mulher legítima, porque deste vocábulo *etê*, que quer dizer "legítimo", usam eles nas coisas naturais da sua terra, e assim a seu vinho chamam *cãoy etê*, vinho legítimo verdadeiro, à diferença do nosso a que chamam *cãoy áyà*, vinho agro. A suas antas chamam *tapiretê*, verdadeira, e às nossas vacas à sua semelhança chamam *tapyruçú*, vacas grandes, etc. Mas na matéria de parentesco nunca usam deste vocábulo *etê*, porque chamando pais aos irmãos de seus pais, e filhos aos filhos de seus irmãos, e irmãos aos filhos dos tios irmãos dos pais, para declararem quem é seu pai, ou filho verdadeiro etc., nunca dizem *xerûbetê*, meu pai verdadeiro, senão *xerúba xemonhangára*, meu pai *qui me genuit*, e ao filho *xeraîra xeremimonhanga*, meu filho *quem genuit*; e assim nunca ouvi a Índio chamar à sua mulher *xeremirecô etê*, senão *xeremerecô* (*simpliciter*) ou *xeraicig*, mãe de meus filhos, nem a mulher ao marido *xemenetê*, *maritus verus*, senão *xemêna* (*simpliciter*) ou *xemenbira rûba*, pai de meus filhos, do qual tanto usam para o marido, como para o barregão; e se alguma hora o marido chamar alguma de suas mulheres *xeremirecô etê*, quer dizer mulher mais estimada ou mais querida, a qual muitas vezes é a última que tomou, porque *etê* também quer dizer fino ou estimado, como *caâ etê*, mato fino, de boa madeira, *igbira etê*, pau fino, rijo, etc.

Às filhas das irmãs não chamam *temericô etê*, nem por tais as têm; porque muitos Índios com terem muitas sobrinhas, e muitas gentis mulheres, não usam delas; mas como os irmãos têm tanto poder sobre as irmãs, têm para si que lhes pertencem as sobrinhas, para as poderem ter por mulheres, e usar delas *ad libitum* se quiserem, assim como as mesmas irmãs, dão a uns e tiram a outros. *Taragoaj*, Índio muito principal na aldeia de Jaribatiba, que é no campo de S. Vicente, tinha duas mulheres, e uma delas era sua sobrinha, filha de sua irmã; e quando se batizou, deixou a sobrinha, ainda que era mais moça, e casou com a outra.

O terem respeito às filhas dos irmãos é porque lhes chamam filhas, e nessa conta as têm; e assim *neque fornicarie* as conhecem, porque têm para si que o parentesco verdadeiro vem pela parte dos pais, que são os agentes; e que as mães não são mais que uns sacos, em respeito dos pais, em que se criam as crianças, e por esta causa os filhos dos pais, posto que sejam havidos de escravas e contrárias cativas, são sempre livres e tão estimados como os outros; e os filhos das fêmeas, se são filhos de cativos, os têm por escravos e os vendem, e às vezes matam e comem, ainda que sejam seus netos filhos de suas filhas, e por isso também usam das filhas das irmãs sem nenhum pejo *ad copulam*, mas não que haja obrigação nem costume universal de as terem por mulheres verdadeiras, mais que as outras, como dito é. E por esta causa os Padres as casam agora com seus tios, irmãos das mães, se as partes são contentes, pelo poder que têm de dispensar com eles, o qual até agora se não fez com sobrinha filha de irmão, nem ainda em outros graus mais afastados que vem pela linha dos pais, porque entre os Índios se tem isto por muito estranho.

Os que têm muitas mulheres a que chamam *Temirecô*, não é possível saber-se com qual delas se juntaram com ânimo marital, porque nem eles entendem quanto importa falar nisto verdade, nem o sabem dizer realmente, porque para com todas tiveram o mesmo ânimo. E muitas vezes querem mais a segunda, terceira, quarta e ainda a última que as outras, e por serem ou mais moças ou mais fecundas, ou filhas de principais. E não há certeza para que *coeteris paribus* se haja de presumir em favor da primeira, antes muitas vezes nestas há menos dúvida e mais probabilidade que não tiveram ânimo de se obrigar a elas, porque como então são mancebas, às vezes tomam alguma velha de que não esperam filhos, porque não acham outra, somente para que lhes faça de comer, porque se acertam de não terem mãe ou irmãs, que tenham cuidado deles, são coitados, e contentam-se por então com qualquer velha, com que estão bem agasalhados, sempre com olho em tomarem outras de que tenham filhos, como depois fazem, ou deixando a primeira, ou retendo-a, se ela quer, para o efeito sobredito: e como entre os Índios há muito poucas mulheres meretrizes e devassas, e a carne aperta com os moços, tomam qualquer que acham, ou velha ou moça, ainda que não seja muito a seu gosto, porque por então não podem mais, esperando e tendo quase por certo que terão depois outras, como acontece principalmente se são valentes nas guerras ou filhos de grandes principais, porque então os pais lhes dão as filhas, e os irmãos as irmãs, e a estas se afeiçoam mais que à primeira, a qual parece que não tomaram senão *ad tempus*, nem têm ânimo de se obrigar a elas, nem elas a eles, porque já elas

sabem que eles hão de tomar outras quando acharem ocasião e as hão de deixar.

Dos que têm uma só mulher de que houveram filhos, com a qual perseveraram até à velhice, pode haver mais dúvida, porque parece que estes têm diferente afeição e ânimo marital, não porque ao princípio o tivessem tal, porque todos se juntam com elas duma mesma maneira, e também estes, como todos os outros, *in preparatione animi* têm muitas, e se as não tomarem, foi não por se terem por obrigados àquelas, senão porque houveram filhos delas, e os serviram bem, e lhes foram leais, e não tiveram poder para ter outras; porque a estes mesmo acontece no cabo da vida tomarem outra moça, quando a acham, maximé sendo eles principais; mas se não têm tomado outra pela amizade e conversação de longo tempo com as primeiras, lhes vêm a tomar este amor. E quando os querem batizar dizem que aquelas tiveram de pequenas, e com elas cresceram, e que as não hão de deixar; e o mesmo dizem outros, posto que sejam mancebos ao tempo do batismo, porque se acham já com aquela, e lhe querem bem, porque não tiveram outra nem ao presente têm poder para a achar, e se acertaram de vir a poder dos portugueses, têm medo que lhas tomem seus senhores, e eles se fiquem sem mulher; mas se lhes dão alguma mais jeitosa, facilmente deixam a primeira; e assim acontece não raro que estes mesmos se ao tempo do batismo têm tomado alguma de novo, ou algum principal lhes quer dar alguma filha, ou irmão, facilmente deixam a outra, e não querem se casar senão com a derradeira. E as outras, ou se ficam assim se são velhas e têm filhos, ou se casam com outros (como se disse ao princípio) sem muito sentimento."

Usos e Licenças Sexuais

Pero Correia (1551)

O irmão Pero Correia foi comerciante próspero na capitania de São Vicente, onde estaria há cerca de vinte anos quando foi recrutado pelo padre Leonardo Nunes para a Companhia de Jesus, por volta de 1550. Nóbrega o descreve como "virtuoso e sábio e o melhor língua do Brasil". Foi, aliás, nessa capacidade de grande conhecedor dos sertões e dos modos de viver indígenas que foi atraído para a Companhia de Jesus. Sabe-se que ele foi intérprete de Nóbrega e Anchieta em suas prédicas aos índios em São Vicente e São Paulo de Piratininga, fundada em janeiro de 1554. Em fins desse mesmo ano foi morto com o irmão João de Souza pelos índios Carijós (Guarani), quando dava cumprimento ao projeto do padre Nóbrega de expandir a missão jesuítica ao Paraguai.

Entre os vários testemunhos importantes de Pero Correia há um, de 1551, dirigido ao padre João Nunes Barreto das missões jesuíticas da África Negra, em que o autor lista uma série de "perversões" de natureza sexual entre os índios brasileiros, com o propósito expresso de compará-las com pecados semelhantes entre as populações africanas.

* Carta do Ir. Pero Correia ao Pe. João Nunes Barreto, São Vicente, 20 de junho de 1551. O original em português desta carta está perdido. A versão em espanhol, "De otra del mismo Pero Correa para los Hermanos que están en África", encontra-se no Archivum Romanum Societatis Iesu (ARSI), Bras. 3-1, ff. 25v.-26v. (antes 195v.-196v.). A edição utilizada é a de Serafim Leite, *Monumenta Brasiliae*: vol. I - *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil (1538-1553)*, Coimbra, Tip. da Atlântida, 1956: 224-225.

"(...) Escrevam-nos freqüentemente sobre como atuam em todas as coisas, para que aqui saibamos como atuar em outras semelhantes, pois me parece que estes pagãos se parecem com os mouros em algumas coisas, como em ter muitas mulheres, predicar pelas manhãs de madrugada, além do pecado contra a natureza, que dizem ser ali muito comum, como o é nesta terra. De maneira que tem aqui algumas mulheres que, nas armas e em tudo, se portam como homens e têm outras mulheres com as quais estão casadas. O maior insulto que se pode fazer-lhes é chamá-las de mulheres: quem fizer isso corre o risco de ser flechado." *

Gabriel Soares de Sousa (1587)
Luxúria Bárbara

Gabriel Soares de Sousa dedica espaço considerável de seu livro *Tratado descriptivo do Brasil* à natureza e costumes dos índios brasileiros, com ênfase especial nos Tupinambá que habitavam quase todo o litoral

* Tradução do espanhol para o português de Jean François Cleaver.

brasileiro em sua época. Nesta seção do livro refere-se com algum detalhe aos casamentos e às normas que regulam as relações entre os noivos e a do homem em relação a seu sogro. Naturalmente este texto é menos elaborado que o de Anchieta sobre igual tema. O senhor de engenho Gabriel Soares estava menos interessado que o jesuíta em investigar a norma e os aspectos morais das relações sexuais entre indígenas para transformá-las e convertê-los. Para Gabriel Soares o conhecimento era principalmente um instrumento de dominação e de exploração.

* Gabriel Soares de Sousa, Capítulos CLII, CLVI, CLVII. A versão em espanhol se encontra na Biblioteca Real de Madri e sua única edição é a preparada por Cláudio Ganns, com o título *Derrotero General de la Costa del Brasil y Memorial de las Grandezas de Bahia*, Madri, Cultura Hispánica, 1958. A edição em português do texto de 1587 de Gabriel Soares é: *Tratado descriptivo do Brasil*, Rio de Janeiro, Typ. João Ignacio da Silva, 1879: 282-283; 286-288.

"Que trata da maneira dos casamentos dos Tupinambás e seus amores.

A mulher verdadeira dos Tupinambás é a primeira que o homem teve e conversou, e não tem em seus casamentos outra cerimônia mais que dar o pai a filha a seu genro, e como tem ajuntamento natural, ficam casados: e os índios principais têm mais de uma mulher, e o que mais mulheres tem, se tem por mais honrado e estimado; mas elas dão todas a obediência à mais antiga, e todas a servem, a qual tem armado sua rede junto da do marido, e entre uma e outra tem sempre fogo aceso; e as outras mulheres têm as suas redes, em que dormem, mas afastadas, e fogo entre cada duas redes; e quando o marido se quer ajuntar com qualquer delas, vai-se lançar com ela na rede, onde se detem só aquele espaço deste contentamento, e torna-se para o seu lugar; e sempre há entre estas mulheres ciúmes, mormente a mulher primeira; porque pela maior parte são mais velhas que as outras, e de menos gentileza, o qual ajuntamento é público diante de todos. E quando o principal não é o maior da aldeia dos índios das outras casas, o que tem mais filhas é mais rico e mais estimado, e mais honrado de todos, porque são as filhas mui requestadas dos mancebos que as namoram; os quais servem os pais das damas dois e três anos primeiro que lhas dêem por mulheres; e não as dão senão aos que melhor os servem, a quem os namorados fazem a roça, e vão pescar e caçar para os sogros, que desejam de ter, e lhe trazem a lenha do mato; e como os sogros lhes entregam as damas, eles se vão agasalhar no lanço dos sogros com as mulheres, e apartam-se dos pais, mães e irmãos, e mais parentela com quem dantes estavam; e por nenhum caso se entrega a dama a seu marido enquanto lhe não vem seu costume; e como lhe vem é obrigada a moça a trazer atado pela cinta um fio de algodão, e em cada bucho dos braços outro, para que venha à notícia de todos. E como o marido lhe leva a flor, é obrigada a noiva a quebrar estes fios, para que seja notório que é feita dona; e ainda que uma moça destas seja deflorada por quem não seja seu marido, ainda que seja em segredo, há de romper os fios da sua virgindade, que de outra maneira cuidará que a leva logo o diabo, os quais desastres lhes acontecem muitas vezes; mas o pai não se enoja por isso; porque não falta quem lha peça por mulher com essa falta; e se algum principal da aldeia pede a outro índio a filha por mulher, o pai lha dá sendo menina; e aqui se não entende o preceito acima, porque ele a leva para o seu lanço, e a vai criando até que lhe venha seu costume, e antes disso por nenhum caso lhe toca. (...)

Que trata da luxúria destes bárbaros.

São os Tupinambás tão luxuriosos que não há pecado de luxúria que não cometam; os quais sendo de muito pouca idade têm conta com mulheres, e bem mulheres; porque as velhas, já desestimadas dos que são homens, granjeiam estes meninos, fazendo-lhes mimos e regalos, e ensinam-lhes a fazer o que eles não sabem, e não os deixam de dia, nem de noite. É este gentio tão luxurioso que poucas vezes tem respeito às irmãs e tias, e porque este pecado é contra seus costumes, dormem com elas pelos matos, e alguns com suas próprias filhas; e não se contentam com uma mulher, mas têm muitas, como já fica dito, pelo que morrem muitos de esfalfados. E em conversação não sabem falar senão nestas sujidades, que cometem cada hora; os quais são tão amigos da carne que se não contentam, para seguirem seus apetites, com o membro genital como a natureza o formou; mas há muitos que lhe costumam pôr o pêlo de um bicho tão peçonhento, que lho faz logo inchar, com o que têm grandes dores, mais de seis meses, que se lhe vão gastando por espaço de tempo; com o que se lhe faz o seu cano tão disforme de grosso que os não podem as mulheres esperar, nem sofrer; e não contentes estes selvagens de andarem tão encarniçados neste pecado, naturalmente cometido, são mui afeiçoados ao pecado nefando, entre os quais se não tem por afronta; e o que serve de macho, se tem por valente, e contam esta bestialidade por proeza; e nas suas aldeias pelo sertão há alguns que têm tenda pública a quantos os querem como mulheres públicas.

Como os pais e as mães vêem os filhos com meneos para conhecer mulher, eles lha buscam, e os ensinam como a saberão servir: as fêmeas muito meninas esperam o macho, mormente as que vivem entre os Portugueses. Os machos destes Tupinambás não são ciosos; e ainda que achem outrem com as mulheres, não matam a ninguém por isso, e quando muito espancam as mulheres pelo caso. E as que querem bem aos maridos, pelos contentarem, buscam-lhe moças com que eles de desenfadem, as quais lhe levam à rede onde dormem, onde lhe pedem muito que se queira deitar com os maridos, e as peitam para isso; coisa que não faz nenhuma nação de gente, senão estes bárbaros.

Que trata das cerimônias que usam os Tupinambás nos seus parentescos.

Costumam os Tupinambás que quando algum morre que é casado, é obrigado o irmão mais velho a casar com sua mulher, e quando não tem irmão, o parente mais chegado pela parte masculina; e o irmão da viúva é obrigado a casar com sua filha se a tem; e quando

a mãe da moça não tem irmão, pertence-lhe por marido o parente mais chegado da parte de sua mãe; e se não quer casar com esta sua sobrinha, não tolherá a ninguém dormir com ela, e depois lhe dá o marido que lhe vem à vontade.

O tio, irmão do pai da moça, não casa com a sobrinha, nem lhe toca quando fazem o que devem, mas tem-na em lugar de filha, e ela como a pai lhe obedece, depois da morte do pai, e pai lhe chama: e quando estas moças não têm tio, irmão de seu pai, tomam em seu lugar o parente mais chegado; e a todos os parentes da parte do pai em todo o grau chamam pai, e eles a ela filha; mas ela obedece ao mais chegado parente, sempre; e da mesma maneira chamam os netos ao irmão e primo de seu avô, avô, e eles a eles netos, e aos filhos dos netos, e netas de seus irmãos e primos; e da parte da mãe também os irmãos e primos delas chamam aos sobrinhos filhos, e eles aos tios pais; mas não lhe têm tamanho acatamento como aos tios da parte do pai; e preza-se este gentio de seus parentes, e o que mais parentes e parentas tem, é mais honrado e temido, e trabalha muito pelos chegar para si, e fazer corpo com eles em qualquer parte em que vivem; e quando qualquer índio aparentado tem agasalhado seus parentes em sua casa e lanço, quando há de comer, deita-se na sua rede, onde lhe põem o que há de comer em uma vasilha; e assentam-se em cócoras, suas mulheres e filhos, e todos seus parentes, grandes e pequenos; e todos comem juntos do que tem na vasilha, que está no meio de todos."

Jorge Marcgrave (1648)

Sexualidade Indígena

Os índios Otshukayana (Janduí) constituíam um grupo indígena Tapuia (não-Tupi) do nordeste do Brasil, localizados no interior, entre os rios Jaguaribe e Apodi, nos limites das capitanias do Ceará e Rio Grande do Norte. Durante a ocupação holandesa daquela região os Otshukayana aliaram-se aos novos colonizadores e foram objeto de um intenso trabalho de contato e aliciamento por parte de intérpretes experientes como Jacob Rabbi e Rouloux Baro. O primeiro, um judeu alemão, "fementido por nascimento, salvagem por habitação, cruel por uso e bárbaro por trato" na opinião comprometida de frei Rafael de Jesus (*Castrioto Lusitano,* Parte I, 1679). A opinião dos holandeses não seria melhor, tanto que o intérprete acabou sendo morto por um alferes e dois mosqueteiros holandeses nas margens do Potengi, em 1647. Parece que a opinião negativa sobre Rabbi não era compartilhada pelos índios:

"(...) O assassinato de Rabe (Rabbi) provocou enorme indignação entre os seus amigos tapuios, que exigiram ameaçadoramente do governo holandês a cabeça de Gartsmann e tão instantes foram seus clamores que o mandante e os mandatários não escaparam à punição do delito, sendo confiscados todos os seus bens e soldos vencidos, cassadas as suas patentes, expulsos do exército da Companhia e enviados presos para a Holanda. (...)" (CARVALHO, A. de; 1929:176).

O naturalista Jorge Marcgrave transcreve informações de Jacob Rabbi sobre rituais de iniciação dos Otshukayana acompanhadas de dados sobre relações sexuais entre esses índios.

* O original do texto de Giorgi Marcgravi de Liebsted, "Historiae Rerum Naturalium Brasiliae", encontra-se na *Historia Naturalis Brasiliae*, Amsterdã, Apud Lud. Elzerivium, 1648, 293p. A edição utilizada é a de Jorge Marcgrave, *História Natural do Brasil*, São Paulo, Imprensa Oficial, 1942: 281.

"(...) Quando porém os jovens já aspiram às núpcias, caçam as feras e reúnem mel silvestre e outras cousas e levam aos pais das queridas; os quais se têm muitas filhas casadouras chamam em seu favor profetas e seus sacerdotes e médicos, eles porém vão ter com o Rei para consultar. O rei logo convoca pelo pregoeiro os rapazes que pretendem mulher para casar, num lugar próximo fora dos acampamentos, onde muitíssimos, tanto os rapazes como as moças se reúnem, e juntamente pelas florestas andam até que cheguem ao lugar determinado para a caça; e aqui tendo sido tomado conselho poucos deles adiantam-se para que busquem os esconderijos das feras os quais, logo que os encontrem muito rapidamente para os restantes voltem e indicam em que lugar, há quantidade de feras: depois todos com armas e cães cercam pelo rastejo as feras, e de tal modo com presteza contra aquelas investem que às vezes duzentas feras aprisionam no mesmo tempo e matam, e depois abertos os flancos lançaram os intestinos aos cães as levam para o acampamento. Depois as mulheres acorrem, e tendo sido feito o fogo, torram as visceras primeiro para alimento dos homens: depois tendo sido tirados os pêlos, cortam os corpos das feras em muitas partes; depois disto, feita a cova dentro da terra, põem brasas por cima delas, e as próprias carnes assim cozidas colocam em cima, e tendo sido a areia amontoada, de novo colocam o fogo em cima, de modo que cozinhem as carnes perfeitamente, não diversamente como no fogo. Alguns também reúnem méis e fazem a bebida; e assim passam o dia comendo. Depois de novo chegam-se à barraca do Rei para que deva ser deliberado onde no próximo dia a caçada seja marcada; o qual estabelecido, vão-se em cortes para cantarolar, pois segundo o modo das cantigas agouram se a caçada haja de ser bem ou mal sucedida. Tendo sido acabada a caçada, de novo comem do mesmo modo e os que ficaram em casa ajuntam farinha feita de raízes. Antes já dissemos perfurarem esses bárbaros os lábios, as orelhas e as bochechas: este ato é instituído por eles deste modo. Os adolescentes preparados para isto são trazidos para o lugar no qual o povo se reúne para cantarolar e saltar. Mas os adivinhos deles e os encanta-

dores dos demônios ficam em pé em dupla ordem de frente e um deles arrebata algum menino, e apertadamente constringe os pés dele, e de tal forma contém que não possa se mover, outro acorre que perfura com madeira aguda no menino o lábio inferior e assim como as orelhas, nesse tempo chorando aos gritos a mãe do menino. Muito depois furam buracos nas bochechas aos adolescentes, e estas cousas são como que os esponsais; nem pois os adolescentes sofrem estas cousas antes que cheguem para as núpcias; depois pelo espaço de três ou quatro dias comem: mas nesse banquete nupcial o próprio Rei distribue a cada um as partes de alimentos que foram preparadas. As mães principalmente isto cuidam não se avizinharem as filhas delas dos cônjuges antes que passem os meses delas, o que seus adivinhos e médicos mostram e ao próprio Rei, e assim finalmente a noiva (é) reconduzida ao aposento do seu esposo: depois disto celebra-se com cantilenas a mãe, porque tão bem guardara a pureza da filha.

Porque se alguma filha da mãe esteja em idade de se casar, a qual porém não seja pedida, então a mãe pinta sua filha debaixo dos olhos com cor vermelha, logo que tenha sofrido uma só vez inalteravelmente seus meses e a leva ao Rei, e mostra que está limpa, então o Rei chama a mocinha para si e manda cair na esteira de junco próximo a ele, e fingindo ele próprio exercer as funções de médico, aquece as mãos no fogo e nela se afaga brandamente; depois em si, sopra a mocinha com fumo de Tabaco; finalmente com o pênis fere as partes pudendas da mocinha, se porém tira sangue, lambe este e isto principalmente julgam que dá honra. As mulheres depois de feitas grávidas abstêm-se da companhia dos homens. Logo porém que pairem, retiram-se para a floresta, e cortam com a concha o umbigo da criança e o devoram cozido juntamente com as secundinas: mas lava-se a puérpera e a criança de manhã e na tarde fria; nem a mulher enquanto amamenta seu filho com o seu homem convive exceto se por ventura aquele somente tenha uma única cônjuge.

Se a mulher com outro coabita e se isto vem a notícia ao homem a afasta de si: mas se por ventura fora tolhida no próprio ato, é lícito matar o outro se puder. Rabbi narra assim o rei Ianduy (Janduí) matou alguns dos cônjuges tendo sido acabado o adultério. (...)"

José Freire de Monterroyo Mascarenhas (1716)

O erudito português José Freire de Monterroyo Mascarenhas colecionou e publicou uma série de relações sobre as colônias portuguesas e seus habitantes, inclusive sobre o Brasil. Inclui-se entre essas a notícia sobre *Os Orizes Conquistados ou notícia da conversão dos indômitos Orizes Procazes*, editada em Lisboa em 1716. Essas notícias se devem a informações de missionários que trabalharam com esses índios entre os últimos anos do século XVII e a data da publicação.

Sabe-se pouco sobre os Ori ou Orizes, também conhecidos como Procazes (Porcães, Porções ou Porus). Segundo Hohenthal, os Procazes estariam reunidos na aldeia de N. S. do Ó, controlada por franciscanos na ilha de Sorobabé, no rio São Francisco (1). Há registro de sua presença, na primeira metade do século XVIII, na aldeia do Beato Serafim e na aldeia de N. S. de Belém, na região de Penedo, baixo São Francisco, onde eram assistidos por frades capuchinhos. As poucas informações disponíveis sobre os índios Procazes, entre as quais o texto de Monterroyo é o mais elaborado e confiável, autoriza supor que esses índios, como quase todos os outros dos sertões do nordeste, seriam Tapuias, isto é, grupos diversos em língua e cultura dos índios Tupi dominantes no litoral.

* A edição utilizada é a primeira do texto de José Freyre de Monterroyo Mascarenhas, *Os Orizes Conquistados ou Noticia da Conversam dos indomitos Orizes Procazes*, Lisboa, Off. Antonio Pedrozo Galram, 1716: 10.

"(...) Acabado este holocausto dão princípio a outro mais bárbaro, que é o da virgindade de suas filhas; prostituindo todas as que perfizeram doze anos aos seus parentes mais chegados, na falta destes aos irmãos das prostituidas, e na de uns, e outros, são os mesmos pais os autores deste brutal estupro. Todo o dia se passa neste desenfado, comendo diferentes manjares, que a arte não faz delicados mas tem feito saborosos o costume, e bebendo com destemperança um licor com os mesmos efeitos do vinho, composto de sumo de várias frutas, e do suco de algumas raízes, que a experiência lhes mostrou próprias para esta fábrica. (...)"

(1) HOHENTHAL JR., 1952: 31-37.

RETRATOS DO CIVILIZADOR

Momboré-uaçu e Japi-açu.
O Discurso Indígena sobre o Colonizador (1614)

O discurso de Japi-açu, chefe indígena Tupinambá da ilha do Maranhão, transcrito pelo missionário Claude d'Abbeville na *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e Terras Circunvizinhas*, publicada em 1614, é um texto, certamente, reelaborado pelo estilo e gosto literário francês da época e, mais ainda, sem dúvida, pela introdução na fala do índio de valores e interesses coloniais. O mesmo Abbeville transcreve, capítulos adiante, as palavras de um velho chefe indígena Tupinambá, Momboré-uaçu, que constituem a antítese completa do discurso de Japi-açu:

"(...) Vi a chegada dos peró em Pernambuco e Potiú; e começaram eles como vós, franceses, fazeis agora. De início, os peró não faziam senão traficar sem pretenderem fixar residência. Nessa época, dormiam livremente com as raparigas, o que os nossos companheiros de Pernambuco reputavam grandemente honroso. Mais tarde, disseram que nos devíamos acostumar a eles e que precisavam construir fortalezas, para se defenderem, e edificar cidades para morarem conosco. E assim parecia que desejavam que constituíssemos uma só nação. Depois, começaram a dizer que não podiam tomar as raparigas sem mais aquela, que Deus somente lhes permitia possuí-las por meio do casamento e que eles não podiam casar sem que elas fossem batizadas. E para isso eram necessários *paí*. Mandaram vir os *paí;* e estes ergueram cruzes e principiaram a instruir os nossos e batizá-los. Mais tarde afirmaram que nem eles nem os *paí* podiam viver sem escravos para os servirem e por eles trabalharem. E, assim, se viram constrangidos os nossos a fornecer-lhos. Mas não satisfeitos com os escravos capturados na guerra, quiseram também os filhos dos nossos e acabaram escravizando tôda a nação; e com tal tirania e crueldade a trataram que os que ficaram livres foram, como nós, forçados a deixar a região. Assim aconteceu com os franceses. Da primeira vez que viestes aqui, vós o fizestes somente para traficar. Como os peró, não recusáveis tomar nossas filhas e nós nos julgávamos felizes quando elas tinham filhos. Nessa época, não faláveis em aqui vos fixar; apenas vos contentáveis com visitar-nos uma vez por ano, permanecendo entre nós somente durante quatro ou cinco luas. Regressáveis então a vosso país, levando os nossos gêneros para trocá-los com aquilo de que carecíamos. Agora já nos falais de vos estabelecerdes aqui, de construirdes fortalezas para defender-nos contra os nossos inimigos. Para isso, trouxestes um Morubixaba e vários *Paí*. Em verdade, estamos satisfeitos, mas os peró fizeram o mesmo. Depois da chegada dos *Paí*, plantastes cruzes como os peró. Começais agora a instruir e batizar tal qual eles fizeram; dizeis que não podeis tomar nossas filhas senão por esposas e após terem sido batizadas. O mesmo diziam os peró. Como estes, vós não queríeis escravos, a princípio; agora os pedis e os quereis como eles no fim. (...)" (ABBEVILLE, 1975: 115-116)

Abbeville descreve com detalhe a organização dos primeiros contatos com líderes indígenas nas várias aldeias da ilha e do continente do Maranhão. Os padres, acompanhados de dirigentes da colônia e de intérpretes, depois de uma pequena cerimônia prévia em que era plantada uma cruz na aldeia, dirigiam-se aos índios através dos intérpretes. Alguns desses ficaram famosos, como o mencionado Migan no episódio de Japi-açu. Esse Migan era um *truchement* normando de grande experiência no contato com os índios e aparece freqüentemente nos relatos da época. Na verdade, o apelido indígena desse intérprete era *Mingau*, uma espécie de sopa ou bebida feita de água e farinha de mandioca, termo corrente até hoje na culinária brasileira.

* Claude d'Abbeville, "Notável discurso de Japi-açu, principal da Ilha do Maranhão, e de algumas perguntas que nos fêz". Em: *Histoire de la Mission des Pères Capucins en l'Isle de Maragnan et terres circonvoisines*, Paris, De la Imprimérie de François Huby, 1614 (1ª edição). A edição utilizada é a *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1975: 59-70.

"NOTÁVEL DISCURSO DE JAPI-AÇU, PRINCIPAL DA ILHA DO MARANHÃO, E DE ALGUMAS PERGUNTAS QUE NOS FEZ.

Enquanto ainda nos achávamos abrigados sob as árvores e dentro das choupanas, ao pé do forte, poucos dias após nossa chegada, Japi-açu, principal de Juniparã e grande morubixaba da Ilha do Maranhão, mandou um dos nossos intérpretes de nome Migan, natural de Dieppe, ao Sr. de Rasilly a fim de convidá-lo para ir à Casa-Grande e lá armar sua rede, de acordo com o costume, junto às dos principais índios que aí se reuniriam a fim de com ele tratar de assunto importante. E como desejava que seu discurso fosse ouvido palavra por palavra, pedia que lhe respondesse também às suas perguntas à proporção que fossem feitas. Ante o relatório do Sr. Migan o Sr. de Rasilly mostrou-se muito satisfeito; mandou imediatamente armar a sua rede de acordo com o costume do país e nela se colocou logo na companhia dos índios. Também nós aí nos encontramos e pouco depois Japi-açu fez em sua língua o seguinte discurso ao Sr. de Rasilly.

"Estou muito contente, valente guerreiro, com o fato de teres vindo a esta terra para fazeres a nossa felicidade e nos defenderes contra os nossos inimigos. Já começávamos a nos aborrecer por não vermos chegar os guerreiros franceses sob o comando de um grande morubixaba; já tínhamos resolvido deixar esta costa e abandonar esta região com receio dos peró, nossos inimigos mortais, e havíamos deliberado embrenhar-nos por esta terra adentro até onde jamais cristão nos visse, e estávamos decididos a passar o resto de nossos dias longe dos franceses, nossos bons amigos, sem mais pensarmos em foices, machados, facas e outras mercadorias, e conformados com voltar à antiga e miserável vida de nossos antepassados que cultivavam a terra e derrubavam as árvores com pedras duras.

Deus, porém, teve pena de nós e te mandou para cá, não como os naturais de Dieppe, pobres marinheiros e negociantes, mas como um grande guerreiro trazendo consigo muitos outros bravos soldados para defender-nos e *Paí* e profetas para nos instruir na lei de Deus.

Alcançarás grande fama entre as altas personalidades por terdes deixado um país tão belo como a França, tua mulher, teus filhos e todos os teus parentes, a fim de vires habitar esta terra, a qual, embora não seja tão bela como a tua, e não tenhas aqui todas as comodidades que poderias ter, te dará grande alegria, porque nela encontrarás caça em abundância e frutos, e o mar e os rios cheios de uma infinidade de peixes, e um povo valente que te obedecerá e te ajudará na conquista de todas as nações vizinhas. Tu te acostumarás facilmente a nossos víveres e acharás que nossa farinha em nada é pior do que o teu pão, pois de teu pão já comi muitas vezes.

No que diz respeito às casas, fortalezas e outras obras manuais, nelas trabalharemos todos a fim de que sejas forte e poderoso contra todo o mundo; e contigo morreremos. Nossos filhos aprenderão a lei de Deus, vossas artes e ciências, e com o tempo se tornarão vossos iguais; haverá então alianças de parte a parte, de modo que já ninguém pensará que não somos franceses.

Aliás estou grandemente satisfeito com o fato de nos teres trazido *Paí* e profetas, pois os malditos peró que tanto mal nos fizeram não faziam outra coisa senão censurar-nos não adorarmos a Deus. Miseráveis! Como poderíamos adorá-lo, se não nos ensinavam antes a conhecê-lo e adorá-lo?

Sabemos tão bem quanto eles que há um Deus que criou todas as coisas, que é bom e que nos deu alma imortal.

Acreditamos ainda que por causa da maldade dos homens e para castigar-nos Deus fez o Dilúvio, apenas escapando a este castigo um bom pai e uma boa mãe de quem descendemos todos. Éramos uma só nação, vós e nós; mas Deus, tempos após o dilúvio, enviou seus profetas de barbas para instruir-nos na lei de Deus.

Apresentaram esses profetas ao nosso pai, do qual descendemos, duas espadas, uma de madeira e outra de ferro e lhe permitiram escolher. Ele achou que a espada de ferro era pesada demais e preferiu a de pau. Diante disso o pai de quem descendestes, mais arguto, tomou a de ferro. Desde então fomos miseráveis, pois os profetas, vendo que os de nossa nação não queriam acreditar neles, subiram para

o céu, deixando as marcas dos seus pés cravadas com cruzes no rochedo próximo de *Potiiú*, que tu viste tão bem quanto eu (disse dirigindo-se a Migan).

Depois disso surgiu entre nós a diversidade das línguas, pois antes tínhamos a mesma. De modo que não nos entendendo mais, massacramo-nos e comemos uns aos outros, fazendo o jogo de Jurupari. Depois de tantas misérias, para cúmulo de nossa infelicidade, essa maldita raça dos peró veio tomar nossa terra, esgotando esta grande e antiga nação e reduzindo-a a pequeno número como deves saber que é atualmente.

Mas agora não tememos mais nada, porque tu chegaste e, com tua boa gente, tornarás nossa nação tão grande quanto foi outrora.

Aliás tenho grandes esperanças em tua bondade e em tua brandura, pois parece-me que em teus modos guerreiros há uma maneira amável, própria a uma personagem que nos governará com sabedoria; e te direi a esse propósito que quanto mais um homem é grande de nascença e quanto maior autoridade tem sobre os outros, mais brando, obsequioso e clemente deve ser. Pois os homens, especialmente os desta nação, mais facilmente se levam pela brandura do que pela violência. Quanto a mim, sempre pratiquei essa máxima com aqueles que tive sob meu comando e sempre me dei bem. Sempre observei também essa brandura entre os franceses, pois, se não os tivéssemos achado bons, teríamos afundado nas matas, onde ninguém nos poderia seguir, e teríamos vivido de frutos e raízes que Deus nos deu e de que temos conhecimento.

Quanto aos nossos costumes de matar os escravos e de usar cabelos compridos, furar os lábios, dançar etc., entregamo-nos a ti e faremos o que quiseres nos ordenar. Os peró maltrataram-nos outrora e praticaram contra nós muitas crueldades, somente porque tínhamos os lábios furados e usávamos os cabelos compridos, que de resto eles mandavam raspar como sinal de ignomínia. Tu nos dirás a esse respeito qual a tua vontade e, depois de ouvir-te, faremos o que quiseres."

Não houve na companhia quem não se maravilhasse ao ver e ouvir discorrer esse valente e venerável ancião. (...)

O venerável ancião Japi-açu prestou enorme atenção a tais discursos, do mesmo modo que os demais índios presentes, e assim replicou:

"Estou extremamente satisfeito com vos ver e jamais faltarei à minha palavra. Mas admira-me muito que vós outros *Paí* não desejeis mulheres. Descestes do Céu? Nascestes de pai e de mãe? Não sois homens como nós? E por que, além de não quererdes mulheres, ao contrário dos outros franceses que conosco negociam há quarenta e tantos anos, vós agora ainda impedis de que os vossos companheiros usem de nossas filhas, o que reputamos grande honra, porquanto deles podem ter filhos?"

Até então isto lhes parecera com efeito favor muito grande e, vendo agora que os franceses de nossa companhia não agiam com a mesma liberdade dos nossos antecessores, julgavam essa abstinência um desprezo para eles e era isso um motivo de grande descontentamento para as suas filhas, algumas das quais cheias de desespero diziam que se iriam retirar para as matas por não serem queridas pelos franceses a que chamavam seus bons compadres.

Assim lhe respondeu o reverendo padre Ivo:

"Muito me espanto de tuas palavras e mesmo as estranho, pois podes verificar se somos ou não homens formados de corpo e alma, nascidos de pai e mãe, como tu, e não criaturas que desceram do céu. Pois embora nossas almas tenham origem imediata em Deus, que as cria dentro dos corpos organizados no ventre da mãe, entretanto jamais estiveram no céu e por conseguinte não podem ter descido de lá, e menos ainda os nossos corpos como parece que o imaginas.

Sendo homens como tu, não estamos isentos da morte, desgraça inevitável e sentença sem apelo do grande Tupã. Todo homem deve morrer, como castigo pela falta de nosso primeiro pai.

Quanto às mulheres, Deus nos ordena que jamais nos casemos; e nos proíbe terminantemente a sua companhia a fim de que mais puramente o possamos servir, porque deseja que seus sacramentos sejam manejados somente pelos que vivem na castidade.

Quanto aos outros cristãos, seus filhos pelo batismo, Deus lhes dá a liberdade de casar ou não, e permite-lhes terem uma mulher somente, assim como as mulheres um só marido que nunca devem deixar; e se assim o fizerem, se se separarem, não permite Deus que procurem outro, porquanto os homens que têm muitas mulheres, e as mulheres que se entregam a muitos homens, não são verdadeiros filhos do grande Tupã, mas escravos de Jurupari, o Diabo.

Se algum de vós deseja ser filho de Tupã e receber o santo batismo, é preciso que se resolva a deixar a pluralidade de mulheres permitida entre vós. A vós cabe decidir. Nada temos com isso, pois aqui não viemos para vos obrigar ao que quer que seja, mas sim para vos ensinar com a máxima brandura possível qual o verdadeiro Tupã e como se deve servi-lo e adorá-lo.

Se os franceses recusam vossas filhas, não somos nós que o impedimos; mas lembramo-lhes que são filhos do grande Tupã e nessa qualidade não devem desobedecer a seus mandamentos. Aliás é coisa muito desonesta prostituirdes assim vossas filhas e elas se entregarem a qualquer um como fazem. Bem mostrais, assim fazendo, que sois filhos de Jurupari. Se desejais portanto escapar aos tormentos que ele vos prepara, é imprescindível que abandoneis todos esses costumes condenáveis e obedeçais aos dos verdadeiros filhos de Tupã."

A tais palavras replicou o bom velho que muito lhe aprazia termos falado com franqueza e que não deviamos estranhar suas perguntas; que, de resto, entre os peró (assim afirmava ele) alguns outrora, que se diziam *Paí* haviam procurado persuadi-los de cousas semelhantes. Que de sua parte não deixaria de contar aos seus, que ali não se encontravam, as grandes maravilhas que ouvira e de que se sentia encantado juntamente com os outros presentes. (...)"

Cartas de Pedro Poti e Antonio Paraupaba
(1645-1656)

As cartas de Pedro Poti e Antonio Paraupaba, dois índios Potiguara dos muitos que haviam aderido aos holandeses durante a ocupação destes no nordeste brasileiro, em meados do século XVII, são reveladoras das lealdades conflitantes que despertavam a presença de portugueses e holandeses em disputa pelo mesmo território. Mais que isso, entretanto, esses documentos encaminhados ao capitão-mor dos índios Potiguara, D. Antonio Filipe Camarão, revelam a contradição existente entre as políticas coloniais dos dois países em relação aos índios.

As cartas dos índios aliados dos holandeses foram escritas em resposta a outras dirigidas a eles por Antonio Filipe Camarão e pelo sargento-mor D. Diogo Pinheiro Camarão, tentando atraí-los de volta ao lado português.

* As cartas de Pedro Poti e Antonio Paraupaba foram traduzidas do Tupi para o holandês pelo missionário protestante Johannes Eduards. Os originais encontram-se em arquivos holandeses e foram traduzidos por Pedro Souto Maior em *Fastos Pernambucanos*, publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro (1912), 75 (1), 1913: 403-410; 428-432.

CARTA DO SARGENTO-MOR DIOGO PINHEIRO CAMARÃO AO CAPITÃO PEDRO POTI.
(22 de outubro de 1645)

"Ao senhor capitão Pedro Poti - Deus, Nosso Senhor, vos dê felicidade. Antes que tudo, vos direi que me causou grande satisfação saber que vós todos gozais boa saúde.

Perguntar-vos-ei agora por que nos quereis hostilizar?

Mandei meus soldados para aquele lugar, dizendo: "Ide ver se os podeis fazer vir". Despachei também o capitão Diogo da Costa a fim de apanhar algum dos vossos e falar com ele sobre a vossa vinda e dizer-lhe que nos dirigimos para lá; dei-lhe ordem que, depois de o interrogar bem, soltasse-o.

Mandei-vos aquele recado pela mercê de Deus, senhor Pedro Poti, porque sois um bom parente. Sai desse lugar, que é como o fogo do inferno.

Não sabeis que sois cristão? Por que vos quereis perverter? Sois um filho de nosso Deus, por que quereis estar sob o ímpio?

Quereis perder-vos e, apesar de cristão, isso bem pode suceder.

Se os Portugueses têm êxito na guerra é porque, sendo cristãos, o Senhor Deus não permite que fujam ou se percam, por isso desejamos muito que vos passeis para nós, e isso garantido pela palavra do grande capitão Antonio Philippe Camarão e de todos os capitães dos Portugueses.

Fico muito admirado por vos ver afastado de nós. Não sois nosso próximo parente? Por que estais encolerizado contra nós? Não vos faremos mal algum, procedei do mesmo modo para conosco. (...)

22 de Outubro de 1645 - Vosso irmão e amigo, sargento-mor d. P. Camarão."

CARTA DO CAPITÃO ANTONIO FILIPE CAMARÃO A ANTONIO PARAUPABA.
(4 de outubro de 1645)

"A Antonio Paraupaba - Mando-vos esta carta, eu que sou o vosso verdadeiro pai. Posso sê-lo contra a vossa vontade, portanto eu, que sou o vosso verdadeiro pai, não posso permitir que vós, um cristão, vais vos perder. Não quero ser como os ingratos para com Deus.

Tendes tido algum contentamento na sociedade dessa gente perversa? O que tendes no fim de contas é uma grande carga entre as mãos, e se continuardes com a sua amizade ficareis perdido no corpo e na alma. (...)

E assina: Em 4 de Outubro. O pai de vós todos, Capitão Camarão."

CARTA DE PEDRO POTI
(31 de outubro de 1645)

"(...) Eu me envergonho da nossa família e nação ao me ver ser induzido por tantas cartas vossas à traição e deslealdade, isto é, a abandonar os meus legítimos chefes, de quem tenho recebido tantos benefícios.

É tolice o imaginardes que nos iludis tão facilmente com essas palavras vãs, e até fico pensando que, não ousando nos vir visitar como soldados, procurais usar essas falsas imposturas.

Ficai sabendo que serei um soldado fiel aos meus chefes até morrer.

Estou bem aqui e nada me falta; vivemos mais livremente do que qualquer de vós, que vos mantendes sob uma nação que nunca tratou de outra coisa senão de nos escravizar.

Os cuidados que dizeis ter por mim e o favor que os Portugueses nos dispensariam não são mais que histórias contadas para nos iludir.

Por minha parte só tenho um sentimento, e provém de não me virdes visitar aqui.

Não acrediteis que sejamos cegos e que não possamos reconhecer as vantagens que gozamos com os Holandeses (entre os quais fui educado).

Jamais se ouviu dizer que tenham escravizado algum índio ou o mantido como tal, ou que hajam em qualquer tempo assassinado ou maltratado algum dos nossos.

Eles nos chamam e vivem conosco como irmãos; portanto, com eles queremos viver e morrer.

Por outro lado, em todo país se encontram os nossos, escravizados pelos perversos Portugueses, e muitos ainda o estariam, se eu não os houvesse libertado.

Os ultrajes que nos têm feito mais do que aos negros e a carnificina dos da nossa raça, executada por eles na baía da Traição, ainda estão bem frescos na nossa memória.

E o que pode dar melhor a conhecer os seus desígnios tirânicos do que a crueldade cometida recentemente contra os nossos em Serinhaém depois de concedido o quartel?

Aquele sangue clamará a Deus por vingança, já tendo, todavia, o meu irmão Antonio tirado uma boa desforra no Rio Grande.

Não, Philippe, vós vos deixais iludir; é evidente que o plano dos celerados Portugueses não é outro senão o de se apossarem deste país, e então assassinarem ou escravizarem tanto a vós como a nós todos.

Vinde, pois, enquanto é tempo para o nosso lado a fim de que possamos com o auxílio dos nossos amigos viver juntos neste país, que é a nossa pátria e no seio de toda a nossa família.

Sobre isso aqui estamos todos de acordo; portanto, vinde vos unir a nós, e garanto-vos que os Holandeses vos farão os mesmos benefícios que nos fazem.

Não tenhais a menor dúvida: os Portugueses terão de se escapulir; esses bandidos hão de desaparecer como o vento.

Sou cristão e melhor do que vós: creio só em Cristo, sem macular a religião com idolatria, como fazeis com a vossa.

Aprendi a religião cristã e a pratico diariamente, e se vós a tivesseis aprendido, não serviríeis com os pérfidos e perjuros Portugueses, que apesar das promessas do rei e do juramento feito por ele, depois de roubarem os bens dos Holandeses, vêm atacar traiçoeiramente a esses e a nós mesmos; mas hão de receber o castigo de Deus.

Vinde, portanto, para o nosso lado, e afastai-vos dos perjuros e traidores, que não poderão se sustentar aqui, donde brevemente os expulsaremos à força e também da Bahia.

Deveis saber que os seus feitos no Sul não têm a mínima importância; quem tem mais gente fica senhor do campo.

O Pontal foi entregue por traição, mas os Holandeses o retomarão com valor, pois deveis reconhecer que o mar domina o Brasil.

Têm vindo bastantes socorros da Holanda para a nossa manutenção, e esperamos a toda hora uma grande armada extraordinariamente forte, à qual juntaremos os navios aqui existentes e então poremos mão à obra.

Em suma, os Holandeses aproveitarão o alvitre para se apossarem de todo o Brasil, pois o rei de Portugal se acha sem recursos ou força.

Os da Bahia perderam seus navios da baía de Tamandaré, e não têm meios para adquirirem outros.

Não me faleis sobre a fraqueza dos Holandeses. Estive e me eduquei no seu país. Existem lá navios, gente, dinheiro e tudo em tanta abundância como as estrelas no céu; e disso tem vindo para cá alguma coisa.

Tem sido também por meio de seus navios e tropas que esse D. João se tem sustentado, há quatro anos, no trono, e tem podido reinar, sendo para esse fim ajudado pelo príncipe de Orange e Estados Gerais, dando-lhes ele, entretanto, tão mau pago.

Não entendi a frase em que dizeis "que eles terão compreendido a deslealdade que aqui se seguirá".

Eles puderam tomar ao rei de Castela e de Portugal e conservar não só este país mas também as Índias Orientais e muitas outras terras, e agora, não ireis julgar certamente que eles devam ceder tudo a este novo D. João.

Abandonai, portanto, primo Camarão, esses perversos e perigosos Portugueses e vinde juntar-vos conosco; garanto-vos que vos dareis bem. Formaremos uma força respeitável e expulsaremos, esses trapaceiros e traidores. Mantenhamo-nos com os estrangeiros, que nos reconhecem e tratam bem na nossa terra.

Os bandidos portugueses até agora nada têm conseguido senão por traição.

Se o capitão-mor fosse vencido no campo, na Várzea, parecia ter alguma importância; mas surpreender à noite uma casa, onde se encontra uma quantidade de pessoas desarmadas, não é coisa de que valha a pena gabar-se.

Não pude encontrar nas vossas cartas menção alguma sobre a maneira como fostes tratado em Itamaracá no dia 24 de Setembro e como vos correu tudo por lá; mas parece que não quereis vir a mim como amigo.

Se tivesseis vindo e ficado aqui no quartel junto conosco, não se teria dado o que se deu.

Nada conseguiremos por meio de cartas, portanto não mais me escrevais.

Não quero receber tais cartas.

Em suma, vos queixareis ainda desta guerra e estais iludido por essa corja de celerados perjuros e perversos, que tanto tem seduzido a vós e a todos os nossos amigos e oprimido tão tiranicamente os nossos. Adeus.

No meu acampamento, 31 de Outubro de 1645. (Assinado): O regedor e comandante do regimento de índios na Paraíba, P. Poti."

"PRIMEIRA EXPOSIÇÃO DE PARAUBAPA, EM 1654

Altos e Nobres Senhores, etc.
Antonio Paraupaba, ex-Regedor dos Índios no Rio Grande faz ver com todo o respeito a VVas. Exas. que todos os Índios (ainda não há muito tempo habitando naquela região do Brasil e obedientes ao governo deste Estado até a última conquista feita pelos perjuros Portugueses), como súditos bons e firmes na sua fidelidade para com este Estado e a Religião reformada de Cristo, a única verdadeira, têm vivido e perseverado até agora nesses sentimentos.

Sendo por isso o suplicante enviado a VVas. Exas. por aquela Nação que se refugiou com mulheres e crianças para *Cambressive* no Sertão além do Ceará a fim de escapar aos ferozes massacres dos Portugueses; para asseverar a VV.EExas. em nome daquelas infelizes almas, não somente a constância da sua fidelidade, como também que procurarão a sua subsistência pelo espaço de dois anos, e mesmo mais, nos sertões, no meio de animais ferozes, conservando-se à disposição deste Estado e fiéis à Religião Reformada que aprenderam e praticam; contanto que V. Exas. se dignem garantir-lhes igualmente que no fim do dito prazo poderão esperar auxílio e socorro de V. Exas.

Se lhes faltar esse auxílio, aquele povo tem necessariamente de cair afinal nas garras dos cruéis e sanguinários Portugueses, que desde a primeira ocupação do Brasil têm destruído tantos centenares de mil pessoas da sua nação, e especialmente depois que ela procurou a proteção das armas deste Estado e adotou o verdadeiro culto divino, e que agora, se for abandonada, terá de fazer penitência extirpando-o.

Aquele povo não pode acreditar que V. Exas. o recompensem dessa forma por seus fiéis serviços, e tantas e tão longas misérias, fome e massacres; nem que permitam que aqueles que foram uma vez trazidos ao conhecimento da verdadeira religião se retirem dela e seja cortado o caminho que lhes apontaram para o Reino de Jesus Cristo; nem deixem que eles recaiam na selvageria entre as feras nos sertões bravios, pois teriam de prestar contas ao Grande e Todo Poderoso Deus que é contra os que por usura enterram a sua libra com medo de a gastar.

Portanto confiamos firmemente que V. Exas. (que sempre se mostraram como verdadeiros pais e defensores dos oprimidos e desamparados, e sinceros paladinos da verdadeira igreja de Deus) mandarão o mais depressa possível para lá o socorro suficiente para a subsistência da infeliz nação de índios e para a conservação da Igreja cristã reformada, a única verdadeira.

E como o suplicante deixando pai e mãe, mulher, filhos e parentes, trazendo apenas consigo para o consolarem em sua tristeza, dois filhos ainda crianças, tenha chegado aqui quase nu e sem recursos, solicita muito humildemente, confiado no bom coração de V. Exas. se dignem mandar fornecer a roupa necessária e pensão a si e a seus dois pobres filhos, a fim de poder esperar que, em tempo oportuno, sejam despachados os seus requerimentos anteriores.

Haia, 6 de Agosto de 1654. Estava assinado Antonio Paraupaba."

"SEGUNDA EXPOSIÇÃO DE PARAUPABA, EM 1656

Pedro Poti, Regedor da infeliz Nação, tendo caído prisioneiro dos Portugueses a 19 de Fevereiro de 1649, na segunda funesta batalha de Guararapes, foi barbaramente tratado por aqueles algozes, excedendo o que perpetraram a todas as crueldades por mais desumanas que se possa imaginar; era constantemente açoitado, sofreu toda espécie de tormentos; foi atirado, preso por cadeias de ferros nos pés e mãos, a um enxovia escura, recebendo por alimento unicamente pão e água, e realizando ali mesmo durante seis longos meses as suas necessidades naturais.

A concessão que lhe davam algumas vezes de sair dali uma ou mais horas para gozar a luz do dia, longe de aliviá-lo, antes lhe recrudescia os males.

Como, por exemplo, quando se via cercado repentinamente de religiosos, e de alguns dos seus "parentes", que o faziam subir a fim de continuamente o instigarem a abjurar a religião, a que têm por hábito chamar uma renegada heresia, e a lançar-se no seio da Igreja Romana.

Além disso, empregaram todos os meios para que induzisse os outros da sua raça, que se conservavam fiéis no serviço de V. Exas., a se passarem para o partido deles, prometendo-lhe dar imediatamente a patente de capitão, e garantindo-lhe de futuro maiores vantagens.

Invoco o testemunho de todas as pessoas, que se acham agora nesta cidade e naquele tempo eram seus companheiros de prisão no Cabo de Santo Agostinho, para tudo o que venho narrando a seu respeito.

Parece que o grande Deus de Misericórdia quis efetivamente, por sua especial graça, fazer daquela frágil cana um forte pilar da Fé, pois ele, muitas vezes, durante o período dos seis meses do seu martírio, conforme narramos, sendo rogado a abjurar, respondeu sempre com ânimo inabalável:

Que ele, um indigno, tendo, por uma mercê não merecida e incompreensível, reconhecido a Deus, o pai de todas as graças, na verdadeira Religião, a Reformada, tinha a certeza de ser não só a verdadeira mas a única aprazível a Deus, estava resolvido a não a abandonar na vida e na morte;

Que achava poucos todos os tormentos de que usaram consigo e os que ainda empregassem, pois estava preparado pelo Onipotente para os enfrentar, agradecendo ao Grande Deus por o ter considerado, por sua especial graça, a ele, a mais indigna de todas as criaturas, merecedor de sofrer, em nome de Jesus Cristo, seu Salvador;

Finalmente que estava pronto para morrer firme, no seu alto juramento feito a Deus e aos Estados Gerais; fiel tanto a um como ao outro.

Resultou daí que decorridos os ditos seis meses, aqueles verdugos, vendo que de um ânimo tão forte nada se poderia conseguir por meio de martírios, nem por promessas de honrarias, cargos ou fortuna, tiraram-no do escuro subterrâneo, onde tanto sofrera, sob o pretexto

de o quererem mandar à Bahia, quando o seu plano era matá-lo cruelmente, o que depois se realizou.

Estando assim condenado e preso em um forte no Cabo de Santo Agostinho em companhia de diversos oficiais holandeses, disse-lhes:

Sei que eles me matarão. Peço-vos, portanto, que me presteis o seguinte serviço: Quando regressardes ao Recife, contai aos do Supremo Conselho o que vistes e ouvistes de mim; que eu morrerei como seu súdito fiel. E dizei aos da minha Nação que os exorto a permanecer por toda a vida, fiéis a Deus e aos Estados Gerais."

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org